Diário Oficial
Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

Porto Velho, 31 de março de 2023 Edição 61

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA

Decreto de 17 de março de 2023.

O VICE-GOVERNADOR, no exercício do cargo de GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, combinado com o artigo 58 da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar dos Cargos de Direção Superior, bem como Dispensar das Funções Gratificadas os servidoresdaAgência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia,a contar de 1 de março de 2023,conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
GILVANDER GREGORIO DE LIMA	Diretor-Geral da AGEVISA	CDS-14
EDILSON BATISTA DA SILVA	Diretor Executivo	CDS-12
MARIA ARLETE DA GAMA BALDEZ	Gerente Técnica de Vigilância Ambiental e Epidemiológica	CDS-07
VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE	Gerente Técnica, Administrativa e Financeira	CDS-07
MARIA LEILIANE DE BRITO	Gerente Técnico de Vigilância Sanitária	CDS-07
ANANIAS ALVES FILHO	Assessor de Controle Interno I	CDS-07
MARLÚCIA BARBOZA DA ROCHA	Assessor	CDS-07
HERCILIA FONSECA MARQUES	Assessor	CDS-07
HELENA SEVERIANO DA CRUZ	Assessor Técnico I	CDS-04
ROSIANE MACIEL BATISTA XIMENES	Chefe de Núcleo de Doenças Transmitidas por Reservatórios, Animais Peçonhentos e Pragas Urbanas e Vigilância da Água para Consumo Humano e Contaminantes Ambientais Perigosos e Desastres Naturais	FG-4
GILMARINA SILVA ARAUJO	Chefe de Núcleo de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais e Não Transmissíveis	FG-4

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

GLAUCIANE DA SILVA BIFANO TAVARES	Chefe de Núcleo de Malária e Dengue	FG-4
CESARINO JUNIOR LIMA APRIGIO	Chefe de Núcleo Leishmaniose, Esquistossomose e Doença de Chagas	FG-4
EDKLEY PEREIRA TRINDADE	Chefe de Núcleo de Dermatologia, Pneumologia Sanitária, Tuberculose e Hanseníase	FG-4
ROSA MARIA FERREIRA DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo de Sangue, Hemoderivado, Diálise, Controle de Infecções e EAS	FG-4
LUCIA MARIA MARCIANO FREITAS	Chefe de Núcleo de Alimentos	FG-4
MARIA HELENA GARCIA DAS CHAGAS	Chefe de Núcleo de Saneantes, Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal	FG-4
LUCIANA ARIADNE SOARES	Chefe de Núcleo de Radiações e Saúde do Trabalhador	FG-4

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 17 de março de 2023, 135º da República.

SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA
Governador em exercício

Protocolo 0036646721

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
GILVANDER GREGORIO DE LIMA	Diretor-Geral da AGEVISA	CDS-17
EDILSON BATISTA DA SILVA	Diretor Executivo	CDS-10
VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE	Gerente Técnica, Administrativa e Financeira	CDS-05
MARIA ARLETE DA GAMA BALDEZ	Gerente Técnica de Vigilância Ambiental e Epidemiológica	CDS-05
MARIA LEILIANE DE BRITO	Gerente Técnico de Vigilância Sanitária	CDS-05
MARLÚCIA BARBOZA DA ROCHA	Assessor V	CDS-05
ANANIAS ALVES FILHO	Assessor de Controle Interno I	CDS-05
HERCILIA FONSECA MARQUES	Assessor V	CDS-05

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

HELENA SEVERIANO DA CRUZ	Assessor II	CDS-02
ROSIANE MACIEL BATISTA XIMENES	Chefe de Núcleo de Doenças transmitidas por reservatórios animais peçonhentos e pragas urbanas e Vigilância da água para consumo Humano e Contaminantes Ambientais Perigosos e Desastres Naturais	CDS-01
GLAUCIANE DA SILVA BIFANO TAVARES	Chefe de Núcleo de Malária e Dengue	CDS-01
LUCIA MARIA MARCIANO FREITAS	Chefe de Núcleo de Alimentos	CDS-01
EDKLEY PEREIRA TRINDADE	Chefe de Núcleo de Dermatologia, Pneumologia Sanitária, Tuberculose e Hanseníase	CDS-01
ROSA MARIA FERREIRA DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo de Sangue, Hemoderivado, Diálise, Controle de Infecções e EAS	CDS-01
MARIA HELENA GARCIA DAS CHAGAS	Chefe de Núcleo de Saneantes, Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal	CDS-01
LUCIANA ARIADNE SOARES	Chefe de Núcleo de Radiações e Saúde do Trabalhador	CDS-01
CESARINO JUNIOR LIMA APRIGIO	Chefe de Núcleo Leishmaniose, Esquistossomose e Doença de Chagas	CDS-01
GILMARINA SILVA ARAUJO	Chefe de Núcleo de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais e Não Transmissíveis	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036999022

Decreto de 20 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar dos Cargos de Direção Superior, bem como Dispensar das Funções Gratificadas os servidores da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA	Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas	CDS-16
CLENIO MARCELO MARQUES GUSMAO	Diretor Executivo de Pagamento	CDS-14
JOSE CARLOS GOMES DA ROCHA	Corregedor-Geral	CDS-13
TAME OLIVEIRA LIMA	Coordenador da Assessoria Técnica	CDS-12
FERNANDO LUIZ PEREIRA LIMA	Coordenador Administrativo e Financeiro	CDS-12
EDUARDO TEIXEIRA FERREIRA	Assessor Especial do Gabinete	CDS-12
ZELINDA MARIA DOS SANTOS ABDALLA REBOUCAS	Coordenador de Gestão de Recursos Humanos	CDS-12
ANNA POLLIANA OLIVEIRA ARIVABENE	Assessor Especial do Gabinete	CDS-12
ANDER CLEDIONEY REIS	Assessor Especial de Pagamento	CDS-10
VANESSA DARWICH FERREIRA SANTOS	Chefe de Redação Oficial	CDS-09
NIJORGELES LINO DA SILVA	Assessor de Gabinete	CDS-09
ORLANDO DOS SANTOS BRITO	Controlador Interno	CDS-09
JOSE RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO	Gerente do Centro de Perícias Médicas	CDS-09

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

SOCORRO MARIA DOS SANTOS DA SILVA	Gerente de Concursos e Posses	CDS-08
ANDRÉIA DA SILVA LIMA FRAZÃO	Gerente de Proventos	CDS-08
GRAZIELLA VIGGIANO AZEVEDO	Assessor de Conformidade de Pagamento I	CDS-08
WALTER FERRAZ DE CARVALHO NETO	Assessor de Conformidade de Pagamento I	CDS-08
VANESSA ROSA DAHM	Gerente do Sistema de Pagamento	CDS-08
JANILENNY CHALENDER FERREIRA BORIN	Gerente de Supervisão de Pagamento	CDS-08
SIRLEY PEREIRA DE VARGAS PINTO	Chefe do Núcleo de Arquivo Oficial	CDS-07
ANA KATIA DOS SANTOS MELO	Chefe de Cartório da Corregedoria	CDS-07
ALCILENE RIBEIRO DE ARAÚJO MUNIZ	Assessor Técnico I	CDS-07
PAULA THAIS ROSARIO CANELA	Assessor Técnico de Proventos	CDS-07
NUBIA ANDRADE OLIVEIRA	Assessor de Conformidade de Pagamento II	CDS-07
LANA CLEIDA MARTINS DE SOUZA	Assessor de Conformidade de Pagamento III	CDS-07
TELMA GOMES RIBEIRO	Assessor de Conformidade de Pagamento III	CDS-07
ANA CAROLINA OLIVEIRA	Assessor de Controle Interno	CDS-06
DANYELLE DA SILVEIRA FERREIRA	Chefe Especial de Núcleo	CDS-06
ADSON KLEBER SANTOS MUNIZ	Assessor Técnico da Corregedoria	CDS-06
DANIEL FEITOZA MONTEIRO	Assessor Técnico da Corregedoria	CDS-06
GILSON APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS	Assessor Técnico da Corregedoria	CDS-06
HEIDYLEIA SILVA DE OLIVEIRA	Assessor Técnico da Corregedoria	CDS-06
JAQUELINE CETAURO FARIAS	Assessor Técnico da Corregedoria	CDS-06
SANDRO GONÇALVES CARVALHO	Assessor de Liberação Bancária	CDS-06
ROSANA MARIA DE OLIVEIRA	Chefe do Núcleo de Pagamento	CDS-06
NELY LOPES DOS SANTOS	Chefe do Núcleo de Cálculo	CDS-06
DOUGLAS SILVEIRA NOBRE	Assessor de Obrigações Sociais e Fiscais	CDS-06
CLEONICE MARTINS DE AGUIAR	Chefe do Núcleo de Supervisão de Pagamento	CDS-06
EDNIR MARIA DOS PRAZERES CORDEIRO	Chefe do Núcleo de Regras de Negócio	CDS-06
TALITA DE SOUZA LIMA FEITOSA	Chefe de Núcleo	CDS-05
HUARLESSON DO NASCIMENTO NOVAIS	Chefe do Protocolo de Pagamento	CDS-05
WALCIRENE MARTINS RIBEIRO LOPES	Chefe do Setor Financeiro	CDS-05
NATALIA SUELEN BONJARDIM LIMA	Assessor Técnico II	CDS-05
RAIMUNDA BERNARDO DE SOUZA	Assessor Técnico II	CDS-05
JANDIARA SANTOS DA SILVA	Assistente de Sistema de Controle Interno	CDS-04
LUCIANA FERREIRA FIALHO	Assistente de Sistema de Controle Interno	CDS-04
REBECA CAROLINE NOGUEIRA DA SILVA	Assessor de Pericias Medicas	CDS-04
AMANDA MARTINS	Assistente da Corregedoria	CDS-04
CAMILA SOARES COSTA MORO	Assistente da Corregedoria	CDS-04
ELISMAR SANTOS PESSOA	Assistente da Corregedoria	CDS-04
JEFERSON NERY SILVA	Assistente da Corregedoria	CDS-04
MATHEUS SOUSA COSTA	Assistente da Corregedoria	CDS-04
TIARA CAROLINA PIN BEIRIGO	Assistente da Corregedoria	CDS-04
LUIZ CARLOS DA SILVA PAES	Assistente da Corregedoria	CDS-04
DANIEL BERNARDO GUARNIERI	Chefe de Equipe	CDS-03
HELOISA BENTO DA SILVA	Chefe de Equipe	CDS-03
LAISE MARIA MOURA SILVA BRITO	Chefe de Equipe	CDS-03
SHIRLENE NASCIMENTO DA COSTA	Assessor Técnico da CECON	FG-9
ALCIDES FILHO PEREIRA SANTANA	Chefe do Núcleo de Pessoal	FG-8
MANOELA TOLEDO GUSMAN	Chefe do Núcleo de Frequência	FG-6
LUCIMAR DIOGENES FEITOSA FRANCA	Chefe de Administração de Pessoal Federal	FG-6
ALVARO MORAES DO AMARAL	Chefe de Núcleo	FG-6
DOMINGAS PEREIRA BENTO	Chefe de Núcleo	FG-6

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARIA DOS SANTOS FARIAS	Chefe de Núcleo	FG-6
EDNA SAMAIRA ANDRADE FREITAS	Presidente de Comissão da Corregedoria	FG-6
LOURIVAL GONCALVES MUNIZ	Presidente de Comissão da Corregedoria	FG-6
RAMON DE SOUSA ALVES	Presidente de Comissão da Corregedoria	FG-6
ROBERTO RODRIGUES SILVA	Presidente de Comissão da Corregedoria	FG-6
WANIA APARECIDA LEONCIO	Presidente de Comissão da Corregedoria	FG-6
ERICA CAROLINA FERNANDES DE PAULA	Assistente da CECON	FG-6
MARIA APARECIDA PEREIRA	Assistente da CECON	FG-6
WLADEMIR BARROS PEREIRA DA SILVA	Assistente da CECON	FG-6
ELIANE NAZARE NASCIMENTO DA SILVA	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
EMILIA HELCA OLIVEIRA DE MEDEIROS	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
VERANILCE GONCALVES VIEIRA	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
ROBERMARA MACEDO FALCAO	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
HOSANA DE JESUS MACIEL	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
JOSILEIDE BARRETO MOREIRA	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
MARIA DE FATIMA ASSIS DE LIMA SANTOS	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
MARIA ROSINETE ROCHA PICANCO	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
TELMA DA SILVA RAMOS	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
VERA LUCIA DE OLIVEIRA CASTRO	Membro de Comissão da Corregedoria	FG-5
NEUDES CAMPOS LIMA	Chefe de Equipe I	FG-4
IZABEL SABINA MUSTAFA	Chefe de Equipe II	FG-3
JOSE MARIA GISBERT BEZERRA	Coordenador Geral da CECON	FG-10

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036705794

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA	Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas	CDS-17
CLENIO MARCELO MARQUES GUSMAO	Diretor Executivo de Pagamento	CDS-13
ANNA POLLIANA OLIVEIRA ARIVABENE	Assessor XII	CDS-12
EDUARDO TEIXEIRA FERREIRA	Assessor XII	CDS-12
FERNANDO LUIZ PEREIRA LIMA	Coordenador Administrativo e Financeiro	CDS-12
ANDER CLEDIONEY REIS	Assessor XI	CDS-11
JOSE CARLOS GOMES DA ROCHA	Corregedor-Geral	CDS-11
JOSE MARIA GISBERT BEZERRA	Coordenador-Geral da CECON	CDS-10
TAME OLIVEIRA LIMA	Assessor X	CDS-10
ZELINDA MARIA DOS SANTOS ABDALLA REBOUCAS	Coordenador de Gestão de Recursos Humanos	CDS-10
ORLANDO DOS SANTOS BRITO	Controlador Interno	CDS-09
NIJORGELES LINO DA SILVA	Chefe de Gabinete	CDS-08
JOSE RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO	Gerente de Frequência	CDS-08
VANESSA ROSA DAHM	Gerente do Sistema de Pagamento	CDS-08
VANESSA DARWICH FERREIRA SANTOS	Chefe de Redação Oficial	CDS-08

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JANILENNY CHALENDER FERREIRA BORIN	Gerente de Supervisão de Pagamento	CDS-08
CLARISSA MORAIS COSTA FERNADES	Gerente do Centro de Perícias Médicas	CDS-08
ALCIDES FILHO PEREIRA SANTANA	Assessor Técnico da CECON	CDS-08
SHIRLENE NASCIMENTO DA COSTA	Chefe do Núcleo de Pessoal	CDS-07
DANYELLE DA SILVEIRA FERREIRA	Ouvidor	CDS-06
ANA CAROLINA OLIVEIRA	Assessor VI	CDS-06
GRAZIELLA VIGGIANO AZEVEDO	Assessor VI	CDS-06
WALTER FERRAZ DE CARVALHO NETO	Assessor VI	CDS-06
GILSON APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS	Assessor VI	CDS-06
JAQUELINE CETAURO FARIAS	Assessor VI	CDS-06
SANDRO GONÇALVES CARVALHO	Assessor VI	CDS-06
SOCORRO MARIA DOS SANTOS DA SILVA	Gerente de Concursos e Posses	CDS-06
ANDRÉIA DA SILVA LIMA FRAZÃO	Gerente de Proventos	CDS-06
SIRLEY PEREIRA DE VARGAS PINTO	Chefe do Núcleo de Arquivo Oficial	CDS-06
PAULA THAIS ROSARIO CANELA	Chefe do Núcleo de Direitos e Vantagens	CDS-06
ADRIANA GOMES DA SILVA	Assessor V	CDS-05
DOUGLAS SILVEIRA NOBRE	Assessor V	CDS-05
TELMA GOMES RIBEIRO	Assessor V	CDS-05
ANA KATIA DOS SANTOS MELO	Chefe de Cartório da Corregedoria	CDS-05
ALCILENE RIBEIRO DE ARAÚJO MUNIZ	Assessor V	CDS-05
NUBIA ANDRADE OLIVEIRA	Assessor V	CDS-05
MATHEUS SOUSA COSTA	Chefe Especial de Núcleo	CDS-04
LUCIMAR DIOGENES FEITOSA FRANCA	Chefe de Administração de Pessoal Federal	CDS-04
HEIDYLEIA SILVA DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
ADSON KLEBER SANTOS MUNIZ	Assessor IV	CDS-04
DANIEL FEITOZA MONTEIRO	Assessor IV	CDS-04
DANIEL BERNARDO GUARNIERI	Assessor IV	CDS-04
MANOELA TOLEDO GUSMAN	Assessor IV	CDS-04
JANDIARA SANTOS DA SILVA	Chefe do Núcleo de Frequência	CDS-04
RAIMUNDA BERNARDO DE SOUZA	Assessor IV	CDS-04
LANA CLEIDA MARTINS DE SOUZA	Assessor IV	CDS-04
NELY LOPES DOS SANTOS	Chefe do Núcleo de Cálculo	CDS-04
ROSANA MARIA DE OLIVEIRA	Chefe do Núcleo de Pagamento	CDS-04
ALVARO MORAES DO AMARAL	Chefe de Núcleo IV	CDS-04
MARIA DOS SANTOS FARIAS	Chefe de Núcleo IV	CDS-04
EDNA SAMAIRA ANDRADE FREITAS	Presidente de Comissão da Corregedoria	CDS-04
LOURIVAL GONCALVES MUNIZ	Presidente de Comissão da Corregedoria	CDS-04
RAMON DE SOUSA ALVES	Presidente de Comissão da Corregedoria	CDS-04
ROBERTO RODRIGUES SILVA	Presidente de Comissão da Corregedoria	CDS-04
WANIA APARECIDA LEONCIO	Presidente de Comissão da Corregedoria	CDS-04
ERICA CAROLINA FERNANDES DE PAULA	Assistente da CECON	CDS-04
MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	Assistente da CECON	CDS-04
WLADEMIR BARROS PEREIRA DA SILVA	Assistente da CECON	CDS-04
CLEONICE MARTINS DE AGUIAR	Chefe do Núcleo de Supervisão de Pagamento	CDS-04
EDNIR MARIA DOS PRAZERES CORDEIRO	Chefe do Núcleo de Regras de Negócio	CDS-04
DOMINGAS PEREIRA BENTO	Chefe de Núcleo IV	CDS-04
HUARLESSON DO NASCIMENTO NOVAIS	Chefe do Protocolo de Pagamento	CDS-03
WALCIRENE MARTINS RIBEIRO LOPES	Chefe do Setor Financeiro	CDS-03
NATALIA SUELEN BONJARDIM LIMA	Assessor III	CDS-03
TALITA DE SOUZA LIMA FEITOSA	Chefe de Núcleo III	CDS-03

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ELISMAR SANTOS PESSOA	Assessor II	CDS-02
JEFERSON NERY SILVA	Assessor II	CDS-02
TIARA CAROLINA PIN BEIRIGO	Assessor II	CDS-02
AMANDA MARTINS	Assessor II	CDS-02
REBECA CAROLINE NOGUEIRA DA SILVA	Assessor II	CDS-02
IZABEL SABINA MUSTAFA	Assessor II	CDS-02
CAMILA SOARES COSTA MORO	Assessor II	CDS-02
ELIANE NAZARE NASCIMENTO DA SILVA	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
EMILIA HELCA OLIVEIRA DE MEDEIROS	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
VERANILCE GONCALVES VIEIRA	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
HOSANA DE JESUS MACIEL	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
VERA LUCIA DE OLIVEIRA CASTRO	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
JOSILEIDE BARRETO MOREIRA	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
TELMA DA SILVA RAMOS	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
MARIA DE FATIMA ASSIS DE LIMA SANTOS	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
MARIA ROSINETE ROCHA PICANCO	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
ROBERMARA MACEDO FALCAO	Membro de Comissão da Corregedoria	CDS-02
LUIZ CARLOS DA SILVA PAES	Assessor II	CDS-02
LUCIANA FERREIRA FIALHO	Assessor II	CDS-02
NEUDES CAMPOS LIMA	Chefe de Equipe I	CDS-01
HELOISA BENTO DA SILVA	Chefe de Equipe I	CDS-01
LAISE MARIA MOURA SILVA BRITO	Chefe de Equipe I	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037005506

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Corpo de Bombeiros Militar, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
HUGO RIOS DE LARRAZABAL	Coordenador / Comandante Regional	CDS-09
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA FIRMINO	Coordenador / Comandante Regional	CDS-09
JOSE CONSTANTINO DA SILVA JUNIOR	Coordenador / Comandante Regional	CDS-09
TADEU SANCHES PINHEIRO	Coordenador / Comandante Regional	CDS-09
MERYCLES GUEDES NUNES	Coordenador / Comandante Regional	CDS-09
FRANCISCO PINTO ANDRADE JUNIOR	Coordenador / Comandante Regional	CDS-09
ANDREY VINICIUS RIBEIRO VAZ	Coordenador / Comandante Regional	CDS-09
JOSE APARECIDO DOS SANTOS	Diretor	CDS-08
PEDRO DANIEL SIMOES BARBATI	Diretor	CDS-08
GEANDERSON MAIA TRINDADE	Diretor	CDS-08
SERGIO FELIPE FURUKAWA	Diretor	CDS-08
SILMARA DE JESUS SANTOS	Diretor	CDS-08
CLAUDEVAN REIS DE CARVALHO G JUNIOR	Diretor	CDS-08
AVELINO MENEZES DE CARVALHO FILHO	Diretor	CDS-08
VICTOR PAULO RODRIGUES DE SOUZA	Diretor	CDS-08

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ROBERTO RODRIGUES LEAL	Diretor	CDS-08
JOSE JOAQUIM DA SILVA	Diretor	CDS-08
CHARLISON ALMEIDA DE AGUIAR	Diretor	CDS-08
CLIVTON RODRIGO CARVALHO REIS	Diretor	CDS-08
EDMAR MELO BRAGA	Diretor	CDS-08
JOSE VALTER DA SILVA	Corregedor-Geral Adjunto	CDS-07
JOAO LUIZ CORDEIRO JUNIOR	Comandante de Batalhão	CDS-07
ANNELSANDRE RODRIGUES DA COSTA	Comandante de Batalhão	CDS-07
MARCIO STRAUSS NUNES DE FRANCA	Comandante de Batalhão	CDS-07
ATENOR CORREA BARRETO	Comandante de Batalhão	CDS-07
ODONI SAVEGNAGO LOPES	Comandante de Batalhão	CDS-07
LINDONEI DE SOUZA CONCEICAO	Comandante de Batalhão	CDS-07
MARCIO BUENO LEITE	Comandante de Batalhão	CDS-07
JOSE FELICIANO DOS SANTOS FILHO	Comandante de Batalhão	CDS-07
ANA PAULA RODRIGUES LEAL	Chefe de Gabinete	CDS-05
HALISSON AVILLA MENDONÇA	Comandante de Companhia	CDS-04
HIGOR CONTARATO SALVADOR	Comandante de Companhia	CDS-04
FABIO OSMIR BRAMBILLA	Ajudante de Ordem	CDS-04
PABLO JOÃO SILVA MEDEIROS	Ajudante de Ordem	CDS-04
ISABELLA SALDANHA DO NASCIMENTO	Ajudante de Ordem	CDS-04
RAIMUNDO PINTO DOS SANTOS	Comandante de Companhia	CDS-04
LEVI FERREIRA DOS SANTOS	Comandante de Companhia	CDS-04
WALDEVINO FERREIRA NETO	Comandante de Companhia	CDS-04
HELIO ALMEIDA SANTANA	Comandante de Companhia	CDS-04
ELVIS MARINHO DONADON BATISTA	Comandante de Companhia	CDS-04
MARCIO ROGERIO DE LIMA PAIVA	Comandante de Companhia	CDS-04
JACKSON DA SILVA BARATA	Diretor de Divisão/ Departamento	CDS-03
FABIO DONISETE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Diretor de Divisão/ Departamento	CDS-03
RAMILTON RODRIGUES DA GAMA	Diretor de Divisão/ Departamento	CDS-03
ELIEL SOARES CAETANO	Assessor III	CDS-03
ANDRADE MIGUEL DA SILVA	Assessor III	CDS-03
CLEIDSON BRUNO DE ABREU COELHO BARRETO	Assessor III	CDS-03
CIRINEU ANTONIO CARVALHO NETO	Assessor III	CDS-03
JAILTON PINTO PINHEIRO	Assessor III	CDS-03
ISLANDIO DANTAS CHAVES	Assessor III	CDS-03
WESLEY DE CASTRO NASCIMENTO	Assessor III	CDS-03
ANA MARIA GONZALEZ PINHEIRO	Chefe de Divisão/ Departamento	CDS-02
ALGEAN CARVALHO DO NASCIMENTO	Chefe de Divisão/ Departamento	CDS-02
IZABEL DOS SANTOS BARBOSA	Chefe de Divisão/ Departamento	CDS-02
EDUARDO RANIERI BARROS PESTANA	Assistente de Gabinete	CDS-01
FRANCISCO ANITHOAN DE FIGUEIREDO JUNIOR	Assessor I	CDS-01
ELIEL ARAUJO DANTAS	Assessor I	CDS-01
LEA KATIUCIA BABIRETZKI	Assessor I	CDS-01
JENNIFER DINIZ DOS SANTOS	Assessor I	CDS-01
FERNANDO SANTOS PEDRAÇA	Assessor I	CDS-01
JOSEVALDO MOREIRA DE PONTES	Assessor I	CDS-01
YANKA SOUZA SANTOS DE MELO	Assessor I	CDS-01
JEANE SOUZA DA SILVA	Assessor I	CDS-01
LUCIANE CASTRO CAHÚ	Assistente de Gabinete	CDS-01
NILMAR ANTUNES DE SOUZA	Assistente de Gabinete	CDS-01

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ANTONIO BARBOZA SOUSA NERES	Assistente de Gabinete	CDS-01
MATHEUS SADILUZ VALENÇA RIBEIRO	Assistente de Gabinete	CDS-01
JOSIMAR RIBEIRO BRAGADO	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
VALMIR SANTIN	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
JEFERSON MARQUES DE OLIVEIRA	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
FLAVIO EDUARDO PASCOAL JUNIOR	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
LUCELMA PEREIRA CORDEIRO	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
SARA BORGES DE SOUZA	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
ROSIVALDO BISPO DE SANTANA	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
GERALDO ADRIANO PIO MACEDO	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
DAVI DE CASTRO FURTADO	Comandante de Pelotão/ Chefe de Seção	CDS-01
FABRICIO LARA FLORES RODRIGUES	Assessor I	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037005416

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
PAULO RENATO HADDAD	Presidente	Subsídio II
JULIANE SILVA DE SOUZA	Assessor XII	CDS-12
MARIA DIONEIA NOGUEIRA DA SILVA OLIVEIRA	Gerente de Departamento Administrativo e Financeiro	CDS-12
ZULENE HONORIO DA SILVA	Chefe de Gabinete da Presidência	CDS-05
SADRAQUE SHOCKNESS DE SOUZA	Gerente de Controle Interno	CDS-05
CLELIA SOUZA MACIEL	Assessor V	CDS-05
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	Assessor V	CDS-05
JANINE FREITAS NEVES DE SOUZA LIMA	Assessor V	CDS-05
LILIANE MACÁRIO MARTINS	Assessor V	CDS-05
YRAM DAMASCENO DE LUCENA ALVES	Secretária do Presidente	CDS-04

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037004984

Decreto de 20 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargos de Direção Superior, no âmbito da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia:

Funcionário	Cargo	Simbolo
PAULO RENATO HADDAD	Presidente	Subsídio
JULIANE SILVA DE SOUZA	Assessor Técnico da Presidência	CDS-14

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARIA DIONEIA NOGUEIRA DA SILVA OLIVEIRA	Gerente de Departamento Administrativo e Financeiro	CDS-14
SADRAQUE SHOCKNESS DE SOUZA	Gerente de Controle Interno	CDS-07
CLELIA SOUZA MACIEL	Assessor	CDS-07
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	Assessor	CDS-07
LILIANE MACÁRIO MARTINS	Assessor	CDS-07
ZULENE HONORIO DA SILVA	Chefe de Gabinete da Presidência	CDS-07
JANINE FREITAS NEVES DE SOUZA LIMA	Assessor	CDS-07
YRAM DAMASCENO DE LUCENA ALVES	Secretária do Presidente	CDS-06

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036669261

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, CEL BM RE 200001834 DANIELE CRISTINA LIMA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-11, de Chefe de Estado-Maior, do Corpo de Bombeiros Militar.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036987139

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, CEL BM RE 200003533 ALAN FABRICIO DA SILVA COSTA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-14, de Subcomandante-Geral, do Corpo de Bombeiros Militar.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036987077

Decreto de 21 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e Lei Complementar nº 948, de 04 de julho de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar dos Cargos de Direção Superior, bem como Dispensar das Funções Gratificadas os servidores do Corpo de Bombeiros Militar, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA	Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar	CDS-16
ALAN FABRÍCIO DA SILVA COSTA	Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar	CDS-15
DANIELE CRISTINA LIMA	Chefe de Estado-Maior	CDS-13
ALAN FABRÍCIO DA SILVA COSTA	Corregedor-Geral de Bombeiro Militar	CDS-11
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA FIRMINO	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10
HUGO RIOS DE LARRAZABAL	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JOSE CONSTANTINO DA SILVA JUNIOR	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10
MERYCLES GUEDES NUNES	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10
MARIO VERGOTTI	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10
FRANCISCO PINTO ANDRADE JUNIOR	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10
TADEU SANCHES PINHEIRO	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10
ANDREY VINICIUS RIBEIRO VAZ	Assessor X	CDS-10
SUED SANTOS ROCHA DE SOUZA	Coordenador/ Comandante Operacional	CDS-10
JOSE APARECIDO DOS SANTOS	Diretor	CDS-09
SERGIO FELIPE FURUKAWA	Diretor	CDS-09
VICTOR PAULO RODRIGUES DE SOUZA	Diretor	CDS-09
PEDRO DANIEL SIMOES BARBATI	Diretor	CDS-09
AVELINO MENEZES DE CARVALHO FILHO	Assessor IX	CDS-09
CHARLISON ALMEIDA DE AGUIAR	Diretor de Educação	CDS-06
EDMAR MELO BRAGA	Diretor de Orçamento e Finanças	CDS-06
JOSE VALTER DA SILVA	Corregedor Geral Adjunto de Bombeiro Militar	CDS-05
SILMARA DE JESUS SANTOS	Assessor V	CDS-05
DAVI DE CASTRO FURTADO	Diretor de Divisão	CDS-04
MARIO CLEBER DA CONCEICAO LOBATO	Diretor de Divisão	CDS-04
IZABEL DOS SANTOS BARBOSA	Diretor de Divisão	CDS-04
YANKA SOUZA SANTOS DE MELO	Diretor de Divisão	CDS-04
MATHEUS SADILUZ VALENÇA RIBEIRO	Diretor de Divisão	CDS-04
JACKSON DA SILVA BARATA	Diretor de Divisão	CDS-04
ALGEAN CARVALHO DO NASCIMENTO	Diretor de Divisão	CDS-04
CLAUDEVAN REIS DE CARVALHO G JUNIOR	Diretor de Divisão	CDS-04
HELVIO FERREIRA MARTINS	Diretor de Divisão	CDS-04
LEA KATIUCIA BABIRETZKI	Assessor IV	CDS-04
FERNANDO SANTOS PEDRAÇA	Assessor IV	CDS-04
JENNIFER DINIZ DOS SANTOS	Assessor IV	CDS-04
ODONI SAVEGNAGO LOPES	Comandante de Grupamento	FG-8
ANNELSANDRE RODRIGUES DA COSTA	Comandante de Grupamento	FG-8
ATENOR CORREA BARRETO	Comandante de Grupamento	FG-8
MARCIO STRAUSS NUNES DE FRANCA	Comandante de Grupamento	FG-8
JOAO LUIZ CORDEIRO JUNIOR	Comandante de Grupamento	FG-8
JOSE FELICIANO DOS SANTOS FILHO	Comandante de Subgrupamento	FG-4
HALISSON AVILLA MENDONÇA	Comandante de Subgrupamento	FG-4
JOSIMAR RIBEIRO BRAGADO	Comandante de Subgrupamento	FG-4
MARCIO BUENO LEITE	Comandante de Subgrupamento	FG-4
RAIMUNDO PINTO DOS SANTOS	Comandante de Subgrupamento	FG-4
MARCIO ROGERIO DE LIMA PAIVA	Comandante de Subgrupamento	FG-4
HIGOR CONTARATO SALVADOR	Comandante de Subgrupamento	FG-4
GEANDERSON MAIA TRINDADE	Comandante de Subgrupamento	FG-4
ELVIS MARINHO DONADON BATISTA	Comandante de Subgrupamento	FG-4
EDUARDO RIBEIRO BELLI	Comandante de Subgrupamento	FG-4
WALDEVINO FERREIRA NETO	Comandante de Subgrupamento	FG-4
VALMIR SANTIN	Comandante de Subgrupamento	FG-4
LEVI FERREIRA DOS SANTOS	Comandante de Subgrupamento	FG-4
AILTON RODRIGUES FERREIRA	Chefe de Centro	FG-4
FABIO OSMIR BRAMBILLA	Chefe de Centro	FG-4
PABLO JOÃO SILVA MEDEIROS	Chefe de Centro	FG-4
RAMILTON RODRIGUES DA GAMA	Chefe de Centro	FG-4

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ROBERTO RODRIGUES LEAL	Chefe de Centro	FG-4
JEFERSON MARQUES DE OLIVEIRA	Chefe de Centro	FG-4
FRANCISCO FERREIRA DE OLIVEIRA	Ajudante Geral	FG-4
JOSEVALDO MOREIRA DE PONTES	Assessor IV	FG-4
FABIO DONISETE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Assessor IV	FG-4
CLIVTON RODRIGO CARVALHO REIS	Chefe de Centro	FG-4
LINDONEI DE SOUZA CONCEICAO	Adjunto	FG-3
FLAVIO EDUARDO PASCOAL JUNIOR	Adjunto	FG-3
ODAIR JOSE DOS SANTOS	Adjunto	FG-3
WELITON CIRQUEIRA DOS SANTOS	Adjunto	FG-3
LUCELMA PEREIRA CORDEIRO	Adjunto	FG-3
ELIEL SOARES CAETANO	Adjunto	FG-3
ANDRADE MIGUEL DA SILVA	Adjunto	FG-3
CLEIDSON BRUNO DE ABREU COELHO BARRETO	Adjunto	FG-3
CIRINEU ANTONIO CARVALHO NETO	Adjunto	FG-3
HELIO ALMEIDA SANTANA	Adjunto	FG-3
JAILTON PINTO PINHEIRO	Adjunto	FG-3
ISLANDIO DANTAS CHAVES	Adjunto	FG-3
WESLEY DE CASTRO NASCIMENTO	Adjunto	FG-3
ROSIVALDO BISPO DE SANTANA	Chefe da Seção de Comando e Serviço	FG-3
ELIEL ARAUJO DANTAS	Chefe de Seção	FG-2
GRAZIELE AZEVEDO DA SILVA	Chefe de Seção	FG-2
ISABELLA SALDANHA DO NASCIMENTO	Chefe de Seção	FG-2
ROSIVALDO BISPO DE SANTANA	Chefe de Seção	FG-2
JOSE JOAQUIM DA SILVA	Chefe de Seção	FG-2
FABIO ROSSET	Chefe de Seção	FG-2
ANA PAULA RODRIGUES LEAL	Chefe de Seção	FG-2
ELIZA GONÇALVES	Chefe de Seção	FG-2
FRANCISCO ANITHOAN DE FIGUEIREDO JUNIOR	Chefe de Seção	FG-2
LUCIANE CASTRO CAHÚ	Chefe de Seção	FG-2
NILMAR ANTUNES DE SOUZA	Chefe de Seção	FG-2
JEANE SOUZA DA SILVA	Chefe de Seção	FG-2
ANTONIO BARBOZA SOUSA NERES	Chefe de Seção	FG-2
FABRICIO LARA FLORES RODRIGUES	Ajudante de Ordem	FG-2
VIVIANI APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA	Comandante de Seção	FG-2
ROSINEIDE MEDRADO DE MACEDO BARBOSA	Comandante de Seção	FG-2
SARA BORGES DE SOUZA	Comandante de Seção	FG-2
PEDRO PAULO RODRIGUES PALMA	Comandante de Seção	FG-2
ADEMIR WIONCZAK	Comandante de Seção	FG-2
UBALDO BARBOSA DE OLIVEIRA	Comandante de Seção	FG-2
ANDERSON JUNIOR ALVES LIMA	Comandante de Seção	FG-2
GERALDO ADRIANO PIO MACEDO	Comandante de Seção	FG-2
FABRICIO MAGNOS SANTOS CAVALCANTE	Comandante de Seção	FG-2
RAIMUNDA LIMA DA SILVA	Comandante de Seção	FG-2
EDUARDO RANIERI BARROS PESTANA	Comandante de Seção	FG-2
ANA MARIA GONZALEZ PINHEIRO	Comandante de Seção	FG-2

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 21 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036765020

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, CEL BM RE 200001509 NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-17, de Comandante-Geral, do Corpo de Bombeiros Militar.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036986977

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 6 de março de 2023, AGDA THAIS ANDRADE PEREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor V, da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037004812

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 2 de março de 2023 publicado no diário oficial nº.41 de 3 de março de 2023 que nomeou, a contar de 28 de fevereiro de 2023, AGDA THAIS ANDRADE PEREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Assessor, da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037004930

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE	Presidente	CDS-17
LEIDIANE DA SILVA ROCHA	Vice-Presidente	CDS-14
THIAGO ROSA MARTINS	Gerente Administrativo e Financeiro	CDS-04
WALDIR TSCHURTSCHENTHALER COSTA	Diretor Técnico e Operacional	CDS-04
MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES RODRIGUES	Gerente Contábil	CDS-04
JULICE EVARISTO FERREIRA DE SANTANA	Chefe do Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio	CDS-03

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JOAO VITOR SAMPAIO BARBOSA	Chefe de Escritório Regional	CDS-02
DIEGO FELIPE ROQUE XAVIER	Chefe de Núcleo de Recursos Humanos	CDS-02
ELLI MAUS	Assessor II	CDS-02
RENATA ALVES DO NASCIMENTO	Assessor II	CDS-02
MARCIA OLIVEIRA DE LIMA	Assessor I	CDS-01
ANDREW MACHADO ALVES	Assessor I	CDS-01
CAROLINE COSTA DE ALENCAR	Assessor I	CDS-01
EVALDO SCHEIDT NETO	Assessor I	CDS-01
JEAN DA COSTA FERREIRA	Assessor I	CDS-01
NAHUARA DE OLIVEIRA PINHEIRO	Assessor I	CDS-01
ROSIVAL FERREIRA PEREIRA	Assessor I	CDS-01
YAN LUIZ NOGUEIRA CRUZ	Assessor I	CDS-01
ELISAMA CANAMARY BARBOSA	Assessor I	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037005141

Decreto de 20 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargos de Direção Superior, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia:

Funcionário	Cargo	Simbolo
FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE	Presidente	CDS-15
LEIDIANE DA SILVA ROCHA	Vice-Presidente	CDS-14
FRANCISCO CARLOS SANTIAGO MACHADO	Coordenador Administrativo e Financeiro	CDS-10
MARA LUCIA DA SILVA SENA	Coordenador de Análise Processual	CDS-08
MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES RODRIGUES	Gerente Contábil	CDS-06
WALDIR TSCHURTSCHENTHALER COSTA	Diretor Técnico e Operacional	CDS-06
THIAGO ROSA MARTINS	Gerente Administrativo e Financeiro	CDS-06
JULICE EVARISTO FERREIRA DE SANTANA	Chefe do Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio	CDS-05
CRISTINA DAYANE FRANCISCATTO P. DA SILVA	Assessor Técnico	CDS-05
DIEGO FELIPE ROQUE XAVIER	Chefe de Núcleo de Recursos Humanos	CDS-04
RENATA ALVES DO NASCIMENTO	Assessor de Gabinete II	CDS-04
JOAO VITOR SAMPAIO BARBOSA	Chefe de Escritório Regional	CDS-04
MARCIA OLIVEIRA DE LIMA	Assistente Técnico II	CDS-03
ANDREW MACHADO ALVES	Assistente Técnico II	CDS-03
CAROLINE COSTA DE ALENCAR	Assistente Técnico II	CDS-03
EVALDO SCHEIDT NETO	Assistente Técnico II	CDS-03
JEAN DA COSTA FERREIRA	Assistente Técnico II	CDS-03
NAHUARA DE OLIVEIRA PINHEIRO	Assistente Técnico II	CDS-03
ROSIVAL FERREIRA PEREIRA	Assistente Técnico II	CDS-03
YAN LUIZ NOGUEIRA CRUZ	Assistente Técnico II	CDS-03
ELISAMA CANAMARY BARBOSA	Assistente de Gabinete	CDS-03

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0036668372

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Controladoria-Geral do Estado, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
FRANCISCO LOPES FERNANDES NETTO	Controlador-Geral	Subsídio II
RODRIGO CESAR SILVA MOREIRA	Controlador-Geral Adjunto	CDS-17
ALAN NEGRI FEITOSA	Diretor Executivo	CDS-14
ADRIAN BRENO CAVALCANTE DO NASCIMENTO	Diretor Administrativo e Financeiro	CDS-10
ELIO FERNANDO ATENCIA VEIGA	Diretor de Responsabilização de Pessoas Jurídicas	CDS-10
JARDYANE PALHANO SANTOS LEMOS	Diretor de Fiscalização e Auditoria Interna	CDS-10
LARISSA ANANDA PAIVA MACIEL	Diretor de Transparência e Governo Aberto	CDS-10
PABLO JEAN VIVAN	Diretor de Consultoria e Gestão de Riscos	CDS-10
ALDENICE MORAIS DA SILVA	Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas	CDS-08
FABIO ALEXANDRE ABIORANA LUCINA	Assessor VIII	CDS-08
MARIA INGRID SILVA SOARES	Chefe de Gabinete	CDS-08
HELOISY PIMENTA QUEIROZ	Assessor VI	CDS-06
MICHEL MATOS DE OLIVEIRA	Assessor VI	CDS-06
RELINTON PINHEIRO FRANCO	Assessor VI	CDS-06
DANTE BLEGGI CUNHA	Assessor V	CDS-05
ADRIENE DE SOUZA FONSECA	Coordenador de Relações Interinstitucionais de Enfrentamento à Corrupção	CDS-05
SILVANIA BARATELA DA SILVA	Chefe de Equipe I	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037005051

Decreto de 17 de março de 2023.

O VICE-GOVERNADOR, no exercício do cargo de GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, combinado com o artigo 58 da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar,a contar de 1 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargos de Direção Superior, no âmbitodaControladoria Geral do Estado:

Funcionário	Cargo	Simbolo
FRANCISCO LOPES FERNANDES NETTO	Controlador-Geral	Subsídio
RODRIGO CESAR SILVA MOREIRA	Coordenador Técnico	CDS-14
LARISSA ANANDA PAIVA MACIEL	Assessor Especial III	CDS-09
ALAN NEGRI FEITOSA	Coordenador	CDS-09
ADRIAN BRENO CAVALCANTE DO NASCIMENTO	Gerente	CDS-08
PABLO JEAN VIVAN	Gerente	CDS-08
RONALDO APARECIDO AVANZI	Gerente	CDS-08
JARDYANE PALHANO SANTOS LEMOS	Gerente	CDS-08

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ALDENICE MORAIS DA SILVA	Assessor Técnico Especial	CDS-08
MICHEL MATOS DE OLIVEIRA	Assessor	CDS-07
ELIO FERNANDO ATENCIA VEIGA	Assessor	CDS-07
ROSILANE DE LOURDES VIEIRA DA SILVA	Assessor I	CDS-06
FABIO ALEXANDRE ABIORANA LUCINA	Assessor I	CDS-06
DANTE BLEGGI CUNHA	Assessor I	CDS-06
ADRIENE DE SOUZA FONSECA	Assistente de Gabinete	CDS-03
MARIA INGRID SILVA SOARES	Chefe de Núcleo	CDS-03
SILVANIA BARATELA DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-03
RELINTON PINHEIRO FRANCO	Chefe de Núcleo	CDS-03
HELOISY PIMENTA QUEIROZ	Chefe de Núcleo	CDS-03

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 17 de março de 2023, 135º da República.

SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA
Governador em exercício

Protocolo 0036662621

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 27 de março de 2023, FRANCISCO CARLOS SANTIAGO MACHADO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Coordenador Administrativo e Financeiro, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037004433

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 27 de março de 2023, MARA LUCIA DA SILVA SENA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Coordenador de Análise Processual, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037004452

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 27 de março de 2023, IRVING BORGES VITORINO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Coordenador Administrativo e Financeiro, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037004820

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 27 de março de 2023, FRANCISCO CARLOS DO PRADO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Coordenador de Análise Processual, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037004841

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, FERNANDA OLGA ALVES DE PAIVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Assessor VII, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037022609

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, SAMYR OTTO BARBOZA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Assessor VII, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037022934

Decretode 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, ALESSANDRA REIS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessor VIII, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037023383

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, ANDERSON FLORES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessor VIII, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037023571

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, MARCELA ALVES DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037024006

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de março de 2023, YURI VARGAS RABELO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Assessor X, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037024295

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 27 de março de 2023 publicado no diário oficial nº.58 de 28 de março de 2023 que nomeou, a contar de 1 de março de 2023, DOMITILLA MARCHIORI SANT'ANNA LEAL DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessor VIII, do Gabinete do Governador.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037033890

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 27 de março de 2023 publicado no diário oficial nº.58 de 28 de março de 2023 que nomeou, a contar de 1 de março de 2023, PRISCILLA PASSOS RIBEIRO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessor VIII, do Gabinete do Governador.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037034508

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 5 de abril de 2023, SIMONE SILVA LOURES JORDÃO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Educação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037036859

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 5 de abril de 2023, VANESSA LILIAN BATISTA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Educação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037037052

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 5 de abril de 2023, DELIAN DE SOUSA FERREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Educação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037037378

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 5 de abril de 2023, PATRICIA DA CONCEIÇÃO SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado da Saúde.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037037703

Decreto de 30 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 5 de abril de 2023, CLEVERSON SOARES DE SOUSA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, do Gabinete do Governador.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037037895

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica., a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
DOMINGOS SAVIO OLIVEIRA DA SILVA	Superintendente de Polícia Técnico-Científica	CDS-17
ANA JULIA FRAZAO PAIVA	Superintendente Adjunto	CDS-14
JOAO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR	Corregedor	CDS-10
JOSELITA COELHO DE MELO ARAUJO	Coordenador	CDS-10
DANILO PINHEIRO DE SOUZA REIS	Diretor VIII	CDS-08
MARCELO CARLOS DOS SANTOS	Diretor VIII	CDS-08
RALPH DA CRUZ CATRINCK	Diretor VIII	CDS-08
TACIANO MADEIRO NOGUEIRA	Diretor VIII	CDS-08
DAVID EMANOEL GOMES BREMIDE	Assessor VI	CDS-06
VARK MARCIO DOS SANTOS FERREIRA	Gerente Regional	CDS-05
DAVID MATOS DE OLIVEIRA	Gerente Regional	CDS-05
ISAAC NEWTON MC COMB PESSOA	Gerente Regional	CDS-05
JERRE SANTOS DE OLIVEIRA	Gerente Regional	CDS-05
MARCO ANTONIO HELBEL	Gerente Regional	CDS-05
MARCOS FABRICIO SENA DE OLIVEIRA	Gerente Regional	CDS-05
PEDRO FIORILLO DE SOUZA	Gerente Regional	CDS-05
LUIZ GONZAGA MACIEL NETO	Gerente Regional	CDS-05
JORISMAR SOARES MONTENEGRO	Assessor III	CDS-03
LORENI ISABEL LENA	Assessor III	CDS-03
CAIO HENRIQUE ARAUJO SOARES	Assessor III	CDS-03
JÉSSICA CARVALHO VIEIRA	Assessor III	CDS-03
CEZAR DA COSTA RAMOS	Assessor III	CDS-03
ALISSON CELESTINO DOS SANTOS	Assessor III	CDS-03
DANIELLY EPONINA SANTOS GAMENHA	Assessor III	CDS-03
RAIANE PLÁCIDO DA SILVA	Assessor III	CDS-03

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037033204

Decreto de 20 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar dos Cargos de Direção Superior, bem como Dispensar das Funções Gratificadas os servidores da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
DOMINGOS SAVIO OLIVEIRA DA SILVA	Diretor-Geral de Polícia Técnica	CDS-16
ANA JULIA FRAZAO PAIVA	Diretor Adjunto de Polícia Técnica	CDS-15
JOAO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR	Corregedor	CDS-12
JOSELITA COELHO DE MELO ARAUJO	Gerente de Administração e Finanças	CDS-12
ALISSON CELESTINO DOS SANTOS	Assessor I	CDS-08
DAVID EMANOEL GOMES BREMIDE	Assessor de Tecnologia da Informação e Comunicação	CDS-08
DANILO PINHEIRO DE SOUZA REIS	Diretor de Instituto	CDS-07
MARCELO CARLOS DOS SANTOS	Diretor de Instituto	CDS-07
RALPH DA CRUZ CATRINCK	Diretor de Instituto	CDS-07
TACIANO MADEIRO NOGUEIRA	Diretor de Instituto	CDS-07
JORISMAR SOARES MONTENEGRO	Assistente Administrativo	CDS-05
LORENI ISABEL LENA	Assistente Administrativo	CDS-05
CAIO HENRIQUE ARAUJO SOARES	Assistente Administrativo	CDS-05
JÉSSICA CARVALHO VIEIRA	Assistente Administrativo	CDS-05
CEZAR DA COSTA RAMOS	Assistente Administrativo	CDS-05
DANIELLY EPONINA SANTOS GAMENHA	Assistente Administrativo	CDS-05
RAIANE PLÁCIDO DA SILVA	Assistente Administrativo	CDS-05
DAVID MATOS DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo Regional	FG-8
ISAAC NEWTON MC COMB PESSOA	Chefe de Núcleo Regional	FG-8
JERRE SANTOS DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo Regional	FG-8
MARCO ANTONIO HELBEL	Chefe de Núcleo Regional	FG-8
MARCOS FABRICIO SENA DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo Regional	FG-8
PEDRO FIORILLO DE SOUZA	Chefe de Núcleo Regional	FG-8
VARK MARCIO DOS SANTOS FERREIRA	Chefe de Núcleo Regional	FG-8
LUIZ GONZAGA MACIEL NETO	Chefe de Núcleo Regional	FG-8

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036722800

Decreto de 29 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Polícia Civil, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
SAMIR FOUAD ABBOUD	Delegado-Geral de Polícia Civil	CDS-17
ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES	Delegado Adjunto de Polícia Civil	CDS-14
MARIO JORGE PINTO SOBRINHO	Corregedor Geral Polícia Civil	CDS-12
ANDERSON FERNANDES MELO	Diretor de Administração e Finanças	CDS-12
MARCIA CRISTINA GAZONI	Corregedor Adjunto da Polícia Civil	CDS-11
ROSILEI DE LIMA	Diretor da Academia de Polícia Civil	CDS-11

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARCOS VINICIUS ALVES E SILVA FILHO	Diretor de Departamento	CDS-11
CRISTIANO LOPES FERREIRA	Diretor de Departamento	CDS-11
LUCILENE PEDROSA DE SOUZA NOVAIS	Diretor de Departamento	CDS-11
RAIMUNDO MENDES DE SOUZA FILHO	Diretor de Departamento	CDS-11
PAULO KAKIONIS	Diretor de Departamento	CDS-11
JOSÉ MARCOS RODRIGUES FARIAS	Diretor de Departamento	CDS-11
VITAL SALVINO OTTONI	Diretor de Departamento	CDS-11
FERNANDA MENDES DE LIMA	Chefe de Gabinete	CDS-09
JOYCE MARY MOREIRA LIMA GUIMARÃES	Assessor IX	CDS-09
ALEXANDRE ARABE MARTINS DE OLIVEIRA	Delegado Regional	CDS-07
JUAREZ DE MORAES LOURENCO	Delegado Regional	CDS-07
FABIO HENRIQUE FERNANDEZ DE CAMPOS	Delegado Regional	CDS-07
HAZAEL FRANCISCO DOS SANTOS	Delegado Regional	CDS-07
MARIO HENRIQUE DE SOUZA CAMARGO	Delegado Regional	CDS-07
RICARDO SOUSA RODRIGUES	Delegado Regional	CDS-07
RODRIGO SPICA	Delegado Regional	CDS-07
ROGERIO PEREIRA DOS SANTOS	Delegado Regional	CDS-07
JAIRO SANTANA JUNIOR	Diretor de Divisão	CDS-06
JULIO CESAR ARABE GOMES DA SILVA	Diretor de Divisão	CDS-06
ALEXSANDRO DOS SANTOS DE QUEIROZ	Diretor de Divisão	CDS-06
RANYERES MONTEIRO BOTELHO	Diretor de Divisão	CDS-06
ANDRIA MENEZES PAIVA MAIA	Diretor de Divisão	CDS-06
HELIO TEIXEIRA LOPES FILHO	Diretor de Divisão	CDS-06
RONILTON ALVES DE LIMA	Diretor de Divisão	CDS-06
GENIVAL QUEIROGA JUNIOR	Diretor de Divisão	CDS-06
SWAMI OTTO BARBOZA NETO	Delegado Titular	CDS-02
THADEU BANCALARI SANTOS DA SILVA	Delegado Titular	CDS-02
VICTOR DE SANTANA MENEZES	Delegado Titular	CDS-02
PAULO ROBERTO DE JESUS MONTEIRO	Delegado Titular	CDS-02
RAFAEL COSTA DOURADO	Delegado Titular	CDS-02
REINALDO VICENTE DOS REIS	Delegado Titular	CDS-02
ROBERTO DOS SANTOS DA SILVA	Delegado Titular	CDS-02
RONALDO CARVALHO CAMPOS	Delegado Titular	CDS-02
ROSA MARIA PINHO CAMPOS	Delegado Titular	CDS-02
SALOMAO DE MATOS CHAVES	Delegado Titular	CDS-02
SANDRO LUIZ ALVES DE MOURA	Delegado Titular	CDS-02
SERGIO LUIS CONDELI	Delegado Titular	CDS-02
SHELBI PRIESTER MARQUES	Delegado Titular	CDS-02
SOLANGELA BARROS GUIMARAES FERREIRA	Delegado Titular	CDS-02
ADRIAN VIERO DA COSTA	Delegado Titular	CDS-02
ADRIANO FRANCA DA SILVA	Delegado Titular	CDS-02
ALESSANDRO BERNARDINO MOREY	Delegado Titular	CDS-02
ALEXANDRE BORGES BACCARINI	Delegado Titular	CDS-02
ALINE NEIVA SANTOS	Delegado Titular	CDS-02
ALIRIO AVELINO DA SILVA JUNIOR	Delegado Titular	CDS-02
AMANDA FERREIRA LEVY	Delegado Titular	CDS-02
ANDRE LUIZ TEDROS TIZIANO	Delegado Titular	CDS-02
CAMILLO MAROCA SOARES	Delegado Titular	CDS-02
CARITIANA CUELLAR DA SILVA	Delegado Titular	CDS-02
CELSO ANDRE KONDAGESKI	Delegado Titular	CDS-02

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CESAR DE ALMEIDA RIBEIRO	Delegado Titular	CDS-02
CHEILA MARA BERTOGLIO	Delegado Titular	CDS-02
CICERO CAVALCANTE DE SOUZA	Delegado Titular	CDS-02
CLAUDIONOR SOARES MUNIZ	Delegado Titular	CDS-02
CRISTIANO MARTINS MATTOS	Delegado Titular	CDS-02
DANIEL BRAGA BATISTA	Delegado Titular	CDS-02
DANIEL DINIZ DALSECO	Delegado Titular	CDS-02
DERLI GOUVEIA	Delegado Titular	CDS-02
EDUARDO CALIXTO BERNARDO	Delegado Titular	CDS-02
ERICA NATHALIA DEMARCHI	Delegado Titular	CDS-02
EVANDRO KOVALHUK DE MACEDO	Delegado Titular	CDS-02
FABIANA MAY BRANDANY	Delegado Titular	CDS-02
FABIANA MOREIRA DE OLIVEIRA BRAGUIN	Delegado Titular	CDS-02
FABIO MOURA DE VICENTE	Delegado Titular	CDS-02
FABRIZIA ELIAS SOARES ALVES	Delegado Titular	CDS-02
FERNANDO OSCAR MATIAS	Delegado Titular	CDS-02
FLAVIANO JOSE DA SILVA JUNIOR	Delegado Titular	CDS-02
FRANCISCO BORGES NETO	Delegado Titular	CDS-02
FRANKIE LOPES DE SOUZA	Delegado Titular	CDS-02
GARDENIA FELICIO CRUZ	Delegado Titular	CDS-02
GIULIANO RICARDO LOPES	Delegado Titular	CDS-02
HERIVELTO LEAL DE SOUZA	Delegado Titular	CDS-02
ICARO ALEX SOARES BEZERRA	Delegado Titular	CDS-02
INGRID DA SILVA BRITO BRANDAO	Delegado Titular	CDS-02
IURY DE MEDEIROS BRASILEIRO	Delegado Titular	CDS-02
JANAINA XANDER WESSEL	Delegado Titular	CDS-02
JEREMIAS MENDES DE SOUZA	Delegado Titular	CDS-02
JESUS SILVA BOABAID	Delegado Titular	CDS-02
JO LOPES DA SILVA	Delegado Titular	CDS-02
JOAO GUSTAVO MACIEL DE SOUZA	Delegado Titular	CDS-02
JOAS DA SILVA GOMES	Delegado Titular	CDS-02
JULIO JOSE DA PAIXAO NETO	Delegado Titular	CDS-02
KEITY MOTA SOARES	Delegado Titular	CDS-02
LAWRENCE KICHILESKI LACHI	Delegado Titular	CDS-02
LEISALOMA CARVALHO RESEM	Delegado Titular	CDS-02
LEOMAR GONÇALVES DO NASCIMENTO	Delegado Titular	CDS-02
LINCOLN OSSAMU MIZUSAKI	Delegado Titular	CDS-02
LUANDA LUIZA MOTA XIMENES	Delegado Titular	CDS-02
LUCAS ALONSO FAVARIN	Delegado Titular	CDS-02
LUIS CARLOS DE ALMEIDA HORA	Delegado Titular	CDS-02
LUIZ FRANCISCO FELIZARDO	Delegado Titular	CDS-02
MARCIO REIS MAIA	Delegado Titular	CDS-02
MARCOS BARP DE ALMEIDA	Delegado Titular	CDS-02
MARCOS CORREIA	Delegado Titular	CDS-02
MAYCKON DOUGLAS PEREIRA	Delegado Titular	CDS-02
MILTON SANTANA DA SILVA	Delegado Titular	CDS-02
NESTOR PAULO ROMANZINI	Delegado Titular	CDS-02
NIKI ALVES LOCATELLI	Delegado Titular	CDS-02
NUBIO LOPES DE OLIVEIRA	Delegado Titular	CDS-02
ODAIR ROBERTO ALMEIDA	Delegado Titular	CDS-02

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

OSMAR LUIZ CASA	Delegado Titular	CDS-02
ALAN FERNANDES DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
ALAN LEITAO DE ABREU	Chefe de Cartório	CDS-01
ANA CLAUDIA MORAES DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
ANA PAULA ALESSIO CARATI	Chefe de Cartório	CDS-01
ADILSON PEREIRA SERRA FILHO	Chefe de SEVIC	CDS-01
ANNE ELIEZE GUNTZEL	Chefe de Cartório	CDS-01
ARMIM GINO BOERO NASCIMENTO	Chefe de Cartório	CDS-01
BRUNA HELENA DE OLIVEIRA ACCIOLY	Chefe de Cartório	CDS-01
CASSIA DENISE DE SOUSA DINIZ	Chefe de Cartório	CDS-01
CLEONICE DA SILVA XIMENES DE SOUZA	Chefe de Cartório	CDS-01
DAIANA PEREIRA ASSIS FORNAZIER	Chefe de Cartório	CDS-01
DIORGENES ALEXANDRE DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
EDNEY DE OLIVEIRA LUCENA	Chefe de Cartório	CDS-01
EDSON FREITAS DE SOUSA	Chefe de Cartório	CDS-01
EDUARDO DO CARMO JUNIOR	Chefe de Cartório	CDS-01
CAIO DA SILVA MOREIRA	Chefe de Cartório	CDS-01
CARLOS ANTONIO DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
CLEDIMAR RODRIGUES ARAUJO	Chefe de Cartório	CDS-01
DIEGO MARINHO DE OLIVEIRA	Chefe de Cartório	CDS-01
EDICARLOS MARTINS DE MATOS	Chefe de Cartório	CDS-01
EDILAINE PAULA BRAGA DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
ELIEZER ALVES	Chefe de Cartório	CDS-01
ELIZANGELA GALINDO LEITE	Chefe de Cartório	CDS-01
ELRICK JOSE DA ROCHA GOMES	Chefe de Cartório	CDS-01
ELVES DOS SANTOS CARDOSO	Chefe de Cartório	CDS-01
EMANUELA LUZ SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
ENOQUE ALENCAR DE SOUZA	Chefe de Cartório	CDS-01
EVA ADRIANA ALVES DE SOUZA	Chefe de Cartório	CDS-01
EZEQUIEL SALDANHA	Chefe de Cartório	CDS-01
FRANCISCA ELIZIA BARRETO	Chefe de Cartório	CDS-01
FRANCISCO ALEX SALES	Chefe de Cartório	CDS-01
GILVAN FERREIRA SANTOS	Chefe de Cartório	CDS-01
GLAUCIA REGINA COSTA SOUZA	Chefe de Cartório	CDS-01
HOMERO KANG TOURINHO SOBRINHO	Chefe de Cartório	CDS-01
HUESLEI FAGNER RODRIGUES DOS SANTOS MARTINELLI	Chefe de Cartório	CDS-01
JANEOMAR VENDRUSCOLO	Chefe de Cartório	CDS-01
JEAN CARLOS LOPES DE CARVALHO	Chefe de Cartório	CDS-01
JEFFERSON PACHECO XAVIER	Chefe de Cartório	CDS-01
JHONATAN MENDES AMORIM	Chefe de Cartório	CDS-01
JOCILDA ALMEIDA DE BARROS	Chefe de Cartório	CDS-01
JOSE NEVES BANDEIRA FILHO	Chefe de Cartório	CDS-01
JOSIAS DE CASTRO	Chefe de Cartório	CDS-01
JULIETTE AMARAL DE PAULA	Chefe de Cartório	CDS-01
KATIA GONCALVES DOS SANTOS	Chefe de Cartório	CDS-01
LARICIA DA SILVA E SILVA BRAGA	Chefe de Cartório	CDS-01
LUANA GABRIELA OLIVEIRA FELIX DE ALMEIDA	Chefe de Cartório	CDS-01
LUCIANA ESPINOSA SOARES	Chefe de Cartório	CDS-01
LUIZ FELIPE MOITA COSTA PEREIRA	Chefe de Cartório	CDS-01
LUIZ HERCULES DOS SANTOS AGUIAR	Chefe de Cartório	CDS-01

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MACLAUDIO PINTO BOIBA	Chefe de Cartório	CDS-01
MARCILENE ROSELI COSTA GARCIA	Chefe de Cartório	CDS-01
MARCOS ALVES VELOZO	Chefe de Cartório	CDS-01
MARCOS CHAGAS RODRIGUES	Chefe de Cartório	CDS-01
MARIA APARECIDA PINHEIRO CASSIMIRO	Chefe de Cartório	CDS-01
MARIA GOMES DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
MARIA JOSE GONCALVES PIRES	Chefe de Cartório	CDS-01
MARILU CASTILHO CRUZ	Chefe de Cartório	CDS-01
MERCIA APARECIDA NEVES MERCHER	Chefe de Cartório	CDS-01
ALDINEIA SANTOS MACIEL	Chefe de SEVIC	CDS-01
MICHEL CAETANO DE LIMA	Chefe de Cartório	CDS-01
MIRLENE ROPELLI SANTOS ALVARENGA	Chefe de Cartório	CDS-01
ALEXANDER CRUZ MENDES QUIRINO	Chefe de SEVIC	CDS-01
MONICA SOARES TEIXEIRA	Chefe de Cartório	CDS-01
ALMERIO DA COSTA TAVARES	Chefe de SEVIC	CDS-01
ANDERSON LEME OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
NATANAEL MODESTO PINTO	Chefe de Cartório	CDS-01
ANDREIA SOUZA PINHEIRO	Chefe de SEVIC	CDS-01
NILSA JOSE DE ALMEIDA	Chefe de Cartório	CDS-01
ANTONIO CARDOSO DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
NOELI DE FATIMA GASPARINI SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
ANTONIO SERGIO BRAZ	Chefe de SEVIC	CDS-01
ARISTON SANTOS SANTANA	Chefe de SEVIC	CDS-01
OZEAS MACIEL PEREIRA JUNIOR	Chefe de Cartório	CDS-01
ARISTOTELES ONASSIS PINTO TEIXEIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
PATRICIA SAMPAIO DE MOURA BRITO	Chefe de Cartório	CDS-01
AURICELIA RODRIGUES DE DEUS	Chefe de SEVIC	CDS-01
PAULO EDSON DE LIMA	Chefe de Cartório	CDS-01
PETTER RICHER DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
PRISCILA GOMES TEIXEIRA	Chefe de Cartório	CDS-01
RAQUEL PEREIRA SANTOS	Chefe de Cartório	CDS-01
CARLOS ANDRE GOMES	Chefe de SEVIC	CDS-01
RODRIGO CESAR MONTENEGRO BENNESBY	Chefe de Cartório	CDS-01
CARLOS FERNANDES ROCHA	Chefe de SEVIC	CDS-01
RODRIGO DOS REIS OLIVEIRA	Chefe de Cartório	CDS-01
CHARLES BURTON DA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
CLAELTON RIBEIRO MENDONCA	Chefe de SEVIC	CDS-01
CLOVIS HENRIQUE DA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
ROGER HENRIQUE LOPES SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
DANY ALEXANDER CUNHA GONÇALVES	Chefe de SEVIC	CDS-01
RUDYRAPHLES ARAUJO DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
SANDRA DA COSTA MARTINS	Chefe de Cartório	CDS-01
SILVIA REGINA PEREIRA RAMOS	Chefe de Cartório	CDS-01
SISLANE ALVES DE SOUZA	Chefe de Cartório	CDS-01
SOLANDRE BEZERRA DA SILVA	Chefe de Cartório	CDS-01
EDER DE SOUZA TRINDADE	Chefe de SEVIC	CDS-01
SUZIANE DA SILVA LACERDA GEMAQUE	Chefe de Cartório	CDS-01
ELIGEAN JKSON BACELAR MATOS	Chefe de SEVIC	CDS-01
TAIS GOMES DE SOUSA RABELO	Chefe de Cartório	CDS-01
ELIZABETI ALVES PEREIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TANIA CRISTINA DE SOUZA CORREA	Chefe de Cartório	CDS-01
EMERSON ILDEBERTO MEDIM BAIA	Chefe de SEVIC	CDS-01
VALERIA OLIVEIRA DE ARAUJO	Chefe de Cartório	CDS-01
ENEDINO DOMINGUES DA SILVA NETO	Chefe de SEVIC	CDS-01
VANILDE CRISTINA ALEXANDRE PAIXAO	Chefe de Cartório	CDS-01
ERIC LIMA E SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
VAUELIDA PINHEIRO FERREIRA	Chefe de Cartório	CDS-01
ERINETE NASCIMENTO LEONEL	Chefe de SEVIC	CDS-01
FABIANO FERREIRA DE SOUZA	Chefe de SEVIC	CDS-01
FELISBERTO GOMES TRINDADE	Chefe de SEVIC	CDS-01
FLÁVIO BRILHANTE ZEFERINO	Chefe de SEVIC	CDS-01
ELINALDO DE OLIVEIRA BONFIM	Assessor I	CDS-01
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
MAHMOUD FAWZI EL RAFIHI	Assessor I	CDS-01
FRANCISCO SOUSA DE BRITO	Chefe de SEVIC	CDS-01
ANIELY MARQUES DUTRA	Assessor I	CDS-01
THIAGO DE CASTRO PEREIRA	Assessor I	CDS-01
FRANKLIM SOARES NEVES	Chefe de SEVIC	CDS-01
ADEMAR PEREIRA LOPES FILHO	Chefe de SEVIC	CDS-01
GENIVALDO BARBOSA DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
GENIVALDO DOS SANTOS MOURA	Chefe de SEVIC	CDS-01
GERALDO PEREIRA DA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
GERSON GONCALVES DA COSTA	Chefe de SEVIC	CDS-01
HELEDE MARIANO BATISTA	Chefe de SEVIC	CDS-01
HELIO PEREIRA CRUZ	Chefe de SEVIC	CDS-01
ISRAEL DOS SANTOS TINE	Chefe de SEVIC	CDS-01
IVAN VIEIRA DE SOUZA	Chefe de SEVIC	CDS-01
JÂNIO ANDRADE DE MORAIS	Chefe de SEVIC	CDS-01
JARES DE SOUZA LIMA JUNIOR	Chefe de SEVIC	CDS-01
JARSON ABIORANA DO NASCIMENTO	Chefe de SEVIC	CDS-01
JAZIO PESSOA DE ARAUJO	Chefe de SEVIC	CDS-01
JEFERSON MARTINS DA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
JEFFESON CORDEIRO MUNIZ	Chefe de SEVIC	CDS-01
JESUS JOSUE DA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOAO MARIA NETO	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOAO VICENTE FIGUEREDO SANTOS SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
JORGEVANE SOUZA GOMES	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOSE ALMIRO TAVARES	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOSE GOMES DE ALMEIDA FILHO	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOSE MARIA DE SOUZA	Chefe de SEVIC	CDS-01
WALDSON DIEGO DOS SANTOS	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOSE TOMAZ COSTA	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOSIEL CAVALCANTE VIEIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
LUCINEI NUNES LEITE	Chefe do Núcleo de Análises II	CDS-01
JOYCE ANNE MARTINS MOTTA ACCO	Chefe de SEVIC	CDS-01
GERLANDIO MARQUES SANTOS	Chefe de Núcleo do CIBER-LAB	CDS-01
ALAN RICARDO DE AMORIM	Chefe de Núcleo	CDS-01
ALEXSANDRE RIBEIRO DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
ALINE FERNANDA SANTOS	Chefe de Núcleo	CDS-01
AMÁCIO DA SILVA ALENCAR	Chefe de Núcleo	CDS-01

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ANDERSON SILVA DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
LAYNER ANDAM DE BARROS	Chefe de SEVIC	CDS-01
ARIZETE LOPES FERNANDES	Chefe de Núcleo	CDS-01
LUCIANO NASCIMENTO SOUZA	Chefe de SEVIC	CDS-01
LUVERCI DE OLIVEIRA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
ALZIRA DOS SANTOS BEZERRA	Presidente de Comissão	CDS-01
MARCIA MARIA MATOSO MACHADO RAGNINI	Chefe de SEVIC	CDS-01
AURIETE LIMA FREIRE	Chefe de Núcleo	CDS-01
ANDREA MARIA REZENDE	Presidente de Comissão	CDS-01
BARBARA THAIS VIEIRA DE FREITAS	Chefe de Núcleo	CDS-01
UHANDERLY DA SILVA COSTA	Presidente de Comissão	CDS-01
CARLA ALMEIDA DE MOURA FROTA	Chefe de Núcleo	CDS-01
CHRISTIAN MICHEL MARTINS	Chefe de Núcleo	CDS-01
MARCIO RODRIGUES PORTUGAL	Chefe de SEVIC	CDS-01
MARCOS BONFA	Chefe de SEVIC	CDS-01
MARCOS CANDIDO DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
CLAUDIR BORACINI FILHO	Chefe de Núcleo	CDS-01
MARCOS DE SOUZA BRITO	Chefe de SEVIC	CDS-01
CLODOALDO OLIVEIRA DE MELO JUNIOR	Chefe de Núcleo	CDS-01
MARIA DO ESPIRITO SANTO CARVALHO FERREIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
MAURO MARCELO DE SOUSA RAMALHO	Chefe de SEVIC	CDS-01
METU ZALEM DE SOUZA COSTA	Chefe de SEVIC	CDS-01
DULCENIRA COUTINHO MAGALHAES DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo	CDS-01
NEUDSON LIMA CORDEIRO	Chefe de SEVIC	CDS-01
EDGAR FELIPE DANTAS MOTTA	Chefe de Núcleo	CDS-01
PATRICIO FRANCO PONTES	Chefe de SEVIC	CDS-01
EDGLEY QUEIROS BUENO	Chefe de Núcleo	CDS-01
RENATA MOURAO RODRIGUES DE PAIVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
ELCY DE LIMA SOARES FIGUEIRA	Chefe de Núcleo	CDS-01
ELIAS MARTINS DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo	CDS-01
ELIZANGELA MATIAS DE SOUZA	Chefe de Núcleo	CDS-01
ERIVALDO DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo	CDS-01
FABIANNE APARECIDA FERREIRA	Chefe de Núcleo	CDS-01
FABIO AMAZONAS SOUZA	Chefe de Núcleo	CDS-01
RONALDO GAMA FONTES JUNIOR	Chefe de SEVIC	CDS-01
FERNANDA CARNELOSE	Chefe de Núcleo	CDS-01
RONALDO MENDES PEREIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
FERNANDO SERRA JUNIOR	Chefe de Núcleo	CDS-01
FRANCILENE MOURA DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
FRANCILINO PEDROSO DO NASCIMENTO	Chefe de Núcleo	CDS-01
FRANCISCA NECY SILVEIRA MAIA	Chefe de Núcleo	CDS-01
SILVALDO MARTINS DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
VAGNER ESTEVAO NOBRE DE PAULA	Chefe de SEVIC	CDS-01
FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo	CDS-01
VALTER MIRANDA BOTELHO	Chefe de SEVIC	CDS-01
GEORGE HARRISSON LEMOS SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
VERA LUCIA PEREIRA CRUZ	Chefe de SEVIC	CDS-01
VICTOR VASQUES RODRIGUES FILHO	Chefe de SEVIC	CDS-01
GLEISSON DOS SANTOS ELIAS	Chefe de Núcleo	CDS-01
VILMAR FRANCISCO DOS SANTOS	Chefe de SEVIC	CDS-01

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ISAQUE JOHNSON CABRAL	Chefe de Núcleo	CDS-01
WALDENOR MELO DE CASTRO	Chefe de SEVIC	CDS-01
JESULINDA YURIKA TANABE	Chefe de Núcleo	CDS-01
CLAUDIOMILSON PEREIRA	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOSE LOUREIRO CURVELO FILHO	Chefe de Núcleo	CDS-01
JOSE VIEIRA SOBRINHO	Chefe de Núcleo	CDS-01
DIONATAN ARAUJO PINTO FIGUEIREDO	Chefe de SEVIC	CDS-01
JOSE TIARLES DE OLIVEIRA SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
JULIANA FERREIRA	Chefe de Núcleo	CDS-01
JULIO ANDRE KASPER DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
ROMULO AMORIM LIMBERGER	Chefe de SEVIC	CDS-01
SIDNEY DA SILVA NUNES	Chefe de SEVIC	CDS-01
LAIS DE FREITAS PIMENTA	Chefe de Núcleo	CDS-01
LIDIA COSTA ROCHA	Chefe de Núcleo	CDS-01
LORENA AGUIAR DE MIRA	Chefe de Núcleo	CDS-01
LORRAINE DHEYNE MAMONI NEUHAUS	Chefe de Núcleo	CDS-01
LUIZ CARLOS LASSEN	Chefe de Núcleo	CDS-01
LUIZ FREDSON FRANCA	Chefe de Núcleo	CDS-01
LUIZ PAULO BARROSO DO CARMO	Chefe de Núcleo	CDS-01
MARCELLE CHAGAS FURTADO	Chefe de Núcleo	CDS-01
MARCELO SOUZA DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
JULIO CEZAR JOAQUIM E SILVA	Chefe de SEVIC	CDS-01
MARCOS AUGUSTO BITENCOURT DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo	CDS-01
ROBERTO OTINO RODRIGUES DE FREITAS	Chefe de SEVIC	CDS-01
MARCOS JUNIOR FERREIRA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	CDS-01
MARINALDA BARBOSA LIMA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	CDS-01
MARIO JORGE ROQUE DE LIMA	Chefe de Núcleo	CDS-01
MERCEDES DA SILVA MOURA CARVALHO	Chefe de Núcleo	CDS-01
PAULO ENEIAS ANICETO	Chefe de Núcleo	CDS-01
RAFAEL DE SOUZA SUIYAMA	Chefe de Núcleo	CDS-01
REGINALDO FERREIRA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	CDS-01
RONALDO ADRIANO CANDIDO DAPONT	Chefe de Núcleo	CDS-01
ROSA MARIA MONTEIRO	Chefe de Núcleo	CDS-01
ROSELEI VIRGINIA FERREIRA	Chefe de Núcleo	CDS-01
ROZELY COLI	Chefe de Núcleo	CDS-01
RUTH MEIRE DE FREITAS SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
SIMONE OLIVEIRA MOURA	Chefe de Núcleo	CDS-01
TAIZE CORDEIRO DE LUCENA	Chefe de Núcleo	CDS-01
TATHYANA RODRIGUES LEAL ROCHA	Chefe de Núcleo	CDS-01
TELMA DO SOCORRO ROCHA PANTOJA	Chefe de Núcleo	CDS-01
THULIO WANDERLEY VIEIRA DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
TIAGO ALVES DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
VALDIQUE FERREIRA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	CDS-01
VICENTE DOMINGOS ONORATO	Chefe de Núcleo	CDS-01
VINICIUS ARAUJO PEIXOTO	Chefe de Núcleo	CDS-01
WELINTON RODRIGUES MARQUES	Chefe de Núcleo	CDS-01
WEVERTON SOARES RIBEIRO	Chefe de Núcleo	CDS-01
JOSE MOISANIEL GOMES DO CARMO	Chefe de Seção I	CDS-01
FABIANA MARINHO DA MOTA	Chefe de Seção I	CDS-01
ADEILTON BRITO DE LIMA	Membro de Comissão	CDS-01

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ANDREA SIMONE MORAES CORREA	Membro de Comissão	CDS-01
DEIVISSON GUIMARAES NUNES DE SOUZA	Membro de Comissão	CDS-01
EMILIA DOS SANTOS QUEIROZ DA SILVA	Membro de Comissão	CDS-01
JASON ACACIO DE CARVALHO CANTAREIRA	Membro de Comissão	CDS-01
LUCINEI VIEIRA DOS SANTOS	Membro de Comissão	CDS-01
LUIZ WALMIR NOE LEITAO	Membro de Comissão	CDS-01
MARIA DE LOURDES DA SILVA ALBUQUERQUE	Membro de Comissão	CDS-01
MAURICIO NOGUEIRA GOMES	Membro de Comissão	CDS-01
RONNIE CORREA EGUEZ	Membro de Comissão	CDS-01
SERGIO SILVA PEREIRA	Membro de Comissão	CDS-01
SOLANGE MARIA GOMES MUNHOZ	Membro de Comissão	CDS-01
ALESSANDRO GUIMARAES LEAL DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-01
WILLIAMINS EDUARDO JOSE DOS SANTOS	Chefe de SEVIC	CDS-01
BRAYAN SOARES DO NACIMENTO	Coordenador Executivo - FUNRESPOL	CDS-02
EDUARDO AREIAS LOUZADA NEVES	Diretor de Fiscalização e Arrecadação - FUNRESPOL	CDS-01
HERALDO DUARTE VIANA FILHO	Diretor de Divisão Financeira	CDS-01
JOSECLEI SCHEREDER	Diretor de Divisão de Execução Orçamentária	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036983936

Decreto de 20 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar dos Cargos de Direção Superior, bem como Dispensar das Funções Gratificadas os servidoresdaPolícia Civil,a contar de 1 de março de 2023,conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
SAMIR FOUAD ABBOUD	Delegado-Geral de Polícia Civil	CDS-16
ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES	Delegado Adjunto de Polícia Civil	CDS-15
MARIO JORGE PINTO SOBRINHO	Corregedor Geral Polícia Civil	CDS-10
ANDERSON FERNANDES MELO	Diretor de Administração e Finanças	CDS-10
ROSILEI DE LIMA	Diretor da Academia de Polícia Civil	CDS-08
MARCOS VINICIUS ALVES E SILVA FILHO	Diretor de Departamento	CDS-08
PAULO KAKIONIS	Diretor de Departamento	CDS-08
VITAL SALVINO OTTONI	Diretor de Departamento	CDS-08
JOSÉ MARCOS RODRIGUES FARIAS	Diretor de Departamento	CDS-08
RAIMUNDO MENDES DE SOUZA FILHO	Diretor de Departamento	CDS-08
LUCILENE PEDROSA DE SOUZA NOVAIS	Diretor de Departamento	CDS-08
CRISTIANO LOPES FERREIRA	Diretor de Departamento	CDS-08
MARCIA CRISTINA GAZONI	Corregedor Adjunto da Polícia Civil	CDS-08
JULIO CESAR ARABE GOMES DA SILVA	Diretor de Divisão	CDS-06
ALEXSANDRO DOS SANTOS DE QUEIROZ	Diretor de Divisão	CDS-06
RANYERES MONTEIRO BOTELHO	Diretor de Divisão	CDS-06
GENIVAL QUEIROGA JUNIOR	Diretor de Divisão	CDS-06
ANDRIA MENEZES PAIVA MAIA	Diretor de Divisão	CDS-06
HELIO TEIXEIRA LOPES FILHO	Diretor de Divisão	CDS-06
RONILTON ALVES DE LIMA	Diretor de Divisão	CDS-06

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JAIRO SANTANA JUNIOR	Diretor de Divisão	CDS-06
MARIO HENRIQUE DE SOUZA CAMARGO	Delegado Regional	FG-8
FABIO HENRIQUE FERNANDEZ DE CAMPOS	Delegado Regional	FG-8
HAZAEL FRANCISCO DOS SANTOS	Delegado Regional	FG-8
RODRIGO SPICA	Delegado Regional	FG-8
ALEXANDRE ARABE MARTINS DE OLIVEIRA	Delegado Regional	FG-8
RICARDO SOUSA RODRIGUES	Delegado Regional	FG-8
ROGERIO PEREIRA DOS SANTOS	Delegado Regional	FG-8
JUAREZ DE MORAES LOURENCO	Delegado Regional	FG-8
FERNANDA MENDES DE LIMA	Chefe de Gabinete	FG-8
JOYCE MARY MOREIRA LIMA GUIMARÃES	Assessor VIII	FG-8
MAYCKON DOUGLAS PEREIRA	Delegado Titular	FG-5
MILTON SANTANA DA SILVA	Delegado Titular	FG-5
NESTOR PAULO ROMANZINI	Delegado Titular	FG-5
NIKI ALVES LOCATELLI	Delegado Titular	FG-5
NUBIO LOPES DE OLIVEIRA	Delegado Titular	FG-5
ODAIR ROBERTO ALMEIDA	Delegado Titular	FG-5
OSMAR LUIZ CASA	Delegado Titular	FG-5
PAULO ROBERTO DE JESUS MONTEIRO	Delegado Titular	FG-5
RAFAEL COSTA DOURADO	Delegado Titular	FG-5
REINALDO VICENTE DOS REIS	Delegado Titular	FG-5
ROBERTO DOS SANTOS DA SILVA	Delegado Titular	FG-5
RONALDO CARVALHO CAMPOS	Delegado Titular	FG-5
ROSA MARIA PINHO CAMPOS	Delegado Titular	FG-5
SERGIO LUIS CONDELI	Delegado Titular	FG-5
SHELBI PRIESTER MARQUES	Delegado Titular	FG-5
SOLANGELA BARROS GUIMARAES FERREIRA	Delegado Titular	FG-5
THADEU BANCALARI SANTOS DA SILVA	Delegado Titular	FG-5
VICTOR DE SANTANA MENEZES	Delegado Titular	FG-5
DANIEL BRAGA BATISTA	Delegado Titular	FG-5
FRANCISCO BORGES NETO	Delegado Titular	FG-5
FERNANDO OSCAR MATIAS	Delegado Titular	FG-5
LINCOLN OSSAMU MIZUSAKI	Delegado Titular	FG-5
FRANKIE LOPES DE SOUZA	Delegado Titular	FG-5
LAWRENCE KICHILESKI LACHI	Delegado Titular	FG-5
FABRIZIA ELIAS SOARES ALVES	Delegado Titular	FG-5
SANDRO LUIZ ALVES DE MOURA	Delegado Titular	FG-5
ADRIANO FRANCA DA SILVA	Delegado Titular	FG-5
ALESSANDRO BERNARDINO MOREY	Delegado Titular	FG-5
ALINE NEIVA SANTOS	Delegado Titular	FG-5
ALIRIO AVELINO DA SILVA JUNIOR	Delegado Titular	FG-5
AMANDA FERREIRA LEVY	Delegado Titular	FG-5
ANDRE LUIZ TEDROS TIZIANO	Delegado Titular	FG-5
CARITIANA CUELLAR DA SILVA	Delegado Titular	FG-5
CELSO ANDRE KONDAGESKI	Delegado Titular	FG-5
CESAR DE ALMEIDA RIBEIRO	Delegado Titular	FG-5
CICERO CAVALCANTE DE SOUZA	Delegado Titular	FG-5
CLAUDIONOR SOARES MUNIZ	Delegado Titular	FG-5
FABIANA MOREIRA DE OLIVEIRA BRAGUIN	Delegado Titular	FG-5
CRISTIANO MARTINS MATTOS	Delegado Titular	FG-5

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

DERLI GOUVEIA	Delegado Titular	FG-5
EDUARDO CALIXTO BERNARDO	Delegado Titular	FG-5
EVANDRO KOVALHUK DE MACEDO	Delegado Titular	FG-5
FABIANA MAY BRANDANY	Delegado Titular	FG-5
FABIO MOURA DE VICENTE	Delegado Titular	FG-5
FLAVIANO JOSE DA SILVA JUNIOR	Delegado Titular	FG-5
GARDENIA FELICIO CRUZ	Delegado Titular	FG-5
GIULIANO RICARDO LOPES	Delegado Titular	FG-5
HERIVELTO LEAL DE SOUZA	Delegado Titular	FG-5
IURY DE MEDEIROS BRASILEIRO	Delegado Titular	FG-5
JANAINA XANDER WESSEL	Delegado Titular	FG-5
JEREMIAS MENDES DE SOUZA	Delegado Titular	FG-5
JESUS SILVA BOABAID	Delegado Titular	FG-5
JO LOPES DA SILVA	Delegado Titular	FG-5
JOAO GUSTAVO MACIEL DE SOUZA	Delegado Titular	FG-5
JOAS DA SILVA GOMES	Delegado Titular	FG-5
JULIO JOSE DA PAIXAO NETO	Delegado Titular	FG-5
KEITY MOTA SOARES	Delegado Titular	FG-5
LUANDA LUIZA MOTA XIMENES	Delegado Titular	FG-5
LUCAS ALONSO FAVARIN	Delegado Titular	FG-5
LUIS CARLOS DE ALMEIDA HORA	Delegado Titular	FG-5
MARCIO REIS MAIA	Delegado Titular	FG-5
MARCOS BARP DE ALMEIDA	Delegado Titular	FG-5
MARCOS CORREIA	Delegado Titular	FG-5
ERICA NATHALIA DEMARCHI	Delegado Titular	FG-5
ICARO ALEX SOARES BEZERRA	Delegado Titular	FG-5
SWAMI OTTO BARBOZA NETO	Delegado Titular	FG-5
LEISALOMA CARVALHO RESEM	Delegado Titular	FG-5
ADRIAN VIERO DA COSTA	Delegado Titular	FG-5
DANIEL DINIZ DALSECO	Delegado Titular	FG-5
CAMILLO MAROCA SOARES	Delegado Titular	FG-5
SALOMAO DE MATOS CHAVES	Delegado Titular	FG-5
ALEXANDRE BORGES BACCARINI	Delegado Titular	FG-5
LEOMAR GONÇALVES DO NASCIMENTO	Delegado Titular	FG-5
CHEILA MARA BERTOGLIO	Delegado Titular	FG-5
LUIZ FRANCISCO FELIZARDO	Delegado Titular	FG-5
INGRID DA SILVA BRITO BRANDAO	Delegado Titular	FG-5
THIAGO DE CASTRO PEREIRA	Assessor IV	FG-4
ELINALDO DE OLIVEIRA BONFIM	Assessor IV	FG-4
MAHMOUD FAWZI EL RAFIHI	Assessor IV	FG-4
ANIELY MARQUES DUTRA	Assessor IV	FG-4
LUCINEI NUNES LEITE	Chefe do Núcleo de Análises II	FG-4
GERLANDIO MARQUES SANTOS	Chefe de Núcleo do CIBER-LAB	FG-4
ANDREA MARIA REZENDE	Presidente de Comissão	FG-3
ALZIRA DOS SANTOS BEZERRA	Presidente de Comissão	FG-3
UHANDERLY DA SILVA COSTA	Presidente de Comissão	FG-3
DIORGENES ALEXANDRE DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
EDNEY DE OLIVEIRA LUCENA	Chefe de Cartório	FG-3
EDSON FREITAS DE SOUSA	Chefe de Cartório	FG-3
EDUARDO DO CARMO JUNIOR	Chefe de Cartório	FG-3

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EMANUELA LUZ SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
EVA ADRIANA ALVES DE SOUZA	Chefe de Cartório	FG-3
FRANCISCO ALEX SALES	Chefe de Cartório	FG-3
HOMERO KANG TOURINHO SOBRINHO	Chefe de Cartório	FG-3
JEAN CARLOS LOPES DE CARVALHO	Chefe de Cartório	FG-3
JOCILDA ALMEIDA DE BARROS	Chefe de Cartório	FG-3
JULIETTE AMARAL DE PAULA	Chefe de Cartório	FG-3
LARICIA DA SILVA E SILVA BRAGA	Chefe de Cartório	FG-3
LUIZ FELIPE MOITA COSTA PEREIRA	Chefe de Cartório	FG-3
MACLAUDIO PINTO BOIBA	Chefe de Cartório	FG-3
MARIA GOMES DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
MARILU CASTILHO CRUZ	Chefe de Cartório	FG-3
JANEOMAR VENDRUSCOLO	Chefe de Cartório	FG-3
JOSE NEVES BANDEIRA FILHO	Chefe de Cartório	FG-3
ANA PAULA ALESSIO CARATI	Chefe de Cartório	FG-3
SUZIANE DA SILVA LACERDA GEMAQUE	Chefe de Cartório	FG-3
MARCILENE ROSELI COSTA GARCIA	Chefe de Cartório	FG-3
VANILDE CRISTINA ALEXANDRE PAIXAO	Chefe de Cartório	FG-3
SOLANDRE BEZERRA DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
EDICARLOS MARTINS DE MATOS	Chefe de Cartório	FG-3
KATIA GONCALVES DOS SANTOS	Chefe de Cartório	FG-3
NOELI DE FATIMA GASPARINI SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
ELRICK JOSE DA ROCHA GOMES	Chefe de Cartório	FG-3
ARMIM GINO BOERO NASCIMENTO	Chefe de Cartório	FG-3
PATRICIA SAMPAIO DE MOURA BRITO	Chefe de Cartório	FG-3
DIEGO MARINHO DE OLIVEIRA	Chefe de Cartório	FG-3
SANDRA DA COSTA MARTINS	Chefe de Cartório	FG-3
VALERIA OLIVEIRA DE ARAUJO	Chefe de Cartório	FG-3
MARIA JOSE GONCALVES PIRES	Chefe de Cartório	FG-3
MERCIA APARECIDA NEVES MERCHER	Chefe de Cartório	FG-3
ENOQUE ALENCAR DE SOUZA	Chefe de Cartório	FG-3
HUESLEI FAGNER RODRIGUES DOS SANTOS MARTINELLI	Chefe de Cartório	FG-3
JEFFERSON PACHECO XAVIER	Chefe de Cartório	FG-3
LUIZ HERCULES DOS SANTOS AGUIAR	Chefe de Cartório	FG-3
MARCOS CHAGAS RODRIGUES	Chefe de Cartório	FG-3
ANA CLAUDIA MORAES DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
ANTONIO HENRIQUE FERNANDES NETO	Chefe de Cartório	FG-3
CASSIA DENISE DE SOUSA DINIZ	Chefe de Cartório	FG-3
CLEONICE DA SILVA XIMENES DE SOUZA	Chefe de Cartório	FG-3
DAIANA PEREIRA ASSIS FORNAZIER	Chefe de Cartório	FG-3
MONICA SOARES TEIXEIRA	Chefe de Cartório	FG-3
NILSA JOSE DE ALMEIDA	Chefe de Cartório	FG-3
OZEAS MACIEL PEREIRA JUNIOR	Chefe de Cartório	FG-3
PAULO EDSON DE LIMA	Chefe de Cartório	FG-3
PRISCILA GOMES TEIXEIRA	Chefe de Cartório	FG-3
RAQUEL PEREIRA SANTOS	Chefe de Cartório	FG-3
RODRIGO CESAR MONTENEGRO BENNESBY	Chefe de Cartório	FG-3
RODRIGO DOS REIS OLIVEIRA	Chefe de Cartório	FG-3
RUDYRAPHLES ARAUJO DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
SILVIA REGINA PEREIRA RAMOS	Chefe de Cartório	FG-3

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

SISLANE ALVES DE SOUZA	Chefe de Cartório	FG-3
MIRLENE ROPELLI SANTOS ALVARENGA	Chefe de Cartório	FG-3
TAIS GOMES DE SOUSA RABELO	Chefe de Cartório	FG-3
ALAN LEITAO DE ABREU	Chefe de Cartório	FG-3
ROGER HENRIQUE LOPES SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
ELIEZER ALVES	Chefe de Cartório	FG-3
EZEQUIEL SALDANHA	Chefe de Cartório	FG-3
CARLOS ANTONIO DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
MICHEL CAETANO DE LIMA	Chefe de Cartório	FG-3
ANNE ELIEZE GUNTZEL	Chefe de Cartório	FG-3
MARCOS ALVES VELOZO	Chefe de Cartório	FG-3
LUANA GABRIELA OLIVEIRA FELIX DE ALMEIDA	Chefe de Cartório	FG-3
TANIA CRISTINA DE SOUZA CORREA	Chefe de Cartório	FG-3
MARIA APARECIDA PINHEIRO CASSIMIRO	Chefe de Cartório	FG-3
LUCIANA ESPINOSA SOARES	Chefe de Cartório	FG-3
EDILAINE PAULA BRAGA DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
ELVES DOS SANTOS CARDOSO	Chefe de Cartório	FG-3
JHONATAN MENDES AMORIM	Chefe de Cartório	FG-3
CLEDIMAR RODRIGUES ARAUJO	Chefe de Cartório	FG-3
CAIO DA SILVA MOREIRA	Chefe de Cartório	FG-3
JOSIAS DE CASTRO	Chefe de Cartório	FG-3
PETTER RICHER DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
ALAN FERNANDES DA SILVA	Chefe de Cartório	FG-3
GILVAN FERREIRA SANTOS	Chefe de Cartório	FG-3
BRUNA HELENA DE OLIVEIRA ACCIOLY	Chefe de Cartório	FG-3
FRANCISCA ELIZIA BARRETO	Chefe de Cartório	FG-3
GLAUCIA REGINA COSTA SOUZA	Chefe de Cartório	FG-3
ELIZANGELA GALINDO LEITE	Chefe de Cartório	FG-3
NATANAEL MODESTO PINTO	Chefe de Cartório	FG-3
VAUELIDA PINHEIRO FERREIRA	Chefe de Cartório	FG-3
AURIETE LIMA FREIRE	Chefe de Núcleo	FG-3
ROSELEI VIRGINIA FERREIRA	Chefe de Núcleo	FG-3
CHRISTIAN MICHEL MARTINS	Chefe de Núcleo	FG-3
LUIZ PAULO BARROSO DO CARMO	Chefe de Núcleo	FG-3
AMÁCIO DA SILVA ALENCAR	Chefe de Núcleo	FG-3
VICENTE DOMINGOS ONORATO	Chefe de Núcleo	FG-3
MARCELO SOUZA DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
JESULINDA YURIKA TANABE	Chefe de Núcleo	FG-3
TELMA DO SOCORRO ROCHA PANTOJA	Chefe de Núcleo	FG-3
TAIZE CORDEIRO DE LUCENA	Chefe de Núcleo	FG-3
CLODOALDO OLIVEIRA DE MELO JUNIOR	Chefe de Núcleo	FG-3
LORENA AGUIAR DE MIRA	Chefe de Núcleo	FG-3
ALAN RICARDO DE AMORIM	Chefe de Núcleo	FG-3
JOSE VIEIRA SOBRINHO	Chefe de Núcleo	FG-3
REGINALDO FERREIRA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	FG-3
LUIZ CARLOS LASSEN	Chefe de Núcleo	FG-3
RUTH MEIRE DE FREITAS SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
FABIO AMAZONAS SOUZA	Chefe de Núcleo	FG-3
CARLA ALMEIDA DE MOURA FROTA	Chefe de Núcleo	FG-3
ELIZANGELA MATIAS DE SOUZA	Chefe de Núcleo	FG-3

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RONALDO ADRIANO CANDIDO DAPONT	Chefe de Núcleo	FG-3
ELIAS MARTINS DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo	FG-3
FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo	FG-3
DULCENIRA COUTINHO MAGALHAES DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo	FG-3
MARINALDA BARBOSA LIMA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	FG-3
MARIO JORGE ROQUE DE LIMA	Chefe de Núcleo	FG-3
ISAQUE JOHNSON CABRAL	Chefe de Núcleo	FG-3
ALINE FERNANDA SANTOS	Chefe de Núcleo	FG-3
THULIO WANDERLEY VIEIRA DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
ROZELY COLI	Chefe de Núcleo	FG-3
VALDIQUE FERREIRA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	FG-3
VINICIUS ARAUJO PEIXOTO	Chefe de Núcleo	FG-3
MARCOS JUNIOR FERREIRA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	FG-3
EDGLEY QUEIROS BUENO	Chefe de Núcleo	FG-3
CLAUDIR BORACINI FILHO	Chefe de Núcleo	FG-3
PAULO ENEIAS ANICETO	Chefe de Núcleo	FG-3
LUIZ FREDSON FRANCA	Chefe de Núcleo	FG-3
FABIANNE APARECIDA FERREIRA	Chefe de Núcleo	FG-3
FRANCILENE MOURA DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
JULIANA FERREIRA	Chefe de Núcleo	FG-3
MARCELLE CHAGAS FURTADO	Chefe de Núcleo	FG-3
LAIS DE FREITAS PIMENTA	Chefe de Núcleo	FG-3
ROSA MARIA MONTEIRO	Chefe de Núcleo	FG-3
ERIVALDO DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo	FG-3
WEVERTON SOARES RIBEIRO	Chefe de Núcleo	FG-3
EDGAR FELIPE DANTAS MOTTA	Chefe de Núcleo	FG-3
SIMONE OLIVEIRA MOURA	Chefe de Núcleo	FG-3
WELINTON RODRIGUES MARQUES	Chefe de Núcleo	FG-3
ALESSANDRO GUIMARAES LEAL DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
ELCY DE LIMA SOARES FIGUEIRA	Chefe de Núcleo	FG-3
FRANCISCA NECY SILVEIRA MAIA	Chefe de Núcleo	FG-3
MERCEDES DA SILVA MOURA CARVALHO	Chefe de Núcleo	FG-3
GEORGE HARRISSON LEMOS SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
ALEXSANDRE RIBEIRO DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
GLEISSON DOS SANTOS ELIAS	Chefe de Núcleo	FG-3
LORRAINE DHEYNE MAMONI NEUHAUS	Chefe de Núcleo	FG-3
FERNANDO SERRA JUNIOR	Chefe de Núcleo	FG-3
RAFAEL DE SOUZA SUIYAMA	Chefe de Núcleo	FG-3
BARBARA THAIS VIEIRA DE FREITAS	Chefe de Núcleo	FG-3
ARIZETE LOPES FERNANDES	Chefe de Núcleo	FG-3
FERNANDA CARNELOSE	Chefe de Núcleo	FG-3
LIDIA COSTA ROCHA	Chefe de Núcleo	FG-3
JOSE LOUREIRO CURVELO FILHO	Chefe de Núcleo	FG-3
ANDERSON SILVA DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
MARCOS AUGUSTO BITENCOURT DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo	FG-3
TATHYANA RODRIGUES LEAL ROCHA	Chefe de Núcleo	FG-3
JULIO ANDRE KASPER DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
TIAGO ALVES DA SILVA	Chefe de Núcleo	FG-3
FRANCILINO PEDROSO DO NASCIMENTO	Chefe de Núcleo	FG-3
JOSE MOISANIEL GOMES DO CARMO	Chefe de Seção I	FG-3

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

FABIANA MARINHO DA MOTA	Chefe de Seção I	FG-3
LUVERCI DE OLIVEIRA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
ERINETE NASCIMENTO LEONEL	Chefe de SEVIC	FG-3
ANTONIO SERGIO BRAZ	Chefe de SEVIC	FG-3
VILMAR FRANCISCO DOS SANTOS	Chefe de SEVIC	FG-3
ELIGEAN JKSON BACELAR MATOS	Chefe de SEVIC	FG-3
JAZIO PESSOA DE ARAUJO	Chefe de SEVIC	FG-3
AURICELIA RODRIGUES DE DEUS	Chefe de SEVIC	FG-3
ADILSON PEREIRA SERRA FILHO	Chefe de SEVIC	FG-3
DIONATAN ARAUJO PINTO FIGUEIREDO	Chefe de SEVIC	FG-3
MAURO MARCELO DE SOUSA RAMALHO	Chefe de SEVIC	FG-3
JOAO VICENTE FIGUEREDO SANTOS SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
JOSE TIARLES DE OLIVEIRA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
JOYCE ANNE MARTINS MOTTA ACCO	Chefe de SEVIC	FG-3
WILLIAMINS EDUARDO JOSE DOS SANTOS	Chefe de SEVIC	FG-3
CLAUDIOMILSON PEREIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
HELEDE MARIANO BATISTA	Chefe de SEVIC	FG-3
ROBERTO OTINO RODRIGUES DE FREITAS	Chefe de SEVIC	FG-3
MARCOS BONFA	Chefe de SEVIC	FG-3
JOSE ALMIRO TAVARES	Chefe de SEVIC	FG-3
SIDNEY DA SILVA NUNES	Chefe de SEVIC	FG-3
MARCIO RODRIGUES PORTUGAL	Chefe de SEVIC	FG-3
JEFERSON MARTINS DA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
CLAELTON RIBEIRO MENDONCA	Chefe de SEVIC	FG-3
ERIC LIMA E SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
ENEDINO DOMINGUES DA SILVA NETO	Chefe de SEVIC	FG-3
VICTOR VASQUES RODRIGUES FILHO	Chefe de SEVIC	FG-3
GENIVALDO DOS SANTOS MOURA	Chefe de SEVIC	FG-3
GERSON GONCALVES DA COSTA	Chefe de SEVIC	FG-3
GENIVALDO BARBOSA DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
ROMULO AMORIM LIMBERGER	Chefe de SEVIC	FG-3
MARCOS DE SOUZA BRITO	Chefe de SEVIC	FG-3
FABIANO FERREIRA DE SOUZA	Chefe de SEVIC	FG-3
RONALDO MENDES PEREIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
MARIA DO ESPIRITO SANTO CARVALHO FERREIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
JULIO CEZAR JOAQUIM E SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
RENATA MOURAO RODRIGUES DE PAIVA	Chefe de SEVIC	FG-3
PATRICIO FRANCO PONTES	Chefe de SEVIC	FG-3
GERALDO PEREIRA DA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
ADEMAR PEREIRA LOPES FILHO	Chefe de SEVIC	FG-3
ANDERSON LEME OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
RONALDO GAMA FONTES JUNIOR	Chefe de SEVIC	FG-3
FLÁVIO BRILHANTE ZEFERINO	Chefe de SEVIC	FG-3
CARLOS ANDRE GOMES	Chefe de SEVIC	FG-3
IVAN VIEIRA DE SOUZA	Chefe de SEVIC	FG-3
EDER DE SOUZA TRINDADE	Chefe de SEVIC	FG-3
VERA LUCIA PEREIRA CRUZ	Chefe de SEVIC	FG-3
SILVALDO MARTINS DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
LAYNER ANDAM DE BARROS	Chefe de SEVIC	FG-3

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

VAGNER ESTEVAO NOBRE DE PAULA	Chefe de SEVIC	FG-3
ALDINEIA SANTOS MACIEL	Chefe de SEVIC	FG-3
ALEXANDER CRUZ MENDES QUIRINO	Chefe de SEVIC	FG-3
MARCIA MARIA MATOSO MACHADO RAGNINI	Chefe de SEVIC	FG-3
ELIZABETI ALVES PEREIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
WALDENOR MELO DE CASTRO	Chefe de SEVIC	FG-3
VALTER MIRANDA BOTELHO	Chefe de SEVIC	FG-3
NEUDSON LIMA CORDEIRO	Chefe de SEVIC	FG-3
METU ZALEM DE SOUZA COSTA	Chefe de SEVIC	FG-3
MARCOS CANDIDO DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
LUCIANO NASCIMENTO SOUZA	Chefe de SEVIC	FG-3
JOSE TOMAZ COSTA	Chefe de SEVIC	FG-3
FRANKLIM SOARES NEVES	Chefe de SEVIC	FG-3
WALDSON DIEGO DOS SANTOS	Chefe de SEVIC	FG-3
ARISTOTELES ONASSIS PINTO TEIXEIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
ALMERIO DA COSTA TAVARES	Chefe de SEVIC	FG-3
ANDREIA SOUZA PINHEIRO	Chefe de SEVIC	FG-3
ANTONIO CARDOSO DE OLIVEIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
ARISTON SANTOS SANTANA	Chefe de SEVIC	FG-3
CARLOS FERNANDES ROCHA	Chefe de SEVIC	FG-3
CHARLES BURTON DA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
CLOVIS HENRIQUE DA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
EMERSON ILDEBERTO MEDIM BAIA	Chefe de SEVIC	FG-3
FELISBERTO GOMES TRINDADE	Chefe de SEVIC	FG-3
FRANCISCO SOUSA DE BRITO	Chefe de SEVIC	FG-3
HELIO PEREIRA CRUZ	Chefe de SEVIC	FG-3
JÂNIO ANDRADE DE MORAIS	Chefe de SEVIC	FG-3
JARES DE SOUZA LIMA JUNIOR	Chefe de SEVIC	FG-3
JARSON ABIORANA DO NASCIMENTO	Chefe de SEVIC	FG-3
JESUS JOSUE DA SILVA	Chefe de SEVIC	FG-3
JOAO MARIA NETO	Chefe de SEVIC	FG-3
JORGEVANE SOUZA GOMES	Chefe de SEVIC	FG-3
JOSE GOMES DE ALMEIDA FILHO	Chefe de SEVIC	FG-3
JOSE MARIA DE SOUZA	Chefe de SEVIC	FG-3
JOSIEL CAVALCANTE VIEIRA	Chefe de SEVIC	FG-3
ISRAEL DOS SANTOS TINE	Chefe de SEVIC	FG-3
JEFFESON CORDEIRO MUNIZ	Chefe de SEVIC	FG-3
DANY ALEXANDER CUNHA GONÇALVES	Chefe de SEVIC	FG-3
MARIA DE LOURDES DA SILVA ALBUQUERQUE	Membro de Comissão	FG-2
LUIZ WALMIR NOE LEITAO	Membro de Comissão	FG-2
ANDREA SIMONE MORAES CORREA	Membro de Comissão	FG-2
MAURICIO NOGUEIRA GOMES	Membro de Comissão	FG-2
SERGIO SILVA PEREIRA	Membro de Comissão	FG-2
EMILIA DOS SANTOS QUEIROZ DA SILVA	Membro de Comissão	FG-2
SOLANGE MARIA GOMES MUNHOZ	Membro de Comissão	FG-2
RONNIE CORREA EGUEZ	Membro de Comissão	FG-2
JASON ACACIO DE CARVALHO CANTAREIRA	Membro de Comissão	FG-2
DEIVISSON GUIMARAES NUNES DE SOUZA	Membro de Comissão	FG-2
ADEILTON BRITO DE LIMA	Membro de Comissão	FG-2
LUCINEI VIEIRA DOS SANTOS	Membro de Comissão	FG-2

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036722320

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 6 de março de 2023, RAFAEL FERREIRA LOPES, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessor VIII, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037026387

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 6 de março de 2023, TONY MARCEL LIMA DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessor VIII, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037026568

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 31 de março de 2023, MIRNIAN RIBEIRO LUCIO DA SILVA CASTRO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037026867

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 31 de março de 2023, MARINA SANTOS COÊLHO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037027210

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 31 de março de 2023, FRANCISCO YAN MACÊDO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037027473

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, no período de 1 de março de 2023 a 31 de março de 2023, VANDERLEI AFONSO DE CARVALHO JUNIOR, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037027811

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 7 de março de 2023, TONY MARCEL LIMA DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-14, de Diretor Executivo SEPOG, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037037812

Decreto de 30 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
BEATRIZ BASÍLIO MENDES	Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	Subsídio II
DEBORA CRISTINA NEVES DA SILVA	Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas	CDS-12
JAKELINE OLIVEIRA COSTA	Coordenador Estadual de Planejamento Governamental	CDS-12
PASCALINI CARVALHO CHAGAS	Coordenador Administrativo e Financeiro	CDS-12

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RAQUEL DA SILVA BATISTA	Coordenador do Núcleo de Apoio à PGE	CDS-12
VALÉRIA MORENO MARTÃO	Coordenador de Políticas Públicas	CDS-12
ANA CLAUDIA SALES PINHEIRO	Assessor XI	CDS-11
ARIANE DIAS DE ALMEIDA	Assessor X	CDS-10
AURO GUEDES DE MOURA	Assessor X	CDS-10
CAIO RENNE ALFAIA DE SOUZA	Assessor X	CDS-10
MARIA EMILIA DA SILVA	Assessor X	CDS-10
MATEUS DE SOUZA OLIVEIRA	Assessor X	CDS-10
RAMON LIMA DE OLIVEIRA	Assessor X	CDS-10
CLAUDINEI BERNARDO ARAUJO	Assessor IX	CDS-09
CRISTIELEN HENRIQUES FARIAS BEZERRA	Assessor IX	CDS-09
FRANK WILLIAM DOS ANJOS SILVA	Assessor IX	CDS-09
GIOVANI GUASTALA	Assessor IX	CDS-09
LEIA CASTRO DE OLIVEIRA	Assessor IX	CDS-09
MARIA FRANCISCA CARNEIRO DE ALCANTARA	Assessor IX	CDS-09
SOLANGE FEITOSA DA COSTA	Assessor IX	CDS-09
ANA CLAUDIA MACEDO DA ROCHA SILVA	Assessor VIII	CDS-08
DAIANE CASTRO ROSANO	Assessor VIII	CDS-08
DEBORAH CRISTHINE DE QUEIROZ COSTA ALVES FERREIRA	Assessor VIII	CDS-08
DIEGO ALAN FREITAS DA CRUZ	Assessor VIII	CDS-08
DOUGLAS VIEIRA DA SILVA	Assessor VIII	CDS-08
DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA	Assessor VIII	CDS-08
ELOIA DUARTE RODRIGUES	Assessor VIII	CDS-08
EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA	Assessor VIII	CDS-08
GILSANE SILVA LIMA FERREIRA	Assessor VIII	CDS-08
HELENA PAULA VALADARES SILVA	Assessor VIII	CDS-08
HELTON ALVAREZ DE AGUIAR	Assessor VIII	CDS-08
JOAQUIM EVANDRO DE SOUZA REIS	Assessor VIII	CDS-08
LUIS MARIN GONCALVES DOS SANTOS	Assessor VIII	CDS-08
MANUEL JOSE COSTA FARIAS	Assessor VIII	CDS-08
MARCELO MATOS LIMA	Assessor VIII	CDS-08
MARCUS VINICIUS DA ROCHA GOUVEIA CARDOSO	Assessor VIII	CDS-08
RAIMUNDO NONATO BENTES DA SILVA	Assessor VIII	CDS-08
RAYSON BERNARDO DA SILVA	Assessor VIII	CDS-08
ROBERTA SILVA DOS SANTOS	Assessor VIII	CDS-08
SHARLENE FRANCA ROCHA	Assessor VIII	CDS-08
SILVIA CACILDA DE ASSIS	Assessor VIII	CDS-08
THIAGO ALBERTO BARROS FERREIRA	Assessor VIII	CDS-08
VANDERLUCIA SEABRA BRAGA	Assessor VIII	CDS-08
ALEX ALMEIDA TAVARES	Assessor VI	CDS-06
CAMILA LIMA SANTOS	Assessor VI	CDS-06
DALVA SANTOS DE ALMEIDA	Assessor VI	CDS-06
DANIELE DE PAULA PEREIRA	Assessor VI	CDS-06
DEUS-DEVAL DE LIMA DOS REIS	Assessor VI	CDS-06
ELIANE ROCHA MONTEIRO	Assessor VI	CDS-06
FERNANDA PETRIDES SILVA	Assessor VI	CDS-06
HELEN CRISTIAN DANIEL PEREIRA	Assessor VI	CDS-06
IVAN MATIAS DOURADO CESÁRIO	Assessor VI	CDS-06
JOÃO VICTOR MENDES BENESBY	Assessor VI	CDS-06

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARIA CECÍLIA SILVA SOARES	Assessor VI	CDS-06
MARIA LUIZA LUCAS DE AMORIM	Assessor VI	CDS-06
NADICLEITON SILVA SOARES	Assessor VI	CDS-06
NATAN OLIVEIRA DA COSTA	Assessor VI	CDS-06
RAONI FRANCISCO LOPES GAMA	Ouvidor da SEPOG	CDS-06
SANGELA ROCHA AMORIM GUERRA	Assessor VI	CDS-06
SHARLENE RIBEIRO PICOLOTTO	Assessor VI	CDS-06
VALDOMIRA SANTOS DE SOUZA	Assessor VI	CDS-06
WEBBERSON GUEDES ORLANDES	Assessor VI	CDS-06
ARTUR RIBEIRO DE MELO	Assessor V	CDS-05
DANIELA SANTOS DA SILVA	Assessor V	CDS-05
EDUARDO SANTIAGO DE LIMA	Assessor V	CDS-05
ELGISLANE MATOS BORGES DA SILVA CORDEIRO	Assessor V	CDS-05
FABIO FRANCA FERREIRA DE LIMA	Assessor V	CDS-05
FERNANDA SOUZA DE OLIVEIRA	Assessor V	CDS-05
JANE CARLA SANTANA SILVA	Assessor V	CDS-05
RUTHELE PALMEIRA LOPES	Assessor V	CDS-05
SILVANA PINHEIRO	Assessor V	CDS-05
SUELY ROSA FERNANDES	Assessor V	CDS-05
THAISSA MONTENEGRO MAPPES DE ALENCAR	Assessor V	CDS-05
UELISSON CARVALHO JORGE	Assessor V	CDS-05
VANDERLENI DA SILVA LEMOS	Assessor V	CDS-05
ANA LUCIA PIRES LIMA	Assessor IV	CDS-04
BERNADETE ARAÚJO DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
DACILENE DA SILVA ROCHA	Assessor IV	CDS-04
DAIANE AGUIAR LOPES MAIA PINTO	Assessor IV	CDS-04
EDILENE BARBOSA DE ALMEIDA	Assessor IV	CDS-04
ELIAS TIAGO FERREIRA BORGES	Assessor IV	CDS-04
FABIANA OLIVEIRA COSTA	Assessor IV	CDS-04
FERNANDO RODRIGO FIORENTIN	Assessor IV	CDS-04
FRANKSINEY CHARLE SERAFIM DO NASCIMENTO	Assessor IV	CDS-04
LOUNY MORRANI RODRIGUES PINHEIRO	Assessor IV	CDS-04
LUCIANA SOUSA DA MOTA	Assessor IV	CDS-04
LUCIANO MARQUES DE SOUZA LIMA	Assessor IV	CDS-04
MARIA JUCELANDIA DOS SANTOS ZAMBIAZZI	Assessor IV	CDS-04
VINICIUS DE FREITAS SOUSA	Assessor IV	CDS-04
ZÉLIA ROCHA DE FARIAS	Assessor IV	CDS-04
ANA BEATRIZ BARBOSA DE OLIVEIRA	Assessor III	CDS-03
ANDRE LUIS RIBEIRO DE ALMEIDA	Assessor III	CDS-03
ANTONIA JOSELIA DOS SANTOS MOTA	Assessor III	CDS-03
CARLOS ALBERTO CARVALHO DE JESUS	Assessor III	CDS-03
DIEGO BATISTA DE OLIVEIRA	Assessor III	CDS-03
DIERMERSON DE OLIVEIRA MACHADO	Assessor III	CDS-03
DIOVANY DE SOUZA DIOGO	Assessor III	CDS-03
DOMINGOS FERNANDES RODRIGUES	Assessor III	CDS-03
EDILENA VALOIS MENDES	Assessor III	CDS-03
EDSON VICTOR DO NASCIMENTO BRIZON	Assessor III	CDS-03
ERIVAN NEY NEVES CALDERARO	Assessor III	CDS-03
HERLAN ALVES LOPES	Assessor III	CDS-03
IEDA FEITOSA REIS	Assessor III	CDS-03

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ISABEL CRISTINA FIGUEIREDO SILVA	Assessor III	CDS-03
ISABELLE GOMES DE OLIVEIRA DA SILVA	Assessor III	CDS-03
JÉSSICA CATARINA COSTA DUNICE	Assessor III	CDS-03
JORGE CESAR UGALDE	Assessor III	CDS-03
LÁION TIAGO TOBIAS DE OLIVEIRA	Assessor III	CDS-03
LEILA FABIA MARQUES ALVES	Assessor III	CDS-03
LETÍCIA THAMIRES GONÇALVES FERRAZ	Assessor III	CDS-03
MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS	Assessor III	CDS-03
MICHELLE TAVERNARD DA ROCHA	Assessor III	CDS-03
NATÁLIA PAULINO SILVA DE SALES	Assessor III	CDS-03
NEURIMAR PEREIRA DA SILVA	Assessor III	CDS-03
PATRÍCIA CESÁRIO DE SOUSA NEVES	Assessor III	CDS-03
RAIMUNDA SELMA MARIANA DE SOUZA	Assessor III	CDS-03
RAMIRO VIEIRA DA SILVA	Assessor III	CDS-03
RYAN BARROS DE MORAES	Assessor III	CDS-03
VALMIR DE ANDRADE COSTA	Assessor III	CDS-03
VICENTE DE PAULA BRAGA GOES	Assessor III	CDS-03
WELLINGTON FEITOSA DE LIMA	Assessor III	CDS-03
WESLEY SAMPAIO CONCORDIA	Assessor III	CDS-03
ANA PAULA DE OLIVEIRA	Assessor II	CDS-02
JEANE KARINE GONCALVES COLARES	Assessor II	CDS-02
LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA	Assessor II	CDS-02
LUCIRENE WINTER	Assessor II	CDS-02
REINALDO PINHEIRO SOUZA	Assessor II	CDS-02
ROSIELY ALVES DO PRADO	Assessor II	CDS-02
WESLEY GOMES DA COSTA	Assessor II	CDS-02
ARLETE COENTRE DOS SANTOS	Chefe de Equipe I	CDS-01
ARTUR MENDES LIMA	Assessor I	CDS-01
CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE AMORIM	Chefe de Equipe I	CDS-01
CELSON DA SILVA SANTANA	Assessor I	CDS-01
COSMO GUEDES GUARIBANO	Assessor I	CDS-01
DIMARCY MENEZES DE OLIVEIRA	Chefe de Equipe I	CDS-01
DULCILEIA MACEDO RIVERO DO AMARAL	Assessor I	CDS-01
GABRIELA LIMA DALAZEN	Assessor I	CDS-01
JORGE FERNANDES JUNIOR	Assessor I	CDS-01
JOSE ABRANTES ALVES DE AQUINO	Assessor I	CDS-01
LÍDIA CRISTINA NUNES XAVIER SOBREIRA	Assessor I	CDS-01
MARIA JULIA ALCANTARA DE SOUZA	Assessor I	CDS-01
MATHEUS DA SILVA MARQUES	Assessor I	CDS-01
PEDRO LEMOS SOUZA	Assessor I	CDS-01
RAFAEL BELARMINO DA SILVA	Assessor I	CDS-01
REGINA MARQUES CAVALCANTE	Assessor I	CDS-01
ROCHESTER BATISTA DE OLIVEIRA	Chefe de Equipe I	CDS-01
RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO	Chefe de Equipe I	CDS-01
SILVANA ALVES FERREIRA DE SOUSA	Chefe de Equipe I	CDS-01
VALDENIRA IRINEU DE FARIAS	Chefe de Equipe I	CDS-01
VANESSA PALOMA SARAIVA DE ARAÚJO SILVA	Assessor I	CDS-01
VANGLESSA STHEFANIE MEDEIRO DE ARAUJO	Assessor I	CDS-01
WENSLEY DE MENDONÇA SANTOS	Assessor I	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037039418

Decreto de 31 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear nos Cargos de Direção Superior, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA	Secretário de Estado da Agricultura	Subsídio II
JANDERSON RODRIGUES DALAZEN	Secretário Adjunto	CDS-17
ERICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO	Diretor Executivo	CDS-12
JOCEMAR DA SILVA ARCANJO	Coordenador de Administração e Finanças	CDS-10
ISIS FABIANA XIMENES	Coordenador de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura	CDS-10
EDUARDO DE OLIVEIRA SETI	Coordenador de Agricultura Familiar	CDS-10
FABIANA FERNANDES TONON	Coordenador da Unidade Técnica Estadual	CDS-10
SCHEYLA PESSOA DE FREITAS	Assessor VIII	CDS-08
ALINE TOPAN SUSSAI	Assessor VIII	CDS-08
ARTENIZE GOMES SANTIAGO	Assessor VIII	CDS-08
LUCINEIDE ALVES DA SILVA OLIVEIRA	Gerente de Administração e Finanças	CDS-06
EDSON COUTINHO FERREIRA JUNIOR	Gerente de Contratos e Convênios	CDS-06
LARISSA CRISTINA DUARTE E SILVA	Gerente de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos	CDS-06
FRANCISCO ANITHOAN DE FIGUEIREDO	Gerente de Desenvolvimento da Agricultura	CDS-06
TAMIRES SANTOS DA COSTA	Gerente de Desenvolvimento da Aquicultura	CDS-06
POLIANE MOREIRA OLIVEIRRA	Gerente de Agroindústria	CDS-06
SEBASTIAO FREITAS SILVA	Gerente de Agroecologia	CDS-06
RENATA ESTEVES DA COSTA	Gerente de Segurança Alimentar e Apoio à Agricultura Familiar	CDS-06
CARLA APARECIDA BRAGA ARARUNA	Assessor V	CDS-05
EMILIAN DE FATIMA PINTO DOS SANTOS	Assessor V	CDS-05
JAMILA VIRIATO DA SILVA	Assessor V	CDS-05
YURI DOS SANTOS SANTANA	Assessor V	CDS-05
JAFFERSON DE SOUZA KROFKE	Assessor V	CDS-05
PAULO DE TASSO WANDERLEY FERRO	Assessor V	CDS-05
EDNEIA LILIA DOS SANTOS MONTEIRO	Assessor V	CDS-05
MARIA DO CARMO SILVA DOS SANTOS	Assessor V	CDS-05
MARCONDES DOS SANTOS VENEROSO	Assessor V	CDS-05
SAMILA CRISTINE LIMA NUNES ATHIAS	Assessor V	CDS-05
JENNIFER GARCIA DE LIMA	Assessor V	CDS-05
ELIENE DE SOUZA PEREIRA	Assessor V	CDS-05
LAIZA DE OLIVEIRA DA SILVA	Assessor V	CDS-05
LEANDRO JACAUNA MENDONCA	Assessor V	CDS-05
GABRIEL NINA ARRUDA	Assessor V	CDS-05
JEAN CARLA DOS SANTOS COSTA	Assessor V	CDS-05
VANDERLEIAAUGUSTO TEIXEIRA	Assessor V	CDS-05
ILANA LAURA VAQUER ARAÚJO DA ROSA	Assessor V	CDS-05
CRISTIAN CAMPOS MAGNO	Assessor V	CDS-05

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ANA CAROLINA PINTO DA SILVA	Assessor V	CDS-05
CELIA RIQUE DA SILVA	Assessor V	CDS-05
BARBARA ALINE DE FREITAS PEDROSA	Assessor V	CDS-05
LUIZ AUGUSTO LEITE DE OLIVEIRA	Assessor V	CDS-05
VALQUIRIA RESENDE DE OLIVEIRA	Assessor V	CDS-05
DIEGO SOUSA DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE	Assessor V	CDS-05
JOAO PAULO DOS REIS COLARES	Assessor IV	CDS-04
RENAN TOMAS SANTOS	Assessor IV	CDS-04
GLORIANY GOMES COELHO	Assessor IV	CDS-04
ELIZIELLE DA SILVA MELO	Assessor IV	CDS-04
SILVIA ORIANI DE GRACIA LIMA	Assessor IV	CDS-04
CATIELE BATISTA DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
MARA CRISTINA MACIEL DOS SANTOS	Assessor IV	CDS-04
MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS	Assessor IV	CDS-04
CAMILA STEFANY ARAÚJO DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
NELCICLEI DE OLIVEIRA CARNEIRO	Assessor IV	CDS-04
ANA LISE CAMPOS ROCHA	Executor de Projetos Especiais	CDS-03
ANDERSON DE SOUZA RAMALHO	Executor de Projetos	CDS-03
CLEITON DA SILVA LOBATO	Executor de Projetos	CDS-03
OSMAR JORGE TAVARES	Executor de Projetos	CDS-03
ROBERTA CLARO CAMPOS	Executor de Projetos	CDS-03
MARTA REGIA FERNANDES CHAGAS	Executor de Projetos	CDS-03
NILCE KALKMANN RODRIGUES	Executor de Projetos	CDS-03
RAIMUNDO NEVES DA SILVA	Executor de Projetos	CDS-03
MARCOS ANTONIO SOUSA SOARES	Executor de Projetos	CDS-03
ANDERSON LENO FERNANDES	Executor de Projetos	CDS-03
SIDNEI GOMES BEZERRA	Executor de Projetos	CDS-03
THALES YAGO SALES VIANA	Executor de Projetos	CDS-03
LUCIENNE PEREIRA PANTOJA	Chefe de Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira	CDS-03
ARACILDA DE MELO NEVES	Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo	CDS-03
CLEVERSON DAVID MAGALHÃES LIMA	Chefe de Núcleo de Contabilidade e Controle Interno	CDS-03
DAYLLIMAR CASTRO COUTINHO	Chefe de Núcleo de Contratos e Convênios	CDS-03
LUCAS FURTADO MENDONÇA AYOAMA	Chefe de Núcleo de Informática	CDS-03
DEBORA FIGUEIREDO MARTINS	Chefe de Núcleo Técnico Executivo	CDS-03
JOSIANE FERREIRA DE AGUIAR	Chefe de Núcleo Técnico Executivo	CDS-03
LUIZ HENRIQUE AMPESSAN GUASTALA	Chefe de Núcleo de Apoio às Cadeias Produtivas	CDS-03
ALEX RYCHARD DA SILVA ASSIS	Chefe de Núcleo de Desenvolvimento da Cafeicultura e dos Sistemas Agroflorestais	CDS-03
GABRIELA DOS SANTOS MOURA	Chefe de Núcleo de Apoio ao Agronegócio	CDS-03
ADRIANO DE ARAUJO CARNEIRO	Chefe de Núcleo de Apoio às Organizações Sociais Rurais	CDS-03
MARIA GORETTI CARVALHO DA SILVA	Chefe de Núcleo de Estatística, Produção e Acompanhamento de Informações Agrosilvopastoril	CDS-03
DEIVISSON PASSOS AGUIAR	Chefe de Núcleo de Gestão de Monitoramento do Programa Pró-Leite	CDS-03
LIVIA MOURA DIAS	Chefe de Núcleo de Pesca	CDS-03
ROZIANE SOARES DA COSTA WANZELER CASTELO	Chefe de Núcleo de Piscicultura	CDS-03
ALINE CORTEZ OLIVEIRA	Chefe de Núcleo de Agroindústria	CDS-03
FRANCISCA DENIZE FERREIRA PINHEIRO	Chefe de Núcleo de Apoio aos Programas e Projetos da Agricultura Familiar	CDS-03

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

GLAUCINDA DOS SANTOS LIMA	Chefe de Núcleo de Educação no Campo e Turismo Rural	CDS-03
GUSTAVO EDER BARROS DE CARVALHO	Chefe de Núcleo de Políticas Públicas de Agroecologia e Certificação Orgânica	CDS-03
ALINE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo de Comercialização e Economia Solidária	CDS-03
ANA CAROLINA CARNEIRO DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro, Ervas Aromáticas e Produtos Orgânicos	CDS-03
MARIA VITORIA CHIANCA SALES	Chefe de Núcleo de Apoio aos Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional	CDS-03
HELDA CRISTINA DE SOUSA MARINHO BATISTA	Chefe de Núcleo do Setor de Análise	CDS-03
FAINA CRISTINA BANDEIRA DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo de Estatística	CDS-03
DIDIER OLIVEIRA CARVALHOSA DA SILVA	Assessor II	CDS-02
ETIENE MARQUES BEZERRA	Assessor II	CDS-02
KAILANE VITORIA CHAVES GOES	Assessor II	CDS-02
JOAO DE DEUS ANDRADE	Assessor II	CDS-02
KAROLLYNE RODRIGUES MELO	Assessor II	CDS-02
RAIZA DA SILVA CARVALHO DE LIMA	Assessor II	CDS-02
LUIZA NATALIA PEREIRA VIEIRA DAS CHAGAS VASCONCELOS	Assessor II	CDS-02
SABRINA FERREIRA DOS PRAZERES	Assessor II	CDS-02
JOSE NEVES SOBRINHO	Assessor I	CDS-01
BRUNA CAPPELLI SAVARIS	Assessor I	CDS-01
FRANCISCO RAIMUNDO DA COSTA MOURA	Assessor I	CDS-01
VANESSA ESTEFANY FERRAZ DE OLIVEIRA	Assessor I	CDS-01
THAIS GABRIELLY DA COSTA FERREIRA	Assessor I	CDS-01
LETICIA TAMILIS DOS SANTOS OLIVEIRA	Assessor I	CDS-01
HAÍSSA ALVES DOS SANTOS	Assessor I	CDS-01
PAULA BIANCA PEREIRA LOPES	Assessor I	CDS-01
JOSSEMAR TEIXEIRA ARAUJO	Assessor I	CDS-01
RAIMUNDO FRANCISCO DA SILVA	Assessor I	CDS-01
ALEXANDRO ALMEIDA DA SILVA	Assessor I	CDS-01
NILMAR DOS SANTOS FERREIRA	Assessor I	CDS-01
VERA APARECIDA DUTKA	Assessor I	CDS-01
PATRICIA REAL PEREIRA	Assessor I	CDS-01
MARINEIS VIEIRA DOS SANTOS	Assessor I	CDS-01
HELENA REGINA BARBOSA MAGALHÃES RODRIGUES	Assessor I	CDS-01
CAROLINA LAUREANO GOMES	Assessor I	CDS-01
PEDRO ALVES PEREIRA	Assessor I	CDS-01
JOSE NILDO DE ARAUJO	Assessor I	CDS-01
DEBORA DE MATOS SILVA	Assessor I	CDS-01
TELMA APARECIDA PINTO	Assessor I	CDS-01
GILVANIA LUCIA OLIVEIRA DE CARVALHO	Assessor I	CDS-01
MOZAR AN DE ALENCAR	Assessor I	CDS-01
MISAEL FERREIRA MOREIRA	Chefe de Equipe I	CDS-01
GILMAR TEIXEIRA LOPES	Chefe de Equipe I	CDS-01

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 31 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037069305

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Decreto de 20 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar dos Cargos de Direção Superior, bem como Dispensar das Funções Gratificadas os servidores da Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
BEATRIZ BASÍLIO MENDES	Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	Subsídio
JAKELINE OLIVEIRA COSTA	Coordenador Estadual de Planejamento Governamental	CDS-14
VALÉRIA MORENO MARTÃO	Coordenador de Políticas Públicas	CDS-14
DEBORA CRISTINA NEVES DA SILVA	Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas	CDS-14
PASCALINI CARVALHO CHAGAS	Coordenador Administrativo e Financeiro	CDS-14
RAQUEL DA SILVA BATISTA	Coordenador do Núcleo de Apoio à PGE	CDS-14
ANA CLAUDIA SALES PINHEIRO	Assessor Especial V SEPOG	CDS-13
ARIANE DIAS DE ALMEIDA	Assessor Especial IV SEPOG	CDS-12
MARIA EMILIA DA SILVA	Assessor Especial IV SEPOG	CDS-12
CAIO RENNE ALFAIA DE SOUZA	Assessor Especial III SEPOG	CDS-11
AURO GUEDES DE MOURA	Assessor Especial III SEPOG	CDS-11
RAMON LIMA DE OLIVEIRA	Assessor Especial III SEPOG	CDS-11
MATEUS DE SOUZA OLIVEIRA	Assessor Especial III SEPOG	CDS-11
LEIA CASTRO DE OLIVEIRA	Assessor Especial II SEPOG	CDS-10
GIOVANI GUASTALA	Assessor Especial II SEPOG	CDS-10
SOLANGE FEITOSA DA COSTA	Assessor Especial II SEPOG	CDS-10
CRISTIELEN HENRIQUES FARIAS BEZERRA	Assessor Especial II SEPOG	CDS-10
FRANK WILLIAM DOS ANJOS SILVA	Assessor Especial II SEPOG	CDS-10
MARIA FRANCISCA CARNEIRO DE ALCANTARA	Assessor Especial II SEPOG	CDS-10
CLAUDINEI BERNARDO ARAUJO	Assessor Especial II SEPOG	CDS-10
RAFAEL FERREIRA LOPES	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
SILVIA CACILDA DE ASSIS	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
MANUEL JOSE COSTA FARIAS	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
LUIS MARIN GONCALVES DOS SANTOS	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
RAIMUNDO NONATO BENTES DA SILVA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
MARCELO MATOS LIMA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
HELTON ALVAREZ DE AGUIAR	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
JOAQUIM EVANDRO DE SOUZA REIS	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
VANDERLUCIA SEABRA BRAGA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
TONY MARCEL LIMA DA SILVA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
DEBORAH CRISTHINE DE QUEIROZ COSTA ALVES FERREIRA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
MARCUS VINICIUS DA ROCHA GOUVEIA CARDOSO	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
SHARLENE FRANCA ROCHA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
ANDERSON MARQUES DE OLIVEIRA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
CLARISSA MORAIS COSTA FERNADES	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
ANA CLAUDIA MACEDO DA ROCHA SILVA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
THIAGO ALBERTO BARROS FERREIRA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
HELENA PAULA VALADARES SILVA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
ROBERTA SILVA DOS SANTOS	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
ELOIA DUARTE RODRIGUES	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

DAIANE CASTRO ROSANO	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
DOUGLAS VIEIRA DA SILVA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
DIEGO ALAN FREITAS DA CRUZ	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
GILSANE SILVA LIMA FERREIRA	Assessor Especial I SEPOG	CDS-09
RAONI FRANCISCO LOPES GAMA	Ouvidor da SEPOG	CDS-08
WEBBERSON GUEDES ORLANDES	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
JOÃO VICTOR MENDES BENESBY	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
VALDOMIRA SANTOS DE SOUZA	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
DEUS-DEVAL DE LIMA DOS REIS	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
DALVA SANTOS DE ALMEIDA	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
NADICLEITON SILVA SOARES	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
HELEN CRISTIAN DANIEL PEREIRA	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
CAMILA LIMA SANTOS	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
MARIA CECÍLIA SILVA SOARES	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
FERNANDA PETRIDES SILVA	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
MARIA LUIZA LUCAS DE AMORIM	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
IVAN MATIAS DOURADO CESÁRIO	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
DANIELE DE PAULA PEREIRA	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
ELIANE ROCHA MONTEIRO	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
NATAN OLIVEIRA DA COSTA	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
SANGELA ROCHA AMORIM GUERRA	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
ALEX ALMEIDA TAVARES	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
SHARLENE RIBEIRO PICOLOTTO	Assessor SEPOG VIII	CDS-08
DANIELA SANTOS DA SILVA	Assessor SEPOG VII	CDS-07
ARTUR RIBEIRO DE MELO	Assessor SEPOG VII	CDS-07
UELISSON CARVALHO JORGE	Assessor SEPOG VII	CDS-07
JANE CARLA SANTANA SILVA	Assessor SEPOG VII	CDS-07
FABIO FRANCA FERREIRA DE LIMA	Assessor SEPOG VII	CDS-07
SILVANA PINHEIRO	Assessor SEPOG VII	CDS-07
VANDERLENI DA SILVA LEMOS	Assessor SEPOG VII	CDS-07
RUTHELE PALMEIRA LOPES	Assessor SEPOG VII	CDS-07
EDUARDO SANTIAGO DE LIMA	Assessor SEPOG VII	CDS-07
THAISSA MONTENEGRO MAPPES DE ALENCAR	Assessor SEPOG VII	CDS-07
SUELY ROSA FERNANDES	Assessor SEPOG VII	CDS-07
ELGISLANE MATOS BORGES DA SILVA CORDEIRO	Assessor SEPOG VII	CDS-07
FERNANDA SOUZA DE OLIVEIRA	Assessor SEPOG VII	CDS-07
FERNANDO RODRIGO FIORENTIN	Assessor SEPOG VI	CDS-06
BERNADETE ARAÚJO DA SILVA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
EDILENE BARBOSA DE ALMEIDA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
MARIA JUCELANDIA DOS SANTOS ZAMBIAZZI	Assessor SEPOG VI	CDS-06
ZÉLIA ROCHA DE FARIAS	Assessor SEPOG VI	CDS-06
FRANKSINEY CHARLE SERAFIM DO NASCIMENTO	Assessor SEPOG VI	CDS-06
ANA LUCIA PIRES LIMA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
LUCIANO MARQUES DE SOUZA LIMA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
FABIANA OLIVEIRA COSTA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
VINICIUS DE FREITAS SOUSA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
LUCIANA SOUSA DA MOTA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
DACILENE DA SILVA ROCHA	Assessor SEPOG VI	CDS-06
ELIAS TIAGO FERREIRA BORGES	Assessor SEPOG VI	CDS-06

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

LOUNY MORRANI RODRIGUES PINHEIRO	Assessor SEPOG VI	CDS-06
DAIANE AGUIAR LOPES MAIA PINTO	Assessor SEPOG VI	CDS-06
MICHELLE TAVERNARD DA ROCHA	Assessor SEPOG V	CDS-05
ANDRE LUIS RIBEIRO DE ALMEIDA	Assessor SEPOG V	CDS-05
RAIMUNDA SELMA MARIANA DE SOUZA	Assessor SEPOG V	CDS-05
ERIVAN NEY NEVES CALDERARO	Assessor SEPOG V	CDS-05
IEDA FEITOSA REIS	Assessor SEPOG V	CDS-05
EDSON VICTOR DO NASCIMENTO BRIZON	Assessor SEPOG V	CDS-05
DIEGO BATISTA DE OLIVEIRA	Assessor SEPOG V	CDS-05
PATRÍCIA CESÁRIO DE SOUSA NEVES	Assessor SEPOG V	CDS-05
CARLOS ALBERTO CARVALHO DE JESUS	Assessor SEPOG V	CDS-05
MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS	Assessor SEPOG V	CDS-05
LETÍCIA THAMIRES GONÇALVES FERRAZ	Assessor SEPOG V	CDS-05
JÉSSICA CATARINA COSTA DUNICE	Assessor SEPOG V	CDS-05
JORGE CESAR UGALDE	Assessor SEPOG V	CDS-05
VICENTE DE PAULA BRAGA GOES	Assessor SEPOG V	CDS-05
NEURIMAR PEREIRA DA SILVA	Assessor SEPOG V	CDS-05
ISABELLE GOMES DE OLIVEIRA DA SILVA	Assessor SEPOG V	CDS-05
VALMIR DE ANDRADE COSTA	Assessor SEPOG V	CDS-05
LÁION TIAGO TOBIAS DE OLIVEIRA	Assessor SEPOG V	CDS-05
DIOVANY DE SOUZA DIOGO	Assessor SEPOG V	CDS-05
DOMINGOS FERNANDES RODRIGUES	Assessor SEPOG V	CDS-05
RAMIRO VIEIRA DA SILVA	Assessor SEPOG V	CDS-05
LEILA FABIA MARQUES ALVES	Assessor SEPOG V	CDS-05
MIRNIAN RIBEIRO LUCIO DA SILVA CASTRO	Assessor SEPOG V	CDS-05
MARINA SANTOS COÊLHO	Assessor SEPOG V	CDS-05
RYAN BARROS DE MORAES	Assessor SEPOG V	CDS-05
WESLEY SAMPAIO CONCORDIA	Assessor SEPOG V	CDS-05
DIERMERSON DE OLIVEIRA MACHADO	Assessor SEPOG V	CDS-05
ANA BEATRIZ BARBOSA DE OLIVEIRA	Assessor SEPOG V	CDS-05
HERLAN ALVES LOPES	Assessor SEPOG V	CDS-05
ISABEL CRISTINA FIGUEIREDO SILVA	Assessor SEPOG V	CDS-05
WELLINGTON FEITOSA DE LIMA	Assessor SEPOG V	CDS-05
ANTONIA JOSELIA DOS SANTOS MOTA	Assessor SEPOG V	CDS-05
JOSMAN ALVES DE SOUZA	Assessor SEPOG V	CDS-05
NATÁLIA PAULINO SILVA DE SALES	Assessor SEPOG V	CDS-05
EDILENA VALOIS MENDES	Assessor SEPOG V	CDS-05
ROSIELY ALVES DO PRADO	Assessor SEPOG IV	CDS-04
REINALDO PINHEIRO SOUZA	Assessor SEPOG IV	CDS-04
LUCIRENE WINTER	Assessor SEPOG IV	CDS-04
FRANCISCO YAN MACÊDO DE OLIVEIRA	Assessor SEPOG IV	CDS-04
JEANE KARINE GONCALVES COLARES	Assessor SEPOG IV	CDS-04
LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA	Assessor SEPOG IV	CDS-04
WESLEY GOMES DA COSTA	Assessor SEPOG IV	CDS-04
ANA PAULA DE OLIVEIRA	Assessor SEPOG IV	CDS-04
PEDRO LEMOS SOUZA	Assessor SEPOG III	CDS-03
DULCILEIA MACEDO RIVERO DO AMARAL	Assessor SEPOG III	CDS-03
CELSON DA SILVA SANTANA	Assessor SEPOG III	CDS-03
MATHEUS DA SILVA MARQUES	Assessor SEPOG III	CDS-03
RAFAEL BELARMINO DA SILVA	Assessor SEPOG III	CDS-03

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

COSMO GUEDES GUARIBANO	Assessor SEPOG III	CDS-03
LUIS FELIPE CARDOSO DA SILVA	Assessor SEPOG III	CDS-03
VANDERLEI AFONSO DE CARVALHO JUNIOR	Assessor SEPOG III	CDS-03
REGINA MARQUES CAVALCANTE	Assessor SEPOG II	CDS-02
LÍDIA CRISTINA NUNES XAVIER SOBREIRA	Assessor SEPOG II	CDS-02
MARIA JULIA ALCANTARA DE SOUZA	Assessor SEPOG I	CDS-01
JORGE FERNANDES JUNIOR	Assessor SEPOG I	CDS-01
VANESSA PALOMA SARAIVA DE ARAÚJO SILVA	Assessor SEPOG I	CDS-01
VANGLESSA STHEFANIE MEDEIRO DE ARAUJO	Assessor SEPOG I	CDS-01
JOSE ABRANTES ALVES DE AQUINO	Assessor SEPOG I	CDS-01
WENSLEY DE MENDONÇA SANTOS	Assessor SEPOG I	CDS-01
ARTUR MENDES LIMA	Assessor SEPOG I	CDS-01
ADRIANA GOMES DA SILVA	Assessor SEPOG I	CDS-01
GABRIELA LIMA DALAZEN	Assessor SEPOG I	CDS-01
ARLETE COENTRE DOS SANTOS	Chefe de Equipe	FG-3
VALDENIRA IRINEU DE FARIAS	Chefe de Equipe	FG-3
DIMARCY MENEZES DE OLIVEIRA	Chefe de Equipe	FG-3
ROCHESTER BATISTA DE OLIVEIRA	Chefe de Equipe	FG-3
RAYSON BERNARDO DA SILVA	Chefe de Equipe	FG-3
SILVANA ALVES FERREIRA DE SOUSA	Chefe de Equipe I	FG-2
RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO	Chefe de Equipe I	FG-2
CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE AMORIM	Chefe de Equipe I	FG-2

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036721007

Decreto de 20 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar,a contar de 1 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargos de Direção Superior, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura:

Funcionário	Cargo	Simbolo
LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA	Secretário de Estado da Agricultura	Subsídio
JANDERSON RODRIGUES DALAZEN	Secretário Adjunto	CDS-15
ERICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO	Diretor Executivo	CDS-14
JOCEMAR DA SILVA ARCANJO	Coordenador de Administração e Finanças	CDS-11
SEBASTIAO FREITAS SILVA	Coordenador de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura	CDS-11
FABIANA FERNANDES TONON	Coordenador da Unidade Técnica Estadual	CDS-11
SCHEYLA PESSOA DE FREITAS	Assessor Especial III	CDS-09
ALINE TOPAN SUSSAI	Assessor Especial III	CDS-09
ARTENIZE GOMES SANTIAGO	Assessor Especial III	CDS-09
LUCINEIDE ALVES DA SILVA OLIVEIRA	Gerente de Administração e Finanças	CDS-08
ISIS FABIANA XIMENES	Gerente de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos	CDS-08
FRANCISCO ANITHOAN DE FIGUEIREDO	Gerente de Desenvolvimento da Agricultura	CDS-08
TAMIRES SANTOS DA COSTA	Gerente de Desenvolvimento da Aquicultura	CDS-08
POLIANE MOREIRA OLIVEIRRA	Gerente de Agroindústria	CDS-08
RENATA ESTEVES DA COSTA	Gerente de Segurança Alimentar e Apoio à Agricultura Familiar	CDS-08

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EDUARDO DE OLIVEIRA SETI	Gerente da Unidade Técnica Estadual	CDS-08
MARCONDES DOS SANTOS VENEROSO	Assessor Técnico	CDS-07
SAMILA CRISTINE LIMA NUNES ATHIAS	Assessor Técnico	CDS-07
JENNIFER GARCIA DE LIMA	Assessor Técnico	CDS-07
JOSE NORMANDO DE SOUSA	Assessor Técnico	CDS-07
ELIENE DE SOUZA PEREIRA	Assessor Técnico	CDS-07
LAIZA DE OLIVEIRA DA SILVA	Assessor Técnico	CDS-07
LEANDRO JACAUNA MENDONCA	Assessor Técnico	CDS-07
EDSON COUTINHO FERREIRA JUNIOR	Assessor Técnico	CDS-07
GABRIEL NINA ARRUDA	Assessor Técnico	CDS-07
ANA CAROLINA PINTO DA SILVA	Assessor Técnico	CDS-07
VALQUIRIA RESENDE DE OLIVEIRA	Assessor	CDS-07
JEAN CARLA DOS SANTOS COSTA	Assessor	CDS-07
VANDERLEIA AUGUSTO TEIXEIRA	Assessor	CDS-07
LUIZ AUGUSTO LEITE DE OLIVEIRA	Assessor	CDS-07
PAULO DE TASSO WANDERLEY FERRO	Assessor	CDS-07
MARIA DO CARMO SILVA DOS SANTOS	Assessor	CDS-07
BARBARA ALINE DE FREITAS PEDROSA	Assessor	CDS-07
CARLA APARECIDA BRAGA ARARUNA	Assessor	CDS-07
EMILIAN DE FATIMA PINTO DOS SANTOS	Assessor	CDS-07
JAMILA VIRIATO DA SILVA	Assessor	CDS-07
YURI DOS SANTOS SANTANA	Assessor	CDS-07
JAFFERSON DE SOUZA KROFKE	Assessor	CDS-07
CELIA RIQUE DA SILVA	Assessor	CDS-07
GLORIANY GOMES COELHO	Assessor	CDS-07
ELIZIELLE DA SILVA MELO	Assessor I	CDS-06
SILVIA ORIANI DE GRACIA LIMA	Assessor I	CDS-06
CATIELE BATISTA DA SILVA	Assessor I	CDS-06
MARA CRISTINA MACIEL DOS SANTOS	Assessor I	CDS-06
MARIA VANILCE DIAS PINHEIRO DOS SANTOS	Assessor I	CDS-06
FRANCISCA INGLIDI MARQUES SILVEIRA	Assessor I	CDS-06
CAMILA STEFANY ARAÚJO DA SILVA	Assessor I	CDS-06
LARISSA CRISTINA DUARTE E SILVA	Assessor I	CDS-06
EDNEIA LILIA DOS SANTOS MONTEIRO	Assessor I	CDS-06
JOSE NEVES SOBRINHO	Assessor I	CDS-06
THALES YAGO SALES VIANA	Chefe de Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira	CDS-05
ARACILDA DE MELO NEVES	Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo	CDS-05
LIVIA MOURA DIAS	Chefe de Núcleo de Contabilidade e Controle Interno	CDS-05
ROZIANE SOARES DA COSTA WANZELER CASTELO	Chefe de Núcleo de Contratos e Convênios	CDS-05
CLEVERSON DAVID MAGALHÃES LIMA	Chefe de Núcleo de Estatística	CDS-05
ANDERSON LENO FERNANDES	Chefe de Núcleo de Apoio às Organizações Sociais Rurais	CDS-05
ALINE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo de Estatística, Produção e Acompanhamento de Informações Agrossilvipastoril	CDS-05
ANA CAROLINA CARNEIRO DE OLIVEIRA	Chefe de Núcleo de Desenvolvimento da Cafeicultura e dos Sistemas Agroflorestais	CDS-05
MARCOS ANTONIO SOUSA SOARES	Chefe de Núcleo de Pesca	CDS-05
ALINE CORTEZ OLIVEIRA	Chefe de Núcleo de Piscicultura	CDS-05
RAIMUNDO NEVES DA SILVA	Chefe de Núcleo de Agroindústria	CDS-05

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

FRANCISCA DENIZE FERREIRA PINHEIRO	Chefe de Núcleo de Apoio aos Programas e Projetos da Agricultura Familiar	CDS-05
JOSIANE FERREIRA DE AGUIAR	Chefe de Núcleo de Educação no Campo e Turismo Rural	CDS-05
BRUNA CAPPELLI SAVARIS	Chefe de Núcleo de Políticas Públicas de Agroecologia e Certificação Orgânica	CDS-05
FRANCISCO RAIMUNDO DA COSTA MOURA	Chefe de Núcleo de Comercialização e Economia Solidária	CDS-05
ILANA LAURA VAQUER ARAÚJO DA ROSA	Chefe de Núcleo de Apoio aos Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional	CDS-05
DEBORA FIGUEIREDO MARTINS	Chefe de Núcleo do Setor de Análise	CDS-05
LUIZ HENRIQUE AMPESSAN GUASTALA	Executor de Projetos	CDS-05
CLEITON DA SILVA LOBATO	Executor de Projetos	CDS-05
OSMAR JORGE TAVARES	Executor de Projetos	CDS-05
GLAUCINDA DOS SANTOS LIMA	Executor de Projetos	CDS-05
DAYLLIMAR CASTRO COUTINHO	Executor de Projetos	CDS-05
CRISTIAN CAMPOS MAGNO	Executor de Projetos	CDS-05
GABRIELA DOS SANTOS MOURA	Executor de Projetos	CDS-05
HELDA CRISTINA DE SOUSA MARINHO BATISTA	Executor de Projetos	CDS-05
ROBERTA CLARO CAMPOS	Chefe de Núcleo de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro, Ervas Aromáticas e Produtos Orgânicos	CDS-05
MARTA REGIA FERNANDES CHAGAS	Chefe de Núcleo Técnico Executivo	CDS-05
NILCE KALKMANN RODRIGUES	Chefe de Núcleo Técnico Executivo	CDS-05
ETIENE MARQUES BEZERRA	Assistente Técnico	CDS-04
KAILANE VITORIA CHAVES GOES	Assistente Técnico	CDS-04
JOAO DE DEUS ANDRADE	Assistente Técnico	CDS-04
LUCIENNE PEREIRA PANTOJA	Assistente Técnico	CDS-04
KAROLLYNE RODRIGUES MELO	Assistente Técnico	CDS-04
RAIZA DA SILVA CARVALHO DE LIMA	Assistente Técnico	CDS-04
ANDERSON DE SOUZA RAMALHO	Assistente Técnico	CDS-04
ALEX RYCHARD DA SILVA ASSIS	Assistente Técnico	CDS-04
ANA LISE CAMPOS ROCHA	Assistente Técnico	CDS-04
SABRINA FERREIRA DOS PRAZERES	Assistente Técnico	CDS-04
VANESSA ESTEFANY FERRAZ DE OLIVEIRA	Assistente Técnico de Projetos Especiais	CDS-03
THAIS GABRIELLY DA COSTA FERREIRA	Assistente Técnico de Projetos Especiais	CDS-03
LUCAS FURTADO MENDONÇA AYOAMA	Assistente Técnico de Projetos Especiais	CDS-03
LETICIA TAMILIS DOS SANTOS OLIVEIRA	Assistente Técnico I	CDS-03
HAÍSSA ALVES DOS SANTOS	Assistente Técnico I	CDS-03
MARIA VITORIA CHIANCA SALES	Assistente Técnico I	CDS-03
PAULA BIANCA PEREIRA LOPES	Assistente Técnico I	CDS-03
GUSTAVO EDER BARROS DE CARVALHO	Assistente Técnico I	CDS-03
MARINEIS VIEIRA DOS SANTOS	Chefe de Núcleo II	CDS-03
HELENA REGINA BARBOSA MAGALHÃES RODRIGUES	Chefe de Núcleo II	CDS-03
CAROLINA LAUREANO GOMES	Chefe de Núcleo II	CDS-03
PEDRO ALVES PEREIRA	Chefe de Núcleo II	CDS-03
CARLA GABRIELA LOPES GALVÃO	Chefe de Núcleo II	CDS-03
DEBORA DE MATOS SILVA	Chefe de Núcleo II	CDS-03
TELMA APARECIDA PINTO	Chefe de Núcleo II	CDS-03
LUIZA NATALIA PEREIRA VIEIRA DAS CHAGAS VASCONCELOS	Chefe de Núcleo II	CDS-03
MARIA GORETTI CARVALHO DA SILVA	Chefe de Núcleo II	CDS-03

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

DEIVISSON PASSOS AGUIAR	Chefe de Núcleo II	CDS-03
GILVANIA LUCIA OLIVEIRA DE CARVALHO	Chefe de Núcleo II	CDS-03
ADRIANO DE ARAUJO CARNEIRO	Assistente Técnico II	CDS-02
JOSSEMAR TEIXEIRA ARAUJO	Assistente Técnico II	CDS-02
RAIMUNDO FRANCISCO DA SILVA	Assistente Técnico II	CDS-02
ALEXANDRO ALMEIDA DA SILVA	Assistente Técnico II	CDS-02
NILMAR DOS SANTOS FERREIRA	Assistente Técnico II	CDS-02
VERA APARECIDA DUTKA	Assistente Técnico II	CDS-02
SIDNEI GOMES BEZERRA	Chefe de Equipe I	CDS-02
NELCICLEI DE OLIVEIRA CARNEIRO	Chefe de Equipe I	CDS-02
PATRICIA REAL PEREIRA	Chefe de Equipe I	CDS-02
RENAN TOMAS SANTOS	Chefe de Equipe I	CDS-02
MISAEL FERREIRA MOREIRA	Chefe de Equipe I	CDS-02
DIDIER OLIVEIRA CARVALHOSA DA SILVA	Chefe de Equipe I	CDS-02

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036702142

Decreto de 20 de março de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar dos Cargos de Direção Superior, bem como Dispensar das Funções Gratificadas os servidores da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos, a contar de 1 de março de 2023, conforme especifica abaixo:

Funcionário	Cargo	Simbolo
SEMAYRA GOMES MORET	Superintendente de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos	Subsídio
JOAO PABLO CLAUDINO LIMA	Diretor Executivo	CDS-15
ANDERSON ASSUNÇAO	Coordenador de Administração e Finanças	CDS-14
FLAVIO DE OLIVEIRA CORDEIRO	Coordenador de Qualidade dos Gastos Administrativos	CDS-14
LANA CAROLINE AMORIM GOMES SARÁBIA	Coordenador das Unidades de Atendimento ao Cidadão Tudo Aqui	CDS-12
RICARDO DE SOUZA LIMA	Administrador do Palácio Rio Madeira	CDS-12
JOSE AUGUSTO DA ROSA JUNIOR	Assessor Especial I	CDS-09
LUCIMAR MONTEIRO DA SILVA LIMA	Assessor Especial I	CDS-09
NUBIA CAVALCANTE DA SILVA	Controlador Interno	CDS-09
ROSANE PAZ DE MENDONÇA FON	Assessor Especial I	CDS-09
QUEITIANE CASTRO COSTA	Assessor Especial I	CDS-09
EUDINEIA COELHO GALVAO	Assessor Especial I	CDS-09
KARINE DEBORA DE SOUZA SILVA	Gerente	CDS-08
BEZANETH DA SILVA SICSU VOLKWEIS	Assessor Especial II	CDS-08
DAVID GUILLERMO VALDEZ PANDURO	Assessor Especial II	CDS-08
EDER FERNANDO CHIEA DE OLIVEIRA	Gerente	CDS-08
ELVA FERREIRA MACIEL	Gerente	CDS-08
FERNANDA SODRE GUIMARAES	Gerente	CDS-08
HELENA BARBOSA DE AMORIM	Gerente	CDS-08
JOCILEIDE GUEDES GUARIBANO	Gerente	CDS-08
KARLA GIANNINA GALVAO FERNANDES	Gerente	CDS-08
MARCIA DO SOCORRO SILVA FONSECA	Gerente	CDS-08
MARIA CRISTINA MIQUELINI XAVIER	Gerente	CDS-08

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARLUCIA ALVES BENEDITO	Gerente	CDS-08
RAIANE ROSA DE OLIVEIRA	Gerente	CDS-08
TARYANE DA SILVA VILAS BOAS	Gerente	CDS-08
RAUL ROBERTO REYES ORTIZ LA VEGA	Gerente	CDS-08
JUDITE GOMES ESTEVÃO ARRUDA	Gerente	CDS-08
OSILAN ARAUJO DE CASTRO	Gerente	CDS-08
CRISTIANE MARIA CORDEIRO MESQUITA	Gerente	CDS-08
GERLUCE BARROS COSTA DE ALENCAR	Assessor Especial II	CDS-08
JEFFERSON PEDRA FERREIRA	Gerente	CDS-08
FRANCIS LUCY CHIXARO GRANGEIRO	Gerente	CDS-08
ADRIANA AGUIAR DE SOUZA	Gerente	CDS-08
NILBER FELIPE MAURICIO DE CASTRO	Assessor VII	CDS-07
MATHEUS HUMBERTO DE SOUZA VIANA	Assessor VII	CDS-07
PAULO ROBSON BATISTA DE SOUSA	Ouvidor	CDS-07
ALESSANDRA DA SILVA RODRIGUES	Assessor VII	CDS-07
MARIA DO PERPETUO DO SOCORRO GOMES AGUIA	Assessor VII	CDS-07
ROSILEA DE OLIVEIRA LIMA	Assessor VII	CDS-07
IVO DE SOUZA	Assessor VII	CDS-07
NATALIANO RODRIGUES DE SOUZA	Assessor VII	CDS-07
PAULO ROGERIO PEREIRA LIMA	Assessor VII	CDS-07
JEOVA SILVA DO CARMO	Assessor VII	CDS-07
QUEISE QUETLEN FERNANDES DE OLIVEIRA	Assessor VII	CDS-07
VALDIR FREITAS DA SILVA	Assessor VII	CDS-07
WILDSON ANUNCIAÇÃO PAES	Assessor VII	CDS-07
JOELMA DOS SANTOS FELIX	Assessor VII	CDS-07
ERIEL MARTINS DE OLIVEIRA	Assessor VII	CDS-07
LUIZ FERNANDO DE CAMARGO ALVES	Assessor VII	CDS-07
TIAGO BRUNO ALVES DA SILVA	Assessor VII	CDS-07
RAQUEL DE OLIVEIRA RODRIGUES	Assessor VII	CDS-07
GIULIANA KIMBERLY SOUZA VILELA	Assessor VI	CDS-06
ANA JULIA FERREIRA RODRIGUES	Chefe de Núcleo	CDS-06
EDSON BASILIO PANSONATO	Assessor VI	CDS-06
ESTELLE SOLANGE SILVEIRA PINHO BOAVENTURA	Assessor VI	CDS-06
CLEIDE MARIA ALBUQUERQUE CARLOS PONTES	Assessor VI	CDS-06
JONATAS AIRTON PAXURY SANTOS	Assessor VI	CDS-06
JOSE LUCAS DA SILVA	Assessor VI	CDS-06
LEANDRO LENO OLIVEIRA DE SOUSA	Assessor VI	CDS-06
LILIAN PEREIRA DA SILVA	Assessor VI	CDS-06
MELQUIZEDEQUE RIBEIRO CAVALCANTE	Assessor VI	CDS-06
MIRIAM SANTOS DE SOUZA ALVES	Assessor VI	CDS-06
MICHELLE DE LIMA SOUSA	Assessor VI	CDS-06
PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVEIRA	Chefe de Núcleo	CDS-06
FABRICIA SANTOS DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-06
MARITO ALVES DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-06
MARINÉLIO PEREIRA DE SOUZA	Chefe de Núcleo	CDS-06
SARA BELARMINO DA SILVA	Chefe de Núcleo	CDS-06
SUELY MARIA KUNZLER SCHNEIDER	Assessor VI	CDS-06
RAIMUNDO LUZIA PEREIRA DE ALMEIDA	Chefe de Núcleo	CDS-06
TAÍS ROCHA DE DEUS	Chefe de Núcleo	CDS-06
TÂNIA MARA CAMPAGNOLLI	Chefe de Núcleo	CDS-06

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TAIANE LOZADA MONTANO	Assessor V	CDS-05
ARLENE DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO	Assessor V	CDS-05
GREGORY RODRIGUES BRAGA	Assessor V	CDS-05
JANAINA SILVA DOS SANTOS	Assessor V	CDS-05
RAIMUNDA DO SOCORRO SILVA	Assessor V	CDS-05
TIAGO RODRIGUES DOS SANTOS	Assessor V	CDS-05
JOCINEIDE ROCHA PEREIRA DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
HARRISON VASCONCELOS LOBO DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
JOAO PAULO DE SOUZA MIGUEL	Assessor IV	CDS-04
ÂNTONY LUIZ DE ARAUJO E SILVA	Assessor IV	CDS-04
MARCELA DA SILVA VIEIRA	Assessor IV	CDS-04
LARISSA DE SOUZA MARTINS	Assessor IV	CDS-04
MAIRA DIAS ROZENO	Assessor IV	CDS-04
INGRID DE CASTRO RODRIGUES	Assessor IV	CDS-04
SANDRA SAVEGNAGO	Assessor IV	CDS-04
ANTONIO RUFINO DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
ARAO SARAIVA MONTEIRO	Assessor IV	CDS-04
BEN JUDAH SICSU GOMES	Assessor IV	CDS-04
CARLA CRISTINA DE SOUZA PINHEIRO	Assessor IV	CDS-04
CARLOS MOURA DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
CAROLINA KETHELEN MONTEIRO MOTA	Assessor IV	CDS-04
CLÊNIO CRISTIANO DA SILVA FERREIRA	Assessor IV	CDS-04
CLIFE CAVALCANTE DA CUNHA	Assessor IV	CDS-04
DEBORA NEGRETTI	Assessor IV	CDS-04
EDCARLOS FERREIRA CARVALHO	Assessor IV	CDS-04
EDNEI RODRIGUES SOARES	Assessor IV	CDS-04
ELAINE FLORES CHIEA DE ALMEIDA	Assessor IV	CDS-04
ELIVALDO PEREIRA DE LIMA	Assessor IV	CDS-04
ENEDINA TEIXEIRA SILVA	Assessor IV	CDS-04
EUDES VICENTE DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
FABIO LOPES SOUSA	Assessor IV	CDS-04
FRANCISCO FERREIRA DE ARAUJO NETO	Assessor IV	CDS-04
GLEISSON DE SOUZA PERIM	Assessor IV	CDS-04
HELIO DE ALMEIDA	Assessor IV	CDS-04
HELLEN CHRISTINA CIRQUEIRA DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
JECIMARA BRAGANÇA GALDINO	Assessor IV	CDS-04
JENNIFER SUELEN FERREIRA LIMA	Assessor IV	CDS-04
JHONNATAN PORTO GOMES	Assessor IV	CDS-04
JOAO CUSTODIO ALVES	Assessor IV	CDS-04
JOSE CANDIDO MOREIRA	Assessor IV	CDS-04
JOSE VIRGINIO DE MORAIS	Assessor IV	CDS-04
ALINE CAROLINE FABIANO DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
LUIS FELIPE NASCIMENTO E SILVA	Assessor IV	CDS-04
MARCELA PEREIRA DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
MARCIO BENECIO PEREIRA	Assessor IV	CDS-04
MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS ARAUJO	Assessor IV	CDS-04
MARIA DAURIDA MENDES AZEVEDO	Assessor IV	CDS-04
MARIANA NUNES SODRÉ	Assessor IV	CDS-04
MONICA LOPES DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
MONICA ROSA TIBURCIO PINHEIRO	Assessor IV	CDS-04

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RODRIGO CARVALHO MENDES	Assessor IV	CDS-04
OHANA MARCELA LIMA GUSMÃO CAVALCANTE	Assessor IV	CDS-04
ONILDO PINHEIRO MOREIRA	Assessor IV	CDS-04
PHELLIPPE MAIA DE FREITAS	Assessor IV	CDS-04
PRISCILA MOLINO DE SOUZA	Assessor IV	CDS-04
RAILANE LOPES DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
RINALDA RIBEIRO REIS	Assessor IV	CDS-04
ROSIVALDA PASSOS DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
TEX WILLIAMS CANDIDO MOREIRA CARVALHO	Assessor IV	CDS-04
THIAGO CANOVA PIRES	Assessor IV	CDS-04
THIAGO HENRIQUE CARDOSO DE OLIVEIRA SILVA	Assessor IV	CDS-04
VALDENOR TRINDADE DOS SANTOS	Assessor IV	CDS-04
VALDIR DE JESUS GOMES	Assessor IV	CDS-04
ARISSON DA SILVA DESMAREST	Assessor IV	CDS-04
KELLY EDILEIA EGUEZ MACEDO	Assessor IV	CDS-04
CAMYLA VITORIA FERREIRA BELLETTI	Assessor IV	CDS-04
WILLIAM GOMES MACHADO	Assessor IV	CDS-04
ADRIANO MARTINS ROMANINI	Assessor IV	CDS-04
ROBSON RODRIGUES SIMPLICIO	Assessor IV	CDS-04
DAVID JUNIOR REYES ORTIZ	Assessor IV	CDS-04
IZANIR SILVA DE ALMEIDA	Assessor IV	CDS-04
MARINALVA LOPES FERREIRA	Assessor IV	CDS-04
LEGYS ESTEVES DOURADO	Assessor IV	CDS-04
JOZIVALDO DOS SANTOS SENA	Assessor IV	CDS-04
ANA LUCIA PINHEIRO DA SILVA GAMA	Assessor IV	CDS-04
LIRIEL EYSHILA DE SOUZA GOMES	Assessor IV	CDS-04
MAISA DA COSTA MONÇÃO	Assessor IV	CDS-04
NADIA MARIA GOMES DA SILVA	Assessor IV	CDS-04
HELIANDRO SENA VIRGOLINO	Assessor IV	CDS-04
LUCAS SILVA AIRES	Assessor IV	CDS-04
NATHALIA KAROLINE DE OLIVEIRA PEREIRA	Assessor IV	CDS-04
ROSANA MARQUES GONÇALVES	Assessor IV	CDS-04
NIRVANA ALBUQUERQUE PEREIRA SANTANA	Assessor IV	CDS-04
GEIZA TAYNARA DE SOUZA REZENDE	Assessor IV	CDS-04
ROSIVANI FERREIRA	Assessor IV	CDS-04
KATIANE BATISTA DO NASCIMENTO GUEDES	Assessor IV	CDS-04
FABIANE DA SILVA ALENCAR	Assessor IV	CDS-04
HUMBERTO VILAR AROUCA	Assessor IV	CDS-04
MIGUEL PINHEIRO DE OLIVEIRA CUNHA	Assessor IV	CDS-04
ASCENDINO MAIA DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
ANDREW NASCIMENTO DE SOUZA	Assessor IV	CDS-04
VENIS ANDRADE DE SOUSA	Assessor IV	CDS-04
BRUNA BATISTA DE SOUSA	Assessor IV	CDS-04
CELINA MONICK SOUSA ZANETTIN	Assessor IV	CDS-04
GUSTAVO ALEXANDRE FARIAS DE OLIVEIRA	Assessor IV	CDS-04
GABRIEL FILGUEIRA CASTRO	Assessor IV	CDS-04
ANA MARIA TAVARES REIS	Chefe de Equipe IV	FG-4
ANTONIO MATIAS DOS SANTOS FILHO	Chefe de Equipe IV	FG-4
HELIO MENDES PONTES	Chefe de Equipe IV	FG-4
MARIOTE DE SOUSA SALES	Chefe de Equipe IV	FG-4

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 20 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0036720645

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Portaria nº 162 de 28 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia).

RESOLVE:

Art. 1º **Conceder** aservidora **ALINNE ASSIS DE OZÊDA**, ocupante do cargo de Coordenadora de Relações Públicas, matrícula nº 300170370, em conformidade com o Decreto n. 10851 de 29.12.2003, Suprimento de Fundos em Regime de Adiantamento, a importância de R$ 3.100,00 (Três mil e cem reais), decorrente das despesas por conta do Orçamento da Procuradoria Geral do Estado - PGE, para atendimento dos fins mencionados no memorando 9, conforme Processo 0020.004841/2023-52

PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R$
03.122.1015	2087	3390-30	150,00
03.122.1015	2087	3390-36	1.200,00
03.122.1015	2087	3390-39	1.750,00
TOTAL			**3.100,00**

O prazo de aplicação do suprimento de fundos que trata esta Portaria e de 60 (sessenta) dias, e até o quinto dia útil do mês seguinte ao da realização da despesa para a Prestação de Contas, instruída conforme Art. 11 do Decreto n. 10.851/2003.

Publique-se, registra-se, cumpra-se,

MAXWEL MOTA DE ANDRADE
Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia

Protocolo 0036945248

Portaria nº 156 de 25 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

Considerando o requerimento de remarcação de férias no Processo nº 0020.081702/2022-61;

R E S O L V E:

REMARCAR o gozo de 10 (dez) dias de férias da servidora **MÔNICA APARECIDA EUSTÁCHIO**, matrícula nº 300136922, ocupante do cargo de Procuradora do Estado, lotada nesta Procuradoria Geral do Estado, anteriormente marcadas para o período de 07 a 16.12.2022, referente ao exercício de 2019.1, a qual fica transferida para fruição no período de 13 a 22.03.2023.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036886312

Portaria nº 157 de 25 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

Considerando o requerimento de remarcação de férias no Processo nº 0020.081702/2022-61;

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

REMARCAR o gozo de 10 (dez) dias de férias da servidora **MÔNICA APARECIDA EUSTÁCHIO**, matrícula nº 300136922, ocupante do cargo de Procuradora do Estado, lotada nesta Procuradoria Geral do Estado, anteriormente marcadas para o período de 28.11.2022 a 07.12.2022, referente ao exercício de 2021.1, a qual fica transferida para fruição no período de 23.03.2023 a 01.04.2023.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036886334

Portaria nº 158 de 25 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

Considerando o requerimento de remarcação de férias no Processo nº 0020.081702/2022-61;

R E S O L V E:

REMARCAR o gozo de 10 (dez) dias de férias da servidora **MÔNICA APARECIDA EUSTÁCHIO**, matrícula nº 300136922, ocupante do cargo de Procuradora do Estado, lotada nesta Procuradoria Geral do Estado, anteriormente marcadas para o período de 13 a 22.10.2022, referente ao exercício de 2021.2, a qual fica transferida para fruição no período de 26.07.2023 a 04.08.2023.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036886335

Portaria nº 160 de 27 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no parágrafo único do art. 12 da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado.

R E S O L V E:

Art. 1º RELOTAR, a partir de 27.03.2023, o servidor BRUNO ANDRADE DE MIRANDA, ocupante do cargo de **ANALISTA DA PROCURADORIA - PROCESSUAL**, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Núcleo de Litigância de Massa em Saúde – NLMS, desta Procuradoria Geral do Estado.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial e a informação no sítio eletrônico da PGE. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036911576

Portaria nº 161 de 27 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

Considerando o que consta nos Processos nº 0020.003550/2023-47;

R E S O L V E:

REMARCAR o gozo de 10(dez) dias de férias da servidora VALESSA GAMA SILVA DE PAULA, matrícula nº 300158390, lotada na Procuradoria Geral do Estado, anteriormente marcadas para o período de 15.03.2023 a 24.03.2023, referentes ao exercício de 2023, ficando transferida a fruição para o **período de 22.12.2023 a 31.12.2023**.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0036913380

Portaria nº 164 de 28 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

Considerando o que consta nos Processos nº 0020.004577/2023-57;

R E S O L V E:

REMARCAR o gozo de 10(dez) dias de férias da servidora FRANCIELE SOARES DA COSTA, matrícula 300092538, lotada na Procuradoria Geral do Estado, anteriormente marcadas para o período de 10 a 19.07.2023, referentes ao exercício de 2023, ficando transferida a fruição para o **período de** 17.04.2023 a 26.04.2023.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036950335

Portaria nº 166 de 28 de março de 2023

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora **THAMIRES FERREIRA DOS SANTOS LOPES** matrícula funcional nº 300085059, para substituir a servidora **FRANCIELE SOARES DA COSTA** matrícula funcional nº 300092538 no cargo de **Coordenadora de Finanças** no setor de Diretoria de Planejamento e Finanças-DFIN da Procuradoria Geral do Estado, sem prejuízo de suas atribuições, nos períodos de afastamento.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial e Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036952172

Portaria nº 167 de 28 de março de 2023

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor **SALVIANO SOARES NOBRE NETO** matrícula funcional nº 300176632, para substituir o servidor **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS,** matrícula funcional nº 300173855, no cargo de **Coordenador** no setor de Coordenação de Contabilidade Institucional - CCI, da Procuradoria Geral do Estado, sem prejuízo de suas atribuições, nos períodos de afastamento.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial e Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036952489

Portaria nº 163 de 28 de março de 2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia);

Considerando Requerimento e Mapa de Apuração de Apuração de Tempo de Serviço que constam nos autos do processo n° 0020.087333/2018-34;

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CONCEDER 90 (noventa) dias **Licença-Prêmio em Pecúnia**, em conformidade com o Art. 123, os § 4º e § 5º da Lei Complementar nº 68/92 à servidora ANA REGINA REIS DA SILVA**,** matrícula n. 300033871, pertencente ao Quadro de Pessoal do Governo do Estado de Rondônia, lotada na Procuradoria Geral do Estado - PGE, do período já adquirido e não gozado, referente ao 4º quinquênio, de 28.03.2010a 27.03.2015.

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

Maxwel Mota de Andrade

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Protocolo 0036945302

EXTRATO

1-EXTRATO: CNT/0197/SESDEC/PGE/2023 **2-CONTRANTE:** SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA **3-CONTRATADA:** PRÍNCIPE DA BEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF Nº: 40.861.948/0001-56 **4-OBJETO:** Aquisição de água mineral. **5-VALOR:** R$ 11.844,00 **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 15001 - Programa de Trabalho: 0612210152087 - Fonte de Recurso: 1501000001 - Natureza da Despesa: 339030 **7-PROCESSO:** 0037.000186/2023-84 **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Pregão Eletrônico/299/2022 **9-VIGÊNCIA:** Prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. **10-DATA DA ASSINATURA:** 28/03/2023.

Protocolo 0037022050

EXTRATO

1-EXTRATO: 2º TACNT/0159/SESAU/PGE/2022 **2-CONTRANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** FUNDAÇÃO PIO XII, CNPJ/MF Nº: 49.150.352/0017-80 **4-OBJETO:** O contrato terá um prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data da última assinatura contratual. **5-PROCESSO:** 0036.070079/2022-42 **6-DATA DA ASSINATURA:** 30/03/2023.

Protocolo 0037076538

EXTRATO

1-EXTRATO: CNT/0852/SESAU/PGE/2022 **2-CONTRANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** SUMMUS CONSULTORIA, ASSESSORIA, LICITAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ/MF Nº: 17.178.720/0001-44 **4-OBJETO:** Contratação de serviços contínuos de recepção, com emprego de mão de obra qualificada e habilitada, bem como fornecimento dos materiais necessários à execução do serviço para atender ao Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HBAP e Policlínica Oswaldo Cruz - POC. **5-VALOR:** R$ 3.258.528,72 **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 17012 - Programa de Trabalho: 1030220344009400905 - Fonte de Recurso: 00000209214000 - Natureza da Despesa: 33903905 **7-PROCESSO:** 0036.474205/2020-72 **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Pregão Eletrônico/688/2021 **9-VIGÊNCIA:** Prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. **10-DATA DA ASSINATURA:** 28/11/2022.

Protocolo 0037073335

EXTRATO

1-EXTRATO: CNT/0130/CBMRO/PGE/2023 **2-CONTRANTE:** CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDONIA **3-CONTRATADA:** SOUZA AGÊNCIA & CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ/MF Nº: 05.195.016/0001-10 **4-OBJETO:** Contratação de serviço e aquisição de materiais para instalação de cercamento de segurança (grade limítrofe de lote urbano) do Quartel da 3ª Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena - DAT/VHA, localizado na Rua Ricardo Franco, nº 236, Bairro Centro, Vilhena/RO. **5-VALOR:** R$ 86.075,85 **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 15014 - Programa de Trabalho: 06 182 2103 1275 - Fonte de Recurso: 1759008026 - Natureza da Despesa: 449051 **7-PROCESSO:** 0004.072970/2022-91 **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** TOMADA DE PREÇOS/034/2022 **9-VIGÊNCIA:** Prazo de 45 dias, a contar do recebimento da ordem de serviço pela Contratada. **10-DATA DA ASSINATURA:** 30/03/2023.

Protocolo 0037076534

EXTRATO

EXTRATO N° 400

1-EXTRATO: 1º TAPOSTCNT Nº 302/PGE-2018 **2-CONTRATANTE:** SESAU **3-CONTRATADA:** OBJETIVO SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI, CNPJ/MF nº 10.973.764/0001-17 **4-OBJETO:** Fica ajustado que o valor mensal do contrato será de R$ 37.239,89, perfazendo um custo anual de R$ 446.878,68, referente a Convenção Coletiva de Trabalhadores de 2020. Os efeitos financeiros desta CCT deverão retroagir à data-base prevista na CCT (01/01/2020). Fica ajustado que o valor mensal

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

do contrato será de R$ 38.819,39, perfazendo um custo anual de R$ 465.832,68, referente a Convenção Coletiva de Trabalhadores de 2021. Os efeitos financeiros desta CCT deverão retroagir à data-base prevista na CCT (01/01/2021). **5-PROCESSO:** 0036.007822/2017-61 **6- DATA DA ASSINATURA:** 06/02/2023.

EXTRATO N° 401

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 075/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE URUPÁ, CNPJ/MF nº 63.787.097/0001-44 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, de auxílio na mecanização e construção de infraestruturas, de transporte de silagem, através do repasse de 01 caminhão basculante. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000849/2023-08 **7-DATA DA ASSINATURA:** 24/03/2023.

EXTRATO N° 402

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 076/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, CNPJ/MF nº 01.254.422/0001-56 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, de auxílio na mecanização e infraestruturas, de cascalho para recuperação de estradas vicinais, entre outros, através do repasse de 01 caminhão basculante. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000845/2023-11 **7-DATA DA ASSINATURA:** 24/03/2023.

EXTRATO N° 403

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 077/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, CNPJ/MF nº 84.723.030./0001-16 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, de auxílio na mecanização e construção de infraestruturas, de transporte de silagem, entre outros, através do repasse de 01 caminhão basculante. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000844/2023-77 **7-DATA DA ASSINATURA:** 27/03/2023.

EXTRATO N° 404

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 078/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO, CNPJ/MF nº 00.699.197/0001-07 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, de auxílio na mecanização e construção de infraestruturas, de transporte de silagem, entre outros, através do repasse de 01 caminhão basculante. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000841/2023-33 **7-DATA DA ASSINATURA:** 24/03/2023.

EXTRATO N° 405

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 079/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA, CNPJ/MF nº 63.762.074/0001-85 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de recuperação de estradas vicinais e de transporte de insumos, através do repasse de 01 caminhão basculante. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000840/2023-99 **7-DATA DA ASSINATURA:** 24/03/2023.

EXTRATO N° 406

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 080/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE, CNPJ/MF nº 63.761.936/0001-55 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, auxílio na mecanização e construção de infraestruturas, bem como serviços de melhorias em carreadores e represas, entre outros, através do repasse de 02 caminhões basculantes. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000830/2023-53 **7-DATA DA ASSINATURA:** 24/03/2023.

EXTRATO N° 407

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 081/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE JARU, CNPJ/MF nº 04.279.238/0001-59 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, de auxílio na mecanização e construção de infraestrutura, bem como serviços nos carreadores, aterros e melhoria das represas, entre outros, através do repasse de 01 caminhão basculante. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000831/2023-06 **7-DATA DA ASSINATURA:** 30/03/2023.

EXTRATO N° 408

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 082/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, CNPJ/MF nº 22.855.167/0001-77 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, de auxílio na mecanização e construção de infraestruturas, de transporte de silagens, entre outros, através do repasse de 02 caminhões basculantes. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.000847/2023-19 **7-DATA DA ASSINATURA:** 24/03/2023.

EXTRATO N° 409

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 087/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, CNPJ/MF nº 63.761.902/0001-60 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, auxílio na mecanização e construção de infraestruturas, bem como serviços de melhorias em carreadores e represas, entre outros, através do repasse de 01 caminhão basculante e 02 retroescavadeiras. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.001029/2023-25 **7-DATA DA ASSINATURA:** 29/03/2023.

EXTRATO N° 410

1-EXTRATO: CONVÊNIO Nº 088/SEAGRI/PGE/2023 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE, CNPJ/MF nº 22.855.142/0001-73 **4-OBJETO:** Serviços de transporte de insumos, auxílio na mecanização e construção de infraestruturas, bem como serviços de distribuição de terras, de nivelamento e terraplanagem, entre outros, através do repasse de 02 caminhões basculantes e 01 retroescavadeira. **5-VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0025.001076/2023-79 **7-DATA DA ASSINATURA:** 30/03/2023.

EXTRATO N° 411

1-EXTRATO: 2º TACNV Nº 185/PGE-2021 **2-CONCEDENTE:** SEAGRI **3-CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE BURITIS, CNPJ/MF Nº 01.266.058/0001-44 **4-OBJETO:** Os itens 1.2, 2.1 e 2.2 do convênio passam a ser redigidos da seguinte forma: "**1.2.** [...]a Concedente repassará à Convenente o valor de R$ 176.000,00, para que este adquira os seguintes bens: 01 grade niveladora, 02 grades aradoras e 01 colhedora de forragem"; "**2.1.** O valor global do ajuste é de R$ 210.000,00[...]; **2.2.** A participação financeira da SEAGRI será no valor de R$ 176.000,00[...]",enquanto a contrapartida da Convenente será no valor de R$ 34.000,00, conforme Declaração de Contrapartida (id. 0036868073)[...]". **5-PROCESSO:** 0025.312377/2021-63 **6-DATA DA ASSINATURA:** 27/03/2023.

EXTRATO N° 412

1-EXTRATO: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 003/SETUR/PGE/2023 **2-COOPERANTE:** SETUR **3-COOPERADA:** SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS, CNPJ nº 07.172.665/0001-21 **4-OBJETO:** Execução e fiscalização do Projeto Turismo para Todos, o qual tem como objeto promover o turismo do estado de Rondônia a partir da produção de material gráfico promocional, produzidos por mão de obra de reeducandos. **5-VIGÊNCIA:** 360 dias, contados a partir da data de assinatura. **6-PROCESSO:** 0038.000153/2023-24 **7-DATA DA ASSINATURA:** 21/03/2023.

Protocolo 0037079806

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE

AVISO

AVISO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR TEMPORARIAMENTE COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

A Controladoria Geral do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011 e o art. 23 do Decreto nº 16.089, de 28 de julho de 2011, e com fulcro na **Decisão nº 2/2023/SEJUS-GAB** (SEI 0035899468), publicada no DIOF nº 58, de 28-03-2023, oriunda da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS e constante no Processo SEI nº 0033.082326/2022-83, **RESOLVE pela suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 2 (dois) anos, à** HILGERT & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.881.858/0001-45, com fundamento no art. 2º da Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011 e no art. 18, III, art. 24 e art. 26 do Decreto Estadual nº 16.089, de 28 de julho de 2011.

Origem: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Processo administrativo: SEI 0033.082326/2022-83 (**Decisão nº 2/2023/SEJUS-GAB** - SEI 0035899468, publicado no DIOF nº 58, de 28-03-2023)

Interessado:

HILGERT & CIA LTDA (CNPJ: 22.881.858/0001-45)

Penalidade: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 2 (dois) anos.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

FRANCISCO LOPES FERNANDES NETTO

Controlador-Geral do Estado

Protocolo 0036999009

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP

Portaria de férias nº 2423 de 30 de março de 2023.

O(A) Diretor Executivo, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 30 de 20 de janeiro de 2023 de 30/01/2023,publicada no DOE n.16, de 30/01/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **GREGORY RODRIGUES BRAGA,** ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, matrícula 300127444, pertencente ao quadro de servidores de Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos, do(s) período(s) de **(01/10/2023 a 30/10/2023),**referente ao exercício de **2023,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **(01/06/2023 a 30/06/2023).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 30/03/2023.

JOAO PABLO CLAUDINO LIMA
Diretor Executivo

Protocolo DOC11222

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso V da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

AUTORIZAR, conforme a solicitação constante do Ofício nº 3195/2023/SESDEC-GAB, a viagem dos militares relacionados abaixo, à cidade de Alta Floresta/MT, no período de 07 a 10 de abril de 2023, com a finalidade realizar vistoria da aeronave de asas fixas, Prefixo PT-VGK, com ônus de diárias para o Governo do Estado de Rondônia.

- TEN CEL PM RE 100092972 - **LUÍS GUSTAVO DE OLIVEIRA**

- MAJ BM RE 200007931 - **JOÃO LUIZ CORDEIRO JÚNIOR**

- 2º SGT BM RE 200003040 - **DAVID LINO DE SOUZA**

- 2º SGT BM RE 200004501 - **LUCIVAGNO RAMOS LIMA**

- **JOÃO PAULO GOVEIA DE SÁ CARVALHO** - AGENTE DE POLICIA.

- **MAURÍCIO FAVARO ANDRADE** - AGENTE DE POLICIA.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 0037025931

Portaria nº 131 de 24 de março de 2023

ODiretor Executivo da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos, no uso de suas atribuições que são delegadas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como no Decreto nº 23.273, 15/10/2018, alterado pelo Decreto nº 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta.

Considerando o Ofício 859 (0036486176) e a Errata (0036867652) que constam no Processo SEI nº 0005.000901/2023-56;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 1° - REMARCAR o gozo de férias da servidora ÂNDRIA APARECIDA DOS SANTOS DE MENDONÇA, matrícula **300109109**, pertencente ao Quadro de Pessoal com Cargo em Comissão, lotada na CASA CIVIL, referente ao exercício de 2023, dos períodos de 01/03/2023 a 10/03/2023 e 12/06/2023 a 21/06/2023, de acordo com a Portaria de férias nº 6904 de 21 de novembro de 2022 (0036487483), publicada no DOE nº 221 de 21/11/2022, a qual fica transferida para fruiçãopara o período de **19/06/2023 a 08/07/2023.**

PUBLIQUE-SE.

Porto Velho - RO, 24 de março de 2023.

JOÃO PABLO CLAUDINO LIMA

Diretor Executivo da SUGESP

Protocolo 0036869776

Portaria nº 136 de 31 de março de 2023

ODiretor Executivo da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos, no uso de suas atribuições que são delegadas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como no Decreto nº 23.273, 15/10/2018, alterado pelo Decreto nº 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta.

Considerando que o Sistema Integrado de Descanso - SID apresentou instabilidade, impossibilitando a interrupção à época - Processo SEI nº 0042.001764/2023-21;

RESOLVE:

Art. 1° - CONVALIDAR a interrupção do gozo de férias do servidor **ANDERSON ASSUNÇÃO**, matrícula **300073112**, COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pertencente ao quadro de servidores de Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos, referente ao exercício de 2022, marcadas anteriormente no período de **05/01/2022 A 14/01/2022**, conforme Portaria de férias nº 1849 de 17 de novembro de 2021.

PUBLIQUE-SE.

Porto Velho - RO, 31 de março de 2023.

JOÃO PABLO CLAUDINO LIMA

Diretor Executivo - SUGESP

Protocolo 0037064209

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Portaria nº 158 de 30 de março de 2023

O DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e Portaria nº 433, de 19 de agosto de 2021, publicada no DIOF de 02 de setembro de 2021, e;

CONSIDERANDO a publicação da Portaria nº 469, de 26 de setembro de 2022 (0032393575), tratando acerca de Sindicância Administrativa para apuração de responsabilidade relativa ao reconhecimento de dívida e correção monetária de valores referente ao Contrato 155/PGE-2014;

CONSIDERANDO a solicitação e a justificativa constante no Memorando 1 (0036983591);

R E S O L V E:

Art. 1º - **Prorrogar** por 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão instituída pela Portaria nº 469, de 26 de setembro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos a partir de 4 de abril de 2023.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

TONY MARCEL LIMA DA SILVA

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Delegação de Competência da Portaria nº 119 de 07 de março de 2023 (0036348593)

Protocolo 0037039665

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Portaria nº 139 de 23 de março de 2023

Dispõe sobre nomeação de comissão responsável pela revisão e atualização do Decreto n° 13831, de 22 de setembro de 2008, que Regulamenta o procedimento para avaliação do Adicional de Produtividade instituído pela Lei n° 1948, de 28 de agosto de 2008.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas na Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, e

CONSIDERANDO o Decreto n° 25.773, de 28 de janeiro de 2021, que dspõe sobre o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG e revoga o Decreto n° 19.450, de 15 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO o Decreto n° 13.831, de 22 de setembro de 2008, que Regulamenta o procedimento para avaliação do Adicional de Produtividade instituído pela Lei n° 1.948, de 28 de agosto de 2008.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 1.117, de 22 de dezembro de 2021, que incorpora cargos à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, altera Anexo da Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, altera Anexo da Lei n° 1.948, de 28 de agosto de 2008 e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei n° 1.948, de 28 de agosto de 2008, que estende benefício da Lei nº 1.068, de 19 de abril de 2002, aos servidores lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão responsável pela revisão e atualização do Decreto n° 13.831, de 22 de setembro de 2008, que Regulamenta o procedimento para avaliação do Adicional de Produtividade instituído pela Lei n° 1.948, de 28 de agosto de 2008.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, sem prejuízo de suas atribuições, para confecção da minuta de decreto, no prazo de 30 (trinta) dias:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	FUNÇÃO
Raoni Francisco Lopes Gama	XXX.148.XXX	Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental	Gerência de Procedimentos e Métodos - GPM	Presidente
Nickson Neres de Moura	XXX.150.XXX	Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental	Gabinete - GAB	Membro
Ariane Dias de Almeida	XXX.072.XXX	Analista de Sistemas de Informática	Gerência de Informática - GIN	Membro

Parágrafo Único: Compete ao Presidente da Comissão, coordenar as ações de revisão e atualização do Decreto n° 13.831, de 22 de setembro de 2008.

Art. 3º Após a conclusão dos trabalhos da comissão, deverá a minuta do Decreto ser apresentado às autoridades máximas da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

Art. 4º Os membros e demais integrantes não receberão quaisquer gratificação por integrarem a presente Comissão, sendo os trabalhos desempenhados considerados de grande relevância em prol do Estado de Rondônia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 23 de março de 2023.

TONY MARCEL LIMA DA SILVA

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Delegação de Competência da Portaria nº 119 de 07 de março de 2023 (0036348593)

Protocolo 0036830569

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP

Portaria nº 2263 de 29 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, e, considerando o Despacho SESAU-CRH (0036925619), constante nos autos do Processo n. 0049.346439/2018-67,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

R E S O L V E:

Retificar parte da Portaria n. 7116 de 22 de outubro de 2018, publicada no DOE n. 195 de 24 de outubro de 2018, de progressão funcional da servidora:

Onde se lê:

Matricula	Nome	Admissão	Período Avaliado	Ref. Real	Classe	Efeitos Financeiros
300131499	PRISCYLLA LUSTOSA BEZERRA GOMES	14/ 04/2015	14/ 04/15 a 13/04/18	**2**	**A**	14/ 04/2018

Leia-se:

Matricula	Nome	Admissão	Período Avaliado	Ref. Real	Classe	Efeitos Financeiros
300131499	PRISCYLLA LUSTOSA BEZERRA GOMES	14/ 04/2015	14/ 04/15 a 13/04/18	**1**	**B**	14/ 04/2018

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036981322

Portaria nº 2261 de 29 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art, 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, e, considerando os autos doProcesso nº 0049.051336/2022-06,

R E S O L V E:

Excluir da Portaria n. 1724 de 03 de março de 2022, publicada no DOE n. 40 de 04 de março de 2022 de progressão funcional da servidora:

MATRÍCULA	NOME	ADMISSÃO	REF. ATUAL	PERÍODO AVALIADO	REF. REAL	CLASSE	EFEITOS FINANCEIROS
300144982	CLAUDINEIA DA SILVA LEANDRO	08/ 11/2017	0102	08/ 11/2017 a 07/11/2020 08/11/2020 a 07/11/2021	02 03	A A	08/ 11/2020 08/11/2021

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036980307

Portaria nº 2252 de 29 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e, considerando os autos do Processo n. 0049.001940/2023-64,

R E S O L V E:

Conceder Progressão Funcional por Merecimento, com base nos Artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Lei n.1067, de 19 de Abril de 2002, publicada no DOE n. 4966, de 22 de Abril de 2002, revogado pela LeiComplementar n. 5.243, de 28 de dezembro de 2021, ao servidor:

Nome: SERGIO LUIZ DOS SANTOS CRUZ

Matrícula: 300038948

Cargo:Médico

Lotação: H.BASE/SESAU

Período de Avaliação: 30/01/2020 a 29/01/2022

Referência: 11

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Classe: B

Efeitos Financeiros: 30/01/2022

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036976414

Portaria nº 2244 de 29 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, e, considerando o Ofício 1786 SEFIN-NGP (0036542245) constante no Processo n.0030.003053/2023-20,

R E S O L V E:

Conceder Progressão Funcional aos servidores constantes na tabela abaixo, com base na Lei n. 1052 de 19 de fevereiro de 2002, publicado no DOE n. 4927, de 22 de fevereiro de 2002, ea Lei Complementar n. 4858 de 11 de setembro de 2020:

Matricula	Nome	Descrição Cargo Efetivo	REFERÊNCIA ANTERIOR	Atualizar para REFERÊNCIA	EFEITO FINANCEIRO
300039591	ANDERSON APARECIDO ARNAUT	Auditor Fiscal	REF10	REF11	abr/ 23
300039593	CRISTIAN CLEVERSON DE CAMPOS TUPAN	Auditor Fiscal	REF10	REF11	abr/ 23
300039625	EOCLIDES PIZONI JUNIOR	Auditor Fiscal	REF10	REF11	abr/ 23
300040422	RODRIGO SHIDEYOSHI HAYASHI DE ALCANTRA	Auditor Fiscal	REF10	REF11	abr/ 23

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036974120

Portaria nº 2232 de 28 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, e, considerando os autos doProcesso n. 0052.000865/2023-65

R E S O L V E:

Conceder Progressão Funcional por Merecimento, com base nos Artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Lei n.1067, de 19 de Abril de 2002, publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, à servidora:

Nome: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA VIEIRA CASTRO

Matrícula: 300012025

Cargo: Auxiliar em Enfermagem

Lotação: FHEMERON/SESAU

Período de Avaliação: 14/12/2017 a 13/12/2019

Referência: 17

Classe: C

Efeitos Financeiros: 14/12/2019

Período de Avaliação: 14/12/2019 a 13/12/2021

Referência: 18

Classe: C

Efeitos Financeiros: 14/12/2021

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036945583

Portaria nº 2233 de 28 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e, considerando os autos do Processo n. 0049.001096/2023-71

R E S O L V E:

Conceder Progressão Funcional por Merecimento, com base nos Artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Lei n.1067, de 19 de Abril de 2002, publicada no DOE n. 4966, de 22 de Abril de 2002, revogado pela LeiComplementar n. 5.243, de 28 de dezembro de 2021, a servidora :

Nome: MARIA LAILA TEIXEIRA NOGUEIRA

Matrícula: 300156730

Cargo:Técnico em Enfermagem

Lotação: HB/SESAU

Período de Avaliação: 20/02/2019a19/02/2022

Referência: 02

Classe: A

Efeitos Financeiros: 20/02/2022

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036946423

Portaria nº 2187 de 27 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e, considerando os autos do Processo n. 0062.000008/2023-46,

R E S O L V E:

Conceder Progressão Funcional por Merecimento, com base nos Artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Lei n.1067, de 19 de Abril de 2002, publicada no DOE n. 4966, de 22 de Abril de 2002, revogado pela LeiComplementar n. 5.243, de 28 de dezembro de 2021, à servidora:

Nome: : MARIA ISOMAR MARINHO LIMA

Matrícula: : 300057502

Cargo: Agente Atividade Administrativa

Lotação: LEPAC/SESAU

Período de Avaliação: 05/01/2021 a 04/01/2023

Referência: 10

Classe: C

Efeitos Financeiros: 05/01/2023

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036892785

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Portaria nº 2189 de 27 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, e, considerando os autos do Processo n. 0036.007495/2023-95,

R E S O L V E:

Conceder Progressão Funcional por Merecimento, com base nos Artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Lei n.1067, de 19 de Abril de 2002, publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, à servidora:

Nome: NECI DOS SANTOS TEIXEIRA

Matrícula: 300016712

Cargo: Auxiliar de Servicos de Saude

Lotação: HRC/SESAU

Período de Avaliação: 06/06/2018 a 05/06/2020

Referência: 16

Classe: C

Efeitos Financeiros: 06/06/2020

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036894280

Portaria nº 2282 de 30 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, e, considerando o Despacho SEDAM-GGRH ID (0037020002), constante nos autos do Processo n. 0028.000772/2023-38,

R E S O L V E:

Retificar parte da Portaria n. 2057 de 21 de março de 2023, publicada no DOE n. 56 de 24 de março de 2023, de progressão funcional da servidora relacionada a baixo:

Onde se lê:

Conceder Progressão Funcional,com base nos Artigos 11 a 13 do Capítulo VII, da Lei n. 67, de 09 de dezembro de 1992, regulamentado pelo Decreto n. 6540 de 30 de setembro de 1994, à servidora:

NOME: MARGARETH VIEIRA RODRIGUES

MATRÍCULA: 300020269

CARGO: Agente de Servicos Tecnicos

LOTAÇÃO: SEDAM/VILHENA

PERÍODO AQUISITIVO		EFEITO FINANCEIRO	CLASSE/ REFERÊNCIA
01/ 10/2015	30/ 09/2017	01/ 10/2017	**13 A**
01/ 10/2017	30/ 09/2019	01/ 10/2019	**14 A**
01/ 10/2019	30/ 09/2021	01/ 10/2021	**15 A**

Leia-se:

Convalidar a Progressão Funcional, por meio do Processo n. 01.1712.06118-0000/2017, com base nos Artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Lei n.1067, de 19 de Abril de 2002, publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, , com base nos Artigos 11 a 13 do Capítulo VII, da Lei Complementar n. 67, de 09 de dezembro de 1992, Decreto n. 6540 de 30 de setembro de 1994, à servidora:

NOME: MARGARETH VIEIRA RODRIGUES

MATRÍCULA: 300020269

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CARGO: Agente de Servicos Tecnicos

LOTAÇÃO: SEDAM/VILHENA

PERÍODO AQUISITIVO		EFEITO FINANCEIRO	CLASSE/ REFERÊNCIA
01/ 10/2015	30/ 09/2017	01/ 10/2017	**14 A**
01/ 10/2017	30/ 09/2019	01/ 10/2019	**15 A**
01/ 10/2019	30/ 09/2021	01/ 10/2021	**16 A**

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0037020669

EDITAL Nº 99/2023/SEGEP-GCP

O Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas, Senhor **Silvio Luiz Rodrigues da Silva**, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do Despacho (0036987181) **retifica o Cronograma Previsto do Edital n. 98/2023/SEGEP-GCP (0036939531)**, em referência ao Processo Seletivo Simplificado SEDUC, regido pelo Edital n. 47/2023/SEGEP-GCP, para contratação temporária de **Técnico Educacional Nível II/Agente de Alimentação** e de **Técnico Educacional Nível II/Limpeza e Conservação**, para atender a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, que passa a vigorar conforme a seguir:

[...CRONOGRAMA PREVISTO

Eventos

Data/Período

Inscrição

28/2/2023 a 12/3/2023

Resultado Preliminar Inscrições

24/3/2023

Recurso Contra Resultado Preliminar Inscrições*

27/3/2023 a 1/4/2023

Resposta Recurso Contra Resultado Preliminar Inscrições

11/4/2023

Homologação Inscrições

19/4/2023

Resultado Preliminar Avaliação de Títulos

20/4/2023

Recurso Contra Resultado Preliminar Avaliação de Títulos

24 e 25/4/2023

Resposta Recurso Contra Resultado Preliminar Avaliação de Títulos

3/5/2023

Resultado Final Avaliação de Títulos

3/5/2023

***Recurso Contra Resultado Preliminar Inscrições: 27 a 1/4/2023 (Sábado) - Início: 12h:09min do dia 27/3/2023 e encerramento 12h:09min do dia 1/4/2023....]**

Porto Velho – RO, 29 de março de 2023.

Silvio Luiz Rodrigues da Silva

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 0036996899

DECRETO DE 28 DE MARÇO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA**,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Retificar, os termos do Decreto de 24.4.2020, que **Removeu**, a contar de 31 de março de 2020,da **Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia/IDARON**/Porto Velho para a **Secretaria de Estado da Agricultura/SEAGR**I, o servidor **EDSON MACHADO DE ALENCAR**, Auxiliar em Atividades Administrativas, Matrícula n. 300001594, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Onde se lê: **e conforme consta no Processo n.** 0029.098657/2020-32,

Leia-se: **e conforme consta no Processo n**. 0015.105222/2020-19,

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 28 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉROCHA DOS SANTOS

Governador

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 0036975221

Portaria nº 2279 de 30 de março de 2023

SEGEP-NCSR

A ASSESSORA ESPECIAL DO GABINETE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n. 3392/2019/SEGEP-NCSR de 27.3.2019, publicado no DOE,Edição 057, de 28.3.2019,

Considerando Requerimento HEURO- NRH (0036890776), Despacho SESAU-CRH (0036929577), que consta nos autos do Processo n.0036.101735/2022-66,

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade concedido através da Portaria n. 1185/SEGEP/NCSR de 14.2.2023, ao servidor **EDSON FOGACA**, Agente Atividade Administrativa, Matrícula n. 300131252, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado no Hospital Regional de Cacoal.

ONDE SE LÊ:

no período de **1.3.2023 a 31.5.2023**, referente ao 1º quinquênio de 1.4.2015 a 31.5.2021.

LEIA-SE:

no período de 1.3.2023 a 31.3.2023, **1.10.2023 a 31.10.2023**, **1.11.2023 a 30.11.2023,** referente ao 1º quinquênio de 1.4.2015 a 31.5.2021.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor Especial do Gabinete

Portaria n. 3392/2019/SEGEP-NCSR

Protocolo 0037017936

Portaria nº 2292 de 30 de março de 2023

SEGEP-NCSR

A ASSESSORA ESPECIAL DO GABINETE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n. 3392/2019/SEGEP-NCSR de 27.3.2019, publicado no DOE,Edição 057, de 28.3.2019,

Considerando, Despacho HRC -NRH (0036920081, que consta nos autos do Processo n.0036.103516/2022-11

R E S O L V E:

Retificar, os termos da Portaria n.10183/SEGEP/NCSR, de 10.11.2022, que Concedeu Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **EZUCLEIDE CARVALHO CAMARA DE OLIVEIRA,** Fisioterapeuta, Matrícula n. 300102709, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital Regional de Cacoal/HRC/Cacoal.

ONDE SE LÊ:

no período de 1.1.2023 a 31.1.2023, **1.4.2022** a 31.5.2023**,** referente ao 2º quinquênio de 9.12.2015 a 8.12.2020. .

LEIA-SE:

no período de 1.1.2023 a 31.1.2023**, 1.4.2023 a 30.4.2023**, 1.5.2023 a 31.5.2023**,** referente ao 2º quinquênio de 9.12.2015 a 8.12.2020.

no período de

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor Especial do Gabinete

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Portaria n. 3392/2019/SEGEP-NCSR

Protocolo 0037038649

Portaria nº 2283 de 30 de março de 2023

O Corregedor-Geral da Administração do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Memorando n. 190/2023/SEGEP-3CSPAD, de 30 de março de 2023,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 134/PAD/SEDUC/2022.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31 de março de 2023.

José Carlos Gomes da Rocha

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 0037021451

Portaria nº 2296 de 30 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art, 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, e, considerando os autos doProcesso nº 0049.051060/2022-58,

R E S O L V E:

Excluir da Portaria n. 2271 de 18 de março de 2022, publicada no DOE n. 52 de 22 de março de 2022 de progressão funcional da servidora:

MATRÍCULA	NOME	**CARGO**	REF. ATUAL	PERÍODO AVALIADO	REF. REAL	CLASSE	EFEITOS FINANCEIROS
300146567	ADRIELI DE CARVALHO FROIS	Técnico em Laboratório	01	18/ 01/2018 a 17/01/2021	02	A	18/ 01/2021

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0037043850

Portaria nº 2258 de 29 de março de 2023

SEGEP-NCSR

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e, considerando os autos do Processo n. 0036.011171/2023-51,

R E S O L V E:

Conceder Progressão Funcional por Merecimento, com base nos Artigos 5º e 6º do Capítulo II, da Lei n.1067, de 19 de Abril de 2002, publicada no DOE n. 4966, de 22 de Abril de 2002, revogado pela LeiComplementar n. 5.243, de 28 de dezembro de 2021, à servidora:

Nome: IHASMIM KELE SILVA FREITAS PRATA

Matrícula: 300156667

Cargo:Agente Atividade Administrativa

Lotação: CPOP/SESAU

Período de Avaliação: 14/03/2022 a 13/03/2023

Referência: 03

Classe: C

Efeitos Financeiros: 14/03/2023

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 0036977391

DECRETO DE 23 DE MARÇO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V,da Constituição Estadual, com base no Art. 132, da Lei Complementar 68, de 9 de dezembro de 1992 econforme consta noProcesso n. 0049.000537/2023-18,

RESOLVE:

Art. 1º **Conceder Licença sem remuneração**, com carga horária Integral, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 1º de março de 2023**,** para frequentar o Curso de Aperfeiçoamento e Qualificação Profissional, ao servidor **WALDIR DE SOUZA FERNANDES JUNIOR**, Médico 40h, matricula n. 300149191, lotado no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia.

Art. 2º O servidor licenciado obriga-se a prestar serviço no órgão de lotação, quando de seu retorno, por um período mínimo igual ao do seu afastamento.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 23 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉROCHA DOS SANTOS

Governador

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 0036836940

Portaria nº 2276 de 30 de março de 2023

SEGEP-NCSR

A ASSESSORA ESPECIAL DO GABINETE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n. 3392/2019/SEGEP-NCSR de 27.3.2019, publicado no DOE,Edição 057, de 28.3.2019,

Considerando, Requerimento (0036769447) SEDUC-CREPIBSRH, Despacho 0036804835 SEDUC-NMP, que consta no Processo n. 0029.016833/2023-79,

R E S O L V E:

RELOTAR, na Secretaria de Estado da Educação/SEDUC/Cacoal, a contar de 6.3.2023**,** o servidor **SANDRO JUNIOR DA SILVA COSTA,** ocupante do cargo de Professor Classe C - Ch 40, matrícula n. 300142652, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotado na Secretaria de Estado da Educação/SEDUC/Pimenta Bueno.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor Especial do Gabinete

Portaria n. 3392/2019/SEGEP-NCSR

Protocolo 0037015259

Portaria de férias nº 2449 de 31 de março de 2023.

O(A) Assessoria Especial de Gabinete, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 3565 de 25 de abril de 2022 de 25/04/2022,publicada no DOE n. 26/04/2022, de 26/04/2022.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 15/03/2023 a 24/03/2023, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ANNA POLLIANA OLIVEIRA ARIVABENE COELHO**, **SEGEP - Assessor Especial do Gabinete - CDS-12**, matrícula 300156703, pertencente ao quadro de servidores de Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, referente ao exercício de **2023**, marcadas anteriormente no período de **(15/03/2023 a 24/03/2023).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Publique-se.

Porto Velho - RO 31/03/2023.

EDUARDO TEIXEIRA FERREIRA
Assessoria Especial de Gabinete

Protocolo DOC11251

Portaria nº 2311 de 31 de março de 2023

O Corregedor-Geral da Administração do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Memorando n. 168/2023/SEGEP-2CSPAD, de 31 de março de 2023,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 139/PAD/SEDUC/2022.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar 12 de março de 2023.

José Carlos Gomes da Rocha
Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 0037067084

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso V, da Constituição Estadual e, de acordo com que preceitua o artigo 41, da Lei Complementar n. 68/92, e considerando a I**nformação n. 110/2023/SEGEP-ASTEC** ID (0035469084), constante no **Processo n.** 0036.100954/2022-28,

R E S O L V E:

Convalidar a exoneração, a pedido, a contar de 2 de junho de 2011, da servidora **ROSIMEIRE APARECIDA SILVA DOS SANTOS**, do cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Matrícula n. 300017278, do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, da Secretaria de Estado da Saúde, lotada na Sesau, no município de Alta Floresta D'oeste-RO.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 0036997470

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso V, da Constituição Estadual e, de acordo com que prescreve o artigo 35, da Lei Complementar n. 68/92, e considerando a Decisão de Recondução TJ/RO 2ª Câmara Especial ID (0036585096), Certidão de Trânsito em Julgado ID (0036619789), constantes nos autos do Processo n. 0030.453527/2019-02,

R E S O L V E:

RETIFICAR, o Decreto de 23 de março de 2023, que **RECONDUZIU**, a contar de 22 de março de 2023 o servidor ELISEU GODOY BUENO, ao cargo de Técnico Tributário, Matrícula n. 300024148, do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, da Secretaria de Estado de Finanças, o qual foi exonerado a pedido, através do Decreto de 24 de novembro de 2017, tendo sido, à época, declarada a vacância, com base no artigo 40, inciso V, da Lei Complementar n. 68/92.

Onde se lê:

RECONDUZIR, a contar de 22 de março de 2023, o servidor ELISEU GODOY BUENO,

Leia-se:

RECONDUZIR, a contar de 21 de março de 2023, o servidor ELISEU GODOY BUENO,

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 29 de março de 2023, 135º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 0036985370

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº.139/2023/SUPEL/RO
Processo Administrativo: 0043.068637/2022-11.
Objeto: Registro de Preço Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para atender os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive Autarquias e Fundações do Governo do Estado de Rondônia.
Tipo: MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM.
Método De Disputa: ABERTA.
Valor Estimado: **R$ 11.263.950,84**
Data de Abertura: **14 de abril de 2023 às 10h00m. (horário de Brasília - DF).**

Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.rondonia.ro.gov.br/supel. Outras informações através do telefone: (69) 3212-9265.
Porto Velho/RO, 30 de março de 2023.

ROGÉRIO PEREIRA SANTANA

Pregoeiro/SUPEL

Protocolo 0037034388

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº. 104/2023/SUPEL/RO
Processo Administrativo: 0029.107124/2022-11
Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para confecção e oferta de merenda escolar ao alunado das unidades executoras da Rede Estadual de Ensino, pertencentes a jurisdição da CRE Ariquemes, localizadas no Município de ALTO PARAÍSO, contemplados no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, por um período de 200 dias (40 semanas), bem como, atender a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc) através da Subgerência de Alimentação Escolar - SAE**.**
Tipo: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE. (Para todos os itens, aplica-se a ampla participação sem a reserva de cota no total de até 25% às empresas ME/EPP.)
Método De Disputa: ABERTO.
Valor Estimado: R$ 238.521,04
Data de Abertura: 26/04/2023 às 10h00m. (horário de Brasília - DF).
Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.rondonia.ro.gov.br/supel. Outras informações através do telefone: (69) 3212-9243.
Porto Velho/RO, 30 de Março de 2023.
MARIA DO CARMO DO PRADO
Pregoeira SUPEL/RO
Mat. 300131839.

Protocolo 0037017056

AVISO DE LICITAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pregão Eletrônico Nº. 92/2023/SUPEL/RO
Processo Administrativo: 0029.107361/2022-81
Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para confecção e oferta de merenda escolar ao alunado das unidades executoras da Rede Estadual de Ensino, pertencentes a jurisdição de Ariquemes, localizada no Município de CUJUBIM, contemplados no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, por um período de 200 dias (40 semanas), bem como, atender a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc) através da Subgerência de Alimentação Escolar - SAE**.**
Tipo: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO APLICÁVEL SOBRE O LOTE. (Para todos os itens, aplica-se a ampla participação sem a reserva de cota no total de até 25% às empresas ME/EPP.)
Método De Disputa: ABERTO.
Valor Estimado: R$ 236.539,88
Data de Abertura: 27/04/2023 às 10h00m. (horário de Brasília - DF).
Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.rondonia.ro.gov.br/supel. Outras informações através do telefone: (69) 3212-9243.
Porto Velho/RO, 30 de março de 2023.
MARIA DO CARMO DO PRADO
Pregoeira SUPEL/RO
Mat. 300131839

Protocolo 0037027368

AVISO DE LICITAÇÃO

Superintendência Estadual De Compras e Licitações

Pregão Eletrônico Nº. **828/2022/SUPEL/RO**. Tipo: **Menor Preço por Item.**

Processo Administrativo: **0036.088916/2022-90**

Objeto: Registro de Preços (SRP), para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de consumo "MATERIAIS DE NEFROLOGIA (HEMODIÁLISE)" - (Materiais Médico-Hospitalares/Penso - Filtros dialisadores, Linha de sangue arterial e venosa, Agulha para punção arterial e venosa e outros) - EXERCÍCIO 2022/2023

Valor Estimado: **R$ 9.128.153,90**

Data de Abertura: **14/04/2023 às 10h (horário de Brasília - DF)**. Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL ou **gratuitamente no endereço eletrônico** www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.rondonia.ro.gov.br/supel. Outras informações através do telefone: (069) 3212-9271.

Porto Velho, data e hora do sistema.

NILSEIA KETES COSTA
Pregoeira equipe SIGMA/SUPEL/RO
Mat. 300061141
(assinado eletronicamente)

Protocolo 0036155683

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/ 2023/SUPEL_RO					
Origem:	Pregão Eletrônico nº 603/ 2021				
Data da Publicação no DOE:	31/ 03/2023	Data da Homologação:	28/ 03/2023	Processo nº	0029.216572/ 2021-23
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC				
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL				

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S)REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentoresestá inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes – Equipamento Tecnológico (tablets), para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5. **CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

5.2. Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Nos termos do § 2° do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n° 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caputartigo 23B.

5.5. Conforme disposto no § 4°do Decreto 25.969/2021. a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

5.5.1. O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

5.5.2. O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

6. **CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

6.1. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.2. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Estadual 18.340/2013.

6.3. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

7.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

7.2. É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no §1° do artigo 15 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

7.3. A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8. CLÁUSULA VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

8.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

8.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

8.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXOÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

9. CLÁUSULA VIII - DO FORO

9.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	Tablet Educacional – Tipo I - 8 polegadas Modelo: POSITIVO T810B Fabricante: Positivo Tecnologia Sistema Operacional Android 9.0, IOS 13, IPadOS ou superior. Software de gerenciamento do dispositivo O software deverá permitir: Deve permitir a localização e a automatização de configuração do dispositivo; Envio de políticas de segurança e configurações de maneira remota; Controle de navegação a partir de filtros de conteúdo; Emissão de relatório gerencial com informações do inventário de dispositivos; O sistema de monitoramento de software deve atender a Lei nº 13.709/ 18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em especial ao artigo 14 da mesma lei. DEEMAIS DESCRITIVO CONFORME EDITAL	4.918,00	UND	POSITIVO	R$ 967,82	R$ 820,00	-15,27	LFS TECH LTDA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
04.798.791/0001-06	LFS TECH LTDA	Avenida dos Camarás, Bloco 2; Sala 28; Galpão , 935 - SANTOANTÔNIO	CARIACICA - ES	LUIZ FERNANDO SCHUMACHER PEREIRA	953.148.220-91	(69) 3224-3111 / (11) 3643-3324 / (51) 9508-0026

MÁRCIA CARVALHO GUEDES

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços Interina/SUPEL

FABIOLA MENEGASSO DIAS

Diretora Executiva/SUPEL

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:
LUCAS BARROS MOLLMANN
Assessor da Coordenação do Sistema de Registro de Preços
Revisado por:
SUELEN TORRES DA SILVA
Assessor da Coordenação do Sistema de Registro de Preços
CECÍLIA MESSIAS VIEIRA
Assessor V

Protocolo 0037023116

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/ 2023/SUPEL_RO					
Origem:	Pregão Eletrônico nº 010/ 2023				
Data da Publicação no DOE:	31/ 03/2023	Data da Homologação:	28/ 03/2023	Processo nº	0036.087159/ 2022-37
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Saúde - SESAU				
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL				

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S)REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentoresestá inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de material de consumo (SOLUÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DE ORGÃOS ABDOMINAIS E CÓRNEAS), visando atender as necessidades da Gerência de Coordenação Estadual de Transplantes - GCET/SESAU unidade vinculado ao Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP, a pedido da Secretaria Estado da Saúde.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5. **CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

5.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

5.2. Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Nos termos do § 2° do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n° 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caputartigo 23B.

5.5. Conforme disposto no § 4°do Decreto 25.969/2021. a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

5.5.1. O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

5.5.2. O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.2. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual 18.340/2013.

6.3. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

7.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

7.2. É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no §1° do artigo 15 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

7.3. A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8. CLÁUSULA VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

8.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

8.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

8.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXOÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

9. **CLÁUSULA VIII - DO FORO**

9.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	SOLUÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DE CÓRNEA , USO ÚNICO ESTÉRIL, 20ML/ FR, COMPOSIÇÃO BÁSICA: SULFATO DE CONDROITINA, SULFATO DE GENTAMICINA, SULFATO DE ESTREPTOMICINA, AGENTE OSMÓTICO DEXTRANO, TAMPÃP BICARBONATO, AMINOÁCIDOS, PIRUVATODE SÓDIO, L-GLUTAMINA, 2-MERCAPTOETANOL, FENOL VERMELHO, PH ENTRE 7,0 E 7,5, OSMOLARIDADE DE 295 A 355 MOSM/KG, OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	360,00	FRASCO 20 ML	EUSOL-C	R$ 1.270,00	R$ 698,33	-45,01	CENTRAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
14.817.957/0001-30	CENTRAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NOSSA SENHORA DA ROSA MÍSTICA, 51 SALA 01 - CALDAS DA IMPERATRIZ	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ - SC	EDGAR DEITOS FILHO	909.100.280-87	(48) 3245-2109/ 1356/2576

MÁRCIA CARVALHO GUEDES

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços Interina/SUPEL

FABÍOLA MENEGASSO DIAS

Diretora Executiva/SUPEL

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:
SUELEN TORRES DA SILVA
Assessor da Coordenação do Sistema de Registro de Preços
Revisado por:
CECÍLIA MESSIAS VIEIRA
Assessor V
LUCAS BARROS MOLLMANN
Assessor da Coordenação do Sistema de Registro de Preços

Protocolo 0037010623

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

AVISO
DE PRORROGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.: 001/2023/CPLO/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0004.078078/2022-13/CBM/RO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DA CALÇADA DO CENTRO DE TREINAMENTO DO CBM/RO**, no município de Porto Velho/RO.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO, nomeada pela **Portaria nº 5 de 16 de janeiro de 2023**, torna público, que licitação em epigrafe, que seria realizada no dia **04/04/2023** às **09h**, foi **PRORROGADA** para o dia **04/05/2023** às **09h**, no mesmo local indicado no preâmbulo do Edital. Informamos que o edital **RETIFICADO** encontra-se disponível no site da SUPEL: www.rondonia.ro.gov.br/supel.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede da SUPEL, sito à Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9263, no endereço eletrônico: www.rondonia.ro.gov.br/supel, bem como através do e-mail: cplo.supel.ro@gmail.com, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h30min.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 31 de março de 2023.

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente da CPLO/SUPEL

Protocolo 0037038058

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 738/2022/SUPEL/ÔMEGA/RO, do tipo “menor preço por lote”

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.326994/2021-14

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de serviços de Locação de Auditórios, Salão de Eventos, Salas para capacitações, Hospedagens e Fornecimento de Alimentação (almoço, jantar, coffee break, água mineral e cafezinho), para atendimento de eventos a serem promovidos pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, no município de Porto Velho, pelo período de 12 (doze) meses.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através da Pregoeira nomeada por força da Portaria nº 186/GAB/SUPEL, publicada no DOE de 07/12/2022, vem neste ato informar ao público e, em especial, as empresas que adquiriram o edital da licitação, que fica alterada a data de abertura da sessão pública para o **dia 20/04/2023 às 12h30min (horário de Brasília)** considerando à necessidade de alteração no cadastro no sistema Comprasnet, Item 18, agrupando o mesmo no Lote 2, conforme exigências do Edital. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Pregoeira e equipe de apoio através do telefone (69) 3212-9243 pelo email atendimentosupel@gmail.com, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira (Horário de Rondônia).

Porto Velho - RO, 31 de março de 2023.

MARIA DO CARMO DO PRADO

SUPEL/RO

Mat: 200006353

Protocolo 0037066788

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Assunto : Homologação da Prestação de Contas do Termo de Convênio nº 132/PGE/2012

Senhor Secretário,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, o processo nº 0064.372911/2019-18, em favor da Prefeitura Municipal de Santa Luzia referente à prestação de contas do Termo de Convênio nº132/PGE/2012, devidamente comprovada e auditada pelo Controle Interno dessa SEPAT, conforme Parecer nº 5/2023/SEPAT-CI(id.0036679117).

Porto Velho, 28 de março de 2023

MIDIÃ DA SILVA VASCONCELOS

Coordenadora

Coordenadora Administrativa Financeira - COOAF

Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

HOMOLOGAÇÃO:

Homologo a presente prestação de contas do Termo de Convênio nº 132/PGE/2012, em favor da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, processo nº.0064.372911/2019-18, e, devidamente comprovada e auditada pela Controladoria Geral do Estado conforme o Parecer nº 5/2023/SEPAT-CI.

Porto Velho, 28 de Março de 2023

DAVI MACHADO DE ALENCAR

Diretor Executivo

Portaria nº 86 de de 11 de Julho de 2022 0030362251

Protocolo 0036945370

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

AVISO

O Secretário de Estado de Finanças de Rondônia, considera e torna público aos interessados, a inexigibilidade de licitação, segundo os termos do inciso III, alíneas "f", do art. 74 da Lei 14.133/21, nos autos do processo nº 0030.000626/2023-63 objetivando a contratação da Empresa **TRAINNER Cursos e Treinamentos**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.465.161/0001-90, para participação de 10 (dez) servidores no evento: **"Seminário - A Nova Lei de Licitações: Transição e Aplicabilidade"**, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Finanças, no valor de **R$ 26.000,00**.

Publique-se na Imprensa Oficial.

LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA

Secretário de Estado de Finanças de Rondônia - SEFIN/RO

Protocolo 0036816571

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC

EDITAL Nº 1/2023/SESDEC-GISF

PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA REALIZAÇÃO II CURSO DE NEGOCIAÇÃO POLICIAL EM SITUAÇÕES DE ALTÍSSIMA COMPLEXIDADE - SESDEC/2023

O **SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 34 da Lei Complementar n° 224, de 04 de janeiro de 2000, torna público que estão abertas as inscrições para participação do II CURSO DE NEGOCIAÇÃO POLICIAL EM SITUAÇÕES DE ALTÍSSIMA COMPLEXIDADE - SESDEC/2023, visando à participação de Policiais Militares e Policiais Civis do Estado de Rondônia, obedecidas as prescrições contidas neste Processo de Seleção Interna.

1. **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O processo seletivo será regido por este Edital e executado por Comissão designada pela SESDEC;

1.2. O presente Edital tem por objeto a seleção de Candidatos para realizarem o II CURSO DE NEGOCIAÇÃO POLICIAL EM SITUAÇÕES DE ALTÍSSIMA COMPLEXIDADE - SESDEC/2023, visando a formação de Negociadores Policiais.

1.3. Os profissionais da área de segurança pública, em especial os agentes policiais, têm vivenciado situações constantes de ocorrências que envolvam o emprego de técnicas de gerenciamento de crises, que exigem desses profissionais uma adequada qualificação para atuação em fatos dessa natureza. Nesse contexto, é imperioso qualificar o profissional para a resolução dessas situações de conflito, capacitando-o a identificar e utilizar, em face das alternativas, os procedimentos operacionais e técnicos mais adequados na busca de soluções viáveis, tomando decisões acertadas a cada situação encontrada, tendo como base sua função social, a garantia do bem-estar do cidadão.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1.4. Situações como roubos paralisados com reféns, ocorrências que envolvam suicidas, rebeliões em unidades prisionais, manifestações de caráter social de todas as ordens, entre outras, são fenômenos criminológicos que se acentuam e geram a percepção social de insegurança nas instituições e desordem pública. Assim, esses conflitos complexos que possam comprometer a vida, bem maior de qualquer pessoa, exigem ações policiais pontuais e qualificadas.

1.5. Neste contexto, o negociador policial é uma ferramenta indispensável para o desfecho aceitável desses eventos. A realização deste curso visa a qualificação de profissionais de segurança pública com conhecimento aprofundado na área de negociação policial, com o objetivo de atender de forma técnica uma ocorrência complexa, aplicando intervenções qualificadas e seguras para a sociedade rondoniense, sempre com o objetivo de salvaguardar ou minimizar a perda de vidas humanas.

1.6. Os candidatos pertencentes às instituições Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, coirmãs e Forças Armadas aprovados no processo seletivo e classificados dentro do limite de vagas ofertadas para cada Instituição, obedecidos os critérios de ordem classificatória irão freqüentar o Curso.

2. DOS REQUISITOS

2.1. Ser voluntário;

2.2. Ser Oficial Subalterno, Intermediário ou Praça da Polícia Militar ou Bombeiro Militar, dos quadros Combatentes ou de Saúde (Psicologia ou Assistência Social), Agente, Escrivão ou Delegado de Polícia Civil, praça ou agente, escrivão, delegado de instituições Coirmãs ou integrante de carreira dasForças Armadas, com pelo menos 02 (dois) anos de efetivo serviço na atividade operacional, completados até a data de início do curso e no máximo de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço;

2.3. Estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM, se praça PM ou BM;

2.4. Não estar respondendo processo demissório em sua corporação;

2.5. Não ter sido sancionado, nos últimos 48 meses, por mais de uma transgressão disciplinar de natureza média transitada em julgado ou ativada, se Militar;

2.6. Não se encontrar em gozo de nenhuma licença, de qualquer natureza;

2.7. Estar “APTO” para o serviço ativo;

2.8. Não haver sido punido disciplinarmente, nos cinco anos anteriores à data de início do curso, por transgressão disciplinar caracterizadora de ofensa à ética, ou por crime contra os costumes, a liberdade, a vida ou administração pública;

2.9. Não estar respondendo a Inquérito Policial, Inquérito Policial Militar ou Sindicância no âmbito da respectiva Corporação, que o contra indique à realização do Curso a ser apreciado pela comissão e comprovado através de Certidão emitida pela respectiva Corregedoria;

2.10. Não estar respondendo a processo criminal, comprovado através de Certidão Negativa Criminal Federal, Estadual e da Auditoria Militar, disponibilizadas no site do TJRO (www.tjro.jus.br), com no máximo 30 (trinta) dias entre a data da expedição e da inscrição;

2.11. Não ter sofrido sentença condenatória, da qual esteja cumprindo pena, ou aguardando decisão em instância superior;

2.12. Ser habilitado para a condução de veículos, no mínimo, na categoria B, há pelo menos 02 (dois anos) já possuindo carteira definitiva, não podendo ser permissão;

2.13. Ter aptidões clínica, física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

2.14. Não ter porte de arma suspenso;

2.15. Ser considerado apto nos exames médicos;

2.16. Ser considerado apto nos testes físicos e estar classificado dentro do limite de vagas.

3. DAS VAGAS

3.1. Serão oferecidas 33 (trinta e três) vagas para compor o quadro de alunos, conforme quadro abaixo:

NSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS
PM	15 (05 Oficias e 10 praças)
PC	5
BM	8
Outras Instituições	5
TOTAL	**33**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3.2. Caso não haja o preenchimento total por candidatos aptos de cada Instituição, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por candidatos aptos Policiais Militares, Bombeiros Militares ou Policiais Civis do Estado de Rondônia participantes do certame, respeitando a ordem classificatória do PSI.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se que preencheram todos os requisitos previstos no item 2 deste Edital, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da sua inscrição e participação no processo seletivo, caso não preencha ou não venha a preenchê-los;

4.2. As inscrições serão feitas no período de **03/04/2023 a 18/04/2023**;

4.3. A inscrição obedecerá aos seguintes passos:

4.3.1. O candidato deverá solicitar sua inscrição através de requerimento individual dirigido ao comandante de sua OPM se militar e Delegado Regional se Policial Civil, anexando a documentação exigida abaixo;

4.3.2. Após análise dos documentos o Comandante, Diretor ou Delegado Regional emitirá “Parecer” manifestando-se favorável ou desfavorável ao pedido, justificando sua decisão, o indeferimento somente se dará devido a quesitos objetivos previstos neste edital, com decisão devidamente motivada. A título de exemplo, o candidato não possuir tempo mínimo de serviço policial, deverá ter sua inscrição com parecer desfavorável conforme item 2.2;

4.3.3. Os requerimentos, **independente de parecer** serão encaminhados ao Comandante Geral, se militar ou Delegado Geral, se Civil, os quais encaminharão à SESDEC/GISF, conforme calendário em anexo, onde serão avaliados pela comissão designada pela SESDEC para esse fim;

4.3.4. Os documentos necessários para a inscrição que deverão ser anexados ao requerimento são:

I - Requerimento Individual, preenchido e assinado, conforme Anexo “B”;

II - Cópia da Ficha Individual atualizada;

III - Cópia da Carteira Funcional;

IV - Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (prazo de validade em dia).

V - Ficha de Investigação Social preenchida (Anexo “D”);

VI - Certidão Negativa da Justiça Federal 1ª e 2ª instâncias (criminal);

VII - Certidão Negativa da justiça estadual Criminal e da Auditoria Militar, 1ª e 2ª instância;

VIII - Certidão Negativa da Corregedoria da respectiva Corporação.

4.4. A inscrição no presente Processo, implica na aceitação irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, bem como de todas as normas que o norteiam, das quais, o candidato não poderá alegar desconhecimento;

4.5. Não serão aceitas inscrições provisórias, condicionais, extemporâneas, ou que não atendam rigorosamente ao estabelecido neste Edital;

4.6. A constatação, em qualquer época, de irregularidades ou fraude na inscrição, ou não preenchimento dos requisitos e condições previstos neste Edital, implicarão na eliminação do candidato no processo seletivo ou do curso, caso este tenha se iniciado;

4.7. Somente será considerado inscrito para o processo seletivo, o candidato que tenha requerido sua inscrição no período estabelecido no calendário de atividades constante do Anexo “A” deste Edital;

5. PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo será desenvolvido a partir de **03/04/2023** e terá 03 (três) fases, cujas datas estão previstas no calendário de acordo com o Anexo “A” e terá o seguinte detalhamento:

5.2. 1ª Fase – Testes de Aptidão Física (TAF): A 1ª fase terá caráter eliminatório e classificatório e será composta por 08 (oito) provas de desempenho físico individual. Este Edital adotará como referência, para aplicação dos testes, a PORTARIA Nº 005/2015/GAB/DFNSP/SENASP/ MJ, que Aprova a Diretriz do Teste de Aptidão Física no Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.

5.3. Os candidatos serão submetidos aos seguintes testes físicos:

I - Corrida de 12 minutos;

II - Shuttle Run;

III - Flexão/Isometria na barra fixa;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

IV - Flexão de Braços sobre o solo;

V - Flexão Abdominal;

VI - Natação utilitária;

VII - Flutuação vertical.

5.4. Para ser considerado APROVADO no Teste de Aptidão Física o candidato deverá atingir média mínima de 6 (seis) pontos nas provas com pontuação e APTO na prova de natação utilitária. Será considerado REPROVADO o candidato que não obtiver a pontuação mínima de 01 (um) ponto em quaisquer das provas com pontuação ou INAPTO na prova de natação utilitária.

5.5. A média será obtida pela soma dos resultados das provas, dividido pelo número de provas realizadas.

5.6. O TAF será aplicado a todos os candidatos, conforme calendário previsto neste Edital, nas dependências do Núcleo de Operações Aéreas, e outros julgados necessários pela Comissão de Seleção.

5.7. Para realização dos Testes de Aptidão Física o candidato deverá apresentar **Atestado Médico de Saúde que ateste a condição de "Apto" para realizar os testes físicos do Item 5.3 deste edital**.

5.8. **2ª Fase – Investigação Social e Entrevista:** Os candidatos APTOS na 1ª Fase serão submetidos a Investigação Social, que consiste em verificação de antecedentes criminais, verificação profissional de conduta moral e social e entrevista. **Para tanto os candidatos deverão apresentar junto com o requerimento de inscrição a Ficha de Investigação Social**, conforme item 4.3;

5.9. A Entrevista será composta de uma avaliação prática, igual para todos os candidatos, aplicada por uma Banca Avaliadora composta por 03 (três) negociadores, cujos testes visam analisar a capacidade de verbalização, atenção e raciocínio dos candidatos, obedecendo aos seguintes critérios:

5.10.

QUESITOS	PONTUAÇÃO	TOTAL
OBSERVACAO E MEMORIZAÇÃO		
Registrar e descrever dados e/ ou fatos	5	25
Capacidade de memória visual	5	
Correlacionar fatos	5	
Capacidade de raciocínio espacial	5	
Manter a atenção sob influências externas	5	
POSTURA E COMUNICACAO		
Ajuste corporal durante a fala	5	25
Coerência entre comunicação verbal e não verbal	5	
Capacidade de adaptação durante um diálogo	5	
Repassar conhecimentos e informações	5	
Agir com rapidez de raciocínio	5	
CAPACIDADE DE SINTESE		
Sumarizar textos e/ ou diálogos	7	25
Extrair informações relevantes	6	
Compreender e interpretar	6	
Coerência	6	
RETORICA		
Correção verbal	6	25
Consistência argumentativa	6	
Eloquência	6	
Formular um pensamento através da fala	7	
Total Geral		**100**

5.11. A Entrevista possui caráter eliminatório, sendo o candidato considerado APTO ou INAPTO. Serão considerados inaptos os candidatos que não obtiverem aproveitamento de 60% (sessenta por cento) da avaliação na Entrevista.

5.12. A realização da avaliação se dará de forma individual, em local separado dos demais candidatos, não sendo permitida a utilização de nenhum material de consulta, bem como o uso de aparelhos eletrônicos, tais como: relógios, microcomputadores, notebook, netbook, palmtop, handheld, tablets, celulares, smartphones, calculadoras e outros.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

5.13. Ao término da avaliação, cada candidato tomará ciência da pontuação obtida e deverá assinar a ficha de avaliação preenchida pela Banca Avaliadora.

5.14. Após serem avaliados, os candidatos serão liberados individualmente, não podendo ter contato nem retornar ao local onde os demais candidatos aguardam a realização do teste. Caso isso seja constatado por um dos membros da banca, o(s) candidato(s) será(ão) imediatamente desclassificado(s) do certame, devendo tal ato ser registrado em relatório da Banca Avaliadora.

5.15. O local, data e horário em que o candidato fará a avaliação será divulgado por meio oficial, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização da avaliação. O atraso ou a ausência do candidato, por quaisquer motivos, tais como doenças, baixas médicas (atestado médico), escalas de serviço ou outros fatores, implicará na sua eliminação do processo seletivo.

5.16. Para esta etapa, o candidato deverá estar com uniforme orgânico da sua Unidade.

5.17. O teste prático desta etapa terá a duração máxima de 15 (quinze) minutos para cada candidato.

5.18. **3ª Fase - Exame Psicotécnico:** Os candidatos APTOS nas duas primeiras fases serão submetidos a ao Teste Psicotécnico, que consiste em uma avaliação de traços de personalidade, características psicológicas e capacidades de cognição, por meio da aplicação de testes escritos e verbais, individuais e coletivos, realizados por equipe de psicólogos policiais, que em linhas gerais irão avaliar:

I - Avaliação da inteligência: inteligência geral do candidato, incluindo habilidades cognitivas, raciocínio lógico e verbal, memória, entre outras;

II - Habilidades interpessoais: habilidades interpessoais, como empatia, assertividade, capacidade de comunicação e resolução de conflitos;

III - Estresse e resiliência: O teste deve avaliar a capacidade do candidato de lidar com situações estressantes e de alta pressão, bem como a capacidade de se recuperar após experiências traumáticas.

IV - Tomada de decisão:capacidade de tomar decisões rápidas e precisas em situações de alto risco;

V - Ética e moral: senso ético e moral sólido;

VI - Capacidade de trabalhar em equipe: os negociadores policiais muitas vezes trabalham em equipe e precisam ser capazes de cooperar e colaborar com colegas de trabalho. Capacidade de trabalhar em equipe e de se comunicar efetivamente com os outros membros da equipe.

VII - Resistência ao estresse: capacidade de lidar com situações estressantes sem perder o controle emocional. Manter a calma sob pressão e lidar com situações de alta tensão;

VIII - Flexibilidade e adaptação: as situações com as quais os negociadores policiais lidam podem mudar rapidamente, e o candidato precisa ser capaz de se adaptar a novas circunstâncias e de mudar de estratégia conforme necessário. Capacidade de ser flexível e adaptável.

IX - Habilidades de negociação: Capacidade de persuadir, negociar, mudar comportamentos e resolver conflitos de maneira eficaz;

X - Conhecimento das leis e regulamentações:compreensão sobre questões legais e éticas.

XI - Empatia e compaixão:capacidade de entender e se conectar com os outros.

5.19. O Exame Psicotécnico possui caráter eliminatório, sendo o candidato considerado APTO ou INAPTO.

5.20. Serão eliminados do certame, inclusive após a matrícula no Curso, os candidatos que receberem contra indicações da Corregedoria, ou órgão de Inteligência das respectivas instituições.

5.21. A Classificação dos candidatos será feita a partir da média dos pontos obtidos pelos candidatos em todas as provas classificatórias do exame físico. Persistindo o empate será utilizado o critério de antiguidade de cada Corporação e por fim, a idade prevalecendo o mais velho.

5.22. **Para os candidatos de instituições Coirmãs que residem fora do Estado de Rondônia a seleção se dará da seguinte maneira:**

5.23. Os testes de aptidão física deverão ser realizados na instituição de origem, por comissão nomeada pelo dirigente (Comandante Geral, Diretor Geral, Delegado Geral, etc. ou autoridade por estes delegados), composta por no mínimo três servidores, que consignarão em ata os dados do candidato, os índices e resultados obtidos, e ao final vai assinada pela comissão.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

5.24. Os testes de aptidão física deverão ser realizados nos dias **10/05 e 11/05/2023**, conforme indicado no Anexo "A". A ata deve ser encaminhada até o dia 12/05/2023 para o e-mail gisf@sesdec.ro.gov.br.

5.25. A Investigação Social deverá ser realizada pelos órgãos de corregedoria e inteligência da instituição de origem, que emitirão Declaração de indicação ou de contra indicação, de acordo com os requisitos apresentados neste Edital. Os documentos devem ser encaminhados para o e-mail gisf@sesdec.ro.gov.br até o dia **19/05/2023**.

5.26. A Entrevista poderá ser realizada, para estes candidato que residem fora do Estado de Rondônia, por meio de vídeo conferência, pela Comissão designada pela SESDEC. Os links de acesso serão disponibilizados aos candidatos oportunamente. As entrevistas ocorrerão no **20/05/2023** para estes candidatos.

5.27. Por se tratar de exame técnico, realizado por equipe especializada de Psicólogos Policiais, o Exame Psicotécnico dos candidatos que residem fora do Estado de Rondônia deverá ser realizado pela mesma equipe avaliadora do certame, também no município de Porto Velho. Entretanto, considerando os deslocamentos dos candidatos esse Exame será realizado uma semana antes do início do Curso, no dia **12/06/2023** para estes candidatos de fora.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

6.1. Serão considerados aprovados e classificados no Processo de Seleção Interna os candidatos que obtiverem os melhores índices nos Testes de Aptidão Física, e forem APTOS na Investigação Social, Entrevista e Exame Psicotécnico.

6.2. Respeitando a classificação deste Edital os candidatos frequentarão o curso de acordo com o número de vagas ofertadas para cada Instituição. Poderão ser aproveitadas por candidatos aptos da Polícia Militar e Polícia Civil as vagas não preenchidas das destinadas por Instituição.

7. DA MATRÍCULA

7.1. Os candidatos classificados dentro do número de vagas disponibilizadas no Edital irão frequentar o II CURSO DE NEGOCIAÇÃO POLICIAL EM SITUAÇÕES DE ALTÍSSIMA COMPLEXIDADE - SESDEC/2023

7.2. Para a realização do curso o candidato deverá preencher um Termo de compromisso e Responsabilidade assinado pelo próprio candidato, submetendo-se as condições do curso.

7.3. Serão nulas as matrículas feitas com erro ou má-fé e com inobservância das normas previstas neste Edital;

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da divulgação do ato a que se referir;

8.2. O recurso deverá ser digitado e conter fundamentação com argumentação lógica e consistente;

8.3. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão do PSI no prazo fixado item 8.1;

8.4. Não serão aceitos recursos encaminhados em desconformidade com as regras dispostas neste Edital;

8.5. A contagem dos prazos estabelecidos neste item, inicia-se no primeiro dia útil posterior ao ato específico, considerando-se o calendário da cidade de Porto Velho;

8.6. A solução dos recursos é de competência da Comissão de Seleção e será definitiva, não cabendo novos recursos, ainda que por parte de outros candidatos, contra matéria já solucionada.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. É de responsabilidade do candidato, acompanhar as publicações, no Processo SEI público do Edital, e no Diário Oficial do Estado de Rondônia, referentes a instruções, orientações, convocações e resultados relacionados ao processo seletivo;

9.2. Os candidatos que apresentarem alteração psicológica e/ou fisiológica temporárias que impossibilitem a realização dos testes ou diminuam seus desempenhos nestes, não receberão tratamento diferenciado, ainda que o fato ocorra durante a aplicação de cada fase;

9.3. A simples classificação no processo seletivo não gera direito à matrícula no curso, a qual será efetivada somente se o candidato cumprir as exigências contidas neste Edital;

9.4. Não serão realizadas provas ou testes fora dos dias e horários previstos no Edital, em seu Anexo “A” ou segunda chamada dos mesmos, independente da causa de impossibilidade de realizar as provas ou testes, que não for motivada pela Administração Pública;

9.5. As Unidades de Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil deverão dar ampla divulgação ao presente Edital, no sentido de possibilitar o conhecimento de todos os interessados, o que não isenta o candidato de sua responsabilidade em face de eventuais prejuízos decorrentes do desconhecimento das normas estipuladas neste Edital;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

9.6. Os candidatos não deverão ser escalados para serviço após as 19h do dia imediatamente anterior. Para tanto, o candidato deverá informar à administração de sua unidade, com pelo menos 03 (três) dias de antecedência da data da prova, que se encontra regularmente inscrito no processo seletivo;

9.7. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos que o retifiquem, e lançados no Processo SEI público, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o conhecimento e acompanhamento de todas as publicações de eventuais retificações;

9.8. As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos do concurso correrão por conta dos candidatos, os quais não terão direito a indenizações ou ressarcimento de despesas de qualquer natureza;

9.9. Os candidatos aprovados e matriculados no curso farão jus à bolsa de estudo conforme legislação aplicável.

9.10. A SESDEC, a qualquer tempo, promoverá a correção de qualquer erro material, bem como de impropriedade de execução de critérios e normas legais aplicáveis ao concurso, apurados durante o processo seletivo;

9.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção nomeada pela SESDEC;

9.12. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:
- Anexo “A” - Calendário de Atividades;
- Anexo “B” - Índices dos Testes de Aptidão Física e Testes de Habilidades Específicas;
- Anexo “C” - Requerimento de Inscrição;
-Anexo “D” - Ficha de Investigação Social;
- Anexo “E” - Lista de Materiais do Aluno.

ANEXO “A” - CALENDÁRIO DE ATIVIDADES;

DATA	ATIVIDADE	LOCAL/ HORÁRIO
03/ 04/2023 à 25/04/2023	Inscrições (Preenchimento do Requerimento próprio e entrega de documentos).	SEI/ Órgão do candidato
03/ 05/2023	Prazo máximo para as Instituições encaminharem requerimentos de inscrição.	SEI/ GISF/SESDEC
05/ 05/2023	Convocação para realização da 1ª Fase.	Processo SEI Público
10/ 05/2023	Realização dos Testes Físicos (Corrida 12m, Barra Fixa/ Isometria na Barra, Abdominal, Flexão de Braços) (Entrega do Atestado Médico de Saúde)	Espaço Alternativo de Porto Velho 07h30 NOA/ SESDEC 08h30
11/ 05/2023	Realização dos Testes Físicos e de Habilidades Específicas **(Shuttle Run, Natação, Flutuação)**	NOA/ SESDEC 07h30
11/ 05/2023	Resultado dos Testes Físicos	Processo SEI Público
15/ 05/2023	Prazo final para interposição de recursos	SEI/ GISF/SESDEC
16/ 05/2023	Resultado julgamento de recursos e convocação para Entrevista	Processo SEI Público
19/ 05/2023 e 20/05/2023	Entrevistas	NOA/ SESDEC Das 08h00 às 18:00hrs
22/ 05/2023	Divulgação Resultado das Entrevistas	Processo SEI Público
24/ 05/2023	Prazo final para interposição de recursos	SEI/ GISF/SESDEC
25/ 05/2023	Resultado julgamento de recursos e convocação para Exame Psicotécnico	Processo SEI Público
29/ 05/2023 e 30/05/2023	Exame Psicotécnico	NOA/ SESDEC 07h30
02/ 06/2023	Resultado do Exame Psicotécnico	Processo SEI Público
06/ 06/2023	Prazo final para interposição de recursos	Processo SEI Público
09/ 06/2023	Resultado julgamento de recursos Convocação para matrícula	Processo SEI Público
12/ 06/2023	Exame Psicotécnico (Coirmãs fora do Estado de RO)	NOA/ SESDEC 07h30
13/ 06/2023	Resultado do Exame Psicotécnico (Coirmãs fora do Estado de RO)	Processo SEI Público
15/ 06/2023	Prazo final para interposição de recursos (Coirmãs fora do Estado de RO)	Processo SEI Público
16/ 06/2023	Resultado julgamento de recursos Convocação para matrícula(Coirmãs fora do Estado de RO)	Processo SEI Público
19/ 06/2023	Apresentação dos Candidatos Classificados e Aptos	NOA/ SESDEC 07h30
21/ 06/2023	Início do Curso	NOA/ SESDEC

ANEXO “B” DO EDITAL - ÍNDICES DOS TESTES DE APTIDÃO FÍSICA E TESTES DE HABILIDADES ESPECÍFICAS

TABELA MASCULINO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

FLEXÃO DE BRAÇOS		CORRIDA 12 MIN	FLEXÃO ABDOMINAL	SHUTTLE RUN	CORRIDA 50 METROS	PONTOS POR FAIXAS ETÁRIAS								TODAS AS IDADES	
														FLUTUAÇÃO VERTICAL	
BARRA FIXA	SOLO					Até 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 em diante	MINUTOS	PONTUAÇÃO
Repetições	Repetições	Metros	Repetições	Segundos	Segundos										
	01	Até 1.050 m	12	Até 14.4"	Até 12,6								1,0	3"	1,0
	02	1.100 m	14	Até 14.2"	Até 12,4							1,0	1,5	4"	2,0
	03	1.150 m	16	Até 14.0"	Até 12,2						1,0	1,5	2,0	5"	3,0
	04	1.200 m	18	Até 14.7"	Até 12.0"					1,0	1,5	2,0	2,5	6"	4,0
	06	1.250 m	20	Até 14.4"	Até 11.8"				1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	7"	5,0
	08	1.300 m	22	Até 14.1"	Até 11.6"			1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	8"	6,0
	10	1.400 m	24	Até 13.9"	Até 11.4"		1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	9"	7,0
	12	1.500 m	26	Até 13.7"	Até 11.2"	1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	10"	8,0
	14	1.600 m	28	Até 13.5"	Até 11.0"	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	11"	9,0
	16	1.700 m	30	Até 13.3"	Até 10.8"	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	12"	10
	18	1.800 m	32	Até 13.1"	Até 10.6"	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0		
01	20	1.900 m	34	Até 12.9"	Até 10.4"	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5		
02	22	2.000 m	36	Até 12.8"	Até 10.2"	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0		
03	24	2.100 m	38	Até 12.7"	Até 10.0"	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5		
04	26	2.200 m	40	Até 12.6"	Até 9.8"	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0		
05	28	2.300 m	42	Até 12.5"	Até 9.6"	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5		
06	30	2.400 m	44	Até 12.4"	Até 9.4"	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0		
07	32	2.500 m	46	Até 12.3"	Até 9.2"	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5		
08	34	2.550 m	48	Até 12.2"	Até 9.0"	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10		
09	36	2.600 m	50	Até 12.1"	Até 8.8"	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10			
10	38	2.650 m	52	Até 11.9"	Até 8.6"	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10				
11	40	2.700 m	54	Até 11.8"	Até 8.4"	8,0	8,5	9,0	9,5	10					
12	42	2.750 m	56	Até 11.7"	Até 8.2"	8,5	9,0	9,5	10						
13	44	2.800 m	58	Até 11.6"	Até 8.0"	9,0	9,5	10							
14	46	2.850 m	60	Até 11.5"	Até 7.8"	9,5	10								
15	48	2.900 m	62	Até 11.0"	Até 7.5"	10									

TABELA FEMININO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

FLEXÃO DE BRAÇOS		CORRIDA 12 MIN	FLEXÃO ABDOMINAL	SHUTTLE RUN	CORRIDA 50 METROS	PONTOS POR FAIXAS ETÁRIAS								TODAS AS IDADES	
														FLUTUAÇÃO VERTICAL	
BARRA FIXA	SOLO					Até 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 em diante	MINUTOS	PONTUAÇAO
Isometria	Repetições	Metros	Repetições	Segundos	Segundos										
Até 5,0	01	800 m	01	Até 15.9	Até 14,0								1,0	3"	1,0
Até 6,0	02	850 m	02	Até 15.7	Até 13,8							1,0	1,5	4"	2,0
Até 7,0	03	900 m	03	Até 15.5	Até 13,6						1,0	1,5	2,0	5"	3,0
Até 8.0"	04	950 m	04	Até 15.3	Até 13,4					1,0	1,5	2,0	2,5	6"	4,0
Até 9.0"	05	1.000 m	06	Até 15.9	Até 13,2				1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	7"	5,0
Até 10.0"	06	1.050 m	08	15.7"	Até 13,0			1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	8"	6,0
Até 11.0"	07	1.100 m	10	15.5"	Até 12,8		1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	9"	7,0
Até 12.0"	08	1.300 m	12	15.2"	Até 12,6	1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	10"	8,0
Até 13.0"	09	1.400 m	14	15.0"	Até 12,4	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	11"	9,0
Até 14.0"	10	1.500 m	16	14.8"	Até 12,2	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	12"	10
Até 15.0"	12	1.600 m	18	14.6"	Até 12,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0		
Até 16.0"	14	1.700 m	20	14.4"	Até 11,8	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5		
Até 17.0"	16	1.750 m	22	14.3"	Até 11,6	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0		
Até 18.0"	18	1.800 m	24	14.1"	Até 11,4	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5		
Até 19.0"	20	1.850 m	26	14.0"	Até 11,2	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0		
Até 20.0"	22	1.900 m	28	13.8"	Até 11,0	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5		
Até 21.0"	24	1.950 m	30	13.5"	Até 10,8	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0		
Até 22.0"	26	2.000 m	32	13.2"	Até 10,6	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5		
Até 23.0"	28	2.100 m	34	13.0"	Até 10,4	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10		
Até 24.0"	30	2.200 m	36	12.8"	Até 10,2	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10			
Até 25.0"	32	2.300 m	38	12.6"	Até 10,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10				
Até 26.0"	34	2.400 m	40	12.4"	Até 9,8	8,0	8,5	9,0	9,5	10					
Até 27.0"	36	2.500 m	42	12.2"	Até 9,6	8,5	9,0	9,5	10						
Até 28.0"	38	2.600 m	44	12.0"	Até 9,4	9,0	9,5	10							
Até 29.0"	40	2.700 m	46	11.9"	Até 9,2	9,5	10								
Até 30.0"	42	2.800 m	48	11.5"	Até 9,0	10									

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DAS PROVAS DO TAF

CORRIDA DE 12 MINUTOS:

POSIÇÃO INICIAL

Na posição inicial de pé, o avaliado aguardará o início da prova, que será definido pelo silvo de um apito ou comando de voz.

EXECUÇÃO

O avaliado deverá percorrer a maior distância possível no tempo máximo de 12 minutos.

Observações: Poderá haver, ou não, interrupção ou modificação no ritmo da corrida, sendo opção do avaliado escolher a melhor estratégia a fim de atingir seu objetivo.

A prova deverá ser realizada em pista com piso duro e plano (asfalto ou similar), com distâncias previamente definidas e demarcadas para fins de aferição, sendo considerado como resultado final, a distância imediatamente superior àquela alcançada pelo avaliado, de acordo com a tabela do TAF.

SHUTTLE RUN (CORRIDA DE IR E VIR):

POSIÇÃO INICIAL

O avaliado se posicionará em afastamento ântero-posterior das pernas, com o pé anterior o mais próximo possível da linha de saída. O avaliado iniciará o teste a partir da voz de comando ou de um silvo de apito, concomitante com o

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

acionamento do cronômetro.

EXECUÇÃO

O avaliado, em ato contínuo, correrá à máxima velocidade até os blocos equidistantes da linha de saída a 9,14m (nove metros e quatorze centímetros), pegará um deles e retornará ao ponto de partida, depositando esse bloco atrás da linha de partida. Em seguida, sem interromper a corrida, o avaliado irá em busca do segundo bloco, procedendo da mesma forma. O cronômetro será parado quando o candidato depositar o segundo bloco no solo e ultrapassar com pelo menos um dos pés a linha final. O bloco não deverá ser jogado, e sim, colocado ao solo, não podendo este deslocar-se. Ao pegar ou deixar o bloco, o candidato terá que cumprir uma regra básica do teste: transpor pelo menos com um dos pés as linhas que limitam o espaço demarcado.

Observações: A prova será realizada por todos os avaliados, independente do gênero.

Existindo erro na execução do exercício, o avaliado terá uma nova oportunidade, logo após o término dos exercícios previstos.

FLEXÃO DE BRAÇOS NA BARRA FIXA (MASCULINO):

POSIÇÃO INICIAL

O avaliado deverá posicionar-se sob a barra e deverá empunhá-la com a pegada em pronação (palma da mão para frente), com o polegar envolvendo-a. As mãos deverão permanecer com um afastamento entre si correspondente à distância entre os ombros e o corpo deverá estar estático.

EXECUÇÃO

Após a ordem de iniciar, o avaliado deverá executar uma flexão dos braços na barra até que o queixo a ultrapasse completamente (estando a cabeça na posição natural, sem hiperextensão do pescoço) e, imediatamente, descer o tronco até que os braços fiquem completamente estendidos (respeitando as limitações articulares individuais), quando será completada uma repetição. O ritmo da execução é opção do avaliado, e não haverá limite de tempo.

Observações: Durante a execução não poderá haver nenhum tipo de impulso, nem balanço das pernas para auxiliar o movimento. Os candidatos do gênero masculino, com idade igual ou inferior a 35 (trinta e cinco) anos, deverão executar o teste de flexão de braços na barra fixa. A partir dos 36 (trinta e seis) anos poderão escolher executar a flexão na barra fixa em substituição a flexão de braço sobre o solo, sendo vedada a execução dos 02 (dois) exercícios.

ISOMETRIA NA BARRA FIXA (FEMININO):

POSIÇÃO INICIAL

A avaliada deverá ter ambas as mãos em pegada pronada (palma da mão para frente), envolvendo a barra, de modo que o queixo esteja acima do nível da barra, sem tocá-la, colocada nesta posição com auxílio de terceiros.

EXECUÇÃO

Ao silvo do apito ou comando de voz o auxílio de terceiros será interrompido e a avaliada deverá manter-se nesta posição pelo tempo máximo que conseguir.

Observações: O queixo da avaliada não pode tocar ou ficar abaixo da linha da barra e não poderá apoiar-se nas bases laterais da mesma.

Esta prova será executada por todas as candidatas até a idade de 35 (trinta e cinco) anos. A partir dos 36 (trinta e seis) anos, será opcional a flexão de braço sobre o solo, ou a isometria na barra fixa, sendo vedada a execução dos 02 (dois) exercícios.

FLEXÃO DE BRAÇO NO SOLO:

POSIÇÃO INICIAL

Em terreno plano e liso, o avaliado deverá deitar-se em decúbito ventral, apoiando o tronco e as palmas das mãos no solo, ficando as mãos ao lado do tronco com os dedos apontados para frente e os polegares alinhados aos ombros, permitindo, assim, que as mãos fiquem afastadas de acordo com a distância entre os ombros. Após adotar a abertura padronizada dos braços, deverá erguer o tronco até que os cotovelos fiquem estendidos, mantendo os pés unidos e apoiados sobre o solo.

EXECUÇÃO

O avaliado deverá descer o tronco e as pernas ao mesmo tempo, flexionando os braços paralelamente ao corpo até que o cotovelo ultrapasse a linha das costas, ou o tórax se aproxime do solo, não podendo tocá-lo. Estenderá, então, novamente, os braços, erguendo, simultaneamente, o tronco e as pernas até que os braços fiquem totalmente estendidos,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

quando será completada uma repetição. Cada avaliado deverá executar o número máximo de flexões sucessivas de braços. O ritmo das flexões de braços será opção do avaliado, podendo interromper o movimento somente na posição de braços estendidos, não havendo limite de tempo.

Observações: O profissional do gênero masculino realizará o exercício em 04 (quatro) apoios sem tocar os joelhos no solo. A candidata do gênero feminino realizará o exercício com as palmas das mãos, os joelhos e os pés apoiados no solo, 06 (seis) apoios.

FLEXÃO ABDOMINAL:

POSIÇÃO INICIAL

O avaliado deverá adotar a posição em decúbito dorsal, com os joelhos flexionados, os pés ao solo, com apoio dos pés de outra pessoa sobre eles, calcanhares próximos aos glúteos, antebraços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos toquem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice e versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, sob o tronco do avaliado a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula. Posição de início e retorno de cada repetição do exercício.

EXECUÇÃO

O avaliado realizará a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e os cotovelos toquem no seu terço medial da coxa, retornando à posição inicial, quando será concluída uma repetição. Cada avaliado deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, sem interrupção do movimento, no tempo máximo de 60 (sessenta) segundos. O ritmo das flexões abdominais será opção do avaliado.

Observação: O avaliado não poderá perder o contato das mãos com os ombros, nem obter impulso com os braços afastando-os do tronco e, tampouco, retirar o quadril do solo durante a execução do exercício.

NATAÇÃO UTILITÁRIA (DESLOCAMENTO AQUÁTICO):

POSIÇÃO INICIAL

O avaliado deverá posicionar-se dentro d'água, com as costas tocando na parede da piscina, local de início da prova.

EXECUÇÃO

Ao silvo de apito ou comando de voz será acionado o cronômetro. Será permitido impulsionar-se no momento da largada. O avaliado poderá adotar qualquer estilo de nado, devendo deslocar-se:

- 50 (cinquenta) metros no tempo máximo de 2 (dois) minutos para ser considerado APTO.

A chegada estará configurada no momento em que o avaliado tocar, com qualquer parte do corpo, a borda ou linha de chegada, momento em que será travado o cronômetro. Esta prova não terá pontuação, sendo o avaliado considerado apenas APTO ou INAPTO.

Observações: O avaliado não poderá, durante o teste, apoiar-se na borda, tocar no fundo da piscina, segurar na corda da raia, receber auxílio ou utilizar qualquer acessório. Ocorrendo tais ações, o avaliado será automaticamente eliminado, ressalvada a hipótese em que atinge a outra margem e toca a borda tão somente para impulsionar-se novamente e iniciar o percurso de retorno ao ponto de origem.

FLUTUAÇÃO VERTICAL:

POSIÇÃO INICIAL

O avaliado deverá posicionar-se sentado na borda da piscina, sob comando entrará na água e se posicionará para o início do teste.

EXECUÇÃO

Ao silvo de apito ou comando de voz terá início a prova. O avaliado deve manter-se flutuando na posição vertical e com a cabeça acima do nível da água durante o máximo de tempo, com o objetivo de alcançar a maior pontuação possível, conforme tabela em anexo.

Observações: Não será permitido deslocar-se ou posicionar-se de forma horizontal na água, nem flutuar com o queixo abaixo da linha d'água, segurar em anteparos, como na borda da piscina ou outro meio, ou utilizar o uniforme para flutuar (fazer boia).

ANEXO "C" - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Do: *Grad/Função Nome do Requerente*
Ao Senhor: *Posto/Função Nome do Cmt/Chefe/Diretor*

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

OBJETO: Inscrição para o Processo de Seleção Interna de Cadastro de Reserva para frequentar Cursos de Operações Aéreas

1. DADOS DO REQUERENTE			
Graduação/ Função/Matrícula/RE/Nome Completo:			
Data de Inclusão:	Unidade/ Órgão:	**Telefone Celular:**	
E-mail:	**Naturalidade:**	**Data de Nascimento:**	
Filiação:			
CPF:	RG/ Órgão Expedidor:	Sangue/ Fator RH:	**Estado Civil:**
Endereço Residencial (Rua, Nr, Complemento, Bairro, Cidade, UF e CEP):			
2. MOTIVO: - Inscrição no Processo de Seleção Interna, conforme EDITAL Nº 1/ SESDEC-GISF/2023.			
3. DOCUMENTOS ANEXOS: ( ) - Cópia da Ficha Individual atualizada e autenticada; ( ) - Cópia da Carteira Funcional, autenticada; ( ) - Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (prazo de validade em dia).			
4. AMPARO DO REQUERENTE: EDITAL Nº 1/ SESDEC-GISF/2023.			
5. DESPACHO DO COMANDANTE DA OPM OU DELEGADO REGIONAL Ao encaminhar o presente Requerimento ao Comando Geral da PMRO ou Diretoria Geral da PCRO o Comandante, Chefe, Diretor ou Delegado Regional deverá manifestar **Deferimento, ou Indeferimento Justificado (requisitos objetivos do Edital)**, estando ciente que o candidato deverá comparecer nos locais e datas previstos no Edital, para realizar os exames.			
Local e data.			
Nome Completo - Graduação/ Função Matrícula/RE			

ANEXO "D" - FICHA DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

1. DADOS PESSOAIS			
Graduação/ Função/Matrícula/RE/Nome Completo:			
Data de Inclusão:	Unidade/ Órgão:	Telefone Celular:	
E-mail:	Naturalidade:	Data de Nascimento:	
Filiação:			
CPF	RG/ Órgão Expedidor:	Sangue/ Fator RH:	Estado Civil:
Nome da Cônjuge (caso houver):		RG da Cônjuge:	CPF da Cônjuge:
Nomes de Dependentes (caso houver):			Grau de Parentesco:
End. Residencial Atual (Rua, Nr, Complemento, Bairro, Cidade, UF e CEP):			Morador desde:
End. Residencial Anterior (Rua, Nr, Complemento, Bairro, Cidade, UF e CEP):			Período de Moradia:
End. Residencial Anterior (Rua, Nr, Complemento, Bairro, Cidade, UF e CEP):			Período de Moradia:
2. DADOS PROFISSIONAIS			
Lotação:	Lotado desde:	Telefone órgão:	
Chefe Órgão:		Telefone Chefe Órgão:	
Lotação Anterior:	Período de Lotação:	Telefone órgão:	
Chefe do Órgão à época:		Telefone Chefe Órgão à época:	
Lotação Anterior:	Período de Lotação:	Telefone órgão:	
Chefe do Órgão à época:		Telefone Chefe Órgão à época:	
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO POLICIAL (Descrever abaixo o Curso e período do Curso)			
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RELEVANTE (Descrever abaixo experiências profissionais relevantes, como funções, missões, coordenação de cursos, instruções em cursos, etc.)			
3. QUESTIONÁRIO			

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3.1 Responde processo demissório ou de exclusão? ( ) SIM ( ) NÃO 3.2 Foi sancionado administrativamente nos últimos 48 meses? ( ) SIM ( ) NÃO 3.2.1 Se SIM, quantas vezes? Qual a sanção aplicada? (Responder abaixo) 3.3 Responde a inquérito policial? (comum ou militar) ( ) SIM ( ) NÃO 3.4 Responde a processo criminal federal ou estadual? (comum ou militar) ( ) SIM ( ) NÃO 3.5 Está em cumprimento de sentença condenatória, de qualquer espécie? ( ) SIM ( ) NÃO 3.6 Já teve o porte de armas suspenso? Se Sim, por qual motivo? (Responder abaixo) ( ) SIM ( ) NÃO
4. DOCUMENTOS ANEXOS (Em um único PDF) I - Certidão Negativa da Justiça Federal; II - Certidão Negativa Criminal, Cível e da Auditoria Militar; III - Certidão Negativa da Corregedoria da respectiva Corporação.
Declaro verdadeiras as informações acima prestadas.
Local e data.
Nome Completo - Graduação/ Função Matrícula/RE

Protocolo 0036850737

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC/RO, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento com artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, resolve:

HOMOLOGAR, RATIFICAR e tornar público a Contratação Direta através de Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o Parecer nº 58 (0029737788), e demais documentos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 0037.453506/2021-33, dando embasamento legal para a contratação pretendida, segundo os termos do artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, **Inexigibilidade de Licitação**, objetivando custear despesa com a aquisição de soluções especializadas em investigação forense digital, composta por solução para extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis e solução avançada para desbloqueio e exame de dispositivos computacionais portáteis bloqueados por senha, a fim de atender às necessidades da Polícia Técnico-Científica do Estado de Rondônia, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, no valor de **R$ 794.867,42** (setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos) em favor da empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 05.757.597/0002-18**.**

Porto Velho, 27 de março de 2023.

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 0036922185

Portaria nº 452 de 28 de março de 2023

Dispõe sobre lotação de servidor (a) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42;

Considerando a Portaria nº 1290 de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial Ed. n. 196, de 11 de outubro de 2022 (0033960003);

Considerando o Memorando nº 101/2023/SESDEC-GETEC (0035802886), Despacho SESDEC-GAB (0035814231), Ofício nº 1747/2023/SESDEC-GRH (0035849099) e Decreto 5593/2023 (0036134588);

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR, a contar de 01.01.2023, o (a) servidor (a) **RODRIGO OLIVEIRA FORTUOSO**, matrícula nº 300185953, o (a) qual foi nomeado (a) para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, Chefe de Núcleo IV, na

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Gerência de Tecnologia - GETEC, desta Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.01.2023.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 0036961456

Portaria nº 456 de 29 de março de 2023

Dispõe sobre lotação de servidor (a) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42;

Considerando a Portaria nº 1290 de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial Ed. n. 196, de 11 de outubro de 2022 (0033960003);

Considerando o Memorando nº 101/2023/SESDEC-GETEC (0035802886), Despacho SESDEC-GAB (0035814231), Ofício nº 1747/2023/SESDEC-GRH (0035849099) e Decreto 5593/2023 (0036134588);

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR, a contar de 13.02.2023, o (a) servidor (a) **JEFFERSON CALIARI DA SILVA**, matrícula nº 300187636, o (a) qual foi nomeado (a) para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, Assessor V, na Coordenadoria de Administração e Finanças - CAF, desta Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13.02.2023.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 0036976203

Portaria nº 468 de 29 de março de 2023

Porto Velho-RO, *na data da assinatura eletrônica.*

Dispõe sobre nomeação de Comissão e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017; e artigo 18, do Decreto nº 19.281, de 29 de outubro de 2014; e em conformidade com a Instrução Normativa nº 001/GAB/SESDEC-2017, publicada no DOE/RO nº 24, de 06/02/2017, que instituiu a terceira edição do “Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos”, no âmbito da SESDEC. Considerando o Memorando nº 230/2023/SESDEC-GLOG (0036984841).

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a comissão abaixo para ACOMPANHAR E FISCALIZAR O RECEBIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS de acordo com o item 12.26 do Contrato n° 173/PGE-2020 (0011282456), oriundo do Processo Administrativo nº 0037.118033/2020-40, firmado com a Empresa CONSORCIO TB TECWAY, que tem como objeto "*a prestação de serviços de “LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PICK UP E FURGÃO”, para atender a SESDEC e os órgãos de segurança pública quais sejam: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec, na capital e interior do Estado (0011011272, 0010996800, 0011013365)".*

Art. 2º O Fiscal e seu Suplente quando em exercício, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução de substituição e vistoria dos veículos do contrato, cabendo ao fiscal elaborar relatório de fiscalizando, bem como, determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, devendo tais ocorrências compor relatório informando todas as irregularidades se houver.

Art. 3º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal e Suplente deverão ser solicitadas à Coordenadoria de Administração e Finanças/SESDEC, em tempo hábil, à adoção das medidas pertinentes e submissão à deliberação superior.

Art. 4º Nomear e designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Recebimento Provisório e Definitivo de Substituição dos veículos oriundos do Contrato n° 173/PGE-2020 (0011282456), especificamente no item 12.26 do mencionado contrato, oriundo do Processo Administrativo nº 0037.118033/2020-40, firmado com o CONSORCIO TB TECWAY, cujo objeto é "a prestação de serviços de “LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PICK UP E FURGÃO”, para atender a SESDEC e os órgãos de segurança pública quais sejam: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec, na capital e interior do Estado (0011011272, 0010996800, 0011013365)":

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

NOME COMPLETO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	FUNÇÃO
MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO			
AMANDA PLÁCIDO DE SOUZA	SESDEC-GLOG	300172953	FISCAL
ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO	SESDEC-GLOG	100088840	SUPLENTE
MEMBROS DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO			
BRUNO RANCONI BEZERRA	SESDEC	10009297	PRESIDENTE DA COMISSÃO
JUARY OLIVEIRA MARTINS FILHO	PM-DAAL	100078502	1º MEMBRO
EDERLEI DA SILVA MIRANDA	PM-DAAL	100088835	SUPLENTE
JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS	CBM-RO	200001858	2º MEMBRO
GERALDO ADRIANO PIO MACEDO	CBM-RO	200002199	SUPLENTE
TACIANO MADEIRO NOGUEIRA	POLITEC-RO	300104247	3º MEMBRO
FRANCINALDO PAZ DA SILVA	POLITEC-RO	300104119	SUPLENTE
REGINALDO FERREIRA DE SOUZA	PC-RO	300017547	4º MEMBRO

Art. 5º. *Os referidos servidores deverão conferir e receber todos os veículos, registrando as eventuais inconsistências e inconformidades, bem como adotando as oportunas providencias cabíveis e, de tudo, dando conhecimento formal ao Fiscal de Contrato.*

Art. 6º. *O **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** deverá ser emitido e assinado, no prazo e forma legal, pelo Fiscal de Contrato ou seu Suplente, o qual seguirá assinado, também, pelo representante da contratada. Quanto ao **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, esse deverá ser emitido pela Comissão de Recebimento Definitivo, e assinados por todos, inclusive, pelo representante da contratada.*

Art. 7º. Caberá ainda aos servidores que compõem a Comissão de Recebimento Provisório e Definitivo de Substituição dos veículos: acompanhar, de forma direta, os trabalhos de recebimento; realizar o recolhimento da frota atual em uso em cada uma das corporações (PMRO, PC-RO, CBM, POLITEC); inspecionar e realizar a devolução dos veículos locados à contratada; receber os novos veículos que serão disponibilizados pela contratada; realizar a entrega dos veículos ás corporações; elaborar o check list dos veículos inspecionados.

Art. 8º. Fica revogada a Portaria nº 1438 de 14 de novembro de 2022 (0033695734), publicado no DOER nº 218, 16 de novembro de 2022, página 106.

Art. 9º. E*sta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a contar d*e 29.03.2023.

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

DAIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Coordenadora de Administração e Finanças da SESDEC

Protocolo 0037006980

Portaria nº 486 de 30 de março de 2023

Dispõe sobre lotação de servidor (a) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42.

Considerando o Memorando 875 (0033704213), e o Decreto de 26 de Outubro de 2022 (0033811900) do Processo Sei n° 0037.073457/2022-30;

Considerando a Portaria nº 1290 de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial Ed. n. 196, de 11 de outubro de 2022 (0033960003);

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR, a contar de 26.10.2022, o (a) servidor (a) **EMERSON PASSOS TORRES**, matrícula: 300186013, no Núcleo de Operações Aéreas, desta Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, o (a) qual foi nomeado (a) para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, Assessor I, do Gabinete do Governador.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 03.01.2023.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 0037034431

Portaria nº 451 de 28 de março de 2023

Dispõe sobre lotação de servidor (a) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42.

Considerando o Ofício nº 1084/2023/SEDEC-RH (0036150035) e Decreto de 02 de Janeiro de 2023 (0035838606) do Processo Sei n° 0037.001230/2023-73;

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR, a contar de 13.02.2023, o (a) servidor (a) IRIS LUCENA DE PADUA, matrícula: 300178910, na Gerência de Recursos Humanos SESDEC-GRH, desta Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, o (a) qual foi nomeado (a) para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, Assessor VII, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13.02.2023.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 0036960489

Portaria nº 458 de 29 de março de 2023

Dispõe sobre lotação de servidor (a) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42.

Considerando o Ofício nº 158/2023/SESDEC-GRH (0034884062), Memorando 37 (0034990855) e Decreto de 11 de Janeiro de 2023 (0035024941) do Processo Sei n° 0037.073797/2022-61;

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR, a contar de 03.01.2023, o (a) servidor (a) **RAHANY ALINE CORREA QUEIROZ**, matrícula: 300186785, na Ouvidoria, desta Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, o (a) qual foi nomeado (a) para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, Assessor IX, da Casa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 03.01.2023.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 0036978721

Portaria nº 480 de 30 de março de 2023

Dispõe sobre afastamento de servidor (a) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42.

Considerando o Art. 135, inciso III, alínea *b d*a Lei complementar 68/1992.

Considerando a Certidão de Óbito (0037028361) edo Processo Sei n.º 0037.002196/2023-54.

Considerando a Portaria nº 1290 de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial Ed. n. 196, de 11 de outubro de 2022 (0033960003);

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por 08 dias consecutivos à **JARDESON DE SOUZA COSTA**, Assessor V, matrícula 300138267, lotado (a) no (a) Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania SESDEC - GRH, em função do falecimento de seu genitor, a contar da data do óbito, **28.03.2023 a 04.04.2023**, conforme Certidão de Óbito em nome de Rufino Mariano da Costa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 28.03.2023.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 0037028574

POLÍCIA MILITAR - PM

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM XI**, **CNPJ nº 01.700.027/0001-50**, representado por seu presidente, VANDREY MARCOS FRÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: **Gás engarrafado, Material educativo esportivo, Material de expediente, Material de processamento de dados, Material de copa e cozinha, Material de limpeza e produção de higienização, Material para manutenção de bens imóveis, Material elétrico e eletrônico, Outros materiais de consumo.**

c) Objeto: Serviçosde Terceiros -Pessoa Jurídica como: **Serviços técnicos profissionais, Serviços de telecomunicações, Manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos ou outros serviços de terceiros, pessoa jurídica.**

2 - **Manifestar a opção por licitar e/ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VANDREY MARCOS FRÁ - TEN CEL QOPM

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037030925

TERMO

Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV

Ji-Paraná - RO

Ao Presidente da Comissão de Compras

Assunto: Opção por compras nos termos da Lei nº 8.666/93.

Prezado Senhor,

Pelo presente, a Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV, CNPJ nº 22.859.417/0001-47, representado por seu titular, Edvaldo de Araújo Elias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo (Material de Expediente; Ferramentas; Material de Limpeza e Produção de Higienização; Sementes, Mudas de Plantas e Insumos; Material Laboratorial.).

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Atenciosamente,

Porto Velho, 30 de março de 2023.

EDVALDO DE ARAÚJO ELIAS

Diretor/Presidente da APM - CTPM-IV

Protocolo 0037042456

TERMO

Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV

Ji-Paraná - RO

Ao Presidente da Comissão de Compras

Assunto: Opção por compras nos termos da Lei nº 8.666/93.

Prezado Senhor,

Pelo presente, a Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV, CNPJ nº 22.859.417/0001-47, representado por seu titular, Edvaldo de Araújo Elias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (Aparelhos de Medição e Orientação; Veículos Diversos).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Atenciosamente,

Porto Velho, 30 de março de 2023.

EDVALDO DE ARAÚJO ELIAS

Diretor/Presidente da APM - CTPM-IV

Protocolo 0037042457

TERMO

Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV

Ji-Paraná - RO

Ao Presidente da Comissão de Compras

Assunto: Opção por compras nos termos da Lei nº 8.666/93.

Prezado Senhor,

Pelo presente, a Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV, CNPJ nº 22.859.417/0001-47, representado por seu titular, Edvaldo de Araújo Elias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição/ Contratação de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Manutenção e Conservação de Bens Imóveis).

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Atenciosamente,

Porto Velho, 30 de março de 2023.

EDVALDO DE ARAÚJO ELIAS

Diretor/Presidente da APM - CTPM-IV

Protocolo 0037044409

TERMO

Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV

Ji-Paraná - RO

Ao Presidente da Comissão de Compras

Assunto: Opção por compras nos termos da Lei nº 8.666/93.

Prezado Senhor,

Pelo presente, a Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV, CNPJ nº 22.859.417/0001-47, representado por seu titular, Edvaldo de Araújo Elias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo (Material de Expediente; Material de processamento de dados).

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Atenciosamente,

Porto Velho, 30 de março de 2023.

EDVALDO DE ARAÚJO ELIAS

Diretor/Presidente da APM - CTPM-IV

Protocolo 0037038873

TERMO

Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV

Ji-Paraná - RO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ao Presidente da Comissão de Compras

Assunto: Opção por compras nos termos da Lei nº 8.666/93.

Prezado Senhor,

Pelo presente, a Associação de Pais e Mestres do colégio Tiradentes da Policia Militar CTPM-IV, CNPJ nº 22.859.417/0001-47, representado por seu titular, Edvaldo de Araújo Elias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (Equipamentos de processamento de dados).

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Atenciosamente,

Porto Velho, 30 de março de 2023.

EDVALDO DE ARAÚJO ELIAS

Diretor/Presidente da APM - CTPM-IV

Protocolo 0037040612

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM XI**, **CNPJ nº 01.700.027/0001-50**, representado por seu presidente, VANDREY MARCOS FRÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: Gêneros de Alimentação.

2 - **Manifestar a opção por licitar e/ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VANDREY MARCOS FRÁ - TEN CEL QOPM

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044006

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR CTPM-IV**, CNPJ nº 22.859.417/0001-47, representado por seu presidente, EDVALDO DE ARAÚJO ELIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Licitação - Carta Convite**

b) Objeto: **Reforma e Construção.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVALDO DE ARAÚJO ELIAS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048845

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM V**, CNPJ nº 00.672.019/0001-84, representado por seu presidente, **Alison** de Sousa Pessôa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Material de Consumo, Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica e Material Permanente.

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALISON DE SOUSA PESSÔA - MAJ QOPM
Presidente do Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPMV
Diretor do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPMV
Portaria nº 334/2021/SEDUC
Publicada no DOE nº 20 de 29 de janeiro de 2021
"Colégio Tiradentes da Polícia Militar V - Ensinando valores, formando cidadãos"

Protocolo 0037059429

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM V**, CNPJ nº 00.672.019/0001-84, representado por seu presidente, **Alison** de Sousa Pessôa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios.

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALISON DE SOUSA PESSÔA - MAJ QOPM
Presidente do Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPMV
Diretor do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPMV
Portaria nº 334/2021/SEDUC
Publicada no DOE nº 20 de 29 de janeiro de 2021
"Colégio Tiradentes da Polícia Militar V - Ensinando valores, formando cidadãos"

Protocolo 0037058838

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM

AVISO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14, DE 29 DE ABRIL DE 2022, do Pregão Eletrônico 01/2022 DO Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

O Ordenador de Despesas do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela portaria n° 021/14 – GAB/SESDEC publicada no DOE 30.04.14, torna público a quem possa interessar que aderiu **A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14, DE 29 DE ABRIL DE 2022 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima,** através do Processo SEI n° 0004.077907/2022-41, para aquisição de Monitores, objetivando atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, conforme **itens 01** da referida Ata, totalizando o valor de R$ 188.768,00 (cento e oitenta e oito mil setecentos e sessenta e oito reais) em favor da empresa**: GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA, CNPJ nº 189.237.911/0289-08, empenho: 2023NE000100**, por ser a proposta mais vantajosa para a administração pública, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - **CEL BM**

Comandante-Geral do CBMRO

Ordenador de Despesas

Protocolo 0037001559

Portaria nº 397 de 31 de março de 2023

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 do Decreto n. 23.297, de 25 de outubro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º Outorgar a Medalha "CAP BM ESRON PENHA DE MENEZES", como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se, portanto, merecedor desta homenagem, a autoridade abaixo relacionada:

ORD.	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO/ ÓRGÃO
01	PEDRO RODRIGUES NETO	DELEGADO DE POLÍCIA	POLÍCIA FEDERAL

Art. 2º Determinar a publicação da presente Portaria em Diário Oficial do Estado e Boletim Especial.

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - **CEL BM**

Comandante-Geral do CBMRO

Protocolo 0037054890

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO ESCOLAR DO COLÉGIO MILITAR DOM PEDRO II, UNIDADE I, INSCRITO NO CNPJ: 00.670.375/0001-69**, representada por seu Presidente: **MOACYR DE PAULA JÚNIOR**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MOACYR DE PAULA JÚNIOR

Representante / Contratante

Protocolo 0037063211

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO ESCOLAR DO COLÉGIO MILITAR DOM PEDRO II, UNIDADE I, INSCRITO NO CNPJ: 00.670.375/0001-69**, representada por seu Presidente: **MOACYR DE PAULA JÚNIOR**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MOACYR DE PAULA JÚNIOR

Representante / Contratante

Protocolo 0037062994

TERMO

TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0649/CBMRO/PGE/2022 (0031953699), QUE CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, POR INTERMÉDIO DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, DE UM LADO, E DE OUTRO, A EMPRESA MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA**

CONTRATANTE: O **ESTADO DE RONDÔNIA**, por intermédio do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**, inscrito no CNPJ/MF nº 02.603.612/0001-02, situado na Av. Campos Sales, nº 3254, Bairro Olaria, neste ato representado pelo Sr. **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM**, Comandante-Geral da Corporação, portador do CPF/MF nº 109.312.128-98 e RG 23.895.986-7 SSP/SP.

CONTRATADA: A empresa MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.235.161/0001-37, situada na Rua São Marcos, nº 179, Bairro Conjunto Habitar Brasil, Rio Branco/AC, CEP 69.915-380, neste ato representada por seu proprietário, Sr. MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS, inscrito no CPF nº 007.577.572-78 e portador do RG nº 11109700 SSP/AC, conforme poderes que lhe são outorgados (0031162448 fls. 6 e 7).

INTERVENIENTE: A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, inscrita no CNPJ/MF nº 37.621.806/0001-07, com sede na Av. Farquar, 2986, Complexo Administrativo Palácio Rio Madeira, Anexo Rio Jamari (Curvo C), 4º Andar, Bairro Pedrinhas, CEP. 76801-470, Porto Velho – RO, neste ato representado pelo Secretário de Estado, Sr. ERASMO MEIRELES E SÁ, portador do CPF/MF nº 769.509.567-20.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do **CONTRATO Nº 0649/CBMRO/PGE/2022 (0031953699)**, visando a modificação da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – que trata da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, conforme Informação 30 (0036983641), sendo a classificação da dotação orçamentária alterada para:

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos orçamentários destinados a cobrir as despesas, constantes da Declaração de Adequação Financeira (0030197184), estão inseridos no orçamento através da seguinte programação:

a) Projeto de Trabalho: 06.182.2103.1275;

b) Elemento de Despesa: 44.90.51;

c) Fonte de Recurso: 1.7.59.008026 e 1.2.16.003110.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

Porto Velho RO, hora e data da assinatura eletrônica.

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral do CBMRO

Ordenador de Despesas

Protocolo 0036983736

TERMO

TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0508/CBMRO/PGE/2022 (0030913963), QUE CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, POR INTERMÉDIO DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, DE UM LADO, E DE OUTRO, A EMPRESA EFL SILVA MANUTENÇÃO DE NO-BREAKS E GERADORES ME**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA**

CONTRATANTE: O **ESTADO DE RONDÔNIA**, por intermédio do **COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ/MF nº 02.603.612/0001-02, endereço na Av. Campos Sales, nº 3254, Bairro Olaria, aqui representado pelo Sr. **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA**, Comandante Geral da Corporação, inscrito no CPF/MF nº 109.312.128-98 e RG 23.895.986-7 SSP/SP.

CONTRATADA: A empresa EFL SILVA MANUTENÇÃO DE NO-BREAKS E GERADORES ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.798.024/0001-04, com sede na Rua Diogo Ortiz, nº 594, Bairro Lapa, São Paulo/SP, CEP: 05.077-100, neste ato representada por sua representante legal, Sra. **ERIKA FERREIRA LIMA SILVA**, portadora do CPF/MF n.º 267.957.198/39, conforme poderes que lhe são outorgados (0030279495).

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do **CONTRATO Nº 0508/CBMRO/PGE/2022 (0030913963)**, visando a modificação da CLÁUSULA SEXTA – que trata da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, conforme Informação 27 (0036972340), sendo a classificação da dotação orçamentária alterada para:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta do seguinte crédito orçamentário, conforme Declaração de Adequação Financeira (0030332015):

a) Programa Atividade 06.122.2103.2087;

b) Elemento de Despesa: 33.90.39 e 33.90.30; e

c) Fonte de Recurso: 1.7.59.008026.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

Porto Velho RO, hora e data da assinatura eletrônica.

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral do CBMRO

Ordenador de Despesas

Protocolo 0036972396

POLÍCIA CIVIL - PC

Portaria nº 299 de 10 de março de 2023

PC-DRH

A DELEGADA-GERAL ADJUNTA DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas no Art. 146 da Constituição do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO o Artigo 135, Inc.III alínea “b” da Lei Complementar nº 68/1992;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito de nº 095794 01 55 2022 4 00018 192 0004692 02 (0028381050) do Processo nº 0019.077741/2022-01;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONVALIDAR A CONCESSÃO** de 08 (oito) dias de **Folga**, no período de **30.03.2022 a 06.04.2022**, ao servidor **EDUARDO GOMES DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Agente de Polícia, matrícula nº 300104134, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado na **1ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Brasilândia D'Oeste**, em razão de falecimento na família.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES

Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil-RO

Mat. 300022586

Protocolo 0036446392

Portaria nº 300 de 10 de março de 2023

PC-DRH

A DELEGADA-GERAL ADJUNTA DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas no Art. 146 da Constituição do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO o Artigo 135, Inc.III alínea “b” da Lei Complementar nº 68/1992;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito de nº 095703 01 55 2022 4 00071 043 0021004 37 (0028380711) do Processo nº 0019.077741/2022-01;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONVALIDAR A CONCESSÃO** de 08 (oito) dias de **Folga**, no período de **24.03.2022 a 31.03.2022**,ao servidor **HUGO OLENSKI**, ocupante do cargo de Agente de Polícia, matrícula nº 300059886, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado na **Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Porto Velho**, em razão do falecimento de seu genitor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES

Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil-RO

Mat. 300022586

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0036446471

Portaria nº 301 de 10 de março de 2023

PC-DRH

A DELEGADA-GERAL ADJUNTA DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas no Art. 146 da Constituição do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO o Artigo 135, Inc.III alínea "b" da Lei Complementar nº 68/1992;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito de nº 096503 01 55 2022 4 00035 255 0011331 87 (0028380711) do Processo nº 0019.077741/2022-01;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONVALIDAR A CONCESSÃO** de 08 (oito) dias de **Folga**, no período de **05.03.2022 a 12.03.2022**, à servidora **MARIA DOS ANJOS ARAÚJO**, ocupante do cargo de Auxiliar em Atividades Administrativas, matrícula nº 300016199, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotada na **1ª Delegacia de Polícia Civil de Vilhena**, em razão do falecimento de seu genitor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES
Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil-RO
Mat. 300022586

Protocolo 0036446691

Portaria nº 302 de 10 de março de 2023

PC-DRH

A DELEGADA-GERAL ADJUNTA DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas no Art. 146 da Constituição do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO o Artigo 135, Inc.III alínea "b" da Lei Complementar nº 68/1992;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito de nº 095703 01 55 2022 4 00071 014 0020975 34 (0028380711) do Processo nº 0019.077741/2022-01;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONVALIDAR A CONCESSÃO** de 08 (oito) dias de **Folga**, no período de **21.03.2022 a 28.03.2022**,ao servidor **PAULO HENRIQUE VIEIRA DA COSTA**, ocupante do cargo de Agente de Polícia, matrícula nº 300060047, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado na **1ª Delegacia Especializada na Repressão de Crimes Contra a Vida de Porto Velho**, em razão do falecimento de seu filho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES
Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil-RO
Mat. 300022586

Protocolo 0036446718

Portaria nº 303 de 10 de março de 2023

PC-DRH

A DELEGADA-GERAL ADJUNTA DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas no Art. 146 da Constituição do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Artigo 135, Inc. III alínea "a" da Lei Complementar Estadual nº 68/92;

CONSIDERANDO a Certidão de Casamento de nº 157586 01 55 2022 2 00007 092 0001892 73 (0028380711) do Processo nº 0019.077741/2022-01.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONVALIDAR A CONCESSÃO** de 08 (oito) dias de **Folga,** no período de **18.03.2022 a 25.03.2022**, à servidora **BÁRBARA THAIS VIEIRA DE FREITAS**, ocupante do cargo de Escrivã de Polícia, matrícula nº 300138388, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotada na **Gerência de Administração e Finanças**, em razão de casamento.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES
Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil-RO
Mat. 300022586

Protocolo 0036446814

Portaria nº 352 de 23 de março de 2023
PC-DRH

A DELEGADA-GERAL ADJUNTA DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas no Art. 146 da Constituição do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Artigo 135, Inc. III alínea "a" da Lei Complementar Estadual nº 68/92;

CONSIDERANDO a Certidão de Casamento de nº 157586 01 55 2022 2 00007 072 0001872 03 (0028380711) do Processo nº 0019.077741/2022-01.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONVALIDAR A CONCESSÃO** de 08 (oito) dias de **Folga,** no período de **04.03.2022 a 11.03.2022**, ao servidor **MARCELO MELO PEREIRA**, ocupante do cargo de Agente de Polícia, matrícula nº 300098532, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado na **Delegacia Especializada em Crimes Contra o Consumidor e Defraudações de Porto Velho**, em razão de casamento.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ALESSANDRA MARCELA PARAGUASSU GOMES
Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil-RO
Mat. 300022586

Protocolo 0036832523

Portaria nº 377 de 31 de março de 2023

A Comissão de Promoção, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 241 de 01 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 39 de 01/03/2023 e Decreto n. 7671/96, que regulamenta o Instituto da Promoção Funcional, previsto no art. 293 da Lei Complementar n. 68 de 09 de dezembro de 1.992, no que diz respeito à Polícia Civil;

R E S O L V E:

Artigo 1º. Tornar pública a classificação de pessoal com interstício para promoção funcional ordinária, referente a março/2023, critério majoritário merecimento, conforme anexo.

Artigo 2º. Os recursos deverão ser impetrados junto ao Conselho Superior de Polícia - CONSUPOL, no prazo de 10 (dez) dias úteis corridos, contados da data da publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado.

MÁRIO JORGE PINTO SOBRINHO
Delegado de Polícia
Presidente da Comissão de Promoção
JOÃO CARLOS RAMOS
1º Membro
ANIELY MARQUES DUTRA
2º Membro

AGENTE DE POLICIA - PARA 3ª CLASSE			VAGAS ABERTAS	1			PROMOÇÕES / DATAS		
ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	Admissão	INGRESSO 2ªCLASSE	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A EFETIVIDADE	INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO
1	300098666	HILTON FERNANDES DA COSTA	Agente de Policia	2ª	08/ 06/1987	28/ 07/2010	28/ 07/2014	28/ 11/2018	28/ 11/2022

AGENTE DE POLICIA - PARA CLASSE ESPECIAL			VAGAS ABERTAS	19			PROMOÇÕES / DATAS		
ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	Admissão	INGRESSO 3ªCLASSE	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A	INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

								EFETIVIDADE
1	300059873	GERSON GONCALVES DA COSTA	Agente de Policia	3ª	25/ 05/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
2	300060024	ALBERONE GAMA DE MACEDO	Agente de Policia	3ª	25/ 02/1980	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
3	300059936	DAVI FERREIRA SOARES	Agente de Policia	3ª	13/ 11/1980	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
4	300060009	JOSE DE RIBAMAR MORAIS POVOA	Agente de Policia	3ª	28/ 11/1980	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
5	300060194	MICHAEL AQUINO GOVEIA	Agente de Policia	3ª	10/ 01/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
6	300059914	CHIRLEI JACOMIN BOLLIS DA ROCHA	Agente de Policia	3ª	22/ 02/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
7	300059880	GLIWELKISON PEDRISCH DE CASTRO	Agente de Policia	3ª	05/ 05/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
8	300060196	MIRTS SILVA RODRIGUES	Agente de Policia	3ª	09/ 05/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
9	300059886	HUGO OLENSKI	Agente de Policia	3ª	19/ 08/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
10	300059960	JAIRO CARNEIRO MAGALHAES JUNIOR	Agente de Policia	3ª	20/ 08/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
11	300059985	ANGELO SADOVSKI DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	25/ 08/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
12	300059948	DUVAL BEZERRA DA COSTA JUNIOR	Agente de Policia	3ª	29/ 08/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
13	300060014	JOSE JOAO MAGALHAES JUNIOR	Agente de Policia	3ª	29/ 08/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
14	300060132	FABIANO TAVARES DE LIMA	Agente de Policia	3ª	08/ 10/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
15	300059979	ANDRE LOPES DO REGO	Agente de Policia	3ª	23/ 10/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
16	300060084	RUBENS RAMOS DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	28/ 10/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
17	300060149	FELIX ANGELO SERAFIM	Agente de Policia	3ª	30/ 11/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
18	300060023	JUNIOMAR MELLO DE ALMEIDA	Agente de Policia	3ª	31/ 12/1981	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
19	300059908	CARLOS JERONINO DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	14/ 02/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
20	300060212	MARCIA MARIA MATOSO	Agente de Policia	3ª	09/ 03/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
21	300060060	RAFAEL SALES HERON	Agente de Policia	3ª	10/ 04/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
22	300059861	WASHINGTON MATIAS DE ARAUJO	Agente de Policia	3ª	20/ 05/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
23	300060214	MARCIO CESAR DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	07/ 06/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
24	300060055	ELTON BOTELHO DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	13/ 06/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
25	300059913	CHARLES ELIAS DA SILVA	Agente de Policia	3ª	06/ 09/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
26	300060000	ADRIANO SCHONTZ	Agente de Policia	3ª	24/ 10/1982	05/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

27	300059974	JONES RABELO GARCIA	Agente de Policia	3ª	30/10/1982	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
28	300060081	RONILTON ALVES DE LIMA	Agente de Policia	3ª	07/12/1982	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
29	300060048	ALZICLEI MARQUES DOS SANTOS FERREIRA	Agente de Policia	3ª	10/12/1982	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
30	300059839	TIAGO ALVES BATISTA SENA	Agente de Policia	3ª	16/12/1982	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
31	300059930	CRISTIANE CAMILA CHAGAS RUBENS NOBRE	Agente de Policia	3ª	02/01/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
32	300060098	ERICA CAROLINA FERNANDES DE PAULA	Agente de Policia	3ª	03/03/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
33	300060021	JOSIEL MIRANDA PEREIRA	Agente de Policia	3ª	14/03/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
34	300060002	ALAN BORGES RAMOS	Agente de Policia	3ª	16/03/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
35	300059995	ADRIANA SILVA DE BARROS	Agente de Policia	3ª	11/05/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
36	300059877	GILMAR ESTEVO DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	04/05/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
37	300059952	EDGLEY QUEIROS BUENO	Agente de Policia	3ª	16/05/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
38	300060187	LUCIANA RESENDE	Agente de Policia	3ª	09/07/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
39	300060585	HELIO JUNIOR DE PAULA	Agente de Policia	3ª	13/07/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
40	300059977	ANDERSON SILVA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	29/08/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
41	300059971	JOELMA SALES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	30/08/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
42	300059883	HELDER BATISTA GAMA	Agente de Policia	3ª	10/11/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
43	300060070	RENE GARCIA PRADO	Agente de Policia	3ª	02/12/1983	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
44	300059875	GILBERTO PAULO DO N HIRSCHMAMN	Agente de Policia	3ª	16/01/1984	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
45	300059826	SIRLENE DE ARAUJO ANTERES	Agente de Policia	3ª	19/01/1984	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
46	300060035	BRUNO LOPES DA COSTA	Agente de Policia	3ª	27/02/1984	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
47	300060047	PAULO HENRIQUE VIEIRA DA COSTA	Agente de Policia	3ª	17/07/1984	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
48	300060075	RODRIGO AUGUSTO MACEDO MARINHO	Agente de Policia	3ª	19/08/1984	05/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
49	300060073	ROBERTO LEVI RODRIGUES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	16/02/1979	18/05/2005	01/08/2013			01/08/2017
50	300058545	GERSON CORDEIRO DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	31/10/1968	05/05/2005	01/08/2013	02/08/2013		02/08/2017
51	300060219	MARCOS AURELIO PINHEIRO RAMOS	Agente de Policia	3ª	29/05/1969	18/05/2005	01/08/2013	02/08/2013		02/08/2017
52	300059906	CARLOS CLEBER MOURA BRAGA	Agente de Policia	3ª	27/08/1975	05/05/2005	01/08/2013	03/08/2013		03/08/2017
53	300060074	ROBSON SANTANA PINTO	Agente de Policia	3ª	10/12/1970	05/05/2005	01/08/2013	04/08/2013		04/08/2017

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

54	300059912	CEZAR CASTRO DA SILVA JUNIOR	Agente de Policia	3ª	05/10/1982	05/05/2005	01/08/2013	06/08/2013	06/08/2017
55	300059949	EDCARLOS SILVA DE LIMA	Agente de Policia	3ª	27/03/1978	05/05/2005	01/08/2013	13/08/2013	13/08/2017
56	300060028	LEONDAS FERNANDES FERREIRA	Agente de Policia	3ª	31/05/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
57	300059920	CLAUDIO LOBATO MARQUES	Agente de Policia	3ª	11/01/1980	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
58	300059910	CARLOS ROBERTO ALVAREZ DURAN	Agente de Policia	3ª	19/08/1983	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2013
59	300060224	MARCOS EDUARDO ESTENSSORO ROSSENDY	Agente de Policia	3ª	19/01/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
60	300059933	DAIANA GONCALVES DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	30/08/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
61	300059993	ADISSON GOMES BARROS	Agente de Policia	3ª	26/09/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
62	300060051	PEDRO GEOVAR RIBEIRO JUNIOR	Agente de Policia	3ª	28/09/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
63	300060119	FABIANO GOMES ALVES	Agente de Policia	3ª	03/10/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
64	300060034	LUCIANA MOREIRA DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	05/11/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
65	300059867	WINDSON DIMAS MARQUES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	03/12/1984	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
66	300060054	PEDRO VITOR DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	08/06/1985	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
67	300059832	TAIZA CHAGAS DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	17/01/1986	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
68	300059871	ILAN JEFFERSON DA SILVA ARAUJO	Agente de Policia	3ª	26/06/1980	16/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
69	300060207	LUCIO ANDRE AZEVEDO SANTOS	Agente de Policia	3ª	03/06/1968	18/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
70	300058685	ARIOSVALDO GOMES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	14/02/1972	18/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
71	300060195	MIRTES SOUZA FEITOSA	Agente de Policia	3ª	14/12/1965	18/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
72	300060594	OSCAR PEREIRA DE SOUZA NETO	Agente de Policia	3ª	25/09/1972	18/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
73	300060582	HELIO CALIXTO FERREIRA	Agente de Policia	3ª	04/11/1978	18/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
74	300059907	CARLOS HENRIQUE DE SOUZA PINHEIRO	Agente de Policia	3ª	05/02/1979	18/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
75	300060036	ELOIZA DUARTE RODRIGUES	Agente de Policia	3ª	20/01/1985	18/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
76	300059833	TAYRONE GONCALVES RIBEIRO	Agente de Policia	3ª	27/07/1980	19/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
77	300060199	NELINHO DIAS BARROS VIEIRA	Agente de Policia	3ª	11/08/1978	20/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
78	300059988	ADALTO APARECIDO TEIXEIRA	Agente de Policia	3ª	07/09/1963	20/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
79	300059915	CHRISTIAN MICHEL MARTINS	Agente de Policia	3ª	20/07/1981	23/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
80	300060019	JOSECLEI SCHEREDER	Agente de Policia	3ª	04/07/1984	23/05/2005	01/10/2013		01/10/2017

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

81	300060589	ISMAEL MIRANDA DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	05/04/1981	31/05/2005	01/10/2013	01/10/2017
82	300060590	JAILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	24/05/1981	31/05/2005	01/10/2013	01/10/2017
83	300060593	MARLI GARCIA DAS CHAGAS	Agente de Policia	3ª	10/05/1978	01/06/2005	01/10/2013	01/10/2017
84	300060575	ALISON BELEZA DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	15/09/1977	01/06/2005	01/10/2013	01/10/2017
85	300060598	ARLINDO DALMERON CABRAL DE LIMA	Agente de Policia	3ª	22/11/1974	07/06/2005	01/10/2013	01/10/2017
86	300060929	ALAN DELON EVANGELISTA DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	04/04/1978	26/07/2005	01/10/2013	01/10/2017
87	300060928	ANDERSON DE MIRANDA	Agente de Policia	3ª	17/12/1976	26/07/2005	01/10/2013	01/10/2017
88	300061308	MISAEL NONATO RODRIGUES	Agente de Policia	3ª	16/07/1971	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
89	300061300	FRANCISCO MARQUES DA ROCHA	Agente de Policia	3ª	03/05/1977	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
90	300061312	GILMAR FELIX LEITE	Agente de Policia	3ª	21/06/1962	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
91	300061310	LUCINEIA SANTANA ROCHA	Agente de Policia	3ª	21/04/1980	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
92	300061289	JAIRO RODRIGO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	13/03/1982	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
93	300061271	JOSE CHARLERY COSTA VARAO	Agente de Policia	3ª	18/11/1974	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
94	300061281	ELIEL DERMONI DE CARVALHO	Agente de Policia	3ª	22/05/1976	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
95	300061309	JILMAR NASCIMENTO RABELO	Agente de Policia	3ª	21/02/1975	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
96	300061278	MARIA APARECIDA TEODORO	Agente de Policia	3ª	01/08/1974	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
97	300061294	ARISTON SANTOS SANTANA	Agente de Policia	3ª	09/10/1968	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
98	300061261	IRENE RODRIGUES SILVA	Agente de Policia	3ª	09/02/1976	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
99	300061275	SILVIA LETICIA ALMEIDA DAS CHAGAS	Agente de Policia	3ª	22/04/1972	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
100	300061295	MARCELO CARDOSO	Agente de Policia	3ª	13/05/1972	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
101	300061276	RONALDO MENDES PEREIRA	Agente de Policia	3ª	28/09/1972	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
102	300061277	JACK FELINTO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	21/09/1973	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
103	300061280	TALVANE DA SILVA SANTOS	Agente de Policia	3ª	05/12/1975	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
104	300061296	VICENTE ACRISIO VERAS RODRIGUES	Agente de Policia	3ª	16/06/1976	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
105	300061282	VALDIQUE FERREIRA DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	04/08/1976	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
106	300061301	JOSIEL CAVALCANTE VIEIRA	Agente de Policia	3ª	05/11/1977	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

107	300061263	ELIANA BATISTA DOS SANTOS REIS	Agente de Policia	3ª	09/04/1978	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
108	300061302	FRANCISCO DAS CHAGAS LEITE RIBEIRO	Agente de Policia	3ª	21/10/1978	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
109	300061303	ROGERIO RODRIGUES DA COSTA	Agente de Policia	3ª	24/05/1979	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
110	300061304	MIGUEL ANGELO CAMARGO GILIO	Agente de Policia	3ª	06/05/1980	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
111	300061264	MARTO YOSHIMINE NETO	Agente de Policia	3ª	22/08/1980	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
112	300061272	MARCEL MENGEL	Agente de Policia	3ª	13/09/1980	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
113	300061305	WELITON DE SOUZA MORAES	Agente de Policia	3ª	04/08/1982	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
114	300061291	ANDREIA BRUNETTO RIZELLO	Agente de Policia	3ª	17/09/1982	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
115	300061307	RONAN TIAGO TEIXEIRA	Agente de Policia	3ª	04/03/1986	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
116	300061260	RAFANELI ANDRADE JUNIOR	Agente de Policia	3ª	04/08/1968	13/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
117	300061266	ELLEN CRISTINA DINIZ VIEIRA	Agente de Policia	3ª	01/01/1983	14/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
118	300061270	ADRIANO EMERSON ARAUJO DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	14/06/1974	05/09/2005	01/10/2013	01/10/2017
119	300060154	FERNANDO GARCIA DE SOUSA	Agente de Policia	3ª	10/06/1978	18/05/2005	01/10/2013	02/10/2013 02/10/2017
120	300061283	RICARDO GOMES PONCE	Agente de Policia	3ª	13/06/1977	27/10/2005	27/10/2013	27/10/2017
121	300058537	ELANA ERICA OLIVEIRA FREIRE	Agente de Policia	3ª	23/01/1979	05/05/2005	05/05/2014	05/05/2018
122	300064419	JOAO PAULO RIBEIRO GUTERRES	Agente de Policia	3ª	28/06/1984	10/05/2006	10/05/2014	10/05/2018
123	300064119	JOSE CORREA NETTO	Agente de Policia	3ª	09/08/1964	25/01/2006	14/05/2014	14/05/2018
124	300064710	LUCIANE CARLA DOS REIS	Agente de Policia	3ª	03/08/1977	17/05/2006	17/05/2014	17/05/2018
125	300066087	IRINEU KREUSCH	Agente de Policia	3ª	26/08/1967	12/07/2006	12/07/2014	12/07/2018
126	300059897	ANTONIO SERGIO BRAZ	Agente de Policia	3ª	08/09/1971	05/05/2005	01/08/2013	28/10/2014 28/10/2018
127	300059959	JACSON PADILHA DA SILVEIRA	Agente de Policia	3ª	17/07/1982	05/05/2005	01/12/2014	01/12/2018
128	300071475	SANDRO MARCELO ALVES DO NASCIMENTO	Agente de Policia	3ª	29/09/1971	14/11/2007	14/11/2015	14/11/2019
129	300058704	JULIANA BISCONSIN	Agente de Policia	3ª	23/01/1984	05/05/2005	01/08/2013	19/07/2016 19/07/2020
130	300078382	GENIVALDO DOS SANTOS MOURA	Agente de Policia	3ª	03/11/1984	08/09/2008	08/09/2016	08/09/2020
131	300078369	FRANKMAR DA SILVA REIS	Agente de Policia	3ª	11/03/1977	08/09/2008	08/09/2016	08/09/2020
132	300078362	RENATO RODRIGUES JUNIOR	Agente de Policia	3ª	20/04/1969	09/09/2008	09/09/2016	09/09/2020
133	300078353	RUBENS DE BRITO MARTINS	Agente de Policia	3ª	22/09/1972	09/09/2008	09/09/2016	09/09/2020

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

134	300078342	RONIERI RAMON COSTA ALLEYEN	Agente de Policia	3ª	15/03/1979	09/09/2008	09/09/2016	09/09/2020
135	300078345	FREDSON DE MOURA SOL SOL	Agente de Policia	3ª	14/12/1981	09/09/2008	09/09/2016	09/09/2020
136	300078370	VALTER GALINDO LEITE JUNIOR	Agente de Policia	3ª	21/11/1984	09/09/2008	09/09/2016	09/09/2020
137	300078487	CANDIDO DE FRANCA ROCHA	Agente de Policia	3ª	01/05/1973	10/09/2008	10/09/2016	10/09/2020
138	300078372	JOSE TIARLES DE OLIVEIRA SILVA	Agente de Policia	3ª	17/06/1970	10/09/2008	10/09/2016	10/09/2020
139	300078594	VILMAR SILVA BARROS	Agente de Policia	3ª	24/04/1976	10/09/2008	10/09/2016	10/09/2020
140	300078354	JARSON ABIORANA DO NASCIMENTO	Agente de Policia	3ª	16/06/1976	10/09/2008	10/09/2016	10/09/2020
141	300078374	LUCIO EDGARD JOHNS FIGUEIREDO CUELLA	Agente de Policia	3ª	02/08/1978	10/09/2008	10/09/2016	10/09/2020
142	300078347	NILSO BALBINO DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	08/06/1966	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
143	300078384	WALMIR MALAQUIAS DUTRA	Agente de Policia	3ª	07/03/1967	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
144	300078367	JOSE MARIA CARVALHO DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	07/08/1971	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
145	300078385	CELIO BENICIO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	15/01/1973	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
146	300078376	ANGELA CARDOSO RODRIGUES	Agente de Policia	3ª	12/06/1973	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
147	300078481	ELIZANGELA MATIAS DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	02/10/1974	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
148	300078654	EVANDO DE OLIVEIRA BRITO	Agente de Policia	3ª	01/02/1976	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
149	300078351	VALTERVAM DA SILVA GARCEZ	Agente de Policia	3ª	16/12/1978	11/09/2008	11/09/2016	11/09/2020
150	300078346	FABIO LOPES RIBEIRO	Agente de Policia	3ª	12/06/1982	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
151	300078557	NILCE DE ALMEIDA RIBEIRO CARVALHO	Agente de Policia	3ª	17/07/1974	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
152	300078373	ROSSANA MORENO LOPES	Agente de Policia	3ª	26/11/1970	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
153	300078380	CLAUDIO SERGIO LAZARO	Agente de Policia	3ª	05/04/1972	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
154	300078339	ROSIEL AMARAL REIS	Agente de Policia	3ª	17/07/1974	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
155	300078377	MARCELO SOUZA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	25/07/1974	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
156	300078596	PAULO CESAR DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	15/08/1976	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
157	300078364	IRLEY COSTA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	20/12/1976	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
158	300078371	MARCIO RODRIGUES PORTUGAL	Agente de Policia	3ª	18/06/1977	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
159	300078387	HALFE DE OLIVEIRA SANTOS	Agente de Policia	3ª	18/04/1978	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020
160	300078341	DALTER DO CARMO TAVARES REIS	Agente de Policia	3ª	24/06/1978	12/09/2008	12/09/2016	12/09/2020

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

161	300078361	VILBERTO DE AGUIDA	Agente de Policia	3ª	24/08/1970	15/09/2008	15/09/2016	15/09/2020
162	300078360	PRISCILA DAIANE SAMPAIO CORDEIRO	Agente de Policia	3ª	19/06/1982	15/09/2008	15/09/2016	15/09/2020
163	300078597	ELIZABETI ALVES PEREIRA	Agente de Policia	3ª	11/03/1968	17/09/2008	17/09/2016	17/09/2020
164	300078340	FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	02/06/1978	17/09/2008	17/09/2016	17/09/2020
165	300078368	SANDRO MARCELO PEREIRA MENDES	Agente de Policia	3ª	15/08/1972	18/09/2008	18/09/2016	18/09/2020
166	300078378	ELISANGELA BARBOSA PESSOA	Agente de Policia	3ª	16/06/1981	19/09/2008	19/09/2016	19/09/2020
167	300078338	REGINALDO PEREIRA DE SOUSA	Agente de Policia	3ª	08/04/1972	22/09/2008	22/09/2016	22/09/2020
168	300078352	HUMBERTO LIMA COSTA	Agente de Policia	3ª	07/02/1971	22/09/2008	22/09/2016	22/09/2020
169	300078358	FRANCISCO CHAGAS DA SILVA GOMES	Agente de Policia	3ª	24/01/1979	23/09/2008	23/09/2016	23/09/2020
170	300078689	MARCOS SADOVSKI DE SOUSA	Agente de Policia	3ª	23/05/1983	23/09/2008	23/09/2016	23/09/2020
171	300078555	AUGUSTO JOSE SOARES BARROS	Agente de Policia	3ª	09/05/1974	24/09/2008	24/09/2016	24/09/2020
172	300078386	LUCIO VILCA AGUILAR	Agente de Policia	3ª	13/12/1960	24/09/2008	24/09/2016	24/09/2020
173	300078332	SELMA DOS SANTOS PARA	Agente de Policia	3ª	06/10/1973	24/09/2008	24/09/2016	24/09/2020
174	300078359	ARQUIMEDES MONTEIRO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	24/10/1979	25/09/2008	24/09/2016	24/09/2020
175	300078561	JEFERSSON ALVES DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	16/03/1981	24/09/2008	24/09/2016	24/09/2020
176	300078686	RICARDO FERREIRA DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	05/07/1984	24/09/2008	24/09/2016	24/09/2020
177	300078687	SINVAL ANTONIO GONCALVES	Agente de Policia	3ª	10/10/1976	25/09/2008	25/09/2016	25/09/2020
178	300078556	JAIR WALISON SEEMANN DE ALMEIDA	Agente de Policia	3ª	21/04/1983	25/09/2008	25/09/2016	25/09/2020
179	300078375	VIVIANE ALVES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	24/02/1984	25/09/2008	25/09/2016	25/09/2020
180	300078366	EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE	Agente de Policia	3ª	16/01/1983	26/09/2008	26/09/2016	26/09/2020
181	300078350	EMERSON MONTEIRO DAMBROS	Agente de Policia	3ª	09/01/1974	26/09/2008	26/09/2016	26/09/2020
182	300078776	HELEDE MARIANO BATISTA	Agente de Policia	3ª	15/03/1980	26/09/2008	26/09/2016	26/09/2020
183	300078683	ENE EVANGELISTA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	27/06/1972	30/09/2008	30/09/2016	30/09/2020
184	300078348	GILMARIO DOS SANTOS BARBOSA	Agente de Policia	3ª	12/11/1970	01/10/2008	01/10/2016	01/10/2020
185	300078559	ROBERTO CARLOS DE FREITAS	Agente de Policia	3ª	13/09/1973	07/10/2008	07/10/2016	07/10/2020
186	300078688	EDSON CARLOS MARTINS NASCIMENTO	Agente de Policia	3ª	19/09/1975	13/10/2008	13/10/2016	13/10/2020
187	300078702	VALDERI DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	12/08/1972	20/10/2008	20/10/2016	20/10/2020

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

188	300079013	ELIAS DA SILVA LIMA	Agente de Policia	3ª	06/12/1972	20/10/2008	20/10/2016	20/10/2020
189	300079016	FABRICIO MELO DE ALMEIDA	Agente de Policia	3ª	15/07/1984	23/10/2008	23/10/2016	23/10/2020
190	300079034	ROGERIO PIMENTA PINTO	Agente de Policia	3ª	28/09/1979	24/10/2008	24/10/2016	24/10/2020
191	300084267	FRANCISCO ALVES SANTANA	Agente de Policia	3ª	08/05/1966	14/11/2008	14/11/2016	14/11/2020
192	300078336	JOSE ALMIRO TAVARES	Agente de Policia	3ª	22/05/1959	12/09/2008	01/09/2017	01/09/2021
193	300098507	CLAUDETE IUNGES	Agente de Policia	3ª	19/09/1970	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
194	300098656	ANDREIA COSTA STEELE DE GOES	Agente de Policia	3ª	21/03/1979	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
195	300098676	MARCIANA ROSA DE LIMA	Agente de Policia	3ª	28/12/1978	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
196	300098913	MARTA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	08/10/1976	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
197	300098550	SOLANGE DE OLIVEIRA NASCIMENTO	Agente de Policia	3ª	29/05/1978	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
198	300098916	ROSENEI ARAUJO PRUDENTE DE ALMEIDA	Agente de Policia	3ª	27/09/1977	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
199	300098541	EDSON JOSE VIANA	Agente de Policia	3ª	28/08/1970	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
200	300098496	GILCELIO BRITO DE JESUS	Agente de Policia	3ª	09/09/1981	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
201	300098506	ANA CLAUDIA OLIVEIRA DE S NASCIMENTO	Agente de Policia	3ª	02/01/1979	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
202	300098901	ALEXANDRE THOMAZ HARRISON	Agente de Policia	3ª	10/12/1977	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
203	300098499	JOYCE ANNE MARTINS ACCO	Agente de Policia	3ª	16/07/1981	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
204	300098664	GILBERTO DOS SANTOS NOBRE	Agente de Policia	3ª	01/04/1969	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
205	300098525	GENIVALDO BARBOSA DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	07/09/1977	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
206	300098668	ISRAEL DOS SANTOS TINE	Agente de Policia	3ª	09/09/1981	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
207	300098689	TATHYANA RODRIGUES LEAL ROCHA	Agente de Policia	3ª	18/05/1981	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
208	300098686	ROSANA MARTINS DOS SANTOS SALES	Agente de Policia	3ª	10/07/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
209	300098679	PAULO ROBERTO SALES TINE	Agente de Policia	3ª	06/03/1957	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
210	300098653	ADILSON LEGAL PEREIRA	Agente de Policia	3ª	17/08/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
211	300098682	REINALDO FERREIRA DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	12/05/1984	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
212	300098511	JOVELINA MAIA DANTAS	Agente de Policia	3ª	01/11/1978	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
213	300098780	PAULO RICARDO BUENO FUZARI	Agente de Policia	3ª	29/12/1986	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022
214	300098904	ANDRIA MENEZES PAIVA MAIA	Agente de Policia	3ª	13/08/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/07/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

215	300099038	CLAUDIR BORACINI FILHO	Agente de Policia	3ª	24/08/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
216	300098768	DAIANE BARBOSA DE BRITES KRAUSE	Agente de Policia	3ª	10/01/1988	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
217	300098558	ROMULO JOSE CAMPOS LUNA	Agente de Policia	3ª	23/05/1965	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
218	300098502	RUBENS ALVES BATISTA	Agente de Policia	3ª	06/12/1966	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
219	300098667	ISMAEL JULIO DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	30/10/1967	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
220	300098680	RAILDO SANTOS DELMONDES	Agente de Policia	3ª	08/01/1968	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
221	300098681	RAIMUNDO ALCIMAR LOPES ASSIS	Agente de Policia	3ª	28/05/1971	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
222	300098508	EDVALDO BORCHARDT	Agente de Policia	3ª	11/06/1971	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
223	300098513	MARIQUISON MOTA DE SA	Agente de Policia	3ª	08/09/1973	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
224	300098671	JON ADSON FERREIRA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	29/04/1974	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
225	300098545	HELIO QUEIROZ SILVA	Agente de Policia	3ª	12/01/1975	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
226	300098531	MARCELO LIMA PINHEIRO	Agente de Policia	3ª	12/03/1975	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
227	300098651	ABDIAS SIMAO DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	13/04/1975	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
228	300098665	HEDEN ILSON ANJO PARENTE	Agente de Policia	3ª	03/05/1975	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
229	300098504	ALEXSANDRE RIBEIRO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	09/02/1976	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
230	300098536	ALAN RICARDO DE AMORIM	Agente de Policia	3ª	05/03/1976	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
231	300098906	DULIA DE ALMEIDA NEVES	Agente de Policia	3ª	06/04/1976	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
232	300098490	ANDREI SEBOLD SANTOS	Agente de Policia	3ª	15/06/1976	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
233	300098554	JOSE LOUREIRO CURVELO FILHO	Agente de Policia	3ª	30/09/1976	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
234	300098517	ROSELY DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	24/01/1977	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
235	300098500	LUCIMAR APARECIDA JACOBSEN	Agente de Policia	3ª	16/03/1977	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
236	300098912	MARIA DAS GRACAS RODRIGUES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	14/09/1977	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
237	300099040	LAERCIO GERHARDT	Agente de Policia	3ª	09/04/1978	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
238	300098902	ANA ODETE BARRETO	Agente de Policia	3ª	10/07/1979	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
239	300098685	RENIVALDO PEREIRA GOMES	Agente de Policia	3ª	17/01/1980	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
240	300098527	JEFFERSON BERNARDO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	12/04/1980	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
241	300098537	ALDINEIA SANTOS MACIEL	Agente de Policia	3ª	23/06/1980	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

242	300098678	PAULO JEFERSON PEREIRA SILVA	Agente de Policia	3ª	11/09/1980	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
243	300098543	FERNANDA ANDRADE DE MENEZES	Agente de Policia	3ª	04/09/1981	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
244	300098652	ADAO JOSE DA SILVA	Agente de Policia	3ª	18/04/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
245	300098559	VITOR HUGO CORDEIRO DA COSTA	Agente de Policia	3ª	04/05/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
246	300098523	EDER JOSE ANDRUCHEVITZ	Agente de Policia	3ª	18/06/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
247	300098544	GRAZIELLE REGINA FERNANDES A BATISTAO	Agente de Policia	3ª	22/07/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
248	300098522	CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE HOLANDA	Agente de Policia	3ª	07/09/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
249	300098491	ELIZANE GOMES DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	27/09/1982	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
250	300098557	ROBSON KOPP DONATO	Agente de Policia	3ª	21/01/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
251	300098654	ADRIANO LEAL DO MONTE	Agente de Policia	3ª	12/02/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
252	300098494	FRANCISCO SANTOS GUARENA DE CARVALHO	Agente de Policia	3ª	05/06/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
253	300098659	DANIELA CRISTINA CAVERZAN	Agente de Policia	3ª	01/07/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
254	300098684	RENATA MOURAO RODRIGUES DE PAIVA	Agente de Policia	3ª	04/10/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
255	300098549	RAFAEL DE FREITAS MARQUES	Agente de Policia	3ª	12/10/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
256	300099041	ROMER FRANCA FERNANDES DA NOBREGA	Agente de Policia	3ª	16/10/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
257	300098519	ALINE FERNANDA SANTOS	Agente de Policia	3ª	31/10/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
258	300098501	RODRIGO LAERZIO CRUZ	Agente de Policia	3ª	22/11/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
259	300098660	EDGAR FELIPE DANTAS MOTTA	Agente de Policia	3ª	10/12/1983	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
260	300098905	DAIANE POSSIMOSER	Agente de Policia	3ª	18/05/1984	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
261	300098662	FABRICIO ZANTUT	Agente de Policia	3ª	23/07/1984	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
262	300098518	ADRIANO GONCALVES	Agente de Policia	3ª	30/07/1984	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
263	300098538	ALLAN DAYVISON DOS SANTOS OLIVEIRA TEIXE	Agente de Policia	3ª	12/10/1984	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
264	300098782	RUBENS PEREIRA DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	21/01/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
265	300098691	TIAGO FRANCA SIQUEIRA	Agente de Policia	3ª	10/03/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
266	300098767	ANDRE FELIPE CARVALHO PARAGUASSU	Agente de Policia	3ª	16/04/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
267	300098672	JORGE LUIZ NUNES MOREIRA	Agente de Policia	3ª	23/04/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

268	300098771	FERNANDA MENDES DE LIMA	Agente de Policia	3ª	15/09/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
269	300098551	ANDRE LUIS OLIVEIRA LAGO	Agente de Policia	3ª	02/11/1985	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
270	300098526	HEBER ALEXANDRE FONSECA MORAES CAMPOS	Agente de Policia	3ª	03/01/1986	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
271	300098677	MARCIO FERREIRA DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	10/09/1986	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
272	300098911	MARCOS BONFA	Agente de Policia	3ª	14/08/1987	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
273	300098534	SAMILA DE MORAES MOREIRA	Agente de Policia	3ª	14/12/1987	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
274	300098556	RENAN BATISTA RIBEIRO	Agente de Policia	3ª	16/02/1988	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
275	300098503	SUELI MOTA LIMA	Agente de Policia	3ª	22/08/1988	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
276	300098555	PAULO VINICIOS MARCELINO SILVA	Agente de Policia	3ª	08/09/1988	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
277	300098552	FAGNER DELFINO COSMO	Agente de Policia	3ª	30/10/1988	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
278	300098540	DANIEL OLIVEIRA GUEDES MEMÓRIA	Agente de Policia	3ª	31/10/1988	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
279	300098514	MAYKO SOARES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	18/01/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
280	300099039	JONAS SOARES DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	01/02/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
281	300098914	NAASSOM CAMPOS LUNA	Agente de Policia	3ª	05/03/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
282	300098516	POLIANE RODRIGUES DA ROCHA	Agente de Policia	3ª	08/03/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
283	300098919	UESCLEI OLIVEIRA FALCAO	Agente de Policia	3ª	22/07/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
284	300098547	JOAO VICENTE FIGUEREDO SANTOS SILVA	Agente de Policia	3ª	06/10/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
285	300098510	JONATAN BELARMINO DOS SANTOS SILVA	Agente de Policia	3ª	05/12/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
286	300098777	MARCUS VINICIUS LOPES SILVA	Agente de Policia	3ª	28/12/1989	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
287	300098918	TIAGO OLIVEIRA MORAES FONTES	Agente de Policia	3ª	05/01/1990	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
288	300098775	KAROLINE DA SILVA GALLO	Agente de Policia	3ª	28/07/1990	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
289	300098669	JAQUELINE SOUZA MAGALHAES	Agente de Policia	3ª	25/10/1990	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
290	300098670	JHONATAM SOARES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	13/12/1990	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
291	300098663	FILIPE ANDRE BORCAT LUIZ DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	13/09/1991	28/07/2010	28/07/2018	28/ 07/2022
292	300098661	FABRICIO FERREIRA DE LIMA	Agente de Policia	3ª	14/12/1969	28/07/2010	01/08/2018	01/ 08/2022
293	300099359	ALCIDES CAMELO DA SILVA JUNIOR	Agente de Policia	3ª	03/06/1989	06/08/2010	06/08/2018	06/ 08/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

294	300098532	MARCELO MELO PEREIRA	Agente de Policia	3ª	20/01/1985	09/08/2010	09/08/2018		09/08/2022
295	300099042	XENOFONTE FERROSIL	Agente de Policia	3ª	24/01/1982	10/08/2010	10/08/2018		10/08/2022
296	300099604	PEDRO FERRAZ DA SILVA NETO	Agente de Policia	3ª	18/05/1988	11/08/2010	11/08/2018		11/08/2022
297	300098774	JOSE CARLOS DE MEDEIROS	Agente de Policia	3ª	06/08/1978	26/08/2010	26/08/2018		26/08/2022
298	300100975	ALINE RIBEIRO DE ARAUJO FERREIRA	Agente de Policia	3ª	27/01/1984	30/08/2010	30/08/2018		30/08/2022
299	300100982	ANDREIA SOUZA PINHEIRO	Agente de Policia	3ª	06/12/1976	30/08/2010	30/08/2018		30/08/2022
300	300100984	CLAUDINE EVANGELISTA DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	08/12/1969	30/08/2010	30/08/2018		30/08/2022
301	300100983	CELIO ROBERTO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	17/04/1977	30/08/2010	30/08/2018		30/08/2022
302	300098772	GEOVANE TRINDADE CAVALCANTE	Agente de Policia	3ª	27/11/1983	31/08/2010	31/08/2018		31/08/2022
303	300098529	LEANDRO LUCAS BARRETO DE LIMA	Agente de Policia	3ª	14/04/1991	28/07/2010	28/07/2018	28/10/2018	28/10/2022
304	300059828	SUELI FERREIRA BEZERRA	Agente de Policia	3ª	06/02/1979	05/05/2005	03/11/2018		03/11/2022
305	300098770	EUSTAQUIO NOMERG FERREIRA	Agente de Policia	3ª	27/03/1981	28/07/2010	28/07/2018	28/11/2018	28/11/2022
306	300103967	GILDOMAR DOS SANTOS BARBOSA	Agente de Policia	3ª	29/04/1977	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
307	300104030	PAULO CEZAR DE FREITAS VALENTE	Agente de Policia	3ª	25/03/1964	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
308	300103961	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	22/06/1964	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
309	300103884	ELOISE MACIEL CASSITA FARINA	Agente de Policia	3ª	28/03/1966	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
310	300104173	MARIA APARECIDA DE ALMEIDA MORAES	Agente de Policia	3ª	02/07/1968	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
311	300104164	KEILANGY TENORIO POVOAS	Agente de Policia	3ª	25/12/1969	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
312	300103977	MOISES DIAS DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	20/03/1970	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
313	300103910	LAYNER ANDAM DE BARROS	Agente de Policia	3ª	04/05/1970	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
314	300104021	JOSE MOISANIEL GOMES DO CARMO	Agente de Policia	3ª	10/04/1971	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
315	300103964	JOSCILENIO ALVES DE CARVALHO	Agente de Policia	3ª	24/10/1971	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
316	300104177	NATALINA DA PENHA BRAGA E SILVA	Agente de Policia	3ª	26/12/1971	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
317	300103920	MARCOS CALIMAN FRANCISCO	Agente de Policia	3ª	19/04/1972	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
318	300103930	REGINALDO MESSIAS LINARD	Agente de Policia	3ª	08/03/1974	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
319	300104151	GERALDO PEREIRA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	28/01/1975	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023
320	300103893	EUNICE DA ROCHA PEREIRA COSTA	Agente de Policia	3ª	30/06/1975	20/01/2011	20/01/2019		20/01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

321	300104139	FABIANA FARIAS DE MORAIS	Agente de Policia	3ª	15/04/1976	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
322	300104126	ALESSANDRO GUIMARAES LEAL DA SILVA	Agente de Policia	3ª	21/07/1976	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
323	300103861	CHARLES BURTON DA SILVA	Agente de Policia	3ª	10/11/1976	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
324	300103912	LINDEMBERGUE JOSE NUNES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	21/01/1977	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
325	300103856	CARLOS FERNANDES ROCHA	Agente de Policia	3ª	15/08/1977	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
326	300104162	JOYCE MARY MOREIRA	Agente de Policia	3ª	03/08/1978	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
327	300103888	ENEDINO DOMINGUES DA SILVA NETO	Agente de Policia	3ª	19/09/1978	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
328	300104134	EDUARDO GOMES DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	23/10/1978	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
329	300103963	ALEXANDER CRUZ MENDES QUIRINO	Agente de Policia	3ª	09/11/1978	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
330	300103942	SILVIANA MIRANDA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	04/04/1979	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
331	300103981	SERGIO BATISTA JORDAO	Agente de Policia	3ª	07/08/1979	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
332	300104142	FABIO HENRIQUE BEZERRA DE ALMEIDA	Agente de Policia	3ª	06/12/1979	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
333	300104147	FRANCISCA NECY SILVEIRA MAIA	Agente de Policia	3ª	04/01/1980	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
334	300103982	SHIRLENE KATIA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	05/02/1980	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
335	300103921	MARCOS RIBEIRO	Agente de Policia	3ª	10/06/1980	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
336	300104032	RODNEY SOUZA ARANHA	Agente de Policia	3ª	29/08/1980	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
337	300104033	SANDRA ANDREIA TEIXEIRA ARAUJO	Agente de Policia	3ª	25/10/1980	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
338	300104012	ELIANE NOGUEIRA PRADO ALVES	Agente de Policia	3ª	17/11/1980	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
339	300103959	CLEBERSON APARECIDO VEIGA DE CAMPOS	Agente de Policia	3ª	16/01/1981	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
340	300103986	SOSTENES DE OLIVEIRA DELFINO	Agente de Policia	3ª	18/04/1981	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
341	300104168	LUCI NEIDE DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	08/06/1981	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
342	300103842	ADRIANO LIMA DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	05/07/1981	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
343	300104191	VERONICA FERNANDA CARNELOSE	Agente de Policia	3ª	27/07/1981	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
344	300103973	LUCIANO DA PURIFICACAO SANTOS	Agente de Policia	3ª	12/11/1981	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
345	300104025	LUCIANA BATISTA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	02/12/1981	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
346	300104169	MANOEL DE SOUZA PEREIRA	Agente de Policia	3ª	01/01/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

347	300104165	LETICIA TEOTONIO FELICIO	Agente de Policia	3ª	07/01/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
348	300103960	FERNANDO SERRA JUNIOR	Agente de Policia	3ª	23/05/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
349	300103988	TATIANE MORAES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	18/06/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
350	300104136	EUCLIDES NETO MAIA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	01/08/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
351	300104011	EDERSON SOUZA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	04/08/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
352	300104129	CLINGER SANTOS DA COSTA	Agente de Policia	3ª	06/08/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
353	300104003	AMANDA MENDES CASARA	Agente de Policia	3ª	16/08/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
354	300103940	RONALDO ADRIANO CANDIDO DAPONT	Agente de Policia	3ª	16/11/1982	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
355	300104002	ALTAMIR JUNIO SILVA DE ANDRADE	Agente de Policia	3ª	08/01/1983	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
356	300103925	PAULA FABIANNE LOVO DA ROCHA	Agente de Policia	3ª	16/01/1983	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
357	300104017	ISMAEL DE ALMEIDA MECENAS	Agente de Policia	3ª	06/02/1983	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
358	300104156	JACY ALVES LOPES JUNIOR	Agente de Policia	3ª	28/04/1983	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
359	300103852	CACIO EVANGELISTA DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	05/10/1983	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
360	300103996	ATAIDES DE LIMA MATIAS	Agente de Policia	3ª	16/11/1983	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
361	300104035	SILVIO HELDER ALMEIDA	Agente de Policia	3ª	07/05/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
362	300103886	ELVIS CLAUDINO LIMA	Agente de Policia	3ª	27/08/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
363	300104176	MONICA DE SOUZA AQUINO	Agente de Policia	3ª	05/09/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
364	300104144	FRANCILINO PEDROSO DO NASCIMENTO	Agente de Policia	3ª	20/09/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
365	300103965	MAIKON VIOTO TERRAS	Agente de Policia	3ª	22/09/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
366	300104150	GENIVALDO DA SILVA LORENCINI	Agente de Policia	3ª	25/09/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
367	300104148	GABRIEL ACORSI SOARES	Agente de Policia	3ª	03/10/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
368	300103968	GREICE KELLY TAVARES	Agente de Policia	3ª	25/10/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
369	300104023	LILIAN MARA ZIMMERMANN	Agente de Policia	3ª	25/11/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
370	300103871	DANILO FARIAS	Agente de Policia	3ª	09/12/1984	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
371	300104182	ROSILENE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	06/06/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
372	300103999	OSMAR DE OLIVEIRA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	10/07/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
373	300104171	MARCOS ANTONIO SAMPAIO RAMOS	Agente de Policia	3ª	17/07/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

374	300103841	ADILSON PEREIRA SERRA FILHO	Agente de Policia	3ª	05/08/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
375	300103853	CARLA ALMEIDA DE MOURA FROTA	Agente de Policia	3ª	11/09/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
376	300104521	JANUA COELI ANDRADE FREIRE POLICARPO	Agente de Policia	3ª	10/10/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
377	300103896	FLAVIO BRILHANTE ZEFERINO	Agente de Policia	3ª	31/10/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
378	300104010	DENILSON DIAS DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	21/12/1985	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
379	300104180	RODRIGO CRISTIANO NOBRE DE LIMA	Agente de Policia	3ª	11/01/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
380	300103955	WILLIASMAR ROSA FONSECA	Agente de Policia	3ª	13/01/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
381	300104178	PAULO CESAR DA FONSECA JUNIOR	Agente de Policia	3ª	18/02/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
382	300103892	ERIC LIMA E SILVA	Agente de Policia	3ª	09/04/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
383	300104007	BRENO HENRIQUE BARBOSA FIDELIS	Agente de Policia	3ª	28/04/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
384	300103998	LUIZ ALVES ARANTES FILHO	Agente de Policia	3ª	11/05/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
385	300103904	JAIME DOS SANTOS	Agente de Policia	3ª	02/06/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
386	300104187	TICIANO PAULO SHIAVI DUTRA	Agente de Policia	3ª	21/06/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
387	300103909	JULIO CESAR DA LUZ	Agente de Policia	3ª	01/07/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
388	300104008	CLAUDIO MILER SIQUEIRA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	08/07/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
389	300104183	SAVIO DE SA LEITAO CRUZ	Agente de Policia	3ª	31/07/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
390	300104018	ITAMAR TRAJANO DE SOUSA	Agente de Policia	3ª	10/12/1986	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
391	300103946	TATIANE DA SILVA	Agente de Policia	3ª	23/02/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
392	300103931	RENAN VIEIRA ARCANJO	Agente de Policia	3ª	05/04/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
393	300104022	KAWANA KAMILA BERTONI	Agente de Policia	3ª	07/05/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
394	300104161	JEZIEL DA SILVA ALMEIDA	Agente de Policia	3ª	22/05/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
395	300103923	MICHELI DA SILVA DE FARIAS	Agente de Policia	3ª	11/06/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
396	300103934	RICARDO MOURA DA COSTA	Agente de Policia	3ª	29/07/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
397	300103945	TARONE SUELA DE FREITAS SILVA SPIÇA	Agente de Policia	3ª	04/08/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
398	300103941	SHAIANE DE SOUSA ALVES WIONCZAK	Agente de Policia	3ª	06/08/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
399	300104020	JOAO PAULO GOVEIA DE SA CARVALHO	Agente de Policia	3ª	08/09/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
400	300103845	ANDERSON LEME OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	25/09/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

401	300103937	ROBERTO FERNANDES DE ABREU	Agente de Policia	3ª	11/11/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
402	300104027	MARIANO OLIVEIRA DA COSTA	Agente de Policia	3ª	08/12/1987	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
403	300104031	RAIMUNDO FACANHA FERREIRA JUNIOR	Agente de Policia	3ª	06/02/1988	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
404	300103869	DANIELLE AGUIAR DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	07/02/1988	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
405	300104765	EMILE SILVA BEZERRA	Agente de Policia	3ª	06/04/1988	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
406	300104160	JEAN CARLOS OLIVEIRA SGORLON	Agente de Policia	3ª	01/06/1988	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
407	300103954	WELISSON BAGATOL BREDA	Agente de Policia	3ª	22/06/1988	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
408	300103867	DANIEL FREDDIE DE ARAUJO FURLANETTO	Agente de Policia	3ª	06/08/1988	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
409	300104016	IAGO DA ROCHA LEITE	Agente de Policia	3ª	14/08/1988	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
410	300103971	ILDEFONSO DE SOUZA DA CONCEICAO	Agente de Policia	3ª	20/01/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
411	300104026	MAIKON FERREIRA CALIXTO	Agente de Policia	3ª	21/04/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
412	300104028	PATRICIA NOMERG DE BASTOS	Agente de Policia	3ª	13/05/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
413	300103928	PEDRO RATES GOMES JUNIOR	Agente de Policia	3ª	05/06/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
414	300103906	JANAINA ADRIANA DA SILVA	Agente de Policia	3ª	24/06/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
415	300104157	JAIR CARVALHO JUNIOR	Agente de Policia	3ª	27/06/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
416	300104154	HIGOR MORETTI PEREIRA	Agente de Policia	3ª	05/08/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
417	300103897	FRANCIELE APARECIDA QUIEZA	Agente de Policia	3ª	12/10/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
418	300104036	THIAGO FERREIRA BATISTA	Agente de Policia	3ª	17/11/1989	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
419	300104437	UALACE RODRIGUES OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	11/01/1990	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
420	300103929	RANON FELIPE PINHEIRO GALINDO	Agente de Policia	3ª	17/11/1990	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
421	300104167	LORRAINE DHEYNE MAMONI	Agente de Policia	3ª	24/12/1990	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
422	300104014	FILIPE REDUA DE VASCONCELOS	Agente de Policia	3ª	19/03/1991	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
423	300103843	AIRTON POERSCH	Agente de Policia	3ª	01/05/1991	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
424	300104152	GILBERTO DE SOUZA BRITO FILHO	Agente de Policia	3ª	03/06/1991	20/01/2011	20/01/2019	20/01/2023
425	300104518	FABIANO FERREIRA DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	06/02/1979	31/01/2011	31/01/2019	31/01/2023
426	300104535	VANESSA SEVILHA HARTERREITEN	Agente de Policia	3ª	12/10/1981	31/01/2011	31/01/2019	31/01/2023
427	300104525	MAKSUEL CARLETO	Agente de Policia	3ª	14/12/1984	31/01/2011	31/01/2019	31/01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

428	300104534	TIAGO ALVES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	17/07/1989	31/01/2011	31/01/2019	31/01/2023
429	300104519	GELBER BORGES DA SILVA	Agente de Policia	3ª	10/12/1976	01/02/2011	01/02/2019	01/02/2023
430	300104650	CREILTO TEIXEIRA DA SILVA SOUZA	Agente de Policia	3ª	28/05/1978	02/02/2011	02/02/2019	02/02/2023
431	300104515	CLEMILTON RODRIGUES MACEDO	Agente de Policia	3ª	09/11/1978	01/02/2011	01/02/2019	01/02/2023
432	300104658	GIDEONI FERREIRA DE BRITO	Agente de Policia	3ª	18/07/1979	02/02/2011	02/02/2019	02/02/2023
433	300104526	MARCELO DA SILVA PEDROZA	Agente de Policia	3ª	24/03/1981	01/02/2011	01/02/2019	01/02/2023
434	300104523	JOELMA GOMES RABELO	Agente de Policia	3ª	17/08/1986	01/02/2011	01/02/2019	01/02/2023
435	300104688	ROSANGELA ANDRADE ALBUQUERQUE	Agente de Policia	3ª	28/01/1988	02/02/2011	02/02/2019	02/02/2023
436	300104685	MANNEZA JORDANIA BERNARDES DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	15/03/1989	02/02/2011	02/02/2019	02/02/2023
437	300104503	ANIELY MARQUES DUTRA	Agente de Policia	3ª	23/05/1989	01/02/2011	01/02/2019	01/02/2023
438	300104529	THAIS CRISTINA DIAS SANTANA SILVA	Agente de Policia	3ª	17/01/1991	01/02/2011	01/02/2019	01/02/2023
439	300104692	YVES ESTEVAM PEREIRA CASTRO	Agente de Policia	3ª	11/04/1992	02/02/2011	02/02/2019	02/02/2023
440	300104665	JUDIRLEIA LOBO DA SILVA	Agente de Policia	3ª	04/03/1974	03/02/2011	03/02/2019	03/02/2023
441	300104648	CLEIDE ELIANA PADILHA DE OLIVEIRA	Agente de Policia	3ª	02/11/1977	03/02/2011	03/02/2019	03/02/2023
442	300104654	DIMAS PINHEIRO DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	10/08/1986	03/02/2011	03/02/2019	03/02/2023
443	300104691	WILSON LOURENCO DE SOUZA	Agente de Policia	3ª	01/12/1986	03/02/2011	03/02/2019	03/02/2023
444	300104687	RONALDO GAMA FONTES JUNIOR	Agente de Policia	3ª	28/07/1989	03/02/2011	03/02/2019	03/02/2023
445	300104652	DARCISO DE OLIVEIRA CARVALHO	Agente de Policia	3ª	24/09/1974	04/02/2011	04/02/2019	04/02/2023
446	300104663	JOEL LUIZ CARVALHO GIMENES	Agente de Policia	3ª	08/02/1982	04/02/2011	04/02/2019	04/02/2023
447	300104655	GERALDO JOSE DE SOUZA JUNIOR	Agente de Policia	3ª	20/06/1989	02/02/2011	04/02/2019	04/02/2023
448	300104629	URSULA TELLY ALVES KURSCHEIDT COSTA	Agente de Policia	3ª	14/07/1978	07/02/2011	07/02/2019	07/02/2023
449	300104838	LUIZ PAULO BARROZO DO CARMO	Agente de Policia	3ª	20/06/1991	10/02/2011	10/02/2019	10/02/2023
450	300104918	METU ZALEM DE SOUZA COSTA	Agente de Policia	3ª	02/08/1978	11/02/2011	11/02/2019	11/02/2023
451	300104917	GIOVANNI ALVES BEZERRA	Agente de Policia	3ª	21/09/1979	11/02/2011	11/02/2019	11/02/2023
452	300098539	CHRISTIAN GURKEWICZ FERREIRA	Agente de Policia	3ª	27/08/1986	28/07/2010	13/02/2019	13/02/2023
453	300104915	DEYGNA CRISTINA RODRIGUES GOMES SOUZA	Agente de Policia	3ª	15/03/1985	14/02/2011	14/02/2019	14/02/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

454	300105009	MAYRA MAGALHAES	Agente de Policia	3ª	19/07/1978	15/02/2011	15/02/2019			15/02/2023
455	300105008	ESDRAS BOTELHO NEVES	Agente de Policia	3ª	08/01/1985	15/02/2011	15/02/2019			15/02/2023
456	300105010	STENIO TAVARES DE BARROS	Agente de Policia	3ª	30/09/1987	15/02/2011	15/02/2019			15/02/2023
457	300105198	SARA LILIAN LIMA	Agente de Policia	3ª	10/03/1989	24/02/2011	24/02/2019			24/02/2023

DATILOSCOPISTA POLICIAL CLASSE ESPECIAL			VAGAS ABERTAS	7			PROMOÇÕES / DATAS		
ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	Admissão	INGRESSO 3ªCLASSE	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A EFETIVIDADE	INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO
1	300058522	EDNA VIEIRA DE SOUZA	Datiloscopista Policial	3ª	17/05/1973	05/05/2005	01/08/2013		01/08/2017
2	300060169	DENILTON MARTINS DE ALBUQUERQUE	Datiloscopista Policial	3ª	13/08/1980	05/05/2005	01/08/2013		01/08/2017
3	300021705	MARIA DE FATIMA ALVES	Datiloscopista Policial	3ª	14/01/1964	09/03/1994	03/08/2013		03/08/2017
4	300021697	LENILSON SALES PANTOJA	Datiloscopista Policial	3ª	18/02/1971	07/03/1994	09/08/2013		09/08/2017
5	300058670	LENITA RODRIGUES MOREIRA DANTAS	Datiloscopista Policial	3ª	04/08/1974	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
6	300058666	ANA CLAUDIA SARAIVA REIS MAIA	Datiloscopista Policial	3ª	23/05/1975	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
7	300059730	MARIA ALCIRENE DA SILVA COSTA	Datiloscopista Policial	3ª	19/09/1974	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
8	300059751	WAGNER BARBOSA GUIDINE	Datiloscopista Policial	3ª	24/03/1958	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
9	300060173	ELEONETT DORADO GOMES SERRA	Datiloscopista Policial	3ª	28/11/1969	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
10	300059744	ROSA MARIA MONTEIRO	Datiloscopista Policial	3ª	15/06/1970	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
11	300059746	SILVIA CRISTINA ROCHA LIMA	Datiloscopista Policial	3ª	30/06/1971	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
12	300060172	DOMINGOS SAVIO MENDONCA DA SILVA	Datiloscopista Policial	3ª	07/11/1971	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
13	300059736	ORLANDINO MEIRELES DE AGUIAR	Datiloscopista Policial	3ª	12/07/1972	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
14	300059728	MARCIO MOREIRA MAIA	Datiloscopista Policial	3ª	01/10/1972	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
15	300060179	GISELE NEVES DO NASCIMENTO	Datiloscopista Policial	3ª	18/08/1973	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
16	300060158	CLEMILTON FAUSTINO DE FREITAS	Datiloscopista Policial	3ª	21/08/1973	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
17	300060155	CICERA REGI ALVES SOBRINHO	Datiloscopista Policial	3ª	14/04/1974	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
18	300059740	PATRICIA GOMES DOS SANTOS	Datiloscopista Policial	3ª	18/09/1975	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
19	300060177	FRANCILENE MOURA DA SILVA	Datiloscopista Policial	3ª	14/04/1976	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
20	300060068	ADRIANO VIEIRA	Datiloscopista Policial	3ª	26/11/1977	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

21	300059725	LUCILENE BARBOSA NEVES	Datiloscopista Policial	3ª	02/09/1979	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
22	300059732	MARIA TEREZA GEAROLA LEME	Datiloscopista Policial	3ª	11/02/1980	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
23	300060162	DANIEL DE OLIVEIRA LIMA	Datiloscopista Policial	3ª	04/03/1980	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
24	300060185	LEANDRA TEIXEIRA NERI	Datiloscopista Policial	3ª	09/07/1980	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
25	300060159	CRISTIANE ARAUJO DA CRUZ RODRIGUES	Datiloscopista Policial	3ª	21/04/1982	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
26	300060182	JAMILE KATIANE CAVALCANTE S SALDANHA	Datiloscopista Policial	3ª	01/10/1982	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
27	300060176	FERNANDO BARROS DOS SANTOS	Datiloscopista Policial	3ª	17/01/1983	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
28	300060167	DANIELA ROCHA MONTEIRO	Datiloscopista Policial	3ª	02/12/1983	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
29	300059738	PAMELA KAORI TANABE	Datiloscopista Policial	3ª	28/02/1986	05/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
30	300059726	MANOEL BARROS CAVALCANTE NETO	Datiloscopista Policial	3ª	10/09/1978	20/05/2005	01/10/2013		01/10/2017
31	300061324	ROSEMARY SILVA DA FROTA RODRIGUES	Datiloscopista Policial	3ª	03/09/1965	05/09/2005	01/10/2013		01/10/2017
32	300060143	ANA CLAUDIA MESQUITA DE ARAUJO	Datiloscopista Policial	3ª	16/10/1977	05/05/2005	01/10/2013	04/10/2017	04/10/2017
33	300061326	ROSINEIDE PEREIRA DE ARAUJO	Datiloscopista Policial	3ª	30/08/1977	05/09/2005	04/11/2013		04/11/2017
34	300021745	VERA LUCIA VIEIRA RAMOS CERQUEIRA	Datiloscopista Policial	3ª	05/10/1966	07/03/1994	01/08/2013	01/09/2014	01/09/2018
35	300060574	MARCIO PONTES GOMES	Datiloscopista Policial	3ª	14/06/1977	01/06/2005	02/04/2016		02/04/2020
36	300060954	PEDRO GOMES DE OLIVEIRA	Datiloscopista Policial	3ª	04/06/1972	01/07/2005	09/04/2016		09/04/2020
37	300061321	JOSE ORLANDO MENDES DA SILVA	Datiloscopista Policial	3ª	30/09/1964	05/09/2005	01/08/2017		01/08/2021
38	300092687	RAFAEL MESQUITA BASTOS CRUZ	Datiloscopista Policial	3ª	31/07/1982	10/11/2009	19/11/2017		19/11/2021
39	300098758	ELIFANIA PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA	Datiloscopista Policial	3ª	20/08/1981	29/07/2010	29/07/2018		29/07/2022
40	300098467	ANGELICA CAMINHA ALVES	Datiloscopista Policial	3ª	30/11/1974	29/07/2010	29/07/2018		29/07/2022
41	300098642	ODETE NERES FONSECA	Datiloscopista Policial	3ª	27/01/1978	29/07/2010	29/07/2018		29/07/2022
42	300098638	DARLEN CARNEIRO MACHADO	Datiloscopista Policial	3ª	10/02/1982	29/07/2010	29/07/2018		29/07/2022
43	300098898	ORLANI MEIRELES AGUIAR	Datiloscopista Policial	3ª	21/07/1984	29/07/2010	29/07/2018		29/07/2022
44	300098759	LEILANE FARIAS LOPES DUARTE	Datiloscopista Policial	3ª	01/08/1985	29/07/2010	29/07/2018		29/07/2022
45	300098468	EVERTON MARINHO DONADON BATISTA	Datiloscopista Policial	3ª	28/12/1988	29/07/2010	28/09/2018		28/09/2022
46	300098639	DEBORA CRISTINA CRUZ SANTOS	Datiloscopista Policial	3ª	20/08/1989	29/07/2010	10/10/2018		10/10/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

47	300100277	FILIPE MENEZES DE ALBUQUERQUE	Datiloscopista Policial	3ª	12/08/1987	01/09/2010	31/10/2018			31/10/2022
48	300103992	JULIO ANDRE KASPER DA SILVA	Datiloscopista Policial	3ª	19/04/1987	20/01/2011	20/01/2019			20/01/2023
49	300104192	ALCILENI MARIA VICOSI ROSALEM	Datiloscopista Policial	3ª	17/01/1967	20/01/2011	20/01/2019			20/01/2023
50	300104038	JOSE NILSON MENDES DE OLIVEIRA	Datiloscopista Policial	3ª	12/02/1975	20/01/2011	20/01/2019			20/01/2023
51	300104193	AROLDO OLIVEIRA CAMPOS	Datiloscopista Policial	3ª	24/12/1978	20/01/2011	01/03/2019			01/03/2023
52	300104198	JEOSANE DA SILVA	Datiloscopista Policial	3ª	04/12/1979	20/01/2011	01/03/2019			01/03/2023

DELEGADO DE POLICIA- PARA CLASSE ESPECIAL			VAGAS ABERTAS	4	PROMOÇÕES / DATAS					
ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	Admissão	INGRESSO 3ªCLASSE	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A EFETIVIDADE		INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO
1	300059701	JULIO CESAR RODRIGUES UGALDE	Delegado Policia	3ª	11/03/1979	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
2	300059700	JULIO CESAR RIOS JUNIOR	Delegado Policia	3ª	17/01/1976	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
3	300059677	ALESSANDRO BERNARDINO MOREY	Delegado Policia	3ª	25/01/1976	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
4	300059685	CRISTIANO LOPES FERREIRA	Delegado Policia	3ª	11/09/1976	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
5	300059681	ANDRE LUIZ TEDROS TIZIANO	Delegado Policia	3ª	28/12/1978	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
6	300059682	ANDRE ROBERTO LIMA DE SOUSA	Delegado Policia	3ª	30/03/1979	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
7	300059891	MARCELO COZAC BOMFIM	Delegado Policia	3ª	04/07/1979	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
8	300059719	RAFAEL COSTA DOURADO	Delegado Policia	3ª	22/08/1979	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
9	300059888	THIAGO ARAUJO LAIOLA	Delegado Policia	3ª	13/10/1979	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
10	300059889	THIAGO LEITE FLORES PEREIRA	Delegado Policia	3ª	03/07/1980	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
11	300059714	NOELLE CAROLINE XAVIER RIBAS	Delegado Policia	3ª	02/08/1980	04/05/2005	01/10/2013			01/10/2017
12	300084323	DERLI GOUVEIA	Delegado Policia	3ª	27/08/1967	15/01/2009	15/01/2017			15/01/2021
13	300084326	FRANKIE LOPES DE SOUZA	Delegado Policia	3ª	16/08/1979	15/01/2009	15/01/2017			15/01/2021
14	300084331	NUBIO LOPES DE OLIVEIRA	Delegado Policia	3ª	17/01/1974	15/01/2009	15/01/2017			15/01/2021
15	300084322	CESAR DE ALMEIDA RIBEIRO	Delegado Policia	3ª	07/12/1972	15/01/2009	15/01/2017			15/01/2021
16	300084332	REGEANE ROSA FREITAS FERREIRA	Delegado Policia	3ª	13/05/1976	15/01/2009	15/01/2017			15/01/2021
17	300084330	LEONARDO AUGUSTO SIMOES MATOS	Delegado Policia	3ª	06/11/1978	15/01/2009	15/01/2017			15/01/2021
18	300084334	RICARDO SOUSA RODRIGUES	Delegado Policia	3ª	19/09/1979	15/01/2009	15/01/2017			15/01/2021

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

19	300084328	JANAINA LEMES DA SILVA	Delegado Policia	3ª	15/10/1980	15/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
20	300084325	FERNANDO OSCAR MATIAS	Delegado Policia	3ª	07/02/1981	15/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
21	300084329	JULIO JOSE DA PAIXAO NETO	Delegado Policia	3ª	28/05/1977	20/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
22	300084324	EDSON FLORENCIO DE SOUZA	Delegado Policia	3ª	20/02/1981	21/01/2009	21/01/2017	21/01/2021
23	300090001	SERGIO LUIS CONDELI	Delegado Policia	3ª	28/10/1963	09/07/2009	01/08/2017	01/08/2021
24	300091686	MARIO HENRIQUE DE SOUZA CAMARGO	Delegado Policia	3ª	14/08/1976	25/09/2009	01/10/2017	01/10/2021
25	300098622	HELIO GOMES FERREIRA	Delegado Policia	3ª	19/10/1974	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
26	300098447	SWAMI OTTO BARBOZA NETO	Delegado Policia	3ª	01/01/1984	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
27	300098435	JANAINA XANDER WESSEL	Delegado Policia	3ª	10/02/1984	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
28	300098445	RODRIGO SPICA	Delegado Policia	3ª	25/02/1978	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
29	300098439	LEISALOMA SOUSA SILVA CARVALHO	Delegado Policia	3ª	28/11/1982	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
30	300098817	ALINE NEIVA SANTOS	Delegado Policia	3ª	04/05/1981	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
31	300098444	RODRIGO SILVA DUARTE	Delegado Policia	3ª	06/02/1984	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
32	300098433	HUDSON FABIANO DA COSTA	Delegado Policia	3ª	08/06/1979	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
33	300098425	AMANDA FERREIRA LEVY	Delegado Policia	3ª	28/06/1981	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
34	300098424	ALIRIO AVELINO DA SILVA JUNIOR	Delegado Policia	3ª	21/05/1980	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
35	300098446	ROGERIO ALESSANDRO SILVA	Delegado Policia	3ª	24/09/1973	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
36	300098626	VITAL SALVINO OTTONI	Delegado Policia	3ª	07/03/1976	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
37	300098426	CAMILLO MAROCA SOARES	Delegado Policia	3ª	28/05/1977	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
38	300098747	DANIEL PEREIRA UCHOA	Delegado Policia	3ª	02/09/1977	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
39	300098748	GLAUCO DE PAULA SOUZA	Delegado Policia	3ª	10/04/1979	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
40	300098427	DANIEL BRAGA BATISTA	Delegado Policia	3ª	13/11/1980	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
41	300098432	GABRIEL SAMPAIO BOTELHO	Delegado Policia	3ª	26/05/1981	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
42	300098441	MARCOS VINICIUS ALVES E SILVA FILHO	Delegado Policia	3ª	16/04/1982	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
43	300098431	FRANCISCO BORGES NETO	Delegado Policia	3ª	13/07/1982	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
44	300098434	INGRID DA SILVA BRITO BRANDAO	Delegado Policia	3ª	08/04/1983	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022
45	300098429	DAVID WISNEY BEZERRA GUEDES	Delegado Policia	3ª	20/09/1984	26/07/2010	26/07/2018	26/07/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

46	300098438	MARCIA MARIA KRAUSE ROMERO MAIA	Delegado Policia	3ª	22/ 09/1984	26/ 07/2010	26/ 07/2018		26/ 07/2022
47	300098430	ERICA NATHALIA DEMARCHI	Delegado Policia	3ª	28/ 12/1984	26/ 07/2010	26/ 07/2018		26/ 07/2022
48	300098450	VICTOR DE SANTANA MENEZES	Delegado Policia	3ª	10/ 01/1985	26/ 07/2010	26/ 07/2018		26/ 07/2022
49	300098443	RAFAEL MOTA BRITO	Delegado Policia	3ª	24/ 12/1985	26/ 07/2010	26/ 07/2018		26/ 07/2022
50	300098437	KEITY MOTA SOARES	Delegado Policia	3ª	16/ 02/1986	26/ 07/2010	26/ 07/2018		26/ 07/2022
51	300104215	MILTON SANTANA DA SILVA	Delegado Policia	3ª	22/ 05/1963	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
52	300103911	LEONARDO MAGELA BERNARDES FERREIRA	Delegado Policia	3ª	22/ 08/1976	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
53	300103894	EVANDRO KOVALHUK DE MACEDO	Delegado Policia	3ª	22/ 05/1979	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
54	300104039	FABRIZIA ELIAS SOARES ALVES	Delegado Policia	3ª	15/ 03/1980	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
55	300104216	VINICIUS LUCENA TAVARES BASTOS	Delegado Policia	3ª	18/ 08/1980	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
56	300104040	JULIANA HERICA ARAUJO TAVARES	Delegado Policia	3ª	15/ 08/1982	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
57	300103859	CAROLINI CASTRO DE LIMA	Delegado Policia	3ª	15/ 03/1984	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
58	300104208	GIULIANO RICARDO LOPES	Delegado Policia	3ª	14/ 06/1984	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023
59	300104041	SIMONE BARBIERI	Delegado Policia	3ª	06/ 05/1985	20/ 01/2011	20/ 01/2019		20/ 01/2023

ESCRIVÃO DE POLICIA PARA 2ª CLASSE			VAGAS ABERTAS	1		PROMOÇÕES / DATAS			
ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	ENTRADA EXERCICIO	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A EFETIVIDADE	INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO	
1	300148513	JULIETTE AMARAL DE PAULA	Escrivao de Policia	1ª	29/ 10/1989	28/ 09/2018		28/ 09/2022	

ESCRIVÃO DE POLICIA- PARA CLASSE ESPECIAL			VAGAS ABERTAS	4			PROMOÇÕES / DATAS		
ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	Admissão	INGRESSO 3ªCLASSE	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A EFETIVIDADE	INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO
1	300084353	EDNEY DE OLIVEIRA LUCENA	Escrivao de Policia	3ª	27/ 11/1971	15/ 01/2009	15/ 01/2017		15/ 01/2021
2	300084396	VANILDE CRISTINA ALEXANDRE PAIXAO	Escrivao de Policia	3ª	11/ 02/1972	15/ 01/2009	15/ 01/2017		15/ 01/2021
3	300084347	CHRISTIAN CARVALHO RIBEIRO	Escrivao de Policia	3ª	12/ 04/1976	15/ 01/2009	15/ 01/2017		15/ 01/2021
4	300084361	FABRICIO DE SOUZA DO NASCIMENTO	Escrivao de Policia	3ª	11/ 08/1979	15/ 01/2009	15/ 01/2017		15/ 01/2021

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

5	300084354	EDUARDO AREIAS LOUZADA NEVES	Escrivao de Policia	3ª	02/09/1979	15/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
6	300084360	EMANUELA LUZ SILVA	Escrivao de Policia	3ª	19/02/1980	15/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
7	300084398	VICENTE DOMINGOS ONORATO	Escrivao de Policia	3ª	26/02/1982	15/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
8	300084377	JOSE ALVES PINTO	Escrivao de Policia	3ª	23/01/1984	15/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
9	300084397	VERIANE DA CRUZ LIMA	Escrivao de Policia	3ª	16/05/1984	15/01/2009	15/01/2017	15/01/2021
10	300084369	HUGO LEONARDO DA SILVA NASCIMENTO	Escrivao de Policia	3ª	17/09/1980	16/01/2009	16/01/2017	16/01/2021
11	300084355	ELIAS MARTINS DE OLIVEIRA	Escrivao de Policia	3ª	05/02/1972	19/01/2009	19/01/2017	19/01/2021
12	300084388	NOELI DE FATIMA GASPARIN	Escrivao de Policia	3ª	21/03/1968	20/01/2009	20/01/2017	20/01/2021
13	300084380	LUIZ FREDSON FRANCA	Escrivao de Policia	3ª	27/04/1974	20/01/2009	20/01/2017	20/01/2021
14	300084370	JAIR PEREIRA DA SILVA FILHO	Escrivao de Policia	3ª	16/03/1968	20/01/2009	20/01/2017	20/01/2021
15	300084368	HOMERO KANG TOURINHO SOBRINHO	Escrivao de Policia	3ª	23/07/1972	20/01/2009	20/01/2017	20/01/2021
16	300084342	ANTONIO AGNALDO MENDONCA	Escrivao de Policia	3ª	03/01/1977	20/01/2009	20/01/2017	20/01/2021
17	300084337	ADRIANO JORGE DOS SANTOS GONCALVES	Escrivao de Policia	3ª	14/01/1973	21/01/2009	21/01/2017	21/01/2021
18	300084372	JOAO BATISTA REIS CORREIA	Escrivao de Policia	3ª	11/01/1952	22/01/2009	22/01/2017	22/01/2021
19	300084359	ELZANEIDE DE PAULA MONTEIRO	Escrivao de Policia	3ª	11/07/1958	22/01/2009	22/01/2017	22/01/2021
20	300084378	JOSIAS DE CASTRO	Escrivao de Policia	3ª	25/10/1980	26/01/2009	26/01/2017	26/01/2021
21	300084389	RAQUEL DOS SANTOS ANDRADE DIAS	Escrivao de Policia	3ª	03/06/1985	26/01/2009	26/01/2017	26/01/2021
22	300084339	ANA PAULA DINIZ	Escrivao de Policia	3ª	27/03/1984	27/01/2009	27/01/2017	27/01/2021

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

23	300084371	JESUS LIMA DE MENDONCA	Escrivao de Policia	3ª	26/ 01/1968	28/ 01/2009	28/ 01/2017	28/ 01/2021
24	300084390	RITA DE CASSIA LOCATELLI DE OLIVEIRA	Escrivao de Policia	3ª	02/ 08/1970	28/ 01/2009	28/ 01/2017	28/ 01/2021
25	300084350	DEISY SENA PIMENTA	Escrivao de Policia	3ª	04/ 05/1979	28/ 01/2009	28/ 01/2017	28/ 01/2021
26	300084391	RODRIGO DOS REIS OLIVEIRA	Escrivao de Policia	3ª	03/ 07/1985	29/ 01/2009	29/ 01/2017	29/ 01/2021
27	300084345	CARLOS ANTONIO DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	13/ 03/1968	30/ 01/2009	30/ 01/2017	30/ 01/2021
28	300084343	ARALI HOFFMANN DE VARGAS	Escrivao de Policia	3ª	06/ 10/1969	03/ 02/2009	03/ 02/2017	03/ 02/2021
29	300084394	SILVIA GUSMAO SORIA	Escrivao de Policia	3ª	03/ 12/1984	03/ 02/2009	03/ 02/2017	03/ 02/2021
30	300084374	JOCILDA ALMEIDA DE BARROS	Escrivao de Policia	3ª	18/ 10/1977	04/ 02/2009	04/ 02/2017	04/ 02/2021
31	300084349	DEANE RODRIGUES DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	26/ 03/1959	04/ 02/2009	04/ 02/2017	04/ 02/2021
32	300084346	CASSIA DENISE DE SOUSA DINIZ	Escrivao de Policia	3ª	24/ 02/1978	04/ 02/2009	04/ 02/2017	04/ 02/2021
33	300084348	CLAUDEIR SILVESTRE LIMA	Escrivao de Policia	3ª	12/ 12/1969	06/ 02/2009	06/ 02/2017	06/ 02/2021
34	300060129	ADILSON LOURENÇO GOMES	Escrivao de Policia	3ª	18/ 03/1976	05/ 05/2005	12/ 05/2017	12/ 05/2021
35	300084341	ANDREA SIMONE MORAES CORREA	Escrivao de Policia	3ª	19/ 02/1973	02/ 03/2009	01/ 08/2017	01/ 08/2021
36	300084395	VALERIA OLIVEIRA DE ARAUJO KIMURA	Escrivao de Policia	3ª	06/ 03/1982	02/ 03/2009	01/ 08/2017	01/ 08/2021
37	300084357	ELIZEU LEANDRO FABIANO	Escrivao de Policia	3ª	26/ 07/1984	02/ 03/2009	01/ 08/2017	01/ 08/2021
38	300084379	KATIUSCIA MALAQUIAS DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	05/ 12/1978	03/ 03/2009	01/ 08/2017	01/ 08/2021
39	300084351	DIORGENES ALEXANDRE DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	29/ 08/1981	03/ 03/2009	01/ 08/2017	01/ 08/2021
40	300098480	LARICIA DA SILVA E SILVA BRAGA	Escrivao de Policia	3ª	27/ 04/1982	27/ 07/2010	27/ 07/2018	27/ 07/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

41	300098647	ROSELI PEREIRA DE LIMA PINTO	Escrivao de Policia	3ª	21/07/1976	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
42	300098484	MONICA SOARES TEIXEIRA	Escrivao de Policia	3ª	09/09/1988	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
43	300098761	CASSIO RONAN ESTULANO CALDAS	Escrivao de Policia	3ª	02/10/1984	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
44	300098648	SELMA PEREIRA DE OLIVEIRA MAMEDE	Escrivao de Policia	3ª	16/12/1972	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
45	300098649	WANDERLEI FONTOURA RAMOS	Escrivao de Policia	3ª	27/12/1974	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
46	300098645	MARCO ANTONIO LEAO VIANA	Escrivao de Policia	3ª	19/12/1968	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
47	300099037	LUIZ HERCULES DOS SANTOS AGUIAR	Escrivao de Policia	3ª	19/01/1955	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
48	300098650	ZENI GERALDO	Escrivao de Policia	3ª	07/04/1971	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
49	300098765	MARA NEVES POLLETTI	Escrivao de Policia	3ª	09/09/1977	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
50	300098472	ALAN FERNANDES DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	25/11/1979	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
51	300098475	ERICA DIAS DE OLIVEIRA	Escrivao de Policia	3ª	23/03/1981	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
52	300098489	TANIA CRISTINA DE SOUZA CORREA	Escrivao de Policia	3ª	19/02/1983	13/08/2010	27/07/2018	27/07/2022
53	300098763	GILSON FERREIRA DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	02/01/1984	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
54	300098760	AUGUSTO RAFAEL OLIVEIRA	Escrivao de Policia	3ª	09/03/1985	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
55	300098764	MACLAUDIO PINTO BOIBA	Escrivao de Policia	3ª	09/10/1986	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
56	300098644	JACQUELINE VIANA LIMA CHAGAS	Escrivao de Policia	3ª	10/12/1986	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
57	300098478	JANAINA CARVALHO SILVA	Escrivao de Policia	3ª	04/03/1987	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022
58	300098900	PRISCILA GOMES TEIXEIRA	Escrivao de Policia	3ª	18/09/1987	27/07/2010	27/07/2018	27/07/2022

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

59	300098488	RICARDO PACHECO XAVIER	Escrivao de Policia	3ª	15/ 03/1988	27/ 07/2010	27/ 07/2018	27/ 07/2022
60	300098486	PAMELA MONIETE M DE A PORTUGAL RIBEIRO	Escrivao de Policia	3ª	08/ 06/1989	27/ 07/2010	27/ 07/2018	27/ 07/2022
61	300098473	ALINE TIANE FLORENCIO SILVA	Escrivao de Policia	3ª	19/ 07/1989	27/ 07/2010	27/ 07/2018	27/ 07/2022
62	300098762	DIEGO SCHARNOWSKI	Escrivao de Policia	3ª	02/ 05/1990	27/ 07/2010	27/ 07/2018	27/ 07/2022
63	300098485	OZEAS MACIEL PEREIRA JÚNIOR	Escrivao de Policia	3ª	11/ 05/1971	02/ 09/2010	02/ 09/2018	02/ 09/2022
64	300104288	JOZEILA RODRIGUES DO NASCIMENTO	Escrivao de Policia	3ª	27/ 03/1969	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
65	300104290	REGINA CELIA LOPES	Escrivao de Policia	3ª	04/ 12/1969	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
66	300104226	ELIZA MARIA CAVALCANTE DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	04/ 05/1972	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
67	300103924	MIRIAN ROSA PEREIRA VIEIRA	Escrivao de Policia	3ª	24/ 01/1975	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
68	300104232	GLEISSON DOS SANTOS ELIAS	Escrivao de Policia	3ª	31/ 01/1976	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
69	300103932	RENATA DA COSTA FERREIRA	Escrivao de Policia	3ª	04/ 10/1979	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
70	300104234	KELLY CRISTINA DOS SANTOS	Escrivao de Policia	3ª	06/ 09/1981	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
71	300103922	MARIA APARECIDA PINHEIRO CASSIMIRO	Escrivao de Policia	3ª	12/ 10/1982	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
72	300103950	VALQUIRIA DE SOUZA COSTA CARDOSO	Escrivao de Policia	3ª	24/ 12/1982	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
73	300104235	PAULO VICENTE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR	Escrivao de Policia	3ª	29/ 05/1984	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
74	300104230	FLAVIO DA SILVA MEDEIROS	Escrivao de Policia	3ª	19/ 10/1984	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
75	300104060	NERVANDO GOMES ZANOL JUNIOR	Escrivao de Policia	3ª	05/ 06/1985	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
76	300104218	CAMILA CAROLINE MENDES KAIL	Escrivao de Policia	3ª	19/ 09/1985	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

77	300104044	TAIZE CORDEIRO DE LUCENA	Escrivao de Policia	3ª	05/ 10/1985	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
78	300103887	EMILE JACQSON RAMOS DOS SANTOS	Escrivao de Policia	3ª	04/ 02/1986	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
79	300103883	ELIZANGELA GALINDO LEITE	Escrivao de Policia	3ª	06/ 08/1986	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
80	300103919	MARCELO RODRIGO ZAYAT	Escrivao de Policia	3ª	02/ 04/1987	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
81	300103926	PAULO HENRIQUE GONÇALVES PEREIRA	Escrivao de Policia	3ª	15/ 06/1987	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
82	300103864	CIDELIA PEREIRA BATISTA	Escrivao de Policia	3ª	28/ 07/1987	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
83	300103913	LORENA AGUIAR DE MIRA	Escrivao de Policia	3ª	27/ 10/1987	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
84	300103855	CARLA PEREIRA LOUBACK CABRAL	Escrivao de Policia	3ª	28/ 12/1987	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
85	300104043	PATRICIA SAMPAIO DE MOURA BRITO	Escrivao de Policia	3ª	03/ 10/1988	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
86	300103951	VAUELIDA PINHEIRO FERREIRA	Escrivao de Policia	3ª	12/ 03/1989	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
87	300104223	EDELSON ANESIO DOS SANTOS	Escrivao de Policia	3ª	23/ 03/1989	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
88	300104236	THIAGO DE CASTRO PEREIRA	Escrivao de Policia	3ª	26/ 03/1989	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
89	300104233	JESSICA PAULA DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	02/ 09/1989	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
90	300103948	THIAGO FERREIRA DA SILVA	Escrivao de Policia	3ª	24/ 11/1990	20/ 01/2011	20/ 01/2019	20/ 01/2023
91	300104570	GLAUCIA REGINA COSTA SOUZA	Escrivao de Policia	3ª	06/ 06/1981	01/ 02/2011	01/ 02/2019	01/ 02/2023
92	300104573	CRISTINA FERNANDA FERNANDES MELO	Escrivao de Policia	3ª	01/ 02/1982	01/ 02/2011	01/ 02/2019	01/ 02/2023
93	300104713	SAMUEL ARAUJO DA SILVA NETO	Escrivao de Policia	3ª	15/ 11/1979	03/ 02/2011	03/ 02/2019	03/ 02/2023
94	300104709	LUMA BARCELOS FERNANDES	Escrivao de Policia	3ª	03/ 09/1989	03/ 02/2011	03/ 02/2019	03/ 02/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

95	300104968	JOSE VALTER BEZERRA ALVES	Escrivao de Policia	3ª	17/ 05/1965	08/ 02/2011	08/ 02/2019		08/ 02/2023
96	300104633	EVERSON RODRIGUES DE CASTRO	Escrivao de Policia	3ª	26/ 12/1986	08/ 02/2011	08/ 02/2019		08/ 02/2023
97	300104848	MIRTES LEILA NERY INFANTE	Escrivao de Policia	3ª	12/ 01/1976	10/ 02/2011	10/ 02/2019		10/ 02/2023
98	300104919	JOAO CARLOS RAMOS	Escrivao de Policia	3ª	03/ 12/1965	14/ 02/2011	14/ 02/2019		14/ 02/2023
99	300105012	JOAO ALBERTO PEREIRA CENI	Escrivao de Policia	3ª	18/ 06/1987	16/ 02/2011	16/ 02/2019		16/ 02/2023
100	300105011	ELVES DOS SANTOS CARDOSO	Escrivao de Policia	3ª	13/ 12/1987	16/ 02/2011	16/ 02/2019		16/ 02/2023

MEDICO LEGISTA PARA 3ª CLASSE	VAGAS ABERTAS	2	PROMOÇÕES / DATAS		

ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	Admissão	INGRESSO 2ªCLASSE	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A EFETIVIDADE	INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO
1	300124743	FELIPE AUGUSTO BALBERDE MATOS	Medico Legista	2ª	31/ 01/1986	16/ 08/2013	16/ 08/2017		16/ 08/2021
2	300124762	RODOLPHO GUSTAVO E S C PEREIRA E BLANCO	Medico Legista	2ª	17/ 05/1978	17/ 08/2013	17/ 08/2017		17/ 08/2021
3	300124750	KEDSON ABREU SOUZA (SUB JUDICE)	Medico Legista	2ª	10/ 12/1980	14/ 08/2013	14/ 08/2017		14/ 08/2021
4	300124764	RODRIGO TRAMONTIM	Medico Legista	2ª	31/ 08/1979	17/ 08/2013	17/ 08/2017		17/ 08/2021
5	300124734	ANDREA DOS SANTOS MELQUISEDEC	Medico Legista	2ª	29/ 11/1973	19/ 08/2013	19/ 08/2017		19/ 08/2021
6	300124760	REGINALDO CARLOS DE MORAES	Medico Legista	2ª	02/ 12/1974	29/ 08/2013	20/ 08/2017		20/ 08/2021
7	300124767	WELINGTON JOSE DA COSTA SOBRINHO	Medico Legista	2ª	18/ 04/1984	12/ 08/2013	12/ 08/2017	31/ 10/2017	31/ 10/2021
8	300124763	RODRIGO MARTINS DE CASTRO	Medico Legista	2ª	07/ 02/1974	16/ 08/2013	16/ 08/2017	16/ 01/2018	16/ 01/2022
9	300125578	SIMONI TOWNES DE CASTRO	Medico Legista	2ª	30/ 11/1983	20/ 09/2013	20/ 09/2017	01/ 09/2018	01/ 09/2022

MEDICO LEGISTA - PARA CLASSE ESPECIAL	VAGAS ABERTAS	2	PROMOÇÕES / DATAS		

ord	Matrícula	Nome	Cargo	CLASSE	NASC	Admissão	INGRESSO 3ªCLASSE	RECONTAGEM INTERRUPÇÃO A EFETIVIDADE	INTERSTICIO LEGAL PARA PROMOÇÃO
1	300058515	LUIZ FERNANDO TIKLE VIEIRA	Medico Legista	3ª	27/ 10/1966	06/ 05/2005	01/ 08/2013		01/ 08/2017
2	300060124	VAGNER BROCAL AURELIANO	Medico Legista	3ª	07/ 06/1969	06/ 05/2005	01/ 08/2013		01/ 08/2017
3	300060126	MANUEL JOAQUIM TAVARES DE MELO	Medico Legista	3ª	30/ 04/1971	06/ 05/2005	01/ 08/2013		01/ 08/2017

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

4	300060121	RAYMUNDO NONATO ALMEIDA JUNIOR	Medico Legista	3ª	18/ 02/1976	06/ 05/2005	01/ 08/2013	01/ 08/2017
5	300061359	VALDELY HELENA TALAMONTE	Medico Legista	3ª	28/ 09/1970	14/ 09/2005	01/ 10/2013	01/ 10/2017
6	300078547	DONIZETI CAMARGOS DE FREITAS	Medico Legista	3ª	13/ 06/1964	08/ 09/2008	08/ 09/2016	08/ 09/2020
7	300098628	DANIEL COUTINHO PINTO	Medico Legista	3ª	10/ 04/1976	26/ 07/2010	26/ 07/2018	26/ 07/2022
8	300098630	EDUARDO ROBERTSON DE CARVALHO	Medico Legista	3ª	05/ 03/1977	26/ 07/2010	26/ 07/2018	26/ 07/2022
9	300098457	JOAO IGOR MARQUES DE CAMPOS	Medico Legista	3ª	12/ 07/1982	26/ 07/2010	26/ 07/2018	26/ 07/2022

Protocolo 0037058069

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

Portaria de férias nº 1745 de 02 de março de 2023.

O(A) Secretário de Estado da Justiça Adjunta, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 30 de dezembro de 2021 de 30/12/2021,publicada no DOE n.30/12/2021, de 30/12/2021.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 11/02/2023 a 20/02/2023, por motivo de comoção interna o gozo de férias do servidor **ALISSON MOURA DA SILVA**, **POLICIAL PENAL**, matrícula 300093388, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, referente ao exercício de **2023**, marcadas anteriormente no período de **(11/02/2023 a 20/02/2023).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 02/03/2023.

HELANNE CRISTINA MAGALHAES CARVALHO
Secretário de Estado da Justiça Adjunta

Protocolo DOC11248

Portaria de férias nº 1765 de 02 de março de 2023.

O(A) Secretário de Estado da Justiça Adjunta, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 30 de dezembro de 2021 de 30/12/2021,publicada no DOE n.30/12/2021, de 30/12/2021.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 08/02/2023 a 17/02/2023, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JOSE DAVI DE OLIVEIRA LORETO** , **POLICIAL PENAL**, matrícula 300137067, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, referente ao exercício de **2023**, marcadas anteriormente no período de **(08/02/2023 a 17/02/2023).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 02/03/2023.

HELANNE CRISTINA MAGALHAES CARVALHO
Secretário de Estado da Justiça Adjunta

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo DOC11249

Portaria de férias nº 1785 de 02 de março de 2023.

O(A) Secretário de Estado da Justiça Adjunta, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 30 de dezembro de 2021 de 30/12/2021,publicada no DOE n.30/12/2021, de 30/12/2021.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/03/2023 a 07/03/2023, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **HELLEN DOS SANTOS CORREA**, **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, matrícula 300109872, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Justiça, referente ao exercício de **2023**, marcadas anteriormente no período de **(01/03/2023 a 20/03/2023).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 02/03/2023.

HELANNE CRISTINA MAGALHAES CARVALHO
Secretário de Estado da Justiça Adjunta

Protocolo DOC11250

Portaria nº 786 de 28 de fevereiro de 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Complementar nº 68/92, com suas alterações.

CONSIDERANDO o Parecer nº 6/2023/SEJUS-COGER (0036140147) e a Decisão nº 10/2023/SEJUS-COGER (0036140186) nos autos do Processo Administrativo Disciplinar SEI nº 0033.079405/2022-15, instaurado por força da Portaria nº 1678 de 06 de junho de 2022 (0029375611), publicada no DOE nº 134 de 15/07/2022.

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR a Decisão nº 10/2023/SEJUS-COGER (0036140186), proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe, mantendo-a por seus próprios fundamentos.

Art. 2º. SUSPENDER em 08 (oito) dias o servidor Samir Pereira da Silva, Policial Penal, matrícula nº 300.093.262, em virtude da inobservância do art. 9º, XI, da Portaria nº 2.069/2016, e art. 11, VII, do Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Rondônia (Decreto nº 20.786/2016), conduta infracional prevista nos arts. 154, IV, e 168, VII, todos da Lei Complementar nº 68/92, com aplicação do disposto no art. 177, II, alínea "d", da referida norma.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, data do sistema.

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito
Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 0036140220

Portaria nº 922 de 08 de março de 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Complementar nº 068/92, com suas alterações.

CONSIDERANDO a Decisão nº 11/2023/SEJUS-COGER (0036394077), Relatório 3ª CPPAD(4799424 - pág. 129) e Parecer COGER-SEJUS (4799424 - pág. 133), dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 065/2018/COGER/SEJUS (SEI nº 0033.074816/2019-19), instaurada por intermédio da Portaria nº 2178/2018/SEJUS-COGER (4799424 - pág. 2), publicada no DOE nº 109, de 15/06/2018.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR** a Decisão nº 11/2023/SEJUS-COGER (0036394077), proferida nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar em epígrafe, mantendo-a por seus próprios fundamentos, que determina o **ARQUIVAMENTO** da referida sindicância.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito

Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 0036394242

Portaria nº 473 de 03 de fevereiro de 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Complementar nº 68/92, com suas alterações.

CONSIDERANDO a Decisão nº 6/2023/SEJUS-COGER (0035573137) e o Parecer nº 3/2023/SEJUS-COGER (0035474769), dos autos do Processo Administrativo Disciplinar SEI nº 0033.019343/2020-12, instaurado por força da Portaria nº 128/2020/SEJUS-COGER (9752527), publicada no DOE nº 186 de 16/09/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR a Decisão nº 6/2023/SEJUS-COGER (0035573137), proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe, mantendo-a por seus próprios fundamentos.

Art. 2º. SUSPENDER em 08 (oito) dias o servidor Cristiano Rodrigues e Silva, Policial Penal, matrícula nº 300.042.957, em virtude da inobservância do art. 16º da Portaria nº 1149/2012/GAB/SEJUS, de 26/10/2012, conduta infracional prevista nos arts. 154, IV, 155, II, e 168, X, todos da Lei Complementar nº 68/92, com aplicação do disposto no art. 177, II, alínea "d", da referida norma.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, data do sistema.

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito

Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 0035573160

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

PROCESSO Nº 0036.010837/2023-54

Pelo presente instrumento e considerando os termos do artigo 37 da Lei 4.320/64 e o Decreto Estadual n° 23.205 de 21/09/2018, a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia a título de indenização, **RECONHECE E HOMOLOGA** a despesa cujo objeto é o **FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR PRONTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II E ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA - AMI, SERVIÇO REALIZADO NO PERÍODO JANEIRO DE 2023.**

Em favor da empresa:

EMPRESA/ CNPJ	UNIDADE	NOTA FISCAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	VALOR DA NF	TERMO DE RECEBIMENTO	VALOR A RECONHECER
CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 17.079.925/ 0001-72	Hospital e Pronto Socorro João Paulo II e AMI.	Nº5677 (0035829855)	JANEIRO/ 2023	R$ 95.461,55	(0035829984)	R$95.461,55
					VALOR TOTAL	**R$ 95.461,55**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Conforme a Justificativa SESAU/SC(0036463650), Checklist SESAU/SC (0036463674), Parecer 223/2023/PGE-SESAU (0036782699), Informação n°190/2023/SESAU-SC (0036846363), Despacho SESAU-SC(0036846364) e Análise n°119-SESAU/NAP (0036909292).Publique-se.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a despesa no valor total de **R$ 95.461,55 (noventa e cinco mil quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos),** com base nos autos, conforme disposto no Artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva de Estado da Saúde - SESAU/RO

Protocolo 0036911751

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RECONHECIMENTO DEDÍVIDA

DESPESAS DE EXRCÍCIOS ANTERIORES

PROCESSO Nº 0036.010676/2023-07

Pelo presente instrumento e considerando os termos do artigo 37 da Lei 4.320/64 e o Decreto Estadual n°27.446 de 30/08/2022, a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - SESAU/RO, **RECONHECE E HOMOLOGA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR PRONTA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II E ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA - AMI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, SERVIÇO REFERENTE AO DE DEZEMBRO DE 2022.**

Em favor da empresa:

EMPRESA/ CNPJ	MÊS DE REFERÊNCIA	UNIDADE	NOTAS FISCAIS	TERMO DE RECEBIMENTO	VALOR A RECONHECER
CALECHE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	DEZEMBRO/ 2022	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II E ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA - AMI	Nº 5600 (0035589308)	(0035589892)	R$32.648,20
				VALOR TOTAL	**R$ 32.648,20**

Conforme o Checklist SESAU-SC (0036432008), Justificativa SESAU-SC (0036431997), Parecer nº 214/2023/PGE-SESAU (0036732992), Informação nº 189/2023/SESAU-SC (0036845085) e Despacho SESAU/SC (0036845783). Publique-se.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a despesa no valor total de **R$ 32.648,20 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos)** , com base nos autos, conforme disposto no Artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva de Estado da Saúde

Protocolo 0036862808

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 0036.008783/2023-67

Em Conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal n° 7.892/2013, Decreto Estadual n. 18.340/2013, a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia torna público a Homologação da adesão carona a ata de registro de preços Nº282/2022SUPEL_RO (0036371436),**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO, SALA, ÁGUA E CAFÉ, COMO TAMBÉM COFFE BREACK, PARA USO DURANTE O EVENTO "CURSO DE QUALIFICAÇÃO DA COLETA DE PCCU NA APS" PARA OS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS DA REGIÃO MADEIRA MAMORÉ, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 27, 28 E 29/03/2023 PELA COORDENAÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS/GPES/SESAU E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO-RO.**

Em favor da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

HOTEL PORTO MADEIRA EIRELI - EPP	09.082.304/ 0001-10	R$ 18.999,20
	VALOR TOTAL	**R$ 18.999,20**

Conforme o Termo de Referência Referência SESAU-GECOMP (0036795136), Parecer Referencial nº 575/2021/PGE-PA (0036964208), Ata Nº 282/2022/SUPEL-RO (0036371436), Justificativa SESAU-GECOMP (0036848492), CHECKLIST SESAU-GECOMP (0036848641), Despacho SESAU-GECOMP (0036956703) e Análise nº 121/2023/SESAU-NAP (0036963684). Publique-se.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Com base nos autos, conforme disposto no Artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, **RATIFICO** a dispensa no valor total de **R$ 18.999,20 (dezoito mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).**

MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva de Estado da Saúde

Protocolo 0036965409

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

EXERCICIOS ANTERIORES

PROCESSO Nº 0036.001388/2023-53

Pelo presente instrumento e considerando os termos do artigo 37 da Lei 4.320/64 e o Decreto Estadual n°27.446 de 30/08/2022, a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia a título de indenização, **RECONHECE E HOMOLOGA** a despesa cujo o objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA/SEGURANÇA PATRIMONIAL OSTENSIVA, ARMADA/DESARMADA PRESTADA PELA EMPRESA, NO HOSPITAL REGIONAL DE GUAJARÁ-MIRIM, SERVIÇO PRESTADO NO PERÍODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2022.**

Em favor da empresa:

EMPRESA/ CNPJ	UNIDADE	NOTA FISCAL N°	MÊS DE REFERÊNCIA	TERMO DE RECEBIMENTO	VALOR A RECONHECER
PROTEÇÃO MÁXIMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA CNPJ: 07.719.705/ 0001-02	Hospital em Construção em Guajará Mirim	5436/ A 0034189636	NOVEMBRO/ 2022	0034189194	R$ 20.438,10
		5525/ A 0034922178	DEZEMBRO/ 2022	0034920286	R$ 20.438,10
				VALOR TOTAL	**R$ 40.876,20**

Conforme Justificativa SESAU-SC(0035906216), Checklist SESAU-SC (0035036540), Parecer nº 220/2023/PGE-SESAU (0036773859), Informação SESAU-SC n°194 SESAU-SC (0036871202), Despacho SESAU-SC (0036917621) e Análise n°120 SESAU-NAP (0036939586).

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a despesa no valor total de **R$ 40.876,20 (quarenta mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte centavos),** com base nos autos, conforme disposto no Artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva de Estado da Saúde

Protocolo 0036948676

Portaria nº 1272 de 30 de março de 2023

O Senhor Diretor Geral do Hospital Regional de Buritis, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo n.º 132 do Decreto n.º 9.997, de 03 de julho de 2002, e conforme consta no Ofício n. 4415/2023/HRB-NRH, Relatório da Comissão de Avaliação e Controle de Serviços Extraordinários do HRB, Parecer da CCI/SESAU e Autorizo do Secretário/SESAU.

Considerando o teor do Processo n.º 0036.006538/2023-15.

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, pela prestação de serviços extraordinários aos servidores emergenciais abaixo relacionados, lotados no **Hospital Regional de Buritis/HRB/SESAU**, referente ao mês de **novembro de 2022.**

SERVIDORES EMERGENCIAIS

MÉDICOS

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRICULA	HORAS
ANA PAULA PEREIRA DE OLIVEIRA	PEDIATRA	300182450	60
CAMILA MARCIELE CAETANO DE SÁ	CLÍNICO GERAL	300176044	48
DOUGLAS LUIZ MARIANO	CLÍNICO GERAL	300176024	96
FELIPE HENRIQUE DE MEDEIRO DUTRA	ORTOPEDISTA	300179978	96
FELIPE MARCELO DA SILVA SANTOS	CLÍNICO GERAL	300174154	96
GILLIARD ALVES FERNANDES	CLÍNICO GERAL	300182369	96
PATRICIA GRACIELA BARBINO	CLÍNICA GERAL	300182373	12
ROBSON DENIS DE ALMEIDA MIRANDA	CIRURGIÃO GERAL	300174207	96

NÍVEL SUPERIOR

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRICULA	HORAS
EDILSON NOGUEIRA MARTINS	ENFERMEIRO	300165893	12
RAFAELA LEONES DE SOUZA	ENFERMEIRA	300182599	12
ALINE CARLA BRITO VIEIRA	BIOMÉDICA	300165418	24
THAIS PIOLA ALVES	FARMACÊUTICA	300182873	36
VANESSA DAMASCENO DE SOUZA	FARMACÊUTICA	300182405	48
DANIELE MARCONDES MIRANDA DA SILVA	FISIOTERAPEUTA	300183595	24
KESLY FREITAS DA SILVA	FISIOTERAPEUTA	300165813	24
KESLY FREITAS DA SILVA	FISIOTERAPEUTA	300183599	36
RUMORI DA SILVA PEREZ	FISIOTERAPEUTA	300183602	36

NÍVEL MÉDIO

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRICULA	HORAS
GLEICIELY AMARAL RODRIGUES TRINDADE	TÉC. EM ENFERMAGEM	300167231	24
YASMIM MORAIS MARTINS	TÉC. EM ENFERMAGEM	300183692	24
HELEN CAROLINE MEDEIROS DA SILVA	TÉC EM NUTRIÇÃO	300183824	24

NÍVEL FUNDAMENTAL

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRICULA	HORAS
MARLUCE GONÇALVES GUEDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	300182862	12
ROBERTO ANTONIO FERREIRA GARCIA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	300182988	48
RAIZA MARIA DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	300185729	96

Buritis/RO, 30 de março de 2023.

VALDISON CORSI DE LIMA
Diretor Geral do Hospital Regional de Buritis
Decreto 86993/2022 (0032216298)

Protocolo 0037048114

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0036.003342/2023-79

Pelo presente instrumento e considerando os termos do Art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia torna público a dispensa de licitação em razão da **URGÊNCIA** pela **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR CARENADO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 500 KVA E TENSÃO DE FORNECIMENTO 380/220 V, INCLUSO TODA A INSTALAÇÃO ATÉ O QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA (QTA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DE BASE DR. ARY PINHEIRO - HBAP, DE FORMA EMERGENCIAL, POR UM PERÍODO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.**

Em favor da empresa:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EMPRESA	CNPJ	VALOR
TIAGO G DA SILVA INSTALAÇÃO ELÉTRICA - ME	20.271.093/ 0001-04	R$ 76.800,00
	VALOR TOTAL	**R$ 76.800,00**

Conforme o Termo de Referência SESAU-GECOMP (0035427185), Parecer nº 44/2023/SESAU-CO (0036513674), Justificativa SESAU-GECOMP (0036519891), Parecer nº 209/2023/PGE-SESAU (0036691002), SAMS (0035427209) e Despacho SESAU/GECOMP (0036815141). Publique-se.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Com base nos autos, conforme disposto no Artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, **RATIFICO** a dispensa no valor total de **R$76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais).**

MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva de Estado da Saúde - SESAU/RO

Protocolo 0036858458

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0036.012504/2023-60

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, segundo os termos das Alíneas"a" ao “h" do inc. III do art. 74 da Lei Federal n°. 14.133/21, torna público a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEMINÁRIO A NOVA LEI DE LICITAÇÕES TRANSIÇÃO E APLICABILIDADE (PRESENCIAL) A REALIZAR-SE NOS DIAS 03 A 05 DE ABRIL DE 2023 EM PORTO VELHO/RO.**

Em favor da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
TRAINNER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA	16.465.161/ 0001-90	R$ 117.000,00
	VALOR TOTAL	**R$** 117.000,00

Conforme, Proposta TRAINNER (0036786480), Termo de Referência SESAU-GECOMP (0036879531), Parecer Referencial nº 261/2022/PGE-PA (0036961209), Justificativa SESAU-GECOMP (0036989024), Despacho SESAU-GECOMP (0036993291) e Análise nº 132/2023/SESAU-NAP (0037048832). Publique-se.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Com base nos autos, conforme disposto no Artigo 5 da LeiFederal n° 14.133/21, esuas alterações, **RATIFICO** a dispensa no valor total de **R$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais)**

MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva de Estado da Saúde

Protocolo 0037051149

Portaria nº 1111 de 23 de março de 2023

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL RETAGUARDA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar n.º 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial n.º 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Decreto n.º 27.021, de 4 de abril de 2022, publicada no DOE n.º 62, de 04 de abril de 2022, as Horas Extras, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e Quadro Efetivo de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Retaguarda de Rondônia, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023 - UNIFICADOS.**

ITEM	NOME	CADASTRO	UNIDADE	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
EMERGENCIAIS E EFETIVOS - NÍVEL SUPERIOR						

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1.	ALICE CRISTINA FERREIRA DE LIMA	300183505	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	72
2.	ANA DEBORA NERY DA CRUZ	300185725	HR/ RO	NS	FARMACÊUTICA	24
3.	ANDRÉA DE ALMEIDA MAGALHÃES	300167870	HR/ RO	NS	NUTRICIONISTA	12
4.	BRUNA CATLEN CASTRO DA SILVA	300183547	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	12
5.	CIRLENE DE FATIMA ROSSI	300183755	HR/ RO	NS	FARMACÊUTICA	84
6.	DANIELE EVANGELISTA F. MAMANI	300177400	HR/ RO	NS	FISIOTERAPEUTA	24
7.	ELENIR GUIZONI LIMA	300167895	HR/ RO	NS	FISIOTERAPEUTA	36
8.	ELENIR GUIZONI LIMA	300187530	HR/ RO	NS	FISIOTERAPEUTA	60
9.	ELEN PAULA DE OLIVEIRA MELO	300183675	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	48
10.	FABRICIA FERNANDA CONCEIÇÃO MACHADO	300177472	HR/ RO	NS	FISIOTERAPEUTA	12
11.	FRANCISCO CARLOS DA SILVA LINS	300187487	HR/ RO	NS	PSICÓLOGO	18
12.	HENNIG SHEYLA MIRANDA SILVA	300177305	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	36
13.	INGRID JANAINA DA SILVA GUIMARÃES	300178246	HR/ RO	NS	NUTRICIONISTA	12
14.	LARISSA GUIMARÃES COSTA	300185485	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	36
15.	MARCIO JAMES JORGE DOS SANTOS	300167214	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	36
16.	MICHELE CORREIA DE ARAÚJO	300178289	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	72
17.	PRISCILA DE SOUZA VIANA	300166979	HR/ RO	NS	FISIOTERAPEUTA	24
18.	PRISCILA DE SOUZA VIANA	300187549	HR/ RO	NS	FISIOTERAPEUTA	48
19.	ROGÉRIO MACHADO CANTO	300092775	HR/ RO	NS	PSICÓLOGO	24
20.	ROSELY REGINA STERING MACIEL	300183870	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	36
21.	SHEILA DE LIMA SOUZA	300177448	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	12
22.	SUZANA NEVES DOS SANTOS	300055984	HR/ RO	NS	ENFERMEIRO	12
EMERGENCIAIS E EFETIVOS - NÍVEL MÉDIO						
23.	ALESSANDRA FERNANDES DE ARAUJO	300170057	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
24.	ALEXANDER ARAÚJO DA SILVA	300034920	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
25.	ANA CECILIA DO AMARAL PEREIRA LOPES	300178241	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
26.	ANNY CRYSTINA TELES PINTO RABÊLO	300178276	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
27.	AURINA SARAIVA DE LIMA	300177403	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
28.	CARLIANE BARROS DE SOUZA	300177325	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
29.	CLEOMAR LOPES ASSIS RAMOS	300098934	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
30.	EDIVALDO LABORDA DOS SANTOS	300092761	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
31.	EDIJANE DOS SANTOS CARDOSO DA SILVA	300177368	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

32.	EMILE PEREIRA ALMEIDA	300143581	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
33.	EUCILENE DOS SANTOS JORGE	300178296	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
34.	EVA FÉLIX TEMISTOCLES	300175992	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	72
35.	JOSIANE BRITO DA CUNHA	300177454	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
36.	KELYÂNE ALVES COSTA SALES	300177319	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
37.	MARIA AUXILIADORA MATOS DA SILVA	300183587	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
38.	MARIA DAS DORES VIANA DOS SANTOS	300177907	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
39.	MARIA DOS ANJOS DE JESUS ALVES	300175975	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
40.	NAIA SILVANIA DE ALMEIDA PINTO	300177470	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
41.	NATÁLIA RAMOS PINTO DA SILVA	300178278	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
42.	NEIDIJANE AMORIM PANTOJA	300177187	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
43.	NICÉLIA DA COSTA RODRIGUES	300177324	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
44.	PATRICIA DE JESUS MIRANDA	300177446	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
45.	RANDERSON FERREIRA DE SOUZA	300180526	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ORTOPEDIA	60
46.	RENATA CRISTINA SANTOS MASCARENHAS	300178235	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
47.	ROSILENE DE OLIVEIRA VALENTE MADURO	300178238	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
48.	SUELANE LIMA DE SOUSA	300177396	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
49.	SUSAN SANTOS	300169426	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
50.	THAIS SHAXA PEREIRA QUEIROZ	300178043	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
51.	VANILDA DO AMPARO UCHÔA	300186922	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
52.	WESLLEY ALLAN RODRIGUES INÁCIO	300183501	HR/ RO	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Michelle Dahiane Dutra
Secretária Executiva da Secretaria Estadual de Saúde

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Flori Menezes da Silva
Diretor Geral do Hospital de Retaguarda
HRRO/SESAU

Protocolo 0036838803

AVISO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL – PROCESSO Nº 0036.008271/2023-09

A Secretaria do Estado de Rondônia – SESAU, torna público a todos os interessados a apresentarem proposta comercial (orçamentos) para o fornecimento de ÁCIDO TIÓCTICO HR 600MG, GLICLAZIDA 60 MG, GLICLAZIDA 30 MG, SUCCINATO DE METROPOLOL 25 MG, LANZOPRAZOL 30 MG, PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG, ROSUVASTATINA 10 MG, MIRTAZAPINA 15 MG, DULOXETINA 60MG e PREGABALINA 150 MG, conforme características indicadas no **Termo de Referência**, por meio de **Dispensa de Licitação** (inciso IV, art. 24. Lei 8666/93), com a **máxima urgência,** a fim de atender mandado judicial Nº 1002461-98.2022.4.01.4103**.**

Os interessados deverão solicitar o Termo de Referência para o e-mail (sesaunmjcompras.med@gmail.com) e enviar proposta para o mesmo. A empresa deverá preencher de forma completa os campos do documento SAMS.

O detentor da proposta mais vantajosa será convocado a apresentar os demais documentos de qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira relacionados nos artigos 28 e 29 Lei 8.666/93.

O pagamento será realizado através de Empenho (art.58. Lei 4.320/64) após sua regular liquidação (art. 63. Inciso I e II. Lei 4.320/64).

SAMS

Unidade Orçamentária / Órgão Requisitante: SESAU			Nº de Cotação:050/ 2023/NMJ/SESAU		Cotador (a**):** **CAMILA**		Data: 28/ 03/2023
AUTOS JUDICIAIS Nº: 1002461-98.2022.4.01.4103			**TEMPO DE TRATAMENTO:** 180 dias				**REGIONAL:** VILHENA
ITEM	***ESPECIFICAÇÃO***	***UNIDADE***	***QTDE.***	***MARCA***	***ANVISA***	***PREÇO UNITÁRIO***	***PREÇO TOTAL***
01	ÁCIDO TIÓCTICO HR 600MG	COMPRIMIDO	180				
02	GLICLAZIDA 60 MG	COMPRIMIDO	180				
03	GLICLAZIDA 30 MG	COMPRIMIDO	180				
04	SUCCINATO DE METROPOLOL 25 MG	COMPRIMIDO	180				
05	LANZOPRAZOL 30 MG	COMPRIMIDO	180				
06	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG	COMPRIMIDO	180				
07	ROSUVASTATINA 10 MG	COMPRIMIDO	180				
08	MIRTAZAPINA 15 MG	COMPRIMIDO	180				
09	DULOXETINA 60MG	COMPRIMIDO	180				
10	PREGABALINA 150 MG	COMPRIMIDO	360				
11	EMPAGLIFLOZINA10 MG	COMPRIMIDO	180				

Solicitação de compra, especificação e quantitativo através do Despacho SESAU-NMJ0036020446 0036696635 - 0020.000588/2023-68

Para preenchimento pela empresa fornecedora:

Espaço para carimbo da empresa	*Responsável pela empresa (por extenso):*	*Telefone:*	***USO EXCLUSIVO DA SESAU***	***Valor total da proposta:*** *R$* ***Validade da proposta:*** *60 DIAS* ***Prazo de entrega:*** *10 dias corridos*
		E-mail:		
	Local:	*Data da proposta:*	*Assinatura servidor da SESAU*	
	Banco:			
	Agência:	*Assinatura do responsável pela empresa*	*Matrícula*	
	C/ C:			

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1. *As empresas vencedoras deverão apresentardocumentos de qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira relacionados nos artigos 28 e 29 Lei 8.666/93.*
2. *A proposta de preço deverá conter o alvará de funcionamento da empresa fornecedora, o registro do produto ofertado e Certificado de Boas Práticas de Fabricação por linha de produção junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).*
OBSERVAÇÃO: Todos os medicamentos devem apresentar data de validade no mínimo 80% do prazo.

MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva de Estado da Saúde

DIEGO MARADONA MELO DA SILVA
Coordenador do Núcleo de Mandados Judicias
CAMILA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Agente em Atividades Administrativas

Protocolo 0036944483

Portaria nº 984 de 20 de março de 2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – CONEPOD, no uso de suas atribuições legais, que lhes confere a Lei Nº 125 de 28 de junho de 1986, alterada pela Lei Nº 435 de 29 de setembro de 1992, c/c com o Decreto Nº 16.714, de 27 de abril de 2012, que Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Considerando a necessidade de compor o Comitê Gestor de Programas do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas – CONEPOD, visando o monitoramento e avaliação da LOA/PPA do exercício de 2023 e dos instrumentos orçamentários de 2024-2027 desta unidade, através do Decreto n.° 13.814, de 15 de setembro de 2008;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo discriminados na tabela, para comporem o Comitê Gestor, Gerentes de Programas e Usuários de Apoio do Plano Plurianual – PPA, o monitoramento e avaliação do 2020-2023 e a elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 desta Unidade Orçamentária 17.010 - Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FESPREN.

COMITÊ GESTOR: 17.010 - Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FESPREN						
IDENTIFICAÇÃO		**FUNÇÃO DENTRO DA UNIDADE**	**MATRÍCULA**	**CPF**	**TELEFONE**	**E-MAIL**
Coordenador do Comitê:	David Inácio dos Santos Filho	Presidente	300155743	585.526.184-00	(69) 99325-9127	davidinacio67@hotmail.com
1° Membro do Comitê:	Midiã da Silva Vasconcelos	Coordenadora Executiva	300158706	946.433.932-20	(69) 99271-9881	midy_vasconcelos@hotmail.com
2° Membro do Comitê:	Vrauceia Oliveira Silva Cavalcante	Assessora	300182217	061.961.128-64	(69) 99286-5028	vrauceia@gmail.com
GERENTES DE PROGRAMA						
U.O PROGRAMA	**IDENTIFICAÇÃO**	**FUNÇÃO DENTRO DA UNIDADE**	**MATRÍCULA**	**CPF**	**TELEFONE**	**E-MAIL**
2087 - Manutenção Administrativa da Unidade	Laura Taiane Albuquerque de Sá	Secretária Executiva	300172057	033.581.302-07	(69) 99267-2712	laura.albquerque17@gmail.com
4014 - Combater o uso de Drogas	Jeude de Oliveira Macedo	Secretário Geral	200004757	735.013.872-53	(69) 99330-9912	jeude83@gmail.com
USUÁRIOS DE APOIO:						

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

IDENTIFICAÇÃO	FUNÇÃO DENTRO DA UNIDADE	MATRÍCULA	CPF	TELEFONE	E-MAIL
Raissa Cariel Lima Gomes	Assessora	300180728	989.201.112-00	(69) 99348-6628	raissacariel@gmail.com
Naiara Elen dos Santos Azevedo	Assessora	300184525	013.588.992-82	(69) 99252-2153	naiaraazededo@gmail.com
Maiara Marchesini Batista	Assessora	300177340	814.787.392-15	(67) 99258-3132	marchesinimaiara@gmail.com

Art. 2º Os servidores indicados na presente Portaria, desde que ocupantes dos cargos atuais, estarão envolvidos nas atividades de Planejamento, Monitoramento e Atualizações do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - CONEPOD, sem ônus e prejuízo de suas atividades.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 3728 de 29 de agosto de 2022 e outras disposições ao contrário.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO
Presidente do CONEPOD/RO

Protocolo 0036685412

Notificação nº 58/2023/SESAU-EPC

Ao Senhor (A)

ANTONIO ENIVALDO FERREIRA MEDEIROS

Notificamos Vossa Senhoria (oua quem a substitua, a saber, seus sucessores e/ou herdeiros) a comparecer nesta Equipe de Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Saúde [**SESAU-EPC**], localizada no Centro Político Administrativo (Palácio Rio Madeira) - Avenida Farquar, nº 2986, Edifício Rio Machado, 3º Andar, das **7:30 às 13:30h**, para tratar de assuntos de seu interesse, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação desta Notificação, em caso de dúvidas entrar em contato através do telefone 69 3212-8306.

Porto Velho, 31 de março de 2023

(Assinado eletronicamente)
ORDENADOR DE DESPESAS
Secretaria de Estado de Saúde

Protocolo 0037081124

HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP

Portaria de férias nº 2429 de 30 de março de 2023.

O(A) GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 106 de 02 de março de 2023 de 03/03/2023,publicada no DOE n.41, de 03/03/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **GEISIANE DA SILVA MONTEIRO,** TÉCNICO EM LABORATÓRIO, matrícula 300143545, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, do(s) período(s) de **(12/07/2023 a 31/07/2023),**referente ao exercício de **2023,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **(12/06/2023 a 01/07/2023).**

Publique-se.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho - RO 30/03/2023.

GRACIELE MARIANE DE OLIVEIRA CASTOLDI
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS

Protocolo DOC11247

Portaria nº 146 de 22 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL DE BASE "Dr. ARY PINHEIRO", no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual nº. 9.997, de 3 de julho de 2002, e disposições seguintes,

Conceder com base no Decreto DECRETO N° 27.021, DE 4 DE ABRIL DE 2022, publicado no DOE nº 62 de 04.04.2022, que altera e acresce dispositivos do Decreto n° 10.712, de 11 de novembro de 2003, aos servidores pertencentes ao Quadro Efetivo e Temporários de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, que realizaram Hora Extra no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, referente ao mês de **Fevereiro/2023**.

Processo: 0049.002463/2023-54

Quadro Efetivo de Pessoal Civil do Estado de Rondônia				
Nome	Cargo	Matrícula	HR	Unidade
ACHILES QUEIROZ MONTEIRO DE REZENDE	Médico Cirurgião Geral/ Videolaparoscopia	300149925	66	
AGENOR MOURA GOMES JUNIOR	Médico Especialista em Clínica Médica	300142797	84	
ALBERTO SOUSA CASTROVIEJO	Médico Neonatologista	300023051	12	
ALEXANDRE AUGUSTO FERNANDES	Médico Ortopedista	300131359	48	
ANA KALINA DA SILVA SANTOS VERAS	Médico Clínico Geral	300141271	96	
ANA KAROLINE NOBREGA CAVALCANTI	Médico Nefrologista	300146773	96	
ANA PAULA ANDRADE DE FREITAS	Médico Clínico Geral	300148347	12	
ANITA SPERANDIO PORTO	Médico Patologista	300094236	24	
ANTONIO CARLOS BRANT MESQUITA	Médico Ortopedista (Especialização em Quadril)	300147846	42	
ARLETO ZACARIAS SILVA JUNIOR	Médico Cirurgião Cardiovascular	300094268	48	
CARLA REGINA RIBEIRO	Médico Pediatra	300131938	48	
CARLOS ANDRE TRENCH DE SOUZA	Médico Ortopedista	300053695	30	
CARLOS ROBERTO MOREIRA DE ALENCAR	Médico Ginecologista Obstetra	300034883	48	
CHRISTIANE ALVES CALIXTO	Médico Ginecologista Obstetra	300136889	48	
CINDY DE OLIVEIRA BARIANI	Médico Patologista	300093532	96	
CRISTIANE FIGUEIREDO REIS MAIORQUIN	Médico Pediatra	300055959	60	
DANIELA FALCÃO NOBRE	Médico Pediatra	300159782	66	
DENISE NOCRATO ESMERALDO KAMEL	Médico Ginecologista Obstetra	300120422	24	
DIEGO ESCOBAR	Médico Cirurgião Geral	300142832	96	
EDIMAR MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	Cirurgião Dentista Bucomaxilo	300056933	48	JPII
EDUARDO OLIVEIRA DE SOUZA	Médico Intensivista	300132273	72	
EDUARDO RODRIGO NUNES DITZEL	Médico Ortopedista	300157071	84	
ELESONLUZ LEAL RAMOS DE ALBUQUERQUE	Médico Especialista em Clínica Médica	300132663	84	
ELESSANDRO FERREIRA DUTRA	Médico Ultrassonografista	300144480	66	
EMILY DE OLIVEIRA TOURINHO G BARBOSA	Médico Radiologista/ Diagnóstico por Imagem	300100627	36	
EVERTON GENTIL BELTRAME	Médico Cirurgião Torácico	300094033	96	
EVERTON SANTOS COQUEIRO	Médico Ortopedista (Especialização em Joelho)	300146672	54	
FABIANA DE FREITAS	Médico Cirurgião Cardiovascular	300070698	96	
FRANCYNELLE COSTA ASSIS	Médico Especialista em Clínica Médica	300155404	48	
GILVAN BRITO LOPES	Médico Clínico Geral	300184478	6	

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

HALLAN RODRIGUES MENDONCA	Médico Ortopedista	300094286	60	
JASON SILVA JUNIOR	Médico Ginecologista	300162436	18	
JEANE OLIVEIRA MACHADO CASTRO	Médico Neonatologista	300156997	48	
JOSE CARLOS MULASKI	Médico Cirurgião Cardiovascular	300136794	60	
JOSE MARCELO VARGAS PINTO	Cirurgião Dentista Bucomaxilo	300061184	96	
JOSELUCE DANTAS MOTTA	Médico Pediatra	300001761	24	
JUAN CARLOS BOADO QUIROGA GALVAN	Médico Clínico Geral	300034907/ 300034911	48	
KARLA NOCRATO LOIOLA VAICIUNAS	Médico Especialista em Regulação ou Auditoria	300160393	60	
KLEBSON BRUNO LOPES VASCONCELOS	Médico Ortopedista (Especialização em Mãos)	300157012	30	
LEONARDO TOLEDO MOTA	Médico Cirurgião Geral	300132080	96	
LORENA PENHA DE ALMEIDA	Médico Reumatologista	300143068	18	
LUCIANO ZAGO	Médico Clínico Geral	300057844	72	
LUIS EDUARDO MAIORQUIN	Médico	300043047	96	
LUIZ CARLOS UFEI HASSEGAWA	Médico Intensivista	300044814	48	
MARCELA CRISTINA BORGES DOS SANTOS	Médico Pediatra	300132389	72	
MARCIA VIANA CARLOS CARDOSO	Médico Neonatologista	300131849	42	
MARCOS ALBERTO DE MENDONCA VEIGA	Médico Cirurgião Geral	300028638/ 300028639	96	
MARIA AUGUSTA VIANA DE SOUSA DIOGO ALENCAR	Médico Especialista em Clínica Médica	300143159	48	
MARIA BETANIA DO NASCIMENTO TORRES	Médico Anestesiologista	300028426	72	
MARIA IVANETE DE OLIVEIRA SOUZA	Médico Oftalmologista	300063431	96	
MARTA ALVES SEVERINO	Médico Intensivista	300021418	36	JPII
MAURICIO DA COSTA SOARES	Cirurgião Dentista Bucomaxilo	300070783	36	JPII
MAYANA GRAZIELLE SOUZA VIEIRA	Médico Especialista em Clínica Médica	300143204	42	
MOACYR TADEU VICENTE RODRIGUES	Cirurgião Dentista Bucomaxilo	300126202	60	JPII
NAKUXE ZARU MENDES DA ROCHA	Médico Hematologista	300023071	18	
NAYLSON FELLIPE COELHO BARRETO	Médico Ortopedista	300147547	72	
ORLANDO TEODORO RAMALHO	Médico Clínico Geral	300045365	90	
PAULO CEZAR ALVES PEREIRA DE SOUZA	Médico Hematologista	300053429	30	
PAULO ROBERTO GANACINI	Médico Hematologista	300151701	42	
RACHED MOHAMOUD ALI	Médico Ginecologista Obstetra	300025047	6	
RANNYERE MATIAS SAMPAIO	Médico Cirurgião Geral	300145660	36	
RENAN CANTANHEDE SALLES ROSA	Médico Ortopedista	300144894	96	
RENATO DE FIGUEIREDO RADAELI	Médico Ortopedista	300094293	36	
RICARDO CHAGAS SOUSA	Médico Cirurgião Oncológico	300149130	36	
RODOLFO LUIS KORTE	Médico Cirurgião Plástico	300064296	48	
RODRIGO ALMEIDA DE SOUZA	Médico Cirurgião Torácico	300068864	96	
RODRIGO VICK FERNANDES GOMES	Médico Ortopedista	300093008	36	
SAMILA ALVES DA SILVA	Médico Reumatologista	300148229	24	
SERGIO DIAS DE FREITAS	Médico Neonatologista	300053376	12	
SORAYA CRUZ BELEZA	Médico Epidemiologista	300108679	48	
TATIANE DE SANTANA LIMA	Médico Pediatra	300149454	6	
TELMA MARCIA ALENCAR DE FREITAS FERREIRA	Médico Neonatologista	300056873	30	
THAIS DE CARVALHO CAMPOS VILLELA	Médico Psiquiatra	300148853	60	
THAMY YAMASHITA SHIBAYAMA	Médico Patologista	300132326	72	
WILFREDO EMANOEL WENZEL	Médico Ultrassonografista	300071003	60	

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Quadro de Contratos Emergencial e Temporário de Pessoal Civil do Estado de Rondônia				
Nome	Cargo	Matrícula	HR	
CAMILLA NYARA DIAS SILVEIRA	Médico Especialista em Clínica Médica	300176038	48	
CARINA GODOY PICELLI	Médico Clínico Geral	300182580	84	
CARLOS AUGUSTO DA CONCEIÇÃO SENA FILHO	Médico Intensivista	300174370	24	
HANYELE SONJA GIMAQUES OLIVEIRA BARROS	Médico Especialista em Clínica Médica	300176570	78	
HUGO LOBO MEJA	Médico Clínico Geral	300182411	48	
MONALINE CRISTINA RAMOS BASTOS DE BARROS	Médico Intensivista	300186475	18	CEMETRON
NATALIE EVELYN DE COLOMBO FARIAS SANTANNA	Médico Intensivista	300186477	24	CEMETRON
RAPHAELA DE ALMEIDA GAZZOLI	Médico Urologista	300174711	48	
REBECA GUIMARAES MOTA	Médico Pediatra	300186142	48	
VANESSA SOUZA CARVALHO	Médico Proctologista	300182618	24	
WAGNER BARCELOS LOPES	Médico Especialista em Clínica Médica	300176612	30	
WANDERLANY MENDES DE SOUZA	Médico Especialista em Clínica Médica	300176593	96	
ZADDIESL RODRIGUEZ RODRIGUEZ	Médico Clínico Geral	300174164	84	JPII

(assinado eletronicamente)

RODRIGO BASTOS DE BARROS

Diretor Geral / HBAP

Decreto de 03 de janeiro de 2023

Publicada no DIOF nº 2 de 04/01/2023

(assinado eletronicamente)

MICHELLE DAHIANE DUTRA

Secretária Executiva/SESAU/RO

Decreto de 03 de Janeiro de 2023

Publicada no DOE n° 02 de 04.01.2023

Protocolo 0036791890

Portaria nº 171 de 31 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL DE BASE “Dr. ARY PINHEIRO”, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual nº. 9.997, de 3 de julho de 2002, e disposições seguintes,

Considerando o teor do Processo nº 0049.075376/2022-35

RESOLVE:

1º - Reorganizar as designações das Chefias Substitutas dos Setores deste Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, sem prejuízos de suas funções, para responder pelos titulares em caso de ausências, impedimentos legais e eventuais, conforme especificado abaixo:

Setor	Chefia/ Coordenação	Substituto
Acolhimento-GM	MARCOS NEVES VARJAO	PAULA JENNIFER NERY REIS
Alojamento Conjunto-GM	CRISTIANE FIGUEIREDO REIS MAIORQUIN	CESAR AUGUSTUS WANDERLEY DE OLIVEIRA
Anestesia-GM	ALCIRLEY QUEIROZ COSTA	VALMIR NUNES COELHO
ASSESP - Assessoria Especial	KARINE LIMA SILVA	SOPHIA MARIA SIQUEIRA DE CASTRO
ASTEC - Assessoria Técnica	LEIDIANE SOUSA DE ARRUDA BENTES	
ATO - Ambulatório de Trauma Ortopédico	TATIANE BEZERRA CORREA	
BORO - Núcleo de Banco de Olhos	DAMARIS BORGES JIMENES FILHA	MARIA DE FATIMA CELESTINO DA COSTA
Cardiologia Clínica-GM	GILVAN BRITO LOPES	ALESSANDRA AREDES MORAES DE MENDONÇA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CCIH - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	ANDREA BARBIERI DE BARROS	PAULINA PETILLO CARDOSO MORAES
CGTX - Central de Transplante	MAIARA ALMEIDA FEITOSA	
Cirurgia Bariátrica-GM	OZIEL JARDIM DE MOURA JUNIOR	IVAN GREGORIO IVANKOVICS
Cirurgia Bucomaxilo-GM	JOSE MARCELO VARGAS PINTO	RODRIGO JACON JACOB
Cirurgia Cardíaca-GM	ARLETO ZACARIAS SILVA JUNIOR	JOSE CARLOS MULASKI
Cirurgia de Cabeça e Pescoço-GM	FERNANDO LUIZ FERRAZ DE SÁ	GABRIELLE GADELHA DE ALMEIDA BADOCHA
Cirurgia Plástica-GM	RODOLFO LUIS KORTE	DOUGLAS VIELLAS RODRIGUES
Cirurgia Torácica-GM	EVERTON GENTIL BELTRAME	WAGNER BARCELOS LOPES
Cirurgia Vascular-GM	LUIS EDUARDO MAIORQUIN	LUIZ ANTONIO DE AZEVEDO ACCIOLY
Clínica Médica-GM	MAYANA GRAZIELLE SOUZA VIEIRA	LORENA PENHA DE ALMEIDA
COREME	LUCIA DE FÁTIMA VIANA REGO MAIORQUIN	REGINALDO FERNANDES LOURENÇO
CPRE-GM	MARCELO PEREIRA DA SILVA	ISABELA ANDRINA RIBEIRO DA SILVA HABIB
DCIRG - Cirurgia Geral	RANNYERE MATIAS SAMPAIO	MARCOS ALBERTO DE MENDONCA VEIGA
Departamento de Oftalmologia	RODRIGO CARVALHO DE OLIVEIRA	
DEPE - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão	HORACIO TAMADA	MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Dermatologia-GM	ANA CLAUDIA DINARDI DE ALMEIDA	
DG - Direção Geral	RODRIGO BASTOS DE BARROS	FRANCISCA NOGUEIRA BORGES ALVES
DIRTEC - Direção Técnica	CHRISTOPHER TEIXEIRA ROSA	
DORT - Departamento de Ortopedia	RENAN CANTANHEDE SALLES ROSA	RENATO DE FIGUEIREDO RADAELI
DUROL - Departamento de Urologia	CID OLAVO SCARPA VASCONCELLOS	DIEGO ESCOBAR
Ecocardiograma-GM	RAITANY COSTA DE ALMEIDA	LUIZ HENRIQUE BISSOLI PINTO
Endocrinologia-GM	ORLANDO LEITE DE CARVALHO	GRACIELA FATIMA LOURENÇO JOCA
Endoscopia-GM	ADRIANA SILVA ASSIS	GUSTAVO BOUSQUET VIANA
ENFCIRU - Clínica Cirúrgica I-GE	JOSELI ALVES BEZERRA	LAURA CAROLINE DE SOUZA MAFORTE
ENFCIRU - Clínica Cirúrgica II-GE	JOSELI ALVES BEZERRA	LAURA CAROLINE DE SOUZA MAFORTE
FONO - Setor de Fonoaudiologia	MARIA DO SOCORRO ECHALAR MARTINS	VIRGINIA BRAZ DA SILVA
GAB - Gabinete	KARINE RODRIGUES DE OLIVEIRA	PATRICIA PAULA LOPES SALKYS
GAD - Gerência Administrativa	ANDRE LUIZ FERREIRA DA SILVA	PATRICIA LOPES RANGEL
Gastroenterologia-GM	MARCIA COELHO DE MELLO	
GENF - Gerência de Enfermagem	VANJA RAQUEL BENTES DE SOUSA	ELISANGELA NUNES DA SILVA
GFAH - Gerência de Farmácia Hospitalar	ADRIANA PAINKO CASTIEL FERNANDES	ELAINE ARAUJO JENNINGS
GFAT - Gerência de Faturamento	LARISSA LEITE PEREIRA DA CRUZ	LUIS EDUARDO DOS SANTOS RIOS
Ginecologia-GM	JASON SILVA JUNIOR	HELY CAMURCA LIMA JUNIOR
GMAN - Gerência de Manutenção	AROLDO BONFIM SILVA	VALDNEY LIMA VALE
GMED - Gerência Médica	HANYELE SONJA GIMAQUES OLIVEIRA BARROS	DÉBORA LEMES BASTOS DE BARROS
GNUD - Nutrição e Dietética	MARIA JOSE FERREIRA	LYA DEMETRIO ALMEIDA
GRH - Gerência de Recursos Humanos	GRACIELE MARIANE DE OLIVEIRA CASTOLDI	
Hematologia-GM	PAULO ROBERTO GANACINI	PAULO CEZAR ALVES PEREIRA DE SOUZA
Hemodinâmica-GM	GEDERSON ROSSATO	
Infectologia-GM	CAREN LORENA PETILLO CARDOSO	ANDREA BARBIERI DE BARROS
Mapa Cirúrgico	CHRISTIANE ALVES CALIXTO	SAMELA JAQUELINE PARDO DE SOUZA LIONEL
Mastologia-GM	ROGERIO VAZ DE MELO JUNIOR	MARIANA CARLOS DE GOIS
NAME - Núcleo de Arquivo Médico e Estatística	ELIZANGELA BRASIL DO CARMO	KÁTIA CILENE DE OLIVEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

NCME - Núcleo de Central de Material Esterilizado	MARIA IVETE ZOLIN CANTERLE AFONSO	LUCIA MIRANDA SILVA
NCOB - Núcleo de Controle de Óbito	JANAINA LETICIA SOUZA DE ALBUQUERQUE	LIGIANE DA SILVA MARTINS LOPES
NCONTR - Núcleo de Contratos	MARILENE PRUDENCIO OLIVEIRA	CLEONICE CAETANO DO NASCIMENTO
Nefrologia-GM	CRISTELA MARTINS CERETA	ELIDA MOURA CARVALHO
NEP - Núcleo de Educação Permanente	MARIA MADALENA DE OLIVEIRA	EUNICE RIBEIRO SALOMÃO
NESTAGI - Núcleo de Estágios Supervisionados	MONICA CRISTIANE ANASTASSIOY ALVES	KEYTIANE MENDES ALVES
NFIS - Núcleo de Fiscalização de Frequências	NILANIA CASTRO DOS SANTOS DE SOUZA	
NFISIO - Setor de Fisioterapia - Clínica	NARCIA CAMELO CORREA	QUELMA FELICIO DA SILVA
NFISIO - Setor de Fisioterapia - UTI's	ELAINE LARGURA BIAZATI	JAIARA RODRIGUES TREVISAN
NHE - Núcleo Hospitalar de Epidemiologia	SORAYA CRUZ BELEZA	ALEX SIQUEIRA DE OLIVEIRA
NHEMOD - Núcleo de Hemodinâmica	FERNANDA CRISTINA CARDOSO ARGENTO	IVONE DE MORAIS E SOUZA OLIVEIRA
NIR Exames	NADIA DANTAS DE OLIVEIRA LAUDIAUZER	LEILANE NASCIMENTO MELO
NIR Leitos - NUREGLE	WANDERLANY MENDES DE SOUZA	HELOISA ANDRADE TEIXEIRA CHAVES
NLAV - Núcleo de Lavanderia e Costura	ALINE DOS SANTOS PRADO	EDIRLEI DOS SANTOS OLIVEIRA
NORTP - Núcleo de Órtese e Prótese	ANTONIO MARCOS DE SOUZA NOBREGA	RODNEI IZEL ALENCAR
NPS - Núcleo de Segurança do Paciente	TATIANA TOMOE DO	TATIANE FREITAS DA SILVA ARAÚJO
NPSI - Núcleo de Psicologia	AUDILENE DE SOUZA QUEIROZ DOS SANTOS	TAIANE MARIÊ GOMES CUNHA AMADIO
NRADIO - Núcleo de Radiologia	PAULO ESTEVAN FARIA LEITE	FRANCISCO ERIVALDO DE MESQUITA VIDAL
NRS - Núcleo de Resíduos Sólidos	EUNICE RIBEIRO SALOMÃO	
NSESO - Núcleo de Serviço Social	REGINA DE ANDRADE PEREIRA	MONICA MARIA CHAVES DE AMORIM
NSTRA - Núcleo de Saúde do Trabalhador	ALINE PAULINO DE BRITTO	ILCA DE SA MENDES PASSOS MENEZES
NTERAPIO - Núcleo de Terapia Ocupacional	JOELMA SOCORRO CANETE DE MORAES CATACA	SOLIMAR MARIA DAS NEVES
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação	CARLOS EDUARDO TORRES AMARAL	CARLOS BURGAS VASQUEZ
NUALM - Núcleo de Almoxarifado	ESTEFANE SAMANTA SANTOS FONSECA	RODNEI IZEL ALENCAR
NUBLEI - Núcleo de Banco de Leite	TAIANE FALCÃO TEIXEIRA	JAQUELINE RESENDE DA SILVA
NUCARDIO - Serviço de Cardiologia	WILLIAN CARVALHO	PATRICIA CALDEIRA COSTA
Núcleo de Acolhimento e Internação	CRISTIANE SOUZA DE ARAUJO	PAULA JENNIFER NERY REIS
Núcleo de Capelania	LUCININHA MENEZES MARRIELI	
NUCLIMIN - UTI Neonatal-GM	JEANE OLIVEIRA MACHADO CASTRO	MARCIA VIANA CARLOS CARDOSO
NUDIAG - Núcleo de Diagnóstico	ANA CLAUDIA COSTA DE MENDONÇA	MARIA GERCILENE BARROS DA SILVA MONTEIRO
NUECI - Centro Cirúrgico-GE	THIAGO FERREIRA BRUNO	RENATA RODRIGUES DA LUZ
NUEIN - Berçário-UCIN	ADRIANA TICO DA SILVA	SUELEN DE SOUZA SALES
NUEIN - UTI Neonatal-GE	ADRIANA TICO DA SILVA	SUELEN DE SOUZA SALES
NUEMA - Centro Obstétrico-GE	ELISANGELA NUNES DA SILVA	CLARICE CLORINDA FRANK
NUEMA - Maternidade-GE	ELISANGELA NUNES DA SILVA	CLARICE CLORINDA FRANK
NUEMED - Clínica Médica I-GE	GERLANDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	ALINE MORAIS FONTENELE BARBOZA DE SOUZA
NUEMED - Clínica Médica II-GE	GERLANDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	ALINE MORAIS FONTENELE BARBOZA DE SOUZA
NUEMED - Clínica Médica III-GE	GERLANDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	ALINE MORAIS FONTENELE BARBOZA DE SOUZA
NUFIS - Núcleo de Fissurados	FELIPE AZEVEDO LEÃO	GRAZIELLY TELES NASCIMENTO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

NUHALISE - Núcleo de Hemodiálise/ Nefrologia	GILMAR MEIRELES NOGUEIRA	ANDREI WILLIAN GONÇALVES SANTANA
NUMO - Núcleo Materno Obstétrico	DENISE NOCRATO ESMERALDO KAMEL	ODALY PANIAGUA FERNANDES
NUPACIRG - Núcleo de Patologia Cirúrgica	CINDY DE OLIVEIRA BARIANI	THAMY YAMASHITA SHIBAYAMA
NUPACLIN - Núcleo de Patologia Clínica	JULIANA VIEIRA FREZZA BERNARDES COHEN	JULIANA LOCA FURTADO FONTES
NUPAT - Núcleo de Patrimônio	RAFAEL BRENO FARIAS PEREIRA	PEDRO DIAS CARNEIRO
NUPSQ - Psiquiatria-GE	CESAR ALEXANDRE RODRIGUES FIGUEIREDO	ADAMIS MAIA UCHOA
NUTI - UTI 1-GE	SANDRA MARIA SCHULTZ	ALESSANDRA APARECIDA BARBOSA DE OLIVEIRA
NUTI - UTI 2-GE	SANDRA MARIA SCHULTZ	ALESSANDRA APARECIDA BARBOSA DE OLIVEIRA
NUTI - UTI 3-GE	SANDRA MARIA SCHULTZ	ALESSANDRA APARECIDA BARBOSA DE OLIVEIRA
NUTRAN - Núcleo de Transporte e Segurança	KRISTOFFERSON SANTOS DE SOUZA	ESDRAS MIRANDA PIRES
Nutrologia-GM	ANDREZZA MARIA DE OLIVEIRA	
NVP - Núcleo de Vigilância Patrimonial	ESTEFANE SAMANTA SANTOS FONSECA	ESDRAS MIRANDA PIRES
Oncologia Cirúrgica-GM	RANNYERE MATIAS SAMPAIO	MARCOS ALBERTO DE MENDONCA VEIGA
Oncologia Clínica-GM	GLAUBER CAMPOS SOUZA	HERLINDO ROGER CLAROS CLAROS
ORTOENF - Ortopedia I-GE	ROSEANY EMANUELLE PAIVA DE LIMA	ALESSANDRA SUELEM RIBEIRO
ORTOENF - Ortopedia II-GE	ROSEANY EMANUELLE PAIVA DE LIMA	ALESSANDRA SUELEM RIBEIRO
OUVI - Ouvidoria	EDVALDO DA SILVEIRA FEITOSA	ANA CLAUDIA ALVES MOURAO LOPES
Pneumologia-GM	FRANC FERNANDES ARRUDA	ELESONLUZ LEAL RAMOS DE ALBUQUERQUE
Proctologia-GM	RODRIGO BASTOS DE BARROS	WILLIAN PASCHOALIM DE MELLO
Psiquiatria-GM	IVO LAURO DICKOW	THAIS DE CARVALHO CAMPOS VILLELA
Radiologia-GM	EMILY DE OLIVEIRA TOURINHO G BARBOSA	PRISCILLA MARGARETH ZAMUNER FERNANDES
Reumatologia-GM	LORENA PENHA DE ALMEIDA	SAMILA ALVES DA SILVA
Serviço de Fonia	CARLOS EDUARDO TORRES AMARAL	CARLOS BURGAS VASQUEZ
SESMT	KLEBERSON DA SILVA MEDEIROS	FRANCILENE FRANCO DE ALMEIDA
Setor de Tomografia	LUCIA MASCARINHO DA SILVA	
Setor de Transplante Ósseo	DAIANE CRISTINA DA FROTA MARQUES	
Setor de Transplante Renal	JULIANA VALERIA RIBEIRO WRONSKI	LIDIANE BRITO FEITOSA
TRANSINTER - Setor de Transporte Inter-Hospitalar	DIORGEM MENDONÇA DE LIMA AZEVEDO	NUBIA FERREIRA DE ARAUJO
TXHEPATO - Serviço de Transplante Hepático	MARIA DE FATIMA CELESTINO DA COSTA	MARGARETE ANDRADE FROES FONSECA
Ultrassonografia-GM	DEBORA LEMES BASTOS DE BARROS	ELESSANDRO FERREIRA DUTRA
UNACON-GE	MARLEDE SÁ CARVALHO DORTA	THATIANE PEREIRA SILVA DE SENA
UTI Adulto I-GM	LUIZ CARLOS UFEI HASSEGAWA	ANDREZZA MARIA DE OLIVEIRA
UTI Adulto II-GM	EDUARDO OLIVEIRA DE SOUZA	REBEKA MAYARA MIRANDA DIAS FOGAÇA

2º - Revogar os efeitos das Portarias aprovadas e publicadas, anteriormente, quanto à designação de outros servidores para as Chefias Substitutas acima especificadas.

3º - Este ato entra em vigor a partir de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RODRIGO BASTOS DE BARROS

Diretor Geral/HBAP

Protocolo 0037052645

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II - HPSJP-II

Portaria nº 125 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotado no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
		NÍVEL SUPERIOR				
1.	FERNANDO CERETTA	300039755		NS	NEFROLOGISTA	48
2.	RENATA ROCHA DE DEUS	300158544		NS	CLIN. MEDICA	24
3.	ZHARA GIMENA DE VASCONCELOS PIMENTEL BARBOSA LONGUINI MOREIRA	300145342		NS	NEFROLOGISTA	96

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037029222

Portaria nº 126 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
		NÍVEL SUPERIOR				
1.	ADERLANNE DA SILVA ABREU	300183557	EMERGENCIAL	NS	ENFERMEIRA	48
2.	AURINETE DE JESUS NUNES FERREIRA	300183543	EMERGENCIAL	NS	ENFERMEIRA	89
3.	CARMEM MARIA ALVES DE MELO CHAVES	300182963	EMERGENCIAL	NS	ENFERMEIRA	36
4.	RAFAELLA PEREIRA DA SILVA	300149486		NS	ENFERMEIRO	48
		NÍVEL MÉDIO				
5.	AGLENE MARQUES ARAUJO	300183772	EMERGENCIAL	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
6.	ALEXANDRA ARAUJO DA SILVA	300034920		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

7.	ANA CASSIA CARDOSO REMIGIO CRESPIM	300145118		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
8.	CLEIA DE SOUZA LIMA	300147030		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
9.	DEYVISON ANTONY DA SILVA COSTA	300104832		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
10.	ELCIO ANDERSON SILVA MARINHO	300145050		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
11.	ELIS REGINA BARBOSA RODRIGUES	300062406		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	17
12.	ELIZANGELA CAVALCANTE DA SILVA	300103822		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
13.	FABIOLA GOMES DA SILVA	300171007	EMERGENCIAL	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
14.	HELENO NEVES DOS SANTOS FILHO	300041565		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
15.	JAQUELINE SALES DE LIMA RAPOSO	300138125		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
16.	JOSIAS GONÇALVES DE JESUS	300053462		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
17.	MAIARA FIGUEIREDO DOS SANTOS	300184098	EMERGENCIAL	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
18.	MARIA JANILCE DA COSTA NERY	300034740		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
19.	NATALIO EMMANUEL MELO DE CARVALHO	300183967		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
20.	PAULO CESAR DE AGUIAR MENDES	300155302		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
21.	VANDERSON BORGES DAS NEVES	300149952		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
NÍVEL FUNDAMENTAL						
22.	ANA PEREIRA DE ALENCAR	300034735		NF	AUX. DE ENFERMAGEM	24
23.	MAISA COELHO DE LIMA	300057494		NF	AUX. DE ENFERMAGEM	96
24.	MARCELO OLIVEIRA BRITO	300028247		NF	AUX. DE ENFERMAGEM	36

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037029929

Portaria nº 127 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **JANEIRO/2023.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
NÍVEL SUPERIOR						
1.	AUGUSTO CESAR MENESES SANTOS	300038986		NS	NEUROLOGISTA	72
2.	ELZA GABRIELA DE BARROS PEREIRA	300132382		NS	MED. CLIN. GERAL	72
3.	TANIA REGINA CASTRO PIMENTA	300182915	EMERGENCIAL	NS	FARMACEUTICO	36

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037030112

Portaria nº 128 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **JANEIRO/2023.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
NÍVEL SUPERIOR						
1.	TIAGO AIRES DE ALMEIDA SILVA	300174050	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	84

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037030468

Portaria nº 129 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotado no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
			NÍVEL SUPERIOR			
1.	ENNELY MENDONÇA GUTZEIT	300147885		NS	ORTOPEDISTA	84
2.	ERIK ZIOLKOWSKI TAMES	300094289		NS	CIRUR. GERAL	72
3.	LUIZ HENRIQUE BISSOLI PINTO	300131416		NS	CARDIOLOGISTA	48
4.	PAUZANES DE CARVALHO FILHO	300054101		NS	NEUROLOGISTA	36

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037030606

Portaria nº 133 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **JANEIRO/2023.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
			NÍVEL SUPERIOR			
1.	GEIZIEL MOREIRA CRUZ	300182738	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	96

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037033517

Portaria nº 91 de 24 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, ao servidor pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionado, lotado no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
			NÍVEL SUPERIOR			
1.	MILTON LUIZ MOREIRA	300014691		NS	ULTRASSONOGRAFISTA	66

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0036882948

Portaria nº 130 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
			NÍVEL SUPERIOR			
1.	ANIBAL BORIN DOS SANTOS	300176581		NS	MED. CLIN. GERAL	60
2.	ANTONIO SAVIO DANTAS BARROSO	300174193		NS	MED. INTENSIVISTA	36
3.	AUGUSTO CESAR MENESES SANTOS	300038986		NS	NEUROLOGISTA	72
4.	CARLOS EDUARDO TRENCH DE SOUZA	300169583		NS	ORTOPEDISTA	72
5.	CARLOS GLEY BEZERRA DA COSTA	300041544		NS	UROLOGISTA	24
6.	CAROLINI SIMONE MARQUES SILVEIRA	300171383	EMERGENCIAL	NS	MED. CLIN. GERAL	96
7.	DANIEL MARQUES FRANCO	300150325		NS	ORTEPEDISTA	96
8.	ELLAN GIULIANNO FERREIRA	300176569	EMERGENCIAL	NS	ORTOPEDISTA	96
9.	ELZA GABRIELA DE BARROS PEREIRA	300132382		NS	MED. CLIN. GERAL	96
10.	EMILAYNE KAREN CANDIDO TENORIO	300174371	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	84
11.	FELIPE SANTOS CASSEB JUNIOR	300143215		NS	ORTOPEDISTA	48
12.	FERNANDA SIMÃO MARTINS	300174205	EMERGENCIAL	NS	MEDICA	96
13.	GLADSON DENIS SIQUEIRA	300028351		NS	MEDICO	48
14.	GLAUCIA MENDES SILVA	300175849	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	24
15.	HENRIQUE VIANA XAVIER	300166073		NS	CIRUR. GERAL	24
16.	IVNA MOTA DE MOURA	300180717		NS	CIRUR. GERAL	96
17.	JACKSONE PENA FELICIANO	300145592		NS	CIRUR. GERAL	96
18.	JOSE LUIS SILVERIO CABANILLAS	300062910		NS	ORTOPEDISTA	48
19.	KANDY MATEUS SILVA SIQUEIRA	300143011		NS	ORTOPEDISTA	96
20.	LUIZ MERCADO VALENTE	300174144		NS	MED. INTENSIVISTA	72
21.	MAYARA FLORÃO	300172736		NS	CLINICO GERAL	24
22.	NATHALIA VITORINO BEZERRA	300176041		NS	MEDICA	96
23.	PALOMA GONCALVES MOREIRA	300180726		NS	MED. INTENSIVISTA	12
24.	PAULO ROBERTO TABOSA	300146598		NS	ORTOPEDISTA	48

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

25.	PIET GABRIEL OLIVEIRA PEREIRA	300176578	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	30
26.	QUETILEN CANDIDA MARQUES MOREIRA	300131817		NS	MED. CLIN. GERAL	24
27.	RAIANE RAMALHO DE MORAIS	300174241	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	66
28.	RODRIGO DE FIGUEIREDO GONÇALVES	300162876		NS	ORTOPEDISTA	36
29.	SAORI KADOWAKI BEN CARLOTO	300174260		NS	MED. INTENSIVISTA	12
30.	STHEFANNY JEIELLY ROSARIO CANELA	300135761		NS	MED. CLINICO GERAL	36
31.	THATTYANE BORBA PEREIRA	300109420		NS	CLINICO GERAL	84
32.	TIAGO AIRES DE ALMEIDA SILVA	300174050		NS	INTENSIVISTA	66
33.	VANESSA DE ANDRADE ARAUJO	300186854	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	06
34.	WENCESLAU RUIZ LINHARES NETO	300055992		NS	CIRUR. GERAL	48
35.	WERLEY NEITZEL PEYNEAU	300070638		NS	ORTOPEDISTA	24
36.	WILLIAN DOMINGUES DA SILVA	300174263	EMERGENCIAL	NS	INTENSIVISTA	96

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037032515

Portaria nº 136 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados na **Gerência Administrativa** do Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

ITEM	NOME	MATRÍCULA	CARGO	HORAS
	EFETIVOS			
1.	MARIA DAS GRAÇAS AMORAS DOS SANTOS	300014801	AUX. ATIV. ADM	34
2.	SHIRLEY VILHENA SANTANA	300014936	AUX.SERV. GERAIS	36

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037034066

Portaria nº 137 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

R E S O L V E:

Conceder, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90 e, cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o Adicional de Serviços Extraordinários, aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

ITEM	NOME	MATRÍCULA	CARGO	HORAS
1.	LUCILA VIEIRA DA COSTA	300155790	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	96
2.	ORICELIA MARIA DE OLIVEIRA BARROSO	300161269	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	34

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037034124

Portaria nº 102 de 28 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
NÍVEL SUPERIOR						
1.	ALEXSANDER CORREIA DA CUNHA	300123248		NS	FISIOTERAPEUTA	60
2.	ANDRE NOBRE DO NASCIMENTO DA SILVA	300131142		NS	FARMACEUTICO	84
3.	FRANCO ULISSES LIMA SOBREIRA	300183679	EMERGENCIAL	NS	FISIOTERAPEUTA	48
4.	HENRIQUE FURUNO DA SILVA	300145652		NS	CIRUR. GERAL	96
5.	MATHEUS FONTELE FERNANDES	300171508	EMERGENCIAL	NS	FISIOTERAPEUTA	24
NÍVEL MÉDIO						
6.	LUANA FERNANDES LEITA	300183624	EMERGENCIAL	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0036966749

Portaria nº 139 de 30 de março de 2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, a servidora pertencente ao Contrato Emergencial, abaixo relacionado, lotado no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **DEZEMBRO/2022.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
			NÍVEL SUPERIOR			
1.	JANAINA EVANGELISTA FERREIRA DOS SANTOS	300177990	EMERGENCIAL	NS	FISIOTERAPEUTA	06

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037036049

Portaria nº 134 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no **Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II**, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

ITEM	NOME	MATRÍCULA	CARGO	HORAS
		EFETIVOS		
1.	ADJANE MAIA UCHOA SHERCH	300136411	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
2.	ALINE DELAYNE DA SILVA GOMES	300123135	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	48
3.	ALTEMIR SILVA MENDONÇA	300078120	MOTORISTA	24
4.	AMIUCA ANTONIO DE SOUZA LOBO	300014854	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
5.	ANA MARIA OLIVEIRA SILVA	300016662	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
6.	ANATALHA SILVA MORAIS DAS NEVES	300154900	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	48
7.	ANDERSON EMANUEL DE FREITAS CANTANHEDE	300134877	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	72
8.	ANDRE LUIZ XAVIER MENDANHA	300133926	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	48
9.	ANDREIA DE PAULA CARLOS QUEIROZ	300123136	TEC. ADM.OP DA SAUDE	22
10.	ANGELA MARIA DALMOLINI NUNES	300096074	TEC. ADM OP. DA SAUDE	34
11.	ANGELA MARIA GOMES ROMANO	300044457	AUX. DE SERVIÇOS DE SAÚDE	26
12.	ANTONIA VALDEINA DE ARAUJO	300134249	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

13.	ANTONIO MARCOS MENDES DA SILVA	300186116	MOTORISTA	24
14.	APARECIDA SOUSA SILVA	300100933	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	24
15.	ARIVALDO TEIXEIRA LIMA	300017349	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	72
16.	BRUNO FABRICIO MELO DA COSTA	300136350	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	84
17.	BRUNO MARQUES DE LIMA	300156308	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	60
18.	CARLA LETICIA PEREIRA DIAS	300134697	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
19.	CELUTA CARVALHO BRASIL	300022327	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	16
20.	CESAR ROLIM ARAUJO DA CUNHA	300134695	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	42
21.	CLECIA DA SILVA ABREU FIGUEIRA	300019907	AUX. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
22.	CLEDILON FERREIRA MONTEIRO	300167703	MOTORISTA	04
23.	DEIVID JARDIM PEREIRA	300132740	MOTORISTA	24
24.	DIEGO EMILIANO DE OLIVEIRA GIMENEZ	300101692	ADMINISTRADOR HOSPITALAR	96
25.	EDMILSON FERNANDES JUNIOR	300134718	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	24
26.	EDNELSON LIMA AMARAL	300134818	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	34
27.	ELIZABETH BENTO PURITO	300016857	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
28.	ERCILIA OLIVEIRA NASCIMENTO	300123152	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
29.	FABIANA HELEN MELO NERES FERNANDES	300182602	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	72
30.	FRANCINETE AUZIER DE OLIVEIRA	300184018	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
31.	FRANQUE RODRIGUES NEVES BARBOSA	300145083	TÉC. EM SEG. DO TRABALHO	60
32.	HADAD CARDOSO XAVIER	300016051	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
33.	HULDA SAMARA MEDEIROS DUARTE	300121151	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	48
34.	IAGO ARAUJO MARQUES	300134824	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	42
35.	IDELMAR ARAUJO DOS SANTOS	300183112	MOTORISTA	24
36.	IONY TEREZINHA OLIVEIRA DE MENEZES	300126874	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	96
37.	IRENE PEREIRA DA SILVA	300011866	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
38.	ITALO DAMASCENO JUSTINO	300145654	TÉC. EM SEG. DO TRABALHO	60
39.	IVANEIDA BRITO DAS NEVES CAVALCANTI	300018561	TEC. DE SERV. DE SAUDE	34
40.	JAQUELINE TAVARES LIMA	300135044	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
41.	JOAO BOSCO RODRIGUES CRUZ	300136527	MOTORISTA	24
42.	JOELMA SANTOS CAMPOS NUNES	300135045	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	24
43.	JOSEMAR CASTRO FERREIRA	300183544	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	96

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

44.	JUCILEIDE PEREIRA GUEDES	300022554	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	34
45.	JULIO DA COSTA PINHEIRO	300183666	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
46.	KARINE HELEN VOLKWEIS DE SOUZA	300134820	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	24
47.	LEANDRO ALVES DE SOUZA	300186077	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	42
48.	LEONARDO MARTINS CAVALCANTE	300171044	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	60
49.	LEONICE RODRIGUES DOS SANTOS	300014932	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	42
50.	LIANDRIO SILVA PEDRAÇA	300147004	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	42
51.	LOUISE CAROLINE BONFIM SILVA CASARA	300145145	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
52.	LUIS CARLOS COSTA PROENÇA	300182493	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	24
53.	LUIS FRANCISCO GONÇALVES MACHADO	300044535	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	42
54.	LUIS TIAGO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	300171648	MOTORISTA	24
55.	MARCEY JOSE TEIXEIRA MOREIRA	300068952	AUX. SERV. GERAIS	36
56.	MARCIA COSTA BARBOSA	300184030	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	42
57.	MARCIO SADIR RIBEIRO PINHO	300015039	AUX. ADMINISTRATIVO	36
58.	MARIA ALCINEIDE DE SOUSA MONTEIRO	300014856	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
59.	MARIA ALDIRENE DA SILVA MARINHO	300063692	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
60.	MARIA APARECIDA DA SILVA	300017140	AUX. DE SERVIÇOS DE SAUDE	18
61.	MARIA AUREA DELGADO DE FARIAS	300014923	AUX. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	42
62.	MARIA DAS DORES VELOSO DE ARAUJO	300019177	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
63.	MARIA DE FATIMA MAIA PEREIRA	300016261	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
64.	MARIA HELENA DELGADO DE FARIAS	300012036	AUX. SE SERVIÇOS GERAIS	12
65.	MARIO CELIO GOMES DE SOUZA	300068618	MOTORISTA	34
66.	MARIO LUCIO MACHADO PREFETA FILHO	300073808	MOTORISTA	24
67.	MARIO SERGIO DUARTE PINTO	300016028	AUX. EM ATIV. ADMINISTRATIVAS	36
68.	MARIVALDO FRANCISCO DE MIRANDA	300018406	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	24
69.	MARIZA AMANDA MARINHO DO NASCIMENTO	300134253	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	84
70.	MARLENE CHAVES DE CARVALHO	300134896	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	72
71.	MARLON VIEIRA GOMES	300147579	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
72.	NATIELE VALE MIRANDA	300131964	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
73.	NAZARENA CARVALHO CUNHA	300028428	AUX. DE SAUDE	34
74.	NAZILDO CAVALCANTE DA SILVA	300074499	MOTORISTA	24

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

75.	NELIDO ALVES DA COSTA	300183541	AGENTE ADMINISTRATIVO	72
76.	NEUZA SILVA ALECRIM	300016734	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
77.	PATRICIA BIET DE SOUSA	300134269	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	60
78.	PAULA APARECIDA FERNANDES ALVES	300134836	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	42
79.	PAULA FERREIRA BEZERRA	300137641	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	60
80.	PAULO VINICIUS LOPES PINGUELE LEAL	300134244	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36
81.	PERICLES COURINOS NASCIMENTO	300044597	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
82.	RAMILA RAFAELA BRITO LIMA	300155312	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	72
83.	RENATO SANTANA SOBRINHO	300171582	MOTORISTA	12
84.	ROSA HELENA ROCHA SILVA ALVES	300016220	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	48
85.	SEBASTIAO MARTINS DA SILVA	300017448	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	36
86.	SILVIA PINHEIRO DE SOUZA	300016200	AUX. ATV. ADM	24
87.	SILVIO PEREIRA GUEDES	300022549	AUX. EM SERVIÇOS GERAIS	36
88.	THIAGO BORGES KONZEN	300134203	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	48
89.	VANDINELSON COELHO GALVAO	300183252	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	24
90.	VINICIUS BALDUINO RODRIGUES	300134840	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	06
91.	WALMIR PIEDADE DA SILVA	300137736	MOTORISTA	24
92.	WELLINGTON FEITOSA BASSO	300123144	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	60
93.	WESLEY DOS SANTOS LOPES	300169801	MOTORISTA	12
94.	ZALIER DE MOURA DE JESUS	300017218	AUX. DE SERVIÇOS DE SAÚDE	20
95.	ZULEIDE APARECIDA CATANHA RIBEIRO	300134873	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037033795

Portaria nº 135 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90 e, cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o Adicional de Serviços Extraordinários, aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia, lotados na **Gerência Administrativa** do Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ITEM	NOME	MATRÍCULA	CARGO	HORAS
1.	ADELMO CARDOSO MASCARENHAS	300154445	TEC. EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	42
2.	ALBERTINA FERNANDES	300046834	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	42
3.	ANA LUCIA DOS SANTOS	300155266	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	34
4.	ANA MARIA DA SILVA	300154446	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	24
5.	ANA MARIA DE MOURA ROCHA	300141398	AUX. OP. DE SERV. DIVERSOS	36
6.	ANA RITA LOBATO RAMOS	300155492	AG. ADMINISTRATIVO	42
7.	ANTONIO LUIZ DA CONCEIÇAO FILHO	300141001	AUX. OP. DE SERV. DIVERSOS	36
8.	AUTA TRINDADE DE OLIVEIRA	300155270	AUX. OP. DE SERV. DIVERSOS	36
9.	BENEDITO EDINALDO COSTA DE ALENCAR	300162439	MOTORISTA	12
10.	CARLOS AUGUSTO ARAUJO BARROS	300167919	AG. ADMINISTRATIVO	36
11.	CLAUDIO DE ARAUJO MAIO	300160218	OFIC. DE MANUNTENÇÃO	34
12.	EDINALDO PEREIRA DA SILVA	300136436	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	42
13.	EDSON FERREIRA DE ARAUJO	300176872	MOTORISTA	12
14.	ELIZABETH MOREIRA DA LUZ MASCARENHAS	300140481	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	30
15.	ELIZEU LOPES DA SILVA	300137601	AUX. OP. DE SERV. DIVERSOS	24
16.	ELOIZA PINHEIRO DE OLIVEIRA	300138745	AGENTE ADMINISTRATIVO	36
17.	FRANCISCA DAS CHAGAS QUEIROZ DE OLIVEIRA	300138746	AGENTE ADMINISTRATIVO	34
18.	FRANCISCO MAURICIO TEIXEIRA	300155494	MOTORISTA	12
19.	FRANCISLUCIA DA PAIXAO MENDES	300151674	AGENTE ADMINISTRATIVO	48
20.	HELENA OLIVEIRA BRITO	300141719	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	42
21.	HERLY SANTOS DE OLIVEIRA	300139719	TEC. EM CONTABILIDADE	42
22.	IRENE ANASTACIO MACEDO	300167926	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	36
23.	IZABEL CARVALHO CUNHA DE SOUZA	300155493	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	36
24.	JOAO RANDS PINTO BEZERRA	300155788	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	42
25.	JOSE CARLOS MOREIRA DE SOUZA	300137699	MOTORISTA	12
26.	JOSE RODRIGUES DA SILVA FILHO	300142034	MOTORISTA	34
27.	LAILTON HUDSON SAMPAIO	300053086	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	36
28.	LEA MARGARETH SILVA VIEIRA	300149521	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	36
29.	LECY TORRES SANTANA	300170408	AGENTE ADMINISTRATIVO	20
30.	LELANDIA PEREIRA RIBEIRO	300150306	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	36

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

31.	LINDOMAR PRESTES DE ALVARENGA	300151406	AGENTE ADMINISTRATIVO	36
32.	LUIZ DE GONZAGA MORAIS FERREIRA	300140042	AGENTE ADMINISTRATIVO	48
33.	MARIA DA CONCEIÇAO CARDOZO BRAGA	300149193	AUX. OP. DE SERV. DIVERSOS	34
34.	MARIA DA CONCEIÇAO PESSOA DE OLIVEIRA	300137602	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	42
35.	MARIA DA PENHA DOS SANTOS	300172207	AUX. OP. DE SERV. DIVERSOS	36
36.	MARIA DE FATIMA GONZALES	300052376	AG. ADMINISTRATIVO	36
37.	MARIA DE NAZARE SOUZA MAIA	300154825	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	24
38.	MARIA ELENA PASQUALOTTO	300169851	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	24
39.	MARIA JOSE NUNES MOREIRA	300151408	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	24
40.	MARIA MUNIZ CUNHA ALHO DOS REIS	300169467	AUX. DE SERVIÇOS DIVERSOS	42
41.	MARLENE PEREIRA DE SOUZA	300138741	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	42
42.	MARLY DA CONCEICAO ANDRADE SILVA	300139837	AUX. ENFERMAGEM	30
43.	MIGUEL DA PENHA CAVALCANTE	300150959	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	36
44.	NILA JOSE DE LIMA	300066220	AGENTE DE PORTARIA	36
45.	ONESIMO GUEDES FERRO	300150473	OP. MAQ. COPIADORA	36
46.	RAIMUNDA VIEIRA DA SILVA	300154453	AUX. DE ENFERMAGEM	36
47.	RAIMUNDO RODRIGUES LOBATO	300053519	AG. SERV. DE ENGENHARIA	36
48.	ROSIMAR ALMEIDA DA SILVA GAIDA	300141599	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	36
49.	SANDRA REGINA LIMA DO NASCIMENTO	300172861	AUX. DE SERV. DE SAUDE	12
50.	SEBASTIAO GARCIA DE QUEIROZ	300141801	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	36
51.	TANIA MARIA CARDOZO PEDROZA VIEIRA	300154472	AUX. OP. SERVIÇOS DIVERSOS	36
52.	TANIA MARIA VELOSO MARTINS NUNES	300155563	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	34
53.	TEREZA DA SILVA MENDES	300141103	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	42
54.	TEREZINHA CARVALHO CUNHA	300143650	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	36
55.	VALDINA RODRIGUES NASCIMENTO ROSA	300136437	AG. ADMINISTRATIVO	36
56.	VALTER RODRIGUES NASCIMENTO	300139834	AUX. DE OP. DE SERV. DIVERSOS	36

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037033938

Portaria nº 138 de 30 de março de 2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 827 de 15 de Julho de 2015, em conformidade com o Decreto de 10/12/2015, publicado no Diário Oficial nº 2841 de 11.12.2015.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar nº 68 de 09.12.1992, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores pertencentes ao Contrato Emergencial e ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, abaixo relacionados, lotados no Hospital Estadual de Pronto Socorro João Paulo II, referente ao mês de **FEVEREIRO/2023.**

ITEM	NOME	CADASTRO	OBSERVAÇÃO	NÍVEL	ESPECIALIDADE	HORAS
NÍVEL SUPERIOR						
1.	ADRIANA GUARIENTO DA COSTA	300126370		NS	ENFERMEIRA	96
2.	AINA BARBOSA FEITOSA	300133738		NS	PSICOLOGO	24
3.	ALANA RODRIGUES DO NASCIMENTO	300179583		NS	ENFERMEIRA	60
4.	ALINE DOS SANTOS SOUZA RODRIGUES	300183608		NS	ENFERMEIRA	06
5.	ALINE REZIO MATOS	300121017		NS	NUTRICIONISTA	24
6.	ALMIR BRASIL DE SOUZA JUNIOR	300057523		NS	ENFERMEIRA	24
7.	AMANDA SERRA FELIX SAMPIETRO	300162387		NS	ENFERMEIRA	60
8.	ANA PAULA ALVES FONSECA	300183826		NS	NUTRICIONISTA	24
9.	ANA PAULA ANISIO DA SILVA	300068771		NS	NUTRICIONISTA	96
10.	BRIGIDA VALERIA ANDRADE BATISTA	300183542		NS	NUTRICIONISTA	60
11.	BRUNA DE SOUZA INES	300184007		NS	NUTRICIONISTA	84
12.	CHRISTIANNE GARCIA GIMENES CHIARELLI	300042639		NS	ENFERMEIRA	36
13.	DAIANE PEREIRA DE OLIVEIRA BEZERRA	300171277		NS	ENFERMEIRA	48
14.	DEBORA FERREIRA ALVES	300142742		NS	ENFERMEIRA	36
15.	DEIZIANE CORREIA DE SOUZA	300168993		NS	ENFERMEIRA	48
16.	DIEGO LUIZ ALBUQUERQUE GRIMALDI	300093425		NS	FISIOTERAPEUTA	84
17.	DIEOGO LUIZ DE ARAUJO ALMEIDA	300125851		NS	FISIOTERAPEUTA	24
18.	EDILEIA OLIVEIRA GOMES SILVA	300171163		NS	FISIOTERAPEUTA	48
19.	EDIMAR MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	300056933		NS	CIRUR. DENTISTA	48
20.	ERIQUE CUNHA MONTEIRO	300134071		NS	ENFERMEIRA	36
21.	FABRICIO SILVA TEIXEIRA	300073976		NS	FISIOTERAPEUTA	24
22.	FERNANDA DA SILVA CARDOSO	300131657		NS	ENFERMEIRA	96
23.	FRANCISCA MARCIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	300162994		NS	FISIOTERAPEUTA	96
24.	FRANCISCO MATEUS LIMA DA SILVA	300179108		NS	ENFERMEIRA	72
25.	FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA	300145644		NS	FISIOTERAPEUTA	96
26.	GESSICA CRIS UCHOA DE ALMEIDA	300156676		NS	ENFERMEIRA	96

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

27.	HELLEN CAROLINE FACCIN DARTIBA	300162468	NS	ENFERMEIRA	24
28.	HISMAYLLA JULIEN GAGO DE SOUZA	300182902	NS	FISIOTERAPEUTA	84
29.	ISABEL GOMES DE OLIVEIRA NEGRI	300154935	NS	ENFERMEIRA	84
30.	IVANA ANNELY CORTEZ DA FONSECA	300056909	NS	ENFERMEIRA	42
31.	JANAINA BRITO OLIVEIRA PEREIRA	300096917	NS	NUTRICIONISTA	96
32.	JAQUELINE OLIVEIRA NASCIMENTO	300147001	NS	ENFERMEIRO	96
33.	JOAO PAULO FERRAZ DE LIMA	300184125	NS	FARMACÊUTICO	96
34.	JOAO PAULO SOARES NASCIMENTO	300094298	NS	ENFERMEIRO	72
35.	JOSE CAMPELO DA SILVA	300154893	NS	ENFERMEIRO	96
36.	JOSIANA SILVA ARAUJO DIAS	300156551	NS	ENFERMEIRO	36
37.	JOSUE DA SILVA SICSU	300057469	NS	ENFERMEIRO	12
38.	JULIANA FERREIRA BITTENCOURT VIANA	300100581	NS	NUTRICIONISTA	96
39.	JUNNIENE BECKMAN BARBOSA	300156468	NS	ENFERMEIRO	24
40.	KADIMO LUANN GOMES RODRIGUES PAULINO	300132255	NS	FARMACEUTICO	96
41.	LAIS MARIA GOMES DA SILVA	300149489	NS	NUTRICIONISTA	36
42.	LAURA MENDES RODRIGUES EWERTON LIMA	300149703	NS	ENFERMEIRO	72
43.	LEISLY VIEIRA DE QUEUROZ LINS	300171602	NS	ENFERMEIRO	12
44.	LORENA FARIAS FALCAO	300171214	NS	ENFERMEIRA	24
45.	LUCIANA GUSMAO MEDEIROS	300094315	NS	FISIOTERAPEUTA	30
46.	LUCIO FIGUERA	300105743	NS	ENFERMEIRO	96
47.	LUIZ CARLOS FERREIRA SILVA	300162239	NS	FISIOTERAPEUTA	48
48.	MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	300125855	NS	ENFERMEIRO	12
49.	MARIA GONÇALVES DA SILVA	300124704	NS	FISIOTERAPEUTA	84
50.	MARIANA RODRIGUES GONDIM	300155400	NS	ENFERMEIRA	96
51.	MAURICIO DA COSTA SOARES	300070783	NS	CIRUR. DENTISTA	60
52.	MELILA MARIANO DOS SANTOS	300119930	NS	PSICOLOGO	96
53.	MELQUIADES CASTRO DA SILVA NETO	300143397	NS	ENFERMEIRO	12
54.	MIDIA QUIRINO ROBERTO	300145196	NS	ENFERMEIRO	96
55.	MIRTES DE JESUS MATOS MARTINS	300162498	NS	ENFERMEIRO	84
56.	NATALIA CORREIA FONSECA	300137735	NS	ENFERMEIRO	48
57.	NEUZA AMELIA TOLENTINO DE OLIVEIRA	300068777	NS	NUTRICIONISTA	36
58.	NUBIA SOUZA CORREIA	300145197	NS	ENFERMEIRA	36

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

59.	OTAVIO COELHO BEZERRA	300171105	NS	FISIOTERAPEUTA	36
60.	PATRICIA CHAGAS BONFIM	300183397	NS	ENFERMEIRA	30
61.	PATRICIA NICOLEIT DA SILVA	300068604	NS	FISIOTERAPEUTA	24
62.	PAULO JOSE DE SIQUEIRA	300077746	NS	ENFERMEIRO	96
63.	PAULO ROBERTO MARTINS	300061119	NS	CIRUR. DENTISTA	48
64.	PRICILA LOPES CORDEIRO	300150082	NS	FONOAUDIOLOGO	96
65.	QUESLEI DO AMPARO DE BEM VIEIRA	300136071	NS	ENFERMEIRO	96
66.	RAFAEL FABIANO	300165270	NS	FISIOTERAPEUTA	24
67.	RAIZA MARIA DE SIQUEIRA ANDRADE	300148254	NS	ENFERMEIRO	48
68.	RAYANNE LIMA GALVAO	300165440	NS	FISIOTERAPEUTA	36
69.	ROBSON BANDEIRA DA SILVA	300123841	NS	NUTRICIONISTA	96
70.	SANDRA MONTEIRO	300166675	NS	NUTRICIONISTA	18
71.	SCHERLEY KEAVYNNY TAVARES SILVA	300159381	NS	FONOAUDIOLOGO	12
72.	SHEILA CRISTINA OLIVEIRA	300183046	NS	PSICOLOGO	36
73.	SIRLENE JESUS DOS SANTOS	300184013	NS	NUTRICIONISTA	72
74.	TAINA LOPES MONTEIRO	300183353	NS	NUTRICIONISTA	36
75.	TANIA REGINA CASTRO PIMENTA	300182915	NS	FARMACÊUTICO	12
76.	TELMA MAURA CAVALCANTE NOGUEIRA SANTINI	300182531	NS	ENFERMEIRA	12
77.	THAIS CARINE MAIA VIEIRA	300125625	NS	ENFERMEIRO	12
78.	THAIS DE ARAUJO RODRIGUES	300145090	NS	ENFERMEIRA	96
79.	THELISSON CASSIO SANTOS BARRETO	300184056	NS	NUTRICIONISTA	96
80.	WYRDELY CARVALHO RELVAS	300183592	NS	FISIOTERAPEUTA	48

NÍVEL MÉDIO

81.	ADELINO VALENTE SANTOS	300146580	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
82.	ADRIANA REGINA CORDEIRO	300099549	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
83.	ADRIANO MONTEIRO FERRAZ	300143493	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
84.	AGAR MALTA BELEZA ACOSTA	300142795	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
85.	AGATA PALOMA MACEDO DE SOUSA	300120322	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
86.	ALECSANDRO ASSUNÇAO GUIMARAES	300184416	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
87.	ALEXIA CRISTINA REBOUÇAS DA SILVA	300183571	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	18
88.	ALINE CRISTINA RODRIGUES DE LIMA	300145130	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

89.	ALLAN GOMES LINS	300146591	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
90.	AMELIA MARIA COSTA DA SILVA	300034851	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
91.	ANA ALVES PEDROSA DA COSTA	300136961	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
92.	ANA CARLA FARIAS DOS SANTOS	300145730	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
93.	ANA MARGARETE GOMES PENEDO	300044664	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
94.	ANA PAULA ALVES DOS SANTOS DA FONSECA	300131147	NM	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	36
95.	ANDERSON RODRIGUES BRASILEIRO	300099822	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
96.	ANDREI ALBERTO ROQUE XIMENES	300094002	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
97.	ANDREIA DA SILVA CHAVES	300131125	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
98.	ANDREIA PAULA CORDEIRO	300103779	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
99.	ANDREIA SERRA FELIX	300143365	NM	TEC. EM LABORATÓRIO	60
100.	ANGELINA DE SOUZA COELHO VANZINI	300046427	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
101.	ANGELUCCI VIEIRA GOMES	300092982	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
102.	ANGLEZIANE ANTUNES SOUZA	300143306	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	72
103.	ANTONIA EDUARDO DE SOUZA	300053336	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
104.	ANTONIA NETA DA SILVA OLIVEIRA	300053385	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
105.	ANTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA GRADIS	300041567	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
106.	ARLENE FRANCALINO PEREIRA DE SOUSA	300150161	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
107.	AUDINELICE PEREIRA DA SILVA	300120361	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
108.	AURILENE AMARAL DE OLIVEIRA	300062469	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
109.	AURILENE MACEDA DE SOUZA	300046712	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
110.	BARBARA AMANDA FAUSTINO DE AZEVEDO	300180742	NM	TÉC. EM NUTRI. E DIETÉTICA	24
111.	BARBARA MAYARA SOUZA VASCONCELOS	300145110	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
112.	BEATRIZ EMANUELLE SANTANA DA LUZ	300100159	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
113.	BENILTON MARQUES DOS SANTOS	300143511	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
114.	CARLOS ALBERTO CARVALHO BRITO	300143413	NM	TÉC. EM NUTRIÇAO E DIETETICA	48
115.	CELIA TEODORO DA SILVA	300053574	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

116.	CLAUDETE DA SILVA LEANDRO	300143513	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	12
117.	CLAYTON CARLOS DA SILVA	300183601	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	60
118.	CLEDSON MORAIS DA SILVA	300145336	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	96
119.	CLEDSON NUNES DA SILVA	300093465	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	36
120.	CLEMILDA TRINDADE LIMA DAMASCENO	300103734	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	96
121.	CLEONICE DIAS CARIOLANDO	300094006	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	96
122.	CRISTIANE BIELINKI	300057671	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	84
123.	CRISTINA ROCHA DA SILVA	300062455	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	12
124.	DAIANY GABRIELA DE LIMA CARVALHO OLIVEIRA	300143574	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	12
125.	DALETH VIRGINIA DE SANTANA ALVES	300143294	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	60
126.	DANIEL REIS PEDROSA	300126638	NM	TÉCNICO EM RADIOLOGIA		24
127.	DANIELE CONCEIÇÃO DE SOUZA	300146032	NM	TÉC. EM NUTRI. E DIETÉTICA		24
128.	DANIELE UMBELINO DA SILVA	300162397	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	12
129.	DARLAN CHAGAS DA SOUZA	300102082	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	24
130.	DAYANE GONÇALVES TRINDADE	300073776	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	96
131.	DELVANETH BARROS DE OLIVEIRA	300146777	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	96
132.	DIANA CORDEIRO RODRIGUES	300171131	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	60
133.	DJOELMA DA SILVA SANTOS	300147074	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	48
134.	DORLAMES MELGAR MACENO	300149488	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	36
135.	DOUGLAS OLIVEIRA DE SOUZA	300159440	NM	TÉCNICO EM RADIOLOGIA		12
136.	DULCE MARIA DOS SANTOS BELFORT	300034925	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	24
137.	EDCLEUDES PEREIRA DE JESUS SILVEROL	300119606	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	36
138.	ELANDIA DE JESUS FERREIRA	300143617	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	96
139.	ELANE RIBEIRO ARRUDA	300131259	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	84
140.	ELIANE MENEZES DE ASSIS DA SILVA	300142849	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	12
141.	ELIENE FERREIRA DOS SANTOS SILVA	300073438	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	48
142.	ELIENE LEOVEGILDO DE OLIVEIRA	300184066	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EM	48

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

143.	ELIETE VIEIRA CAVALCANTE CARVALHO	300053349		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
144.	ELIETT DE ARAGAO BRAGA	300143367		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	72
145.	ELISANGELA MARTINS DOS SANTOS	300104477		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
146.	EMANUELLE QUEIROZ RAMOS	300100557		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
147.	ESLY PATRICIA GRANA SANTANA	300184129	EMERGENCIAL	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
148.	FERNANDA CAMPIM PEREIRA	300142902		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
149.	FERNANDA OLIVEIRA BARROS DE MEDEIROS	300142898		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
150.	FERNANDA TAMIOSSO	300143595		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
151.	FRANCIETE DE SOUZA PINHEIRO	300160008		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
152.	FRANCIMAR RODRIGUES PINHEIRO	300183859		NM	TEC. EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	24
153.	FRANCINALVA AVANI BATISTA	300143427		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
154.	FRANCISCA FIRMINO CORDEIRO MARINHO	300143265		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
155.	FRANCISCA LINDALVA MELO D’AVILA	300002498		NM	TEC. DE SERVIÇO DE SAUDE	72
156.	FRANCISCA SAVIANE HIPOLITO FERREIRA	300145645		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
157.	FRANCISCO HERMES MATOS	300062626		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
158.	FRANSCINEIA SOARES DOS SANTOS SILVA	300143625		NM	TEC. EM LABORATÓRIO	36
159.	GABRIEL FURTADO DA SILVA	300184057		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
160.	GEANE COUTINHO AREIA	300178214		NM	TÉC. EM LABORATÓRIO	96
161.	GERULEILA FERREIRA DA SILVA COSTA	300092993		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
162.	GIANNE PRISCILLA ALENCAR DA SILVA	300093445		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
163.	GINA GUALUO RABBI	300052716		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
164.	GIOVANNA RIVEIRO LOURENÇO	300143531		NM	TEC. EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	24
165.	GRACILDA DA SILVA CASTRO DO NASCIMENTO	300142909		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
166.	HELENA MARTINHA VITOR DA CRUZ	300100061		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
167.	HORTENCIA SOARES DE OLIVEIRA	300143777		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
168.	INALVA DA SILVA TAVARES MONTEIRO DE SOUZA	300150019		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
169.	IRISMAR APARECIDA SILVA MACHADO	300142874		NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

170.	ISMAEL FARIAS DE SOUZA	300131751	NM	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	36
171.	IVANETE BARBOSA DA SILVA	300099753	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	34
172.	JACKLINE BATISTA DA SILVA	300098949	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
173.	JANAINA CARNEIRO DA SILVA	300143632	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
174.	JANAINA PEREIRA DA SILVA	300146673	NM	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	96
175.	JANE LUCIA ARAUJO SILVA	300103817	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
176.	JAQUELINE MONTEIRO LEITE	300100143	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
177.	JAQUELINE SOCORRO GOMES	300143665	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
178.	JESSE SILVA DA CONCEICAO	300183957	NM	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	12
179.	JESSICA SILVA DE OLIVEIRA	300143225	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
180.	JOANA DARC ARAUJO DE SOUZA ROLIM	300162552	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
181.	JOEL ANDRADE MARTINS	300034952	NM	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	24
182.	JONAS LIVRAMENTO MACIEL	300156545	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
183.	JOSE LINDOMAR GOMES TRIFIATES	300043640	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	42
184.	JOSIANE AZEVEDO ROCHA	300149696	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
185.	JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA	300145029	NM	TÉC. EM LABORATÓRIO	96
186.	JOSIANE SANTOS DE OLIVEIRA	300149604	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
187.	JOSIVANIA GARCIA GOMES	300143331	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	18
188.	JOSIVANIA PINHEIRO DE MOURA	300154861	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
189.	JOZIANE BARBOSA LIMA	300052815	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
190.	JUCILENE LIMA DOS SANTOS	300143008	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
191.	JUCILENE LOPES DA CUNHA	300157627	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
192.	JULIANE MICHELE SILVA DE SA	300132370	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
193.	KATIA ALVES DA SILVA	300062850	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
194.	LAURA VICUNA MENDES CORREA	300145617	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
195.	LEA GOMES DE MENEZES MONTENEGRO	300099850	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
196.	LEANDRA MARIA BRAGA SALES	300068568	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

197.	LEANDRO DA SILVA CAVALCANTE	300053236	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
198.	LEDES DOS SANTOS SILVA	300062463	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	72
199.	LEIDE DAIANE DE ARRUDA SOUZA	300131399	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
200.	LEIDE JANE MENDES DE LIMA EVANGELISTA	300092801	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
201.	LEIDIANE DA SILVA SANTANA	300145116	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	72
202.	LEILA PANTOJA DA SILVA LIMA	300131808	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	72
203.	LEONEL GOUVEA DA SILVA	300143031	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	84
204.	LEONIZE MARIA NASCIMENTO COSTA	300093993	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	42
205.	LESLIE DAIANA PEREIRA DE ASSIS	300073431	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
206.	LEUZIANE ALVES DA SILVA	300062466	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12
207.	LILIAN FERREIRA DE ANDRADE	300147853	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
208.	LINO RODRIGUES OGLIARI	300143035	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
209.	LIVIA FERREIRA DAS NEVES	300143335	NM	TÉC. EM NUTRI. E DIETÉTICA	72
210.	LUANA DEISE CORDEIRO DA SILVA	300143704	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
211.	LUCELIA LEMOS PANTOJA	300073361	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
212.	LUCIANA DAS GRAÇAS COSTA	300147597	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	30
213.	LUCICLEIA SILVEIRA DA SILVA	300163353	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
214.	LUIZA MARIA REGO FERREIRA	300143610	NM	TÉC. EM NUTRI. E DIETÉTICA	60
215.	LUZIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	300044607	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	60
216.	MAIZE ALMEIDA LEITE	300143336	NM	TEC. EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	24
217.	MARCELA PORTELA COSTA	300143375	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
218.	MARCELO MENDONÇA DA SILVA	300145191	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	96
219.	MARCIA GIZELE LIMA DA SILVA	300145060	NM	TÉCNICO EM LABORATÓRIO	24
220.	MARCIA MOURA RIBEIRO	300092997	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	48
221.	MARCIA REGINA DA SILVA SANTOS LIMA	300096841	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24
222.	MARCIA REGINA RAMOS DANTAS	300092821	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36
223.	MARIA APARECIDA DA SILVA	300147007	NM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

224.	MARIA APARECIDA PARANHOS NEVES	300053737		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 96
225.	MARIA AUXILIADORA RIBEIRO DO NASCIMENTO	300034863		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 96
226.	MARIA CLECILDA DOS SANTOS GOMES	300180740		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 72
227.	MARIA DA CONCEICAO FERREIRA LIMA	300170920		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 24
228.	MARIA DE LOURDES NUNES DA SILVA	300162506		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 60
229.	MARIA DO CARMO MORAIS DE NOBREGA	300100127		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 84
230.	MARIA DOS ANJOS CORREIA	300097146		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 24
231.	MARIA FONTENELE DE MELO	300068581		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 12
232.	MARIA JOSE ARAUJO DA SILVA TRINDADE	300145266		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 48
233.	MARIA LINDALVA PEREIRA DOS SANTOS	300038962		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 96
234.	MARIA LUCIA CAMPELO FERREIRA OLIVEIRA	300143582		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 06
235.	MARIA LUCILDA MORAIS DE SOUZA	300099831		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 60
236.	MARIA NERES LEITAO DA SILVA	300099837		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 36
237.	MARIA SOLUEI DE LIMA BENEVIDES	300147066		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 24
238.	MARIANA DA SILVA COELHO	300143682		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 24
239.	MELICIA GOMES DA SILVA	300155525		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 96
240.	MEURILENE ARAMAIO DA SILVA	300183371		NM	TEC. EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	24
241.	MICHELE CRISTIA NEVES GISBERT	300092549		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 96
242.	MIQUELI PEREIRA GALVAO	300183171	EMERGENCIAL	NM	TEC. EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	24
243.	MIRIANE FERREIRA DA SILVA	300143302		NM	TEC. EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	24
244.	MIRLEIDE RIBEIRO DE MESQUITA	300100136		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 60
245.	NATACHA RIBEIRO MARTINS	300156267		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 12
246.	NEIVA MARIA DA SILVA AZEVEDO	300146595		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 60
247.	NEUSILENE LIMA VALE	300062441		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 24
248.	NICIANE ARAGAO DE ARAUJO	300122693		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 96
249.	NORMA LUCIANA DE LIMA BITU	300183265		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 12
250.	OSNILCE RIBEIRO GALDINO DIAS	300092974		NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM 60

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

251.	PAMELA REGINA OLIVEIRA DE SOUZA	300156270	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
252.	PATRICIA MARIA DE ARAUJO	300055776	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	36
253.	PAULA ALVES DA COSTA	300131967	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
254.	PAULA NUNES DA SILVA	300098983	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
255.	PAULO AFONSO DE OLIVEIRA RIBEIRO JUNIOR	300183146	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	24
256.	POLIANA DE SOUZA GONÇALVES	300159569	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
257.	RAFAEL HENRIQUE ALVES DA SILVA	300156317	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
258.	RAIMUNDA BATISTA DA SILVA NASCIMENTO	300145285	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
259.	RAIMUNDA MOREIRA DE OLIVEIRA MAIA	300120877	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
260.	RAIZA KELLY DOS SANTOS PEREIRA	300154863	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
261.	RAMYLES SANTOS MARQUES SILVA	300145119	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
262.	RANDERSON FERREIRA DE SOUZA	300180526	NM	TÉCNICO EM ORTOPEDIA		36
263.	REGILENE DE OLIVEIRA DA SILVA	300143176	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	36
264.	RICARDO SOARES PESSOA	300143384	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
265.	ROMULO FELIX GOMES DOS SANTOS	300143183	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	72
266.	RONALDO GOMES PINHEIRO	300073251	NM	TÉCNICO EM RADIOLOGIA		24
267.	ROSELAINE RIBEIRO	300131555	NM	TÉC. EM LABORATÓRIO		84
268.	ROSILANE COSTA DA SILVA PIETROBELLI	300146600	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
269.	ROSILDA DA SILVA CRUZ	300034830	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	24
270.	ROSILENE DA FROTA MARQUES	300055910	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	48
271.	ROSILENE FIRMINO MAGNO	300104840	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	84
272.	RUTH MARIA DE MATOS	300093912	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	53
273.	SAMARA LEILA GOMES DA SILVA	300062474	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
274.	SARA MARIA DE OLIVEIRA	300036200	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	48
275.	SELMA ANTONIO DA SILVA	300093384	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	48
276.	SHEILA PACHECO DA SILVA	300053478	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
277.	SILMA SENA LUCAS	300143101	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	60

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

278.	SILVANA NASCIMENTO GIOBOM	300098929	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
279.	SIMONE DE SOUZA PRIMO	300146775	NM	TÉCNICO LABORATÓRIO	EM	36
280.	SOLANGE FERREIRA DA SILVA MORAIS	300145921	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
281.	SUELI ROSA DE SOUZA	300131548	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	60
282.	TAINARA PATRICIA PORTIGO DE OLIVEIRA	300143390	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
283.	TANIA CRISTINA CARDOSO	300145593	NM	TEC. EM LABORATÓRIO		96
284.	TATIANA VIEIRA DE LIMA	300039844	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	60
285.	TATIANE DA SILVA COSTA DE SOUSA	300145348	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
286.	THAIS BRUNO COSTA TORRES	300169564	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	36
287.	VALDINEIA ALVES CAMPOS	300053742	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	24
288.	VANESSA MORIA SOUZA BRASIL	300143283	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	24
289.	VANEZA OLIVEIRA PANTA	300099799	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
290.	VERONICA DE SOUZA PINTO	300098985	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
291.	VERONICA SILVESTRE DE SOUZA	300100182	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96
292.	VIVIAN APARECIDA DE OLIVEIRA IRMAO	300145365	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
293.	WALBERTH LUIZ RABELO DOS REIS	300171689	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	24
294.	WANDER VEIGA DE SOUZA	300098990	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	12
295.	ZENAIDE MENEZES TORRES	300103737	NM	TÉCNICO ENFERMAGEM	EM	96

NÍVEL FUNDAMENTAL

296.	ANA TELMA DE CARVALHO NASCIMENTO	300023067	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	60
297.	BRASILINA JOSE DE MIRANDA	300034795	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	60
298.	CECILIA ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO	300046189	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	20
299.	CLAUDENILSON PAIVA ABREU	300039707	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	36
300.	CLEIA LUCIA PEREIRA	300022750	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	96
301.	CONCEIÇAO DE MARIA LOBATO SANTOS	300039708	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	24
302.	ILANEIDE DE OLIVEIRA BARRADAS	300034742	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	96
303.	ILSO DE OLIVEIRA	300057672	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	96
304.	IVANI MARIA AGUIAR DA ASSUNÇÃO	300038963	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	84
305.	JOSE RUBIVAL CARVALHO DE LACERDA	300039790	NF	AUX. EM ENFERMAGEM	12

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

306.	**MARCILENE PURCINO DE PINHO**	**300034857**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**24**
307.	**MARIA BELEZA DA SILVA**	**300034758**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**72**
308.	**MARIA DE JESUS TINOCO MARTINS**	**300022575**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**72**
309.	**MARIA ELIANA RODRIGUES DA SILVA**	**300034761**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**36**
310.	**MARLENE MARIA DE ALENCAR**	**300039276**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**12**
311.	**MAYRLA SILVA AMORIM MACIEL**	**300035211**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**96**
312.	**MESSIAS CARDOSO DA SILVA**	**300028245**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**12**
313.	**ODENIR FERREIRA DA SILVA**	**300022401**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**84**
314.	**PAULO HERMÍNIO SANTOS DE OLIVEIRA**	**300034769**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**60**
315.	**REGIANE COZER DA SILVA**	**300039737**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**96**
316.	**RENILDA GONÇALVES**	**300028255**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**72**
317.	**ROSIMEIRY NOGUEIRA DA SILVA ALMEIDA**	**300028257**	**NF**	**AUX. EM ENFERMAGEM**	**36**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MICHELE DAHIANE DUTRA

Secretaria Executiva/SESAU-RO

MADSON ALBUQUERQUE ALVES

Diretor Geral/HPSJP-II

Protocolo 0037035621

POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC

Portaria nº 19 de 28 de março de 2023

A DIRETORA GERAL DA POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em conformidade com o disposto Decreto 88980/2022 (0034000251) de 29 de novembro de 2022.

R E S O L V E:

Conceder de acordo com Lei Complementar Nº 68, DE 09 de Dezembro de 1.992, em seu artigo 92, em consonância com o decreto N°27.021, de 4 de abril de 2022, **adicionais pela prestação de serviços extraordinários,** aos servidores que **desempenham funções em regime de plantão**, aos servidores pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, lotados nesta unidade de Saúde na cidade Porto Velho, referente ao mês de **FEVEREIRO 2023.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

MARCIA OLINDA DUARTE LITAIFF	FARMACÊUTICO	300049866	34
GELSIMAR PEREIRA DE LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300098894	34
VIVIANE BARBOSA CÂMARA	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	300039279	34
MARY ANNE SARAIVA BOTELHO	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	300003077	36
VALDIR SILVA PIMENTEL	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	300057509	36
CRISTOFER RICKELSON RAMOS NASCIMENTO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	300184083	34
LUCIANA DE SOUZA COSTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300143155	96
LUCIANA CORIOLANO DOS SANTOS	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	300186118	96
GEOVAN PEREIRA DA SILVA	AG. EM ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	300181676	72
CLAUDIA DE OLIVEIRA CARVALHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300055977	60
REMI FRANCISCO OLIVEIRA DE BRITO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300183038	60
GEOVANES PEREIRA BONFIM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300073798	60
CLEONICE TEIXEIRA DE MIRANDA LEÃO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300092853	60
HOSANA MARIA ALVES PINTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300053522	36
DELMA MARIA JERONIMO VIEIRA	ENFERMEIRO	300126672	36
MARCELA RODRIGUES DA SILVA SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	300099581	60
JÉSSICA GONÇALVES SERRA	ENFERMEIRO	300132379	84

IRANI MARQUES DE ALBUQUERQUE
Diretora Geral/POC
MICHELLE DAHIANE DUTRA
Secretária Executiva/SESAU/RO
Decreto de 03 de janeiro de 2023
Publicado no DOE nº02 de 04-01-2023

Protocolo 0036964857

CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON

Portaria nº 63 de 29 de março de 2023

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de janeiro de 2023, publicado no DOE edição nº 3, de 05 de janeiro de 2023 (0034876824).

RESOLVE:

Art. 1º - **REVOGAR** a Portaria nº 93 de 13 de abril de 2022 (0028088205);

Art. 2º - DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para responder como **Coordenador da Assessoria Técnica (CEMETRON-ASTEC) do Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON**, sem ônus para o Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo	Nomenclatura
CHARLES HENRIQUE MARQUES DE SOUZA	300148230	Técnico Administrativo	Coordenador

Art. 3º - **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para responder, em casos de impedimentos e afastamentos, em Substituição do **Coordenador da Assessoria Técnica (CEMETRON-ASTEC) do Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON**, CHARLES HENRIQUE MARQUES DE SOUZA, Matrícula 300148230, Cargo de Técnico Administrativo:

Nome	Matrícula	Cargo	Nomenclatura
CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA BATISTA	300006042	Administrador Hospitalar	Coordenador Adjunto

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 29 de março de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PÂMELA PAOLA CARNEIRO LOPES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretora-Geral

CEMETRON

Protocolo 0036996022

Portaria nº 64 de 29 de março de 2023

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de janeiro de 2023, publicado no DOE edição nº 3, de 05 de janeiro de 2023 (0034876824).

RESOLVE:

Art. 1º - **REVOGAR** a Portaria nº 19 de 28 de janeiro de 2022(0023723602);

Art. 2º - DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para responder como **Coordenador do Núcleo De Fisioterapia (CEMETRON-NFISIO) do Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON**, sem ônus para o Estado de Rondônia:

Nome	Matrícula	Cargo	Nomenclatura
RICARDO MARTINIANO XIMENES	300125121	Fisioterapeuta	Coordenador

Art. 3º - **DESIGNAR** a servidora abaixo relacionada para responder, em casos de impedimentos e afastamentos, em Substituição do **Coordenador do Núcleo De Fisioterapia (CEMETRON-NFISIO) do Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON**, RICARDO MARTINIANO XIMENES, Matrícula 300125121, Cargo de Fisioterapeuta:

Nome	Matrícula	Cargo	Nomenclatura
AFRODITE OLIVEIRA DE AZEVEDO PORTELA	300188100	Fisioterapeuta	Coordenadora Substituta

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 27 de março de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PÂMELA PAOLA CARNEIRO LOPES

Diretora-Geral

CEMETRON

Protocolo 0037001816

FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA - FHEMERON

Portaria nº 108 de 30 de março de 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 30 de dezembro de 2022 e considerando o teor do processo (0052.070332/2022-60).

Art. 1º - **Conceder Licença Prêmio em Pecúnia** em conformidade com o Art. 123, os § 4º e § 5º da Lei Complementar nº 68/92, ao(a) servidor (a) **ANDRÉ MELGAR DE SOUZA**, ocupante do cargo de Técnico de Serviço de Saúde, Matrícula nº 300104405, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado (a) no Hemocentro Coordenador/Porto Velho da Fundação de Hematologia e Hemoterapia./FHEMERON, no período já adquirido e não gozado, referente ao **1º quinquênio compreendido entre 23/12/2010 a 22/12/2015.**

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor a partir da data da sua Publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

REGINALDO GIRELLI MACHADO

Presidente/FHEMERON

Protocolo 0037012862

CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL DA ÁREA DE SAÚDE - CETAS

Portaria nº 19 de 30 de março de 2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL NA ÁREA DE SAÚDE**– CETAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n. 1.339, de 20 de maio de 2004 e o Decreto de 5 de janeiro de 2023 (0034911594), publicado no DOE Edição Suplementar 4.1, de 6 de janeiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER da Portaria nº 3 de 05 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia, Edição 5, de 09 de janeiro de 2023, os servidores abaixo relacionados.

- Leonardo Julio Ardaia, matrícula 300178562, Assessor, nomeado como membro da Comissão de Comunicação;

- Amélia Cristina Santos Alcoforado, matrícula 300034379, Técnico em Previdência, nomeada como membro da Comissão de Cuidador de Idoso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIENE CARVALHO PIEDADE ALMEIDA

Diretora Geral/CETAS-RO

Protocolo 0037046660

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Pedro Nunes da Cruz,** CNPJ nº 05.882196/0001-09, representado por seu presidente, Mariza Simioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30 -02 Material de Expediente; 33.90.30-09 Material para Manutenção de Bens Imóveis; 33.90.30-16 Material Elétrico e Eletrônico; 33.90.30-31 Material para Festividades e Homenagens; 33.90.30-33 Material de Processamento de Dados; 33.90.30-43 Gás Engarrafado; 33.90.30-47 Material de Limpeza e Produção de Higienização.

2 - **Manifestar a opção por dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mariza Simioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037002255

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Boa União**, CNPJ nº **04.793.477/0001-22**, representado por seu presidente, **Sandro Mauro Guirro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: 33.90.30.02; 33.90.30.09; 33.90.30.16; 33.90.30.24; 33.90.30.33; 33.90.30.43 e 33.90.30.47.

2 - **Manifestar a opção dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Sandro Mauro Guirro
Presidente do Conselho Escolar Boa União

Protocolo 0037000545

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Mboweyma, CNPJ nº 01.911.210/0001-02, representado por seu presidente, Maria Aparecida Gonçalves dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] **PEALE** assim identificado:

a) Modalidade: [Dispensa de Licitação ou Carta Convite]

b) Objeto:33.90.30.65

2 - **Manifestar a opção por** (licitação/carta convite) **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirante da Serra, 29 de março de 2023.

Maria Aparecida Gonçalves dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037005533

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA Donizete Romualdo da Silva, CNPJ nº 00.710.759/0001-68 representado por seu presidente, Gislaine Sandra Rodrigues da Silveira no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: Elemento 30: Material de Expediente, Material de processamento de dados, Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Gás engarrafado Material de manutenção de bens móveis e imóveis, Material elétrico e eletrônico.

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GISLAINE SANDRA RODRIGUES DA SILVEIRA

Nome do Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037007750

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA Donizete Romualdo da Silva, CNPJ nº 00.710.759/0001-68 representado por seu presidente, Gislaine Sandra Rodrigues da Silveira no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: Elemento 39: Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, Manutenção de bens móveis e imóveis, Serviços técnicos profissionais, Serviços gráficos e Serviços de processamento de dados .

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GISLAINE SANDRA RODRIGUES DA SILVEIRA

Nome do Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037007810

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Princesa Izabel, CNPJ nº 00.774.388/0001-88, representado por seu presidente, Arleuda de Araújo Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação PEALE** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.61e33.90.30.65

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Arleuda de Araújo Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037008161

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Princesa Izabel, CNPJ nº 00.774.388/0001-88, representado por seu presidente, Arleuda de Araújo Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação Direta/PROGRAMA EXCELÊNCIA** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Consumo - 33.90.30

DETALHAMENTO/ ESPECIFICAÇÃO SUBELEMENTO

33.90.30.02 - Material de Expediente Administrativo e Pedagógico.

33.90.30.33 - Material de Processamento de Dados.

Equipamento e Material Permanente - 44.90.52

DETALHAMENTO/ ESPECIFICAÇÃO SUBELEMENTO

44.90.52-19 - Equipamentos de Processamentos de dados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por Contratação Direta nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Arleuda de Araújo Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037008316

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04 do 1º E 2ºSEMESTRE DE 2023
(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho EscolarRuth Rocha,CNPJ n. 10.790.643/0001-30, Unidade Executora da **E.E.E.F.M RUTH ROCHA**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 42/2015/GAB/SEDUC, DE 14 de janeiro de 2015,tornapúblico aconclusãodoprocedimento de contratação direta, viadispensadelicitação, combasenoart.24,IVdaLeideLicitações, daempresa**NUNES CONTABILIDADE INDUSTRIAL ,** CNPJ: **33.070.690/0001-04**, para a Contratação da Empresa especializada em Fornecimento de Internet,para atender o Conselho daE.E.E.F.M. Ruth Rocha, no valor totalestimadode R$ 1.500,00 (HumMil e quinhentosReais).

Campo Novo de Rondônia -RO, 27 de Marçode 2023.

WARRISON JOSÉ MOURA CIRILO
Presidente do Conselho Escolar/Diretor

Protocolo 0037014825

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. FERNANDO DE SOUZA GOMES**, CNPJ nº 30.224.061/0001-01, representado por sua presidente, Gleyde Ferreira da Cunha Pinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.39 - **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEYDE FERREIRA DA CUNHA PINHO
DIRETOR/PRESIDENTE

Protocolo 0037013841

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Monteiro Lobato , CNPJ nº 63.790.307/0001-53 , representado por sua presidenta, **Nadia Cristina Carneiro de Almeida**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30..24

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadia Cristina Carneiro de Almeida
Presidente do Conselho Escolar/ Diretora

Protocolo 0037027665

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. FERNANDO DE SOUZA GOMES**, CNPJ nº 30.224.061/0001-01, representado por sua presidente, Gleyde Ferreira da Cunha Pinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.30 - **Material de Consumo**

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEYDE FERREIRA DA CUNHA PINHO

DIRETOR/PRESIDENTE

Protocolo 0037027594

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ConselhoEscolarTancredode AlmeidaNeves, CNPJ nº15.893.860/0001- 79,representado por seu presidente, SandraMariano deOliveiraSilva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãopor via dispensa de licitação assim identificado:

a)Modalidade:Dispensa delicitação

b)Objeto: AquisiçãodeGênerosAlimentícios /Peale Complementação

2 - **Manifestar a opção por via de dispensa delicitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SandraMariano deOliveiraSilva

Presidentedo Conselho Escolar

Protocolo 0037028405

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR EEEF MARIA DI SANCTI SANTOS, CNPJ nº 12.25.147/0001-71, representado por seu presidente, MÔNICA SIRLEY BRUNO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL/PEALE

b) Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MÔNICA SIRLEY BRUNO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031962

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços Gráficos.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032424

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERRIS ADRIANI TURATTI, CNPJ nº 84.559.533/0001-06 representado por seu presidente, Ana Deize Zanon no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL DIRETA/PEALE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Deize Zanon
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032404

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho da Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura**, CNPJ nº 26.310.954/0001-94, representado por seu presidente, RITA DE CASSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA LICITAÇÃO**

b) Objeto: **UNIFORMES,TECIDOS E AVIAMENTOS**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RITA DE CASSIA SOUZA CABRAL DEGAM
Presidente do Conselho

Protocolo 0037035890

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho da Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura**, CNPJ nº 26.310.954/0001-94, representado por seu presidente, RITA DE CASSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RITA DE CASSIA SOUZA CABRAL DEGAM

Presidente do Conselho

Protocolo 0037034250

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho da Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura**, CNPJ nº 26.310.954/0001-94, representado por seu presidente, RITA DE CASSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL ELÉTRICO**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RITA DE CASSIA SOUZA CABRAL DEGAM

Presidente do Conselho

Protocolo 0037033470

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho da Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura**, CNPJ nº 26.310.954/0001-94, representado por seu presidente, RITA DE CASSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **MATERIALDE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO**
2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RITA DE CASSIA SOUZA CABRAL DEGAM
Presidente do Conselho

Protocolo 0037031133

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho da Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura**, CNPJ nº 26.310.954/0001-94, representado por seu presidente, RITA DE CASSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA LICITAÇÃO**
b) Objeto:MATERIAL DE COPA E COZINHA
2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RITA DE CASSIA SOUZA CABRAL DEGAM
Presidente do Conselho

Protocolo 0037030476

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho da Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura**, CNPJ nº 26.310.954/0001-94, representado por seu presidente, RITA DE CASSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA LICITAÇÃO**

b) Objeto: **GÁS ENGARRAFADO**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RITA DE CASSIA SOUZA CABRAL DEGAM
Presidente do Conselho

Protocolo 0037027157

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Processamento de Dados.**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037020532

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO/PROAFI/2023

Pelo presente, o Conselho Escolar Unidos Pela Educação , CNPJ nº 01.335.848/0001-34, representado por sua presidente, Vanira Rodrigues Pedro, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e:

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objetos: Equipamento e Material Permanente: 44.9052

52.06 Aparelhos e Utensílios domésticos

2.16 Máquinas e equipamentos gráficos;

52.18 Máquinas e utensílios e equipamentos diversos;

52.19 Equipamentos de processamento de dados;

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Urupá, 30/03/2023

VANIRARODRIGUES PEDRO

Diretora e Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037040696

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JARU, CNPJ nº 26.412.542/001-65, representado por seu presidente, VANUZA PRAGA CORDEIRO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanuza Praga Cordeiro
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037029228

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Material elétrico e eletrônico

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041350

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jaime Bernardes de Moura**, CNPJ nº **00.998.422/0001-06**, representado por seu presidente, **Josiney Cardoso Lanes**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Material de Manutenção de Bens Imóveis.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Presidente do Conselho Escolar

Josiney Cardoso Lanes

Protocolo 0037041181

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR POVO NO PODER**, CNPJ nº **01.663.538/0001-49** representado por seu presidente, **MACIEL ALVES GOIS** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **SERVIÇOS GRÁFICOS.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MACIEL ALVES GOIS

Presidente do Conselho Escolar

Povo no Poder

Protocolo 0037041364

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JARU, CNPJ nº 26.412.542/001-65, representado por seu presidente, VANUZA PRAGA CORDEIRO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gêneros de Alimentação**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanuza Praga Cordeiro

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037030436

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNTAMENTAL OSVALDO PIANA**, CNPJ nº **00817.654/0001-02**, representado por seu presidente, **ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037041417

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PIMENTA BUENO, CNPJ:26.496.501/0001-02, representado por seu presidente, ELIANE CRISTINA FARIA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto:MATERIAL DE CONSUMO: Aquisição de gêneros alimentícios; Material de processamento de dados; Material de limpeza e higienização; Material de expediente; Gás Engarrafado; Material de manutenção de bens imóveis; Material elétrico.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Faria
Presidente do Conselho

Protocolo 0037038180

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PIMENTA BUENO, CNPJ:26.496.501/0001-02, representado por seu presidente, ELIANE CRISTINA FARIA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.39

b) Objeto:Serviços gráficos II; Serviços técnicos profissionais -Assessoria Contábil; Serviço de vistoria de veículo oficial; **M**anutenção e conservação de máquinas e equipamentos; Serviço em cartório de registros de imóveis e civil;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Faria
Presidente do Conselho

Protocolo 0037039593

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, **Gildo Benedito Ramos da Rocha**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1- Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação;**

b) Objeto: **Aquisição de Serviços: Contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Serviços de Processamento de Dados; Serviços de Telecomunicações; Serviços Judiciários;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Gildo Benedito Ramos Da Rocha

Presidente Do Conselho Escolar

Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira

Protocolo 0037041240

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JARU, CNPJ nº 26.412.542/001-65, representado por seu presidente, VANUZA PRAGA CORDEIRO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanuza Praga Cordeiro
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037030812

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Material de Proteção e Segurança

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041527

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JARU, CNPJ nº 26.412.542/001-65, representado por seu presidente, VANUZA PRAGA CORDEIRO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção deConservação de Equipamentos de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanuza Praga Cordeiro

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037031197

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Servicos Graficos;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037041594

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Oswaldo Piana**, **CNPJ nº01.203.767/0001-80**, representado por seu presidente, **Danielli Perboni Campos**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Compra direta/ Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: Gêneros de Alimentação, **Gás engarrafado, Material educativo e esportivo, Material de expediente, Material de processamento de dados, Material de copa e cozinha, Material de limpeza e higienização, Material para manutenção de bens imóveis e pequenos reparos, Material elétrico e eletrônico.**

c) Objeto: Serviçosde Terceiros -Pessoa Jurídica como: **Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos, Serviços gráficos, Outros serviços de pessoa jurídica, Manutenção e conservação de equipamentos de processamentos de dados, Manutenção e conservação de bens moveis de outra natureza e serviços técnicos profissionais .**

d)Objeto: Equipamento e material permanente: **Equipamentos de processamento de dados, Equipamentos de proteção segurança e socorro e mobiliários em geral.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELLI PERBONI CAMPOS

Presidente do conselho Escolar

Protocolo 0037034365

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de serviços de chaves, serviços de telecomunicações, serviços técnicos profissionais, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, serviços de cópias e reprodução de documentos, despesas de teleprocessamento, manutenção e conservação de equipamento de processamento de dados, despesas com taxas.

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037041322

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar RUTH ROCHA**, CNPJ nº 10.790.643/0001-30, representado por seu presidente, WARRISON JOSÉ MOURA CIRILO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.18Outros Serviços de Teceiros - Pessoa Juridica.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WARRISON JOSÉ MOURA CIRILO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037029860

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNTAMENTAL OSVALDO PIANA**, CNPJ nº **00817.654/0001-02**, representado por seu presidente, **ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037041701

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Material de Sinalização Visual e afins

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041771

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca**, CNPJ nº 01.219.424/0001-04, representado por sua presidente, CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **NATUREZA DE DESPESA 44.90.52**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

* Aquisição de Equipamento e Material Permanente: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS; MOBILIÁRIO EM GERAL **E OUTROS.**

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI
Presidente do Conselho Escolar
EEEF FREI CANECA
Rua Eitor Ozias Schundt, 3844 - Vilage do Sol - CEP. 76.964-440 – Cacoal-RO - Fone/fax: (69)3441 -2195 E-mail: freicaneca-cacoal@seduc.ro.gov.br

Protocolo 0037037313

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jaime Bernardes de Moura**, CNPJ nº **00.998.422/0001-06**, representado por seu presidente, **Josiney Cardoso Lanes**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Material de Proteção e Segurança.**

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Presidente do Conselho Escolar
Josiney Cardoso Lanes

Protocolo 0037041809

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jaime Bernardes de Moura**, CNPJ nº **00.998.422/0001-06**, representado por seu presidente, **Josiney Cardoso Lanes**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**
b) Objeto: **Uniformes, Tecidos e Aviamentos.**
2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Presidente do Conselho Escolar
Josiney Cardoso Lanes

Protocolo 0037041812

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca**, CNPJ nº 01.219.424/0001-04, representado por sua presidente, CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **NATUREZA DE DESPESA 33.90.30**
* Aquisição de **Material de Consumo** como: GÁS ENGARRAFADO; MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO; MATERIAL DE EXPEDIENTE; MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS; MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO E HIGIENIZAÇÃO; MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS-PEQUENOS REPAROS; MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO E OUTROS.
2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI
Presidente do Conselho Escolar
EEEF FREI CANECA
Rua Eitor Ozias Schundt, 3844 - Vilage do Sol - CEP. 76.964-440 – Cacoal-RO - Fone/fax: (69)3441 -2195 E-mail: freicaneca-cacoal@seduc.ro.gov.br

Protocolo 0037007777

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca**, CNPJ nº 01.219.424/0001-04, representado por sua presidente, CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade:

b) Objeto: Serv. Terc. P. Jurídica, Natureza de Despesa 33.90.39

* Aquisição e Contratação SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS; SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE; MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS; SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL; MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES e outros.

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI
Presidente do Conselho Escolar
EEEF FREI CANECA

Rua Eitor Ozias Schundt, 3844 - Vilage do Sol - CEP. 76.964-440 – Cacoal-RO - Fone/fax: (69)3441 -2195 E-mail: freicaneca-cacoal@seduc.ro.gov.br

Protocolo 0037007553

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamento e Material Permanente - Aparelhos e Equipamentos de Informática.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041736

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Consumo - Material de Processamento de Dados.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041874

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, Conselho Escolar PAMAKOBA WAH, CNPJ nº 20.214.996/0001-45, representado por seu presidente,Marcia Helena Gomes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios,
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Helena Gomes
Presidente do Conselho Escolar PAMAKOBA WAH

Protocolo 0037041972

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037029005

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031649

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031959

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÁS ENGARRAFADO.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032009

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032060

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032426

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO DE DADOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032479

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033363

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Monteiro Lobato , CNPJ nº 63.790.307/0001-53 , representado por sua presidenta, **Nadia Cristina Carneiro de Almeida**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.97

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadia Cristina Carneiro de Almeida
Presidente do Conselho Escolar/ Diretora

Protocolo 0037042105

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aparelhos, equipamentos e Maquinas para Cozinha e Limpeza;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037042139

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE COPA E COZINHA.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033466

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PROCESSAMENTO DE DADOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033557

Portaria nº 3498 de 22 de março de 2023

Concede, por 04 (quatro) anos Prorrogação de Autorização de Funcionamento, concedida pela Portaria nº 1739/2017-GAB/SEDUC, de 19/06/2017, publicada no DOE nº 121 de 30/06/2017 à Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sertanista José do Carmo Santana, mantida pela Secretaria de Estado da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Educação-Seduc, no município de Cacoal-RO,e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais preconizadas no Art. 71 da Constituição Estadual e considerando o disposto na Resolução nº 1.274/2020 - CEE/RO,e no Parecer Técnico nº 18/2023/SEDUC-NRE, de 21 de março de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder por 04 (quatro) anos Prorrogação da Autorização de Funcionamento, concedida pela Portaria nº 1739/2017-GAB/SEDUC, de 19/06/2017, publicada no DOE nº 121 de 30/06/2017 à Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sertanista José do Carmo Santana, mantida pela Secretaria de Estado da Educação-Seduc, localizada no município de Cacoal-ROpara a oferta dos seguintes serviços:

I - Ensino Fundamental Regular do 1º ao 9º ano;

II - Ensino Médio Regular do 1º ao 3º ano;

III - Educação Especial de forma inclusiva.

Parágrafo único. A Portaria 1739/2017-GAB/SEDUC,no período de 31/06/2021, até a data de publicação desta Portaria, esteve prorrogada automaticamente, estando amparada pelo Art. 15 da Portaria nº 620/2017-GAB/SEDUC.

Art. 2º A direção da escola deve manter toda a documentação e informações referentes ao funcionamento da mesma, da vida escolar dos estudantes e funcionários, organizadas e atualizadas de acordo com o Art. 15 da Portaria nº 620/2017-GAB/SEDUC.

Art. 3º A escola observará o disposto nas Portarias vigentes emanadas pela SEDUC quanto aos critérios de avaliação e recuperação da aprendizagem, o cumprimento das Matrizes Curriculares Unificadas e do Referencial Curricular do Estadual de Rondônia-RCRO.

Art. 4º A Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sertanista José do Carmo Santana deverá atender as recomendações emanadas no Parecer Técnico nº 18/2023/SEDUC-NRE, de21 de março de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ana Lúcia da Silva Silvino Pacini

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036809385

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ,CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037033591

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR POVO NO PODER**, CNPJ nº **01.663.538/0001-49** representado por seu presidente, **MACIEL ALVES GOIS** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DEGÊNEROS ALIMENTÍCIOS/PEALE COMPLEMENTAÇÃO.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MACIEL ALVES GOIS

Presidente do Conselho Escolar

Povo no Poder

Protocolo 0037039602

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 26.372.259/0001- 57, representado por seu presidente, Edileuza Almeida de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DE VEICULOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edileuza Almeida de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033675

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual Artur da Costa e Silva**, CNPJ nº **01.511.045/0001-93**, representado por seu presidente, **Alzira Dimer da Rocha de Sousa**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) **Objeto: Aquisição de Material de Consumo como:** 33.90.30.61 -Gêneros alimentícios .

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alzira Dimer da Rocha de Sousa
Presidente do Conselho Escolar/Diretora

Protocolo 0037026071

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Copa Cozinha

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037042084

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material Educativo e Esportivo (Materiais Pedagógicos).

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042200

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, Conselho Escolar Pamakoba Wah , CNPJ nº 20.214.996/0001-45, representado por seu presidente,Marcia Helena Gomes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 01-materialde expediente;

02-serviço técnico profissional, manutenção e conservação de maquinas eequipamentos;

03-aquisição deequipamento de projeçãopara áudio, vídeo,imagem; e outros.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Helena Gomes

Presidente do Conselho Escolar PAMAKOBA WAH,

Protocolo 0037042160

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual Artur da Costa e Silva**, CNPJ nº **01.511.045/0001-93**, representado por seu presidente, **Alzira Dimer da Rocha de Sousa**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) **Objeto: Aquisição de Material de Consumo como:** GÁS ENGARRAFADO, MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO, MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL PROC. DADOS, MATERIAL COPA COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, UNIFORME, TECIDOS AVIAMENTOS E AFINS, MATERIAL MANUT. BENS IMÓVEIS, MATERIAL MANUT. BENS MÓVEIS, MATERIAL ELETRO ELETRÔNICO, FERRAMENTAS, BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS, OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.

c) **Objeto: Serviçosde Terceiros - Pessoa Jurídica como:** SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, MANUTENÇÃO DE SOFTWARE, LOCAÇÃO DE SOFTWARE, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS, SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, SERVIÇOS GRÁFICOS, SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO, SERVIÇOS BANCÁRIOS, CONFECÇÃO DE UNIFORMES BANDEIRAS E FLÂMULAS, SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

c) **Objeto: Serviços de Terceiros - Pessoa Física como:** SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL, CONFECÇÃO DE UNIFORMES BANDEIRAS E FLÂMULAS, OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alzira Dimer da Rocha de Sousa
Presidente do Conselho Escolar/Diretora

Protocolo 0037024194

TERMO
TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca**, CNPJ nº 01.219.424/0001-04, representado por sua presidente, CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis).

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI
Presidente do Conselho Escolar
EEEF FREI CANECA
Rua Eitor Ozias Schundt, 3844 - Vilage do Sol - CEP. 76.964-440 – Cacoal-RO - Fone/fax: (69)3441 -2195 E-mail: freicaneca-cacoal@seduc.ro.gov.br

Protocolo 0037007793

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisiçãode Material de Expediente.**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A

da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037020840

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR POVO NO PODER**, CNPJ nº **01.663.538/0001-49** representado por seu presidente, **MACIEL ALVES GOIS** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DEGÊNEROS ALIMENTÍCIOS/PNAE.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MACIEL ALVES GOIS
Presidente do Conselho Escolar
Povo no Poder

Protocolo 0037042282

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Consumo - Material de Expediente.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042534

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR POVO NO PODER**, CNPJ nº **01.663.538/0001-49** representado por seu presidente, **MACIEL ALVES GOIS** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DEGÊNEROS ALIMENTÍCIOS/PNAE.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MACIEL ALVES GOIS

Presidente do Conselho Escolar

Povo no Poder

Protocolo 0037042581

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Educação e Progresso , CNPJ nº 00.686.679/0001-14, representado por seu presidente, Edmar Parlote, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação]**

b) Objeto: Material:Ferramentas

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDMAR PARLOTE

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042523

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material De Limpeza e Produção de Higienização

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037042344

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR POVO NO PODER**, CNPJ nº **01.663.538/0001-49** representado por seu presidente, **MACIEL ALVES GOIS** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DEGÊNEROS ALIMENTÍCIOS/PNAE.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MACIEL ALVES GOIS

Presidente do Conselho Escolar

Povo no Poder

Protocolo 0037042694

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamento e Material Permanente - Aparelhos e Equipamentos de Informática.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042693

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2023
CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR CRIANÇA
CONTRATADA: **M.L. BEZERRA & CIA LTDA EPP**, CNPJ - 17.552.444/0001-32
OBJETO: constitui objeto desse contrato a aquisição de gêneros alimentícios, em atendimento às necessidades do Conselho Escolar Criança pelo período de 60 dias, conforme as especificações técnicas e as disposições contidas no processo via dispensa de licitação, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.
VALOR: R$ 11.970,00(onze mil, novecentos e setenta reais).
PROCESSO Nº 0029.014206/2023-01
VIGÊNCIA: 60 (dias) .
DATA DE ASSINATURA:28 /03/2023
ASSINAM: Rosimeire de Castro Machado – Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Primavera e Moniely Lima Bezerra.

Rosimeire de Castro Machado
Presidente do Conselho Escolar
Theobroma, 28 de Março de 2023

Protocolo 0037042194

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Monteiro Lobato , CNPJ nº 63.790.307/0001-53 , representado por sua presidenta, **Nadia Cristina Carneiro de Almeida**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.58

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadia Cristina Carneiro de Almeida
Presidente do Conselho Escolar/ Diretora

Protocolo 0037042754

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023
Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Criança, CNPJ n. 00.689.639/0001-26, Unidade Executora da E. E. E. F. M. PRIMAVERA, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 1092/2018/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da empresa M. L. BEZERRA - ME, CNPJ nº. 17.552.444/0001-32, para Fornecimento de Produtos de Mercado perecíveis e não perecíveis na E. E. E. F. M. PRIMAVERA, com entrega a partir de 01/04/2023, no valor total estimado de R$ **11.958,16** (onze mil e novecentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos).

Theobroma, 28 de março de 2023.

ROSIMEIRE DE CASTRO MACHADO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0036953215

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisiçãode Material Permanente**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037019742

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, Conselho Escolar Sodigah Sagah CNPJ nº 20.214.991/0001-12, representado por seu presidente,Marcia Helena Gomes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios,

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Helena Gomes

Presidente do Conselho Escolar Sodigah Sagah.

Protocolo 0037042839

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Mobiliário em Geral.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042992

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037022420

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037027700

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.66 - Material de Consumo - Excelência

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira

Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037035762

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52.13 - Equipamento e Material Permanente - Excelência

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira

Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037038248

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 33.90.30.61 Gênero Alimentícios - PNAE

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira

Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037007887

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO/PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Síria Amaral Jacob**, CNPJ nº 03.259.321/0001-01, representado por seu presidente, Maria Eliane Nunes de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Serviços Gráficos eConfecção de Placas, elemento de despesas: 33.90.39.63.

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Eliane Nunes de Oliveira

Presidente

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037043042

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.61 Gênero Alimentícios - PNAE

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira

Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037026148

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, Conselho Escolar Sodigah Sagah, CNPJ nº 20.214.991/0001-12, representado por seu presidente,Marcia Helena Gomes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 01-materialde expediente;

02-serviço técnico profissional, manutenção e conservação de maquinas eequipamentos;

03-aquisição deequipamento de projeçãopara áudio, vídeo,imagem; e outros.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Helena Gomes
Presidente do Conselho Escolar Sodigah Sagah.

Protocolo 0037043037

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/2023

PARTES

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA EEEMTI JOVEM GONÇALVES VILELA - PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR: **Srª. TATIANA DE OLIVEIRA VONO**e **CONTRATADOS: Sr. DAVID WASHINGTON PEREZ RODRIGUES** , pertencente à **Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Geraldo - ASPROGEL**, representada pelo presidente **Sr. PEDRO JESUÍNO PENA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (filé de Pirarucu), através da chamada pública PEALE **nº 002/2022**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 8.052,00 (Oito mil e cinquenta e dois reais). Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com aquisição do material de consumo (gêneros alimentícios) são oriundos de transferências estaduais à conta exclusiva do Programa Estadual de Alimentação Escolar- PEALE, creditadas diretamente na conta Cartão Pealedo Banco do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado.
PROCESSO Nº: 0029.089751/2022-62

ASSINAM:TATIANA DE OLIVEIRA VONO

DAVIDWASHINGTON PEREZ RODRIGUES

Protocolo 0036994808

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Monteiro Lobato , CNPJ nº 63.790.307/0001-53 , representado por sua presidenta, **Nadia Cristina Carneiro de Almeida**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.05

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadia Cristina Carneiro de Almeida
Presidente do Conselho Escolar/ Diretora

Protocolo 0037043093

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Pecas não Incorporáveis a Imóveis, outros materiais Permanentes;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037043195

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material para manutenção de bens imóveis

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037042765

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Educação e Progresso , CNPJ nº 00.686.679/0001-14, representado por seu presidente, Edmar Parlote, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação]**

b) Objeto: Material De Custeio

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDMAR PARLOTE

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043272

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material Consumo - Material de Expediente.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043278

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO/PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Síria Amaral Jacob**, CNPJ nº 03.259.321/0001-01, representado por seu presidente, Maria Eliane Nunes de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Furadeira, elemento de despesas: 44.90.52.34.

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Eliane Nunes de Oliveira
Presidente

Protocolo 0037043314

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Gás Engarrafado**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041751

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFMMarechal Rondon, CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037025219

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Outros materiais de consumo – Livros literários.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043410

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Nove de Junho**, CNPJ nº 00.672.028/0001-75, representado por seu presidente, Mirian Pereira Suave, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**
b) Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios;**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MIRIAN PEREIRA SUAVE
Presidente do Conselho Escolar Nove de Junho

Protocolo 0037041560

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar Monteiro Lobato , CNPJ nº 63.790.307/0001-53 , representado por sua presidenta, **Nadia Cristina Carneiro de Almeida**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.17

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadia Cristina Carneiro de Almeida

Presidente do Conselho Escolar/ Diretora

Protocolo 0037043434

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, Conselho Escolar Sodigah Sagah , CNPJ nº 20.214.991/0001-12, representado por seu presidente,Marcia Helena Gomes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 01-Construção, ampliação ou reformas; e outros.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Helena Gomes

Presidente do Conselho Escolar Sodigah Sagah.

Protocolo 0037043309

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Nove de Junho**, CNPJ nº 00.672.028/0001-75, representado por seu presidente, Mirian Pereira Suave, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MIRIAN PEREIRA SUAVE

Presidente do Conselho Escolar Nove de Junho

Protocolo 0037041738

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº02/2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Pedro Mendes Cardoso,CNPJ n. 24.638.497/0001-36, Unidade Executora da **E.E.E.M.F. PEDRO MENDES CARDOSO**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 42/2015/GAB/SEDUC, DE 14 de janeiro de 2015,tornapúblico aconclusãodoprocedimento de contratação direta, viadispensadelicitação, combasenoart.24,IVdaLeideLicitações, daempresa B DE LIMA SANTOS LTDA CNPJ: 39.452.351/0001-79, aquisição de material de consumo (gêneros alimentícios) para atender o Conselho daE.E.E.F.M. PEDRO MENDES CARDOSO, no valor totalestimadode **R$ 7.052,85** (sete mil cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Nova Mamoré -RO, 29 de março de 2023.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO

Presidente do Conselho Escolar/Diretor

Protocolo 0037008270

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº03/2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Pedro Mendes Cardoso,CNPJ n. 24.638.497/0001-36, Unidade Executora da **E.E.E.M.F. PEDRO MENDES CARDOSO**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 42/2015/GAB/SEDUC, DE 14 de janeiro de 2015,tornapúblico aconclusãodoprocedimento de contratação direta, viadispensadelicitação, combasenoart.24,IVdaLeideLicitações, daempresa HJ DE OLIVEIRA ROCHA LTDA CNPJ: 12.515.459/0001-07, aquisição de material de consumo (gêneros alimentícios) para atender o Conselho daE.E.E.F.M. PEDRO MENDES CARDOSO, no valor totalestimadode **R$ 3.234,94** (três mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Nova Mamoré -RO, 29 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
Presidente do Conselho Escolar/Diretor

Protocolo 0037008299

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO/PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Síria Amaral Jacob**, CNPJ nº 03.259.321/0001-01, representado por seu presidente, Maria Eliane Nunes de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Impressora, elemento de despesas: 44.90.52.45.

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Eliane Nunes de Oliveira
Presidente

Protocolo 0037043481

EXTRATO

EEEFM PRIMAVERA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2023
CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR CRIANÇA
CONTRATADA: **M.L. BEZERRA & CIA LTDA EPP**, CNPJ - 17.552.444/0001-32
OBJETO: constitui objeto desse contrato a aquisição de gêneros alimentícios, em atendimento às necessidades do Conselho Escolar Criança pelo período de 60 dias, conforme as especificações técnicas e as disposições contidas no processo via dispensa de licitação, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.
VALOR: R$ 9.028,09 (nove mil e vinte e oito reais e nove reais).
PROCESSO Nº 0029.000658/2023-06
VIGÊNCIA: 60 (dias) .
DATA DE ASSINATURA: 28 /03/2023
ASSINAM: Rosimeire de Castro Machado – Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Primavera e Moniely Lima Bezerra.

Theobroma, 28 de Março de 2023

ROSIMEIRE DE CASTRO MACHADO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037040601

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por seu presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042385

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material para manutenção de bens móveis

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037043441

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aparelhos, Equipamentos e Máquinas para Comunicação, Cine Foto e Som.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043572

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gás engarrafado.

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitaçãop nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037012344

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023
(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Criança, CNPJ n. 00.689.639/0001-26, Unidade Executora da E. E. E. F. M. PRIMAVERA, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 1092/2018/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da empresa M. L. BEZERRA - ME, CNPJ nº. 17.552.444/0001-32, para Fornecimento de Produtos de Mercado perecíveis e não perecíveis na E. E. E. F. M. PRIMAVERA, com entrega a partir de 01/04/2023, no valor total estimado de R$ **9.028,09** (nove mil e vinte e oito reais e nove centavos).

Theobroma, 27 de março de 2023.

ROSIMEIRE DE CASTRO MACHADO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0036930613

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Limpeza e Produtos de Higienização;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037043628

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por seu presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043442

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, C**ássia Cristina da Rocha Machad**o, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Consumo - Gás Engarrafado**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043823

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimentode Material Permanente.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037160

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Monteiro Lobato , CNPJ nº 63.790.307/0001-53 , representado por sua presidenta, **Nadia Cristina Carneiro de Almeida**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.95

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadia Cristina Carneiro de Almeida

Presidente do Conselho Escolar/ Diretora

Protocolo 0037043795

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CRIANÇA, CNPJ nº 976.036.946-04, representado por seu presidente, ROSIMEIRE DE CASTRO MACHADO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Limpeza e Conservação**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosimeire de Castro Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043750

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 3.3.90.30 Material de Consumo - PROAFI

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037037315

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento deServiços de Terceiro Pessoa Jurídica

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036905

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.30 Material de Consumo - PROAFI

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037039803

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 3.3.90.39 Serv. Terc. P. Jurídica - PROAFI

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037039905

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.39 Serv. Terc. P. Jurídica - PROAFI

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037040046

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material elétrico e eletrônico

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037043764

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Serviços Gráficos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036684

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Serviço de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036465

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Serviço de Limpeza e Conservação

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036248

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 31 DE MARÇO, CNPJ nº 84.651.546/0001-00, representado por seu presidente, ALBERTINA MONTEIRO NETTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gás engarrafado; material de expediente; material de processamento de dados; material de limpeza e produção de higienização; material para manutenção de bens imóveis;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALBERTINA MONTEIRO NETTA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035406

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Outros Materiaisde Consumo
2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044041

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **33.90.30.04** - RECARGA DE EXTINTOR PÓ QUIMICO 6 KG
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037040131

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM MARECHAL RONDON, CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material de Processamento de Dados.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037024953

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Serviços de Manutenção de Software

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035636

AVISO

CONSELHO ESCOLAR UNIÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/23

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

Presidente do **Conselho Escolar União**, Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro, CNPJ n. 84.651.462/0001-69, Unidade Executora d**a Escola Nilton Oliveira de Araújo**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 1752/23 (0035486410), torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da empresa **CLEYTON JOSEFI, CNPJ: 21.022.287/0001-20**, para aquisição de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, na **Escola Nilton Oliveira de Araújo**, período de 02 (dois) meses/ com entrega imediata (10 dias para entrega) a partir de30/03/2023, no valor totalestimado de: **R$ 2.370,00** (dois mil, trezentos e setenta reais).

Jaru-RO, 30 de Março de 2023.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043578

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.17** - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA

Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037033305

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material Para Processamento de Dados**
2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitaçãop nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044212

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **33.90.39.81** - SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FORRO
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037036733

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho EscolarTancredode AlmeidaNeves, CNPJ nº15.893.860/0001- 79,representado por seu presidente, SandraMariano deOliveiraSilva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãopor via dispensa de licitação assim identificado:

a)Modalidade:Dispensa delicitação

b)Objeto: ServiçodeproduçãoIndustrial.

2 - **Manifestar a opção por via de dispensa delicitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SandraMariano deOliveiraSilva

Presidentedo Conselho Escolar

Protocolo 0037044083

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM MARECHAL RONDON, CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material de Expediente.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037021351

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.07** - **GENEROS ALIMENTÍCIOS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA

Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037039130

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.07** - **Gêneros alimentício, Água mineral**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de **31/12/2023.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037039399

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.04** - **Gás Engarrafado**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037039613

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035219

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.20**- **Material de copa e cozinha**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA

Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037036119

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: **Material de Apoio Administrativo, gráfico, Carimbos e Cópias de Chaves;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037044328

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.22** - **Material de limpeza e higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA

Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037035745

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.63** - **serviços técnicos profissionais**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037035465

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **33.90.39.63** - SERVIÇOS GRÁFICOS
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037035055

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Material para Manutenção de Bens Móveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037034923

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Apolônia Rossi Javarini, CNPJ nº 01.343.575/0001-70, representado por seu presidente, Luzia Rodrigues no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto:Aquisição Material Custeio e Capital do Excelência.

2 - **Manifestar a opção porcontratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luzia Rodrigues

Presidente do Conselho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037044356

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.39.17** - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS/LIMPEZA DE AR CONDICIONADO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037035435

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.26 - **Material elétrico e eletrônico**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037034956

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.39.45** - SERVIÇOS DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037033946

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Material Elétrico e Eletrônico

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037034665

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30.20** - Aquisição de material de Cama, Mesa e Banho

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA

Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037033821

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: **33.90.39.95** - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA

Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037026484

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de: Material de Expediente;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037044566

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CRISTÓVÃO PIMENTA, CNPJ nº 01.239.231/0001-15, representado por seu presidente, RONALDO JOSÉ DE PAULA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa 3.3.90.30**

b) Objeto: **material de expediente, material para manutenção de bens imóveis, materiais elétrico/eletrônico, material de copa e cozinha, material para manutenção de bens móveis, material uniformes, tecidos e aviamentos material de processamento de dados, gás engarrafado, material de limpeza e produção de higienização.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RONALDO JOSÉ DE PAULA

Diretor/Presidente do Conselho

Protocolo 0037032852

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Rosales dos Santos**, CNPJ nº 00.857.176/0001-64, representado por sua presidente, Elizete Monteiro da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS.**

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023

ELIZETE MONTEIRO DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036040

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CRISTÓVÃO PIMENTA, CNPJ nº 01.239.231/0001-15, representado por seu presidente, RONALDO JOSÉ DE PAULA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: **serviços de telecomunicações, serviços de teleprocessamentos, Serviços técnicos profissionais, serviços de processamento de dados, manutenção e conservação de bens móveis, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, manutenção de software, limpeza e conservação, outros serviços de terceiros.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RONALDO JOSÉ DE PAULA

Diretor/Presidente do Conselho

Protocolo 0037033603

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CRISTÓVÃO PIMENTA, CNPJ nº 01.239.231/0001-15, representado por seu presidente, RONALDO JOSÉ DE PAULA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 4.4.90.52**

b) Objeto: **aparelhos, equipamentos e máquinas para comunicação, cine foto e som, mobiliário em geral.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RONALDO JOSÉ DE PAULA
Diretor/Presidente do Conselho

Protocolo 0037035612

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ***CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE BURITIS***, CNPJ nº ***26.472.710/0001-08***, representado por seu presidente, ***YURI LOPES DE OLIVEIRA***, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Licitação CARTA CONVITE**

b) Objeto: **33.90.30.16** - **MATERIAL DE EXPEDIENTE**

2 - **Manifestarlicitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

YURI LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do conselho gestor

Protocolo 0037033101

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CRISTÓVÃO PIMENTA, CNPJ nº 01.239.231/0001-15, representado por seu presidente, RONALDO JOSÉ DE PAULA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Licitação - Carta Convite**

b) Objeto: material de expediente, material para manutenção de bens imóveis, materiais elétrico/eletrônico, material de copa e cozinha, material para manutenção de bens móveis, material uniformes, tecidos e aviamentos material de processamento de dados, gás engarrafado, material de limpeza e produção de higienização.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RONALDO JOSÉ DE PAULA

DIretor/Presidente do Conselho

Protocolo 0037034186

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

O Presidente da Unidade Executora Conselho Escolar DA ESCOLA RIO URUPÁ, CNPJ 04.698.080/0001-51 , em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via **Modalidade Contratação Emergencial -** dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações e Memorando nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) disponibilizado através do processo SEI nº 0029.000710/2023-16, com a empresa C.J.JOB, CNPJ 24.572.092/0001-42, para**Aquisição de gêneros alimentícios integrantes da Alimentação Escolar** no âmbito do PNAE e PEALE, no valor total estimado de R$ 5.870,28 **(cinco mil oitocentos e setenta reais e vinte e oito centavos)**, paraatender a escola EEEFM RIO URUPÁ.

JI-PARANÁ, 29 de MARÇO de 2023.

ALVACIRBARBOSA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar E.E.E.F.M. RIO URUPÁ

Protocolo 0035909310

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Material para Manutenção de Bens Imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037034160

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

O Presidente da Unidade Executora Conselho Escolar DA ESCOLA RIO URUPÁ, CNPJ 04.698.080/0001-51 , em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via **Modalidade Contratação Emergencial -** dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações e Memorando nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) disponibilizado através do processo SEI nº 0029.000710/2023-16, com a empresa **SUPERMERCADOSANCHEZ**, CNPJ 34.750.281/0001-11, para**Aquisição de gêneros alimentícios integrantes da Alimentação Escolar** no âmbito do PNAE e PEALE, no valor total estimado de R$ 19.005,93(DEZENOVE MIL CINCO REAIS E NOVENTA E TRES CENTAVOS**)**, paraatender a escola EEEFM RIO URUPÁ.

JI-PARANÁ, 29 de MARÇO de 2023.

ALVACIRBARBOSA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar E.E.E.F.M. RIO URUPÁ

Protocolo 0037003614

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Uniformes tecidos e Aviamentos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033819

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios/PEALE COMPLEMENTAÇÃO.

2 - **Manifestar a opção por contratar por viaDispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037026540

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

O Presidente da Unidade Executora Conselho Escolar DA ESCOLA RIO URUPÁ, CNPJ 04.698.080/0001-51 , em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via **Modalidade Contratação Emergencial -** dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações e Memorando nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) disponibilizado através do processo SEI nº 0029.000710/2023-16, com a empresa MONTEIRO COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA , CNPJ 27.743.468/0001-22, para**Aquisição de gêneros alimentícios integrantes da Alimentação Escolar** no âmbito do PNAE e PEALE, no valor total estimado de R$ 1.078,02(UM MILSETENTA E OITO REAIS E DOIS CENTAVOA**)**, paraatender a escola EEEFM RIO URUPÁ.

JI-PARANÁ, 29 de MARÇO de 2023.

ALVACIRBARBOSA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar E.E.E.F.M. RIO URUPÁ

Protocolo 0037004162

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Material de Proteção e Segurança .

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033463

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material Educativo e Esportivo**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044709

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Monteiro Lobato , CNPJ nº 63.790.307/0001-53 , representado por sua presidenta, **Nadia Cristina Carneiro de Almeida**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52.19

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a

opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadia Cristina Carneiro de Almeida
Presidente do Conselho Escolar/ Diretora

Protocolo 0037044559

TERMO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon, CNPJ nº 01.932.955/001-40 representado por seu presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

2 - Manifestar a opção por contratação via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037021969

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição Material para Manutenção de bens e Imóveis;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037044742

EXTRATO

Nº 01/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de **Material Elétrico**, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa **MARAJO COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME**, onde tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de **Material Elétrico**, por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, a **aquisição de Material Elétrico,** por entregas integrais, conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de **R$ 942,50** (novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001392/2023-19

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e Edson Rubio Toneto **–** Representante Legal da empresa MARAJO COMERCIO DE FERRAGENS LTDA-ME.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037034694

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Limpeza e Higienização.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032820

EXTRATO

Nº 02/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de Serviços Técnicos Profissionais, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa Nacional Consultoria e Assessoria Contábil LTDA, onde tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de Serviços Técnicos Profissionais, por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o Serviços Técnicos Profissionais**,** por entregas integrais, conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 600,00 (seiscentos reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001392/2023-19

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e Nivaldo da silva **–** Representante Legal da empresa Nacional Consultoria e Assessoria Contábil LTDA.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037036874

EXTRATO

Nº 03/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de Aparelhos e Utensílios Domésticos, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa Novalar S/A, onde tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de Aparelhos e Utensílios Domésticos, por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, a **aquisição de Material Elétrico,** por entregas integrais, conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 7.398,00 (sete mil trezentos e noventa e oito reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001392/2023-19

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e Debora de Oliveira Miranda **–** Representante Legal da empresa Novalar S/A.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037036805

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços (Limpeza e conservação)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044460

EXTRATO

Nº 04/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de Equipamento de Processamento de Dados, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa A I F SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS EIRELI - ME, onde tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de Equipamento de Processamento de Dados, por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, a aquisição de Equipamento de Processamento de Dados**,** por entregas integrais, conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001392/2023-19

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e Ademar Sudario **–** Representante Legal da empresa A I F SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS EIRELI - ME.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037037162

EXTRATO

Nº 5.1/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa Gonçalves e Goveia Refrigeração LTDA - ME, onde tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, a aquisição de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**,** por entregas integrais, conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 1.352,00 (um mil trezentos e cinquenta e dois reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001392/2023-19

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e Nagila Raiane da Costa Goveia **–** Representante Legal da empresa Gonçalves e Goveia Refrigeração LTDA - ME.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037037584

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ECOLAR CRISTOVÃO PIMENTA, CNPJ nº 01.239.231/0001-15, representado por seu presidente, RONALDO JOSÉ DE PAULA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30.61

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RONALDO JOSE DE PAULA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037036100

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de gás de cozinha.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037030956

EXTRATO
Nº 5.2/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa MP Comércio de Ar Condicionado - LDTA, onde tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**,** por entregas integrais, conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 800,00 (oitocentos reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001392/2023-19

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e Marcos Giane Costa **–** Representante Legal da empresa MP Comércio de Ar Condicionado - LDTA.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037037791

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ECOLAR CRISTOVÃO PIMENTA, CNPJ nº 01.239.231/0001-15, representado por seu presidente, RONALDO JOSÉ DE PAULA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30.65

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RONALDO JOSE DE PAULA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037036883

EXTRATO

Nº 06/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de Serviço Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (limpeza de ar condicionado), que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa MARTINS & EMERICH LTDA - ME, onde tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de Serviço Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (limpeza de ar condicionado), por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, a aquisição de Serviço Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (limpeza de ar condicionado)**,** por entregas integrais, conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 1.531,00 (um mil quinhentos e trinta e um reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001392/2023-19

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e Dalvino Júlio Martins **–** Representante Legal da empresa MARTINS & EMERICH LTDA - ME.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037037966

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de produtos(Gêneros Alimentícios).

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037018807

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043163

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043047

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044851

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042615

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição Material Educativo e Esportivo;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037044864

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037042442

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039062

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Material de Expediente.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031381

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **GÁS ENGARRAFADO**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043295

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043367

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO. DE BENS IMÓVEIS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043505

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por sua presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO

Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037044568

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãoassim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento deServiços de Manutenção de Maquinas e Equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037024474

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043873

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **LOCAÇÃO DE SOFTWARES**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044044

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto: Material de Proteção e Segurança.

2 - **Manifestar a opção por contratar por viaDispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044923

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044100

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãoassim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037024235

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL DE COPA E COZINHA**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044303

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044387

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de PRODUTO DE CONSUMO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037023853

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços (Serviços Técnicos Profissionais)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044869

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição Material de Proteção e Segurança;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Carlos Drummond de Andrade**, CNPJ nº 63.790.083/0001-80, representado por seu presidente, Luciane Di Domenico Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO MATERIAL PERMAENTE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciane Di Domenico Pereira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044443

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044413

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de serviços (Serviços de Telecomunicações),

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037023654

EXTRATO
Nº 2.1/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de **Gêneros Alimentícios** Perecíveis e não Perecíveis, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa **M L Bezerra & Cia Ltda**, onde o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de merenda escolar por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade **Dispensa de licitação**, conforme justificativa 0035600240.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de **produtos alimentícios (**entregas integrais nos casos não perecíveis), conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades de confecção da merenda escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 13.203,37 (treze mil, duzentos e três reais e trinta e sete centavos).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001568/2023-24

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e **Moniely Lima Bezerra –** Representante Legal da empresa **M L Bezerra & Cia Ltda**.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037044115

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Nº 2.2/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de **Gêneros Alimentícios** Perecíveis e não Perecíveis, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa RD COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - EPP, onde o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de merenda escolar por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade **Dispensa de licitação**, conforme justificativa 0035600240.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de **produtos alimentícios (**entregas integrais nos casos não perecíveis), conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades de confecção da merenda escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 607,86 (seiscentos e sete reais e oitenta e seis centavos).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001568/2023-24

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e **Ilson Denardi Oliveira –** Representante Legal da empresa RD COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - EPP.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037044120

EXTRATO

Nº 1.3/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de **Gêneros Alimentícios** Perecíveis e não Perecíveis, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa W. M. Comercial, onde o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de merenda escolar por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade **Dispensa de licitação**, conforme justificativa 0035600240.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de **produtos alimentícios (**entregas integrais nos casos não perecíveis), conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades de confecção da merenda escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 403,80 (trezentos e três reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001568/2023-24

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e **Josiane Carvalho Brito –** Representante Legal da empresa W. M. Comercial.

Jaru-RO, 08 de fevereiro de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037044268

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de (SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS)

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037023325

TERMO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber, CNPJ nº 01.932.955/001-40 representado por seu presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037021559

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material para Manutenção e Conservação de bens Imóveis**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR
Presidente do Conselho

Protocolo 0037045144

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Aquisição Material de Apoio a Educação Física.;**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045182

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de produtos de (Material P/Manutenção de Bens Imóveis).

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037023099

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Ceeja Teresa Mitsuko Tustumio CNPJ n. 00.798.224/0001-90, Unidade Executora da Escola Ceeja Teresa Mitsuko Tustumi, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, , torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, a **EMPRESA vencedora EMERSON GOMES DA SILVA EIRELI, CNPJ: 12.365.614/0001-56,**para fornecer a Escola Ceeja Teresa Mitsuko Tustumi, serviçosde Manutenção de equipamento de central de PABX, a partir de 07/03/2022, no valor total estimado de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) .

Ji-Paraná/RO, 04 de março de 2022.

SILMARA CRISTINA MARUN NUNES VIEIRA

Presidente

Protocolo 0036961853

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar **"Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira"**, **CNPJ nº 84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, GILDO BENEDITO RAMOS DA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Licitação/ Carta convite**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Limpeza e Higienização;**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023,** devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023. Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Gildo Benedito Ramos Da Rocha
Presidente Do Conselho Escolar
Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira

Protocolo 0037044655

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR ASEEPNUUP, CNPJ nº 03.508.155/0001-21 representado por sua presidente, Geisen Cabral de Oliveira Silva no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL/PEALE

b) Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GEISEN CABRAL DE OLIVEIRA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045162

EXTRATO

Nº 2.1/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de **Gêneros Alimentícios** Perecíveis e não Perecíveis, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa **M L Bezerra & Cia Ltda**, onde o presente CONTRATO, que

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de merenda escolar por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade **Dispensa de licitação**, conforme justificativa 0035189162.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de **produtos alimentícios (**entregas integrais nos casos não perecíveis), conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades de confecção da merenda escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 11.032,96 (onze mil e trinta e dois reais e noventa e seis centavos).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001566/2023-35

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e **Moniely Lima Bezerra –** Representante Legal da empresa **M L Bezerra & Cia Ltda**.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037043143

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contra tação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimentode produtos (Gêneros Alimentícios).

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037022133

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços (manutenção e conservação de bens imóveis)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045127

EXTRATO

Nº 2.3/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de **Gêneros Alimentícios** Perecíveis e não Perecíveis, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa W. M. Comercial, onde o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de merenda escolar por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade **Dispensa de licitação**, conforme justificativa 0035189162.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de **produtos alimentícios (**entregas integrais nos casos não perecíveis), conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades de confecção da merenda escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 303,50 (trezentos e três reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001566/2023-35

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e **Josiane Carvalho Brito –** Representante Legal da empresa W. M. Comercial.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037043650

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR PAZ E AMOR , CNPJ nº 00.894.649/00001-01, representado por suapresidente, JANAÍNA DAS GRAÇAS SOUSA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: Material de expediente, Material para manutenção de bens imóveis, Materiais elétrico/eletrônico, Material de copa e cozinha, Material para manutenção de bens móveis, Material de processamento de dados, Gás engarrafado, Material de limpeza e produção de higienização

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANAÍNA DAS GRAÇAS SOUSA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037036056

EXTRATO

Nº 2.2/CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO CANTANHEDE/2023

Contrato de Compra de **Gêneros Alimentícios** Perecíveis e não Perecíveis, que, entre si, celebram o COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e a empresa RD COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - EPP, onde o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes no fornecimento de merenda escolar por contratação resultante de procedimento licitatório na modalidade **Dispensa de licitação**, conforme justificativa 0035189162.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de **produtos alimentícios (**entregas integrais nos casos não perecíveis), conforme requisições assinadas pela Comissão de Compras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – Unidade XIII, para atender as necessidades de confecção da merenda escolar**.**

DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$ 504,00 (quinhentos e quatro reais).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes no caso de prorrogação do prazo de validade das propostas de preço.

PROCESSO Nº 0029.001566/2023-35

ASSINAM: Willian da Silva Viana – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII – e **Ilson Denardi Oliveira –** Representante Legal da empresa RD COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - EPP.

Jaru-RO, 30 de março de 2023.

WILLIAN DA SILVA VIANA - **MAJ PM**

Presidente do Conselho Escolar Raimundo Cantanhede

Protocolo 0037043471

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar TERESA MITSUKO TUSTUMI, CNPJ n. 00.798.224/001-90, Unidade Executora da CEEJA TERESA MITSUKO TUSTUMI, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, , torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, a **EMPRESA vencedora VIDRAÇARIA CAMPO GRANDE LTDA CNPJ: 05.215.074/0001-69,**para fornecer a Escola CEEJA TERESA MITSUKO TUSTUMI, vidro fume 10mm, a partir de 30/03/2023, no valor total estimado de R$ 3.258,00 (tres mil, duzentos e cinquenta e oito reais) .

Ji-Paraná/RO, 30 de março de 2023.

Silmara Cristina Marun Nunes Vieira
Presidente Conselho

Protocolo 0037044763

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO PAZ E AMOR , CNPJ nº00.894.649/0001-01, representado por seu presidente, JANAINA DAS GRAÇAS SOUSA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: Serviços técnicos profissionais, Serviços de processamento de dados, Manutenção e conservação de bens móveis, Manutenção e conservação de bens imóveis, Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos;

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANAINA DAS GRAÇAS SOUSA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037036531

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: **Elétrico e Eletrônico**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CELSO SILVERIO BELCHIOR
Presidente do Conselho

Protocolo 0037045266

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO PAZ E AMOR , CNPJ nº 00.894.649/0001-01, representado por seu presidente, JANAINA DAS GRAÇAS SOUSA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.36

b) Objeto: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA - Limpeza e conservação, Manutenção e conservação de bens imóveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANAINA DAS GRAÇAS SOUZA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037038236

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR NGALAPUUJ, CNPJ nº 21.009.240/0001-27 representado por seu presidente, Edinaldo Francisco dos Santos no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL/PEALE

b) Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDINALDO FRANCISCO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039241

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar TERESA MITSUKO TUSTUMI, CNPJ n. 00.798.224/001-90, Unidade Executora da CEEJA TERESA MITSUKO TUSTUMI, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, , torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, a **EMPRESA vencedora L T VOLLBRECHT LTDA CNPJ: 43.577.021/0001-87,**para fornecer a Escola CEEJA TERESA MITSUKO TUSTUMI, material delimpeza, a partir de 30/03/2023, no valor total estimado de R$ 413,55 (quatrocentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos) .

Ji-Paraná/RO, 30 de março de 2023.

Silmara Cristina Marun Nunes Vieira
Presidente Conselho

Protocolo 0036964325

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição Material Elétrico e Eletrônico;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045296

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2022

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Ceeja Teresa Mitsuko Tustumio CNPJ n. 00.798.224/0001-90, Unidade Executora da Escola Ceeja Teresa Mitsuko Tustumi, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, , torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, a **EMPRESA vencedora LEIDYMAR COEMRCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 03.786.925/0001-20,**para fornecer a Escola Ceeja Teresa Mitsuko Tustumi, serviçosde Manutençao e instalaçao de ar condicionados , a partir de 30/03/2023, no valor total estimado de R$ 6.340,00 (seis mil, trezentos e quarenta reais) .

Ji-Paraná/RO, 30 de março de 2023.

SILMARA CRISTINA MARUN NUNES VIEIRA

Presidente

Protocolo 0037015656

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Princesa Izabel, CNPJ nº 00.774.388/0001-88, representado por seu presidente, Arleuda de Araújo Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação Direta/PROAFI** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços Terc. P. Jurídica - 33.90.39

DETALHAMENTO/ ESPECIFICAÇÃO SUBELEMENTO

33.90.39.04 - Serviços Técnicos Profissionais.

33.90.39.12 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

33.90.39.13 - Manutenção e Conservação de Maquinas e equipamentos

33.90.39.24 - Serviços Gráficos

2 - **Manifestar a opção por Contratação Direta nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Arleuda de Araújo Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045150

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: **Material Manutenção de bens imóveis**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR

Presidente do Conselho

Protocolo 0037045352

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição Gás Engarrafado.;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045401

Portaria nº 3895 de 30 de março de 2023

A presidente da Unidade Executora, Conselho Escolar Lutando pelo Futuro da E.E.E.F.M. Marechal Costa e Silva, CNPJ. 00.684.792/0001-60, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para a designar dos membros para compor as Comissões de Compras e Licitação e de Recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 de dezembro de 2017;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros de 2023 do Programa de Apoio Financeiro – **PROAFI REGULAR**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros, sob a Presidência do primeiro:

a) Dayene Cristina Maia Oliveira, Mat. 300057369

b) Darci Belicia da Conceição Souza, Mat. 300026262

c) Neuza Spina Pedroso, Mat. 3202360

Jaru, 30 de março de 2023.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

DIRETORA

Protocolo 0037045256

Portaria nº 3899 de 30 de março de 2023

A presidente da Unidade Executora, Conselho Escolar Lutando pelo Futuro da E.E.E.F.M. Marechal Costa e Silva, CNPJ. 00.684.792/0001-60, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para a designar dos membros para compor as Comissões de Compras e Licitação e de Recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 de dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros de 2023 do Programa de Apoio Financeiro – PROAFI REGULAR

RESOLVE:

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Recebimento, como Membros, sob a Presidência do primeiro:

a) Ilza dos Reis Brandão, Mat. 300106061

b) Betania Rafael do Nascimento Mat. 300100224

c) Celia Contes Alves, Mat. 300026701

Jaru, 30 de março de 2023.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

DIRETORA

Protocolo 0037045384

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços (manutenção e conservação de máquinas e equipamentos)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045329

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, GILDO BENEDITO RAMOS DA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Licitação/ Carta convite**

b) objeto: **Aquisição de Serviços: Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;**

2 **- Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023. Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Gildo Benedito Ramos Da Rocha

Presidente Do Conselho Escolar

Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira

Protocolo 0037045282

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSE ROSALES DOS SANTOS** , CNPJ nº 00857176/0001-64, representado por seu presidente, ELIZETE MONTEIRO DA SILVA , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO EM IMPRESSORAS E COMPUTADORES**

2 - **Manifestar a opção : contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

ELIZETE MONTEIRO DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037045362

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto: Material de Expediente.

2 - **Manifestar a opção por contratar por viaDispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045393

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Materiais para Utensílios de Cozinha

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032340

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.66 (MATERIAL DE CONSUMO).**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Odete Paulus

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037011336

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto: CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE** EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, **CONFORME A ELEMENTO 4.4.90.52.15.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Odete Paulus

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044873

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031858

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material gráfico**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR
Presidente do Conselho

Protocolo 0037045454

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar Construindo o Saber da Escola Estadual de Ensino Fundamental Marechal, CNPJ nº 01.932.955/001-40 representado por seu presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: [Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037020389

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição Material de Copa e Cozinha;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045481

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Material para Processamento de Dados

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031776

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: **Reforma Geral no CEEJA – Cecília Meireles**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031422

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Gás e outros materiais engarrafados

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044193

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gêneros Alimentícios**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037031637

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material permanente

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR

Presidente do Conselho

Protocolo 0037045530

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e Conservação de Bens Móveis**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037034492

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Presidente Emílio Garrastazu Médici, CNPJ nº 00.987.789/0001-16,representado por seu presidente, Marly Alves de Oliveira Soares , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Material de Expediente, Outros materiais de consumo
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marly Alves de Oliveira Soares

presidente do conselho

Protocolo 0037045207

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Aparelhos e Utensílios Domésticos**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035009

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO 31 DE MARÇO, CNPJ nº 84.615.546/0001-00, representado por seu presidente, MAURA JOSÉ DE SOUZA , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção conservação de equipamentos de processamento de dados; Manutenção e conservação de bens imóveis; Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Albertina Monteiro Netta

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037034709

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços (Manutenção e conservação de bens móveis de outras Natureza)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045469

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036207

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de limpeza e produção de higienização.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR
Presidente do Conselho

Protocolo 0037045592

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Equipamentos de Processamento de Dados**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036382

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045659

Portaria nº 3896 de 30 de março de 2023

A presidente da Unidade Executora, Conselho Escolar da E. E. E. F. M. OLGA DELLAIA, CNPJ. 00.684.788/0001-00, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto:

Considerando a competência para a designar dos membros para compor as Comissões de Compras e Licitação e de Recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 de dezembro de 2017.

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – **PROAFI,**

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras abaixo relacionadas, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros, sob a Presidência da primeira:

Marcia Alves Medeiros de Oliveira – Mat. 300023728;

Camila dos Anjos Dias – Mat. 300114026.

Sebastiana Roas Pereira – Mat. 300020920 – Suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaru/RO, 30 março de 2023.

ILZA RODRIGUES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Matrícula 300018819

Protocolo 0037045260

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto: Sementes, mudas de plantas e insumos.

2 - **Manifestar a opção por contratar por viaDispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045676

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR
Presidente do Conselho

Protocolo 0037045689

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Josino Brito, CNPJ nº07228069/0001-16, representado por seu presidente, Marcia Cristiane Holz Maia, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo;

Aquisição Equipamento e Material Permanente;

Contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Outros Serviços.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCIA CRISTIANE HOLZ MAIA

PRESIDENTE CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037045687

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gás Engarrafado**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036622

Portaria nº 3903 de 30 de março de 2023

A presidente da Unidade Executora, Conselho Escolar da E. E. E. F. M. OLGA DELLAIA, CNPJ. 00.684.788/0001-00, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto:

Considerando a competência para a designar dos membros para compor as Comissões de Compras e Licitação e de Recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 de dezembro de 2017.

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – **PROAFI,**

RESOLVE:

Art. 1º -Designar as servidoras abaixo relacionadas, para comporem a presente Comissão de Recebimento, como Membros, sob a Presidência da primeira:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Katia Maria Menezes de Araújo – Mat. 300071782.

Helena do Nascimento Cabral – Mat. 300020897.

Marcia de Oliveira Silva Ribeiro – Mat. 300115141.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaru/RO, 30 março de 2023.

ILZA RODRIGUES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Matrícula 300018819

Protocolo 0037045519

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036826

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, GILDO BENEDITO RAMOS DA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Licitação/ Carta convite**

b)Objeto: **Aquisição de material de Consumo: Material de Expediente; Material para Manutenção de Bens Imovéis;**

2 **- Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023,** devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023. Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Gildo Benedito Ramos Da Rocha

Presidente Do Conselho Escolar

Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira

Protocolo 0037045569

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045765

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Serviços (Manutenção conservação de equipamentos de processamento de dados)
2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045663

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037121

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de processamento de dados.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR

Presidente do Conselho

Protocolo 0037045770

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de produtos(Gêneros Alimentícios).

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045778

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Princesa Izabel, CNPJ nº 00.774.388/0001-88, representado por seu presidente, Arleuda de Araújo Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação Direta/PROAFI** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Consumo - 33.90.30

DETALHAMENTO/ ESPECIFICAÇÃO SUBELEMENTO

33.90.30.02 - Material de Expediente Administrativo e Pedagógico.

33.90.30.09 - Material de Manutenção de Bens Imóveis.

33.90.30.24 - Material de Copa e Cozinha.

33.90.30.33 - Material de Processamento de Dados.

33.90.30.43 - Gás Engarrafado.

33.90.30.47 - Material de Limpeza e Produção de Higiene.

2 - **Manifestar a opção por Contratação Direta nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Arleuda de Araújo Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045627

TERMO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon, CNPJ nº 01.932.955/001-40 representado por seu presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037021161

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Cama, Mesa e Banho**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037189

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto: Ferramentas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar por viaDispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045826

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, **CONFORME A ELEMENTO 33.90.30.65.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ODETE PAULUS

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037011231

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitaçãop nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044485

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de expediente

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045550

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Copa e Cozinha**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037343

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR

Presidente do Conselho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037045878

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de gás engarrafado.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037045471

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037478

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Presidente Emílio Garrastazu Médici, CNPJ nº 00.987.789/0001-16,representado por seu presidente, Marly Alves de Oliveira Soares , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões, Equipamentos para áudio, vídeo e foto

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marly Alves de Oliveira Soares

presidente do conselho

Protocolo 0037045695

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços (Outros serviços terceiros, pessoa Jurídica)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045832

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037598

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: **Aquisição de bens de Consumo e Material Permanente;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037045901

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção de bens moveis maquinas e equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR

Presidente do Conselho

Protocolo 0037045952

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Processamento de Dados**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da

Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037745

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Princesa Izabel, CNPJ nº 00.774.388/0001-88, representado por seu presidente, Arleuda de Araújo Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação Direta/PROAFI** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamento e Material Permanente - 44.90.52

DETALHAMENTO/ ESPECIFICAÇÃO SUBELEMENTO

44.90.52-19 - Equipamentos de Processamentos de dados.

2 - **Manifestar a opção por Contratação Direta nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Arleuda de Araújo Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045974

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto: Serviços Gráficos.

2 - **Manifestar a opção por contratar por viaDispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045983

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material Elétrico Eletrônico**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037852

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044881

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037045953

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Material de processamento de dados
2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045958

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: GÁS ENGARRAFADO
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR
Presidente do Conselho

Protocolo 0037046041

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material para Manutenção de Bens Imóveis**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038031

TERMO
TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por sua presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Material de Expediente

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO
Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

.

Protocolo 0037045859

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Mobiliário em Geral**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038154

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço de Limpeza e Conservação**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que

serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038292

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, **CONFORME A ELEMENTO 33.90.30.61.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ODETE PAULUS

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037011115

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Material de copa e cozinha

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046101

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço Recarga de toner p/ impressora**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038389

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do CONSELHO ESCOLAR CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, CNPJ nº 63.788.301/0001-41, representado por seu presidente, CELSO SILVERIO BELCHIOR no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço de manutenção de bens imoveis**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CELSO SILVERIO BELCHIOR

Presidente do Conselho

Protocolo 0037046127

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon, CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Contratação de Serviços de de Teleprocessamento de Dados.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037028875

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material para manutenção em bens imóveis**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046096

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSE ROSALES DOS SANTOS** , CNPJ nº 00857176/0001-64, representado por seu presidente, ELIZETE MONTEIRO DA SILVA , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL DE CONSUMO/MATERIAIS DE ESPORTE E LAZER**

2 - **Manifestar a opção : contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

ELIZETE MONTEIRO DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046145

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Serviços Gráficos**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038514

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**
2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037045934

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037045908

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho da Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura**, CNPJ nº 26.310.954/0001-94, representado por seu presidente, RITA DE CASSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS E IMOVEIS**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

RITA DE CASSIA SOUZA CABRAL DEGAM

Presidente do Conselho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037044949

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037044928

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Cecília Meireles**, CNPJ nº **00.697.488/0001-58**, representado por seu presidente, **Ana Paula Alves Pereira Cappelli**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços Técnicos Profissionais**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que

serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Paula Alves Pereira Cappelli
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038723

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de limpeza e produção de higienização

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046195

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHOESCOLAR CLAUDIO MANOEL DA COSTA** , CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037045845

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon, CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Conttratação de Serviços Técnicos profissionais.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037028327

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHOESCOLAR CLAUDIO MANOEL DA COSTA** , CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037035140

AVISO
PROAFI REGULAR - 2023
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

A Presidente do Conselho Escolar **Custódio Gabriel Filho**, Eleunice dos Santos Barros, **CPF 615.357.612-53,** da Unidade Executora da Escola Estadual de Ensino Fundamental **Custódio Gabriel Filho**, **CNPJ nº 07.925.227/0001-97**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 988/2023, publicada no DIOF 13897, de 18 de janeiro de 2023, torna público a conclusão do procedimento de Contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa: **L.C. ZOMERFELD VERÃO-EPP, CNPJ:12.848.475/0001-11,** para Aquisição de Materiais de Construção, Elétricos e Hidráulicos para a Manutenção e Conservação da **E.E.E.F. Custódio Gabriel Filho**, no valor total de **R$ 2.649,94 (dois mil, seiscentos e quarenta e nove reais, e noventa e quatro centavos).**

Alto Paraíso/RO, 29 de março de 2023.

ELEUNICE DOS SANTOS BARROS

Diretora/ Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0036982362

AVISO
PROAFI REGULAR - 2023
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

A Presidente do Conselho Escolar **Custódio Gabriel Filho**, Eleunice dos Santos Barros, **CPF 615.357.612-53,** da Unidade Executora da Escola Estadual de Ensino Fundamental **Custódio Gabriel Filho**, **CNPJ nº 07.925.227/0001-97**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 988/2023, publicada no DIOF 13897, de 18 de janeiro de 2023, torna público a conclusão do procedimento de Contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa: **MANOEL JOSE DE ARAÚJO-ME, CNPJ:84.588.292/0001-15,** para Aquisição de Materiais de Limpeza e Produção de Higienização da **E.E.E.F. Custódio Gabriel Filho**, no valor total de **R$ 5.238,80 (cinco mil, duzentos e trinta e oito reais, e oitenta centavos).**

Alto Paraíso/RO, 30 de março de 2023.

ELEUNICE DOS SANTOS BARROS

Diretora/ Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045424

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material para manutenção em bens móveis**
2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046273

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Custódio Gabriel Filho**, CNPJ nº **07.925.227/0001-97,** representado por seu presidente, **Eleunice dos Santos Barros**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação ou Carta Convite
b) Objeto: Natureza de despesa - 3.3.90.30 (Material de Consumo), 3.3.90.36 (Serviços de Terceiros Pessoa Física), 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica),4.4.90.52 (Equipamentos e Material Permanente), de acordo com a Portaria nº 448,13 de setembro de 2002.
2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eleunice dos Santos Barros

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037017706

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

AVISO
PROAFI REGULAR - 2023
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

A Presidente do Conselho Escolar **Custódio Gabriel Filho**, Eleunice dos Santos Barros, **CPF 615.357.612-53,** da Unidade Executora da Escola Estadual de Ensino Fundamental **Custódio Gabriel Filho**, **CNPJ nº 07.925.227/0001-97**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 988/2023, publicada no DIOF 13897, de 18 de janeiro de 2023, torna público a conclusão do procedimento de Contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa: **E.L. DA SILVA - DISTRIBUIDORA -ME, CNPJ: 20.249.662/0001-07,** para o Fornecimento de Recarga de Gás Engarrafado de 13kg para a produção de alimentos da **E.E.E.F. Custódio Gabriel Filho**, no valor total de **R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).**

Alto Paraíso/RO, 30 de março de 2023.

ELEUNICE DOS SANTOS BARROS

Diretora/ Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045875

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de gêneros alimentícios.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037046063

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de gêneros alimentícios.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037045640

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação**

b) Objeto: aquisição de generos alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037045570

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL POR OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHOESCOLAR CLAUDIO MANOEL DA COSTA** , CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044652

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Josino Brito, CNPJ nº07228069/0001-16, representado por seu presidente, Marcia Cristiane Holz Maia, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo;
Aquisição Equipamento e Material Permanente;
Contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Outros Serviços.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCIA CRISTIANE HOLZ MAIA
PRESIDENTE CONSELHO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037046249

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.30.63.00

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037016845

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL POR OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHOESCOLAR CLAUDIO MANOEL DA COSTA** , CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046378

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãoassim identificado:

a) Modalidade: **dispença de licitação**

b) Objeto: aquisição de generos alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037043808

TERMO
TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por sua presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Material de Limpeza de Produção de Higienização

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046175

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Gás engarrafado.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037022456

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.36.48.00

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043372

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Equipamentos e Materiais Permanentes.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037046312

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.39.18.00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043837

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material para manutenção de bens imóveis e instalações

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046269

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o ConselhoEscolarTancredode AlmeidaNeves, CNPJ nº15.893.860/0001- 79,representado por seu presidente, SandraMariano deOliveiraSilva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãopor via dispensa de licitação assim identificado:

a)Modalidade:Dispensa delicitação

b)Objeto: Manutenção demáquinas e equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por via de dispensa delicitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SandraMariano deOliveiraSilva

Presidentedo Conselho Escolar

Protocolo 0037046432

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material elétrico e eletrônico**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046416

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação.
b) Objeto: Aquisição de Gás engarrafado.
2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037028035

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037028703

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **RECARGA DE EXTINTORES**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037026728

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material elétrico e eletrônico

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046547

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material de expediente e pedagógico.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046562

Portaria nº 3657 de 29 de março de 2023

O DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia e a Lei Complementar nº 965, publicada no DOE nº 238, de 20 de dezembro de 2017, e em conformidade com o Requerimento 0036770687e documentos pessoais0036780301

RESOLVE:

Art. 1º REMARCAR , **o gozo de férias referente ao recesso escolar julho 2021,12/07/2021 a 26/07/2021** (a) servidor (a)MARIA APARECIDA ALMEIDA JACOB RODRIGUES, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, Professor(a) Classe Clotado (a)EEEFM SHIRLEI CERUTI, matrícula nº 300025859,ficando as mesmas para fruiçãoPeríodo:de**01/06/2023 a 15/06/2023**, considerando que a servidora encontrava-se de Licença Medica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILSON GONÇALVES VIEIRA
Diretor Executivo da Secretaria de Estado da Educação

Protocolo 0036996554

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.**

2 - **Manifestar a opção por licitar/contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037045818

Portaria nº 3663 de 29 de março de 2023

O DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia e a Lei Complementar nº 965, publicada no DOE nº 238, de 20 de dezembro de 2017, e em conformidade com o Requerimento 0036770687e documentos pessoais 0036780301

RESOLVE:

Art. 1º REMARCAR , **o gozo de férias referente ao recesso escolar julho 2022, 14/07/2022 a 28/07/2022** (a) servidor (a) MARIA APARECIDA ALMEIDA JACOB RODRIGUES, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, Professor(a) Classe C lotado (a) EEEFM SHIRLEI CERUTI, matrícula nº 300025859, ficando as mesmas para fruição Período: de **16/06/2023 a 30/06/2023**, considerando que a servidora encontrava-se de Licença Medica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo da Secretaria de Estado da Educação

Protocolo 0037003590

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSE ROSALES DOS SANTOS** , CNPJ nº 00857176/0001-64, representado por seu presidente, ELIZETE MONTEIRO DA SILVA , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Licitação Carta Convite**

b) Objeto: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, REPAROS ELETRICOS E PINTURAS.**

2 - **Manifestar a opção : contratar** ou **LICITAÇÃO CARTA CONVITE nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

ELIZETE MONTEIRO DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046496

TERMO
TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por sua presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Material de Copa e Cozinha

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046606

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.61 Gênero Alimentícios - PNAE

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de

que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037045154

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de proteção e segurança**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046589

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Outros materiais de consumo

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046612

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Carta convite

b) Objeto: 33.90.30.61 Gênero Alimentícios - PNAE

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046475

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO .**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037046188

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar** JARDIM DOS MIGRANTES, CNPJ nº 00.774.366/0001-18, representado por seu presidente, Adriana Pereira dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gás engarrafado, Material de Expediente, Material de Limpeza e Produção de Higienização, Material elétrico e eletrônico, Material para Manutenção de Bens Imóveis, Material de Copa e Cozinha.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046675

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Equipamento e material Permanente (Aparelhos e Utensílios domésticos)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046344

TERMO

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por sua presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Material Elétrico e Eletrônico

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO

Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037046686

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de ferramentas**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046713

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços técnicos profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046722

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNTAMENTAL OSVALDO PIANA**, CNPJ nº **00817.654/0001-02**, representado por seu presidente, **ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material Permanente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037046768

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, Conselho Escolar Amo Anar Segah, CNPJ nº 03.520.976/0001-83, representado por seu presidente,Marcia Helena Gomes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 01-Construção, ampliação ou reformas; e outros.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Helena Gomes
Presidente do Conselho Escolar Amo Anar Segah,

Protocolo 0037041294

TERMO
TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por sua presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Contratação
b) Objeto: Gás Engarrafado
2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046810

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: CARTA CONVITE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) **Objeto:** LICITAR A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, **CONFORME A ELEMENTO 33.50.39.01 (PARA FINS DE SERVIÇO DE REFORMA).**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Odete Paulus

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046314

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Equipamento e material Permanente (Máquinas, utensílios e Equipamentos Diversos)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046749

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNTAMENTAL OSVALDO PIANA**, CNPJ nº **00817.654/0001-02**, representado por seu presidente, **ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material Permanente**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADVANDA MACHADO CIRILO CALDAS
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037046837

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Serviços de manutenção de software
2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046822

TERMO
TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR SEIS DE JULHO**, CNPJ nº 84.559.384/0001-77, representado por sua presidente, **Marilda Grégio**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Contratação

b) Objeto: Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA GRÉGIO

Presidente do Conselho Escolar

2023.

Protocolo 0037046912

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço de manutenção e conservação em bens imóveis**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046877

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos , da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30 - Material de Consumo**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037018653

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de manutenção e conservação de bens imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046935

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037018669

Portaria nº 3912 de 30 de março de 2023

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANKLIN DELALANO ROOSEVELT

A Presidenta do C.E./Escola Franklin Roosevelt no uso de suas atribuições legais CNPJ 05.561.436/0001-73 Endereço: Rua Rio Madeira Nº 888,

Bairro Triangulo Porto Velho /RO

R E S O L V E:

Art. 1º - Dar nova composição as Comissões de Compra e Recebimento e Controle de Qualidade no âmbito deste Conselho Escolar.

Atinente aos Programa PNAEEPEALE-PEIXE:

Comissão de Compras e Controle de Qualidade e Licitação:

Presidente – Walci Nonato Moraes.: Matricula 300017406

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Membro: Ana Maria Pereira Lopes.: Matricula 30008203
Membro: Marcela Dantas Vieira.: Matricula 300122334

Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade:

Presidente – Odiney Gonçalves Figueiredo.: Matricula 300121739
Membro: Maria auxiliadora Monteiro.: Matricula 300018403
Membro: Fernando Renan Almeida Medina : Matricula:300118369

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

Protocolo 0037046022

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e Produção de Higienização.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046828

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto:**33.90.30.61 GênerosAlimentícios PNAE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037017711

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro**, CNPJ nº **00.672.457/0001-42 ,** representado por seu presidente, **Joaozinho dos Santos** , da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto:**33.90.30.61 GênerosAlimentícios PNAE**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037017537

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035048

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Serviço de manutenção e conservação em bens móveis**
2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047023

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE CONSUMO DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035477

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035654

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE LIMPEZA.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035893

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE COPA E COZINHA DE USO COLETIVO.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036519

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto:**33.90.30 - Material de Consumo**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037010427

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Piont e Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: REALIZAÇÃODE PEQUENOS REPAROS, ADEQUAÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE ESCOLAR.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036794

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE, INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037013

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PADAGÓGICO , DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E NA AVALIAÇÃO DE APREDIZAGEM.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037040290

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047054

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços gráficos**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047116

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS/Natureza das Despesas: 33.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037047003

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos , da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**33.90.30 - Material de Consumo**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037011627

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material de Processamento de Dados.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047119

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto:**33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037013015

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047032

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037013059

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Contratação de serviços para manutenção de bens imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047154

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Mignone, CNPJ n. 22.879.118/0001-74, Unidade Executora da **EEEFM FRANCISCO MIGNONE**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 001, publicada no DIOF nº 1077, de 26 de janeiro de 2017, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa: B&G Comércio de Eletrônicos LTDA, CNPJ/MF nº 19.882.023/0001-03, para Contratação de serviços para a EEEFM FRANCISCO MIGNONE, no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais).

Rio Crespo, 29 de Março de 2023.

Eder Aparecido Ferreira

Diretor/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0036990360

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037013581

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041525

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE CONSUMO DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041636

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041673

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de serviços para manutenção de máquinas e equipamentos

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047207

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE LIMPEZA.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041727

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: MATERIAIS DE COPA E COZINHA DE USO COLETIVO.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041839

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: REALIZAÇÃODE PEQUENOS REPAROS, ADEQUAÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE ESCOLAR.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041914

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Carta Convite

b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047057

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: manutenção e Limpeza em central de ar-condicionado/Natureza das Despesas: 33.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037046577

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PADAGÓGICO , DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E NA AVALIAÇÃO DE APREDIZAGEM.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037041991

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Clodoaldo Nunes de Almeida, CNPJ nº 01288.390/0001-00, representado por sua presidente, Káthia Maldaner de Araújo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Káthia Maldaner de Araújo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035136

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2023
CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM COSTA JUNIOR
CONTRATADA: ALMIRO VIEIRA DE SOUZA, CNPJ - 21.007.623/0001-66
OBJETO: constitui objeto desse contrato a contratação de empresa para serviços de limpeza e manutenção de aparelhos de ar condicionado, em atendimento às necessidades do Conselho Escolar Costa Junior pelo período de 15 dias, conforme as especificações técnicas e as disposições contidas no processo via dispensa de licitação, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.
VALOR: R$ 1.570,00 (mil quinhentos e setenta reais).
PROCESSO Nº 0029.002156/2023-10
VIGÊNCIA: 15 (quinze) dias.
DATA DE ASSINATURA: 30/03/2023
ASSINAM: Eliana Ferreira de Sousa – Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Costa Junior e Almiro Vieira de Souza.

Eliana Ferreira de Sousa
Presidente do Conselho Escolar
Governador Jorge Teixeira, 30 de março de 2023
Protocolo 0036908883

Protocolo 0036909568

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de material educativo e esportivo.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046100

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Clodoaldo Nunes de Almeida, CNPJ nº 01288.390/0001-00, representado por sua presidente, Káthia Maldaner de Araújo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de equipamentos.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Káthia Maldaner de Araújo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043756

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de serviços gráficos

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037047244

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos , da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**33.90.30.61 - Gêneros Alimentícios - PNAE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037014759

AVISO

CONSELHO ESCOLAR COSTA JUNIOR

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

A Presidente do Conselho Escolar COSTA JUNIOR, CNPJ n. 00.684.794/0001-50, Unidade Executora da EEEMF COSTA JUNIOR, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103 de 04 de janeiro de 2023, publicada no DIOF nº 004, de 06 de janeiro de 2023, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da empresa **ALMIRO VIEIRA DE SOUZA 63194295268**, CNPJ nº. **21.007.623/0001-66**, para serviços de manutenção e limpeza de aparelhos de ar condicionado na E.E.E.F.M. COSTA JUNIOR, pelo período de 03(três) meses/ com início imediato (15 dias para entrega)a partir de 27/03/2023, no valor total estimado de R$ 1.570,00 (mil quinhentos e setenta reais reais).

Governador Jorge Teixeira, 30 de Março de 2023.

Eliana Ferreira de Sousa

Presidente do Conselho Escolar Costa Junior

CPF - 667.055.842-20

Protocolo 0036908483

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Clodoaldo Nunes de Almeida, CNPJ nº 01288.390/0001-00, representado por sua presidente, Káthia Maldaner de Araújo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Aquisição de material de consumo.**
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Káthia Maldaner de Araújo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037043854

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Clodoaldo Nunes de Almeida, CNPJ nº 01288.390/0001-00, representado por sua presidente, Káthia Maldaner de Araújo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: **Aquisição de material de consumo.**
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Káthia Maldaner de Araújo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044472

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços técnicos profissionais**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047229

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto:**33.90.30.61 - GênerosAlimentícios - PNAE**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037015448

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Clodoaldo Nunes de Almeida, CNPJ nº 01288.390/0001-00, representado por sua presidente, Káthia Maldaner de Araújo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: **Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Káthia Maldaner de Araújo

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044854

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**33.90.30.65** - **Gêneros Alimentícios** - **PEALE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037015708

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Clodoaldo Nunes de Almeida, CNPJ nº 01288.390/0001-00, representado por sua presidente, Káthia Maldaner de Araújo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Káthia Maldaner de Araújo

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046712

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola 15 de Outubro, CNPJ nº 00.672.457/0001-42 **,** representado por seu presidente, Joaozinho dos Santos *,* da cidade Campo Novo de Rondônia/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **701.986 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **674.369.402-20** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: **33.90.30.65 - Gêneros Alimentícios - PEALE**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOAOZINHO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037016273

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material de expediente.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047288

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE EXPEDIENTE, EDUCATIVO E ESPORTIVO, DE PROCESSAMENTO DE DADOS, DE COPA E COZINHA E LABORATORIAL.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032639

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÂO.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033051

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gêneros Alimentícios - PEALE.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044086

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MANUTENÇÂO DE BENSIMÓVEIS EMÓVEIS, ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037033265

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gêneros Alimentícios - PEALE.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044332

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÁS ENGARRAFADO.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033593

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÂO DE BENS IMÓVEIS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037034130

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS**/Natureza das Despesas: 33.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037046245

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037034530

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.63 (MATERIAL DE CONSUMO).**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ODETE PAULUS

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037010849

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.18.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ODETE PAULUS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037010932

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material de processamneto de dados.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047349

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material de acondionados e embalagem.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047432

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço manutenção e conservação em máquinas e equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047359

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto: Manutenção e conservação de bens imóveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar por viaDispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047422

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **MAQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS**, **CONFORME A ELEMENTO 44.90.52.16.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ODETE PAULUS

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037010996

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material de cama mesa e banho.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047493

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de serviços de limpeza e conservação

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047291

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de materia de copa e cozinha.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047603

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados
2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047605

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de uniforme, tecidos e aviamentos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047565

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.66 - Material de Consumo - Excelência

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047465

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. BURITI**, CNPJ nº 00.670.373/0001-70, representado por seu presidente, Waldeir Pereira Santos Filho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52.13 - Equipamento e Material Permanente - Excelência

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Waldeir Pereira Santos Filho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047546

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Compra de Gêneros Alimentícios Para Merenda Escolar**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047615

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047550

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 33.90.52.13 Equipamento e Material Permanente - Excelência

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046319

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.66- Material de Consumo Excelencia

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046197

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047666

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 33.90.30.61 Gênero Alimentícios - PNAE

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046969

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA EEEMTI HEITOR VILLA-LOBOS**, CNPJ nº **84.727.692/0001-64** representado por seu Vice-Presidente, **Sergio Batisti**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERV TERC.P. JURIDICA, CONFORME O ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39, E SEUS SUB ELEMENTOS, CONTIDOS NO PLANO DE APLICAÇÃO ID 0036736679

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SERGIO BATISTI

VICE-PRESIDENTE CONSELHO

Protocolo 0037030493

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046983

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA EEEMTI HEITOR VILLA-LOBOS**, CNPJ nº **84.727.692/0001-64** representado por seu Vice-Presidente, **Sergio Batisti**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: CONTRATAÇÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, CONFORME O ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30, E SEUS SUB ELEMENTOS, CONTIDOS NO PLANO DE APLICAÇÃO ID 0036736679
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SERGIO BATISTI

VICE-PRESIDENTE CONSELHO

Protocolo 0037013335

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037047082

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARIQUEMES**, CNPJ nº **84.744.754/0001-46**, representado por seu presidente, **EDRIANA FERREIRA DA SILVA**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **574.492 SESDC/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **615.350.812-34** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **MATERIAL DE CONSUMO**, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDRIANA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037032451

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037047094

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSE ROSALES DOS SANTOS** , CNPJ nº 00857176/0001-64, representado por seu presidente, ELIZETE MONTEIRO DA SILVA , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/SERVIÇOS GRÁFICOS

2 - **Manifestar a opção : contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

ELIZETE MONTEIRO DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047599

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARIQUEMES**, CNPJ nº **84.744.754/0001-46**, representado por seu presidente, **EDRIANA FERREIRA DA SILVA**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **574.492 SESDC/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **615.350.812-34** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de LICITAÇÃO assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: CARTA CONVITE

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **OUTOS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDRIANA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044642

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Compra de Gêneros Alimentícios Para Merenda Escolar**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047727

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: **dispensa de licitação.**
b) Objeto: aquisição de Serviços técnico profissionais(contabilidade) exercício 2023.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047710

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Aquisição de Material Permanente: Aparelhos e Utensílios domésticos
2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047711

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de sinalização visual e afins.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047637

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material proteção e segurança.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047582

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARIQUEMES**, CNPJ nº **84.744.754/0001-46**, representado por seu presidente, **EDRIANA FERREIRA DA SILVA**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **574.492 SESDC/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **615.350.812-34** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: CARTA CONVITE

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**, **CONFORME A ELEMENTO 4.4.90.52 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO POR** CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDRIANA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037045353

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços (Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos)

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047633

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material elétrico e eletrônico.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047547

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de manutenção de bens e imóveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047488

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de limpeza e produção de higienização.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047425

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de copa e cozinha.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047355

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Material Permanente: Máquinas e Equipamentos Energéticos

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047805

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Aquisição de Material de Copa e Cozinha.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047700

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material delimpeza e higienização.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047705

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de processamento de dados.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047310

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de gás engarrafado.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037046738

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Jovem Gonçalves Vilela, CNPJ nº 08.098.499/0001-23, representado por seu presidente, TATIANA DE OLIVEIRA VONO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Gêneros Alimentícios;
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037006983

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Luiz Vaz de Camões**, CNPJ nº **01.120.463/0001-50**, representado por seu presidente, **Andrea Goulart**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material de consumo para atendimento conforme Plano de Aplicação do recurso Excelência(0036401242).**
2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de **31/12/2023**.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Andrea Goulart
Presidente do Conselho Escolar Luiz Vaz Camões

Protocolo 0037047641

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para a merenda escolar.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva

Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037047643

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de expediente.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047241

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSE ROSALES DOS SANTOS** , CNPJ nº 00857176/0001-64, representado por seu presidente, ELIZETE MONTEIRO DA SILVA , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL DE CONSUMO/MATERIAIS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS**

2 - **Manifestar a opção : contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

ELIZETE MONTEIRO DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047792

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para a merenda escolar.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037047607

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material para manutenção de bens e imóveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047851

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Compra de Gêneros Alimentícios Para Merenda Escolar**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047825

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para a merenda escolar.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva

Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037044823

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material para manutenção de bens e móveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047911

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARIQUEMES**, CNPJ nº **84.744.754/0001-46**, representado por seu presidente, **EDRIANA FERREIRA DA SILVA**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **574.492 SESDC/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **615.350.812-34** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30 **DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDRIANA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046136

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA EEEMTI HEITOR VILLA-LOBOS**, CNPJ nº **84.727.692/0001-64** representado por seu Vice-Presidente, **Sergio Batisti**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS DIRETAMENTE DO COMERCIO LOCAL,

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SERGIO BATISTI

VICE-PRESIDENTE CONSELHO

Protocolo 0037047904

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARIQUEMES**, CNPJ nº **84.744.754/0001-46**, representado por seu presidente, **EDRIANA FERREIRA DA SILVA**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **574.492 SESDC/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **615.350.812-34** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, CONFORME A ELEMENTO 4.4.90.52 **DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDRIANA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037046537

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA EEEMTI HEITOR VILLA-LOBOS**, CNPJ nº **84.727.692/0001-64** representado por seu Vice-Presidente, **Sergio Batisti**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL,

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SERGIO BATISTI

VICE-PRESIDENTE CONSELHO

Protocolo 0037047811

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de gênero alimentícios/ PNAE 1ª aquisição.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047926

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar** JARDIM DOS MIGRANTES, CNPJ nº 00.774.366/0001-18, representado por seu presidente, Adriana Pereira dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Expediente, Material de Processamento de Dados e Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046765

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material de proteção e segurança.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047965

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 31 DE MARÇO, CNPJ nº 84.651.546/0001-00, representado por seu presidente, ALBERTINA MONTEIRO NETTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de expediente; material de processamento de dados;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALBERTINA MONTEIRO NETTA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047307

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Contratação de Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047752

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de copa e cozinha.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037047892

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de processamento de dados

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047194

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Expediente

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037045925

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de materiais elétricos e eletrônicos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048046

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Compra de Gêneros Alimentícios Para Merenda Escolar**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048052

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para a merenda escolar.
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037046555

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação.
b) Objeto: Aquisição de gênero alimentícios/ PNAE 2ª aquisição.
2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048130

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de ferramentas.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048091

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de telecomunicações

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048087

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 31 DE MARÇO, CNPJ nº 84.651.546/0001-00, representado por seu presidente, ALBERTINA MONTEIRO NETTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **PDDE Qualidade Educação Conectada - Serviços de Internet Mensal 260 Mb**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALBERTINA MONTEIRO NETTA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048065

TERMO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Luiz Vaz de Camões**, CNPJ nº **01.120.463/0001-50**, representado por seu presidente, **Andrea Goulart**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo e Aquisição de material permanente, adquiridos com o programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/ESTRUTURA/QUALIDADE/EDUCAÇÃO BÁSICA/EDUCAÇÃO CONECTADA, para o ano de 2023.

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Andrea Goulart
Presidente do Conselho Escolar Luiz Vaz Camões

Protocolo 0037048019

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de serviços técnicos profissionais.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048157

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Iria dos Reis Freitas**, CNPJ nº **08.705.434/0001-07**, representado pela sua presidente, **Gilvana Rodrigues de Freitas**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: **Material de Expediente, Materiais para Manutenção de Bens Imóveis, Gás Engarrafado, Material de Limpeza e Produção de Higienização**

c) Objeto: Serviçosde Terceiros -Pessoa Jurídica como: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Limpeza e Conservação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gilvana Rodrigues de Freitas
Presidente do conselho Escolar

Protocolo 0037047686

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de manutenção de software.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048186

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de gênero alimentícios/ PEALE COMPLEMENTAÇÃO 1ª aquisição.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048189

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço de telecomunicação**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048197

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de cópias e reprodução de documentos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048166

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Roque, CNPJ nº 01.551.491/0001-21, representado por seu presidente, **Adriana Aparecida Costa**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios - Peale complementação

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adriana Aparecida Costa
Presidente do conselho Escola
EEEF São Roque

Protocolo 0037027642

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO I.E.E. MARECHAL RONDON, CNPJ nº** 04.698.270/0001-79, representado por seu presidente, VERA MARIA VALENTIM FERREIRA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente, Material de Cama, Mesa e Banho, Material Elétrico e Eletrônico, Equipamentos de Processamentos de dados, Material de Processamento de Dados, Serviço de Processamento de Dados, Material Químico, Material para Manutenção de Bens Imóveis, Material Laboratorial e Ferramentas.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VERA MARIA VALENTIM FERREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046883

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Contratação de Serviços -Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048094

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033843

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Iria dos Reis Freitas**, CNPJ nº **08.705.434/0001-07**, representada pela sua presidente, **Gilvana Rodrigues de Freitas**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: **Gêneros de Alimentação.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gilvana Rodrigues de Freitas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do conselho Escolar

Protocolo 0037048007

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048216

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035205

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de manutenção, conservação de equipamentos de processamento de dados

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048225

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de manutenção e conservação de bens móveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048284

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Jovem Gonçalves Vilela, CNPJ nº 08.098.499/0001-23, representado por seu presidente, TATIANA DE OLIVEIRA VONO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação; Compra Emergencial**

b) Objeto: **Gêneros Alimentícios**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037014702

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de serviço de processamento de dados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048338

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, CNPJ nº 84.559.327/0001-98, representado por seu presidente, IVONETE ALVES DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço de telecomunicação**

2 - **Manifestar a opção por contratar por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IVONETE ALVES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048270

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO - EXCELÊNCIA

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30/44.90.52

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

Dagmar Ramalho de Oliveira

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037006894

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de manutenção de bens e imóveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias

Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037048333

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de serviços gráficos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048387

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0036321361/2023

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEF FranklinRoosevelt, escrito no CNPJ 05.561.432/0001-73

CONTRATADA: **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS AGRÍCULAS DE AGRICU. - COOPAFORO**, CNPJ/MF Nº 23.844.953/0001-31.

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios: (abóbora madura, alface convencional, cebolinha, coentro, couve, banana prata, limão, pimenta de cheiro, tangerina, tomate, vagem).

VALOR: R$ 1.182,26 (Um Mil Cento e Oitenta e Dois Reais e Vinte e Seis Centavos

PROCESSO: 0029.0109092023-52

VIGÊNCIA: 20 dias

DATA DE ASSINATURA: 08/03/2023

Cleudimara Lobo Ramos
Presidente do Conselho Escolar
Jhonatan da Silva Domingos
Representante / Contratada

Protocolo 0036929108

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Outros serviços de terceiros por pessoa jurídica

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048339

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0036398012/2023

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEF Franklin Roosevelt, inscrito no cnpj 05.561.436/0001-73

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUTORES, DE POLPAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - COOPOAGROVERDE, CNPJ/MF Nº : 22.574.563/0001-62.

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios (polpa de fruta acerola, polpa de fruta de cupuaçu, polpa de fruta de goiaba) .

VALOR: R$ 1.003,82 (Um Mil e Três Reais e Oitenta e Dois Centavos

PROCESSO: 0029.0109092023-52

VIGÊNCIA: 20 dias

DATA DE ASSINATURA: 08/03/2023

Cleudimara Lobo Ramos
Presidente do Conselho Escolar
Jakeline Lugom Figueiredo
Representante / Contratada

Protocolo 0036929252

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR E.E.E.F.M. FERNANDO DE SOUZA GOMES**, CNPJ nº 30.224.061/0001-01, representado por sua presidente, Gleyde Ferreira da Cunha Pinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **3.3.90.39 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEYDE FERREIRA DA CUNHA PINHO

DIRETOR/PRESIDENTE

Protocolo 0037048392

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Municípiode Vale do Anari-RO, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente, Izabel Maria Pionte Dalfiôr, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, para a confecção da Merenda Escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Izabel Maria Pionte Dalfior

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047222

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 33.90.30.30 Compra de Material de Consumo. Proafi Regular

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046614

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.36. Serviço de Pessoa Fisíca Proafi Regular

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046684

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.30 Compra de Material de Consumo. Proafi Regular

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046735

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.39. Serviço de Pessoal Jurídica. Proafi Regular

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046758

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Gás engarrafado/extintores de incêndio.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048481

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARIA DE ABREU BIANCO, CNPJ nº **05.605.564/0001-71**, representado por seu presidente, **Maria Aparecida Almeida da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa Licitação**

b) Objeto: 44.90.52 Equipamento e Material Permanente-Proafi Regular

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria Aparecida Almeida da Silva
Presidente CONSELHO ESCOLAR
E. E. E. F. E M. MARIA DE ABREU BAINCO

Protocolo 0037046807

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2023
(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Pedro Mendes Cardoso,CNPJ n. 24.638.497/0001-36, Unidade Executora da **E.E.E.M.F. PEDRO MENDES CARDOSO**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 42/2015/GAB/SEDUC, DE 14 de janeiro de 2015,tornapúblico aconclusãodoprocedimento de contratação direta, viadispensadelicitação, combasenoart.24,IV daLeideLicitações, daempresa **RANGEL COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ: 04.454.438/0001-09**, aquisição de material de consumo (gêneros alimentícios) para atender o Conselho daE.E.E.F.M. PEDRO MENDES CARDOSO, no valor totalestimadode **R$ 8.957,64** (oito mil novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Nova Mamoré -RO, 29 de março de 2023.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
Presidente do Conselho Escolar/Diretor

Protocolo 0037046647

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de serviços de processamento de dados.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048423

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o ConselhoEscolarTancredode AlmeidaNeves, CNPJ nº15.893.860/0001- 79,representado por seu presidente, SandraMariano deOliveiraSilva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãopor via dispensa de licitação assim identificado:

a)Modalidade:Dispensa delicitação

b)Objeto: Manutenção e conservação de bens imóveis.

2 - **Manifestar a opção por via de dispensa delicitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SandraMariano deOliveiraSilva

Presidentedo Conselho Escolar

Protocolo 0037024927

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Gás engarrafado/recarga de gás de cozinha.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037048589

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2023.

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA PEDRO MENDES CARDOSO

CONTRATADA: IRANGEL COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA**,** CNPJ/MF nº. 04.454.438/0001-09

OBJETO: Constitui objeto do do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios de forma direta em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 4 (quatro) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.013375/2023-16**,** que deu origem a compra direta, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 8.957,64 (oito mil novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

PROCESSO: 0029.013375/2023-16

VIGÊNCIA: 04/MESES

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023

Nova Mamoré/RO, 30 de março de 2023.

_____ JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO Presidente do Conselho Escolar - Representante/ Contratante	_____ HÉRICA TRINDADE RANGEL Representante/ Contratada

Protocolo 0037008411

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2023.

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA PEDRO MENDES CARDOSO

CONTRATADA: B DE LIMA SANTOS LTDA, CNPJ/MF nº. 39.452.351/0001-79

OBJETO: Constitui objeto do do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios de forma direta em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 4 (quatro) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.013375/2023-16**,** que deu origem a compra direta, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 7.052,85 (sete mil cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

PROCESSO: 0029.013375/2023-16

VIGÊNCIA: 04/MESES

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023

Nova Mamoré/RO, 30 de março de 2023.

_____ JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO Presidente do Conselho Escolar - Representante/ Contratante	_____ BRUNO DE LIMA SANTOS Representante/ Contratada

Protocolo 0037008458

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Equipamentos para áudio, vídeo e foto

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048455

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de copa e cozinha.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048647

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Serviços (Serviços Gráficos)
2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048330

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO, CNPJ nº 03.212.303/0001-66, representado por seu presidente, Geovane Tupari, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: **Gêneros de Alimentação.**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Geovane Tupari
Presidente do Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO.

Protocolo 0037022630

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **COSELHO ESCOLAR LUTANDO PELO FUTURO**, CNPJ nº 00.684.792/0001-60, representado por seu presidente, LEONILIA JOSEFA DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LEONILIA JOSEFA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048707

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL POR OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHOESCOLAR CLAUDIO MANOEL DA COSTA** , CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto:

2 - **Manifestar a opção por licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037048655

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Boa União**, CNPJ nº **04.793.477/0001-22**, representado por seu presidente, **Sandro Mauro Guirro** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.02; 33.90.39.04; 33.90.39.11; 33.90.39.12 e 33.90.39.24

2 - **Manifestar a opção por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Sandro Mauro Guirro
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047529

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. FERNANDO DE SOUZA GOMES**, CNPJ nº 30.224.061/0001-01, representado por sua presidente, Gleyde Ferreira da Cunha Pinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.30.61 - **PENAE - AGRICULTURA**

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEYDE FERREIRA DA CUNHA PINHO
DIRETOR/PRESIDENTE

Protocolo 0037048769

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo decontratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Gênero de alimentação

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048764

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de limpeza e produção de higienização

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048717

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO**, CNPJ nº **03.212.303/0001-66**, representado por seu presidente, **Geovane Tupari**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: **Material para Manutenção de Imóveis, Material de Processamento de Dados, Material de Limpeza e Produção de Higienização, Gás Engarrafado, Material Educativo Esportivo, Material de Expediente e Material de Bens Móveis.**

c) Objeto: Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica como: **Serviços Gráficos, Serviços Técnicos Profissionais, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Geovane Tupari
Presidente do Conselho Escolar IU UT'E - RIO BRANCO.

Protocolo 0037023518

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho **Escolar Boa União**, CNPJ nº**04.793.477/0001-22**, representado por seu presidente, **Sandro Mauro Guirro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Dispensa de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52.14

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Sandro Mauro Guirro
Presidente do Conselho Escolar Boa União

Protocolo 0037048834

Portaria nº 3925 de 30 de março de 2023

Apresidente da Unidade Executora, Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio CLAUDIO MANOEL DA COSTA CNPJ: 00.861.417/0001-49, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para a designar dos membros para compor as Comissões de Compras e Licitação, conforme estabelece o art. 20, § 1º da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 de dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – **PROAFI,**

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros, sob a Presidência do primeiro:

Dirlei Aparecida da Roza Macedo, Mat. 300098734

Marcos Antonio Ribeiro,Mat. 300125674

Vanderlei Rodrigues da Silva, Mat. 300118309

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira,13 de março de 2023.

_____

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar
Mat. 300142689

Protocolo 0037048955

Portaria nº 3926 de 30 de março de 2023

Apresidente da Unidade Executora, Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio CLAUDIO MANOEL DA COSTA CNPJ: 00.861.417/0001-49, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para a designar dos membros para compor a Comissão de Recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 de dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – **PROAFI,**

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 2º -Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Recebimento, como Membros, sob a Presidência do primeiro:

Margarida Pereira dos Santos,Mat. 300014498

Édina Bastos,Mat. 300099621

Francisco Luis da SilvaMat. 300106560

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 13 de marçode 2023.

_____

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar
Mat. 300142689

Protocolo 0037048956

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 006720320001-33 representado por seu presidente, Marilza Angelica Oliveira Cruzno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira

Presidente do Conselho Escolar Josué Montello

Protocolo 0037048597

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, CONSELHO ESCOLAR JOSUE MONTELLO, CNPJ 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGELICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILZA ANGELICA OLIVEIRA CRUZ
Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037048664

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.04 (Gás Engarrafado)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

Dagmar Ramalho de Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037006736

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:Aquisição de Material de Expediente

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048747

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, **Gildo Benedito Ramos da Rocha**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1- Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo **de Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação:

b) Aquisição de material permanente: Equipamento para processamento de dados;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Gildo Benedito Ramos da Rocha
Presidente do Conselho Escolar
Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira

Protocolo 0037049107

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) para a merenda escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046595

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material de copa e cozinha.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046874

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Municípiode Vale do Anari-RO, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente, Izabel Maria Pionte Dalfiôr, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, para a confecção da Merenda Escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Izabel Maria Pionte Dalfior

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049165

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material de limpeza e produção de higienização

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047215

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material de expediente.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046902

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Cel Jorge Teixeira de Oliveira, CNPJ nº 01.219.434/0001-40, representado por seu presidente, Deivid Ronier Pauli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (produtos perecíveis e não perecíveis),

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Deivid Ronier Pauli
Presidente do Conselho

Protocolo 0037047304

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:Aquisição de **Serviço de Manutenção de Máquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049007

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material para manutenção de bens imóveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047341

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material elétrico e eletrônico

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047506

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº 1**4.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Aquisição de Sementes, Mudas de Plantas e Afins
2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049136

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material para manutenção de bens móveis.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047544

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Cel Jorge Teixeira de Oliveira, CNPJ nº 01.219.434/0001-40, representado por seu presidente, Deivid Ronier Pauli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto:

Material de expediente: papeis (krafit, color-set, sulfit, cartolina, dobradura, especial, crepon), EVA, tesouras, lápis, canetas, cola, fitas adesiva, grampos, grampeador, e materiais afins;

Material para manutenção de bens imóveis- pequenos reparos e manutenção: cimento, conexões, fechadura, parafuso e bucha, porta e portal, prego, tinta p pintura, telha , verniz, torneira, e materiais afins;

Material de cama mesa e banho(cortinas para salas de aula, toalhas de mesa) ;

Material educativo e esportivo: materiais pedagógicos e materiais p práticas de esporte e materiais afins;

Material elétrico e eletrônico: lâmpadas, reatores, tomadas e interruptores e materiais afins;.

Material de copa e cozinha:garfos, garrafas térmicas, paliteiros, panelas, panos de cozinha, papel alumínio, pratos, recipientes para água, suportes de copos para cafezinho, tigelas, velas, xícaras e afins;

Material para manutenção de bens e imóveis;

Uniformes, tecidos e aviamentos.

Material de processamento de dados: cartucho de toner e de tinta, recarga de toner, acessórios e periféricos para computadores;

Gás engarrafado: carga de 13 kg e recarga de extintores;

Material de limpeza e produção e higienização: baldes de plástico, cera, desinfetante, detergente, pano para limpeza, palha de aço, papel higiênico, sabão em pó, sabão em pedra, rodos, vassouras e afins;

Ferramentas.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Deivid Ronier Pauli

Presidente do Conselho

Protocolo 0037045213

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material de processamento de dados

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047562

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - gás engarrafado.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047584

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviço gráficos e editoriais

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049236

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material de acondicionamento e embalagem.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047616

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho EscolarTancredode AlmeidaNeves, CNPJ nº15.893.860/0001- 79,representado por seu presidente, SandraMariano deOliveiraSilva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contrataçãopor via dispensa de licitação assim identificado:

a)Modalidade:Dispensa delicitação

b)Objeto: SERVIÇOGRÁFICO;

2 - **Manifestar a opção por via de dispensa delicitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SandraMariano deOliveiraSilva

Presidentedo Conselho Escolar

Protocolo 0037026805

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - material educativo e esportivo.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047648

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de consumo - outros materiais de consumo.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049089

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de expediente.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049294

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços gráficos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047747

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por sua presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Outros materiais permanentes

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048653

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, **Gildo Benedito Ramos da Rocha**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1- Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação – Compra Emergencial

b) Objeto: Aquisição de Generos de alimentação;

- **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gildo Benedito Ramos Da Rocha

Presidente Do Conselho Escolar

Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Protocolo 0037049306

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: de opção - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços técnicos profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047804

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, **Gildo Benedito Ramos da Rocha**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1- Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação – Compra Emergencial

b) Objeto: Aquisição de Generos de alimentação;

- **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gildo Benedito Ramos Da Rocha

Presidente Do Conselho Escolar

Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Protocolo 0037048815

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços de manutenção de software

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047881

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: **Serviços de energia elétrica;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037049307

TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 001/2023, QUE CELEBRAM DE UM LADO O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA JOSINO BRITO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ: 07.228.069/0001-16, situada no endereço: na Av. uirapuru, 2560 - Floresta – Cacoal/RO, neste Presidente do Conselho; **Marcia Cristiane Holz Maia**, professora, brasileira, casada, portador do RG: 186.755 SSP/RO e do CPF: 139.133.102-82, residente e domiciliado à Rua: Sucupira 1694, Bairro: santo Antonio, Cacoal – RO, doravante denominado **CONTRATANTE** e, DE OUTRO, A EMPRESA, MEGAPIX CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI CNPJ 21.603.075/0001-37, Pessoa jurídica de direitos privados, com sede à RUA 08 N° 90 Bairro Cidade Alta, Rolim de Moura/RO CEP. 76.940-000, neste ato representado por seu representante Legal Édes de Jesus Santana, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 252323/SSP/RO, e CPF/MF nº 204.383.032-53**,** residente e domiciliado no município de Cacoal-RO na rua José Tomas de Aquino, nº 4255, bairro Josino Brito, doravante denominada **CONTRATADA**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA JOSINO BRITO, de um lado, representada pelaSra. Presidente: MARCIA CRISTIANE HOLZ MAIA**,** e de outro lado, **A EMPRESA**MEGAPIX CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ 21.603.075/0001-37, representada pelo Sr. Édes de Jesus Santana, considerando a necessidade de alterar o Contrato nº 001/2022, conforme consta no Processo AdministrativoID0029.097936/2022-41 na Solicitação da Empresa ID 0036574183e Despacho SEDUC-ASTECINFRAOBRAS ID

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

0036584316, devidamente acordado pelo Ordenador de Despesa e a Gerência de Programa, expondo essa necessidade, de ordem do titular da pasta da SEDUC, resolvem alterar o mencionado compromisso para acrescentar o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica prorrogado a vigência do Contrato (id:0034706506 **por mais 90 (noventa) dias**, a contar do término do termo anterior Ordem de Serviço expedida em 30/12/2022, cujo o objeto é : OBJETO - reforma geral no banheiro e elétrica da E.E.E.M.T.I JOSINO BRITO. O período de vigência contratual é de 90 dias, com data de assinatura do dia 30dedezembro de 2022, conforme contrato 0030757232.

CLÁUSULA SEGUNDA. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as cláusulas e condições contratuais, naquilo que não vier a conflitar com este termo aditivo.

Para firmeza e como prova do acordado, é digitado o presente Termo Aditivo de Prazo ao CONTRATO, o qual, depois de lido e achado conforme, vão assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pelo CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA JOSINO BRITO.

Cacoal-RO, 30 de Março de 2023.

MARCIA CRISTIANE HOLZ MAIA

Presidente do Conselho Escola

ÉDES DE JESUS SANTANA

CPF: 204.383.032-53

Representante da Empresa

MEGAPIX CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI

Protocolo 0037013832

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços de locação de software

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047922

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.02 (Material de Expediente)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037049321

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, **Gildo Benedito Ramos da Rocha**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:
1- Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação – Compra Emergencial
b) Objeto: Aquisição de Generos de alimentação;
- **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Gildo Benedito Ramos Da Rocha
Presidente Do Conselho Escolar
Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Protocolo 0037049193

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços de manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047978

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048902

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Cora Coralina, CNPJ nº 007.743830001/55, representado por seu presidente, Jardilene Carla da Costa e Silva Miranda, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços Gráficos,** Serviço de cópias e reprodução de documentos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Jardilene Carla da Costa e Silva Miranda
Presidente do Conselho Escolar da Escola Cora Coralina

Protocolo 0037049368

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual deEnsino FundamentalAlbina Marció Sordi, CNPJ nº 84.727.759/0001-60 representado por seu presidente, Marineide Moreira da Silva Pilatti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação do **EXCELÊNCIA: PROGRAMA DE MELHORIA E QUALIDADE DE ENSINO** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 339030 - Material de consumo de acordo aPortaria N° 488 de 13 de Setembro de 2002.

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE MOREIRA DA SILVA PILATTI

Presidente do Conselho

Protocolo 0037047171

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços de limpeza e conservação

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048081

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual deEnsino Fundamental Albina Marció Sordi, CNPJ nº 84.727.759/0001-60 representado por seu presidente, Marineide Moreira da Silva Pilatti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **EXCELÊNCIA: PROGRAMA DE MELHORIA E QUALIDADE DE ENSINO** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: 449052 - Equipamentos e Material Permanente de acordo com a Portaria N° 488 de 13 de Setembro de 2002.

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE MOREIRA DA SILVA MOREIRA
Presidente do Conselho

Protocolo 0037048966

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material para manutenção de bens imóveis

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049403

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços judiciários.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048214

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - serviços de internet (despesas de teleprocessamento)

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048278

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - outros serviços de terceiros, Pessoa Jurídica
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048983

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - equipamentos para áudio, vídeo e foto.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048348

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - aparelhos e utensílios domésticos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048441

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: **Serviços técnicos profissionais;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037049428

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - equipamentos de processamento de dados.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048524

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, **Gildo Benedito Ramos da Rocha**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1- Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação – Compra Emergencial

b) Objeto: Aquisição de Generos de alimentação;

- **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gildo Benedito Ramos Da Rocha

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente Do Conselho Escolar
Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Protocolo 0037049435

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - mobiliário em geral.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048582

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Bernardo Guimarães**, CNPJ nº 00.795.705/0001-05, representado por seu presidente, NILTON CÉSAR DA MATA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - outros materiais permanentes.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTON CÉSAR DA MATA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049064

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo**, CNPJ nº 00.670.371/0001-80, representado por seu presidente, Jose Nilton de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: **Serviços de recarga de extintores;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE NILTON DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Escolar Jose Mariano de Azevedo

Protocolo 0037049496

ORDEM DE SERVIÇO

PROCESSO Nº:**0029.010949/2023-02**
CONTRATO Nº**:01/2023 ID(0036346913)**
VIGÊNCIA DO CONTRATO:**180 (Cento e Oitenta) dias**
CONTRATADA: **R L DOS SANTOS CONSTRUÇÕES**
PRAZO: **90 (Noventa) dias**
VALOR: **R$ 197.308,96 (Cento e Noventa e Sete Mil e Trezentos e Oito Reais e Noventa e Seis Centavos)**

O(A) Presidente do Conselho da **EEEFM BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÂO**, CNPJ n. 01.227.510/0001-69, situado na Avenida 23 de agosto, nº 4492, Bairo Centro - Município de Vale do ANARI/RO, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 3316/2019/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF Edição Nº 122,de 05 de julho de 2019, autoriza a empresa, **R L DOS SANTOS CONSTRUÇÕES**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.134.949/0001-63 a iniciar a execução dos serviços de REFORMA DE 05 SALAS DE AULA DO PAVILHÃO 1, COM TROCA DE TELHADO, ELÉTRICA, FORRO, PISO, JANELAS, PORTAS E PINTURA (INTERNA E EXTERNAMENTE) INCLUINDO PORTAS, GRADIL DE JANELAS E ESTRUTURAS DE MADEIRA na EEEFM Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari/RO. O serviço deve ser executado de acordo com as prescrições contratuais, do termo de referência, Projeto Arquitetônico e Estrutural, Planilha da Obrae e Cronograma Físico Financeiro e deve ser fiscalizado e recebido na forma da lei.

Vale do Anari/RO, 30 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar
RONIEBER LOPES DOS SANTOS
Representante Legal da Contratada

Protocolo 0037047808

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Cel Jorge Teixeira de Oliveira, CNPJ nº 01.219.434/0001-40, representado por seu presidente, Deivid Ronier Pauli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 4.4.90.52

b) Objeto: Equipamento e material Permanente; Mobiliário em Geral ;Aparelhos e Equipamentos de Informática; Aparelhos, equipamentos e máquinas para comunicação, cine fotos e som. Aparelhos, Equipamentos e Máquinas para Cozinha e Limpeza; Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos;Aparelhos, equipamentos e máquinas para serviço de policiamento e proteção; Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões; Bens não incorporáveis a imóveis; outros equipamentos e materiais permanentes.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Deivid Ronier Pauli
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037046802

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE, CNPJ nº03.212.298/0001-91 , representado por seu presidente, Durval Koaratira Kampé, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: Gêneros de Alimentação.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Durval Koaratira Kampé
Presidente do Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE

Protocolo 0037024801

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material elétrico e eletrônico

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049495

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE**, CNPJ nº **03.212.298/0001-91**, representado por seu presidente, **Durval Koaratira Kampé,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: **Material para Manutenção de Imóveis, Material de Processamento de Dados, Material de Limpeza e Produção de Higienização, Gás Engarrafado, Material**

Educativo Esportivo, Material de Expediente e Sobressalentes, Máquinas e Motores de navios e embarcações.

c) Objeto: Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica como: **Serviços Gráficos e Serviços Técnicos Profissionais.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Durval Koaratira Kampé

Presidente do Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE

Protocolo 0037024868

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE**, CNPJ nº 03.212.298/0001-91, representado por seu presidente, Durval Koaratira Kampé, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: Gêneros de Alimentação.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Durval Koaratira Kampé

Presidente do Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE

Protocolo 0037024757

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE**, CNPJ nº **03.212.298/0001-91**, representado por seu presidente, **Durval Koaratira Kampé,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: **Reforma, Adequações e Aquisição de Gerador Elétrico.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Durval Koaratira Kampé

Presidente do Conselho Escolar EK ERAT - CASA GRANDE

Protocolo 0037038238

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.09 (Material para Manutenção de Bens e Imóveis)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037049505

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material de proteção e segurança.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias

Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037049603

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material para manutenção de bens móveis

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049600

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037016267

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material químico.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037049500

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros Materiais Permanentes.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037016553

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Cel. Jorge Teixeira de Oliveira CNPJ nº 01.219.434/0001-40, representado por seu presidente, Deivid Ronier Pauli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

Serviços de telecomunicações.

Serviços técnicos profissionais: (contabilidade e Advocatícios)

Manutenção e conservação de bens imóveis: serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis; pedreiro, carpinteiro, pintura, reparos em instalações elétricas e hidráulicas.
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos: serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de máquinas e equipamentos. (ar condicionado, computadores e impressoras).
Serviços de processamento de dados;
Serviços gráficos: confecção de impressos em geral;
Manutenção de software :suporte técnico, manutenção, revisão, correção de problemas operacionais, análise para acrescentar novas funções;
Desinsetização (2 Aplicação) - Controle preventivo e corretivo integrado de infestações de animais sinantrópicos rasteiros, voadores e aracnídeos (lacraia, mosquitos, baratas, formigas, pulgas, traças, aranhas, carrapatos, pombos, morcegos, etc) com periodicidade semestral, aplicação controlada e adequada de forma segura e ambientalmente correta, em observância as normas reguladoras da ANVISA;

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Deivid RonierPauli

Presidente do Conselho

Protocolo 0037045436

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: GÁS ENGARRAFADO

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048852

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Rio Urupá**, CNPJ nº 04.698.080/0001-51, representado por seu presidente, Alvacir Barbosa dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Compra de Materiais de Custeio.

2 - **Manifestar a opção por: dISPENSA DE lICITAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alvacir Barbosa dos Santos

Presidente do Conselho

Protocolo 0037049645

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Cel Jorge Teixeira de Oliveira, CNPJ nº 01.219.434/0001-40, representado por seu presidente, Deivid Ronier Pauli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.36

b) Objeto: Manutenção e conservação de bens imóveis: serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens móveis tais como; reparo em instalações elétricas, e hidráulicas, pedreiro. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Deivid Ronier Pauli
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037045593

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços gráficos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049418

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Material de Limpeza e Higienização de Produção

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049046

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por seu presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049425

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.16 (Material Elétrico Eletrônico)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037049672

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037029044

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de material expediente.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037049670

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: GÁS ENGARRAFADO

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048958

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036599

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual deEnsino FundamentalAlbina Marció Sordi, CNPJ nº 84.727.759/0001-60 representado por seu presidente, Marineide Moreira da Silva Pilatti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação do **PEALE** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 339030 - Gêneros Alimentícios de acordo com a Portaria N° 488 de 13 de Setembro de 2002.

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE MOREIRA DA SILVA PILATTI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048084

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Rio Urupá**, CNPJ nº 04.698.080/0001-51, representado por seu presidente, Alvacir Barbosa dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Compra de Materiais Permanente.

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alvacir Barbosa dos Santos
Presidente do Conselho

Protocolo 0037049707

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Material Elétrico e Eletrônico

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049192

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Material de Segurança

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049266

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual deEnsino Fundamental Albina Marció Sordi, CNPJ nº 84.727.759/0001-60 representado por seu presidente, Marineide Moreira da Silva Pilatti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação do **PNAE**assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 339030 - Gêneros Alimentícios de acordo com a Portaria N° 488 de 13 de Setembro de 2002.

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE MOREIRA DA SILVA PILATTI

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048188

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Equipamentos de processamento de dados.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048452

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Material de Expediente

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049284

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por seu presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049734

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Gêneros de Alimentação**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046571

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de telecomunicações

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049281

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: Material Educativo e Esportivo
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049301

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: **dispensa de licitação.**
b) Objeto: aquisição de material limpeza e produção de higienização.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037049720

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual deEnsino Fundamental Albina Marció Sordi, CNPJ nº 84.727.759/0001-60 representado por seu presidente, Marineide Moreira da Silva Pilatti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação do **PROAFI REGULAR**assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 339030 - Material de consumo e Expediente de acordo com a Portaria N° 488 de 13 de Setembro de 2002.

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE MOREIRA DA SILVA PILATTI
Presidente do Conselho

Protocolo 0037049521

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Serviço e manutenção de conservação de bens e imóveis

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049700

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual deEnsino Fundamental Albina Marció Sordi, CNPJ nº 84.727.759/0001-60 representado por seu presidente, Marineide Moreira da Silva Pilatti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação do **PROAFI REGULAR**assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 339039 - Outros Serviços de Serviços pessoa Jurídica de acordo com aPortaria N° 488 de 13 de Setembro de 2002.

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEDE MOREIRA DA SILVA PILATTI
Presidente do Conselho

Protocolo 0037049605

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Rio Urupá**, CNPJ nº 04.698.080/0001-51, representado por seu presidente, Alvacir Barbosa dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Compra de Materiais de Custeio.

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alvacir Barbosa dos Santos
Presidente do Conselho

Protocolo 0037049756

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Ferramentas

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049315

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PAULO FREIRE**, CNPJ nº 84.560.150/0001-40, representado por seu presidente, Oracira Godinho Augusto, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação ou Carta Convite]**

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS e CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (elementos 30.9030 - **Material de Consumo**; 30.90.39 -**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica** e44.90.52-**Equipamentos e Material Permanente**) através do Programa Melhoria da Educação - EXCELÊNCIA.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

OARACIRA GODINHO AUGUSTO
PRES. C.E. PAULO FREIRE

Protocolo 0037049676

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Material de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049338

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Material de Copa e Cozinha

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049358

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Outros materiais de Consumo

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049372

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Planalto**, CNPJ nº 01.376.984/0001-72, representado por seu presidente, Divina Carla Alves Dias, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **dispensa de licitação.**

b) Objeto: aquisição de sementes, mudas de plantas e insumos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Divina Carla Alves Dias
Presidente do conselho escolar

Protocolo 0037049779

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037047561

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar 13 de Maio**, CNPJ nº **02.234.204/0001-12**, representado por seu presidente, **Evanildo José Soares Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Compra direta/Dispensa de Licitação/Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como; Gás de Cozinha, Material Educativo e Esportivo, Material de Expediente, Material de Processamento de Dados, Material de Limpeza e Produtos de Higienização, Material de Acondicionamento e Embalagem, Material de Copa e Cozinha, Material para Manutenção de Bens Imóveis, Material para Manutenção de Bens Móveis, Material Elétrico e Eletrônico, Material Bibliográfico.
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Evanildo José Soares Rodrigues
Presidente do conselho Escolar 13 de Maio

Protocolo 0037028016

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços Técnicos Profissionais
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049393

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048011

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de processamento de dados

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049112

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL EDUCATIVO ESPORTIVO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048104

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar 13 de Maio**, CNPJ nº **02.234.204/0001-12**, representado por seu presidente, **Evanildo José Soares Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Compra direta/Dispensa de Licitação/Licitação**

b) Objeto: Serviços Técnicos Profissionais, Manutenção de Software, Locação de Softwares, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, Serviços Gráficos e Serviços de Comunicação em Geral, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Serviços de Manutenção de Processamento de Dados.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Evanildo José Soares Rodrigues
Presidente do conselho Escolar 13 de Maio

Protocolo 0037048602

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Bens e Imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049439

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048155

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar 13 de Maio**, CNPJ nº **02.234.204/0001-12**, representado por seu presidente, **Evanildo José Soares Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Compra direta/Dispensa de Licitação/Licitação**

b) Objeto: Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Evanildo José Soares Rodrigues
Presidente do conselho Escolar 13 de Maio

Protocolo 0037048643

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049467

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: GÁS ENGARRAFADO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048208

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Rio Urupá**, CNPJ nº 04.698.080/0001-51, representado por seu presidente, Alvacir Barbosa dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Compra de Materiais Permanente.

2 - **Manifestar a opção por: Dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alvacir Barbosa dos Santos

Presidente do Conselho

Protocolo 0037049827

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Limpeza e Conservação

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049499

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048221

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049512

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE COPA E COZINHA

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048461

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048519

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa** ,CNPJ nº 00.861.417/0001-49, representado por seu presidente, Maria Aparecida Cardoso dos Santosno uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outra Natureza

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049531

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048551

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços Técnicos profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048961

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048606

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048665

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **EEEFM Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, Francisca Luclésia de Sá, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
DIRETORA

Protocolo 0037048694

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Material para Manutenção de Bens Imóveis**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049422

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 3.3.90.30 Material de Consumo - PROAFI- ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira

Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037049501

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.30 Material de Consumo - PROAFI

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira

Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037049517

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: 3.3.90.39 Serv. Terc. P. Jurídica - PROAFI-ADICIONAL
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037049540

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: 3.3.90.39 Serv. Terc. P. Jurídica - PROAFI-ADICIONAL
2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037049553

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 4.4.90.52 Material Permante - PROAFI-ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Cristina Pereira

Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037049569

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MARECHAL RONDON, CNPJ nº **01.983.278/0001-99**, representado por seu presidente, **Eliane Cristina Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 4.4.90.52 Material Permante - PROAFI-ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Eliane Cristina Pereira
Presidente CONSELHO ESCOLAR DA E. E. E. F. E M. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037049606

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Material Elétrico e Eletrônico**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049472

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Manutenção de Software

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049822

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Recarga de extintores

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048700

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Serviços Técnicos Profissionais**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049534

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Rio Urupá**, CNPJ nº 04.698.080/0001-51, representado por seu presidente, Alvacir Barbosa dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratar empresa especializada em manutenção de equipamentos de informática.

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alvacir Barbosa dos Santos
Presidente do Conselho

Protocolo 0037007566

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048301

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049898

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048641

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049665

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**Aquisição de Gás Engarrafado**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049100

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049274

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048861

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO ESPORTIVO.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048727

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **Gás Engarrafado**
2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047330

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS - CONTABILIDADE**
2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048784

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Serviços Técninos Profissionais

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049940

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Serviços Gráficos**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049769

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048842

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048170

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Gêneros de Alimentação**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048525

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO E ELETRÔNICO.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048893

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Manutenção Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048796

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Jovem Gonçalves Vilela, CNPJ nº 08.098.499/0001-23, representado por seu presidente, TATIANA DE OLIVEIRA VONO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Equipamentos de Processamento de dados; Outros Materiais Permanentes.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049752

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS ENGERRAFADO GLP.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048926

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049829

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Material de Consumo, Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e Equipamentos e Material Permanente**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048583

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Uniformes, Tecidos e Aviamentos**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049361

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA;**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037049148

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Material de Processamento de Dados**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049097

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO I.E.E. MARECHAL RONDON, CNPJ nº** 04.698.270/0001-79, representado por seu presidente, VERA MARIA VALENTIM FERREIRA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente, Material Elétrico e Eletrônico, Equipamentos de Processamentos de dados, Material de Processamento de Dados, Serviço de Processamento de Dados, Material Químico, Material para Manutenção de Bens Imóveis, Material Laboratorial e Ferramentas.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VERA MARIA VALENTIM FERREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048268

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Francisca Martendal**, CNPJ nº 10.917.662/0001-84, representado por seu presidente, Emerson José Campagnolli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**
b) Objeto: Material de Consumo: Aquisição de gêneros alimentícios.
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Emerson José Campagnolli
Presidente do Conselho Escolar/ Diretor

Protocolo 0037048811

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA.**
2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037049194

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Francisca Martendal**, CNPJ nº 10.917.662/0001-84, representado por seu presidente, Emerson José Campagnolli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: Material de Consumo: Aquisição equipamentos e material permanente; Material de Consumo: Material de expediente, material de processamento de dados .

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Emerson José Campagnolli

Presidente do Conselho Escolar/ Diretor

Protocolo 0037049850

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Francisca Martendal**, CNPJ nº 10.917.662/0001-84, representado por seu presidente, Emerson José Campagnolli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: Material de Consumo: Aquisição de gêneros alimentícios.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Emerson José Campagnolli

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar/ Diretor

Protocolo 0037048695

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon**, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, representado por seu presidente, DANIELA DIAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Material de Copa e Cozinha**

2 - **Manifestar a opção por: Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021; Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DANIELA DIAS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049185

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037049259

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Gás engarrafado

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048627

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS/INTERNET.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037049566

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Rio Urupá**, CNPJ nº 04.698.080/0001-51, representado por seu presidente, Alvacir Barbosa dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Compra de Materiais de Capital.

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alvacir Barbosa dos Santos

Presidente do Conselho

Protocolo 0037049795

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Materialpara manutenção bens móveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047261

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material paramanutenção de bens imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047768

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.02 (Serviço de Telecomunicação)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050071

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.47 (Material de Limpeza e Produção de Higienização)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037049939

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046782

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.33 (Material de Processamento de Dados)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037049732

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE,**CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.16**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037035070

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar "Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira**", CNPJ nº **84.650.894/0001-55**, representado por seu presidente, **Gildo Benedito Ramos da Rocha**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE:

1- Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo **de Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação:

b) Objeto: Aquisição de materialde processamento de dados, aquisição de material de expediente; aquisição de material farmacológico e laboratorial.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

Gildo Benedito Ramos da Rocha
Presidente do Conselho Escola
Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira

Protocolo 0037049776

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **Contratação de Serviço de Internet.**

2 - **Manifestar a opção por licitar/Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037045056

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS,**CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.25**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037039364

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Francisca Martendal**, CNPJ nº 10.917.662/0001-84, representado por seu presidente, Emerson José Campagnolli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: Material de Consumo: Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, gás engarrafado, bilhete de passagem, material de copa e cozinha, material para manutenção de bens imóveis; Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física: Manutenção e conservação de Bens e imóveis; Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: serviços técnicos profissionais, despesas com teleprocessamento, manutenção de software, manutenção e conservação de maquinas e equipamentos, serviços de limpeza e conservação.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Emerson José Campagnolli
Presidente do Conselho Escolar/ Diretor

Protocolo 0037042078

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de limpeza e produção de higienização

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037046383

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por seu presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050051

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, CNPJ nº 63.788.277/0001-40, representado por sua presidente, ELIANE PEREIRA DOS SANTOS FUHRMANN, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Eliane Pereira dos Santos Fuhrmann
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037006670

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃODE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO .**

2 - **Manifestar a opção por Licitar/contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037045448

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: : Aquisição de Serviços: Contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica; Serviços de Proessamente de Dados; Serviços de Telecomunicações; Serviços Judiciarios

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050147

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.04 (Serviços Contábeis)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050149

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Jovem Gonçalves Vilela, CNPJ nº 08.098.499/0001-23, representado por seu presidente, TATIANA DE OLIVEIRA VONO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Mobiliário em Geral; Instrumentos Musicais Artísticos Outros Materiais Permanentes.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050054

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS,**CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.24**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037040170

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO,**CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.26**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037040867

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.13 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050190

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA,**CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.21.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037041175

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 00.697.497/0001-49, representado por seu presidente, Mirtes Cunha Bezerra, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mirtes Cunha Bezerra
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050166

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE GÁS ENGARRAFADO,**CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.04.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037041399

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.14**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037042630

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.24 (Serviços Gráficos)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050216

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.22**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044104

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CAMA MESA E BANHO, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.20**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044216

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material permanente: Equipamento para Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050185

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATORIAL, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.35**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044727

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTALSÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção de equipamentos de processamentos de dados.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050032

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar Maria do Rabelo , CNPJ nº 00.798.147/0001-79, representado por seu presidente, EvandraMara GolferariInheguez , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de material de Consumo: Material de Copa e Cozinha; Material Educativo e Esportivo, Aquisição de Material Gás Liquefeito De Petroleo (Glp) Engarrafados; Aquisição De Material De Processamento De Dados;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050257

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.42**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044843

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39.23 (Festividades e Homenagens)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050237

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTALSÃO PEDRO, CNPJ N° 00798.221/0001-57, representado por seu presidente, LUCIA DA COSTA ROCHA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de processamento de dados.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

LUCIA DA COSTA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049935

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.44**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037045061

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52.12 (Aparelhos e Utensílios Domésticos)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050280

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.99**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037045220

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050244

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.20**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037046808

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.16**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047074

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52.35 (Equipamentos de Processamentos de Dados)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050306

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.16**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048014

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a Gestora do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS/PEALE COMPLEMENTAÇÃO/PEIXE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049221

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de despesa 3.3.90.30

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios perecível e não perecível

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037047915

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.08**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048039

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO-PROAFI

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar Educar para o Futuro**, CNPJ nº **01.782.367/0001-77**, representado por seu presidente, **Dagmar Ramalho de Oliveira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52.42 (Mobiliário em Geral)

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ouro Preto do Oeste, 30 de março de 2023.

DAGMAR RAMALHO DE OLIVEIRA

Diretora/Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 0037050334

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Manutenção e conservação de equipamentos de processamentos de dados

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050322

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar CEEJA Silvio Viana Louro** CNPJ nº **07.668.192/0001-58**, representado por seu presidente, **Magna Glacielha Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo como:** Material para manutenção e conservação de bens imóveis; Material para manutenção e conservação de bens móveis; Material de festividades; Tecidos e aviamentos; Gás engarrafado; Material de expediente; Material elétrico e eletrônico; Material de processamento de dados; Material de limpeza e produção de higienização.

c) Objeto: **Serviçosde Terceiros -Pessoa Jurídica como: Serviços gráfico; Serviços de processamento de dados; Serviço de manutenção e conservação de equipamento de processamento de dados; Serviço de manutenção de máquinas e equipamento de processamento de dados; Serviço de limpeza e conservação de bens móveis; Serviço de manutenção e conservação de bens imóveis;** Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MAGNA GLACIELHA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050298

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Processamento de Dados

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037048384

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 31 DE MARÇO, CNPJ nº 85.651.546-00, representado por seu presidente, ALBERTINA MONTEIRO NETTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material para manutenção de bens móveis; materiais de expediente;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALBERTINA MONTEIRO NETTA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050213

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

PPelo presente, o Conselho Escolar CEEJA Silvio Viana Louro CNPJ nº 07.668.192/0001-58, representado por seu presidente, Magna Glacielha Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: **Gêneros de Alimentação.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MAGNA GLACIELHA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050254

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇOES, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.58**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048219

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Outros Serviços de terceiros, Pessoa Jurídica

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050396

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS/PNAE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047161

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.63**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048320

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Jovem Gonçalves Vilela, CNPJ nº 08.098.499/0001-23, representado por seu presidente, TATIANA DE OLIVEIRA VONO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Expediente; Material de processamento e dados; Material de Manutenção de Bens e Imóveis; Outros Materiais de Consumo.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050199

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.83**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048563

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Serviço de limpeza e conservação

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050454

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.05**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048593

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ

O CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ, através da Comissão Compras/Licitação, constituída conforme dispõe a Portaria 01/2023**,** torna público que encontra-se autorizada, a realização de licitação na modalidade **CARTA CONVITE Nº 01/2023 DO CONSELHOESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ**, tipo **MENOR PREÇO,** sob o regime de empreitada **GLOBAL,** tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar n°. 123, de 14 de Dezembro de 2006, tendo como interessada **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ,** conforme disposições no Ato Convocatório, consignando o que se segue:

_____

CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços e obras civis com fornecimento de mão de obra para recuperação estrutural (PINTURA) do **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ,** conforme **Planilha em anexo**, em conformidade com o Projeto Básico (Anexo I) do Edital.

FONTE DE RECURSOS: PROAFI ADICIONAL

DA SESSÃO DE ABERTURA: A Comissão de Licitação – receberá as propostas de preços envelope 02 e documentos de habilitação envelope 01.

LOCAL: A sessão pública será realizada na sede do **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ,** na sala dos professores **às 15:00 am, do dia 07/04/2023**, sito à: Rua Mario Andreazza nº 8186, Bairro JK 2, Município de Porto Velho-RO.

_____

ATO CONVOCATÓRIO: O Ato Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada, na sede do **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ** na dos professores, à: Rua Mario Andreazza nº 8186, Bairro JK 2, Município de Porto Velho-RO, em dias úteis no horário das **08:00 horas às 11:30h,** junto a Direção da Escola.

PRAZO DE RETIRADA: O Ato Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até 24 (vinte e quatro) horas, antes da data marcada para o recebimento e abertura da Documentação e Proposta, mediante requerimento à Comissão Compras/Licitação do **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SÃO LUIZ.**

Porto Velho, 30 de março de 2023.

_____

JOSÉ MARIA SOARES
Presidente da Comissão de Licitaçã
CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M.SÃO LUIZ

Protocolo 0036169847

EXTRATO

EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 01/2023

Processo nº 0029.011571/2023-56

CONSELHO ESCOLAR EEEFM SÃO LUIZ, CNPJ nº 00.710.766/0001-60, sito à Rua Mário Andreazza,8186 - JK II, Porto Velho/RO, CEP 76.829-334, mediante a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3660 (0037006536), torna público para conhecimento dos interessados que na data de 07/04/2023 (sete de abril de dois mil e vinte e três), no horário de 09h (nove horas), no local acima indicado fará realizar licitação na modalidade de CARTA CONVITE, do tipo menor preço global, conforme descrito no Edital e seus Anexos, para contratação de empresa especializada em serviços (de Reforma Predial da Escola São Luiz), a ser realizada por este Conselho Escolar no dia 07 de abril de 2023, às 09 horas, no (na sala da supervisão escolar), no valor máximo estimado de **R$ 320.238,27 (trezentos e vinte mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos)** . O edital completo contendo todas as especificações e condições para participação deste certame poderá ser retirado na EEEFM SÃO LUIZ, no endereço supra citado, no horário de 13H às 17:00 horas, de segunda à quinta – feira, até o dia 06/04/2023 ou solicitado através do e-mail eeefmsaoluiz@seduc.ro qov br. Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitação no endereço indicado acima ou no telefone nº (69) 9.9911-6504, no horário já citado.

Porto Velho/Ro, 30 de Março de 2023

JOSÉ MARIA SOARES
Presidente da Comissão de Licitação
CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M.SÃO LUIZ
EDNA CELESTINO DOS PASSOS
Presidente do Conselho Escolar
CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M.SÃO LUIZ

Protocolo 0036170164

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SFTWERES E OUTROS SERIVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA E MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.20**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049068

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Serviços Gráficos

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050486

Portaria nº 3933 de 30 de março de 2023

A Presidente do **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para designar os membros para compor as Comissões de Compras e Licitação, de Recebimento e de Fiscalização de Contratos, e conforme estabelece o art. 20, 1º da Lei nº 3.350, de 24 de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Projeto Excelência

Resolve:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros sob a Presidência do Primeiro:

Presidente: ELIANO SANTOS XAVIER

Membro: ADAIR FRANCISCO DE AQUINO

Membro: MARIA GORETI RUY ZUCCOLOTTO

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: NEUCINETE ALVES DEL PIERO

Membro: MARCIA RIBEIRO VALÉRIO

Membro: WILMAR MUNIZ

Art. 3º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Fiscalização de Contratos, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: JANAINE RODRIGUES BARBI MACHI

Membro: MARCIA DE MELO PREDIGER

Membro: ADRIANE DOS SANTOS FINQUE

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO

Presidente do Conselho Escolar

EEEFM Frei Henrique de Coimbra

Protocolo 0037050360

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.04**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049171

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEFMDoutor Oswaldo Pianna, CNPJ nº 01.793.743/0001-29, representado pelo presidente, Wagner Soares do Nascimento, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação.
b) Objeto: Serviços Judiciários
2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050505

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.02**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037011662

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENSE IMÓVEIS ,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.27**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037034753

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO ,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.14**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037036329

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.16**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037036520

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIALDE COPA E COZINHA ,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.24**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037036635

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.29**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037036752

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.43**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037036968

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERAIS DE CONSUMO ,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.99**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037037570

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.02**
2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049344

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.04**
2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049655

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.08**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049712

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.11**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049803

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39. 12**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049826

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.13**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049846

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO,**CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) - SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.91**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049917

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) - SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.98**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050047

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.00 (MATERIAL DE CONSUMO) - SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.99.**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050067

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23 ,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS, **CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.27**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050162

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CRIANÇA, CNPJ nº 976.036.946-04, representado por seu presidente, ROSIMEIRE DE CASTRO MACHADO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosimeire de Castro Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050562

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DE APARELHOS E UTENSILIOS DOMÉSTICOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.12**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049297

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: LIMPEZA E CONSERVACAO/Natureza de despesa 3.3.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037048077

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de despesa 3.3.90.30

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios perecível e não perecível

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037039453

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de despesa 3.3.90.30

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios perecível e não perecível

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037041136

Portaria nº 3934 de 30 de março de 2023

APresidente do **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para designar os membros para compor as Comissões de Compras e Licitação, de Recebimento e de Fiscalização de Contratos, e conforme estabelece o art. 20, 1º da Lei nº 3.350, de 24 de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa PNAE

Resolve:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros sob a Presidência do Primeiro:

Presidente: ELIANO SANTOS XAVIER

Membro: ADAIR FRANCISCO DE AQUINO

Membro: MARIA GORETI RUY ZUCCOLOTTO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: NEUCINETE ALVES DEL PIERO

Membro: MARCIA RIBEIRO VALÉRIO

Membro: WILMAR MUNIZ

Art. 3º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Fiscalização de Contratos, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: JANAINE RODRIGUES BARBI MACHI

Membro: MARCIA DE MELO PREDIGER

Membro: ADRIANE DOS SANTOS FINQUE

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRANOLASCIO

Presidente do Conselho Escolar

EEEFM Frei Henrique de Coimbra

Protocolo 0037050512

AVISO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 01/2023

CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. ESTUDO E TRABALHO

O Conselho Escolar da EEEFM ESTUDO e TRABALHO, localizado na rua Alexandre Guimarães, 1340, bairro: Areal, Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ: 04.772.398.0001-35, por intermédio da Comissão de Compras, nomeada através da Portaria nº 3323 de 15 de março de 2023 (0036603136), **TORNA PÚBLICO** que se encontra autorizada a realização do certame, na modalidade CARTA CONVITE, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993, com recursos do **Programa de Apoio Financeiro – PROAFI/ADICIONAL**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa para **Contratação de Empresa especializada em Obras, Instalações, Ampliações e Construções de Bens Imóveis, qualificada para a execução de Serviços de Pintura na EEEFM Estudo e Trabalho,** no Município de Porto Velho – RO, **RESOLVE SUSPENDER POR TEMPO INDETERMINADO O CERTAME,** que ocorreria no dia 31/03/2023 às 15h; Qualquer alteração referente a este certame será informado no Processo SEI Nº 0029.015613/2023-28.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

ANTONIA PEREIRA DA COSTA

Presidente da Comissão de Licitação

HUDSON GÓES CAETANO

Presidente do Conselho Escolar da EEEFM ESTUDO e Trabalho

Protocolo 0037050514

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção, conservação de máquinas e equipamentos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037042444

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **GÁS ENGARRAFADO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037043668

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção conservação em bebedouro/Natureza das Despesas:33.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037042743

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SOCORRO, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.24**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049406

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE FREEZER**/Natureza das Despesas: 44.90.52

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037044379

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.30**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049423

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.32**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049528

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS/ Natureza das Despesas: 33.90.39**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037044639

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DEEQUIPAMENTOS PARA AUDIO VIDEO E FOTO, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.33**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049596

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037045054

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DEMÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.34**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049664

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO**/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037045347

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DEEQUIPAMENTOS UTENSILIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.39**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049686

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **SERVIÇO DE RECRGA DE EXTINTORES**/Natureza das Despesas: 33.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037045666

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** AQUISIÇÃO DEEQUIPAMENTOS DE TIC E ATIVOS DE REDE, **CONFORMEELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52 (EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 90.37**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049738

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS,**CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.24**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037039662

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO**/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037045804

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, **CONFORME A ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 (SERVIÇOS DE TERCEIRO E PESSOA JURIDICA) - SUBELEMENTO DE DESPESA - 39.17**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048403

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA**/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037046039

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de despesa 3.3.90.30

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios perecível e não perecível

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037047734

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de despesa 3.3.90.30

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios perecível e não perecível

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037047878

Portaria nº 3936 de 30 de março de 2023

APresidente do **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para designar os membros para compor as Comissões de Compras e Licitação, de Recebimento e de Fiscalização de Contratos, e conforme estabelece o art. 20, 1º da Lei nº 3.350, de 24 de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – Proafi Regular.

Resolve:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros sob a Presidência do Primeiro:

Presidente: ELIANO SANTOS XAVIER

Membro: ADAIR FRANCISCO DE AQUINO

Membro: MARIA GORETI RUY ZUCCOLOTTO

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: NEUCINETE ALVES DEL PIERO

Membro: MARCIA RIBEIRO VALÉRIO

Membro: WILMAR MUNIZ

Art. 3º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Fiscalização de Contratos, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: JANAINE RODRIGUES BARBI MACHI

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Membro: MARCIA DE MELO PREDIGER

Membro: ADRIANE DOS SANTOS FINQUE

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO

Presidente do Conselho Escolar

EEEFM Frei Henrique de Coimbra

Protocolo 0037050641

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de despesa 3.3.90.30

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios perecível e não perecível

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037048009

Portaria nº 3935 de 30 de março de 2023

APresidente do **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para designar os membros para compor as Comissões de Compras e Licitação, de Recebimento e de Fiscalização de Contratos, e conforme estabelece o art. 20, 1º da Lei nº 3.350, de 24 de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa Peale

Resolve:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros sob a Presidência do Primeiro:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente: ELIANO SANTOS XAVIER

Membro: ADAIR FRANCISCO DE AQUINO

Membro: MARIA GORETI RUY ZUCCOLOTTO

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: NEUCINETE ALVES DEL PIERO

Membro: MARCIA RIBEIRO VALÉRIO

Membro: WILMAR MUNIZ

Art. 3º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Fiscalização de Contratos, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: JANAINE RODRIGUES BARBI MACHI

Membro: MARCIA DE MELO PREDIGER

Membro: ADRIANE DOS SANTOS FINQUE

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO

Presidente do Conselho Escolar

EEEFM Frei Henrique de Coimbra

Protocolo 0037050586

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA **-** Natureza de despesa 33.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037048176

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto: 33.90.39.18 - Serviços de Terceiro e Pessoa Juridica, Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050731

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Pedro Nunes da Cruz,** CNPJ nº 05.882196/0001-09, representado por seu presidente, Mariza Simioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.61

2 - **Manifestar a opção por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mariza Simioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037019386

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contrataçãoassim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30-** Material de Consumo**, Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050741

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contrataçãoassim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **44.90.52.16 - Equipamento e Material Permanente, Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA
DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050753

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Gonçalves Dias, CNPJ: nº 04.632.253/0001-39, representado por seu presidente, Regina Maria de Almeida Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Regina Maria de Almeida Lopes
Presidente do Conselho Escolar Gonçalves Dias

Protocolo 0037050766

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Pedro Nunes da Cruz,** CNPJ nº 05.882196/0001-09, representado por seu presidente, Mariza Simioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: 33.90.30.61 / 33.90.30.65

2 - **Manifestar a opção por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mariza Simioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037028143

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Tupã, CNPJ n. 00729.172/0001-09, Unidade Executora da EEEFM Tupã, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, , torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, a **EMPRESA KM DE OLIVEIRA MALINI COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA, CNPJ: 36.566.850/0001-07,**para fornecer a EEEFM Tupã,materiais de consumo (expediente), a partir de 31/03/2023, no valor total estimado de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Ji-Paraná/RO, 30 de março de 2023.

ROSANA APARECIDA SOARES CISCONETTI

Presidente

Protocolo 0037049412

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, CNPJ nº 01.230.848/0001-70, representado por seu presidente, **ODETE PAULUS**, da cidade Monte Negro/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **410860 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **409.756.302-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: CARTA CONVITE

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA, CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39.18**.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Odete Paulus

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050800

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais permanente/PDDE QUALIDADE.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050577

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais de expediente/PDDE QUALIDADE.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050584

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços de Teleprocessamento /PDDE QUALIDADE.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050593

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**Aquisição de Gêneros alimentícios/PNAE.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049922

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais permanente/PROGRAMA EXELÊNCIA.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050265

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Materiais de expediente/PROGRAMA EXELÊNCIA.**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050278

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: 33.90.30.65 **Aquisição de Gêneros alimentícios/PEALE.**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049998

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037044344

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de copa e cozinha.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047064

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gás engarrafado.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047143

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material elétrico e eletrônico.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047178

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material para manutenção de bens imóveis - pequenos reparos.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047219

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de limpeza e produção de higienização.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047253

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços de telecomunicações.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047289

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de bens imóveis.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047357

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047406

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção de bens móveis de outras naturezas.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047436

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção de software.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047464

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços técnicos profissionais.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047527

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Gonçalves Dias, CNPJ: nº 04.632.253/0001-39, representado por seu presidente, Regina Maria de Almeida Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros materiais permanente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Regina Maria de Almeida Lopes

Presidente do Conselho Escolar Gonçalves Dias

Protocolo 0037050826

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços de copias.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047627

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aparelhos e utensílios domésticos.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047665

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Materiais de expediente.**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047793

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Serviços Gráficos.**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050373

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais permanente/PDDE EDUCAÇÃO BÁSICA.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050473

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a **E.E.E.F.M. JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, CNPJ nº **00.727.779/0001-41**, representado por seu presidente, **ELISABETH DE AZEVEDO** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais de expediente/PDDE EDUCAÇÃO BÁSICA.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ELISABETH DE AZEVEDO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050488

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037050301

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho

Protocolo 0037050268

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL PEDAGÓGICO/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho

Protocolo 0037050242

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:

a) Modalidade: Carta Convite

b) Objeto: Serviços Manutenção e Conservação de bens imóveis (Reforma) e Pintura geral

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho

Protocolo 0037050835

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CRIANÇA, CNPJ nº 976.036.946-04, representado por seu presidente, ROSIMEIRE DE CASTRO MACHADO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosimeire de Castro Machado
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050891

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamentos e Material Permanente/Natureza das Despesas: 44.90.52

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho

Protocolo 0037050140

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE TONNERS TK-3182

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**
Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037048185

AVISO
EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 01/2023 SEDUC-EEEFUG

A Comissão de Compras e Licitação do Conselho Escolar Ulisses Guimarães, vinculado a **EEEF Ulisses Guimarães,** situado na situada na Rua: Ouro Preto, Nº: 6807, Bairro: Boa Esperança, Rolim de Moura- RO, neste ato representado pelo presidente da comissão de compras: **Flávio Toledo de Souza**, tem a honra de publicar a Carta Convite nº 01/2023, que tem por objetivo a contratação de empresa especializada em Reforma Geral, Modalidade: CARTA CONVITE, **Data: 10 de Abril de 2023 às 10:00h**, Tipo: **MENOR PREÇO**, Regime de contratação: **PREÇO GLOBAL**, Valor estimado **R$ 217.078,57 (duzentos e dezessete mil, setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos)**, **Local: EEEF Ulisses Guimarães,** situado na Rua: Ouro Preto, Nº: 6807, Bairro: Boa Esperança, Rolim de Moura- RO. Disponibilidade do Edital para consulta pelo site https://www.sei.ro.gov.br/, Consulta processual: Processo SEI Nº 0029.016774/2023-39 no ID Nº 0036805847, Informações pelo e-mail institucional: escolaulissesrm@seduc.ro.gov.br e ftrrm@seduc.ro.gov.br /ou por contato mensagem (69) 98476-2085 das 07h30min às 17h00m de segunda a sexta-feira (horário de Rondônia).

Rolim de Moura/RO, 30 de Março de 2023.

FLÁVIO TOLEDO DE SOUZA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Matrícula: 300132275

Presidente Comissão de Compras e Licitação

Protocolo 0037050903

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA**, CNPJ nº **84.727.627/0001-39 ,** representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438745 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **44.90.52Equipamento e Material Permanente, Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.**

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

Diretora / Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Anísio Teixeira

Protocolo 0037041278

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **33.90.30** Material de Consumo**, Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.**

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

Diretora / Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Anísio Teixeira

Protocolo 0037041455

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: **Material de Limpeza, Produção e Higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**

Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037050971

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto:Aquisição de M**aterial de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049323

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049861

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: Serviço de roça, poda de árvores, jardinagem e limpeza de entulhos;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**

Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037050996

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: Serviço de manutenção de câmeras de segurança e sistema de monitoramento;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**

Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037051015

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **3.3.90.30. Material de Consumo PROAFI REGULAR/ADICIONAL**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044717

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. **PROAFI REGULAR/ADICIONAL**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037044718

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente **PROAFI REGULAR/ADICIONAL**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048722

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) **Objeto: 3.3.90.36** Serv. Terc. P. Física - PROAFI REGULAR/ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048807

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Fluído R22, clorodifluorometano, (fluído de gás para ar condicionado)**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051006

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2023.

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA PEDRO MENDES CARDOSO

CONTRATADA: HJ DE OLIVEIRA ROCHA LTDA , CNPJ/MF nº. 12.515.459/0001-07

OBJETO: Constitui objeto do do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios de forma direta em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 4 (quatro) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.013375/2023-16**,** que deu origem a compra direta, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 3.234,94 (três mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

PROCESSO: 0029.013375/2023-16

VIGÊNCIA: 04/MESES

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023

Nova Mamoré/RO, 30 de março de 2023.

_____ JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO Presidente do Conselho Escolar - Representante/ Contratante	_____ Herveton Jairo de Oliveira Rocha Representante/ Contratada

Protocolo 0037008480

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Pedro Nunes da Cruz,** CNPJ nº 05.882196/0001-09, representado por seu presidente, Mariza Simioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.39-02 Serviços de Telecomunicações; 33.90.39-04 Serviços Técnicos Profissionais; 33.90.39-12 Manutenção e Conservações de Bens Imóveis; 33.90.39-13 Manutenção e Conservação de Máquina e Equipamentos; 33.90.39-98 Manutenção, Conservação de Equipamentos e Processamentos de Dados.

2 - **Manifestar a opção por dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Mariza Simioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050959

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: Fornecimento de material de construção,;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**
Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037051032

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamentos e Material Permanente/Natureza das Despesas: 44.90.52

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho

Protocolo 0037050019

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção de Software

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037050761

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇOS GRÁFICOS/Natureza das Despesas: 33.90.39

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037049175

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037049503

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL PEDAGÓGICO/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER

Presidente do Conselho

Protocolo 0037049663

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, SELMA CRISTINA DIONÍSIA , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 479.165.322-04– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação**, assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO -COMPRA EMERGENCIAL**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO NA COMPRA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, Portaria nº 448,de 13 de setembro de 2002.**

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

Diretora / Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Anísio Teixeira

Protocolo 0037028733

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Celso Ferreira da Cunha, CNPJ nº 00.823.098/0001-87, representado por seu presidente, Roberto de Oliveira Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Roberto de Oliveira Souza

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050893

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Celso Ferreira da Cunha, CNPJ nº 00.823.098/0001-87, representado por seu presidente, Roberto de Oliveira Souza,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de equipamentos.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Roberto de Oliveira Souza

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050913

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Celso Ferreira da Cunha, CNPJ nº 00.823.098/0001-87, representado por seu presidente, Roberto de Oliveira Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de material de consumo.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Roberto de Oliveira Souza

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050934

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Celso Ferreira da Cunha, CNPJ nº 00.823.098/0001-87, representado por seu presidente, Roberto de Oliveira Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: **Aquisição de material de consumo.**
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Roberto de Oliveira Souza
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050947

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Celso Ferreira da Cunha, CNPJ nº 00.823.098/0001-87 representado por seu presidente, Roberto de Oliveira Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: **Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.**
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Roberto de Oliveira Souza
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050968

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar Celso Ferreira da Cunha, CNPJ nº 00.823.098/0001-87, representado por seu presidente, Roberto de Oliveira Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLicitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Roberto de Oliveira Souza
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050986

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: Fornecimento da RECARGA DE 04 (quatro) BOTIJAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - 45 KG;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**
Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037051077

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: Serviço de manutenção de centrais de ar condicionado.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**

Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037051071

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: Fornecimento de material de expediente.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**
Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037051055

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Contratação de empresa especializada para fornecimento do software.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051079

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE/Natureza das Despesas: 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037049582

Portaria nº 3940 de 30 de março de 2023

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO CEEJA PROFESSOR ANTONIO DE ALMEIDA

Rua Maira S/Nº – BAIRRO: ALVORADA - CEP: 76920000 – MUNICÍPIO: OURO PRETO DO OESTE/RO - Fone (69) 3461-2847

E-mail: ceejaprofantonio@seduc.ro.gov.br

Conselho Escolar Pedro Nunes da Cruz

A (O) presidente da Unidade Executora, Conselho Escolar Pedro Nunes da Cruz, CNPJ nº 05.882.196/0001-09, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para designar dos Membros para compor as Comissões de Compras e Licitação e de Recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º, da Lei 3.350, de 24/04/2014, alterado pela Lei nº 4.215 de 18/12/2017, Decreto Estadual n. 25.366, de 1º de setembro de 2020;

Considerando que a Constituição destas Comissões é imprescindível para promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – **PROAFI REGULAR**

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente **Comissão de Compras e Licitação como Membros**, sob a Presidência do primeiro.

Função na Comissão	Nome	Função	Matrícula
Presidente	Rodrigo Caetano de Souza	Inspetor de Pátio	300007465
Secretário	José dos Reis Ferreira Primo	Inspetor de Pátio	300025581
Membro	Sebastiana Moreira de Souza	Agente de Alimentação	2408385
Suplente (presidente)	Eliene de Sá Santos Moreira	Agente de Alimentação	300071836
Suplente (secretário)	Andressa Cristina Nunes	Orientadora	300058645

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente **Comissão de Recebimento**:

Função na Comissão	Nome	Função	Matrícula
Presidente	Valdeci Couto de Oliveira	Agente de Portaria	300020980
Membro	Cristiele Pereira Bosso Correia	Coord. PALE	300112666
Membro	Marileide de Oliveira Verley	Agente de Portaria	300112898

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as portarias 3056/2023, datadas de 07/03/2023.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Mariza Simioni

Presidente do Conselho Escolar Pedro Nunes da Cruz

Matrícula 300020787

Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de março de 2023.

Protocolo 0037050945

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, SELMA CRISTINA DIONÍSIA , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 479.165.322-04– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação**, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação - CHAMADA PÚBLICA 001/2023**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO NA COMPRA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS/ PEALE, Portaria nº 448,de 13 de setembro de 2002.**

- PEALE (SEDUC) - Consumo

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

Diretora / Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Anísio Teixeira

Protocolo 0037018267

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: Fornecimento da DE TONNERS E PHOTOCONDUTORES PARA IMPRESSORAS (MATERIAL DE CONSUMO)

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**
Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037051124

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Material de Expediente, aquisição de papel sulfite a4.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051116

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , da Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:**CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, **CONFORME O ELEMENTO 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO) -SUBELEMENTO DE DESPESA - 30.02**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037045603

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , daAriquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto:33.90.30.61 Gêneros Alimentícios PNAE -

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037049623

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , daAriquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto:33.90.30.61 Gêneros Alimentícios PNAE -

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037049652

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , daAriquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto:33.90.30.61 Gêneros Alimentícios PNAE -

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037050697

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** *,* daAriquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto:33.90.30.65 33.90.30.65 - Gêneros Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037050851

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** *,* daAriquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto:33.90.30.65 Gêneros Alimentícios - PEALE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037050858

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Material de limpeza e produção de higienização.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051141

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , da Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (30.05 - gás engarrafado; 30.15 - material educativo e esportivo; 30.16 - material para festividades e homenagens; 30.17 - material de expediente; 30.18 - material de processamento de dados; 30.20 - material de acondicionamento e embalagem; 30.22 - material de copa e cozinha; 30.23 - material de limpeza e produção de higienização; 30.24 - uniformes, tecidos e aviamentos; 30.25 - material para manutenção de bens imóveis; 30.26 - material para manutenção de bens móveis; 30.27 - material elétrico e eletrônico; 30.29 - material de proteção e segurança; 30.30 - material para áudio, vídeo e foto; 30.31 - material para comunicações; 30.36 - material laboratorial; 30.43 - ferramentas; 30.45 - material de sinalização visual e afins; 30.99 - outros materiais de consumo.)
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037047585

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , da Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Licitação** assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA -(39.05 - serviços técnicos profissionais; 39.08 - manutenção de software; 39.11 - locação de softwares; 39.12 - locação de máquinas e equipamentos; 39.14 - manutenção e conservação de bens imóveis; 39.15 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; 39.17 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas; 39.20 - festividades e homenagens; 39.41- serviços de processamento de dados; 39.42 - serviços de telecomunicações; 39.43 - serviços de áudio, vídeo e foto; 39.47 - serviços gráficos; 39.59 - vigilância ostensiva; 39.60 - limpeza e conservação; 39.64 -serviços de cópias e reprodução de documentos; 39.69 - aquisição de softwares de aplicação; 39.70 -manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados; 39.72 - despesas deteleprocessamento;39.99 - outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.)
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037049173

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , da Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA -(39.05 - serviços técnicos profissionais; 39.08 - manutenção de software; 39.11 - locação de softwares; 39.12 - locação de máquinas e equipamentos; 39.14 - manutenção e conservação de bens imóveis; 39.15 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; 39.17 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas; 39.20 - festividades e homenagens; 39.41- serviços de processamento de dados; 39.42 - serviços de telecomunicações; 39.43 - serviços de áudio, vídeo e foto; 39.47 - serviços gráficos; 39.59 - vigilância ostensiva; 39.60 - limpeza e conservação; 39.64 -serviços de cópias e reprodução de documentos; 39.69 - aquisição de softwares de aplicação; 39.70 -manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados; 39.72 - despesas deteleprocessamento;39.99 - outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.)

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037049308

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Ricardo Cantanhede, CNPJ nº 84.727.734/0001-67 **,** representado por seu presidente, **Weslei Goldoni Cordeiro** , da Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **438.649 SSP/SP**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **418.706.542-34** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratar** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (52.03 - aparelhos e equipamentos de comunicação; 52.06 - aparelhos e utensílios domésticos; 52.12 - equipamentos de proteção, segurança e socorro; 52.19 - equipamentos de processamento de dados; 52.20 - máquinas, instalações e utensílios de escritório; 52.24 - mobiliário em geral.)

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WESLEI GOLDONI CORDEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR/DIRETOR

Protocolo 0037049354

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SILVIO MICHELUZZI, CNPJ nº 00.750.553/0001-61, representado por seu presidente, Elisamar Ferreira Gomes Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: a) : **PDDE BÁSICO/ MATERIAL DE CONSUMO** - Material de Expediente; Material de Limpeza e Produção de Higienização;Material para Manutenção de Bens Imóveis;

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elisamar Ferreira Gomes Lopes
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051137

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Materiais para Manutenção de Bens Móveis.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051181

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ANÍSIO TEIXEIRA, CNPJ nº 84.727.627/0001-39 , representado por seu presidente, **SELMA CRISTINA DIONÍSIA** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º 438745 SESDEC/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **479.165.322-04**– em face dos poderes conferidos pela Portaria **nº 919/2023/SEDUC/RO publicada no DIOF Ed. nº 12, de janeiro de 2023, de 17 de janeiro de 2023**,no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto: **44.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES (Ampliações e Construções), Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

DIRETORA/PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051171

Portaria nº 3941 de 30 de março de 2023

O Presidente do **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ANÍSIO TEIXEIRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto;

Considerando a competência para designar os membros para compor as Comissões de Compras e Licitação, de Recebimento e de Fiscalização de Contratos, e conforme estabelece o art. 20, 1º da Lei nº 3.350, de 24 de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 dezembro de 2017;

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – Proafi Adicional.

Resolve:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros sob a Presidência do Primeiro:

Presidente: JUCINEIDE BOLLATE DE LIMACPF: 183.509.412-00/MAT: 30024497

Membro: RAISA RUIZ CHAVES CPF: 950.052.692-15/MAT: 300118705

Membro: SAMANTA DA SILVA MIRANDA CPF: 951.038.482-87/MAT: 300113021

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: MARLAN DA SILVA SANTOSCPF:762.820.581-04/MAT:300071862

Membro:ERONDINA SOARES MOREIRACPF:458.504.616-04/MAT:300046304

Membro: EDNEI ORNELES LOPESCPF:635.206.992-49/MAT:300073912

Art. 3º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Fiscalização de Contratos, como Membros sob a Presidência do primeiro:

Presidente: VALNEY LIMA VALE CPF: 408.905.202-59/MAT: 300071801

Membbro :GILDENORSILVA DE OLIVEIRACPF:880.498.924-68/MAT:300054851

IMembro:ISAIAS BRITES PEREIRA DOS SANTOSCPF: 686.827.862-49/MAT: 300054895

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

SELMA CRISTINA DIONÍSIA

Presidente do Conselho Escolar

EEEFM ANÍSIO TEIXEIRA

Protocolo 0037051163

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção de Maquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051153

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.61 Gêneros Alimentícios - PNAE.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051161

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 33.90.30.61 Gêneros Alimentícios - PNAE.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051173

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PEDRO MENDES CARDOSO**, CNPJ nº24.638.497/0001-36 , representado por seu presidente, JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. **PROAFI ADICIONAL**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSE EMERSON RIBEIRO QUINTÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051126

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Serviço de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051201

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SILVIO MICHELUZZI, CNPJ nº 00.750.553/0001-61, representado por seu presidente, Elisamar Ferreira Gomes Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: a) : **PDDE / BÁSICO** - **Capital**:

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elisamar Ferreira Gomes Lopes
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051200

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAR assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:MATERIAIS ELÉTRICOS

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA
Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037051231

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAR assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS DE CONTRUÇÃO CIVIL

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA

Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037051224

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:SERVIÇOS DE RECARGA DE TONNER

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA

Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037051219

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAR assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:contratação de serviços de manutenção de centrais de ar condicionado

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA

Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037051191

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deDISPENSA DE LICITAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: materiaisde papelariae pedagógicos

2 - **Manifestar a opção por DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA

Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037051188

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deDISPENSA DE LICITAÇÃO assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto:produtos de limpeza e higiene
2 - **Manifestar a opção por DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA
Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037051180

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SILVIO MICHELUZZI, CNPJ nº 00.750.553/0001-61, representado por seu presidente, Elisamar Ferreira Gomes Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: a) : **PDDE / QUALIDADE** - **Capital**:
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elisamar Ferreira Gomes Lopes
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051248

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Serviço de manutenção e reparos na rede elétrica.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051244

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contrataçãoassim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PNAE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037050055

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS**, CNPJ nº 01.143.984/0001-22, representado por seu presidente, KLYCIA ROGELIA PAES MOTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deDISPENSA DE LICITAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLARRECURSO PEALE /PEALECOMPLEMENTAR

2 - **Manifestar a opção por DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KLYCIA ROGELIA PAES MOTA

Presidente do Conselho EEEFM MARIA NAZARE DOS SANTOS

Protocolo 0037049784

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 00.814.589/0001-61, representado por seu presidente, Srª Fátima Terezinha Ramos da Rocha, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação**,** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite.**

b) Objeto: **Serviços técnicos profissionais, confecção de carimbo.**

2 - **Manifestar a opção por a opção: Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FÁTIMA TEREZINHA RAMOS DA ROCHA

Presidente do Conselho Escolar Ulisses Guimarães

Protocolo 0037051262

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deDISPENSA DE LICITAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLARRECURSO PEALE /PEALECOMPLEMENTAR

2 - **Manifestar a opção por DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES

Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037051279

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**Material de Manutenção de bens e Imóvel**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051051

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SILVIO MICHELUZZI, CNPJ nº 00.750.553/0001-61, representado por seu presidente, Elisamar Ferreira Gomes Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: a) : **PROGRAMA EXCELÊNCIA- MATERIAL DE CONSUMO**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elisamar Ferreira Gomes Lopes
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051301

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SILVIO MICHELUZZI, CNPJ nº 00.750.553/0001-61, representado por seu presidente, Elisamar Ferreira Gomes Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: a) : **PROGRAMA EXCELÊNCIA- CAPITAL**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos

centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elisamar Ferreira Gomes Lopes
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051321

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deDISPENSA DE LICITAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLARPNAE

2 - **Manifestar a opção por DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES
Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037051302

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: combustível e lubrificantes automotivos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051325

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Nilson Silva, CNPJ nº 63.787.816/0001-27, representado por seu presidente Srª: Maria Solange Santiago Matter, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamentos e Material Permanente/Natureza das Despesas: 44.90.52

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA SOLANGE SANTIAGO MATTER
Presidente do Conselho

Protocolo 0037050176

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SILVIO MICHELUZZI, CNPJ nº 00.750.553/0001-61, representado por seu presidente, Elisamar Ferreira Gomes Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: a) : **PDDE / QUALIDADE/ EDUCAÇÃOCONECTADA - MATERIAL DE CONSUMO** - Material de Expediente; Material de Limpeza e Produção de Higienização;Material para Manutenção de Bens Imóveis; internet.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elisamar Ferreira Gomes Lopes

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051266

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:SERVIÇOS DE MANUTENÇÃOE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES

Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037051350

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M Presidente Tancredo de Almeida Neves**, CNPJ nº 00.722.137/0001-50, representado por seu presidente, Valnide Silva Meireles, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b) Objeto:3.3.90.30 -Material: pedagógico, expediente, copa cozinha, limpeza produção de higienização, processamento de dados, elétrico e eletrônico, gás engarrafado e Material esportivo, material de acondicionamento e embalagem, tecidos e aviamentos, material para manutenção de bens imóveis e bens móveis, material de proteção e segurança, material de sinalização visual e afins, ferramentas.
3.3.90.39 - Serviços técnicos profissionais: contabilidade, manutenção de software, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, serviços de processamento de dados, serviços de telecomunicações, serviços gráficos, limpeza e conservação, despesas de teleprocessamentos, manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas, outros serviços de terceiros por pessoa jurídica.
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

Valnide Silva Meireles

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051294

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto:Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049659

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES
Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037051365

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção de Maquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051309

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DE CONTRUÇÃO CIVIL

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES

Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037051384

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto:MATERIAIS DE PAPELARIA

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES
Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037051397

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.50.51.01 Trans. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos - PROAFI ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050006

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:materiais de limpeza e higiene

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES

Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037051411

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de expediente

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051377

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material Educativo e Esportivo.**
2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049195

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Getúlio Vargas**, **CNPJ nº 01.649.898/0001-96**, representado por seu presidente, Wanderlei Aparecido Gabriel, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: Gê**neros Alimentícios com recursos oriundo dos programas PNAE/PEALE**
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanderlei Aparecido Gabriel
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051333

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Copa e Cozinha

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049269

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gás Engarrafado

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049280

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049303

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção de Bens Móveis de Outras Naturezas

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049327

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção de Software

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049359

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aparelhos e Utensílios Domésticos

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049373

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Expediente

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049397

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material para Manutenção de Bens Imóveis - Pequenos Reparos

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049421

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049443

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Limpeza e Produção de Higienização

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049471

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049492

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços Gráficos

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049508

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Cópias

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049522

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**Aquisição Material Elétrico e Eletrônico**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051437

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção de Bens Móveis de Outras Naturezas

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049539

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.61 Gênero Alimentícios - PNAE

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037048645

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:alimentos perecíveis e não perecíveis para merenda escolar PNAE

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA

Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037051449

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca**, CNPJ nº 01.219.424/0001-04, representado por sua presidente, CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: **CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO NA E.E.E.F. FREI CANECA**

2 - **Manifestar a opção por selecionar a opção: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CÍCERA EDNEUSA LEITE RODRIGUES CALLIARI
Presidente do Conselho Escolar
EEEF FREI CANECA
Rua Eitor Ozias Schundt, 3844 - Vilage do Sol - CEP. 76.964-440 – Cacoal-RO - Fone/fax: (69)3441 -2195 E-mail: freicaneca-cacoal@seduc.ro.gov.br

Protocolo 0037048640

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30.65 Gênero Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047863

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:alimentos perecíveis e não perecíveis para merenda escolar PEALE

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA
Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037051468

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:materiais de papelaria

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA
Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037051483

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA PAulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050693

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJAPaulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente,Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050710

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:materiais de limpeza e higiene

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA
Presidente do Conselho EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037051492

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de copa e cozinha

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051392

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:serviços de manutenção de centrais de ar condicionados

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA

Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037051501

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:serviços de manutenção e instalação de equipamentos de informática

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA

Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037051504

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:serviços de pequenos reparos de construção civil

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037051509

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: materiais elétricos

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA

Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037051516

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051507

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais Permanente/** Programa de Melhoria na qualidade de Ensino - Excelência

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051525

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050723

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gases de uso industrial. Gás engarrafado, recarga de extintores, e afins**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050739

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:Aquisição de Máquina Ferramentas e utensílios de oficina

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049106

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de uso em atividades educativas, esportivas e pedagógicas**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051332

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de copa e cozinha**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051346

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais de Expediente/** Programa de Melhoria na qualidade de Ensino - Excelência

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051543

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de limpeza e produção de higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051360

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: M**aterial para manutenção de bens imóvel**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051369

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material para manutenção de bens móvel**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051373

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material elétrico e eletrônico**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051376

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de proteção e segurança**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051381

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material laboratorial**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051386

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**Serviços técnicos profissionais**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051394

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de bens imóveis**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051398

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051405

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051410

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviço de processamento de dados**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051414

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços de telecomunicações**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051418

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços Gráficos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051425

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:alimentos perecíveis e não perecíveis para merenda escolar PNAE

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA
Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051550

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Limpeza e conservação**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051432

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: **Serviços de copias e reprodução de documentos, para atendimento da escola e exames gerais Provão, e afins.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051445

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção conservação de equipamentos de processamento de dados, e afins**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051448

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051454

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Equipamentos de processamento de dados**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051457

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação

em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:alimentos perecíveis e não perecíveis para merenda escolar PEALE

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA

Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051569

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:MATERIAIS DE PAPELARIA

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA

Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051578

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais Permanentes/ PDDE QUALIDADE**

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051576

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais de Expediente/ PDDE QUALIDADE**

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051568

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA

Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051583

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços de Teleprocessamento/ PDDE QUALIDADE**

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051584

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:serviços de manutenção e instalação de equipamentos de informática

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA

Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051590

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gás engarrafado

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051585

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:serviços de manutenção de centrais de ar condicionados

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA

Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051594

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:serviços de pequenos reparos de construção civil

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA
Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051599

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: serviços de contabilidade

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA
Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051604

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais Permanentes/ PDDE Educação Básica**

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051606

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. VIVALDINO FERNANDES DE AVILA**, CNPJ nº 43.258.133/0001-75, representado por seu presidente, Elaine Vieira Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Materiais de Expediente/ PDDE Educação Básica**

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Elaine Vieira Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051608

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. MARIANA CNPJ sob n.º 01.773.709/0001-92** , representado por seu presidente,por Marcia Almeida dos Reis, RG n.º: 00386756 , CPF: 389.186.172-92, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Licitação / carta convite**
b) Objeto: aquisição de gás engarrafado, material de expediente, de processamento de dados, de limpeza e higienizaçao, elétrico e eletrônico, educativo e esportivo, material de copa e cozinha. Serviço de manutenção de bens e imóveis, , ferramentas, serviços téccnicos profissionais, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados. Aquisição de impressora 3d para atender os alunos da E.E.E.F.M Mariana.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Almeida dos Reis

Presidente do Conselho Escolar.

Protocolo 0037051066

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar E.E.E.F.M. MARIANA CNPJ sob n.º 01.773.709/0001-92** , representado por seu presidente,por Marcia Almeida dos Reis, RG n.º: 00386756 , CPF: 389.186.172-92, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios financiada pelo PNAEe PEALE COMPLEMENTAR para atender os alunos da E.E.E.F.M. Mariana
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Márcia Almeida dos Reis

Presidente do Conselho Escolar.

Protocolo 0037050291

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS**, CNPJ nº 19.709.063/0001-40, representado por seu presidente, ANA LAURA CAMACHO ROCHA no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deCONTRATAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:recarga de gásindustrialP45

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LAURA CAMACHO ROCHA

Presidente do Conselho EEEFM PROF FRANCISCO DESMOREST PASSOS

Protocolo 0037051615

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037048159

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051644

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARIQUEMES**, CNPJ nº **84.744.754/0001-46**, representado por seu presidente, **EDRIANA FERREIRA DA SILVA**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **574.492 SESDC/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **615.350.812-34** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto:CONTRATAÇÃO NA COMPRA **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, CONFORME O ELEMENTO 3.3.90.61 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.

2 - **Manifestar a opção por** COMPRA DIRETA CHAMADA PUBLICA **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDRIANA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048053

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARIQUEMES**, CNPJ nº **84.744.754/0001-46**, representado por seu presidente, **EDRIANA FERREIRA DA SILVA**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **574.492 SESDC/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **615.350.812-34** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 004 - 06 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:CONTRATAÇÃO NA COMPRA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME O ELEMENTO 3.3.90.61 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.

2 - **Manifestar a opção por COMPRA DIRETA CHAMADA PUBLICA nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDRIANA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047886

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material Educativo Esportivo**

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051672

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Contratação de fornecimento de internet**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051689

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamentos **de processamento de dados**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051695

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE CONSUMO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049989

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira, no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050000

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050016

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050045

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE COPA E COZINHA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050069

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL EDUCATIVO ESPORTIVO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051520

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051538

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: BENS DE CAPITAL

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051573

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Limpeza e Produção de Higienização

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051699

AVISO
AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE EDITAL Nº 01/2023.

O Presidente da Comissão permanente de Licitação, Senhor, **ALCEDIR GALDINO DE OLIVEIRA** Matricula nº **300179515**, CPF nº 026.216.882-09, RG nº 1272214/RO, do Município de Costa Marques– RO, através da Comissão de Compras e Licitação, nomeada por força das disposições contidas na Portaria nº 470 de 11 de janeiro de 2023 ID 0035029279 **do CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS da E.E.E.F.M. Angelina dos Anjos,** torna público que se encontra autorizada, a realização de licitação na modalidade de **Carta Convite** do tipo **Menor Preço Global**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições no Ato Convocatório, consignando o que se segue;

PROCESSO ADMINISTRATIVO CARTA CONVITE Nº: **01/2023.**

OBJETO – Aquisição de materiais e prestação de serviços para Investimento de Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (reformas, reparos, adaptações e manutenção) para REFORMA E PINTURA GERAL na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Angelina dos Anjos nos elementos de despesa 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (reformas, reparos, adaptações e manutenção), discriminados no presente Ato Convocatório e em seu Anexo VI (Planilha orçamentária).

FONTE DE RECURSOS: Os recursos necessários para a execução do objeto são provenientes do Governo do Estado de Rondônia, consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Educação. As despesas correrão com recursos do Programa de Apoio Financeiro – PROAFI ADICIONAL 2023, Formalizada e autorizada através do Decreto nº 17.788 de 29/04/2013, Decreto 16.729 de 08/05/2012, Decreto n° 16.558 de 02/03/2012,e Lei nº 2028 de 10 de março de 2009, Rondônia, amparado pela Lei Federal nº 9615/78, e artigo 216 da Constituição Estadual nº 272/2009**.** Elemento de Despesa **33.90.39 - Investimento de Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (reformas, reparos, adaptações e manutenção), da Escola Estadual de ensino Fundamental e Médio Angelina dos Anjos.**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS no Valor de até: R$ 243.357,98 (Duzentos e quarenta e três mil e trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos) **conforme notas de empenho nº 0037044215** Data de emissão: 30/03/2023 e Valor a ser empenhado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO: **10 de Abril de 2023, até as 14:00 horas.**

L**OCAL**: Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio Angelina , localizado na Av: Santa Cruz, 1541 – Setor 03 em Costa Marques/RO.

LICITAÇÃO PRESENCIAL : Considerando a situação da Pandemia do Novo Corona vírus, adotaremos medidas necessárias no momento da licitação, como o distanciamento social de 2 metros de cada participante, uso de máscaras, e disponibilizaremos álcool em gel.

ATO CONVOCATÓRIO : O Ato Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para retirada, mediante requerimento à Comissão de Compras e licitação pelo e-mail escolaangelinadosanjos@seduc.ro.gov.br

PRAZO DE RETIRADA: O Ato Convocatório e seus anexos poderão ser solicitados pelo e-mail escolaangelinadosanjos@seduc.ro.gov.br no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a sessão de recebimento e abertura da Documentação de Habilitação e Proposta de Preços.

Costa Marques /RO, 30de Março de 2023.

Alcedir Galdino de Oliveira
Matrícula 300179515.
Presidente da Comissão de Compras e Licitações
Portaria nº 470 de 11 de janeiro de 2023 ID 0035029279

Protocolo 0034900186

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar 13 de Maio/PNAE da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Princesa Isabel, CNPJ nº **02.234.204/0001-12**, representado por seu presidente, Evanildo José Soares Rodrigues, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Compra direta/Licitação/Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Evanildo José Soares Rodrigues
Presidente do Conselho Escolar 13 de Maio

Protocolo 0037049651

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar 13 de Maio/PNAE da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Princesa Isabel**, CNPJ nº **02.234.204/0001-12**, representado por seu presidente, **Evanildo José Soares Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade:**Compra direta/Licitação/Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Gêneros Alimentícios
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Evanildo José Soares Rodrigues
Presidente do Conselho Escolar 13 de Maio

Protocolo 0037040635

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar 13 de Maio/PNAE da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Princesa Isabel, CNPJ nº **02.234.204/0001-12**, representado por seu presidente, Evanildo José Soares Rodrigues, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Compra direta/Licitação/Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Gêneros Alimentícios
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Evanildo José Soares Rodrigues
Presidente do Conselho Escolar 13 de Maio

Protocolo 0037040753

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Manutenção Condicionadores de Ar

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva

Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037051724

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051721

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Mobiliário em geral**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051727

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **equipamentos para processamento de dados**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051738

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051732

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE CONSUMO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051774

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira, no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051775

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051776

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051777

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira no Distrito 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL DE COPA E COZINHA

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051778

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: MATERIAL EDUCATIVO ESPORTIVO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051779

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051780

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051781

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da **E.E.E.F.M. Valdomiro Francisco de Oliveira**, do Distrito de 5º Bec, Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 09.269.949/0001-66, representado por sua presidente, **FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: BENS DE CAPITAL

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA LUCLÉSIA DE SÁ
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051782

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Manutenção Bens Imóveis.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037051743

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Manutenção Bens Imóveis.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037051809

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº 1**4.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de materiais de Limpeza e Produção de Higienização

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033727

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051769

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços Graficos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051783

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de processamento de dados**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051792

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de uso em atividades educativas, esportivas e pedagógicas**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051797

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material para manutenção de bens imóvel**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051802

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Mobiliario em geral**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051804

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**Material elétrico e eletrônico**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051807

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de bens imóveis**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051810

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Floriano Peixoto**, CNPJ nº **14.603.104/0001-03**, representado por seu presidente, **ADRIANA FÁTIMA MIGNONI**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Material Permanente: Equipamentos de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por contratar via Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ADRIANA FÁTIMA MIGNONI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037047840

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051815

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Material de limpeza e produção de higienização**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051820

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: material de manutenção de bens imóveis,

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051863

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037051882

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de processamento de dados**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051888

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Gás Engarrafado

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037051891

ADENDO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. MATO GROSSO,** CNPJ nº **01.304.225/0001-02,** representado por seu presidente, **MARINEIDE RODRIGUES,** da cidade de **MONTE NEGRO/RO**, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **566.410 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **593.081.332-91**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo PEALE-2023 -**CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051671

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2023/Conselho Escolar da E.E.E.F.M. SHIRLEI CERUTI.

PARTES: CONTRATANTE: UEX ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SHIRLEI CERUTI. e C O N T R A T A D AROSSI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. ME

.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Reforma Geral da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de R$ 138.284,10 (Cento e trinta e oito mil duzentos e oitenta e quatro reais e dez centavos), de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços. Os preços contratuais não serão reajustados

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais/bens correrão por conta dos recursos do PROAFI– ADICIONAL Fonte de Recurso: 0.1.12.000000

Programa de atividade: 12.368 2125 2393 239301 ; Elemento de Despesa: 33.90.39 do ano de 2023, As despesas do presente processo correrão por conta da Atividade abaixo detalhada**,** conforme Disponibilidade Orçamentária e Financeira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

exarada pela SEDUC PROCESSO 0029.130375/2022-07(0034794754).e correndo à conta da seguinte programação:R$ 138.284,10 (Cento e trinta e oito mil duzentos e oitenta e quatro reais e dez centavos), Programa/Atividade: 12.368 2125 2393 239301 , Fonte: 0.1.12.000000, Elemento de despesa 33.90.39, Licitação: Convite - Modalidade: - Global, conforme Nota de Empenho nº 2022NE008576 de 30/12/2022. (0034794754).

DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

PROCESSO Nº 0029.015146/2023-36.

ASSINAM: Rosilene dos Santos Mellero – Presidente UEXda E.E.E.F.M. Shirlei Ceruti e **Aleteia Michel Rossi,** inscrito CPF n° 747.043.972-20. Representante Legal daEmpresa

_____

ROSILENE DOS SANTOS MELLETO
PRESIDENTA DO CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. SHIRLEI CERUTI
CPF: 608.021.202-10
ALETEIA MICHEL ROSSI
REPRESENTANTE LEGAL DA ROSSI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. ME
CPF:747.043.972-20

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Protocolo 0037008226

Portaria nº 3905 de 30 de março de 2023

A presidente da Unidade Executora, Conselho Escolar da E. E. E. F. M. OLGA DELLAIA, CNPJ. 00.684.788/0001-00, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto:

Considerando a competência para a designar dos membros para compor as Comissões de Compras e Licitação e de Recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, alterado pela Lei nº 4.215, de 18 de dezembro de 2017.

Considerando que a constituição destas comissões é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro – **PROAFI,**

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de Compras e Licitação, como Membros, sob a Presidência do primeiro:

Marcia Alves Medeiros de Oliveira – Mat. 300023728;

Camila dos Anjos Dias – Mat. 300114026.

Sebastiana Roas Pereira – Mat. 300020920 – Suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaru/RO, 30 março de 2023.

ILZA RODRIGUES DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Matrícula 300018819

Protocolo 0037045643

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÁS ENGARRAFADO GLP.**

2 - **Manifestar a opção por Licitar/contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037046046

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA, CNPJ nº05.706.254/0001-43 , representado por seu presidente, SILVIANO RODRIGUES GUERRA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade:**Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Generos Alimetícios

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Llicitação] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SILVIANO RODRIGUES GUERRA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR CEEJA

Protocolo 0037051912

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **AQUISIÇÃO TONER E TINTAS PARA IMPRESSORAS** .
2 - **Manifestar a opção por licitar/contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037046610

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE .**
2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037046805

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA, CNPJ nº 05.706.254/0001-43representado por seu presidente, SILVIANO RODRIGUES GUERRA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade:**Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Generos Alimetícios

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Llicitação] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

SILVIANO RODRIGUES GUERRA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR CEEJA

Protocolo 0037051920

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO .**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037047895

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇODE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS .**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048002

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Gás Engarrafado

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037051922

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO
Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048174

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **SERVIÇOS GRÁFICOS.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048223

ADENDO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. MATO GROSSO,** CNPJ nº **01.304.225/0001-02,** representado por seu presidente, **MARINEIDE RODRIGUES,** da cidade de **MONTE NEGRO/RO**, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **566.410 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **593.081.332-91**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo PNAE-2023 -**CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051923

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048319

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048572

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Material Para Manutenção de Bens Móveis
2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051899

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES** , da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**
b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CONFORME O ELEMENTO 3.3.90.30 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.
2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050529

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR CORA CORALINA**, CNPJ nº **84.727.650/0001-23,** representado por seu presidente, **ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **523715 SSP/RO**, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: 654.494.602-87– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 14681/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:** CONTRATAÇÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, , CONFORME O ELEMENTO 4.4.90.52 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIDE MAGALHÃES RIBEIRO MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037051452

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **SERVIÇOS**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037051961

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS.**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037051949

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Materialde Expediente

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051981

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva

Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037051911

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051988

EXTRATO

EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 01/2023 Processo nº 0029.017205/2023-19

CONSELHO ESCOLAR EEEFM CESAR FREITAS CASSOL, CNPJ nº 11348633/0001-01, sito à Av. dos Imigrantes, S/N, Porto Velho/RO, Distrito de União Bandeirantes, CEP 76841-000, mediante a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3608 (0037032487), torna público para conhecimento dos interessados que na data de 10/04/2023 (Dez de março de dois mil e vinte três), no horário de 9:00 (nove horas), no local acima indicado fará realizar licitação na modalidade de CARTA CONVITE, do tipo menor preço global, conforme descrito no Edital e seus Anexos, para contratação de empresa especializada em serviços REFORMA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS , a ser realizada por este Conselho Escolar no dia 07 de abril de 2023, às 9:00 horas, no laboratório de informática da Escola EEFM. Cesar Freitas Cassol, Av. dos Imigrantes, S/N, Porto Velho/RO, Distrito de União Bandeirantes, CEP 76841-000, no valor máximo estimado de R$ 329.999,94 (trezentos e vinte nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos). O edital completo contendo todas as especificações e condições para participação deste certame poderá ser retirado na EEEFM CESAR FREITAS CASSOL, no endereço supra citado, no horário de 08:30 às 13:00 horas, de segunda à quinta – feira, ou solicitado através do e-mail escolacesarcassol@seduc.ro.gov.br. Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitação no endereço indicado acima ou no telefone nº (69) 99221-1405, no horário já citado.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

ANA MARIA SCHINWELSKI

Presidente da comissão de licitação

ARGEU BARROS

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051527

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Américo Brasiliense de Almeida e Melo - CEABRAM, CNPJ nº 00.692.193/0001-99, representado por seu presidente, WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS, INSTALAÇÕES, AMPLIAÇÕES, PINTURAS E CONSTRUÇÕES DE BENS IMÓVEIS**

2 - **Manifestar a opção por LICITAR/CONTRATAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WALDLEY DE CARVALHO TOLEDO

Presidente do Conselho Escolar - CEABRAM

Protocolo 0037048125

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037052018

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia** CNPJ nº 00.684.788/0001-00, representado por sua presidente, Ilza Rodrigues da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ilza Rodrigues da Silva
Conselho Escolar da E. E. E. F. M. Olga Dellaia

Protocolo 0037052006

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Gestor

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037052026

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037052040

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material Permanente**

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037052055

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037052062

ADENDO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. MATO GROSSO,** CNPJ nº **01.304.225/0001-02,** representado por seu presidente, **MARINEIDE RODRIGUES,** da cidade de **MONTE NEGRO/RO**, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **566.410 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **593.081.332-91**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo PROAFI REGULAR-2023 -**CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE OUTROSSERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA,CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39 (PESSOA JURÍDICA) ESEUS SUB ELEMENTOS DE DESPESA: CONFORME PORTARIA 448 DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. (05, 16, 17, 58, 63, 78).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037052075

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALBERTO NEPOMUCENO**, CNPJ nº **01.266.644/0001-99**, representado por seu presidente, **WELITON RAMOS GRACHET**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Weliton Ramos Grachet

Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037038439

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALBERTO NEPOMUCENO**, CNPJ nº **01.266.644/0001-99**, representado por seu presidente, **WELITON RAMOS GRACHET**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Weliton Ramos Grachet
Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037040448

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALBERTO NEPOMUCENO**, CNPJ nº **01.266.644/0001-99**, representado por seu presidente, **WELITON RAMOS GRACHET**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Weliton Ramos Grachet
Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037043527

Portaria nº 2020 de 07 de fevereiro de 2023

A Secretária de Estado da Educação, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, Art. 78 § 5º da Lei Complementar nº.680/2012, regulamentada pela Lei Complementar 867/2016 e nos termos do Processo nº.0029.131488/2022-11.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

Art.1º Tornar sem efeito os termos da Portaria nº 103 de 04 de janeiro de 2023 que designou a contar de **03/01/2023**, o (a) servidor(a) abaixo relacionado, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, para exercer a função de Diretor(a) das Escolas Estaduais da Secretaria de Estado da Educação/RO**.**

NOME DA ESCOLA	Tipologia	FUNÇÃO	SERVIDOR	MATRICULA	CARGO
CEEJA Profª. Nadir Aparecida Ferreira	1	Diretor (a)	VERA LUCIA ISSLER BOTONI	300100358	Professor Classe C

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0035671408

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.07 Gênero Alimentação do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE e PEALE Complemento.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052238

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: 3.3.90.30.07 Gênero Alimentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052254

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.17 Material de Processamento de Dados no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052260

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.04 Gás engarrafado no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052285

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.21 Material de Copa e Cozinha no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052263

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação.
b) Objeto: 3.3.90.30.22 Material de limpeza e produção de higienização no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva
Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052294

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação.
b) Objeto: 3.3.90.30.25 Material para manutenção de bens móveis no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva
Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052295

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.24 Material para manutenção de bens imóveis no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052299

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.28 Material de proteção e segurança no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037052303

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.26 Material elétrico e eletrônico no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052309

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.19 Material de Acondicionamento e embalagens no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva
Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052312

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.16 Material de Expediente no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva
Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052315

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.39.58 Serviço de telecomunicações no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052316

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.39.66 Serviço judiciário no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052369

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.39.16 Manutenção e conservação de bens e imóveis no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052374

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.39.17 Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052396

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Cecília Meireles , CNPJ nº 01.757.435/0001-48, representado por seu presidente, Marilda Ana de Melo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação PROAFI**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como; **Material de Expediente, Materiais para Manutenção de bens Imóveis, Gás Engarrafado, Material de LimpezaProdução de Higienização, Uniformes tecidos e aviamentos, Material Elétrico e Eletrônico, material de proteção e segurança,**

c) Objetivo: Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica como; **Manutenção e Conservação de Bens Móveis, Limpeza e Conservação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, Conservação de Bens Móveis de outras naturezas, Serviço de rede de internet cabeada e wifi,**

2 -Manifestar a opção por licitar ou contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARILDA ANA DE MELO
Presidente do Conselho

Protocolo 0037023669

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.39.95 Manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva
Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052406

TERMO ADITIVO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATOn. 001/2023 /PROAFI ADICIONAL , QUE CELEBRAM O CONSELHO ESCOLAR PAULO DE ASSIS RIBEIRO, E AEMPRESA ROSSI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Aos 28 dias do mês de março de dois mil e vinte três, a ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PAULO DE ASSIS RIBEIRO, neste momento representado pelo CONSELHO ESCOLAR PAULO DE ASSIS RIBEIRO,com sede Av. Paulo de Assis Ribeiro, 3843, Centro, Colorado do Oeste inscrito no CNPJ:84.568.385/0001-88, CEP 76993-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Presidente do CONSELHO ESCOLAR PAULO DE ASSIS RIBEIRO o Sr. Zalmir José Kretikouski, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Rogério Weber, 4385 - Bairro Santa Luzia, nesta cidade, inscrito no CPF Nº 088.880.138 RG Nº0 310.997 /SSP/RO e, de outro lado , a empresa: ROSSI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 33.254.322/0001-16, com sede naRua: Rua Quintino Cunha, nº 375, Sala A, Bairro Centro (S-01), município de Vilhena – RO com CEP 76.980-088, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por Aleteia Michel Rossi, portadora da habilitação nº 02408611697 DETRAN/RO, inscrito no CPF sob nº 747.043.972-20, com domicilio na Rua Avenida Barão do Rio Branco, nº 3589, Setor 1, quadra 46, lote 18, Vilhena- RO,tem justo e acordado o presente TERMO ADITIVO 002/2023 que se regerá ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.1 – De acordo com a planilha de aproveitamento de saldo ID (0036994240) houve um acréscimo no valor de **R$ 77.978,75** (**Setenta e sete mil e novecentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos**), havendo supressão da Planilha Anterior no valor de **RS 1.281,81 (Um mil duzentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos)** . Dessa forma os valores dos serviços contratados passam de **R$** 236.196,32 (duzentos e trinta e seis mil, cento e noventa e seis reais e trinta e dois centavos) conforme elencados no Contrato 001/2023/Proafi Adicional/EEEFMPAR para o valor total de **R$ 312.893,26 (trezentos e doze mil e oitocentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos)**, sendo feito o pagamento do aditivo no decorrer das medições.

1.2 - No valor pactuado estão inclusos quaisquer custos e despesas, tributos, taxas, contribuições e encargos de qualquer natureza que venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução do objeto, não podendo ser pleito de acréscimos a esse ou a qualquer título e não cabendo à proponente qualquer reclamação posterior, devendo os serviços respectivos ser fornecidos ao Conselho Escolar da EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO, sem ônus adicionais;

1.3 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços;

1.4 – O pagamento será efetuado mediante transferência Bancária pelo Gerenciador Financeiro do Conselho Escolar, em conta Corrente Jurídica da Empresa, fica condicionado o pagamentos das parcelas, da ultima parcela, e também do Aditivo descrito acima, tudo depois de recebidos, atestados e aprovados pela CONTRATANTE, sob a apresentação das devidas Certidões Negativas de Débitos para realização do pagamento, e através das verificações *in loco e o recebimento dos serviços pela equipe do* Setor de Engenharia da SEDUC/PORTO VELHO, sob nenhuma hipótese o valor mencionado será reajustado

1.5 - Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento será de 10 dias úteis após a sua reapresentação.

CLÁUSULA SEGUNDA: VALOR CONTRATUAL

Considerando a Planilha de Aproveitamento de Saldo e Reforço de Empenho; a autorização; Projeto de Aproveitamento de Saldo e Reforço de Empenho; Justificativa, as partes resolvem alterar o mencionado compromisso, para acrescentar o seguinte ao contrato :

Descrição do Termo Aditivo, relativas ao contrato 001/ 2023/ PROAFI ADICIONAL (R$ 314.954,92)	**VALORES (R$)**
VALOR INICIAL	236.196,32
VALOR DE ACRÉSCIMO	77.978,75
VALOR DE SUPRESSÃO	1.281,81
VALOR TOTAL DO SERVIÇOS	**312.893,26**

CLÁUSULA TERCEIRA: **- INALTERAÇÃO DAS CLAUSULAS CONTRATUAIS**

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as cláusulas e condições contratuais, naquilo que não vier a conflitar com este termo aditivo. E para a firmeza, como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado é lavrado o presente Termo Aditivo o qual depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a aprovação e execução.

Colorado do Oeste - RO, 28 de março de 2023.

Zalmir José Kretikouski

Presidente Conselho Escolar Paulo de Assis Ribeiro

Aleteia Michel Rossi

ROSSI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Protocolo 0036940359

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.52.42 Mobiliário em geral no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037052427

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Construindo o Saber da EEEFM Marechal Rondon , CNPJ nº 01.932.955/0001-40, representado por sua presidente, Dalva Alves da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Aquisição de Material para Manutenção de Bens Imóveis.

2 - Manifestar a opção por contratar via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVA ALVES DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047110

EXTRATO

EEEFM GOV. JORGE TEIXEIRADE OLIVEIRA

CONSELHO ESCOLAR NOVA ALIANÇA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2023/PNAE.

PARTES: CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR NOVA ALIANÇA DA ESCOLA EEEFM GOV. JORGE TEIXEIRADE OLIVEIRA E A CONTRATADA M.L. BEZERRA E CIALTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisições de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) da merenda escolar com Recursos do PNAE, PLANILHA COTAÇÃO DE PREÇO 02/2023, PROCESSO SEI 0029.001736/2023-81.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: o valor do presente contrato é de R$ 4.379,26 (Quatro mil reais, trezentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos). de acordo com os valores especificados no quadro comparativo 0036964678. Os preços contratuais não serão reajustados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais correrão por conta dos recursos do PNAE.

DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

PROCESSO Nº 0029.001736/2023-81 .

ASSINA: Lúcio Fernandes Rodrigues – Presidente do ConselhoEscolar Nova Aliança

Protocolo 0037003874

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Aquisição de Material de limpeza e produtos de higienização;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves

Presidente do Conselho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037050966

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037034315

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Liberdade União Trabalho Ação - LUTA, CNPJ nº 01.511.044/0001-49, representado por seu presidente, Dinalva Martins da Silva Armi, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente Processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação;

b) Objeto: Aquisição de material de consumo como: MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO, MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL PROC. DADOS, MATERIAL COPA COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA, UNIFORME, TECIDOS AVIAMENTOS E AFINS, MATERIAL MANUT. BENS IMÓVEIS, MATERIAL MANUT. BENS MÓVEIS, MATERIAL ELETRO ELETRÔNICO, GÁS ENGARRAFADO.

c) Objeto: Aquisição de Serviços de Terceiros: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, MANUTENÇÃO DE SOFTWARE, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS, SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, SERVIÇOS GRÁFICOS, SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS JUDICIÁRIOS(SERVIÇOS DE CARTÓRIOS).

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Dinalva Martins da Silva Armi
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037020985

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Liberdade União Trabalho Ação - LUTA, CNPJ nº 01.511.044/0001-49, representado por seu presidente, Dinalva Martins da Silva Armi, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente Processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação;

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios.

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Dinalva Martins da Silva Armi
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037025324

TERMO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de Material de expediente e papelaria;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037050989

TERMO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de peças de informática para manutenção de computadores;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037050998

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: **Aquisição de material de aviamentos;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051019

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Mobiliário em geral**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037051460

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Liberdade União Trabalho Ação - LUTA, CNPJ nº 01.511.044/0001-49, representado por seu presidente, Dinalva Martins da Silva Armi, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente Processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação;

b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios.

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Dinalva Martins da Silva Armi
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037024962

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de material de aviamentos;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051028

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2023/CONSELHO ESCOLAR DO I. E.E. MARECHAL RONDON.

PARTES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DO I.E.E. MARECHAL RONDON E CONTRATADA: EMPRESA URUPÁ DISTRIBUIDORA LTDA-ME, CNPJ: 26.351.705/0001-47.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de material de consumo (carga de Gás engarrafado - Recarga em Botija de 13 KG) em atendimento as necessidades do do Conselho Escolar pelo período de 120 (cento e vinte) dias, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos.

DO PREÇO: O valor total da contratação é de **R$ 2.700,00** (Dois mil, setecentos reais, para efetuar o pagamento dos bens/materiais referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pela CONTRATANTE. Sob nenhuma hipótese ovalor mencionado será reajustado.

DO PRAZO: A vigênciado **contrato** será de até 06 (seis) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com aquisição dos materiais de consumo são oriundos de transferências estaduais à conta exclusiva do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular, creditadas diretamente na conta nº 10.646-1 , agência 2757 - X,Banco do Brasil.

PROCESSO Nº: (0029.117514/2022-07).

ASSINAM: Vera Maria Valentim Ferreira e

Sonia Regina Salvador Forte

VERA MARIA VALENTIM FERREIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR DO I.E.E. MARECHAL RONDON

Protocolo 0037050400

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de material gráfico e identidade visual;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051045

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de material de copa e cozinha;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves

Presidente do Conselho

Protocolo 0037051072

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de material de manutenção para pequenos reparos;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051075

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Limpeza e Produção de Higienização.

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037013345

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de material de mola para porta hidráulica;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051078

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de recarga de extintores;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051083

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de Persianas e varões de cortina;**

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves

Presidente do Conselho

Protocolo 0037051087

ADENDO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. MATO GROSSO,** CNPJ nº **01.304.225/0001-02,** representado por seu presidente, **MARINEIDE RODRIGUES,** da cidade de **MONTE NEGRO/RO**, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **566.410 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **593.081.332-91**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo PROAFI REGULAR-2023 -**CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO**

b) **Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE OUTROSSERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA,CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39 (PESSOA JURÍDICA) ESEUS SUB ELEMENTOS DE DESPESA: CONFORME PORTARIA 448 DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. (16,78).**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037052725

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**
b) Objeto: Contratação de Empresa especializada em Instalação e Manutenção de Condicionadores de ar;
2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051090

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: **Aparelhos e Utensílios domésticos.**
2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037052840

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada em instalação de lousas de vidro;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cacoal, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051103

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Serviços Manutenção e Conservação de bens imóveis (Pintura da Escola).

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037010541

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada em manutenção e pequenos reparos prediais;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cacoal, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves

Presidente do Conselho

Protocolo 0037051108

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Contratação de Empresa prestadora de Serviço Contábil;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cacoal, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051114

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: **Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos.**

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037013373

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada em Dedetização e Desratização;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cacoal, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051119

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, considerando a Solicitação de Compra - Contratação de Serviços (0035224554), o Memorando nº 10/2023/SEDUC-GAB (0035224516), o Projeto Básico (0036608928), a Autorização para Realização da Despesa (0035225226), o Despacho SEDUC-ATC (0036972196), e demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 0029.002874/2023-88, tendo por objeto a Contratação do pagamento da anuidade do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED - Exercício Financeiro 2023, por meio do presente expediente **RATIFICO** a hipótese de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a despesa no valor de **R$ 104.643,02 (cento e quatro mil seiscentos e quarenta e três reais e dois centavos)**, em favor da CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CONSED, inscrita no CNPJ nº 02.705.176/0001-74.

Porto Velho, data e hora do sistema.

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretaria de Estado da Educação

Protocolo 0037016327

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada em instalação e Manutenção de Som e Data Show;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cacoal, 30 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051130

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: **Material educativo e esportivo.**

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037025427

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Contratação de Empresa para realização de Pintura Artística;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051139

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Contratação de serviços de acondicionamento, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves
Presidente do Conselho

Protocolo 0037051148

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços Gráficos.

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053055

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR AÍDA FÍBIGER DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 05.706.049/0001-88, representado por seu presidente, Lucilene Gonçalves, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Aquisição de Generos alimentícios para merenda escolar;

2 - **Manifestar a opção por: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cacoal, 30 de março de 2023.

Lucilene Gonçalves

Presidente do Conselho

Protocolo 0037051165

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: **Material de Processamento de Dados.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037025242

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Despesas de Teleprocessamentos.

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050674

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Dispensa de Licitação**
Objeto: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo PROAFI REGULAR
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035426

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação.
b) Objeto: Material de processamento de dado; Material de expediente.
2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037028256

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Objeto: 3.3.90.39 – Serviços Terceiros pessoa Jurídica - PROAFI REGULAR

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035526

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Objeto: 4.4.90.52 – Material Permanente - PROAFI REGULAR

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que

serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035792

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Objeto: 3.3.90.36 – Serv. Terc. P. Física - PROAFI REGULAR

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escola

Protocolo 0037035928

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: **Serviços de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.**

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053177

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Carta Convite**

Objeto: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo PROAFI REGULAR

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037188

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050755

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Carta Convite**

Objeto: 3.3.90.39 – Serviços Terceiros Pessoa Jurídica PROAFI REGULAR

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037282

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Carta Convite**

Objeto: 4.4.90.52 – Material Permanente PROAFI REGULAR
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037486

EXTRATO

DO CONTRATO Nº 04/2022
PROAFI

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA

CONTRATADA: **ESMARILDO DA SILVA BATISTA**

CNPJ/MF Nº 49.841.967/0001-95

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de **serviços de formatação de computadores** em atendimento as necessidades do Conselho Escolar,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.000473/2023-93, que deu origemA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2023, homologada pela autoridade competente, regido pelo art. 24,II da lei nº 8.666/1993.

VALOR: R$ 2.040,00

PROCESSO: 0029.000473/2023-93

ASSINAM:

RODRIGO NETO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Escolar Elvandas Maria de Siqueira

E.E.E.F.M. Profª Elvandas Maria de Siqueira

ESMARILDO DA SILVA BATISTA

Representante da empresa

Protocolo 0037011578

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação, torna público aos interessados, com base nos termos da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que instituiu o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, e considerando o Parecer nº 137/2021/CGE-GPC (0020168408), Análise nº 143/2021/SEDUC-NPCPAFE (0018215199) e o Parecer Conclusivo nº 64/2023/SEDUC-NPCPAFE (0035318697), **APROVA e HOMOLOGA**, as despesas do repasse financeiro de acordo com a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Prestação de Conta, oriunda da UEX- Conselho Escolar da EEEFM RICARDO CANTANHEDE da Rede Pública Estadual, localizado no município de Ariquemes, Jurisdição da CRE de Ariquemes conforme abaixo. Após homologação e baixa os autos serão encerrados nesta unidade, à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO e Ministério Público do Estado - MPE, no prazo legal.

Município	Unidade Executora	CNPJ	Ano	Processo		Valor (R$)
				Concessão	Prestação de Conta	
Ariquemes	Conselho Escolar da EEEFM Ricardo Cantanhede	84.727.734/ 0001-67	2019	0029.003791/ 2019-20	0029.307351/ 2019-49	136.998,51

Porto Velho, 27 de fevereiro de 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036107705

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Processamentos de Dados.

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050657

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de expediente.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

Protocolo 0037037257

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: **Materiais de Copa e Cozinha.**

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037025267

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação, torna público aos interessados, com base nos termos da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que instituiu o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, e considerando o Parecer nº 1916/2021/SEDUC-CI (0022815403), a Análise nº 326/2021/SEDUC-NPCPAFE (0021990686) e o Parecer Conclusivo nº 74/2023/SEDUC-NPCPAFE (0035373012), **APROVA e HOMOLOGA**, as despesas do repasse financeiro de acordo com a Prestação de Conta, oriunda da UEX- Conselho Escolar União da EEEF NILTON OLIVEIRA DE ARAÚJO da Rede Pública Estadual, localizado no município de Jaru, Jurisdição da CRE de Jaru conforme abaixo. Após homologação e baixa os autos serão encerrados nesta unidade, à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO e Ministério Público do Estado - MPE, no prazo legal.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Município	Unidade Executora	CNPJ	Ano	Processo		Valor (R$)
				Concessão	Prestação de Conta	
Jaru	Conselho Escolar União da EEEF Nilton Oliveira de Araújo	84.651.462/ 0001-69	2019	0029.009143/ 2019-87	0029.228077/ 2019-42	42.373,74

Porto Velho, 27 de fevereiro de 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036105065

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Materiais de copa e cozinha.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 30 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037037729

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de limpeza e produção de higienização.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038065

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material Laboratorial para Aulas de Ciências.

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050637

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Materiais elétricos e eletrônico.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038352

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material para utilização em gráfica.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038574

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Sinalização Visual e afins.

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050618

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material para Manutenção de Bens Móveis.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038809

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Objeto: 33.90.30.65 - Gêneros Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037030272

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material para manutenção de bens imóveis.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037038986

TERMO
DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Carta Convite**

Objeto: 33.90.30.65 - Gêneros Alimentícios - PEALE

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037032488

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção de Software

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050594

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Uniformes Tecidos e aviamentos.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039167

EXTRATO

DO CONTRATO Nº 01/2023.
PEALE
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA PROFESSORA ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA
CONTRATADA: RANGEL COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ/MF n.º 04.454.438/0001-09.
OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios de forma direta em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 5 (cinco) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.016508/2023-14**,** que deu origem a compra direta, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.
R$ 3.824,05 (Três mil oitocentos e vinte e quatro reais e cinco centavos).
.
PROCESSO: 0029.016508/2023-14
VIGÊNCIA: 05/MESES
DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Buritis, 30 de março de 2023.

_____
Hérica Trindade Rangel
Representante/Contratada
Rangel Comercio de Gêneros Alimentícios Ltda

_____
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente Conselho Escolar Elvandas Maria de Siqueira

Protocolo 0037050352

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Bens Móveis de outras Naturezas

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050358

ADENDO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. MATO GROSSO,** CNPJ nº **01.304.225/0001-02,** representado por seu presidente, **MARINEIDE RODRIGUES,** da cidade de **MONTE NEGRO/RO**, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **566.410 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **593.081.332-91**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo PROAFI Adicional --2023 -**CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) **Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.30 (MATERIAIS DE CONSUMO)ESEUS SUB ELEMENTOS DE DESPESA: CONFORME PORTARIA 448 DE 13 DE**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

SETEMBRO DE 2002. (26).

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053060

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR PAZ E AMOR , CNPJ nº 00.894.649/00001-01, representado por suapresidente, JANAÍNA DAS GRAÇAS SOUSA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANAÍNA DAS GRAÇAS SOUSA

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037044532

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de Processamento de Dados.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039294

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Expediente

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050219

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Mobiliário em Geral
2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050262

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação.
b) Objeto: Ferramentas.
2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039548

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamentos e Material Permanente

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050323

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de Proteção, Segurança e afins.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039766

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Limpeza e Conservação

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036545

EXTRATO

DO CONTRATO Nº 02/2023.
PEALE
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA PROFESSORA ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA
CONTRATADA: F L GUIMARAES PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ: 20.606.897/0001-09

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios de forma direta em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 5 (cinco) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.016508/2023-14**,** que deu origem a compra direta, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

R$ 5.369,69 (Cinco mil trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos).
PROCESSO: 0029.016508/2023-14
VIGÊNCIA: 05/MESES
DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023
Buritis, 30 de março de 2023.

_____
Ademar Carlos Lima
Representante / Contratada
F L Guimaraes Produtos Alimentícios LTDA

_____
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente Conselho Escolar Elvandas Maria de Siqueira

Protocolo 0037050650

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material Educativo e Esportivo.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039952

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material de Acondicionamento e embalagem.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037040349

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material Elétrico e Eletrônico

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036383

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material para Áudio, vídeo e foto.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037040660

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Material Laboratorial.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037040836

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO,representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Objeto: 33.90.30.61 - Gêneros Alimentícios - PNAE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção porcontratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037033417

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Dr. Lourenço Pereira Lima, CNPJ nº 84.651.520/0001-54, representado por seu presidente, Rosângela Aparecida Calderari, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de expediente; Equipamentos de processamento de dados; Material de processamento de dados; Outros materiais de consumo.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosângela Aparecida Calderari

Presidente do Conselho Escolar EEEF Dr. Lourenço Pereira Lima

Protocolo 0037052963

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Carta Convite**
Objeto: 33.90.30.61 - Gêneros Alimentícios - PNAE
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037034013

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Material de Proteção e Segurança
2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037036155

EXTRATO

DO CONTRATO Nº 01/2023.
PNAE
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA PROFESSORA ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CONTRATADA: RANGEL COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ/MF n.º 04.454.438/0001-09.
OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios de forma direta em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 5 (cinco) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.015298/2023-39**,** que deu origem a compra direta, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.
R$ 18.807,90 (dezoito mil oitocentos e sete reais e noventa centavos).
PROCESSO: 0029.015298/2023-39
VIGÊNCIA: 05/MESES
DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023
Buritis, 30 de março de 2023.

_____
Hérica Trindade Rangel
Representante/Contratada
Rangel Comercio de Gêneros Alimentícios Ltda

_____
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente Conselho Escolar Elvandas Maria de Siqueira

Protocolo 0037050205

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços Gráficos

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035884

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar EEEF Dr. Lourenço Pereira Lima, CNPJ nº 84.651.520/0001-54, representado por seu presidente, Rosângela Aparecida Calderari, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de expediente; Equipamentos de processamento de dados; Material de processamento de dados; Outros materiais de consumo.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosângela Aparecida Calderari

Presidente do Conselho Escolar EEEF Dr. Lourenço Pereira Lima

Protocolo 0037053637

EXTRATO

DO CONTRATO Nº 02/2023.

PNAE

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA PROFESSORA ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA

CONTRATADA: F L GUIMARAES PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ: 20.606.897/0001-09

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios de forma direta em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 5 (cinco) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.015298/2023-39**,** que deu origem a compra direta, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 23.684,43 (Vinte e três mil seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

PROCESSO: 0029.015298/2023-39

VIGÊNCIA: 05/MESES

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023

Buritis, 30 de março de 2023.

_____

Ademar Carlos Lima

Representante / Contratada

F L Guimaraes Produtos Alimentícios LTDA

_____

Rodrigo Neto dos Santos

Presidente Conselho Escolar Elvandas Maria de Siqueira

Protocolo 0037050543

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035578

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Objeto: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo PROAFI ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049011

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Santos portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Dispensa de Licitação**
Objeto: 3.3.90.39 – Serviços Terceiros pessoa Jurídica - PROAFI ADICIONAL
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049052

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Dispensa de Licitação**
Objeto: 4.4.90.52 – Material Permanente - PROAFI ADICIONAL
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049079

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Carta Convite**

Objeto: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo PROAFI ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049110

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:

Modalidade: **Carta Convite**

Objeto: 3.3.90.39 – Serviços Terceiros Pessoa Jurídica PROAFI ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049206

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Carta Convite**

Objeto: 4.4.90.52 – Material Permanente PROAFI ADICIONAL

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037049339

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **648470 SSP/RO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Dispensa de Licitação**
Objeto: 3.3.90.30.66 – Materiais de Consumo - EXCELENCIA
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039273

TERMO
DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira**, **CNPJ Nº 03.149.579/0001-47** da cidade Buritis/RO, representado por seu presidente, **Rodrigo Neto dos Santos** portador da Cédula de Identidade RG sob o número: 648470 SSP/RO**,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **703.605.022-53**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de assim identificado:
Modalidade: **Dispensa de Licitação**

Objeto: 4.4.9.0.52.13 – Material Permanente - EXCELENCIA
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
Rodrigo Neto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037040277

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS COMERCIO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037053847

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054012

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE POLPAS DE FRUTAS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054105

ADENDO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. MATO GROSSO,** CNPJ nº **01.304.225/0001-02,** representado por seu presidente, **MARINEIDE RODRIGUES,** da cidade de **MONTE NEGRO/RO**, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **566.410 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **593.081.332-91**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo PROAFIADICIONAL-2023 -**CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO**

b) **Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE OUTROSSERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA,CONFORME A ELEMENTO 3.3.90.39 (PESSOA JURÍDICA) ESEUS SUB ELEMENTOS DE DESPESA: CONFORME PORTARIA 448 DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. (16,78).**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037054259

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO/PROAFI/2023

Pelo presente, o Conselho Escolar Unidos Pela Educação , CNPJ nº 01.335.848/0001-34, representado por sua presidente, Vanira Rodrigues Pedro, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e:

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objetos: Serv. Terc. P. Jurídica: 33.90.39

39.14 Manutenção e conservação de bens imóveis;

39.17 Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas;

39.48 Serviços gráficos;

39.71 Manutenção conservação de equipamentos de processamento de dados;

39.74 Outros serviços de terceiros.

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Urupá, 30/03/2023

VANIRARODRIGUES PEDRO

Diretora e Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039705

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Jovem Gonçalves Vilela, CNPJ nº 08.098.499/0001-23, representado por seu presidente, TATIANA DE OLIVEIRA VONO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação
b) Objeto: Material de expediente; Material educativo esportivo; Material de processamento de dados; Material Químico; Material de Higienização Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, Material de Laboratório; Outros Materiais de Consumo.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

TATIANA DE OLIVEIRA VONO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037049446

EXTRATO

1. EXTRATO: Contrato/01/ACEOP/ALV/2023 **2. CONTRANTE:** Conselho Escolar Ordem e Progresso **3. CONTRATADA: J C F RIBEIRO ENGENHARIA LTDA - EPP**, CNPJ/MF Nº: 21.765.570/0001-42, **4. OBJETO:** Contratação de uma empresa para: CONCLUSÃO DA CONTRUÇÃO BIBLIOTECA ESCOLAR, localizada no município de Alvorada do Oeste - RO. **5. VALOR:** R$ **106.726,066. DESPESA:**Programa de Trabalho: 12.368.2125.2393 - Fonte de Recurso: 0112 - Natureza da Despesa: 44.50.51.1 **7. PROCESSO:** 0029.214577/2021-11 **8. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Carta Convite/01/2023 **9. PRAZO DE EXECUÇÃO**: 60 dias **10. VIGÊNCIA CONTRATUAL:** Prazo de 90 dias, a contar da data de recebimento da ordem de serviços. **11. DATA DA ASSINATURA:** 29/03/2023.

ASSINAM:

Irene Moreira Alcantara/ Presidente do Conselho

Jennifer Cosmo França Ribeiro/Contratada

Protocolo 0037054063

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE PESCADO**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054449

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054610

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Paulo Freire**, CNPJ nº 01.150.668/0001-88, representado por sua presidente, Cássia Cristina da Rocha Machado, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de Consumo - Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cássia Cristina da Rocha Machado

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037029461

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS COMERCIO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054687

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **DERIVADOS DE LEITE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054781

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037053899

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2023

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SÃO FRANCISCO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CONTRATADA: C J JOB-ME, CNPJ/MF Nº 24.572.092/0001-42

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da E.E.E.F. São Francisco pelo período de 3 (três) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.016447/2023-87, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 992,51 (novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos)

PROCESSO : 0029.016447/2023-87

VIGÊNCIA: 03 meses

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2023

ASSINAM:

DEUZENIR FERREIRA/ Presidente do Conselho Escolar

C J JOB-ME/ Contratada

Protocolo 0037009197

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2023

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SÃO FRANCISCO

CONTRATADA: JEEDA SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ/MF Nº 19.269.250/0001-50

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da E.E.E.F. São Francisco pelo período de 3 (três) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.016447/2023-87, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 39,19 (trinta e nove reais, trinta e seis centavos)

PROCESSO : 0029.016447/2023-87

VIGÊNCIA: 03 meses

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2023

ASSINAM:

DEUZENIR FERREIRA/ Presidente do Conselho Escolar

JEEDA SERVIÇOS LTDA-ME / Contratada

Protocolo 0037009215

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2023

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F. SÃO FRANCISCO

CONTRATADA: SUPERMERCADO SANCHES LTDA , CNPJ/MF Nº 34.750.281/0001-11

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da E.E.E.F. São Francisco pelo período de 3 (três) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.016447/2023-87, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 1.182,30(um mil, cento e oitenta e dois reais, trinta centavos)

PROCESSO : 0029.006597/2023-82

VIGÊNCIA: 03 meses

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ASSINAM:

DEUZENIR FERREIRA/ Presidente do Conselho Escolar

SUPERMERCADO SANCHES LTDA-EPP / Contratada

Protocolo 0037009230

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Telecomunicações

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037035422

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **DERIVADOS DE LEITE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055171

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Copa e Cozinha

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055435

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO JOSE SEVERINO DOS SANTOS, CNPJ nº 84.650.852+0001-14, representado por seu presidente, Antonio Lima Muraro Vidal, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: **material de expediente; material para manutenção de bens imóveis; material educativo e esportivo; materiais elétrico/eletrônico; material de copa e cozinha; material para manutenção de bens móveis; material uniformes, tecidos e aviamentos; material de processamento de dados; gás engarrafado; material de limpeza e produção de higienização;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Antonio Lima Muraro Vidal
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037049332

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de Telecomunicações

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047371

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar do CEEJA Paulo Freire, CNPJ nº 84.736.727/0001-21, representado por seu presidente, Marisa Rosane Barioni, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **POLPAS DE FRUTAS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marisa Rosane Barioni
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055526

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO JOSE SEVERINO DOS SANTOS, CNPJ nº 84.650.852+0001-14, representado por seu presidente, Antonio Lima Muraro Vidal, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; serviços de telecomunicações; serviços de processamento de dados; serviços técnicos profissionais; manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas; manutenção e conservação de bens imóveis; manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; serviços gráfico; manutenção de software; manutenção, conservação de equipamentos de processamento de dados; aquisição de softwares de aplicação; limpeza e conservação;**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Antonio Lima Muraro Vidal
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037049723

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037030391

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços Técnicos Profissionais.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047619

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Bens Móveis de outras natureza.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047742

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços Gráficos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047815

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO JOSE SEVERINO DOS SANTOS, CNPJ nº 84.650.852+0001-14, representado por seu presidente, Antonio Lima Muraro Vidal, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto:**MATERIAL DE CONSUMO - Aquisição de gêneros alimentícios**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Antonio Lima Muraro Vidal

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037050992

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO JOSE SEVERINO DOS SANTOS, CNPJ nº 84.650.852+0001-14, representado por seu presidente, Antonio Lima Muraro Vidal, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto:**MATERIAL DE CONSUMO - Aquisição de gêneros alimentícios**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Antonio Lima Muraro Vidal
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037051104

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Castro Alves**, CNPJ nº **15.892367/0001-34**, representado por sua presidente, **Janete Gonçalves Pereira**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Expediente

2 - **Manifestar a opção por via dispensaa por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANETE GONÇALVES PEREIRA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055881

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93;

b) Objeto: **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso** IV **da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**
Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037055484

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023
(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

O Presidente da Unidade Executora: Conselho Escolar da EEEMTI HEITOR VILLA-LOBOS, CNPJ n 84.727.692/0001-64 em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pelo decreto de 21 de setembro de 2015, publicada no DIOF nº 2788, de 23 de setembro de 2015, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da empresa **MAX CLEAN IND COM PROD LIMPEZA LTDA ME** CNPJ Nº: **07.436.392/0001-85**, para aquisição/ execução de **PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO** no elemento de despesa **34.90.30 MATERIAL DE CONSUMO** no valor total estimado de R$ **R$2.635,26 (DOIS MIL SEICENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS**), para atender a EEEMTI HEITOR VILLA-LOBOS

Ariquemes, RO 28/03/2023

_____

PATRICIA PIRES CHERQUE

Diretora/Presidente

Protocolo 0037055968

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037025311

TERMO

INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PAULO FREIRE**, CNPJ nº 84.560.150/0001-40, representado por seu presidente, Oracira Godinho Augusto, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação ou Carta Convite]**

b) Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS e CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (elementos 30.9030 - **Material de Consumo**; 30.90.39 -**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica** e44.90.52-**Equipamentos e Material Permanente**) através do Programa PDDE EDUCAÇÃO BASICA E PROGRAMAS AGREGADOS. (PDDE ESTRUTURA, PDDE QUALIDADEDESEMPENHO).

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

OARACIRA GODINHO AUGUSTO

PRES. C.E. PAULO FREIRE

Protocolo 0037055304

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2023
(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Marechal Rondon, CNPJ nº. **15.893.217/0001- 45**, Unidade Executora da EEEMTI MARECHAL RONDON, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 103, publicada no DIOF nº 13807, de 06 de janeiro de 2023, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, das empresa: E**STESOL COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA,** CNPJ: **08.764.791/0001-38**, no valor estimado de R$ 6.250,00(seis mil duzentos e cinquenta reais) a serem gastos em produtos de Material de Expediente: Toner para Impressora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Vilhena, 30 de Março de 2023.

_____
FLÁVIO ANTONIO DA GRAÇA
Presidente do Conselho Escolar
Port. 103/2023/SEDUC

Protocolo 0037038976

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Álvares de Azevedo, CNPJ nº 15.893.498/0001-36, representado por seu presidente,Cláudia Regina da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo e serviços comuns.

2 - **Manifestar a opção por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cláudia Regina da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037053272

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: **M**aterial elétrico e eletrônico

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037056245

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037025351

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Materiais para Manutenção de Bens Imóveis.

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037025380

TERMO

PNAE

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M Presidente Tancredo de Almeida Neves**, CNPJ nº 00.722.137/0001-50, representado por seu presidente, Valnide Silva Meireles, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar no Valor Estimativo Total R$ 56.122,00

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

Valnide SilvaMeireles

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037053552

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Álvares de Azevedo, CNPJ nº 15.893.498/0001-36, representado por seu presidente,Cláudia Regina da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar.
2 - **Manifestar a opção por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cláudia Regina da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055675

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar CEEJA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, CNPJ nº 00.697.494/0001-05, representado por seu presidente, Gerson Zimolong, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação / Carta Convite
b) Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios.
2 - Manifestar a opção por: licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gerson Zimolong
Presidente
Conselho Escolar
CEEJA TANCREDO DE ALMEIDANEVES

Protocolo 0037047257

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar CEEJA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, CNPJ nº 00.697.494/0001-05, representado por seu presidente, Gerson Zimolong, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação / Carta Convite

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

2 - Manifestar a opção por: licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gerson Zimolong
Presidente
Conselho Escolar
CEEJA TANCREDO DE ALMEIDANEVES

Protocolo 0037046892

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº01.547.731/0001-14 , representado por sua presidente, GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: 04-Gás engarrafado; 14- Material Educativo e Esportivo; 16- Material de Expediente; 17- Material de processamento de dados: toners e cartuchos de tinta; 21- Material de copa e cozinha: artigos de vidro e plásticos, coadores, colheres, copos, facas, garfos, panelas, panos de cozinha, pratos etc. 22- Material de limpeza e produção de Higienização; 24- Material para manutenção de bens imóveis; 26- Material elétrico e eletrônico; 99- Outros materiais de consumo não classificados nos itens anteriores.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS
Presidente do Conselho /Gestora

Protocolo 0037045788

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS,CNPJ nº 01.547.731/0001-14 , representado por sua presidente, GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.36

b) Objeto: 22- Manutenção e conservação de Bens imóveis: pedreiro, pintura, reparos; 25- Serviços de limpeza e conservação: dedetização, faxina e afins.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS
Presidente do Conselho/Gestora

Protocolo 0037046037

Portaria nº 3650 de 29 de março de 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71, da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no artigo 67, da Lei Federal nº 8666/93

R E S O L V E:

Art. 1º Designar substituição dos servidores Gabriel Anderson Malta de Souza (Matrícula 300121996) e Ruden Russelakiz de Oliveira Júnior (Matrícula 300177830)**,** Jomara Lopes Cabral (Matrícula 300162071) pelo servidores Paulo Antonio Araujo da Silva (Matrícula 300113818)**,** Jomara Lopes Cabral (Matrícula 300162071) e Barbara Ellen Andrade Moreira (matricula 300178092) lotados na Assessoria Técnica de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação, para **compor a comissão de recebimento e certificação das notas fiscais referentes a prestação de serviços** de Agenciamento de Viagens Terrestres, para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC-RO, realizado pelaEmpresa RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI - EPP, CNPJ: º 10.886.827/0001- 06 , pertencente ao Processo Administrativo: 0029.004815/2023-44.

Art. 2º Compete ao fiscal, emitir relatório de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela referida empresa no período de realização do evento, por meio de anotações e registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroativamente a contar de07 de março de 2023

Art. 3º Esta Portaria revoga aPortaria 2396 (0035847304), publicada em 07/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho,29 de Marçode 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036989912

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.547.731/0001-14,representado por sua presidente, GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: 5- Serviços Técnicos Profissionais: Contador; 17- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos: impressoras eletrodomésticos; 66- Serviços Judiciários: cartório; 78- Limpeza e Conservação: manutenção de aparelhos de ar condicionado; 95- Manutenção conservação de equipamento de dados- hardware: computador; 97- Serviço de Teleprocessamento de Dados: internet; 99- Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, não classificados nos itens anteriores.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS

Presidente do Conselho/Gestora

Protocolo 0037046150

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ N° 01.547.731/0001-14, representado por sua presidente, GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- elemento 3.3.90.52**

b) Objeto:12- Aparelhos e utensílios domésticos: escada portátil- para uso na troca de lâmpadas, cortinas; liquidificador de 2Lts: pois temos aluno com necessidade alimentar especial e precisamos fazer merenda diferenciada e o liquidificado que temos é industrial; máquina de lavar roupa: para lava cortinas, uniformes de futsal, toalhas de mesa de rosto; 40- Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários: roçadeira, pois a escola possui uma área de 7.867,56 m^2

de área gramada.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS
Presidente do Conselho Escolar/Gestora

Protocolo 0037046833

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar da Escola Graciliano RamosCNPJ nº 01.234.951/0001-98, representado por seu presidente, Rosecler Alves Santos , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisições de Materiais Pedagógicosatravés do Programa Excelência.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosecler Alves Santos
Presidente do Conselho

Protocolo 0037056920

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.547.731/0001-14, representado por sua presidente, GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: Gênero Alimentício

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS

Presidente do Conselho/ Gestora

Protocolo 0037047744

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar da Escola Graciliano RamosCNPJ nº 01.234.951/0001-98, representado por seu presidente, Rosecler Alves Santos , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisições de Material de Permanenteatravés do Programa Excelência.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosecler Alves Santos

Presidente do Conselho

Protocolo 0037056688

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar CEEJA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, CNPJ nº 00.697.494/0001-05, representado por seu presidente, Gerson Zimolong, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação / Carta Convite

b) Objeto: material de consumo aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, gás engarrafado, bilhete de passagem; outros serviços de terceiros – pessoa física, manutenção e conservação de bens e imóveis; outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, serviços técnicos profissionais, despesas de teleprocessamento, manutenção de software, manutenção e conservação de bens e imóveis, manutenção de bens móveis, manutenção e conservação de equipamentos, serviços de limpeza e conservação.

2 - Manifestar a opção por: licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gerson Zimolong
Presidente
Conselho Escolar
CEEJA TANCREDO DE ALMEIDANEVES

Protocolo 0037045753

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.547.731/0001-14, representado por sua presidente, GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: Gêneros Alimentícios

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GLEICE VÂNIA CUSINATO SANTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho/ Gestora

Protocolo 0037047999

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
(ART. 24, II, DA LEI Nº 8.666/1993)

O Presidente da Unidade Executora do Conselho Escolar **EDELAINE DA COSTA CRUZ**, CNPJ n. 06.955.422/0001-05, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pelo decreto de 21 de setembro de 2015, publicada no DIOF nº 2788, de 23 de setembro de 2015, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da empresa **A.S. DE AGUIAR COM. E REFRIGERAÇÃO, CNPJ 14.600.432/0001-48,** para efetuar serviço de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos,no elemento de despesa 33.90.39.17, referente a manutenção corretiva de bens móveis, no valor total de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), paraatender a E.E.E.F.M. Marcilene Carvalho Ricardo.

São Francisco do Guaporé-RO, 30 de marçode 2023.

Divina Marta Pedra dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037022696

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Manutenção e conservação de Bens Imóveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047854

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamento.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037047961

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Manutenção conservação de equipamentos de processamento de dados.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048158

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.002770/2023-73

VALOR: R$4.895,00 (quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ELENICE CRISTINA DA ROCHA e NÚRIA SAGUÉ LOPEZ com base no Parecer 387 (0036006694) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 24 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036865345

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.30.21 Material de Copa e Cozinha no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037057666

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Capital -Material permanente.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037031782

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Locação de Softwares.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048213

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Custeio -Material de Consumo .

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037031686

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Capital -Material permanente.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037031201

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Custeio -Material de Consumo .

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037031007

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Capital -Material permanente.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037030910

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Custeio -Material de Consumo .

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037030632

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Custeio -Material de Consumo .

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037030379

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI**, CNPJ nº **00.667.270/0001-50**, representado por seu presidente, **Adelson Pereira Rodrigues**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4; Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB; RESOLVE: 1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Capital -Material permanente.

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Adelson Pereira Rodrigues

Presidente do Conselho Escolar do

Colégio Tiradentes da Policia Militar - CTPM VI

Protocolo 0037029589

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEF Padre Mário Castagna, CNPJ: 00.700.441/0001-04, representado por seu presidente, Francisco Tadeu Reis de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa de Licitação/ COMPRA EMERGENCIAL
b) Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS / **33.50.30**
2 - **Manifestar a opção por Contratar** nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

FRANCISCO TADEU REIS DE SOUZA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretor
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054743

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XX/2023
(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

O Presidente da Unidade Executora Conselho Escolar PADRE MÁRIO CASTAGNA, CNPJ 00.700.760/0001-01, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via **Modalidade Contratação Emergencial -** dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações e Memorando nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) disponibilizado através do processo SEI nº 0029.000710/2023-16, com a empresa M DOS BRAGA EIRELI, CNPJ 21.921.760/0001-01, para**Aquisição de gêneros alimentícios integrantes da Alimentação Escolar** no âmbito do PNAE e PEALE, no valor total estimado de R$ 3.851,20 **(três mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)**, paraatender a escola EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA.

PORTO VELHO, 13 de fevereiro de 2023.

Francisco Tadeu Reis de Souza

Presidente do Conselho Escolar Padre Mário Castagna

EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA

Protocolo 0036869149

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XX/2023
(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

O Presidente da Unidade Executora Conselho Escolar PADRE MÁRIO CASTAGNA, CNPJ 00.700.760/0001-01, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via **Modalidade Contratação Emergencial -** dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações e Memorando nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) disponibilizado através do processo SEI nº 0029.000710/2023-16, com a empresa dD. G. COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO DE ALIMENTOS - EPP, CNPJ 05.082.751/0001-18, para**Aquisição de gêneros alimentícios integrantes da Alimentação Escolar** no âmbito do PNAE e PEALE, no valor total estimado de R$ 4.252,50 **(quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)**, paraatender a escola EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA.

PORTO VELHO, 13 de fevereiro de 2023.

Francisco Tadeu Reis de Souza

Presidente do Conselho Escolar Padre Mário Castagna

EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA

Protocolo 0036869674

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048237

TERMO

Digite aqui o texto...

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Limpeza e Conservação.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048289

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR EMANUEL OSVALDO DE OLIVEIRA, CNPJ nº 84.650.795/0001-73, representado por seu presidente, Shirlei Maria Ventorin, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30.61
b) Objeto: Gêneros Alimentícios**Gêneros Alimenticios**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Shirlei Maria Ventorin
Presidente do ConselhoEscolar/Diretora

Protocolo 0037033327

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.006355/2023-99

VALOR: R$7.787,50 (sete mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ROBSON COELHO DE CAMPOS, WILSON FLORENTINO DA SILVA, CLAUDIMARA GISELI DE SOUSA, APARECIDA DE FÁTIMA VILAS BOAS GUIDELLI e MARIA MADALENA LOPES BUSCARIOLI com base no Parecer 478 (0036495490) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 14 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036531409

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Locação de Bens Móveis e outras naturezas e Intangíveis.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048327

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material Químico.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048701

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Sementes, mudas de plantas e insumos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048743

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. JARDIM DAS PEDRAS**, CNPJ nº **84.727.676/0001-71**, representado por seu presidente, **ARIANE FERREIRA**, da cidade Ariquemes/RO, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número: **491.155 SSP/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **469.098.182-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 6402/2021/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 208 - 19 outubro de 2021, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **MATERIAL DE CONSUMO (PROAFI-PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO)** , **CONFORMEELEMENTO 3.3.90.30**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ARIANE FERREIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037053756

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. JARDIM DAS PEDRAS**, CNPJ nº **84.727.676/0001-71**, representado por seu presidente, **ARIANE FERREIRA**, da cidade Ariquemes/RO, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número: 491.155 SSP/RO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **469.098.182-53** – em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 6402/2021/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 208 -19 de outubro de 2021,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: CARTA CONVITE

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (PROAFI-PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO)**, **CONFORME ELEMENTO 4.4.90.52**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃO POR** CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ARIANE FERREIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037054613

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. JARDIM DAS PEDRAS**, CNPJ nº **84.727.676/0001-71**, representado por seu presidente, **ARIANE FERREIRA**, da cidade Ariquemes/RO, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número: **491.155 SSP/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **469.098.182-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 6402/2021/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 208 - 19 outubro de 2021, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (PROAFI-PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO), **CONFORMEELEMENTO 3.3.90.39**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ARIANE FERREIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037055499

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. JARDIM DAS PEDRAS**, CNPJ nº **84.727.676/0001-71**, representado por seu presidente, **ARIANE FERREIRA**, da cidade Ariquemes/RO, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número: **491.155 SSP/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **469.098.182-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 6402/2021/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 208 - 19 outubro de 2021, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto:CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE **MATERIAL DE CONSUMO (PEALE-PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)**, **CONFORMEELEMENTO 3.3.90.30.65**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ARIANE FERREIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037056788

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto:Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048795

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. JARDIM DAS PEDRAS**, CNPJ nº **84.727.676/0001-71**, representado por seu presidente, **ARIANE FERREIRA**, da cidade Ariquemes/RO, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número: **491.155 SSP/RO** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **469.098.182-53**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 6402/2021/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 208 - 19 outubro de 2021, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto:CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE **MATERIAL DE CONSUMO (PNAE-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)**, **CONFORMEELEMENTO 33.90.30.61**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ARIANE FERREIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037057342

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aparelhos e utensílios domésticos.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048821

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F. CASA DE DAVI**, CNPJ nº03.876.684/0001-88, representada por sua Presidente: Marcia Aparecida Amorim, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marcia Aparecida Amorim

Representante / Contratante

Protocolo 0037058304

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F. CASA DE DAVI**, CNPJ nº03.876.684/0001-88, representada por sua Presidente: Marcia Aparecida Amorim, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marcia Aparecida Amorim

Representante / Contratante

Protocolo 0037057412

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Equipamento de proteção, segurança e socorro.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048851

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(ART. 24, II, DA LEI Nº 8.666/1993)

A Presidente da Unidade Executora do Conselho Escolar Edelaine Costa da Cruz, CNPJ n. 06.955.422/0001-05, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pelo decreto de 21 de setembro de 2015, publicada no DIOF nº 2788, de 23 de setembro de 2015, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da empresa**MINEIRA DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME, CNPJ 13.278.955/0002-38** para efetuar a aquisiçãode **Gás GPL Botijão 13 KG**,no elemento de despesa 33.90.39.04no valor total de R$ 1.408,00 (um mil quatrocentos e oito reais), paraatender a E.E.E.F.M. Marcilene Carvalho Ricardo, no Município de São Francisco do Guaporé.

São Francisco do Guaporé-RO, 30 de marçode 2023.

Divina Marta Pedra dos Santos

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0036374001

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Equipamentos para áudio, vídeo e foto.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048881

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.012684/2023-79

VALOR: R$ 3.115,00 (três mil cento e quinze reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) EDER GONÇALVES SILVA e ANTONIO CLETO DA SILVA com base no Parecer 565 (0036976267),que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 30 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0037033965

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Contratação Direta

ANEXO VI

INSTRUMENTO DE CONVOCAÇÃO

Contratação Direta Versa o presente Instrumento de Convocação sobre a contratação de empresas especializadas no fornecimento de MATERIAL DE PERMANENTE- DESCASCADOR DE LARANJA MANUAL, por meio de dispensa de licitação em razão do pequeno valor, nos termos do art. 24, II da Lei nº 8.666/1993, para atender às necessidades do setor dacozinha vinculado ao Conselho Escolar do COLÉGIO MILITAR DOM PEDRO II - UNIDADE II, nas seguintes condições:

1. Exigência de documentos de habilitação (habilitação jurídica, fiscal, técnica, e econômico-financeira);

2. Local de entrega ou execução do serviço/obra;

3. Prazo para entrega ou execução do serviço/obra;

4. Prazo e condições para pagamento prevendo a forma de comprovação da liquidação da despesa (apresentação de notas fiscais, controles, fiscal, recebimento provisório e definitivo);

5. Informação de que o contratado deverá manter, durante toda execução contratual, as mesmas condições de habilitação jurídica, fiscal e técnica, qualidade e desempenho;

6. Informação de que o contratado, depois de aceitas as condições estabelecidas neste termo e, apresentada sua proposta carreada dos documentos de habilitação solicitados e, estes forem aprovados pela Administração, independentemente da formalização ou não de contrato expresso, se deixar de cumprir integral ou parcialmente o pacto (inexecução total ou parcial) sujeitar-se-á às penalidades de advertência, multa, suspensão do direito de licitar com a Administração e, declaração de inidoneidade (relacionar caso a caso).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Solicito as empresas interessadas a apresentação de proposta contemplando todos os requisitos deste instrumento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do seu recebimento.

LUCILENE DA SILVA

Presidente da Comissão de Compras

Protocolo 0037056126

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade, CNPJ nº 01.671.354/0001-20, representado por seu presidente, **Karine Kimberly da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Mobiliário em Geral.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

KARINE KIMBERLY DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037048901

Portaria nº 3700 de 30 de março de 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8666/93; considerando o Processo nº 0029.005801/2023-48, que tem como objeto **Executar os Serviços de Reforma das Instalações Elétricas de Baixa Tensão,** de interesse do Conselho Escolar Antônio Bianco, da **EEEFM ANTÔNIO BIANCO**, localizada no município de **Ji Paraná,** sob a jurisdição da Coordenadoria Estadual de Educação de **Ji Paraná/RO.**

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a **SUBSTITUIÇÃO** da servidora **KALINY DE LIMA CARDOSO MIRANDA (ENGENHEIRA ELETRICISTA),**pelo Servidor **SIDNEI DA SILVA LIMA(ENGENHEIRO ELETRICISTA**), lotados na Assessoria Técnica de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação para acompanhar, medir e fiscalizar a execução da obra ou serviço, ou o recebimento do material, objeto, ou equipamento adquirido, bem como receber provisoriamente a obra ou serviço nos termos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Os servidores designados deverão, caso venham a ocorrer descumprimentos ou irregularidades por parte da contratada na execução do Contrato, relatá-los imediatamente por meio de Relatório para apreciação da Secretária de Estado da Educação, a fim de tomar providências cabíveis. Os serviços deverão ser executados nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, Contrato e Planilha Orçamentária da Contratada, constantes do Processo Administrativo e contrato específico.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroativamente, **a contar de 27 de março de 2023.**

Art. 3º Esta Portaria revoga a **Portaria 2157 (0035765650), publicada em 14 de fevereiro 2023.**

Porto Velho, 30 de março de 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037025944

Portaria nº 3889 de 30 de março de 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8666/93; considerando o Processo nº 0029.003806/2023-36, que tem como objeto Reforma Elétrica e do Sistema de Cobertura**,** de interesse do Conselho Escolar Tupã, da **EEEFM Tupã,** localizada no município de **Ji Paraná,** sob a jurisdição da Coordenadoria Estadual de Educação de **Ji Paraná**/RO

R E S O L V E:

Art. 1º Art. 1º Designar o servidor **SIDNEI DA SILVA LIMA (ENGENHEIRO ELETRICISTA)** em **SUBSTITUIÇÃO** a servidora **KALINY DE LIMA CARDOSO MIRANDA (ENGENHEIRA ELETRICISTA)** e manter a servidora **KATRIELLY PIETROBON DOS REIS DRI (ENGENHEIRA CIVIL)**, lotados na Assessoria Técnica de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação para acompanhar, medir e fiscalizar a execução da obra ou serviço, ou o recebimento do material, objeto, ou equipamento adquirido, bem como receber provisoriamente a obra ou serviço nos termos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Os servidores designados deverão, caso venham a ocorrer descumprimentos ou irregularidades por parte da contratada na execução do Contrato, relatá-los imediatamente por meio de Relatório para apreciação da Secretária de Estado da Educação, a fim de tomar providências cabíveis. Os serviços deverão ser executados nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, Contrato e Planilha Orçamentária da Contratada, constantes do Processo Administrativo e contrato específico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor **retroativamente, a contar de 27 de março de 2023.**

Art. 3º Esta Portaria revoga a **Portaria 1867 (0035579663), publicada em 08 de fevereiro 2023.**

Porto Velho,30 de marçode 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037045043

Portaria nº 3698 de 30 de março de 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8666/93; considerando o Processo nº 0029.004100/2023-91, que tem como objeto Reparos e Adequações das Instalações Elétricas**,** de interesse do Conselho Escolar Osvaldo Piana, da **EEEF Osvaldo Piana,** localizada no município de **Ji Paraná,** sob a jurisdição da Coordenadoria Estadual de Educação de **Ji Paraná/RO.**

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a **SUBSTITUIÇÃO** da servidora **KALINY DE LIMA CARDOSO MIRANDA (ENGENHEIRA ELETRICISTA),**pelo Servidor **SIDNEI DA SILVA LIMA (ENGENHEIRO ELETRICISTA**), lotados na Assessoria Técnica de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação para acompanhar, medir e fiscalizar a execução da obra ou serviço, ou o recebimento do material, objeto, ou equipamento adquirido, bem como receber provisoriamente a obra ou serviço nos termos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Os servidores designados deverão, caso venham a ocorrer descumprimentos ou irregularidades por parte da contratada na execução do Contrato, relatá-los imediatamente por meio de Relatório para apreciação da Secretária de Estado da Educação, a fim de tomar providências cabíveis. Os serviços deverão ser executados nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, Contrato e Planilha Orçamentária da Contratada, constantes do Processo Administrativo e contrato específico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroativamente, **a contar de 27 de março de 2023.**

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria 1810 (0035539679), publicada em 03 de fevereiro de 2023 .

Porto Velho, 30de março de 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037023262

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Cel Jorge Teixeira de Oliveira, CNPJ nº 01.219.434/0001-40, representado por seu presidente, Deivid Ronier Pauli, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** Despesa: 33.90.30

b) Objeto: l Aquisição de Gêneros Alimentícios (produtos perecíveis e não perecíveis),

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Deivid Ronier Pauli

Presidente do Conselho

Protocolo 0037046176

Portaria nº 3695 de 30 de março de 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8666/93; considerando o Processo nº 0029.000979/2023-01, que tem como objeto "Reforma elétrica"**,** de interesse do Conselho Escolar **Prof. Alejandro Yague Mayor**, da EEEMTI **Professor Alejandro Yague Maior** localizada no município de **JI- PARANÁ,** sob a jurisdição da Coordenadoria Estadual de Educação de **JI- PARANÁ/RO.**

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a **SUBSTITUIÇÃO** da servidora **KALINY DE LIMA CARDOSO MIRANDA (Engenheira Eletricista),**pelo Servidor **SIDNEI DA SILVA LIMA (Engenheiro Eletricista),** lotados na Assessoria Técnica de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação para acompanhar, medir e fiscalizar a execução da obra ou serviço, ou o recebimento do material, objeto, ou equipamento adquirido, bem como receber provisoriamente a obra ou serviço nos termos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Os servidores designados deverão, caso venham a ocorrer descumprimentos ou irregularidades por parte da contratada na execução do Contrato, relatá-los imediatamente por meio de Relatório para apreciação da Secretária de Estado da Educação, a fim de tomar providências cabíveis. Os serviços deverão ser executados nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, Contrato e Planilha Orçamentária da Contratada, constantes do Processo Administrativo e contrato específico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroativamente, **a contar de 27 de março de 2023.**

Art. 3º Esta Portaria revoga a **Portaria 816 (0035120974), publicada em 17 de janeiro 2023.**

Porto Velho, 30 de março de 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037019812

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001 /2023
CONTRATANTE: **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM MOACYR CARAMELLO,** CNPJ/MF n.º 13.049.613/0001-65
CONTRATADA: **Angelo Antonio Campagnoli**, CPF n.º **419.238.042-00**
OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios, Composto Por: 325 Kg de Melancia, sendo adquiridos da referida empresa em atendimento as necessidades do Conselho Escolar, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.001518/2023-47, que deu origem Chamada Pública.
VALOR: **R$ 1.300,00** (Mil e trezentos reais)
PROCESSO: 0029.012189/2023-60
VIGÊNCIA: 30 dias
DATA DE ASSINATURA: 31/03/2023
ASSINAM:
ACELLIR DOS SANTOS MARINHO
Presidente do Conselho Escolar Moacyr Caramello
COOAPROVIR
Representante / Contratada

Protocolo 0037054323

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR EMANUEL OSVALDO DE OLIVEIRA, CNPJ nº 84.650.795/0001-73, representado por seu presidente, Shirlei Maria Ventorin, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30.65

b) Objeto: Gêneros Alimentícios**Gêneros Alimenticios**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Shirlei Maria Ventorin
Presidente do ConselhoEscolar/Diretora

Protocolo 0037052582

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR EMANUEL OSVALDO DE OLIVEIRA, CNPJ nº 84.650.795/0001-73, representado por seu presidente, Shirlei Maria Ventorin, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: gás engarrafado, material de expediente, material educativo esportivo, material para festividades e homenagens, material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, uniformes, tecidos e aviamentos, material de proteção e segurança, material para manutenção de bens imóveis, material para manutenção de bens móveis, material elétrico e eletrônico, material gráfico e de sinalização, outros materiais de consumo.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Shirlei Maria Ventorin
Presidente do Conselho Escolar/Diretora

Protocolo 0037032719

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR EMANUEL OSVALDO DE OLIVEIRA, CNPJ nº 84.650.795/0001-73, representado por seu presidente, Shirlei Maria Ventorin, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: manutenção e conservação de equipamentos, serviços de limpeza e conservação, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas, festividades e homenagens, serviços de processamentos de dados, serviços gráficos, confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas, aquisição de softwares de aplicação, outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Shirlei Maria Ventorin
Presidente do Conselho Escolar/Diretora

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037032891

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO EMANUEL OSVALDO DE OLIVEIRA, CNPJ nº 84.650.795/0001-73, representado por seu presidente, Shirlei Maria Ventorin, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.36

b) Objeto: manutenção e conservação de equipamentos, serviços de limpeza e conservação, manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de comunicação em geral , serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, outros serviços de pessoas físicas.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Shirlei Maria Ventorin

Presidente do Conselho Escolar/Diretora

Protocolo 0037033060

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da** E.E.E.F. LUIZ SOARES DE CÁSSIA, inscrito no CNPJ: 10.313.739/0001-07, representada por sua Presidente: **Sandro Aparicio de Castro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Sandro Aparicio de Castro

Representante / Contratante

Protocolo 0037059221

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar da Escola Graciliano RamosCNPJ nº 01.234.951/0001-98, representado por seu presidente, Rosecler Alves Santos , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisições de Equipamentos e Material permanente, através do Programa Dinheiro Direto na Escola, - **PDDE QUALIDADE** - EDUCAÇÃO CONECTADA.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosecler Alves Santos

Presidente do Conselho

Protocolo 0037059030

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar da Escola Graciliano RamosCNPJ nº 01.234.951/0001-98, representado por seu presidente, Rosecler Alves Santos , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisições de Materiais pedagógicosatravés do Programa Dinheiro Direto na Escola, - **PDDE QUALIDADE** -

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosecler Alves Santos
Presidente do Conselho

Protocolo 0037059279

Portaria nº 3530 de 24 de março de 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8666/93; considerando o Processo nº 0029.014666/2023-21, que tem como objeto Reforma, de interesse do Conselho Escolar Laurindo Rabelo, da EEEFM Laurindo Rabelo localizada no município de Alto Paraíso, sob a jurisdição da Coordenadoria Estadual de Educação de Ariquemes-RO.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar oservidor JOSÉ CAIO DOS SANTOS SILVA (Engenheiro Civil),lotado na Assessoria Técnica de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação para acompanhar, medir e fiscalizar a execução da obra ou serviço ou o recebimento do material, objeto ou equipamento adquirido, bem como receber provisoriamente a obra ou serviço nos termos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Os servidores designados deverão, caso venham a ocorrer descumprimentos ou irregularidades por parte da contratada na execução do Contrato, relatá-los imediatamente por meio de Relatório para apreciação da Secretária de Estado da Educação, a fim de tomar providências cabíveis. Os serviços deverão ser executados nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, Contrato e Planilha Orçamentária da Contratada, constantes do Processo Administrativo e contrato específico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 24 de março de 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036870454

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da** E.E.E.F. LUIZ SOARES DE CÁSSIA, inscrito no CNPJ: 10.313.739/0001-07, representada por sua Presidente: **Sandro Aparicio de Castro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Sandro Aparicio de Castro

Representante / Contratante

Protocolo 0037059517

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: SERVIÇO DE TERCEIROS DESPESAS CARTORIAIS.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058211

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Pionte Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D` ÁGUA.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058876

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Gestor da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmão de Vale do Anari, CNPJ nº 01.227.510/0001-69, representado por seu presidente **Izabel Maria Piont Dalfiôr**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IZABEL MARIA PIONTE DALFIÔR
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059164

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.003572/2023-27

VALOR: R$ 5.295,50 (cinco mil duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) DANILO GASPAR CALANCA, MARLENE RIBEIRO DE SOUZA e MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA ALVES com base no Parecer 400 (0036075046) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036916639

Portaria nº 1799 de 02 de fevereiro de 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8666/93; considerando o Processo nº 0029.331385/2021-79, que tem como objeto **Refeitório, 01 Sala de Aula com Banheiro e Blocos de Banheiros,** da **EMEIF CECÍLIA MEIRELES ,** por meio do **CONVÊNIO Nº 415/PGE-2021** que celebram o Estado de Rondônia de um lado, através da Secretaria de Estado da Educação - SEDUCe de outro a Prefeitura de **Itapuã do Oeste/RO.**

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **FABIANA CORREIA DE LIMA FREITAS (Engenheira Civil) e SIDNEI DA SILVA LIMA (Engenheiro Eletricista),** lotado na Assessoria Técnica de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação para acompanhar e emitir relatório de vistoria para verificação da aplicação do recurso.

Parágrafo único. Os servidores designados deverão, caso venham a ocorrer descumprimentos ou irregularidades por parte da contratada na execução do Contrato, relatá-los imediatamente por meio de Relatório para apreciação da Secretária de Estado da Educação, a fim de tomar providências cabíveis. Os serviços deverão ser executados nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, Contrato e Planilha Orçamentária da Contratada, constantes do Processo Administrativo e contrato específico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor **retroativamente, a contar de 20 de janeiro de 2023.**

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria 1156 (0035209651), publicada em 20 de Janeiro 2023.

Porto Velho, 02 de Fevereiro de 2023.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0035529549

ADENDO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. MATO GROSSO,** CNPJ nº **01.304.225/0001-02,** representado por seu presidente, **MARINEIDE RODRIGUES,** da cidade de **MONTE NEGRO/RO**, portador da Cédula de Identidade RG sob o número:º **566.410 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **593.081.332-91**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103**/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo EXCELÊNCIA -2023 -**CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) **Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, CONFORME A ELEMENTO 44.90.52 (MATERIALPERMANENTE- CAPITAL)ESEUS SUB ELEMENTOS DE DESPESA: CONFORME PORTARIA 448 DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. (10, 18, 26, 30,32, 33, 35, 36, 37, 41, 42,).**

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARINEIDE RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037058532

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio General Osório , Inscrito no CNPJ: 01.717.944/0001-47, representada por sua Presidente: **Jana Gusmão Dutra de Lima**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Jana Gusmão Dutra de Lima

Representante / Contratante

Protocolo 0037059643

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATOCONTRATO 005/PNAE/2023

PARTES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A COPERATIVA DE PRODUCE BENECIFICIENTE AMARZENAMENTO E COMERCIO DE PRODUTORES, CNPJ/MF n.º 44.748.778/0001-59

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Objeto Constitui o objeto do presente Termo de Referência, a **Aquisição de Materiais de Consumo – Gêneros Alimentício**, (repetição) dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DO PREÇO: O valor total da contratação é de R$ 2.320,76 (Dois mil, trezentos e vinte reais e setenta e seis centavos), que corresponde à nota de empenho, a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos bens/materiais referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pela CONTRATANTE. Sob nenhuma hipótese o valor mencionado será reajustado;

DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, Inciso I, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com aquisição dos materiais de consumo são oriundos de transferências estaduais à conta exclusiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE, por meio do cartão corporativo.

PROCESSO Nº: 0029.058401/2022-54

ASSINAM: MILENA CRISTINA MONTEIRO FURTADO(Presidente do Conselho Escolar) e **GRACIELA FLORES LOPES DE AZEVEDO** (Representante Legal).

Porto Velho, 31 de março de 2023.
Protocolo 0037059213

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio General Osório , Inscrito no CNPJ: 01.717.944/0001-47, representada por sua Presidente: **Jana Gusmão Dutra de Lima**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Jana Gusmão Dutra de Lima

Representante / Contratante

Protocolo 0037059831

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Elementos de despesas de natureza 33.90.30/ PDDE QUALIDADE.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059231

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Elementos de despesas de natureza 44.90.52/PDDE QUALIDADE.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059435

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Elementos de despesas de natureza 33.90.39/PDDE QUALIDADE.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059620

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Mobiliário em Geral

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055174

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios/PEALE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054748

AVISO

PNAE E PEALE - 2023

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

A Presidente do CONSELHO ESCOLAR DO CEEJA PADRE MORETTI, CNPJ N!! 04.239.927/0001-30 em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei n!! 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria ,torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, li da Lei de Licitações, da empresa: COPERATIVA DE PRODUCE BENECIFICIENTE AMARZENAMENTO E COMERCIO DE PRODUTORES, CNPJ/MF n.º 44.748.778/0001-

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

59 para AQUISIÇÃO DE COMPRAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, afim de atender as necessidades deste Conselho, no valor total de R$ 2.320,76 (Dois mil, trezentos e vinte reais e setenta e seis centavos).

Porto Velho, 31 de março de 2023

MILENA CRISTINA MONTEIRO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059907

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Rondominasda EEEFM MARIA DE MATOS E SILVACNPJ n. 01.796.881/0001-61 em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, a M. G. CO.M DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA**:**

01.M. G. CO.M DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - CNPJ 08.182.346/0001-60, para fornecer a EEEFM MARIA DE MATOS E SILVAMaterial de consumo a partir do dia 16/02/2023o valor total de **R$ 2.420,00 (Dois mil quatrocentos e vinte reais)**

Rondominas,15 de fevereiro de 2023.

RICARDO CARLOS GOMES

Presidente do Conselho/Gestor

Protocolo 0037037397

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Álvares de Azevedo, CNPJ nº 15.893.498/0001-36, representado por seu presidente,Cláudia Regina da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

2 - **Manifestar a opção por dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cláudia Regina da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057649

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.003489/2023-58

VALOR: R$2.180,50 (dois mil cento e oitenta reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI com base no Parecer 359 (0035927168) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 21 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036729849

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da Escola Sebastiana Lima de Oliveira , CNPJ: 00.681.021/0001-10 , situado na Rua: Algodoeiro , nº 3060 , Bairro: Vila Eletronorte , Porto Velho/RO, , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Katia Cilene Mendonça Lima

Representante / Contratante

Protocolo 0037059684

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Elementos de despesas de natureza 33.90.30/ PDDE REGULAR.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054977

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Elementos de despesas de natureza 33.90.39/ PDDE REGULAR.
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058592

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Elementos de despesas de natureza 44.90.52/ PDDE REGULAR.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058806

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Estadual Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo**, CNPJ nº 00.684.806/0001-46, representado por seu presidente, Vanessa Lopes da Encarnação, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação /Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de gás engarrafado, material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material elétrico e eletrônico, material educativo esportivo, material copa e cozinha, material para manutenção de bens imóveis, ferramentas, serviços técnicos profissionais manutenção e conservação de bens e imóveis; manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, serviços de cópias e reprodução de documentos, para atender aos alunos da **Escolar Estadual Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanessa Lopes da Encarnação

Presidente do Conselho EEEF Nossa Senhora do Amparo

Protocolo 0037056047

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 0036679854

CONTRATANTE: **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEBASTIANA LIMA DE OLIVEIRA INSCRITO NO CNPJ Nº 00.681.021/0001-10**

CONTRATADA: ALBUQUERQUE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA , inscrita no CNPJ: 22.847.545/0001-70

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da Escola SEBASTIANA LIMA DE OLIVEIRA pelo período de 40 dias (02) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.014412/2023-11, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 587,80 (quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)

PROCESSO: 0029.014412/2023-11

VIGÊNCIA: 40 dias

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2023

ASSINAM:

KATIA CILENE MENDONÇA LIMA

Presidente do Conselho Escolar

Samir Damião Almeida Albuquerque

Representante / Contratado

Protocolo 0036991263

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.006634/2023-52

VALOR: R$ 6.007,50 (seis mil sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ADILSON FERNANDES RAMOS, GERALDA CASTRO DE FRANCISCO e CLEONICE OYOLA RIBEIRO BICALHO com base no Parecer 574 (0037008839) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 30 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0037017393

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho Escolar MANUEL BANDEIRA, CNPJ nº 15.892.771/0001-08, representado por seu presidente, Tânia Terezinha Fiametti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação / Carta Convite

b) Objeto: Material de Consumo - Elemento de despesa 33.90.30; Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica - Elemento despesa 33.90.39; Equipamento e Material Permanente - Elemento de despesa 44.90.52.

2 - Manifestar a opção por: licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tânia Terezinha Fiametti
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037056969

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 0036679857

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEBASTIANA LIMA DE OLIVEIRA INSCRITO NO CNPJ Nº 00.681.021/0001-10

CONTRATADA: M. DO S. BRAGA EIRELI ME, inscrita no CNPJ:21.921.760/0001-01

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da Escola SEBASTIANA LIMA DE OLIVEIRA pelo período de 40 dias (02) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.014412/2023-11, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 197,00 (cento e noventa e sete reais)

PROCESSO: 0029.014412/2023-11

VIGÊNCIA: 40 dias

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2023

ASSINAM:

KATIA CILENE MENDONÇA LIMA
Presidente do Conselho Escolar
MARIA DO SOCORRO BRAGA

Representante / Contratada

Protocolo 0036991466

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar Estadual Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo**, CNPJ nº 00.684.806/0001-46, representado por seu presidente, Vanessa Lopes da Encarnação, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender aos alunos da **Escolar Estadual Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanessa Lopes da Encarnação

Presidente do Conselho EEEF Nossa Senhora do Amparo

Protocolo 0037050680

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros Alimentícios/PNAE

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037054347

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Estadual Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo**, CNPJ nº 00.684.806/0001-46, representado por seu presidente, Vanessa Lopes da Encarnação, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender aos alunos da **Escolar Estadual Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanessa Lopes da Encarnação
Presidente do Conselho EEEF Nossa Senhora do Amparo

Protocolo 0037050909

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.013336/2023-19

VALOR: R$222,50 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) RUBENS DE SOUZA BARBOSA com base no Parecer 572 (0036997332) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 30 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0037025149

TERMO

PEALE
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M Presidente Tancredo de Almeida Neves**, CNPJ nº 00.722.137/0001-50, representado por seu presidente, Valnide Silva Meireles, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

Valnide SilvaMeireles

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059855

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2366/2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar do Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade II, CNPJ Nº. 15.892.7970001-56, Unidade Executora do Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade II, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 8062 de 04 de agosto de 2022, publicada no DIOF nº 149, de 05 de agosto de 2022, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, IV da Lei de Licitações, da empresa, **GILSON MONTEIRO DA SILVA LTDA, CNPJ: 63.615.058/0001-60**, para fornecer ao Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade II , material permanente- aparelhos e utensílios domésticos, no valor total estimado de **R$180,00** (cento e oitenta reais).

Vilhena, 30 de março de 2023.

DOUGLAS MATIAS DA SILVA FERREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059178

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Gás engarrafado
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037053976

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Material Químico
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055831

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Brasília em Tempo Integral , inscrito no CNPJ: 01.640.311/0001-88, representada por sua Presidente: Clarina Carneiro de Morae, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Clarina Carneiro de Morae

Representante / Contratante

Protocolo 0037060959

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.011975/2023-40

VALOR: R$4.005,00 (quatro mil cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) FREDSON MEDEIROS DE SOUZA e FREDSON MEDEIROS DE SOUZA com base no Parecer 543 (0036933744) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036955666

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Material de processamento de dados suprimentos de TI, inclusive peças para reposição
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037056128

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Material de copa e cozinha
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037056814

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de limpeza e produção de higienização

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037056919

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Liberdade União Trabalho Ação - LUTA, CNPJ nº 01.511.044/0001-49, representado por seu presidente, Dinalva Martins da Silva Armi, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente Processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação;

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo e Material Permanente para atender o recurso Excelência.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Dinalva Martins da Silva Armi

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037060469

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião I, CNPJ nº 00.684.804/0001-57, representado por seu presidente,**Antonieta Marques de Souza**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade:Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo (Gás Engarrafado; Material de Expediente; Material Educativo e Esportivo; Material de Processamento de Dados; Material de Limpeza e Produto de Higienização; Material de Copa e Cozinha; Material para Manutenção de Bens Imóveis; Material para Manutenção de Bens Móveis; Material Elétrico e Eletrônico; Ferramentas.) e Contratação de Pessoa Jurídica (Manutenção de Software; Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos; Serviços de Contabilidade;

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANTONIETA MARQUES DE SOUZA

Presidente do Conselho EEEF São Sebastião I

Protocolo 0037007334

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Uniformes, tecidos e aviamentos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057002

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEREJEIRAS, CNPJ nº 00.742.884/0001-50, representado por seu presidente, ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar por via dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037061428

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material para manutenção de bens imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057082

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Serviço de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM
Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037061461

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material para manutenção de bens móveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057195

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material elétrico e eletrônico

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057290

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar MANUEL BANDEIRA, CNPJ nº 15.892.771/0001-08, representado por seu presidente, Tânia Terezinha Fiametti, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação / Carta Convite

b) Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

2 - Manifestar a opção por: licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tânia Terezinha Fiametti
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058082

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Gás Engarrafado.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM
Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037061722

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de manobra e patrulhamento

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057376

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ANA LÚCIA COSTA
Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037056328

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA
Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037057595

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de proteção e segurança

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057465

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA
Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037058775

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.004563/2023-53

VALOR: R$2.708,10 (dois mil setecentos e oito reais e dez centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) JACOMO ANTÔNIO MEDIOTE JUNIOR e CELIA FERREIRA DA SILVA com base no Parecer 458 (0036381846) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 08 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036398547

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material laboratorial

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057627

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material biológico

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057702

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Ferramentas

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057765

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Material de Expediente.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM
Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037061957

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Bandeiras, flâmulas, insígnias

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057858

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental CASA DE DAVI, CNPJ nº 03.876.684/0001-88**, representado por seu presidente, **Marcia Aparecida Amorim**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo (Gás Engarrafado; Material de Expediente; Material Educativo e Esportivo; Material de Processamento de Dados; Material de Limpeza e Produto de Higienização; Material de Copa e Cozinha; Material para Manutenção de Bens Imóveis; Material para Manutenção de Bens Móveis; Material Elétrico e Eletrônico; Ferramentas.) e Contratação de Pessoa Jurídica (Manutenção de Software; Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos; Serviços de Comunicação em Geral;Serviços Gráficos; Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por Dispensa de Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marcia Aparecida Amorim

Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F CASA DE DAVI

Protocolo 0037007409

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços técnicos profissionais

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058157

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO; MATERIAL DE EXPEDIENTE; MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS; MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO; MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES; MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS; MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA; MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO; OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037049764

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e conservação de bens imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058275

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058449

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de telecomunicações

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058534

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de áudio, vídeo e foto

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058768

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de cópias e reprodução de documentos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058899

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Natureza

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059053

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Brasília em Tempo Integral , inscrito no CNPJ: 01.640.311/0001-88, representada por sua Presidente: Clarina Carneiro de Morae, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Clarina Carneiro de Morae

Representante / Contratante

Protocolo 0037062288

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, OUTROS MATERIAIS PERMANENTES.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037049547

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aparelhos e utensílios domésticos
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059133

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Máquinas e equipamento energéticos
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059253

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamentos para áudio, vídeo e foto

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059343

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA
Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037037815

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.010754/2023-54

VALOR: R$2.447,50 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) VITOR FERNANDO FAUSTINO DOS SANTOS com base no Parecer 479 (0036499086) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 29 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036987998

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2023
(ART. 26, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental CASA DE DAVI, CNPJ nº 03.876.684/0001-88, Unidade Executora da Escola Estadual de Ensino Fundamental CASA DE DAVI, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa **REFRIMAQUINAS COM & SERV CENTRAIS DE AR CONDICIONADO EIRELI**, **CNPJ 04.655.972/0001-75**, para prestação de serviços em bens móveis(manutenção de centrais de ares), no valor total de R$8.000,00 (oito mil reais).

Marcia Aparecida Amorim

Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F CASA DE DAVI

Protocolo 0036994601

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços Gráficos.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM

Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037062576

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2023

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar Rondominasda EEEFM MARIA DE MATOS E SILVACNPJ n. 01.796.881/0001-61 em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, a E. RIBEIRO & CIA LTDA-ME **:**

01. E. RIBEIRO & CIA LTDA-ME - CNPJ 09.000.933/0001-53, para fornecer a EEEFM MARIA DE MATOS E SILVAMaterial de consumo a partir do dia 01/04/2023o valor total de **R$ 1.000,00 (Mil reais).**

Rondominas,30 de março de 2023.

RICARDO CARLOS GOMES

Presidente do Conselho/Gestor

Protocolo 0037038454

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL DE EXPEDIENTE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037037264

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Equipamento para processamento de dados
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059418

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Máquina, Ferramentas e utensílios de oficina
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059508

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.009972/2023-46

VALOR: R$ 6.675,00 (seis mil seiscentos e setenta e cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) DIEGO CALDEIRA MOREIRA e DOMINGOS VALENTE DOS SANTOS com base no Parecer 514 (0036788432)que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 23 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036821516

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Mobiliário em geral

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059595

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Material para Manutenção de Bens Imóveis.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM

Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037062814

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037037069

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aparelhos de Medição e Orientação
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059717

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Material Educativo e Esportivo
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037061496

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL DE COPA E COZINHA**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037036918

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.006402/2023-02

VALOR: R$ 3.115,00 (três mil cento e quinze reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as)MARIA HELENA RODAS CATARINO, e ROLSE MARCIA CAMPOS com base no Parecer 517 (0036815182) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036840432

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Material de Limpeza e Produção de Higienização.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM
Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037063036

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **UNIFORMES TECIDOS E AVIAMENTOS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA
Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037036612

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.007817/2023-95

VALOR: R$ 1.112,50 (um mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do(a) servidor(a) IZAQUE DE OLIVEIRA CRUZ, com base no Parecer Parecer 457 (0036379879) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036734385

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Peças não incorporáveis a imóveis

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037059632

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL DE EXPEDIENTE**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037036196

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Teleprocessamento

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058995

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Material de Expediente - Toner.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM
Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037063289

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material para áudio, vídeo e foto

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057545

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de acondicionamento e embalagem

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037056418

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA
Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037035815

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de expediente

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055985

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF,** CNPJ nº **08.767.062-0001-35,** representado por seu presidente, **EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS,** da cidade de **NOVA MAMORÉ/RO**, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número:º **526.757 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **646.045.942-87**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PROAFI/REGULAR-2023 - processo 0029.002251/2023-13, será conduzido pelos trâmites da Lei 8.666/93.

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053079

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.001948/2023-69

VALOR: R$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ANTONIO IZAEL QUEIROZ ARAUJO, RAIMUNDO NONATO TORRES VALENTE, BÁRBARA ELLEN ANDRADE MOREIRA e ALYSSON BERNARDES DOS SANTOS com base no Parecer 504 (0036661386) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 23 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036823200

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF,** CNPJ nº **08.767.062-0001-35,** representado por seu presidente, **EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS,** da cidade de **NOVA MAMORÉ/RO**, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número:º **526.757 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **646.045.942-87**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PEALE/2023 - processo 0029.008058/2023-88, será conduzido pelos trâmites da Lei 8.666/93.

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053016

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Juscelino K. de Oliveira, CNPJ nº 01.700.028/000-02, representado por seu presidente, **Everson de Oliveira Souza**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Material de consumo e Material Permanente para atendimento conforme Plano de Aplicação do recurso Excelência (0036225564).**

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Everson de Oliveira Souza

Presidente do Conselho Escolar/ Diretor

Protocolo 0037061001

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF,** CNPJ nº **08.767.062-0001-35,** representado por seu presidente, **EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS,** da cidade de **NOVA MAMORÉ/RO**, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número:º **526.757 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **646.045.942-87**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PNAE/2023 - processo 0029.010134/2023-15, será conduzido pelos trâmites da Lei 8.666/93.

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037052831

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico e Eletrônico.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM

Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037063472

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF,** CNPJ nº **08.767.062-0001-35,** representado por seu presidente, **EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS,** da cidade de **NOVA MAMORÉ/RO**, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número:º **526.757 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **646.045.942-87**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PDDE ESTRUTURA/2023 - processo 0029.020736/2023-81, será conduzido pelos trâmites da Lei 8.666/93.

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053806

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF,** CNPJ nº **08.767.062-0001-35,** representado por seu presidente, **EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS,** da cidade de **NOVA MAMORÉ/RO**, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número:º **526.757 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **646.045.942-87**– em face dos poderes conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PDDE QUALIDADE/2023 - processo 0029.020733/2023-47, será conduzido pelos trâmites da Lei 8.666/93.

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053719

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M. PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF,** CNPJ nº **08.767.062-0001-35,** representado por seu presidente, **EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS,** da cidade de **NOVA MAMORÉ/RO**, portadora da Cédula de Identidade RG sob o número:º **526.757 SESDEC/RO**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **646.045.942-87**– em face dos poderes

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

conferidos pela Portaria nº **103/**2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 003 - 05 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto:PDDE BÁSICO - 2023 - processo 0029.020728/2023-34, será conduzido pelos trâmites da Lei 8.666/93.

2 - **Manifestar a opção por CONTRATAÇÃOnos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDNA COSTA DOS SANTOS RAMOS

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053569

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **GÁS E OUTROS MATERIAS ENGARRAFADOS**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037035096

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.592.870/0001-60, representado por seu presidente, Rosemary Aparecida Castoldi Camargo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de Despesa: 33.90.30.65

b) Objeto: COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosemary Aparecida Castoldi Camargo
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037045920

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO**, CNPJ nº 00.774.348/0001-36, representado por seu presidente, **ANA LÚCIA COSTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **CONTRATAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANA LÚCIA COSTA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar Monteiro Lobato

Protocolo 0037034136

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM

Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037063771

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M GOVERNADOR ARAUJO LIMA**, **no CNPJ nº 01.609.421/0001-87**, representada por **Dione Martins Magalhães**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023- 4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL- GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação/Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DIONE MARTINS MAGALHÃES

Representante / Contratante

Protocolo 0037058902

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho da EEEM Professora Maria Conceição de Souza de Machadinho D'Oeste, CNPJ nº 08.538.095/0001-03, representado por sua presidente Cassia Regina Nogueira Agostinho, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços gráficos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cassia Regina Nogueira Agostinho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058843

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Deputado Genival Nunes da Costa**, **CNPJ nº 00.670.368/0001-67**, representado por seu presidente, **Vadeilza Castilho de Araújo Bernert**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou carta convite.**

b) Objeto: Material de consumo, Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica e Equipamentos e Material Permanente.

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vadeilza Castilho de Araujo Bernert
Presidente do Conselho Escoar

Protocolo 0037054845

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Deputado Genival Nunes da Costa**, **CNPJ nº 00.670.368/0001-67**, representado por seu presidente, **Vadeilza Castilho de Araújo Bernert**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vadeilza Castilho de Araujo Bernert
Presidente do Conselho Escoar

Protocolo 0037054101

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.011980/2023-52

VALOR: R$2.447,50 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) VITOR FERNANDO FAUSTINO DOS SANTOS com base no Parecer 526 (0036865628) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 24 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036872081

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.008869/2023-89

VALOR: R$ 222,50 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) LEANDRO LIMA DE SOUZA com base no Parecer 489 (0036546201) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citados (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036917461

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.592.870/0001-60, representado por seu presidente, Rosemary Aparecida Castoldi Camargo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de Despesa: 33.90.30.61

b) Objeto: COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosemary Aparecida Castoldi Camargo
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037045461

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MADEIRA MAMORÉ, CNPJ: 25.080.890/0001-10**, representada por sua Presidente: Edilania Arruda Rosendo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilania Arruda Rosendo

Representante / Contratante

Protocolo 0037059890

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 0036655555

CONTRATANTE: **E.E.E.F.M MADEIRA MAMORÉ, INSCRITO NO CNPJ: 25.080.890/0001-10**

CONTRATADA: **ALBUQUERQUE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA , INSCRITA NO CNPJ: 22.847.545/0001-70**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da Escola MADEIRA MAMORÉ pelo período de 40 dias (02) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.013783/2023-78, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: **R$** 1.999,00 (um mil novecentos e noventa e nove reais)

PROCESSO: 0029.013783/2023-78

VIGÊNCIA: 40 dias

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2023

ASSINAM:

EDILANIA ARRUDA ROSENDO

Presidente do Conselho Escolar

Samir Damião Almeida Albuquerque

Representante / Contratado

Protocolo 0036952572

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes

Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037026137

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037030573

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Serviço de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM

Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037064179

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo: Gêneros de Alimentação.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes
Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037030637

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 0036655922

CONTRATANTE: **E.E.E.F.M MADEIRA MAMORÉ, INSCRITO NO CNPJ: 25.080.890/0001-10**

CONTRATADA: M. DO S. BRAGA EIRELI ME, inscrita no CNPJ:21.921.760/0001-01

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da Escola MADEIRA MAMORÉ pelo período de 40 dias (02) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.013783/2023-78, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 1.123,79 (um mil cento e vinte e três reais e setenta e nove centavos)

PROCESSO: 0029.013783/2023-78

VIGÊNCIA: 40 dias

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2023

ASSINAM:

EDILANIA ARRUDA ROSENDO
Presidente do Conselho Escolar
MARIA DO SOCORRO BRAGA
Representante / Contratada

Protocolo 0036952601

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Gás Engarrafado**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037030837

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviçosde Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes

Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037030701

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviçosde Terceiros -Pessoa Jurídica: **Limpeza e Conservação**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes
Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037051544

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviçosde Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes
Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037051547

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Gestor da CRE/CMA**, CNPJ nº 27.306.009/0001-81, representado por seu presidente, Wanilson Neile Mendes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviçosde Terceiros - Pessoa Jurídica: **Outros Serviços de Terceiros Pessoa - Jurídica**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Wanilson Neile Mendes
Presidente do conselho Gestor

Protocolo 0037051551

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.592.870/0001-60, representado por seu presidente, Rosemary Aparecida Castoldi Camargo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: **serviços de telecomunicações; serviços de processamento de dados; serviços técnicos profissionais; manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas; manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; serviços gráfico; manutenção de software; manutenção, conservação de equipamentos de processamento de dados; aquisição de softwares de aplicação; limpeza e conservação;**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosemary Aparecida Castoldi Camargo
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037043608

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.592.870/0001-60, representado por seu presidente, Rosemary Aparecida Castoldi Camargo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: **material de expediente; material para manutenção de bens imóveis; material educativo e esportivo; materiais elétrico/eletrônico; material de copa e cozinha; material para manutenção de bens**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

móveis; material uniformes, tecidos e aviamentos; material de processamento de dados; gás engarrafado; material de limpeza e produção de higienização;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosemary Aparecida Castoldi Camargo
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037044138

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Juscelino K. de Oliveira, CNPJ nº 01.700.028/000-02, representado por seu presidente, **Everson de Oliveira Souza**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo e Aquisição de material permanente, adquiridos com o programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/QUALIDADE/EDUCAÇÃO BÁSICA/EDUCAÇÃO CONECTADA, para o ano de 2023.

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Everson de Oliveira Souza

Presidente do Conselho Escolar/ Diretor

Protocolo 0037063133

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO UNIDOS VENCEREMOS, CNPJ nº 01.592.870/0001-60, representado por seu presidente, Rosemary Aparecida Castoldi Camargo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.36

b) Objeto: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosemary Aparecida Castoldi Camargo
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037044480

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar **PROFESSORA QUITÉRIA OLIVEIRA DA SILVA**, CNPJ nº 29.505.566/0001-57, representado por seu presidente, Edicarlos Fernandes Gobira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação EXELÊNCIA direta assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 30.90.30 Materiais de Consumo da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edicarlos Fernandes Gobira
Diretor/Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037051253

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar **PROFESSORA QUITÉRIA OLIVEIRA DA SILVA**, CNPJ nº 29.505.566/0001-57, representado por seu presidente, Edicarlos Fernandes Gobira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação EXELÊNCIA direta assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 44.90.52 Bens de capital da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edicarlos Fernandes Gobira
Diretor/Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037051274

TERMO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 01/2023.

O Presidente do Conselho Escolar CECÍLIA MEIRELES, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, a HOMOLOGAÇÃO do resultado da Carta Convite em epígrafe, cujo objeto é a **REFORMA GERAL** no Centro Estadual de Ensino de Jovens e Adultos – CEEJA Cecília Meireles, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, a fim de atender às demandas da referida Escola, conforme Processo Administrativo nº 0029.014298/2023-11, com base na Lei Federal nº 8.666/93, por apresentar(em) a proposta mais vantajosa para a Administração Pública em favor da empresa(s): **HIPER OBRAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **45.823.623/0001-00**, no valor de **R$ 106.061,61 (Cento e seis mil sessenta e um Reais e sessenta e um centavos).**

PUBLIQUE-SE no Diário Oficial de Rondônia.

Nova Brasilândia D'Oeste, 31 de março de 2023.

ANA PAULA ALVES PEREIRA CAPPELLI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037061612

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Tancredo de Almeida Neves, CNPJ nº 01.700.030/0001-73, representado por seu presidente, Eliane de Fátima Lima Matos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Material de consumo para atendimento conforme Plano de Aplicação do recurso Excelência (0036486403).**

c) Objeto: **Equipamento e Material para atendimento conforme Plano de Aplicação do recurso Excelência (0036486403).**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alta Floresta, 31 de março de 2023.

ELIANE DE FÁTIMA LIMA MATOS

Presidente do Conselho Escolar.

CPF: 595.392.672-34

Protocolo 0037063471

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Vale do Guaporé, CNPJ nº 11.198.533/0001-46 representado por sua presidente, Kênia de Jesus Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Consumo elemento: 3.3.90.30. Material de copa e cozinha; Material de expediente; Gás engarrafado; Material de Acondicionamento e embalagens; Material de limpeza e produção de higienização; Material de proteção e segurança; Material de processamento de dados; Material para manutenção de bens e imóveis; Material para manutenção de bens móveis; Material elétrico e eletrônico; Ferramentas; Outros materiais de consumo: Registra o valor da apropriação da despesa com outros materiais de consumo não classificados nos subitens anteriores.

c) Objeto: Serviço Terceiro Pessoa Jurídica elemento: 3.3.90.39. Serviço de apoio administrativo técnico e operacional e afins; Manutenção e conservação de equipamentos; Serviços gráficos; Manutenção de software; Serviços de comunicação em geral; Serviços técnicos profissionais; Manutenção e conservação de bens imóveis; Serviços de limpeza e conservação e afins; Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; Manutenção e conservação bens móveis de outras naturezas; Serviços de processamento de dados; Manutenção conservação de equipamento de processamento de dados; Outros serviços de terceiro pessoa jurídica: Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventual, não classificados em subitens específicos.

d) Objeto:Equipamento e Material Permanente elemento: 4.4.90.52. Equipamento de processamento de dados e afins.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KÊNIA DE JESUS MORAES
Presidente do Conselho Escolar
Vale do Guaporé

Protocolo 0037018663

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar **PROFESSORA QUITÉRIA OLIVEIRA DA SILVA**, CNPJ nº 29.505.566/0001-57, representado por seu presidente, Edicarlos Fernandes Gobira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação PEALE direta assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gêneros de alimentação da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edicarlos Fernandes Gobira
Diretor/Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037051228

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Vale do Guaporé, CNPJ nº 11.198.533/0001-46 representado por sua presidente, Kênia de Jesus Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo como: Gêneros de Alimentação.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KÊNIA DE JESUS MORAES
Presidente do Conselho Escolar
Vale do Guaporé

Protocolo 0037024327

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar **PROFESSORA QUITÉRIA OLIVEIRA DA SILVA**, CNPJ nº 29.505.566/0001-57, representado por seu presidente, Edicarlos Fernandes Gobira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação PENAE direta assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gênero de alimentação da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edicarlos Fernandes Gobira
Diretor/Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037051210

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MADEIRA MAMORÉ, CNPJ: 25.080.890/0001-10**, representada por sua Presidente: Edilania Arruda Rosendo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilania Arruda Rosendo

Representante / Contratante

Protocolo 0037059673

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARCOS DE BARROS FREIRE , CNPJ: 84.722.842/0001-47**, representada por sua Presidente: **JULIANA OLIVEIRA REZENDE BASSANIN**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Juliana Oliveira Rezende Bassanin

Representante / Contratante

Protocolo 0037060507

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar **PROFESSORA QUITÉRIA OLIVEIRA DA SILVA**, CNPJ nº 29.505.566/0001-57, representado por seu presidente, Edicarlos Fernandes Gobira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação PROAFI REGULAR direta assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 30.90.30 Materiais de Consumo da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edicarlos Fernandes Gobira

Diretor/Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037029020

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar **PROFESSORA QUITÉRIA OLIVEIRA DA SILVA**, CNPJ nº 29.505.566/0001-57, representado por seu presidente, Edicarlos Fernandes Gobira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação PROAFI REGULAR direta assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 30.90.39 Serv. Terc. P. Jurídica da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edicarlos Fernandes Gobira
Diretor/Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037029721

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar da Escola Graciliano RamosCNPJ nº 01.234.951/0001-98, representado por seu presidente, Rosecler Alves Santos , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisições de Equipamentos e Materiais Permanente;através do ProgramaPDDE EDUCAÇÃO BÁSICA .

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosecler Alves Santos
Presidente do Conselho

Protocolo 0037064810

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.012686/2023-68

VALOR: R$ 1.557,50 (um mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) VITOR FERNANDO FAUSTINO DOS SANTOS com base no Parecer 547 (0036936446) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (as) servidor (a) citados (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0036951223

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Tiradentes VIII** CNPJ nº 00.710.795/0001-21, representado por seu presidente, Sr. Marcelo Lourenço Ferreira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada Prestação de Serviços para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

2 - **Manifestar a opção por Contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LOURENÇO FERREIRA - TEN PM

Presidente do Conselho Escolar Tiradentes VIII

Protocolo 0037064811

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 0036679679

CONTRATANTE: **EEEFM MARCOS DE BARROS FREIRE , CNPJ: 84.722.842/0001-47**

CONTRATADA: **ALBUQUERQUE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA , INSCRITA NO CNPJ: 22.847.545/0001-70**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da Escola MARCOS DE BARROS FREIRE pelo período de 40 dias (02) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.012766/2023-13, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$7.778,66 (sete mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos)

PROCESSO: 0029.012766/2023-13

VIGÊNCIA: 40 dias

DATA DE ASSINATURA: 23/03/2023

ASSINAM:

Juliana Oliveira Rezende Bassanin

Presidente do Conselho Escolar

Samir Damião Almeida Albuquerque

Representante / Contratado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0036954946

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 0036679683

CONTRATANTE: **EEEFM MARCOS DE BARROS FREIRE , CNPJ: 84.722.842/0001-47**

CONTRATADA: **BRASERV REPRESENTAÇÕES LTDA INSCRITO NO CNPJ: 40.892.034/0001-52**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da Escola MARCOS DE BARROS FREIRE pelo período de 40 dias (02) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.012766/2023-13, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR:R$ 10.297,60 (dez mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)

PROCESSO: 0029.012766/2023-13

VIGÊNCIA: 40 dias

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2023

ASSINAM:

Juliana Oliveira Rezende Bassanin
Presidente do Conselho Escolar
Sirlene Lopes de Sousa
Representante / Contratada

Protocolo 0036955835

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 0036679687

CONTRATANTE: **EEEFM MARCOS DE BARROS FREIRE , CNPJ: 84.722.842/0001-47**

CONTRATADA: **A.C.F SANTOS INSCRITO NO CNPJ: 27.271.958/0001-73**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades do Conselho Escolar da Escola MARCOS DE BARROS FREIRE pelo período de 40 dias (02) meses, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência, oriundo decorrente do Processo Administrativo SEI nº 0029.012766/2023-13, que deu origem a Dispensa de Licitação - Compra Direta Emergencial, regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 1.062,00 (um mil sessenta e dois reais)

PROCESSO: 0029.012766/2023-13

VIGÊNCIA: 40 dias

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2023

ASSINAM:

Juliana Oliveira Rezende Bassanin
Presidente do Conselho Escolar
Antônio Cleicivando Ferreira Santos
Representante / Contratado

Protocolo 0036955862

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARCOS DE BARROS FREIRE , CNPJ: 84.722.842/0001-47**, representada por sua Presidente: **JULIANA OLIVEIRA REZENDE BASSANIN**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Juliana Oliveira Rezende Bassanin

Representante / Contratante

Protocolo 0037060259

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar da Escola Graciliano RamosCNPJ nº 01.234.951/0001-98, representado por seu presidente, Rosecler Alves Santos , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisições de Materiaisde Consumo, através do ProgramaPDDE EDUCAÇÃO BÁSICA .

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosecler Alves Santos

Presidente do Conselho

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037065033

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE,** amparado na Lei 8.666/93;

b) Objeto: **REPARO NA ESTRUTURA METÁLICA E SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DETALHAMENTO DO GINÁSIO E SUBSTITUIÇÃO DE PISO NO COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE II**

2 - **Manifestar a opção por licitar via Carta Convite nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**

Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037064776

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo e serviços comuns.

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037064753

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, oConselho Escolar da Escola Graciliano RamosCNPJ nº 01.234.951/0001-98, representado por seu presidente, Rosecler Alves Santos , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisições de Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. através do ProgramaPDDE EDUCAÇÃO BÁSICA .

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosecler Alves Santos

Presidente do Conselho

Protocolo 0037065242

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Liberdade União Trabalho Ação - LUTA, CNPJ nº 01.511.044/0001-49, representado por seu presidente, Dinalva Martins da Silva Armi, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente Processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação;

b) Objeto: Aquisição de material de consumo, prestação de serviços e materiais permanentes para atendimento do Recurso Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

2 - **Manifestar a opção por Contratação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Dinalva Martins da Silva Armi
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037065172

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.012251/2023-13

VALOR: R$3.115,00 (três mil cento e quinze reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) GILVAN SEBASTIÃO DE MOURA e ROBERTO GOMES RAMALHOROBERTO GOMES RAMALHO com base no Parecer 568 (0036988903) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 29 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036995744

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ: 01.145.735/0001-76, representado por seu presidente, D**orcas Vieira Dias Avila**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais de Bens Permanente.

2 - **Manifestar a opção por** contratar **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DORCAS VIEIRA DIAS AVILA

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037064614

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.008137/2023-99

VALOR: R$ 4.005,00 (quatro mil cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as)WELLISON RIBEIRO DOS SANTOS e WANILSON NEILE MENDES com base no Parecer 533 (0036905790) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 29 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036990125

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Tancredo de Almeida Neves, CNPJ nº 01.700.030/0001-73, representado por seu presidente, Eliane de Fátima Lima Matos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Material de consumo do PDDE QUALIDADE / EDUCAÇÃO CONECTADA.**

c) Objeto: **Serviço Terceiros - Pessoa Jurídica do PDDE QUALIDADE / EDUCAÇÃO CONECTADA.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alta Floresta, 31 de março de 2023.

ELIANE DE FÁTIMA LIMA MATOS

Presidente do Conselho Escolar.

CPF: 595.392.672-34

Protocolo 0037064957

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO:0029.010795/2023-41

VALOR: R$ 8.010,00 (oito mil dez reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) AGENOR FERNANDES DE SOUZA, JOSUÉ DE CARVALHO ARAÚJO, VALTER RINCOLATO e WALTEIR CHAVES COSTA com base no Parecer 532 (0036899233)que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 29 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036974038

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR JOSUÉ MONTELLO**, CNPJ nº 00.672.032/0001-33, representado por seu presidente, MARILZA ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Equipamentos e utensílios Hidráulicos e Elétricos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Marilza Angélica Oliveira Cruz

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037065605

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.113166/2022-91

VALOR: R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) CARLOS LINDENBERG NASCIMENTO COSTA, RHUAN GABRIEL AJALA, EDNALVA DOS SANTOS FERREIRA e DENY SIQUEIRA DE SOUZAcom base no Parecer 278 (0035260664) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036909991

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PROCESSO: 0029.012681/2023-35

VALOR: R$ 1.557,50 (um mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) FREDSON MEDEIROS DE SOUZA com base no Parecer 555 (0036953464) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citados (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036959355

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Wilson Camargo, CNPJ nº 84.568.807/0001-15, representado pela presidente, **Ivanise Nazaré Mendes**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo e serviços comuns.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ivanise Nazaré Mendes

Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037065934

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o O Conselho Escolar da Escola Lydia Johnson de Macedo , CNPJ: 30.012.258/0001-79, representada pela a Presidente: Débora Macedo Oliveira , CPF: 646.003.602-06, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Débora Macedo Oliveira

Representante / Contratante

Protocolo 0037065873

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.39.97 Despesa com tele processamento no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037058278

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Tancredo de Almeida Neves, CNPJ nº 01.700.030/0001-73, representado por seu presidente, Eliane de Fátima Lima Matos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**
b) Objeto: **Material de consumo do PDDE EDUCAÇÃO BÁSICA.**
c) Objeto: **Serviço Terceiros - Pessoa Jurídica do PDDE EDUCAÇÃO BÁSICA.**
d) Objeto: **Equipamento e Material Permanente do PDDE EDUCAÇÃO BÁSICA.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alta Floresta, 31 de março de 2023.

ELIANE DE FÁTIMA LIMA MATOS
Presidente do Conselho Escolar.
CPF: 595.392.672-34

Protocolo 0037064858

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.009040/2023-01

VALOR: R$2.002,50 (dois mil dois reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) LEONARDO BORGES DE PAULA com base no Parecer 490 (0036550056) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 17 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036659238

AVISO

DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar Claudia Regina da Silva, da Unidade Executora da E.E.E.F.M. Álvares de Azevedo com CNPJ: 15.893.498/0001-36, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei Nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 3084/2021/SEDUC-NTFG, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa E. FERNANDA MATHIAS - ME, CNPJ: 24.475.549/0001-09, para a compra de gás envasado, valor total estimado em R$**4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)**.

CLÁUDIA REGINA DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0036951326

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.013369/2023-69

VALOR: R$ 2.225,00 (dois mil duzentos e vinte e cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) DANIEL CRISTE e MARIA APARECIDA GONÇALVES DOS SANTO com base no Parecer 541 (0036932005) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036956680

TERMO DE REFERÊNCIA

01 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 6º (Inciso IX) e artigo 7º, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública - e suas alterações, elaborou-se o presente Termo de Referência, que através de dispensa da solicitação de prorrogação no fornecimento de prestação de serviços de INTERNET Fibra Óptica para atender a demanda deste estabelecimento de ensino.

02 – JUSTIFICATIVA

O presente termo tem por objetivo realizar a Prorrogação do Prazo do Contrato com a Empresa Yune Net Telecomunicações LTDA, para o fornecimento de prestação de serviço de Internet Fibra Óptica de 400 MB com a finalidade de oferecer suporte gratuito para serviços relativos ao plano contratado, transporte de sinal por meio de fibra óptica, para atender as necessidades da E.E.E.M.T.I. MARECHAL RONDON/VILHENA que visa garantir a rapidez e eficiência nos processos burocráticos da escola nos setores administrativos e pedagógicos (elaboração das atividades e avaliações para atender aos estudantes desta Instituição, em todas as disciplinas da grade curricular).

03 – OBJETO:

Prorrogação do Contrato com a Empresa Yune Net Telecomunicações LTDA, referente a Prestação de Serviço de Internet Fibra Óptica de 400 MB.

04 – DO VALOR ESTIMADO:

O valor total estimado da presente contratação e de **R$ 2.398,80(**(dois mil trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

05 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas correrão por conta do elemento de despesa 33.90.39.58 provenientes do PROAFI.

06 – DO PAGAMENTO

O pagamento referente CONTRATAÇÃO DE PLANO MENSAL DE INTERNET será realizado conforme o fornecimento do serviço mensalmente, por meio de cartão corporativo, na função crédito a vista, com recursos oriundos de saldo reprogramado ou repasses quando houver, mediante emissão da Nota Fiscal, e documentos de habilitação.

07- DA CONTRATANTE

Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos referentes aos produtos descritos no item 03.

08 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do serviço será até o término dos doze meses, podendo ser renovado por mais um ano, conforme o que determina a Lei.

Vilhena – RO, 25 de Fevereiro de 2023.

_____

LAURITA DE LIMA SCHREINER
Matrícula 300022814

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente Comissão de Licitação e Compras
APROVO O PRESENTE PROJETO
_____/ _____/ _____

_____
FLÁVIO ANTÔNIO DA GRAÇA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0036929204

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.002810/2023-87

VALOR: R$ 6.007,50 (seis mil sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) COSMA DE SALES CARVALHO, VERA LÚCIA CORTEZ DE MEDEIROS e ROSELI DE SOUZA E SILVA BERGAMIN com base no Parecer 507 (0036686740) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 22 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036796249

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o O Conselho Escolar da Escola Lydia Johnson de Macedo , CNPJ: 30.012.258/0001-79, representada pela a Presidente: Débora Macedo Oliveira , CPF: 646.003.602-06, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Débora Macedo Oliveira

Representante / Contratante

Protocolo 0037066524

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.006207/2023-74

VALOR: R$ 8.010,00 (oito mil dez reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) JOSUE DE CARVALHO ARAÚJO, AGENOR FERNANDES DE SOUZA, VALTER RINCOLATO e EDIVANE CASARA DOS REIS com base no Parecer 509 (0036754550) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036960485

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a ASSOCIAÇÃO CONSELHO ESCOLAR JOAQUIM XAVIER DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.276.969/0001-52, representado por sua presidente, KEILA ROBERTA DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Gás engarrafado; Material educativo e esportivo; Material de expediente; Material de processamento de dados; Material de acondicionamento e embalagem;Material de copa e cozinha; Material de limpeza e produção de higienização; Material para manutenção de bens imóveis; Material elétrico e eletrônico.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KEILA ROBERTA DE SOUZA

Presidente da ACEJXO

Protocolo 0037060055

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.002820/2023-12

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

VALOR: R$ 8.010,00 (oito mil dez reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) RUBENS DA SILVA, VERA LÚCIA CORTEZ DE MEDEIROS, FÁTIMA FERREIRA DOS ANJOS e ELINE SILVA E COSTA com base no Parecer 537 (0036920846) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036941486

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Tancredo de Almeida Neves, CNPJ nº 01.700.030/0001-73, representado por seu presidente, Eliane de Fátima Lima Matos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de gêneros alimentícios do PNAE.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alta Floresta, 31 de março de 2023.

ELIANE DE FÁTIMA LIMA MATOS

Presidente do Conselho Escolar.

CPF: 595.392.672-34

Protocolo 0037064726

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA BRASÍLIA EM TEMPO INTEGRAL , INSCRITO NO CNPJ: 01.640.311/0001-88 , EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 26, DA LEI Nº 8.666/1993, TORNA PÚBLICO A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, VIA **MODALIDADE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL -** DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM BASE NO ART. 24, II DA LEI DE LICITAÇÕES E MEMORANDO Nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO SEI Nº0029.012233/2023-31, COM A EMPRESA ALBUQUERQUE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA , INSCRITA NO CNPJ: 22.847.545/0001-70 **, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS INTEGRANTES DA**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DOPNAE, NO VALOR TOTAL ESTIMADO DE R$8.518,55 (OITO MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), PARAATENDER ESTE CONSELHO ESCOLAR.

CLARINA CARNEIRO DE MORAES

Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio tempo integral Brasília

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO TEMPO INTEGRAL BRASILIA

Protocolo 0037061358

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.008666/2023-92

VALOR: R$ 14.462,50 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ELISEU ALVES MARCELINO, ROSIMAR NUNES DE SOUZA, VANDEBURGO CORREIA DE OLIVEIRA, ISAURA KASUKO SAKAGAM e NATÁLIA MARQUES LOPES WREGE, com base no Parecer 536 (0036916722) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036936468

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Tancredo de Almeida Neves, CNPJ nº 01.700.030/0001-73, representado por seu presidente, Eliane de Fátima Lima Matos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: **Aquisição de gêneros alimentícios do PEALE.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Alta Floresta, 31 de março de 2023.

ELIANE DE FÁTIMA LIMA MATOS

Presidente do Conselho Escolar.

CPF: 595.392.672-34

Protocolo 0037064665

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.012682/2023-80

VALOR: R$3.115,00 (três mil cento e quinze reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ODAILSON DAMASCENO DE AZEVEDO e NIVALDO PINHEIRO DOS SANTOS com base no Parecer 535 (0036914690) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036958768

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

A Presidente do Conselho Escolar da Escola Brasília em Tempo Integral , inscrito no CNPJ: 01.640.311/0001-88 , em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via **Modalidade Contratação Emergencial -** dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações e Memorando nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) disponibilizado através do processo SEI nº0029.012233/2023-31, com a Empresa DELICIA DO NORTE COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA inscrito no CNPJ: 05.082.751/0001-18**, para Aquisição de gêneros alimentícios integrantes da Alimentação Escolar no âmbito doPNAE, no valor total estimado de** R$560,00 (quinhentos e sessenta reais)., paraatender este Conselho Escolar.

CLARINA CARNEIRO DE MORAES
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio tempo integral Brasília
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO TEMPO INTEGRAL BRASILIA

Protocolo 0037061509

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.010766/2023-89

VALOR: R$ 1.335,00 (um mil trezentos e trinta e cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) VALDES AUGUSTO DO ESPIRITO SANTO e SEVERINO BERTINO NETO, com base no Parecer 528 (0036874510) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036912819

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

ANEXO VI

DISPENSA DE LICITAÇÃO/COTAÇÃO 03/2023

Versa o presente Instrumento de Convocação sobre a aquisição da prestação de serviço de Manutenção de Máquinas e Equipamentos **(Elemento: 33.90.39-17)**, através do Processo de Licitação nº 03/2023, por meio de dispensa de licitação em razão do pequeno valor, nos termos do art. 24, II da Lei nº 8.666/1993,para atender às necessidades da EEEMTI MARECHAL RONDONe suprir as necessidadesconstantes nas ações pedagógicas e administrativas nas dependências da EEEMTI MARECHAL RONDON, proporcionando assim a continuidade na prestação dos serviços à comunidade escolar.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1. Exigência de documentos de habilitação (habilitação jurídica, fiscal, e econômico-financeira);

2. Local de entrega de materiais: EEEMTI MARECHAL RONDON, Situada à Avenida Leopoldo Peres nº 2550, Centro / Vilhena;

3. Prazo de entrega dos produtos: Imediato.

4. Prazo e condições para pagamento prevendo a forma de comprovação da liquidação da despesa (apresentação de notas fiscais).

5. Informação de que o contratado deverá manter, durante toda execução contratual, as mesmas condições de habilitação jurídica, fiscal e técnica, qualidade e desempenho;

6. Informação de que o contratado, depois de aceitas as condições estabelecidas neste termo e, apresentada sua proposta carreada dos documentos de habilitação e solicitados e, estes forem aprovados pela Administração, independentemente da formalização ou não de contrato expresso, se deixar de cumprir integral ou parcialmente o pacto(inexecução total ou parcial) sujeitar-se-á penalidades de advertência, multa, suspensão do direito de licitar com a a Administração e, declaração de inidoneidade(relacionar caso a caso).

Solicito as empresas a apresentação de proposta contemplando todos os requisitos deste instrumento, no prazo máximo de 05(cinco) dias contados do seu recebimento.

Vilhena - RO, 23 de Março de 2023.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

PORTARIA Nº 1606 DE 27 DE JANEIRO DE 2023

LAURITA DE LIMA SCHREINER

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CPF: 166.784.512-87/ Matricula: 300022814

GISÉLLY CRISTINA DAVID SANCHES WERKAUSER

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CPF: 973.993.022-00/**Matricula:** 300117286

ARNILDA VESSENDORF

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CPF: 349.543.762-20/**Matrícula:** 300025744

Protocolo 0037044578

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/1993)

A Presidente do Conselho Escolar da Escola Brasília em Tempo Integral , inscrito no CNPJ: 01.640.311/0001-88 , em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via **Modalidade Contratação Emergencial -** dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações e Memorando nº 2 SAE/SEDUC (0035460835) disponibilizado através do processo SEI nº0029.012233/2023-31, com a Empresa ROLDÃO BRAGA RIBEIRO, inscrito no CPF: 164.475.493-20 **para Aquisição de gêneros alimentícios integrantes da Alimentação Escolar no âmbito doPEALE, no valor total estimado de** R$11.018,50 (onze mil dezoito reais e cinquenta centavos). paraatender este Conselho Escolar.

CLARINA CARNEIRO DE MORAES

Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio tempo integral Brasília

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO TEMPO INTEGRAL BRASILIA

Protocolo 0037061542

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.004584/2023-79

VALOR: R$ 4.964,85 (quatro mil novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ZACARIAS BORGES DE SOUZA,CELIA FERREIRA DA SILVA e VANIA SALES DA SILVA com base no Parecer 524 (0036850030) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036912058

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, a ASSOCIAÇÃO CONSELHO ESCOLAR JOAQUIM XAVIER DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.276.969/0001-52, representado por sua presidente, **KEILA ROBERTA DE SOUZA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de bens imóveis; Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos;** Serviços Gráficos; Serviços judiciários;Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KEILA ROBERTA DE SOUZA

Presidente da ACEJXO

Protocolo 0037066986

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, CNPJ nº 84.650696/0001-91 representado por seu presidente, Tainha Musa Lobato, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Outros serviços terceiros

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tainah Musa Lobato
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039136

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.005244/2023-65

VALOR: R$ 4.005,00 (quatro mil cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) EDER GONÇALVES SILVA e ANTONIO CLETO DA SILVA, com base no Parecer 344 (0035840230) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036911366

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, CNPJ nº 84.650696/0001-91 representado por seu presidente, Tainha Musa Lobato, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de aparelho e utensílios domésticos

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tainah Musa Lobato
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037039265

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

ANEXO VI

DISPENSA DE LICITAÇÃO/COTAÇÃO 05/2023

Versa o presente Instrumento de Convocação sobre a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE**, por meio de dispensa de licitação em razão do pequeno valor, nos termos do art. 24, II da Lei nº 8.666/1993,para atender às necessidades da EEEMTI MARECHAL RONDONe suprir as necessidades constantes no desenvolvimento de atividades pedagógicas e ações administrativas nas dependências da EEEMTI MARECHAL RONDON, proporcionando assim a continuidade na prestação dos serviços à comunidade escolar.

1. Exigência de documentos de habilitação (habilitação jurídica, fiscal, e econômico-financeira);

2. Local de entrega de materiais: EEEMTI MARECHAL RONDON, Situada à Avenida Leopoldo Peres nº 2550, Centro / Vilhena;

3. Prazo de entrega dos produtos: Imediato.

4. Prazo e condições para pagamento prevendo a forma de comprovação da liquidação da despesa (apresentação de notas fiscais).

5. Informação de que o contratado deverá manter, durante toda execução contratual, as mesmas condições de habilitação jurídica, fiscal e técnica, qualidade e desempenho;

6. Informação de que o contratado, depois de aceitas as condições estabelecidas neste termo e, apresentada sua proposta carreada dos documentos de habilitação e solicitados e, estes forem aprovados pela Administração, independentemente da formalização ou não de contrato expresso, se deixar de cumprir integral ou parcialmente o pacto(inexecução total ou parcial) sujeitar-se-á penalidades de advertência, multa, suspensão do direito de licitar com a a Administração e, declaração de inidoneidade(relacionar caso a caso).

Solicito as empresas a apresentação de proposta contemplando todos os requisitos deste instrumento, no prazo máximo de 05(cinco) dias contados do seu recebimento.

Vilhena - RO, 30 de Março de 2023.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

PORTARIA Nº 1606 DE 27 DE JANEIRO DE 2023

LAURITA DE LIMA SCHREINER

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CPF: 166.784.512-87/ Matricula: 300022814

GISÉLLY CRISTINA DAVID SANCHES WERKAUSER

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CPF: 973.993.022-00/**Matricula:** 300117286

ARNILDA VESSENDORF

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CPF: 349.543.762-20/**Matrícula:** 300025744

Protocolo 0037046763

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Ulisses Guimarães**, CNPJ nº 01.668.652/0001-61, representado por seu presidente, REGINA CLÁUDIA RAMOS DA SILVA PESSOA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto:Aquisição deMaterial de Consumo e contrataçaõ de pessoa jurídica

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

REGINA CLÁUDIA RAMOS DA SILVA PESSOA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037060039

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.011968/2023-48

VALOR: R$ 4.005,00 (quatro mil cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ACIR BARROSO DA SILVA e ANTONIO DA SILVA DE SOUZA, com base no Parecer 523 (0036841796) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036906456

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DIVA TEREZA DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.167.361/0001-90, representado por seu presidente, Rosângela Mendes Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de Despesa: 33.90.30.61

b) Objeto: COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosângela Mendes Pereira

Presidente do Conselho Gestor

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037067117

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.008695/2023-54

VALOR: R$ 3.070,50 (três mil setenta reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ADRIANO MAIA ARAÚJO, CLEBER DA SILVA SOUZA, ANA CRISTINA LEANDRO eCHIRLANE NOBRE BELO com base no Parecer 442 (0036284771)que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 23 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036823974

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DIVA TEREZA DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.167.361/0001-90, representado por seu presidente, Rosângela Mendes Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação-** Natureza de Despesa: 33.90.30.61

b) Objeto: COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosângela Mendes Pereira
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037067359

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.011976/2023-94

VALOR: R$ 4.895,00 (quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ODAILSON DAMASCENO DE AZEVEDO e ISMAEL PEREIRA DOS SANTOS FILHO com base no Parecer 530 (0036890263) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 27 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036905771

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da Escola Sebastiana Lima de Oliveira , CNPJ: 00.681.021/0001-10 , situado na Rua: Algodoeiro , nº 3060 , Bairro: Vila Eletronorte , Porto Velho/RO, , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Katia Cilene Mendonça Lima

Representante / Contratante

Protocolo 0037060771

Ato Público nº 74/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 96.360,00 (noventa e seis mil trezentos e sessenta reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.001992/2023-79, para atender às necessidades do Conselho Escolar Associação de Pais e Mestre do Colégio Tiradentes da Policia Militar III, do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM III, inscrito no CNPJ sob nº 84.722.669/0001-87, localizado no município de Ariquemes, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Ariquemes.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036954088

Ato Público nº 80/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$ 56.628,00** (cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e oito reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002237/2023-10, para atender às necessidades do Conselho Escolar Professor Edson Duarte Lopes, da **EEEF Florizel Lamego Ferrari**, inscrito no CNPJ sob nº 01.668.720/0001-92, localizado no município de Mirante da Serra, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Ouro Preto do Oeste.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036996334

Ato Público nº 81/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 96.756,00 (noventa e seis mil setecentos e cinquenta e seis reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002393/2023-72, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Hélio Neves Botelho, da EEEF Helio Neves Botelho, inscrito no CNPJ sob nº 00.672.024/0001-97, localizado no município de Porto Velho, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037001754

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DIVA TEREZA DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.167.361/0001-90, representado por seu presidente, Rosângela Mendes Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.36

b) Objeto: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA;

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosângela Mendes Pereira
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037056608

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DIVA TEREZA DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.167.361/0001-90, representado por seu presidente, Rosângela Mendes Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO elemento 3.3.90.39**

b) Objeto: **Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; serviços de telecomunicações; serviços de processamento de dados; serviços técnicos profissionais; manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas; manutenção e conservação de bens imóveis; manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; serviços gráfico; manutenção de software; manutenção, conservação de equipamentos de processamento de dados; aquisição de softwares de aplicação; limpeza e conservação;**

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosângela Mendes Pereira
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037056369

Ato Público nº 82/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 25.740,00 (vinte e cinco mil setecentos e quarenta reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002405/2023-69, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Governador Paulo Nunes Leal, da EEEF Governador Paulo Nunes Leal, inscrito no CNPJ sob nº

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

02.486.858/0001-33, localizado no município de Porto Velho, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037004091

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DIVA TEREZA DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.167.361/0001-90, representado por seu presidente, Rosângela Mendes Pereira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação- Natureza de despesa** 3.3.90.30

b) Objeto: **material de expediente; material para manutenção de bens imóveis; material educativo e esportivo; materiais elétrico/eletrônico; material de copa e cozinha; material para manutenção de bens móveis; material uniformes, tecidos e aviamentos; material de processamento de dados; gás engarrafado; material de limpeza e produção de higienização;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosângela Mendes Pereira

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037056130

Ato Público nº 83/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 127.512,00 (cento e vinte e sete mil quinhentos e doze reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002351/2023-31, para atender às necessidades do Conselho Escolar Unidos Venceremos, da EEEFM Orlando Bueno da Silva, inscrito no CNPJ sob nº 01.592.870/0001-60, localizado no município de Pimenta Bueno, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Pimenta Bueno.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037004743

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ato Público nº 84/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$**83.688,00 (oitenta e três mil seiscentos e oitenta e oito reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002570/2023-11, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola Bartolomeu Lourenço de Gusmao, da **EEEFM Bartolomeu Lourenço de Gusmão**, inscrito no CNPJ sob nº 01.227.510/0001-69, localizado no município de Vale do Anari, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho D'Oeste.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037005431

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.006118/2023-28

VALOR: R$1.112,50 (um mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) LUCINEIDE BATISTA PEREIRA com base no Parecer 469 (0036446452) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 24 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036860197

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gêneros Alimentícios de Alimentação Escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza
Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037067282

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES/ANTIGO MUNDO MÁGICO, Inscrito no CNPJ: 03.693.333/0001-31 situado na Rua: Fábia, n. 6382, Bairro Igarapé, CEP: 76.824-268, Porto Velho/RO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MEIRIZAN FILGUEIRA VAZ

Representante / Contratante

Protocolo 0037063664

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gêneros Alimentícios de Alimentação Escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza
Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037068395

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.003615/2023-74

VALOR: R$ 1.112,50 (um mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) JAQUELILE DE SOUZA ALMEIDA DOS REIS com base no Parecer 408 (0036096779) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 23 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036824418

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES/ANTIGO MUNDO MÁGICO, Inscrito no CNPJ: 03.693.333/0001-31 situado na Rua: Fábia, n. 6382, Bairro Igarapé, CEP: 76.824-268, Porto Velho/RO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MEIRIZAN FILGUEIRA VAZ

Representante / Contratante

Protocolo 0037063489

Ato Público nº 86/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 80.784,00 (oitenta mil setecentos e oitenta e quatro reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002332/2023-13, para atender às necessidades do Conselho Escolar Monteiro Lobato, da EEEFM Monteiro Lobato, inscrito no CNPJ sob nº 63.790.307/0001-53, localizado no município de Ouro Preto do Oeste, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Ouro Preto do Oeste.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037010081

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR E.E.E.F.M. DR. JOSE OTINO DE FREITAS, inscrito no CNPJ: 01.862.012/0001-98, representada por sua Presidente: Gecélia do Socorro David Silva Macedo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Gecélia do Socorro David Silva Macedo

Representante / Contratante

Protocolo 0037061516

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR E.E.E.F.M. DR. JOSE OTINO DE FREITAS, inscrito no CNPJ: 01.862.012/0001-98, representada por sua Presidente: Gecélia do Socorro David Silva Macedo, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Gecélia do Socorro David Silva Macedo

Representante / Contratante

Protocolo 0037061134

Ato Público nº 70/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 128.568,00 (cento e vinte e oito mil quinhentos e sessenta e oito reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002222/2023-43, para atender às necessidades do Conselho Escolar da EEEFM Prof. José Francisco Dos Santos, da EEEFM Prof. José Francisco dos Santos, inscrito no CNPJ sob nº 22.859.078/0001-07, localizado no município de Ji-Paraná, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Ji-Paraná.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036931885

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ato Público nº 71/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 77.748,00 (setenta e sete mil setecentos e quarenta e oito reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002114/2023-71, para atender às necessidades do Conselho Escolar Fernanda Souza de Paula, da **EEEFM** Fernanda Souza de Paula, inscrito no CNPJ sob nº 84.568.518/0001-16, localizado no município de Espigão Do Oeste, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Espigão Do Oeste.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036941694

Ato Público nº 72/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$ 72.600,00** (setenta e dois mil e seiscentos reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002196/2023-53, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola Cora Coralina, da EEEF Cora Coralina, inscrito no CNPJ sob nº 00.774.383/0001-55, localizado no município de Ji-Paraná, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Ji-Paraná.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036949487

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.013833/2023-17

VALOR: R$222,50 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) IRINEU TOMAZ MATIAS com base no Parecer 520 (0036829468) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 24 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036856720

Ato Público nº 73/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 62.964,00 (sessenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002055/2023-31, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo Freire, da EEEFM Paulo Freire, inscrito no CNPJ sob nº 00.734.884/0001-08, localizado no município de Cacoal, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036950268

Ato Público nº 75/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$ 55.308,00** (cinquenta e cinco mil trezentos e oito reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002431/2023-97, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Branca de Neve, da **EEEF** Branca de Neve, inscrito no CNPJ sob nº 34.737.148/0001-25, localizado no município de Porto Velho, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036962187

Ato Público nº 66/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 83.160,00 (oitenta e três mil cento e sessenta reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002002/2023-10, para atender às necessidades do Conselho Escolar da EEEFM Buriti, da EEEFM Buriti, inscrito no CNPJ sob nº 00.670.373/0001-70, localizado no município de Buritis, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Buritis.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036905141

Ato Público nº 76/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002140/2023-07, para atender às necessidades do Conselho Escolar da EEEF Maria Di Sancti Santos, da EEEFM Maria Di Sancti Santos, inscrito no CNPJ sob nº 12.925.147/0001-71, localizado no município de Espigão do Oeste, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Espigão do Oeste.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0036976763

AVISO

EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 01

A Comissão de Compras e Licitação do **Conselho Escolar EEEFM. Cesar Freitas Cassol**, vinculado a Escola E.E.F. Cesar Freitas Cassol, Porto Velho, situado Av. dos Imigrantes, s/n, Centro, Porto Velho - RO, Distrito de União Bandeirantes, neste ato representado pela presidente da comissão de compras: **Ana Maria Schinwelski**, tem a honra de publicar a Carta Convite nº 01/2023, que tem por objetivo a contratação de empresa especializada em construção de muro e de drenagem, Modalidade: CARTA CONVITE, Data: 10/04/2023 (Dez de março de dois mil e vinte três), Tipo: **MENOR PREÇO VALOR:** R$ 329.999,94 (trezentos e vinte nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), **Local: EEEFM. CESAR FREITAS CASSOL, situado Av. dos Imigrantes, s/n, Centro, Porto Velho - RO, Distrito de União Bandeirantes**. Disponibilidade do Edital para consulta pelo site https://www.sei.ro.gov.br/, Consulta processual: Processo SEI Nº 0029.017205/2023-19 no ID Nº 0037049378, Informações pelo e-mail institucional: escolacesacassol@seduc.ro.gov.br e/ou por contato telefônico (69) 99221-1405 das 07h30min às 16h30m de segunda a sexta-feira (horário de Rondônia).

Porto Velho, 31 de março de 2023.

ANA MARIA SCHINWELSKI

Presidente Comissão de Compras e Licitação

Protocolo 0036930659

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: Execução do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - EXECELÊNCIA

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037067289

Ato Público nº 78/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a R$ 73.392,00 (setenta e três mil trezentos e noventa e dois reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002240/2023-25, para atender às necessidades do Conselho Escolar da EEEFM Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, da EEEFM Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, inscrito no CNPJ sob nº 01.230.848/0001-70, localizado no município de Monte Negro, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Ariquemes.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036983401

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.012530/2023-87

VALOR: R$1.112,50 (um mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) IZAQUE DE OLIVEIRA CRUZ com base no Parecer 500 (0036644336) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 17 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036657965

Ato Público nº 79/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 24.024,00 (vinte e quatro mil vinte e quatro reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002385/2023-26, para atender às necessidades do Conselho Escolar da EEEF Franklin Roosevelt, da EEEF Franklin Delano Roosevelt, inscrito no CNPJ sob nº 05.561.436/0001-73, localizado no município de Porto Velho, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036984173

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, CNPJ nº 84.650696/0001-91 representado por seu presidente, Tainha Musa Lobato, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviços de fornecimento de alimentação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tainah Musa Lobato
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037068741

Ato Público nº 77/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$ 38.676,00 (trinta e oito mil seiscentos e setenta e seis reais)**, oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002563/2023-19, para atender às necessidades do Conselho Escolar da EEEFM Pioneira, da EEEFM Pioneira, inscrito no CNPJ sob nº 00.774.388/0001-88, localizado no município de Teixeirópolis , sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Ouro Preto do Oeste.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0036981619

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.079626/2022-44	EEEFM Professora Margarida Custódio de Souza	Conselho Escolar Educar para o Futuro	Ouro Preto do Oeste	Ouro Preto do Oeste	01.782.367/0001-77	11.750,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032118899

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de carga de gás de cozinha (GLP) 13kg, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza

Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037068987

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, CNPJ nº 84.650696/0001-91 representado por seu presidente, Tainha Musa Lobato, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação ou Carta Convite

b) Objeto: Aquisição de materiais permamentes e outros afins

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Tainah Musa Lobato
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037067916

Ato Público nº 85/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 64.320,00 (sessenta e quatro mil trezentos e vinte reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002365/2023-55, para atender às necessidades do Conselho Escolar da EEEFM 4 de Janeiro, da EEEMTI 4 de Janeiro, inscrito no CNPJ sob nº 01.609.406/0001-39, localizado no município de Porto Velho, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037006541

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, CNPJ nº 84.650696/0001-91 representado por seu presidente, Tainha Musa Lobato, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação ou Carta Convite

b) Objeto: Aquisição de materiais de consumo - custeio e outros afins

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tainah Musa Lobato
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037067774

Ato Público nº 89/2023/SEDUC-NCPAF

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto no art. 4º *da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e suas alterações que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências."*, torna público, para conhecimento dos interessados, a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a **R$** 100.320,00 (cem mil trezentos e vinte reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro - Proafi Regular - 2023**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.002016/2023-33, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola CEEJA - Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Aída Fibiger De Oliveira, da CEEJA Aída Fígiber de Oliveira, inscrito no CNPJ sob nº 05.706.049/0001-88, localizado no município de Cacoal, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0037023768

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Escola E.E.E.F.M CESAR FREITAS CASSOL**, CNPJ nº 11348633/0001-01, representado por seu presidente, ARGEU BARROS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de LICITAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **Licitação - Carta Convite**

b) Objeto: REFORMA NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA E.E.E.F.M. CESAR FREITAS CASSOL

2 - **Manifestar a opção por Liciatação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

ARGEU BARROS

DIRETOR

Protocolo 0037064505

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Aquisição de material de copa e cozinha, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza
Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037068992

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.005016/2023-95

VALOR: R$4.672,50 (quatro mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do servido(a) EVESTILE FLAUZINO com base no Parecer 409 (0036103031) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036700144

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo Freire , CNPJ nº 01.533.616/0001-90, representado por seu presidente, ALTAIR RAMOS GOMES no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de 0029.018259/2023-93 assim identificado:

a) Modalidade: CARTA CONVITE

b) Objeto: Reforma Elétrica da EEEFM Paulo Freire

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALTAIR RAMOS GOMES

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037068783

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.012066/2023-29

VALOR: R$1.780,00 (um mil setecentos e oitenta reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) JAIME RIBEIRO DE LIMA e INARA AUGUSTA CORDEIRO CAMPOS com base no Parecer 521 (0036831969) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 24 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036852342

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.003567/2023-14

VALOR: R$4.005,00 (quatro mil cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) JULIO CESAR MARQUES CAVALCANTE e KALINY DE LIMA CARDOSO MIRANDA com base no Parecer 483 (0036513163) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 17 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036668885

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA E.E.E.F.M. BARÃO DO SOLIMÕES**, **CNPJ: 04.772570/0001-50,** representada por seu Presidente: **MARCELO LIMA DE ARAÚJO**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LIMA DE ARAÚJO

Representante / Contratante

Protocolo 0037062089

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA E.E.E.F.M. BARÃO DO SOLIMÕES**, **CNPJ: 04.772570/0001-50,** representada por seu Presidente: **MARCELO LIMA DE ARAÚJO**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCELO LIMA DE ARAÚJO

Representante / Contratante

Protocolo 0037061744

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Serviço de limpeza de bebedouros, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza
Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037069083

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLA DA E.E.E.F.M.MURILO BRAGA, CNPJ 00.672.031/0001-99**, representada por sua Presidente: **FRANCIANNE SOUZA DA SILVA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCIANNE SOUZA DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037062281

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de tecidos de gorgurão, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza

Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037069248

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de soprador de folhas, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza
Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037069297

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de bomba d' agua Centr. mono TH-16 NR 1 CV, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza
Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037069336

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis, CNPJ nº 07.410.864/0001-20, representado por seu presidente, Valnice Lima de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/ Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: O serviço de confecção, troca de escrita e almofada de carimbos, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Valnice Lima de Souza

Presidente do Conselho Escolar Luiz Carlos Paula Assis

Protocolo 0037069372

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR E.E.E.M.T.I. 4 DE JANEIRO INSCRITO NO CNPJ Nº 01.609.406/0001-39**, representada por sua Presidente: FRANCISCA AGUIAR DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA AGUIAR DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037062714

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, **Dalvanira Maria Pontes De Menezes** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.
DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Protocolo 0037025358

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, Dalvanira Maria Pontes De Menezes no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Expediente**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Protocolo 0037051633

TERMO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS**,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, **Dalvanira Maria Pontes De Menezes** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
ESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Gás Engarrafado**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Protocolo 0037051638

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS**,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, **Dalvanira Maria Pontes De Menezes** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Limpeza e Conservação**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037051646

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS**,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, **Dalvanira Maria Pontes De Menezes** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Protocolo 0037051652

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MAJOR GUAPINDAIA INSCRITO NO CNPJ Nº 05.789.045/0001-00**, representada por sua Presidente: C**éli**o Leandro da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CÉLIO LEANDRO DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037063402

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS**,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, **Dalvanira Maria Pontes De Menezes** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: **Outros Serviços de Terceiros Pessoa - Jurídica**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Protocolo 0037069708

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS**,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, **Dalvanira Maria Pontes De Menezes** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo: Gêneros de Alimentação.**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Protocolo 0037051636

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS**,, CNPJ nº 84.651.9472/0001-20, representado por seu presidente, **Dalvanira Maria Pontes De Menezes** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DALVANIRA MARIA PONTES DE MENEZES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ANGELINA DOS ANJOS

Protocolo 0037051640

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA, CNPJ SOB N.º 02.531.922/0001-50,** representada por seu Presidente: **FRANCISCO RODRIGUES LOPES**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCO RODRIGUES LOPES

Representante / Contratante

Protocolo 0037064034

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA, CNPJ SOB N.º 02.531.922/0001-50,** representada por seu Presidente: **FRANCISCO RODRIGUES LOPES**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCO RODRIGUES LOPES

Representante / Contratante

Protocolo 0037063671

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PROFESSORA ANTÔNIA VIEIRA FROTA**, CNPJ nº 00.689.594/0001-90, representado por seu presidente, JOSIEL DE OLIVEIRA LOPES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: Compra de merenda com recurso PNAE (saldo reprogramado e saldo credidato para o exercício 2023)

2 - **Manifestar a opção por licitar e contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSIEL DE OLIVEIRA LOPES

Presidente do Conselho Escolar

EEEFM Professora Antônia Vieira Frota

Protocolo 0037070045

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.077227/ 2022-49	EEEF 13 de Maio	Conselho Escolar daEEEF 13 de Maio	Ji-Paraná	Ji-Paraná	00.808.381/ 0001-30	10.000,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032119251

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio E.E.E.F.M** GOV. JESUS BURLAMAQUI HOSANNAH, inscrita no CNPJ sob n.º 01.773.569/0001-52, representada por sua Presidente: **LILIANY AURORA MOREIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Liliany Aurora Moreira

Representante / Contratante

Protocolo 0037065531

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.007549/2023-10

VALOR: R$5.607,00 (cinco mil seiscentos e sete reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) JEFFERSON PINTO RODRIGUES DA SILVA, DEBORA LUCIA RAPOSO DA SILVA e CLEBER DA SILVA SOUZA com base no Parecer 515 (0036793681) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 24 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036858506

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.003727/2023-25

VALOR: R$1.112,50 (um mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) LUCINEIDE BATISTA MACHADO com base no Parecer 453 (0036350020) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 13 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036511886

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Paulo de Assis Ribeiro**, CNPJ nº 84.568.385/0001-88, representado por seu presidente, Zalmir José Kretikouski, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de Gêneros Alimentícios para alimentação escolar.

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Colorado doOeste, 31 de março de 2023

ZALMIR JOSÉ KRETIKOUSKI

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053655

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Paulo de Assis Ribeiro**, CNPJ nº 84.568.385/0001-88, representado por seu presidente, Zalmir José Kretikouski, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **contratação de empresa especializada no fornecimento de GênerosAlimentícios para alimentação escolar.**

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Colorado do Oeste, 31 de março de 2023

ZALMIR JOSÉ KRETIKOUSKI
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037053469

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo Freire , CNPJ nº 01.533.616/0001-90, representado por seu presidente, ALTAIR RAMOS GOMES no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de 0029.018259/2023-93 assim identificado:

a) Modalidade: CARTA CONVITE

b) Objeto: Reforma Elétrica da EEEFM Paulo Freire

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ALTAIR RAMOS GOMES

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037070669

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio E.E.E.F.M** GOV. JESUS BURLAMAQUI HOSANNAH,inscrita no CNPJ: 08.943.974/0001-10, representada por sua Presidente: **LILIANY AURORA MOREIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Liliany Aurora Moreira

Representante / Contratante

Protocolo 0037065281

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.011300/2023-09

VALOR: R$ 6.007,50 (seis mil sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) JEAN JEYME DA S. MAGALHÃES, LEANDRO LEVY ANDRADE WAN BURK e PAULO VINICIUS FRANCHIN com base no Parecer 550 (0036942787) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 28 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036961697

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.012250/2023-79

VALOR: R$ 2.447,50 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) ANDRESON LUIZ DA SILVA OLIVEIRA com base no Parecer 516 (0036810930) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 23 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036831297

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO RAIMUNDO NONATO VIEIRA DA SILVA INSCRITO NO CNPJ Nº 13.343.228/0001-26**, representada por seu Presidente: Edison Monteiro de Oliveira, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edison Monteiro de Oliveira

Representante / Contratante

Protocolo 0037066053

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.003607/2023-28

VALOR: R$1.112,50 (um mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) EVERTON DAVID FRANK com base no Parecer 418 (0036129975) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036695898

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Dispensa assim identificado:
a) Modalidade: Dispensa
b) Objeto: Materiais de Expediente
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037071101

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO E.E.E.F.M HEITOR VILLA LOBOS**, representada por seu Presidente: **CLAYTON AMARAL BATISTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CLAYTON AMARAL BATISTA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Representante / Contratante

Protocolo 0037066719

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO E.E.E.F.M HEITOR VILLA LOBOS**, inscrita no CNPJ: 01.804.162/0001-45, representada por seu Presidente: **CLAYTON AMARAL BATISTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CLAYTON AMARAL BATISTA

Representante / Contratante

Protocolo 0037066938

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Paulo de Assis Ribeiro**, CNPJ nº 84.568.385/0001-88, representado por seu presidente, Zalmir José Kretikouski, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação ou Carta Convite**

b) Objeto: Aquisição de de Materiais de Consumo, Gêneros Alimentícios, Material Permanente e ou Prestação de Serviços, com recursos oriundos do Governo Estadual e Federal..

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ZALMIR JOSÉ KRETIKOUSKI
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037055558

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PROFª ELOISA BENTES RAMOS, CNPJ: 01.761.297/0001-70**, representada por sua Presidente: **ROSILENE COSTA NASCIMENTO**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosilene Costa Nascimento

Representante / Contratante

Protocolo 0037067452

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PROFª ELOISA BENTES RAMOS, CNPJ: 01.761.297/0001-70**, representada por sua Presidente: **ROSILENE COSTA NASCIMENTO**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosilene Costa Nascimento

Representante / Contratante

Protocolo 0037067220

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALBINO BUTTNER, INSCRITO NO CNPJ Nº 07.334.828/0001-25**, representada por sua Presidente: **MARIA DO SOCORRO MACIEL ROCHA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA DO SOCORRO MACIEL ROCHA

Representante / Contratante

Protocolo 0037068082

ADENDO

MODIFICADOR I
EDITAL Nº 3/2023/SEDUC-EEEFPH

O Conselho Escolar Professora Aliete Alberto Matta Morhy da EEEF Paul Harris, através da Comissão de Compras e Licitação-CCL, instituída pela Portaria n° **Portaria n°** 11100 CE - 27 de setembro de 2022, torna público para conhecimento de interessados, que se encontra autorizada, a realização do certame licitatório, sob a modalidade de CARTA CONVITE, sob o regime de empreitada por PREÇO GLOBAL, e o tipo da licitação será o de MENOR PREÇO, na forma de execução direta, de acordo com a Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar n°. 123/06 e suas alterações e Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011, com sessão de abertura marcada para o dia 11 de abril de 2023 às 09h00, na E.E.E.F Paul Harris, localizada na Av. Leopoldo de Matos nº 2102, Bairro: Tamandaré no Município de Guajará-Mirim (RO), tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de propostas mais vantajosas, conforme disposições no edital e orientações abaixo, tendo como objeto a Contratação EMPRESA ESPECIALIZADA em Obras, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, para atender a Reforma de cobertura e piso, especificados neste Edital, de conformidade com as peças que a compõem, para atender a Secretaria de Estado da Educação:

I - FICA ALTERADO O ITEM 8 DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DA SESSÃO PÚBLICA **do EDITAL, conforme segue:**

LEIA-SE:

"(...)

8.1 Os envelopes de documentação e propostas serão recebidos até às **8h:45min do dia 11**/04/2023, no(a) E.E.E.F Paul Harris, na cidade de Guajará-Mirim-RO, quando se dará início a sessão inaugural do procedimento licitatório, com a abertura dos respectivos envelopes.

(...)"

Guajará Mirim, 28 de março de 2023.

COMISSÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

SALMA IVANEIDE REIS BARROS

Presidente da CCL

Protocolo 0036966657

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de (Dispensa) assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa

b) Objeto: Compra de Materiais de Expedientes e Capital

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037071985

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo como:** Material de Expediente

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037030859

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALBINO BUTTNER, INSCRITO NO CNPJ Nº 07.334.828/0001-25**, representada por sua Presidente: **MARIA DO SOCORRO MACIEL ROCHA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARIA DO SOCORRO MACIEL ROCHA

Representante / Contratante

Protocolo 0037067683

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo como:** Gêneros de Alimentação.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037056141

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo como:** Materiais para manutenção de Bens Imóveis
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037056719

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo como:** Gás engarrafado.
2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037056856

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo como:** Material de limpeza e produção de higienização

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa

Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037056941

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:** Serviços Técnicos Profissionais

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037057302

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:** Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037057430

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:** Serviços Gráficos

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037057568

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:** Manutenção Software

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037057644

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Festividades e Homenagens**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037070220

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, CNPJ nº 26.337.374/0001-90, representado por seu presidente, Nadir Fernandes Costa, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física: Fornecimento de Alimentação.**

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Nadir Fernandes Costa
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037070856

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 -

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.077304/ 2022-61	EEEFM Emburana	Conselho Escolar Emburana	Ji-Paraná	Presidente Médici	01.274.600/ 0001-00	11.750,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032119722

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DUQUE DE CAXIAS, INSCRITA NO CNPJ: 00.738.548/0001-33,** representada por sua Presidente: Jeferson Sales Guimarães, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Jeferson Sales Guimarães

Representante / Contratante

Protocolo 0037068252

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Wilson Camargo, CNPJ nº 84.568.807/0001-15, representado pela presidente, **Ivanise Nazaré Mendes**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de empresas especializadas para a compra de **Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis para a Alimentação Escolar**

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ivanise Nazaré Mendes
Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037066731

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.011967/2023-01

VALOR: R$ 4.005,00 (quatro mil cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) GILVAN SEBASTIÃO DE MOURA e ROBERTO GOMES RAMALHO, com base no Parecer 570 (0036992335) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 30 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0037009619

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente,O CONSELHO ESCOLA**R I.E.E CARMELA DUTRA** , CNPJ Nº 04.773.172/0001-59, SITO A AV. FARQUAR, 1913 - ARIGOLÂNDIA, PORTO VELHO , REPRESENTADA POR **IONIRA MELO DA SILVA**, **CPF: 639.635.072-68**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IONIRA MELO DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037068581

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da Escola Professor Orlando Freire , CNPJ: 01.095.373/0001-56 , situada na Rua: Av. Rio de Janeiro, nº 4864, Bairro: Lagoa, Porto Velho - RO doravante contratada , representada por: Luciano Francisco , CPF: 422.318.762-72 , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciano Francisco

Representante / Contratante

Protocolo 0037067525

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.078058/2022-64	EEEF Jorge Vicente Salazar dos Santos	Conselho Escolar da EEEF Jorge Vicente Salazar dos Santos	Porto Velho	Porto Velho	07.325.372/0001-37	11.750,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032120123

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da Escola Professor Orlando Freire , CNPJ: 01.095.373/0001-56 , situada na Rua: Av. Rio de Janeiro, nº 4864, Bairro: Lagoa, Porto Velho - RO doravante contratada , representada por: Luciano Francisco , CPF: 422.318.762-72 , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Luciano Francisco

Representante / Contratante

Protocolo 0037067339

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.082880/2022-20	EEEFM Cel. Aluízio Pinheiro Ferreira	Conselho Escolar Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira	Rolim de Moura	Rolim de Moura	84.650.894/0001-55	15.250,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032120499

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o conselho Escolar da Escola E.E.E.F. PRINCESA IZABEL , inscrito no CNPJ: 05.524.464/0001-10 , sito a Rua: BR 364 , nº Km 5,5 , Sentido Cuiabá - Porto Velho/RO, representada por Claudia Rodrigues Portela , inscrito no CPF: 438.093.832-87, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Claudia Rodrigues Portela

Representante / Contratante

Protocolo 0037067178

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Wilson Camargo, CNPJ nº 84.568.807/0001-15, representado pela presidente, **Ivanise Nazaré Mendes**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de empresas especializadas para a compra de **Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis para a Alimentação Escolar**

2 - Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ivanise Nazaré Mendes

Presidente Conselho Escolar

Protocolo 0037072967

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o conselho Escolar da Escola E.E.E.F. PRINCESA IZABEL , inscrito no CNPJ: 05.524.464/0001-10 , sito a Rua: BR 364 , nº Km 5,5 , Sentido Cuiabá - Porto Velho/RO, representada por Claudia Rodrigues Portela , inscrito no CPF: 438.093.832-87, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Claudia Rodrigues Portela

Representante / Contratante

Protocolo 0037066736

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.076751/ 2022-01	EEEFM Tupã	Conselho Escolar da EEEFM Tupã	Ji-Paraná	Ji-Paraná	00.729.172/ 0001-09	10.000,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032120819

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio PROFESSORA JURACY LIMA TAVARES , CNPJ: 37.653.810/0001-57, Localizada na: Rua: Padre Chiquinho, S/N; DISTRITO DE SÃO CARLOS, doravante contratada , representada por Jhon Leones Ferreira de Souza , RG n.º: 926277 , CPF: 946.312.472-15,, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Jhon Leones Ferreira de Souza

Representante / Contratante

Protocolo 0037066381

ADENDO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE ARIQUEMES**, CNPJ nº **26.370.970/0001-72**, representado por sua presidente, **NILTA MOREIRA BRAGA NUNES**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **0286993 SSP/AC** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **326.654.582-68** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 162/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 13816 - 09 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de LICITAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: CARTA CONVITE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO.

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**, **CONFORME A ELEMENTO 33.90.39 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de **31/12/2023.**

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTA MOREIRA BRAGA NUNES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037059475

ADENDO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO GESTOR COORDENADORIA REGIONAL DE ARIQUEMES**, CNPJ nº **26.370.970/0001-72**, representado por sua presidente, **NILTA MOREIRA BRAGA NUNES**, da cidade Ariquemes/RO, portador da Cédula de Identidade RG sob o número: **0286993 SSP/AC** , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o número: **326.654.582-68** em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 162/2023/SEDUC-NTFG, publicada no DIOF nº Edição 13816 - 09 de Janeiro de 2023, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE** OU DISPENSA DE LICITAÇÃO.

b) Objeto:CONTRATAÇÃO A AQUISIÇÃO DE **MATERIAL DE CONSUMO**, **CONFORME A ELEMENTO 33.90.30 DA PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.**

2 - **Manifestar a opção por** CONTRATAÇÃO POR CARTA CONVITE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO **nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de **31/12/2023.**

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

NILTA MOREIRA BRAGA NUNES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037069829

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.078117/2022-02	EEF Tancredo de Almeida Neves	Conselho Escolar da EEEF Tancredo de Almeida Neves	Alta Floresta D'Oeste	Alta Floresta D'Oeste	01.700.030/0001-73	11.749,80

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032121182

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Ceeja Professora Nadir Aparecida Ferreira**, CNPJ nº 21.436.880/0001-13, representado por sua presidente, Rosilene Aparecida Paulino Rodrigues, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação]**

b) Objeto: 33.90.30 e 33.90.39

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE APARECIDA PAULINO RODRIGUES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037072836

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar da Escola E.E.E.F.M. PAULO FREIRE, inscrito no CNPJ: 01.533.616/0001-90 , situada na Rua: Ayrton Senna, 1655º bairro: Centro, no Município de Itapuã do Oeste, Presidida atualmente por: Altair Ramos Gomes, inscrita no CPF: 183.508.602-00, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Altair Ramos Gomes

Representante / Contratante

Protocolo 0037065908

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR IRMÃ DOROTHY MAE STANG**, CNPJ nº 09.479.198/0001-02, representado por seu presidente, Tathiane Gotardi Cardoso, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de consumo - Expediente

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tathiane Gotardi Cardoso

Presidente do Conselho Escolar Irmã Dorothy Mae Stang

Protocolo 0037073458

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o IncisoIV do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO
DIRETORA

Protocolo 0037067707

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar da Escola E.E.E.F.M. PAULO FREIRE, inscrito no CNPJ: 01.533.616/0001-90 , situada na Rua: Ayrton Senna, 1655º bairro: Centro, no Município de Itapuã do Oeste, Presidida atualmente por: Altair Ramos Gomes, inscrita no CPF: 183.508.602-00, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Altair Ramos Gomes

Representante / Contratante

Protocolo 0037065721

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação ou Carta Convite.

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento gêneros alimentícios para alimentação escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso IV do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO
DIRETORA

Protocolo 0037069010

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, inscrito no CNPJ: 00.677.810/0001-87 , situada na Rua: Jacy Paraná, nº 1881, Bairro: Nossa Senhora das Graças , no Município de Porto Velho , Presidida atualmente por: ROSANA RIBEIRO PANTOJA, inscrita no CPF: 340.840.452-68, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSANA RIBEIRO PANTOJA

Representante / Contratante

Protocolo 0037065496

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Ceeja Professora Nadir Aparecida Ferreira**, CNPJ nº 21.436.880/0001-13, representado por sua presidente, Rosilene Aparecida Paulino Rodrigues, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:
a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação]**
b) Objeto: 33.90.30
2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE APARECIDA PAULINO RODRIGUES
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037073628

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, inscrito no CNPJ: 00.677.810/0001-87 , situada na Rua: Jacy Paraná, nº 1881, Bairro: Nossa Senhora das Graças , no Município de Porto Velho , Presidida atualmente por: ROSANA RIBEIRO PANTOJA, inscrita no CPF: 340.840.452-68, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ROSANA RIBEIRO PANTOJA

Representante / Contratante

Protocolo 0037065284

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, CNPJ nº 84.650696/0001-91 representado por seu presidente, Tainha Musa Lobato, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de serviços de terceiros - pessoa física ou jurídica

Outros serviços e afins

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tainah Musa Lobato

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037073741

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Gêneros Alimentícios - peixe

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037073638

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Força e Trabalho, CNPJ nº 01.802.670/0001-94, representado por seu presidente, **Angela Cutolo**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:**Empresa Especializada em Serviços de Limpeza e Higienização de Bens Imóveis - forro salas**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANGELA CUTOLO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037073831

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA inscrito no CNPJ nº 00.702.684/0001-73 , Localizada na Rua Oreon, nº 2701 – Bairro Ulisses Guimarães, Porto Velho - RO representada por Cinthia Patrícia Macêdo Melo RG:1005244-5 SSP AM, CPF: 407.330.092-04, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cinthia Patrícia Macêdo Melo

Representante / Contratante

Protocolo 0037064653

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA inscrito no CNPJ nº 00.702.684/0001-73 , Localizada na Rua Oreon, nº 2701 – Bairro Ulisses Guimarães, Porto Velho - RO representada por Cinthia Patrícia Macêdo Melo RG:1005244-5 SSP AM, CPF: 407.330.092-04, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Cinthia Patrícia Macêdo Melo

Representante / Contratante

Protocolo 0037064806

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO IZABEL DEOLIVEIRA ASSUNÇÃO, CNPJ nº 04.393.229/0001-94, representado por seu presidente, EDSON ALVES NASCIMENTO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação**

b) Objeto: PDDE QUALIDADE - E AGREGADOS

2 - **Manifestar a opção por [contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDSON ALVES NASCIMENTO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037070971

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Força e Trabalho, CNPJ nº 01.802.670/0001-94, representado por seu presidente, **Angela Cutolo**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços de Processamento de Dados**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANGELA CUTOLO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037069996

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o O Conselho Escolar Escolar da Escola JOÃO FRANCISCO CORREIA , CNPJ: 02.991.837/0001-75 , situada na: Rua Senador Olavo Pires n. 1363 – Centro – Itapuã do Oeste – RO -CEP: 76.861-000, presidida por: Ivone Taufmann da Silva , inscrita no CPF: 628.244.309-15, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ivone Taufmann da Silva

Representante / Contratante

Protocolo 0037064360

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Força e Trabalho, CNPJ nº 01.802.670/0001-94, representado por seu presidente, **Angela Cutolo**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANGELA CUTOLO
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037067968

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.005157/2023-16

VALOR: R$1.335,00 (um mil trezentos e trinta e cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) EMERSON PEREIRA DE ARRUDA JUNIOR e ANNEVA KANINKA KUIPERS RODRIGUES com base no Parecer 426 (0036176051) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 16 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036633858

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O Conselho Escolar Escolar da Escola JOÃO FRANCISCO CORREIA , CNPJ: 02.991.837/0001-75 , situada na: Rua Senador Olavo Pires n. 1363 – Centro – Itapuã do Oeste – RO -CEP: 76.861-000, presidida por: Ivone Taufmann da Silva , inscrita no CPF: 628.244.309-15, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ivone Taufmann da Silva

Representante / Contratante

Protocolo 0037064246

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Força e Trabalho, CNPJ nº 01.802.670/0001-94, representado por seu presidente, **Angela Cutolo**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Serviços Gráficos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANGELA CUTOLO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037067327

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, Compra Direta Nº 01/2023, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**, Compra Direta.

b) Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza e Produção de Higienização.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055232

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

b) Objeto: Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

2 - **Manifestar a opção por contratar por via de dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CONSELHO

Protocolo 0037021475

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, Compra Direta Nº 02/2023, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**, Compra Direta.

b) Objeto: Prorrogação do Contrato com a Empresa Yune Net Telecomunicações LTDA, referente a Prestação de Serviço de Internet Fibra Óptica de 400 MB.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037055740

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, Compra Direta Nº 03/2023, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**, Compra Direta.

b) Objeto: Aquisição de prestação de serviço de Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037056040

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.002259/2023-71

VALOR: R$7.342,50 (sete mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) ANTÔNIO IZAEL QUEIROZ ARAÚJO, TIAGO SOUZA LOPES e RICARDO GUEDESDA SILVA com base no Parecer 386 (0035999872) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036710413

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, Compra Direta Nº 04/2023, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**, Compra Direta.

b) Objeto: Aquisição de Material de Expediente: Toner Para Impressora.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057680

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, Compra Direta Nº 05/2023, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**, Compra Direta.

b) Objeto: Aquisição de Material de Expediente de Expediente: Papelaria.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037057990

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA, CNPJ nº 01.148.131/0001-83, representado por seu presidente, Viviane Silva de Oliveira Nolascio, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Compra Direta/chamada pública**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOSCONFORMEART. 24 DA LEI Nº 8.666/93 INCISO IV**

2 - **Manifestar a opção por compra direta/chamada pública nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050602

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;

b) Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE - CUSTEIO

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**

Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037074403

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, Compra Direta Nº 06/2023, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**, Compra Direta.

b) Objeto: Aquisição de Material de Copa e Cozinha

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037058078

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Força e Trabalho, CNPJ nº 01.802.670/0001-94, representado por seu presidente, **Angela Cutolo**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Manutenção e Limpeza dos componentes do sistema de climatização com substituição de Peças**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANGELA CUTOLO

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037066924

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLAESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO INACIO DE CASTRO**, CNPJ nº **00.833.323/0001-66**, representado por seu presidente, **JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA,** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

b) Objeto: Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados.

2 - **Manifestar a opção por contratar por via de dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOÃO MIRANDA DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CONSELHO

Protocolo 0037021646

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO IZABEL DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO**, CNPJ nº 04.393.229/0001-94, representado por seu presidente, EDSON ALVES NASCIMENTO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:

2 - **Manifestar a opção por [contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDSON ALVES NASCIMENTO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037074598

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.006746/2023-11

VALOR: R$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) LUIZ RONALDO ARAUJO DA SILVA e SINÉSIO TOLEDO, com base no Parecer 487 (0036538809) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0036690417

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do Conselho Escolar do CEEJA Pe. Moretti, CNPJ nº 04.239.927/0001-30, representado por sua presidente, MILENA CRISTINA MONTEIRO FURTADO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de licitação

b) Objeto:

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MILENA CRISTINA MONTEIRO FURTADO

Presidente do conselho Escolar

Protocolo 0037074274

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio MARECHAL CASTELO BRANCO, CNPJ: 00.699.182/0001-30 , situado na Rua Josè de Alencar, 3622 - Olaria, Porto Velho - RO, 76801-226, representada por sua Presidente: **VALTER BELARMINO**,CPF:**551.994.294-34**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VALTER BELARMINO

Representante / Contratante

Protocolo 0037063974

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio MARECHAL CASTELO BRANCO, CNPJ: 00.699.182/0001-30 , situado na Rua Josè de Alencar, 3622 - Olaria, Porto Velho - RO, 76801-226, representada por sua Presidente: **VALTER BELARMINO**,CPF:**551.994.294-34**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VALTER BELARMINO

Representante / Contratante

Protocolo 0037063837

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Professora Antônia Vieira Frota**, CNPJ nº 00.689.594/0001-90, representado por seu presidente, Josiel de Oliveira Lopes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação ou Carta Convite]**

b) Objeto:

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JOSIEL DE OLIVEIRA LOPES
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037074954

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023
(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993)

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Mignone, CNPJ n. 22.879.118/0001-74, Unidade Executora da **EEEFM FRANCISCO MIGNONE**, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, em face dos poderes conferidos pela Portaria nº 001, publicada no DIOF nº 1077, de 26 de janeiro de 2017, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa: M. FARINHA CNPJ 63.619.746/0001-06, para Compra de Materiais de Consumo para a EEEFM FRANCISCO MIGNONE, no valor total de R$ 5.060,00 (cinco mil e sessenta reais).

Rio Crespo, 31 de Março de 2023.

Eder Aparecido Ferreira

Diretor/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037074964

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2023/CRE/VHA.

PARTES: CONTRATANTE: UEX COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO VILHENA. e C O N T R A T A D AUNNITRANS TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Reforma Geral da Coordenadoria Regional de Educação Vilhena

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de R$ 324.607,88 (Trezentosvinte quatro mil, seiscentos e sete reais. oitenta e oito centavos), de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços. Os preços contratuais não serão reajustados

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais/bens correrão por conta dos recursos do PROAFI – ADICIONAL Fonte de Recurso: 1500 001001

Programa de atividade: 12.368 2125 2393 239301 ; Elemento de Despesa: 339039- 24 do ano de 2023, As despesas do presente processo correrão por conta da Atividade abaixo detalhada**,** conforme Disponibilidade Orçamentária e Financeira exarada pela SEDUC PROCESSO 0029405418/2020-43 (0036295075).e correndo à conta da seguinte programação:R$ 324.607,88 (duzentos vinte quatro mil, seiscentos e sete reais. oitenta e oito centavos),), Programa/Atividade: 12.368 2125

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2393 239301 , Fonte: 1500 001001 Elemento de Despesa 339039- 24, Licitação: Convite - Modalidade: - Global, conforme Nota de Empenho nº 2023NE000831 de 06/03/2023. (0036295075).
DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de **6** (**seis**) meses contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
PROCESSO Nº 00290147692023-91.
ASSINAM: Maria de Fátima Oliveira Alves – Presidente UXEda Coordenadoria Regional de Ensinoe Valter dos Santos, inscrito CPF n° 203.531.892-00
Representante Legal. daEmpresa

_____
MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA ALVES
COORDENADORA REGIONAL DE EDUCAÇÃO/VILHENA
CPF: 622.169.372-15
VALTER DOS SANTOS
REPRESENTANTE LEGAL UNNNITRANS T. E CONSTR. LTDA-ME
CPF:203.531.892-00

Porto Velho, 23 de março de 2023.

Protocolo 0037053085

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da PMRO - Unidade II**, CNPJ nº **20.198.308/0001-09**, representado por seu presidente, **IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação,** amparado pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93;
b) Objeto: MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS - ÁRMARIOS, MESA DE SOM, MICROFONES E PONTEIRAS PASSADORES DE SLIDES;
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA **- TEN CEL PM**
Presidente do Conselho do Colégio Tiradentes da PMRO

Protocolo 0037074753

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.005088/2023-32

VALOR: R$667,50 (seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a:) servidor(a) LUCIANA REGINA NOBRE com base no Parecer 417 (0036124266)) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036707858

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Aikanã Mamaindê Sabanê, CNPJ nº 37.058.201/0001-50, representado por seu presidente, Vera Lucia Vieira Solidera, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vera Lucia Vieira Solidera

Chefe de Educação Escolar Indígena e Presidente Do Conselho Escolar.

Protocolo 0037070553

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M GOVERNADOR ARAUJO LIMA**, **no CNPJ nº 01.609.421/0001-87**, representada por **Dione Martins Magalhães**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023- 4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL- GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação/Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

DIONE MARTINS MAGALHÃES

Representante / Contratante

Protocolo 0037069519

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, do Conselho Escolar do CEEJA Pe. Moretti, CNPJ nº 04.239.927/0001-30, representado por sua presidente, MILENA CRISTINA MONTEIRO FURTADO, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Carta Convite

b) Objeto:

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MILENA CRISTINA MONTEIRO FURTADO

Presidente do conselho Escolar

Protocolo 0037074901

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Dispensa assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: Dispensa

b) Objeto: Materiais de Capital

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037075387

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Aikanã Mamaindê Sabanê, CNPJ nº 37.058.201/0001-50, representado por seu presidente, Vera Lucia Vieira Solidera, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vera Lucia Vieira Solidera
Chefe de Educação Escolar Indígena e Presidente Do Conselho Escolar.

Protocolo 0037075617

Portaria nº 3963 de 31 de março de 2023

Delega competências para os membros das comissões de compras, licitações e de recebimentos referentes aos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI.

A presidente da unidade executora, Conselho Escolar do CEEJA Professora Nadir Aparecida Ferreira, CNPJ nº 21.436.880/0001-13, no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto;

Considerando a competência para designar os membros para compor as comissões de compras e licitação e de recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da lei nº 3.350 de 24 de abril de 2014, alterado pela lei nº 4215 de 18 de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

dezembro de 2017.

Considerando que a instituição destas comissões é imprescindível para a promoção correta e regular na execução dos recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro PROAFI;

Resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de **Compras e Licitação**, como Membros, sob a presidência do primeiro:

a) Marlene Gomes Pereira Matrícula: 300026299-Presidente

b) Rawlian Castro Alves Leonel Matrícula: 300079121-Secretária

c) Irinéia KalkiMatrícula: 300061466-Membro

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de **Recebimento**, como membros sob a presidência do primeiro:

a) Silvia Aparecida PimentelMatrícula: 300037702 - Presidente

b) Darci CamposMatrícula: 300026112-Secretário

c) Rossiele Fernandes de Arruda MenoncinMatrícula: 300039056-Membro

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Extrema-RO, 31 de Março de 2023.

ROSILENE APARECIDA PAULINO RODRIGUES

Presidente do Conselho

Protocolo 0037075035

AVISO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Branca de Neve, CNPJ nº 34.737.148/0001-25, Unidade Executora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Branca de Neve, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa **SERVQUIMA PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA, CNPJ N° 03.698.900/0001-42**, para prestação de serviços de compra de material de higienização e limpeza, com entrega no dia **30/03/2023**, no valor total de **R$ 3.645,50 (Três mil seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).**

Porto Velho, 31 de março de 2023.

HINDIRA DE MELO MENDES ARAÚJO

Diretora da EEEF Branca de Neve

Protocolo 0037075484

AVISO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Branca de Neve, CNPJ nº 34.737.148/0001-25, Unidade Executora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Branca de Neve, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, da Lei 8.666/1993, torna público a conclusão do procedimento de contratação direta, via dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei de Licitações, da Empresa **OI/SA – CNPJ nº 02.041.460/0028-03**, para prestação de serviços de **TELECOMUNICAÇÕES** no Mês/MAR-2023, no valor total de **R$ 130,78 (Cento e trinta reais e setenta e oito centavos)** pago no dia 31/03/2023.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

HINDIRA DE MELO MENDES ARAÚJO

Diretora da EEEF Branca de Neve

Protocolo 0037075134

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto:Gás Engarrafado

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO

DIRETORA

Protocolo 0037071880

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite.**

b) Objeto:EMPRESA ESPECIALIZADA em Obras.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037070857

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**.

b) Objeto:contratação de empresa especializada no fornecimento degêneros alimentícios para alimentação escolar.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso Artigo 24, inciso IV, 8666/93 não dispõe valor, pois a alimentação é gênero de primeira necessidade.

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037013311

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, ASSOCIAÇÃO CONSELHO ESCOLAR JOAQUIM XAVIER DE OLIVEIRA, CNPJ nº 01.276.969/0001-52, representado por seu presidente, KEILA ROBERTA DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Equipamento de proteção, segurança e socorro.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KEILA ROBERTA DE SOUZA
Presidente do Conselho Gestor

Protocolo 0037075863

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Contratação de Empresa especializada na aquisição de material de expediente - papelaria

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO
DIRETORA

Protocolo 0037072186

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JOAQUIM XAVIER DE OLIVEIRA, CNPJ SOB N.º 01.276.969/0001-52, representado pela sua presidente, KEILA ROBERTA DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gêneros Alimentícios.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KEILA ROBERTA DE SOUZA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037065900

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Dispensa assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa

b) Objeto: Seviços de Telecomunicações

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037075852

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto:contratação de empresa especializada no fornecimento degêneros alimentícios para alimentação escolar.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso Artigo 24, inciso IV, 8666/93 não dispõe valor, pois a alimentação é gênero de primeira necessidade.

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037014547

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da EEEF Padre Mário Castagna, CNPJ: 00.700.441/0001-04, representado por seu presidente, Francisco Tadeu Reis de Souza, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Carta Convite**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo**

2 - **Manifestar a opção por Contratar** nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

FRANCISCO TADEU REIS DE SOUZA

Diretor

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037075835

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de material de limpeza.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO
DIRETORA

Protocolo 0037072733

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JOAQUIM XAVIER DE OLIVEIRA, CNPJ SOB N.º 01.276.969/0001-52, representado pela sua presidente, KEILA ROBERTA DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gêneros Alimentícios.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

KEILA ROBERTA DE SOUZA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037064497

Portaria nº 3964 de 31 de março de 2023

Delega competências para os membros das comissões de compras, licitações e de recebimentos referentes aos recursos financeiros dos Programas PNAE, PEALE, PDDE.

A presidente da unidade executora, Conselho Escolar do CEEJA Professora Nadir Aparecida Ferreira, CNPJ nº 21.436.880/0001-13, no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto;

Considerando a competência para designar os membros para compor as comissões de compras e licitação e de recebimento, conforme estabelece o art. 20, § 1º da lei nº 3.350 de 24 de abril de 2014, alterado pela lei nº 4215 de 18 de dezembro de 2017.

Considerando que a instituição destas comissões é imprescindível para a promoção correta e regular na execução dos recursos financeiros dos Programas PNAE, PEALE, PDDE;

Resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de **Compras e Licitação**, como Membros, sob a presidência do primeiro:

a) Marlene Gomes Pereira Matrícula: 300026299-Presidente

b) Rawlian Castro Alves Leonel Matrícula: 300079121-Secretária

c) Irinéia KalkiMatrícula: 300061466-Membro

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a presente Comissão de **Recebimento**, como membros sob a presidência do primeiro:

a) Silvia Aparecida PimentelMatrícula: 300037702 - Presidente

b) Darci CamposMatrícula: 300026112-Secretário

c) Rossiele Fernandes de Arruda MenoncinMatrícula: 300039056-Membro

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Extrema-RO, 31 de Março de 2023.

ROSILENE APARECIDA PAULINO RODRIGUES

Presidente do Conselho

Protocolo 0037075817

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto:Aquisição de empresa especializada na aquisição de material permanente. Elemento de despesa 33.90.52

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO
DIRETORA

Protocolo 0037072755

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto:Aquisição de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva em computadores e impressoras. Elemento de despesa 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO
DIRETORA

Protocolo 0037074102

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JOAQUIM XAVIER DE OLIVEIRA, CNPJ SOB N.º 01.276.969/0001-52, representado pela sua presidente, KEILA ROBERTA DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Gêneros Alimentícios.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção

pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

KEILA ROBERTA DE SOUZA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037061573

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escola da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Shirlei Ceruti**, **CNPJ nº 12.166.493/0001-13**, representado por sua presidenta, Rosilene dos Santos Mellero, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Aquisição de Extintores e recargas. Elemento de Despesa 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do aviso de dispensa ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSILENE DOS SANTOS MELLERO
DIRETORA

Protocolo 0037074178

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da** E.E.E.F.M SÃO LUIZ, representada por sua Presidente: EDNA CELESTINO DOS PASSOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDNA CELESTINO DOS PASSOS

Representante / Contratante

Protocolo 0037060643

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar da E.E.E.M.T.I MARECHAL RONDON, CNPJ nº 15.893.217/0001-45, representado por seu presidente da Unidade Executora o Sr. Flávio Antônio da Graça, CPF nº. 653.074.612-91, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Dispensa de Licitação**, assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto:contratação de empresa especializada no fornecimento degêneros alimentícios para alimentação escolar.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso Artigo 24, inciso IV, 8666/93 não dispõe valor, pois a alimentação é gênero de primeira necessidade.

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Flávio Antônio da Graça

Diretor da E.E.E.M.T.I. Marechal Rondon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037014461

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.52.24 Equipamentos de segurança e Socorro no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037076531

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Rocha Pombo, CNPJ nº 01.658.288/0001-59, representado por seu presidente, Edvania da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: Carta Convite

b) Objeto: Serviços de Obras e Reforma Pessoa Jurídica

2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 01/04/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/03/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDVANIA DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037076365

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar União e Trabalho, CNPJ nº 63.788.285/0001-97, representado por seu presidente, Tatiane da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação.

b) Objeto: 3.3.90.52.35 Equipamentos de Processamento de dados no Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Tatiane da Silva

Presidente do Conselho Escolar União e Trabalho

Protocolo 0037076721

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Nove de Junho**, CNPJ nº 00.672.028/0001-75, representado por seu presidente, Mirian Pereira Suave, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Despesas de Teleprocessamento;**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MIRIAN PEREIRA SUAVE

Presidente do Conselho Escolar Nove de Junho

Protocolo 0037076235

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLA DA E.E.E.F.M.MURILO BRAGA, CNPJ 00.672.031/0001-99**, representada por sua Presidente: **FRANCIANNE SOUZA DA SILVA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCIANNE SOUZA DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037070418

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037071521

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Expediente**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037072946

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo: Gêneros de Alimentação.**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037072981

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
ESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Gás Engarrafado**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037073010

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037073031

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO
Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Limpeza e Conservação**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037073064

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037073097

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR CEEJA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA,, CNPJ nº 01.606921/0001-65, representado por seu presidente, **Edilse Anay Wachholz** no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: **Outros Serviços de Terceiros Pessoa - Jurídica**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Edilse Anay Wachholz
Presidente Do Conselho Escolar Ceeja José Alves De Almeida

Protocolo 0037073153

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR E.E.E.M.T.I. 4 DE JANEIRO INSCRITO NO CNPJ Nº 01.609.406/0001-39**, representada por sua Presidente: FRANCISCA AGUIAR DA SILVA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

FRANCISCA AGUIAR DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037070946

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR MAJOR GUAPINDAIA INSCRITO NO CNPJ Nº 05.789.045/0001-00**, representada por sua Presidente: C**éli**o Leandro da Silva, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CÉLIO LEANDRO DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037071696

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO CAPITÃO CLAUDIO MANOEL DA COSTA INSCRITO NO CNPJ Nº :00.655.170/0001-04**, representada por seu Presidente: Vanderlei Varini dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanderlei Varini dos Santos

Representante / Contratante

Protocolo 0037077435

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO CAPITÃO CLAUDIO MANOEL DA COSTA INSCRITO NO CNPJ Nº :00.655.170/0001-04**, representada por seu Presidente: Vanderlei Varini dos Santos, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vanderlei Varini dos Santos

Representante / Contratante

Protocolo 0037076802

EDITAL Nº 5/2023/SEDUC-EEEFTA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

O Presidente da Comissão de Licitação, Senhor Sérgio Pastor da Silva, nomeado através da Portaria 1469/2023/CEEEEFMTA, de 26/01/2023, publicada no DOE nº 17, de 26/01/2023 (0037059469), representando o Conselho Escolar da EEEFM. Teodoro de Assunção, inscritas subsequentemente no CNPJ 00.988.847/0001-26, situada na cidade de Candeias do Jamari-RO, CEP 76860-000, a citar a Rua 01, nº 964, Bairro Santa Izabel, torna público o Edital de Chamamento Público para aquisição de gêneros alimentícios do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE, por meio da modalidade de dispensa de licitação para contratação emergencial, na forma da **Lei nº 8.666/93,** que estabeleceu a figura da **dispensa de licitação em caráter emergencial,** em conformidade com o artigo 24 e 26 da referida lei, os elementos obrigatórios para instrução processual de dispensa. O dispositivo legal, taxativamente prevê a possibilidade de celebração direta entre a Administração e o particular de caráter emergencial.

Em atendimento ao Memorando nº 0037055552, bem como Resoluções CD/FNDE 06, 20 e 21, constantes no Processo SEI nº 0029.003881/2023-05 que trata da contratação direta emergencial de empresas especializadas no fornecimento de merenda escolar, em cumprimento ao cardápio 2023, confeccionado pela SEDUC/RO, que geraram as Pautas de Compras constantes no Processo SEI nº 0029.017379/2023-73, disponibilizados para aquisição dos gêneros alimentícios do PEALE, de acordo com as seguintes disposições.

DA RETIRADA DAS COTAÇÕES DE PREÇOS

As cotações de preços, Anexo II, bem como a Declaração de Cumprimento de Preços, Anexo I, serão encaminhadas às empresas por meio de correio eletrônico (escolateodoro@seduc.ro.gov.br), por solicitação das mesmas, ou ainda poderão ser retiradas na escola junto a Comissão de Licitação, sedeada na EEEFM. Teodoro de Assunção.

DA DEVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES DE PREÇOS

As empresas deverão preencher as cotações de preços, Anexo II, bem como a Declaração de Cumprimento de Preços, Anexo I e devolve-las por meio do correio eletrônico (escolateodoro@seduc.ro.gov.br), ou ainda diretamente à Comissão de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Licitação, assinadas e com o carimbo de identificação da empresa, ou ser entregue pessoalmente na EEEFM. Teodoro de Assunção, até as 17 horas do dia 06/04/2023.

DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

A validade das propostas não poderão ser inferior a 40 dias, tempo de validade do contrato, haja vista, que a referida dispensa corresponde ao valor de 04 parcelas acrescidos de saldo anterior de R$ 332,60 somam R$ 7.292,60 (sete mil duzentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).

DAS DOCUMENTAÇÕES A SEREM APRESENTADAS

As empresas deverão obrigatoriamente, apresentar juntamente com os anexos I e II, Certidões Negativas de Debito dos seguintes órgãos: Receita Federal do Brasil, Ministério do Trabalho (Certidão Trabalhista), Caixa Econômica (FGTS), Receita Estadual (SEFIN) e Certidão de Débitos Municipais.

O representante legal, deverá encaminhar ainda, cópia de RG e CPF, bem como comprovante de endereço da empresa, para confecção de contrato.

DO LOCAL, DATA E HORA DA ANALISE DAS PROPOSTAS

A Comissão de Licitação realizará a analise dos documentos e das propostas na sala dos funcionários no dia 07/04/2023 às 09 horas, junto a EEEFM Teodoro de Assunção.

Sergio Pastor da Silva

Presidente de Comissão de Compras

Anexo I

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

Conselho Escolar da EEEFM. Teodoro de Assunção

DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PREÇOS

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, com sede no endereço_____, DECLARA por meio de seu Representante Legal o(a) Senhor(a) _____ portador(a) do CPF. Nº _____, para os devidos fins, perante a Comissão de Compras do Conselho Escolar da EEEFM Teodoro de Assunção, que os preços propostos para aquisição de bens de gêneros alimentícios referente a cotação de preço elaborada, estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional e que serão mantido pelo prazo constante na data de validade da Proposta de Preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

_____(RO) ____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura do Representante Legal da empresa

E Carimbo da empresa

Anexo II

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

Conselho Escolar da EEEFM. Teodoro de Assunção

COTAÇÃO DE PREÇO

PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE/2023

CONSELHO ESCOLAR EEEFM TEODORO DA ASSUNÇÃO

Empresa: _____

Produtos	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
Açafrão	Kg	01			
Agrião	Kg	10			
Açúcar cristal	Kg	16			
Alho	Kg	08			
Arroz agulhinha	Kg	98			
Biscoito Salgado Cream Cracker	Kg	16			
Canela em pó	Kg	02			
Carne bovina (charque)	kg	27			
Carne em cubos	Kg	32			
Castanha do Brasil	Kg	02			
Cebola	Kg	04			

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Cenoura	Kg	21			
Chicória	Kg	01			
Extrato de tomate	Kg	05			
Farinha de mandioca torrada	Kg	32			
Feijão carioquinha	Kg	16			
Leite de Coco	Lt	04			
Leite UHT	Lt	197			
Manteiga sem sal	Kg	03			
Óleo vegetal frasco 900ml	Frasco	11			
Pão frances	Kg	41			
Sal refinado iodado	Kg	01			

Candeias do Jamari-RO, 31 de março de 2023

Carimbo da Empresa

_____
Assinatura do Representante Legal

Protocolo 0037048730

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, O CONSELHO ESCOLA**R I.E.E CARMELA DUTRA** , CNPJ Nº 04.773.172/0001-59, SITO A AV. FARQUAR, 1913 - ARIGOLÂNDIA, PORTO VELHO , REPRESENTADA POR **IONIRA MELO DA SILVA**, **CPF: 639.635.072-68**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

IONIRA MELO DA SILVA

Representante / Contratante

Protocolo 0037068776

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA, CNPJ nº 01.148.131/0001-83, representado por seu presidente, Viviane Silva de Oliveira Nolascio, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO CONFORMEO ELEMENTO 3.3.90.30, conforme portaria 448/2002.**

2 - **Manifestar a opção porcontratação por carta convite nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050664

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA, CNPJ nº 01.148.131/0001-83, representado por seu presidente, Viviane Silva de Oliveira Nolascio, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:

a) Modalidade: **CARTA CONVITE**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO DE TERCEIROSPESSOA JURÍDICA CONFORMEO ELEMENTO 3.3.90.39, conforme portaria 448/2002.**

2 - **Manifestar a opção porcontratação por carta convite nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050679

TERMO

PROAFI ADICIONAL

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da E.E.E.F.M Presidente Tancredo de Almeida Neves**, CNPJ nº 00.722.137/0001-50, representado por seu presidente, Valnide Silva Meireles, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Carta Convite**
b)objeto: Prestar serviços de construção civil para confecção de Piso em granilite, pintura de barramento das salas de aulas e Instalação Hidrossanitário fossa e sumidouro, com aquisição de materiais e contratação de mão de obra, para execução de serviço na sede da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Tancredo de Almeida Neves. para atender as necessidades da escola que Contrato 01 (0035315264) SEI 0029.000772/2023-28 / pg. 1 se encontra situada na Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves nº 4718 , Caladinho , Porto Velho – Rondônia, conforme especificações constantes no Anexo (PROJETO BÁSICO) parte integrante do Edital de Convite Nº 001/PROAFIADICIONAL/2023. Proc. 0029.000772/2023-28e 0029.089249/2022-51 e 0029004420/2023-41.
2 - **Manifestar a opção por licitar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

Valnide Silva Meireles

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037077843

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA, CNPJ nº 01.148.131/0001-83, representado por seu presidente, Viviane Silva de Oliveira Nolascio, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **LICITAÇÃO** assim identificado:
a) Modalidade: **CARTA CONVITE**
b) Objeto: **CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE CONFORMEO ELEMENTO 4.4.90.52 DA PORTARIA Nº 448/2002**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção porlicitação por carta convite nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050691

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA, CNPJ nº 01.148.131/0001-83, representado por seu presidente,, Viviane Silva de Oliveira Nolascio, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Compra Direta**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO CONFORME O ELEMENTO 3.3.90.30 PORTARIA Nº 448/2002.**

2 - **Manifestar a opção por compra direta nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050392

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA, CNPJ nº 01.148.131/0001-83, representado por seu presidente,, Viviane Silva de Oliveira Nolascio, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:
a) Modalidade: **Compra Direta**
b) Objeto: **CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DEMATERIAL PERMANENTE CONFORME O ELEMENTO 4.4.90.52PORTARIA Nº 448/2002.**
2 - **Manifestar a opção por compra direta nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050466

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Myia Kaxarari**, CNPJ nº 05.573.458/0001-53, representado por seu presidente, Marcia Costa da Silva Fratari, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e
Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: 33.90.30 **- Gêneros Alimentícios**
2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCIA COSTA DA SILVA FRATARI
Coordenadora de Educação Escolar Indígena

Protocolo 0037071682

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FREI HENRIQUE DE COIMBRA, CNPJ nº 01.148.131/0001-83, representado por seu presidente, Viviane Silva de Oliveira Nolascio, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de **Contratação** assim identificado:

a) Modalidade: **Compra Direta**

b) Objeto: **CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOSCONFORMEART. 24 DA LEI Nº 8.666/93 INCISO IV**

2 - **Manifestar a opção por compra direta nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037050540

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DUQUE DE CAXIAS, INSCRITA NO CNPJ: 00.738.548/0001-33,** representada por seu Presidente: Jeferson Sales Guimarães, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Jeferson Sales Guimarães

Representante / Contratante

Protocolo 0037073764

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar**COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR - CTPM I, inscrito no CNPJ: 63.762.264/0001-00, situado na AV.DOS IMIGRANTES , nº 4884, Bairro INDUSTRIAL, Porto Velho/RO representada por sua Presidente: **JANAINA DE SOUZA PERES BERNARDO**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANAINA DE SOUZA PERES BERNARDO

Representante / Contratante

Protocolo 0037074483

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA**, CNPJ nº 63.761.894/0001-52, representado por seu presidente, ANDRELINO MORAIS DE SOUZA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLICITAÇÃO assim identificado:

a) Modalidade: **LICITAÇÃO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

b) Objeto: SERVIÇOS E REFORMA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

2 - **Manifestar a opção por LICITAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ANDRELINO MORAIS DE SOUZA

Presidente do Conselho EEEFM JSUCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Protocolo 0037078806

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar**COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR - CTPM I, inscrito no CNPJ: 63.762.264/0001-00, situado na AV.DOS IMIGRANTES , nº 4884, Bairro INDUSTRIAL, Porto Velho/RO representada por sua Presidente: **JANAINA DE SOUZA PERES BERNARDO**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

JANAINA DE SOUZA PERES BERNARDO

Representante / Contratante

Protocolo 0037074194

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0021.077222/2022-96	Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM IV	Associação de Pais e Mestres do Colégio Tiradentes da Polícia Militar CTPM-IV de Ji-Paraná	Ji-Paraná	Ji-Paraná	22.859.417/0001-47	15.250,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032140089

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00/44.90.52.13.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.083955/2022-90	EEEF Anísio Serrão de Carvalho	Conselho Escolar Emanuel Osvaldo de Oliveira	Pimenta Bueno	Pimenta Bueno	84.650.795/0001-73	11.750,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032794834

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Myia Kaxarari**, CNPJ nº 05.573.458/0001-53, representado por seu presidente, Marcia Costa da Silva Fratari, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: 33.90.30 e 33.90.39

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por licitar ou contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

MARCIA COSTA DA SILVA FRATARI

Coordenadora de Educação Escolar Indígena

Protocolo 0037078968

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA**, CNPJ nº 84.727.619/0001-92, representado por seu presidente, GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deLICITAR assim identificado:

a) Modalidade: **LICITAÇÃO**

b) Objeto:SERVIÇOS E REFORMAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

2 - **Manifestar a opção por LICITAR nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

GERLLIANY FERNANDES DE LIMA ALVES

Presidente do Conselho EEEFM PROF DANIEL NERI DA SILVA

Protocolo 0037079469

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE** , CNPJ nº [007784200001-02], representado por seu presidente, ROSIENIA ALVES CIRINO , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação ou Carta Convite]**

b) Objeto:Material educativo e esportivo, Material de expediente, Material de processamento de dados, Material de limpeza e produção de higienização, Material de manutenção de bens moveis, Material elétrico e eletrônico, Material de copa e cozinha, Equipamento de proteção, segurança e socorro, Material para utilização em gráfica, Ferramentas, Aquisição de software de base, Gás engarrafado.Serviços técnicos profissionais. Manutenção e conservação de maquinas equipamentos, Serviços de processamento de dados, Manutenção e conservação de bens imóveis

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIA ALVES CIRINO

Presidente do Conselho EEEFM CARLOS DRUMMON DE ANDRADE

Protocolo 0037076063

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERRIS ADRIANI TURATTI, CNPJ nº 84.559.533/0001-06 representado por seu presidente, Ana Deize Zanon no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO: COMPRADIRETA/PROGRAMA EXCELÊNCIA

b) Objeto: MATERIAL DE CONSUMO

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Deize Zanon

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037078899

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO/PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO-EXCELÊNCIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 41 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e art. 3º da Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização do repasse de recurso financeiro do Programa de Melhoria na Qualidade de Ensino - Excelência - 2022, em cartão corporativo específico, devidamente vinculado ao portador da Unidade Executora contida no extrato, responsável pelo recebimento, movimentação e aplicação do recurso, de acordo com o Plano de Aplicação Escolar, com o objetivo de fomentar e financiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a leitura e a interpretação nas diferentes formas de linguagem da aprendizagem. A despesa está regulamentada pela Lei nº 4.706, de 12 de dezembro de 2019, e assegurada pelo Programa 2125 - Universalização do Atendimento Educacional, Função Programática nº 12.368.2125.2393 - Descentralizar Recursos às Unidades Executoras, Fonte de Recurso nº 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino e Natureza de Despesa: 33.90.30.66.00.

Nº DO PROCESSO	UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE EXECUTORA	CRE	MUNICÍPIO	C.N.P.J.	VALOR DO REPASSE (R$)
0029.087951/ 2022-81	EIEEFM Sertanista José do Carmo Santana	Conselho Escolar Amo Anar Segah	Cacoal	Cacoal	03.520.976/ 0001-83	10.000,00

ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI

Secretária de Estado da Educação

Protocolo 0032142301

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar da** E.E.E.F.M SÃO LUIZ, representada por sua Presidente: EDNA CELESTINO DOS PASSOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

EDNA CELESTINO DOS PASSOS

Representante / Contratante

Protocolo 0037076250

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Ensinar Para Educar, CNPJ nº 84.560.218/0001-90 representado por seu presidente, Paulo Alves de Freitas no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de licitação ou Carta Convite;**

b) Objeto: Aquisição de Gênero Alimentício;

2 - **Manifestar a opção por [Dispensa de licitação] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

PAULO ALVES DE FREITAS
PRESIDENTE E DIRETOR/ESCOLAR

Protocolo 0037062381

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Limpeza e Produção de Higienização**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037027751

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Material de Expediente**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes

Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037074633

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: **Aquisição de Material de Consumo: Gêneros de Alimentação.**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que

serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes
Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037074669

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

ESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo: **Gás Engarrafado**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes
Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037074709

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes
Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037074774

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Limpeza e Conservação**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes
Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037074821

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica: **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes
Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037074871

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Baia das Onças**, CNPJ nº **36.195.467/0001-81**, representado por seu presidente, Victorina Frei de Moraes, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**
b) Objeto: Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: **Outros Serviços de Terceiros Pessoa - Jurídica**
2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.
Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;
Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Victorina Frei de Moraes
Presidente do conselho Escolar Baia das Onças

Protocolo 0037074911

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Ensinar Para Educar, CNPJ nº 84.560.218/0001-90 representado por seu presidente, Paulo Alves de Freitas no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;
Considerando o Acórdão nº 507/2023; e
Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;
RESOLVE:
1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/contratação assim identificado:
a) Modalidade: **Dispensa de licitação ou Carta Convite;**
b) Objeto: Material de Consumo, Serv. Terc. Pessoa Jurídica, Equipamento e Material Permanente;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por [Dispensa de licitação] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

PAULO ALVES DE FREITAS
PRESIDENTE E DIRETOR/ESCOLAR

Protocolo 0037057633

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.004678/2023-48

VALOR: R$8.010,00 (oito mil dez reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) FRANCISCO DRAILE GOMES CARVALHO, KARY JEAN FALCAO GONÇALVES, ELINE SILVA COSTA e ELIZABETH COLAÇO VILARIM com base no Parecer 488 (0036541427) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 29 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036984586

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Ensinar Para Educar, CNPJ nº 84.560.218/0001-90 representado por seu presidente, Paulo Alves de Freitas no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de licitação ou Carta Convite;**

b) Objeto: Material de Consumo, Serv. Terc. Pessoa Jurídica, Equipamento e Material Permanente;

2 - **Manifestar a opção por [Dispensa de licitação] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

PAULO ALVES DE FREITAS
PRESIDENTE E DIRETOR/ESCOLAR

Protocolo 0037062934

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEF NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, CNPJ nº 00.677.810/0001-87, representado por seu presidente, ROSANA RIBEIRO PANTOJA, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo e Contratação deServiço de Pessoa Jurídica.

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSANA RIBEIRO PANTOJA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR NSG

Protocolo 0037077742

TERMO
TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Ensinar Para Educar, CNPJ nº 84.560.218/0001-90 representado por seu presidente, Paulo Alves de Freitas no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de licitação ou Carta Convite;**

b) Objeto: Material de Consumo, Serv. Terc. Pessoa Jurídica, Equipamento e Material Permanente;

2 - **Manifestar a opção por [Dispensa de licitação] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

PAULO ALVES DE FREITAS
PRESIDENTE E DIRETOR/ESCOLAR

Protocolo 0037062245

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar EEEFM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE** , CNPJ nº [007784200001-02], representado por seu presidente, ROSIENIA ALVES CIRINO , no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de [Licitação/Contratação] assim identificado:

a) Modalidade: **[Dispensa de Licitação ou Carta Convite]**

b) Objeto:Merenda escolar.

2 - **Manifestar a opção por [selecionar a opção: licitar ou contratar] nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

ROSINEIA ALVES CIRINO
Presidente do Conselho EEEFM CARLOS DRUMMON DE ANDRADE

Protocolo 0037080775

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANKLIN DELANO ROOSEVELT, CNPJ SOB N.º 05.563.436/0001-73**, representada por sua Presidente: **CLEUDIMARA LOBO RAMOS**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CLEUDIMARA LOBO RAMOS

Representante / Contratante

Protocolo 0037080371

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANKLIN DELANO ROOSEVELT, CNPJ SOB N.º 05.563.436/0001-73**, representada por sua Presidente: **CLEUDIMARA LOBO RAMOS**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação /Contratação Emergencial**

b) Objeto: Aquisição de Merenda Escolar

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

CLEUDIMARA LOBO RAMOS

Representante / Contratante

Protocolo 0037080091

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Aikanã Mamaindê Sabanê, CNPJ nº 37.058.201/0001-50, representado por seu presidente, Vera Lucia Vieira Solidera, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Consumo: Combustível e Lubrificantes e Automotivos, Gás Engarrafado botija 13kg, Materiais de Expediente, Materiais de Limpeza e Produção de Higiene, Materiais para manutenção de bens Imóveis, Materiais de Acondicionamento e Embalagem, Materiais de Copa e Cozinha, Uniforme, Tecidos e Aviamentos

b.1) Outro Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica (Taxa de Alvará Prefeitura), Manutenção de Software, Serviços Técnicos Profissionais.

b.2) Equipamentos e Material Permanente, Outros materiais Permanentes

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vera Lucia Vieira Solidera

Chefe de Educação Escolar Indígena e Presidente Do Conselho Escolar.

Protocolo 0037078936

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERRIS ADRIANI TURATTI, CNPJ nº 84.559.533/0001-06 representado por seu presidente, Ana Deize Zanon no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO: COMPRADIRETA/PROGRAMA EXCELÊNCIA

b) Objeto: Aquisição de Material Permanente- 44.90.52

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Deize Zanon
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037081213

AVISO

EDITAL DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 01

A Comissão de Compras e Licitação do **Conselho Escolar Francisca Júlia da Silva**, vinculado a EEEFM. Francisca Júlia da Silva, situada na Avenida: Pinheiros, Nº: 2132, Bairro: Centro, Castanheiras - RO, neste ato representado pela presidente da comissão de compras**: GISELE MARTINS SILVA**, tem a honra de publicar a Carta Convite nº 01/2023, que tem por objetivo a contratação de empresa especializada em realização dos serviços de Reformas Modalidade: CARTA CONVITE, **Data: 14 de abril de 2023 às 09h00**, Tipo: **MENOR PREÇO**, Regime de contratação: **PREÇO GLOBAL**, Valor estimado **R$ 319.515,87 (Trezentos e dezenove mil quinhentos e quinze e oitenta e sete centavos)**, **Local:** EEEFM. Francisca Júlia da Silva, situada na Avenida: Pinheiros, Nº: 2132, Bairro: Centro, Castanheiras - RO. Disponibilidade do Edital para consulta pelo site https://www.sei.ro.gov.br/, Consulta processual: Processo SEI Nº 0029.018972/2023-37 no ID Nº 0037079538Informações pelo e-mail institucional: franciscajulia@seduc.ro.gov.br e/ou por contato telefônico (69) 984152037 das 07h30min às 16h30m de segunda a sexta-feira (horário de Rondônia).

GISELE MARTINS SILVA
matricula: 300113421
Presidente

Protocolo 0037078228

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.104737/2022-04

VALOR: R$ 3.115,00 (três mil cento e quinze reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor do (a) servidor (a) FRDSON MEDEIROS DE SOUZA e NIVALDO PINHEIRO DOS SANTOS com base no Parecer nº 425/2023 (0036172532) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade do (a) servidor (a) citado (a) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 17 de Fevereiro de 2023.

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036268437

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: 0029.010520/2023-15

VALOR:4.984,00 (quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais)

HOMOLOGO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS em favor dos (as) servidores (as) GIORGIO VIANA CALAZANS SALIM, RITA DE CÁSSIA DE SOUZA CABRAL DEGAM e MARENILDA TEREZINHA SILVEIRA com base no Parecer505 (0036664227) que foi fundamentado na Portaria 163/2022 (0023316314). Permaneçam os autos a disposição para Fiscalização e Auditoria do Controle Interno e Externo, sendo que a homologação não impede a atuação da administração nos moldes da Lei 3.830/2016, art. 14 e Súmula n. 473/STF. Nesta oportunidade, encaminho à Assessoria Técnica de Indenizações para providências quanto à baixa da responsabilidade dos (as) servidores (as) citados (as) acima referente exclusivamente a este processo.

Porto Velho-RO 20 de Março de 2023

NILSON GONÇALVES VIEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretor Executivo, conforme Portaria 14312 (0034382422)

Protocolo 0036684065

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar União**, CNPJ nº 84.651.462/0001-69, representado por seu presidente, **Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: Dispensa de Licitação

b) Objeto: Material de Processamento de Dados

2 - **Manifestar a opção por contrata nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

WANUZA FERNANDES BARBOZA CORDEIRO

PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 0037041530

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o CONSELHO ESCOLAR JERRIS ADRIANI TURATTI, CNPJ nº 84.559.533/0001-06 representado por seu presidente, Ana Deize Zanon no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo deContratação assim identificado:

a) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO: COMPRADIRETA/PROGRAMA DINHEIRO DIRETA NA ESCOLA - PDDE/BÁSICO

b) Objeto: Aquisição de Material de Consumo- 33.90.30

2 - **Manifestar a opção por Licitação nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de

que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Ana Deize Zanon
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037081776

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **CONSELHO ESCOLAR PROFª ELOISA BENTES RAMOS, CNPJ: 01.761.297/0001-70**, representada por sua Presidente: **ROSILENE COSTA NASCIMENTO**, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação/Contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de expediente, Material de limpeza e produção de higienização, Material de processamento de dados, Material para manutenção de bens imóveis,Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos,Outros materiais permanentes,Aparelhos e utensílios domésticos

2 - **Manifestar a opção por: contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Rosilene Costa Nascimento

Representante / Contratante

Protocolo 0037081425

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o **Conselho Escolar Dr. Orion Nina Ribeiro**, CNPJ nº 01.208.977/0001-61, representado por seu presidente, Maria da Conceição da Silva Martins, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de contratação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: PEALE/2023 - Processo nº 0029.007030/2023-23, será conduzido nos termos da Lei nº **Lei nº 8.666/93.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Maria da Conceição da Silva Martins
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 0037050378

TERMO

TERMO DE INSTAURAÇÃO PROCESSUAL E OPÇÃO

Pelo presente, o Conselho Escolar Aikanã Mamaindê Sabanê, CNPJ nº 37.058.201/0001-50, representado por seu presidente, Vera Lucia Vieira Solidera, no uso das suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o Artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);

Considerando o Relatório - TC 000.586/2023-4;

Considerando o Acórdão nº 507/2023; e

Considerando a Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB;

RESOLVE:

1 - Autorizar a fase preparatória e a abertura do presente processo de Licitação assim identificado:

a) Modalidade: **Dispensa de Licitação**

b) Objeto: Material de Consumo:

b.1) Equipamentos e Material Permanente,

2 - **Manifestar a opção por contratar nos termos da Lei nº 8.666/93**, conforme previsto no artigo 191 da Lei nº 14.133/21, Acórdão nº 507/2023 do TCU e Informação nº 23/2023/SUPEL-GAB, que firmou entendimento de que a opção pelo regime antigo para licitar ou contratar (Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011), que será revogado em 1º/4/2023, somente poderá ser feita por cada órgão ou pelos órgãos centrais da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, **na etapa preparatória da contratação, até o dia 31/3/2023**, devendo a publicação do edital ocorrer até a data limite de 31/12/2023.

Ressaltamos que tal opção se dá em razão do decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021;

Informamos ainda que, com a presente opção, ficamos cientes das obrigações e procedimentos estabelecidos na referida lei, comprometendo-nos a cumpri-los integralmente, sem se utilizar da aplicação combinada das referidas leis e de que serão adotadas as medidas necessárias para que tal opção seja indicada expressamente no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta.

Vera Lucia Vieira Solidera
Chefe de Educação Escolar Indígena e Presidente Do Conselho Escolar.

Protocolo 0037082047

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER

AVISO

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

COM FULCRO NO §3º DO ART. 75 DA LEI N. 14.133/2021

A Fundação Cultural do Estado de Rondônia, com registro no CNPJ sob o n. 29.557.720/0001-34 , com sede na Av. Pres. Dutra, 4183 - Olaria, Porto Velho - RO, CEP 76801-327, torna público que tem interesse na contratação de Materiais do

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Gênero alimentício (CAFÉ), para atender a demanda desta Fundação Cultural, conforme processo ID(0013.000214/2023-31). Oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa.

Descrição dos objetos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Café torrado e moído padrão de qualidade mínimo Superior, 100% arábica, embalagem tipo Alto Vácuo ou Vácuo Puro, em pacotes de 500g, com selo de pureza da Associação Brasileira de Industria do café ± ABIC ou laudo de qualidade sanitária emitido por laboratório da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em saúde, credenciado pelo MS/ ANVISA, detalhamento técnico e especificações.	Unidade	500

Limite para apresentação da Proposta de Preços é de 03 (três) dias úteis a contar da data de publicação deste aviso.

Caso hajam interessados, estes deverão enviar *e-mail* para o endereço eletrônico: setordecomprasfuncer@gmail.com

Porto Velho/RO, 31 de Março de 2023.

ROGÉRIO METRAN DIAS DOS SANTOS
Diretor Administrativo e Financeiro - FUNCER
ANA PAULA GOES PAES
Setor de Compras e Licitações - FUNCER

Protocolo 0037062501

SUPERINTENDÊNCIA DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL

Portaria nº 69 de 29 de março de 2023

Art. 1ºO art.2º da Portaria nº 25 de 03 de fevereiro de 2023, passa a ter a seguinte redação:
"Art.2º fica designada a Comissãode Apoio ao Atleta sob a Coordenação do primeiro, os seguintes membros:
I - Ítalo F. Cortez da Fonseca 300172192 Presidente
II - Vitória Cristina Neri Bezerra 300186465 Vice-Presidente
III - Iure Miquiles Pedroza 300187443 Membro
IV - Elias Couto Pereira Júnior 300185640 Membro"
Art. 2ºestá Comissão de Apoio ao Atleta - PROATLETA, deverá apresentar relatório a Coordenação de Esporte e Lazer - CEL/SEJUCEL, conforme Inciso 1º do Art.11 da Portaria nº 312 de 2022.

LOURIVAL JÚNIOR DE ARAÚJO LOPES
Superintendente da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL

Protocolo 0036972433

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS

AVISO

DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/ 2022/IDEP-RO

A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, de acordo com atribuições legais conferidas pela Lei Complementar n° 411, de 28 de fevereiro de 2008 e Decreto n° 914 de 03 de Janeiro de 2008, através do Diretor Administrativo e Financeiro, conforme prevê a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, e considerando o Decreto Estadual nº 18.340, de 06 de novembro de 2013 e Decreto nº 24.082, que altera, acrescenta e revoga dispositivos do Decreto nº 18.340, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto no Art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público aos interessados que aderiu a Ata de Registro de Preços nº **195**/2022/IDEP - RO, oriunda do Pregão Eletrônico n° **369**/2022 e seus anexos, em conformidade como o Termo de Referência SEAS-GC (0036856715), cujo objeto é a Aquisição de material de consumo sendo (açúcar, café e copo descartável), para atender a Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, para um período de 90 (noventa) dias, conforme condições e exigências estabelecidas na referida Ata, em favor da Empresa I S DE MELO BRITO COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS EIRELI**, CNPJ nº 41.932.289/0001-64**, totalizando um Valor **GLOBAL ADJUDICADO** de **R$ 5.481,00 (cinco mil quatrocentos e oitenta e um reais)**. Publique-se no Diário Oficial do Estado de Rondônia. Porto Velho, 29 de março de 2023.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

Protocolo 0036983130

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONVENENTE: Município de Jaru/RO

CNPJ N.º: 04.279.238/0001-59

ENDEREÇO: Rua PC Raimundo Cantanhede, 1080, Bairro Setor 2

CONVÊNIO N.º 346/PGE-2019

VALOR GLOBAL: R$ 55.959,96 (cinquenta e cinco mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos)

PROCESSO N.º 0026.249812/2019-81

Tratam os autos de processo de convênio celebrado entre o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, e a Convenente**,** tendo como objeto custear as despesas com a **aquisição de equipamento e material permanente para equipar Laboratório de Informática do CRAS II.**

As análises foram procedidas com base na legislação – Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 8.742/1993, Decreto Federal n.º 6.170/2007, Lei Estadual n.º 5.024/2021, Decreto Estadual n.º 26.165/2021, e demais normas pertinentes.

Tendo em vista a análise realizada pela Gerência de Controle Interno por meio do **Parecer nº 242/2023/SEAS-CI**, o qual afirma que *"Considerando que a presente setorial de Controle Interno não dispõe de atribuições destinadas a impedir, vedar ou aprovar prestações de contas, possuindo competência de tão somente alertar e orientar, apontando eventuais falhas documentais, opinamos pela Aprovação das Contas do Município de Jaru, referente ao Termo de Convênio n.º 346/PGE-2019* ***(...)***".

Resolvo:

Aprovar e homologar a Prestação de Contas do Convênio nº 346/PGE-2019, nos termos do § 2, art. 27 do Decreto Estadual nº 26.165/2021.

Outrossim, os autos deverão permanecer à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021

Protocolo 0037013773

AVISO

DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, de acordo com atribuições legais conferidas pela Lei Complementar n° 411, de 28 de fevereiro de 2008 e Decreto n° 914 de 03 de Janeiro de 2008, através do Diretor Administrativo e Financeiro, conforme prevê a Portaria nº **634 de 01 de outubro de 2021**, torna público que no Processo Administrativo **nº 0026.000631/2023-35**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS, na modalidade total por valor de mercado referenciado (cem por cento da tabela FIPE), visando atender a cobertura dos veículos pertencentes a frota desta Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, de forma continua por um período de 12 meses, **DISPENSOU A LICITAÇÃO** em favor da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS,** CNPJ nº **61.198.164/0001-60**, no valor total de **R$ 17.226,45 (dezessete mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos)**, em conformidade com o **inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme **Justificativa (0036515759)**, acostado aos autos do processo em epígrafe.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a despesa no valor total de **R$ 17.226,45 (dezessete mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme **Justificativa (0036515759)**, em conformidade com o **inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93**.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação

Protocolo 0037065675

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

Resultado Provisório de Classificação das Propostas de Participação

Edital de Chamada Publica 002/2023

A Secretaria de Estado da Agricultura- SEAGRI, torna público o resultado provisório de classificação das propostas de participação do Edital de Chamada Pública n° 002/2023 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa Estadual de Aquisição de Alimentos de Rondônia – PAA RONDÔNIA, na modalidade Compra e Doação Simultânea, para distribuição a indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público e em condições específicas, nos termos da Lei Estadual nº 3.993, de 14/03/2017 e Decreto nº22.708, de 28/03/2018.

1.Lista Geral de Propostas de Cooperativas analisadas – Pendencias Documentos:

COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	VALOR	PROPOSTA DE VENDA	CPF e RG DOS REPRESENTANTES COOPERATIVA	DADOS BANCARIOS DA COOPERATIVA	DAP JURIDICA
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30	OK	OK	OK	OK
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00	OK	OK	OK	OK
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68	OK	OK	OK	OK
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81	OK	OK	OK	OK
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70	cortada	OK	INVALIDO	OK
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06	Cortada	OK	FALTA	FALTA
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49	OK	FALTA	FALTA	OK
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56	OK	OK	FALTA	OK
COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71	OK	FALTA	FALTA	OK
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24	OK	OK	OK	OK
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64	OK	OK	OK	OK
COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00	OK	FALTA	OK	FALTA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	VALOR	ATA DA FUNDAÇÃO	CNPJ COOPERATIVA
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30	OK	OK
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00	OK	OK
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68	OK	OK
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81	OK	OK
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70	OK	OK
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06	OK	OK
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49	OK	OK
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56	OK	OK
COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71	OK	OK
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24	OK	ok
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64	OK	OK
COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00	FALTA	OK

COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	VALOR	DAP DOS COOPERADOS	CONTRATO SOCIAL	CERTIDÕES *
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30	FALTA	OK	OK
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00	FALTA	OK	OK
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68	OK	OK	OK
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81	OK	OK	OK
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70	FALTA	OK	FALTA FGTS
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06	FALTA	OK	OK
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49	OK	OK	OK
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56	FALTA	OK	FALTA FEDERAL
COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71	OK	OK	FALTA FGTS
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24	OK	ok	OK
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64	FALTA	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00	FALTA	FALTA	FALTA

2.Pontuação geral das propostas de venda das cooperativas:

				PARTICIPAÇÃO DE MULHERES			PARTICIPAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS		
COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	PROPOSTA	90 A 100% 10 PONTOS	60 A 89 % 8 PONTOS	ABAIXO DE 60% 6 PONTOS	90 A 100% 10 PONTOS	60 A 89 % 8 PONTOS	ABAIXO DE 60% 6 PONTOS
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00		8		10		
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70	10					6
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56			6			6
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24		8				6
COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00			6	10		
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68			6			6
COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71			6			6
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49			6			6
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81			6			6
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06			6			6
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64			6			6
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30			6			6

				PARTICIPAÇÃO DE ASSENTADOS DO PNCF		
COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	PROPOSTA	90 A 100% 10 PONTOS	60 A 89 % 8 PONTOS	ABAIXO DE 60% 6 PONTOS
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00			6
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70			6
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56			6
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24			6
COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00			6
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68			6

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71			6
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49			6
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81			6
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06			6
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64			6
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30			6

				MAPA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR DO MUNICIPIO			
COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	PROPOSTA	MUITO ALTA VULNERA BILIDADE 10 PONTOS	ALTA VULNERA BILIDADE 9 PONTOS	MEDIA VULNERA BILIDADE 8 PONTOS	FORA DO MAPA DE INSAN 7 PONTOS
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00				7
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70			8	
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56			8	
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24			8	
COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00				7
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68		9		
COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71			8	
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49				7
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81				7
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06				7
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64			8	
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30				7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	PROPOSTA	90 A 100% 10 PONTOS	ATE R$ 20 MIL 10 PONTOS	ENTRE R$ 21 e R$ 30 mil 9 pontos	ENTRE R$ 31 E R$ 40 MIL 08 PONTOS	ENTRE R$ 41 E R$ 50 MIL 07 PONTOS	R$ 51 a R$ 100 mil reais (06 pontos);	R$ 101 a R$ 200 mil reais (05 pontos);	R$ 201 a R$ 300 mil reais (04 pontos);
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00						6		
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70						6		
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56				8				
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24						6		
COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00								4
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68							5	
COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71						6		
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49						6		
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81							5	
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06							5	
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64								4
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30								4

				PARTICIPAÇÃO DE ASSENTADOS DO PNCF		
COOPERATIVA	CNPJ	MUNICÍPIO	PROPOSTA	100% DE AGROECOLICOS E OU ORGANICOS 10 PONTOS	COM PRODUTOS NÃO ORGANICOS 06 PONTOS	TOTAL DE PONTOS
COOPERATIVA COOPIRB	39.689.645.0001-19	ALTA FLORESTA	R$ 97.235,00		6	43
COOPERATIVA COOPVERDE	15.497.801.0001-81	PORTO VELHO	R$ 71.499,70		6	42
COOPERATIVA LACOOP	30.047.266.0001-50	CACOAL	R$ 38.878,56		6	40
COOPERATIVA COOPAGROVERDE	22.574.563.0001-26	PORTO VELHO	R$ 58.491,24		6	40
COOPERATIVA COOPREVEKALA	42.930.403.0001-80	JI PARANA	R$ 194.270,00		6	39
COOPERATIVA COOPROHOROM	28.182.572.0001-58	ROLIM DE MOURA	R$ 191.834,68		6	38

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

COOPERATIVA COOPERCACOAL	08.436.366.0001-10	CACOAL	R$ 97.446,71		6	38
COOPERATIVA COAPROVIR	12.020.600.0001-09	VILHENA	R$ 64.964,49		6	37
COOPERATIVA COAPRAV	14.443.547.0001-76	ARIQUEMES	R$ 193.853,81		6	36
COOPERATIVA COOPERURUPA	16.918.793.0001-62	URUPA	R$ 107.536,06		6	36
COOPERATIVA RECA	08.017.645.0001-49	PORTO VELHO	R$ 266.485,64		6	36
COOPERATIVA COOPFISH	46.685.182.0001-82	JI PARANA	R$ 291.448,30		6	35

3.Lista Geral de Propostas de Venda de Produtores Individuais analisadas- Pendencias de documento:

Município	Produtor	Valor da Proposta	Proposta de Venda	Termo de Compromisso Produtor	Dados Pessoais	Dados Bancários	DAP/ CAF	Certidões	CAR
Alta Floresta	Adelino Dorriguetti	R$ 1.242,40	OK	OK	OK	Ilegivel	OK	OK	OK
Alta Floresta	Ademar Eggert	R$ 2.690,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Alta Floresta	Ademiro Ninke	R$ 3.352,00	OK	OK	OK	Ilegivel	OK	OK	X
Alta Floresta	Benedito Aparecido TeiXeira	R$ 3.276,00	OK	OK	OK	Ilegivel	OK	OK	OK
Alta Floresta	Claudemir Rodrigues da Silva	R$ 2.685,00	X	OK	OK	Ilegivel	OK	OK	OK
Alta Floresta	Closomir Ferreira da Silva	R$ 1.869,50	OK	OK	OK	Ilegivel	OK	X	OK
Alta Floresta	Edilza Ferreira Rocha	R$ 2.015,64	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alta Floresta	Geusa Alves de Souza Vieira	R$ 2.259,45	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alta Floresta	Joel Janoski	R$ 1.869,50	OK	X	OK	X	OK	OK	OK
Alta Floresta	José Monteiro de Souza	R$ 3.348,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Alta Floresta	Lucas Bastos Janoski	R$ 1.869,50	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Alta Floresta	Márcio Barros de Oliveira	R$ 4.758,95	OK	OK	Ilegivel	OK	OK	OK	OK
Alta Floresta	Marcos Alves de Araújo	R$ 4.070,00	OK	OK	Ilegivel	Ilegivel	OK	OK	OK
Alta Floresta	Wagner Vanildo Gelinsk	R$ 5.313,00	OK	OK	OK	Ilegivel	OK	OK	OK
Alta Floresta	Tawa Ambukalim Oliveira Arua	R$ 1.507,50	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Alta Floresta	Silvani Alves Ferreira	R$ 1.207,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alta Floresta	Rosalina Arua	R$ 2.319,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Alta Floresta	Romildo Schoeder	R$ 1.204,46	OK	OK	Ilegivel	Ilegivel	OK	OK	OK
Alta Floresta	Paulo Boni	R$ 4.161,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Alto Alegre dos Parecis	Steffany Gonçalves de Oliveira	R$ 2.791,03	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	Neuza da Silva Faria	R$ 2.789,15	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	Marcia de Souza Silva	R$ 2.790,99	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	Manoel Mescias Filho	R$ 2.790,47	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	José Marinho da Silva	R$ 2.822,15	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	Eli Fernando Fragoso Soares	R$ 2.789,78	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	Cicera Mendes Rodrigues Felis	R$ 2.790,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	Andressa de Souza Silva	R$ 2.790,99	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	André TeiXeira dos Santos	R$ 2.756,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Alegre dos Parecis	Almiro Caldeira dos Santos	R$ 2.796,75	OK	OK	OK	OK	DAP vencida	OK	OK
Alto Algre dos Parecis	Marly Alves Ribeiro	R$ 2.789,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Algre dos Parecis	Marli Rosa de Souza	R$ 2.790,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Paraíso	Edmilson Souza Motta	R$ 6.493,69	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Paraíso	Israel Caetano	R$ 6.496,49	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Alto Paraíso	Marcio Moreira	R$ 6.495,90	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Alto Paraíso	Matheus Maia de Carvalho	R$ 6.499,91	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Alto Paraíso	Rober Cleiton Borges	R$ 6.497,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Alvorada do Oeste	Edson Pereira da Silva	R$ 3.724,36	X	X	OK	X	OK	OK	X
Alvorada do Oeste	Gilton Rodrigues da Costa	R$ 3.723,72	X	X	OK	OK	OK	OK	OK
Alvorada do Oeste	Gilvado de jesus Oliveira Sampaio	R$ 3.720,91	X	X	OK	OK	OK	OK	X
Alvorada do Oeste	Leticia de Souza Silverio	R$ 3.723,69	X	X	OK	X	OK	OK	OK
Alvorada do Oeste	Maria Aparecida de Oliveira	R$ 3.724,99	X	X	OK	OK	OK	OK	OK
Alvorada do Oeste	Osilio Júnior Rocha Rigoni	R$ 3.718,90	X	X	OK	X	OK	X	X
Alvorada do Oeste	Roselaine Figueiredo Chaves	R$ 3.724,03	X	X	OK	Ilegivel	OK	X	X

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Alvorada do Oeste	Rubens Moreira	R$ 3.718,88	X	X	OK	OK	DAP Vencida	X	OK
Alvorada do Oeste	Vinicius Marques de Lima	R$ 3.721,40	X	X	OK	OK	OK	X	OK
Ariquemes	Taís Fabiula Francolino	R$ 6.499,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ariquemes	João Maria Batista dos Santos	R$ 6.488,15	X	OK	OK	OK	OK	X	OK
Ariquemes	Rosimara Santa Fé Borges	R$ 6.476,90	X	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Ariquemes	Derivaldo Souza das Virgens	R$ 6.492,10	X	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ariquemes	Elidiane Cristina Oliveira	R$ 6.484,50	X	OK	OK	OK	OK	X	OK
Ariquemes	Josiane Alves Moisés de Goes	R$ 6.494,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Buritis	AleXandra Dias Vargas	R$ 4.002,56	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Buritis	Cristina Linhares da Silva	R$ 3.993,75	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Buritis	Ivenildes Lourenço dos Santos	R$ 3.255,09	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Buritis	Joaquim do Amaral TeiXeira	R$ 5.485,18	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Buritis	Marcielma da Silva Souza Zeferino	R$ 5.485,18	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Buritis	Zenilda Maria da Rocha Firmiano	R$ 4.284,17	OK	OK	OK	OK	X	X	OK
Buritis	Tatiane Linhares da Silva	R$ 3.993,75	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Buritis	Jucilene Ferreira dos Santos	R$ 2.999,34	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
CabiXi	Maria Aparecida de Magalhaes dos Santos	R$ 3.357,75	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Joldimar Teles Machado	R$ 3.380,72	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Edineia Dias Ferreira	R$ 3.343,68	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Andreia Pereira Teodoro de Lima	R$ 3.356,54	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Airton Antunes de Carvalho	R$ 3.335,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Wanderley Lopes Teodoro	R$ 3.351,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Adenilson Lopes da Silveira	R$ 3.349,83	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Rosalvo Ferreira Meira	R$ 3.328,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Geovagner Barbosa	R$ 3.343,07	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
CabiXi	Maribel Padila da Silva	R$ 3.351,09	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Cacaulândia	Adriana dos Santos	R$ 1.792,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacaulândia	Clovis Argolo	R$ 6.235,71	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacaulândia	Delma Freitas de Arruda Santos	R$ 6.004,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacaulândia	João Alves de Freitas	R$ 6.478,31	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacaulândia	Laudineia Batista de Souza	R$ 6.499,97	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacaulândia	Paulo Sérgio Miranda de Freitas	R$ 6.489,51	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Agda Maria Broenstrup	R$ 6.495,21	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Ana Paula Gomes Viana	R$ 6.499,91	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Luiz Yablega Surui	R$ 6.496,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Marlene da Silva Prado	R$ 6.488,54	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Michelli Surui	R$ 5.511,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Poliana Littig Barcelo	R$ 3.073,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Solange Neris dos Santos Gois	R$ 3.988,92	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cacoal	Susana Blodoff da Silva	R$ 6.497,76	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Campo Novo de Rondônia	Ari Martins	R$ 4.999,89	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Campo Novo de Rondônia	Edivaldo Jose dos Santos	R$ 6.498,45	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Campo Novo de Rondônia	Elias Silva Sardinha	R$ 4.999,30	OK	OK	OK	X	X	X	X
Campo Novo de Rondônia	Iéric Martins	R$ 4.999,89	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Campo Novo de Rondônia	Ivonete Martins	R$ 4.999,89	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Campo Novo de Rondônia	Waleria Maria de Amorim	R$ 5.972,50	OK	OK	OK	falta a frente	OK	OK	OK
Candeias do Jamari	Aleandro Yuko Costa	R$ 2.883,30	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Candeias do Jamari	Fernando Pessoa da Silva	R$ 3.795,35	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Candeias do Jamari	Francisco Leonardo de Souza	R$ 2.957,52	OK	OK	ilegível	OK	OK	X	OK
Candeias do Jamari	Wislen Santos Oliveira	R$ 2.907,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Candeias do Jamari	William Santos Oliveira	R$ 3.037,90	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Candeias do Jamari	Maria da Penha Rodrigues de Souza	R$ 2.723,75	OK	OK	falta a frente	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Candeias do Jamari	Valter Batista de Oliveira	R$ 2.934,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Candeias do Jamari - Triunfo	José FéliX da Silva	R$ 3.962,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Candeias do Jamari - Triunfo	Valdenice Ramalho Nascimento	R$ 3.729,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Candeias do Jamari - Triunfo	Orlando da Silva Lima	R$ 3.987,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Castanheiras	Adilto Inácio Lima	R$ 3.160,60	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Castanheiras	Ainara Helena Toneti Stragevitch de Andrade	R$ 3.148,30	OK	OK	OK	OK	DAP vencida	OK	OK
Castanheiras	Egidio Baranoski	R$ 3.168,65	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Castanheiras	Genessi Kester	R$ 3.137,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Castanheiras	Maraísa Batista Albina	R$ 4.022,50	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Castanheiras	Márcia da Silva Stragevitch	R$ 3.167,16	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Castanheiras	Ronaldo da Silva Nogueira	R$ 2.751,90	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Castanheiras	Sidiane Custódio Figueredo Bazoni	R$ 3.127,46	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Castanheiras	Valdeni Kester	R$ 3.088,33	OK	OK	OK	X	OK	X	OK
Castanheiras	Maria de Lurdes da Silva Rodrigues	R$ 4.728,00	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
Cerejeiras	Noemi dos Santos Severo	R$ 2.095,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Osmar Pereira de Souza	R$ 2.124,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Rosalina de Quadros dos Reis	R$ 2.781,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Selma Alves de Souza	R$ 2.754,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Antonio Carlos Ferreira Lopes	R$ 1.003,73	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Vanderlei Brand	R$ 2.067,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Jose Carlos Pereira dos Anjos	R$ 2.113,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Marcos Faria	R$ 950,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Marcos Jose Firme	R$ 3.218,93	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Arlindo Osmar Vitalis	R$ 3.142,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Conceição Aparecida Mamede	R$ 1.084,77	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Diego Peckson Soares Silva	R$ 2.832,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Cerejeiras	Ederson Brandt	R$ 2.155,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cerejeiras	Elio Alves de Oliveira	R$ 1.248,05	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Abiner Perez de Oliveira Alves	R$ 6.472,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Amirante Ferreira Alves	X	X	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Cristina Amorim de Sousa	R$ 1.890,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Eidi Francieli Fidelis de Sá	R$ 3.375,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Gislaine Cristina Norberto	R$ 4.718,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Jose Antonio da Silva Faria	R$ 5.929,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Chupinguaia	Lucimar da Silva Farias	R$ 6.468,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Maria Gorete Mendes Soares Coelho	R$ 6.474,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Nhangela Polliana Rodrigues de Castro	R$ 5.302,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Chupinguaia	Osvaldo Ferreira dos Santos	R$ 6.498,96	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Chupinguaia	Salete Lemos Brandt	R$ 6.497,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Edivaldo Francisco de Jesus	R$ 671,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Adriana Aparecida Rocha Carnevalli Gollo	R$ 6.500,00	OK	OK	OK	falta a frente	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Andréia Aparecida de Morais Oliveira Goés	R$ 6.494,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Angelina Pedrina de Morais Oliveira	R$ 6.494,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Artemio Dal Pra	R$ 6.466,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Bruno Rafael Santos Borges	R$ 6.460,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Cleide Araújo Mariano	R$ 6.499,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Denilson Barros de Moura	R$ 6.499,98	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Durcelina Arcanjo da Silva Magalhães	R$ 6.490,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	João Neres Lanes	R$ 4.595,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Lourinado Gonçalves Santos	R$ 6.438,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Luciana Macedo de Souza	R$ 6.494,48	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Maria Ironi Nunes	R$ 6.499,98	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Colorado do Oeste	Ronaldo Adriano dos Santos	R$ 6.497,74	OK	OK	OK	falta a frente	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Thiago Gabriel Santos Borges	R$ 6.460,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Vitorino Gollo	R$ 6.486,48	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Helio Gonçalves Barbosa	R$ 4.102,75	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Lina Maria Bach Cruz	R$ 6.495,65	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Joselio Costa de Freitas	R$ 6.427,40	OK	OK	OK	inválida	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Kenia Vitorino do Pilar	R$ 6.492,25	OK	OK	OK	falta a frente	OK	OK	OK
Colorado do Oeste	Maofrinho Nomerg	R$ 6.454,77	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Antonio Leopoldo da Fonseca	R$ 3.055,64	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Ataissa Pereira Farias	R$ 3.039,05	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Claudineia TeiXeira Nobre	R$ 3.047,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Divina de Freitas da Silva	R$ 3.056,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Ester Pereira Rosa	R$ 3.050,25	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Geralda Aparecida Graças da Silva	R$ 3.066,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Ivaneide Gomes Athaides	R$ 3.049,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Ivanilda Ferreira Neves	R$ 3.044,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Maria Conceição Pereira Soares	R$ 3.023,41	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Marilane Silva Moreira	R$ 3.009,95	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Corumbiara	Paulo Sergio Rosa	R$ 3.046,68	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Costa Marques	Adriane de Oliveira da Silva Rafael	R$ 1.996,39	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Costa Marques	Angela Pereira dos Santos	R$ 1.999,25	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Costa Marques	Dalva da Silva de Almeida	R$ 1.997,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Costa Marques	Elcio Cordeiro	R$ 1.999,55	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Costa Marques	Fernanda da Silva Almeida	R$ 1.994,64	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Costa Marques	Kariny Pacifico de Souza Oliveira	R$ 1.992,58	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Costa Marques	Luziana Martins da Silva de Oliveira	R$ 1.990,03	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Costa Marques	Tania Mara Avelino Silva do Nascimento	R$ 1.992,89	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cujubim	Anilton dos Santos Reis	R$ 3.084,00	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Cujubim	Elaine Henrique Vieira	R$ 5.642,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cujubim	Geneci Teodoro de Souza	R$ 2.956,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cujubim	José Leite da Silva Filho	R$ 3.132,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cujubim	Leni Gonçalves da Silva Lima	R$ 4.278,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cujubim	Marçal Lino de Barros	R$ 5.583,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Cujubim	Mesac Francisco Nunes	R$ 5.456,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Cujubim	Roseli da Silva Alves	R$ 3.055,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Espigão do Oeste	Gilberto Gasparin	R$ 7.309,35	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Espigão do Oeste	Maria Kumm da Cunha	R$ 7.538,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Espigão do Oeste	Soeli Eliar Leal Kumm	R$ 7.528,59	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Espigão do Oeste	Anderson Alves Nascimento	R$ 7.991,65	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Espigão do Oeste	Francisca de Jesus Silva Sousa	R$ 7.400,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Espigão do Oeste	Elvio Charlis Berger	R$ 5.822,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Espigão do Oeste	Francina Machado dos Santos	R$ 6.492,85	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Espigão do Oeste	José Geovano da Silva	R$ 6.493,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Espigão do Oeste	Maria Dalva Silvano Marques Garcia	R$ 6.496,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Espigão do Oeste	Marta Felberg Tesch	R$ 6.499,57	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Alessandro das Graças de Castro	R$ 6.140,00	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Americo Vieira de Oliveira	R$ 2.311,80	OK	OK	ilegível	X	OK	X	OK
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Anderson Andrade Ferreira	R$ 5.716,10	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Cirlene Dias Batista da Silva	R$ 6.499,60	OK	OK	OK	X	X	OK	OK
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Iris de Souza Leal da Silva	R$ 6.423,50	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Joseane Melo Coutinho Lima	R$ 6.108,10	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Guajará-Mirim	Ernesto Chambi Yana	R$ 3.293,33	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Guajará-Mirim	Franciane Hurtado Simão	R$ 3.373,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Guajará-Mirim	Ivaniel da Silva Moura	R$ 6.449,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Guajará-Mirim	Vera Oliveira da Cruz	R$ 3.379,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Elias Santos Couto	R$ 3.000,00	OK	X	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Ana Luiz Ferreira	R$ 3.000,08	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Francisca Vanda Araújo Feitosa Hirt	R$ 3.000,00	OK	X	ilegível	OK	OK	OK	X
Itapuã do Oeste	Genis Franca Santos	R$ 3.000,03	OK	X	OK	falta a frente	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Jairo Pereira de Melo	R$ 2.999,90	OK	X	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Lucia Ferreira de Souza Costa	R$ 3.000,32	OK	X	ilegível	falta a frente	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Marcos Andrade TeiXeira	R$ 3.000,00	OK	X	OK	X	OK	OK	X
Itapuã do Oeste	Marluce Maria de Moura	R$ 3.000,00	OK	X	OK	X	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Rosevelte Santareno Israel	R$ 3.000,02	OK	X	ilegível	OK	OK	OK	OK
Itapuã do Oeste	Santina Salete Clamoroska Barbosa	R$ 3.000,00	OK	X	OK	X	OK	OK	X
Itapuã do Oeste	Solange Walsak Simão	R$ 3.000,00	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Jaru	Claudeci Pereira da Silva	R$ 2.492,49	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Jaru	Elizabeth Torres da Silva	R$ 2.171,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Jaru	Geiziliane Oliveira Alecrim Ferreira	R$ 3.133,73	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Jaru	Jovino Batista de Oliveira	R$ 3.300,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Jaru	Keli Gonçalves Baltazar	R$ 4.196,77	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Jaru	Luzete Menezes Brites	R$ 3.848,30	OK	OK	OK	OK	OK	X	X
Jaru	Maria dos Anjos Rodrigues Soares	R$ 2.505,70	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Jaru	Mônica Kely Torres da Silva Guimarães	R$ 2.011,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Jaru	Osvaldo Presilius	R$ 6.497,84	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Jaru	Valcedir Bernardes	R$ 2.355,00	OK	OK	OK	X	X	X	X

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Jaru	Weverson Almeida Moreira	R$ 4.256,60	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
JI PARANÁ	Agnaldo Santos Borges	R$ 1.553,45	OK	OK	OK	invalido	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Alex Sandra Duarte de Jesus da Silva	R$ 1.999,81	cortada	FALTA	OK	invalido	OK	FALTA MUNICIPAL E FEDERAL	OK
JI PARANÁ	Cleide Aparecida Peres	R$ 2.000,57	OK	OK	OK	invalido	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Cleuza Rodrigues dos Santos	R$ 2.000,00	OK	FALTA	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Divino de Oliveira Pinto	R$ 2.723,57	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA ESTADUAL	OK
JI PARANÁ	Ivanilda Maria da Silva Pena	R$ 1.574,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Jesse da Silva	R$ 1.999,76	cortada	FALTA	OK	invalido	ILEGIVEL	OK	OK
JI PARANÁ	Maria do Socorro Vilarim Santiago	R$ 1.998,08	cortada	FALTA	ok	ok	ok	ok	ok
JI PARANÁ	Monica Regina Bambolim	R$ 1.517,60	OK	OK	OK	OK	FALTA	OK	OK
JI PARANÁ	Natalina Santos Borges	R$ 1.542,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Nilza Groner Correia	R$ 1.998,85	cortada	FALTA	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Daniel Schissel	R$ 2.000,02	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Lucas Possmoser Castias	R$ 1.999,69	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Maria Jose de Souza	R$ 1.999,85	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Rogerio Rosemberg dos Santos	R$ 1.998,98	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Ronei Estacio Dutra	R$ 1.999,95	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
JI PARANÁ	Sueli Quintino Barbosa	R$ 2.580,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Machadinho do Oeste	Adriana de Souza Caetano	R$ 2.293,10	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Alessandra Carlos da Silva TeiXeira	R$ 2.071,60	OK	OK	falta o verso do RG	OK	X	X	X
Machadinho do Oeste	Alessandra de Almeida Silva	R$ 2.587,70	OK	OK	OK	OK	X	X	X
Machadinho do Oeste	Allan Lemuel Soares de Souza	R$ 2.532,10	OK	OK	OK	OK	X	X	X
Machadinho do Oeste	Amantino Espanhol	R$ 2.217,70	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Boaventura Calda Filho	R$ 2.402,60	OK	OK	OK	OK	OK	X	X
Machadinho do Oeste	Edimar Aparecida da Silva Brazil	R$ 2.837,50	X	OK	OK	X	X	X	X

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Machadinho do Oeste	Edmilson Souza Caetano	R$ 2.097,70	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Francieli Marques Tertuliano	R$ 2.822,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Iranir Silva dos Santos	R$ 2.728,10	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Jaime Melone de Castro	R$ 2.223,40	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Lucemar da Silva	R$ 2.843,00	OK	OK	falta RG	OK	X	X	X
Machadinho do Oeste	Maria Aparecida dos Santos	R$ 2.629,40	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Paulo Sergio Rodrigues Tertuliano	R$ 2.597,90	OK	OK	OK	OK	OK	X	X
Machadinho do Oeste	Rosângela Aparecida da Silva Brito	R$ 2.738,40	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Senival Gomes da Silva	R$ 2.678,80	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Machadinho do Oeste	Vanessa Nogueira	R$ 2.771,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Ministro Andreazza	Delzi Lima Inacio de Souza	R$ 2.831,65	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Elizangela Maria da Conceição Kaiser	R$ 3.000,15	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Izabel Oliveira de Souza	R$ 3.000,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Juliana Dias Belmonde MaXimiano	R$ 3.070,42	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Maria da Penha de Paula Milka	R$ 3.037,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Marlene Castorina Taborda Ribas Franco	R$ 2.999,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Marlete de Jesus	R$ 6.496,38	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Naiara Karolaine de Paula Raasch	R$ 3.032,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Simone Marli Quedinau Loureti	R$ 3.000,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Ministro Andreazza	Tatiana Machado Oliva	R$ 3.012,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Mirante da Serra	Arlus de Araujo	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Albertina Oliveira de Souza Rocha	R$ 3.350,00	X	OK	OK	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Enio Paulo Silverol	R$ 3.350,00	OK	OK	X	OK	X	X	X
Mirante da Serra	Gleiciely Reis Ferreira	R$ 3.350,00	OK	OK	RG cortado	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Ilma do Carmo Martins	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	X
Mirante da Serra	Izabel Fernandes de Souza	R$ 3.350,00	X	OK	OK	OK	OK	OK	X

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Mirante da Serra	João Batista Alves	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	X
Mirante da Serra	Jonatas Martins de Souza	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Jose Barbosa Rodrigues	R$ 3.350,00	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Lair Batista da Cunha	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Mirante da Serra	Lecio Antonio de Andrade	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Lideni Ferreira dos Santos	R$ 3.350,00	OK	OK	ilegível	X	OK	X	X
Mirante da Serra	Margarete Backes	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Mirante da Serra	Maria da Conceição da Silva	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Mirante da Serra	Marlene Silvestre da Silva Souza	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	ilegível	OK	X	X
Mirante da Serra	Obede Oliveira de Souza	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Regiane Pereira Entringer	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Roseli Estevam dos Santos Martins	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Mirante da Serra	Thaíza Martins de Souza	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Mirante da Serra	Wilson Amaro da Silva	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	X
Mirante da Serra	João Batista de Souza	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Mirante da Serra	Valdira Amaral dos Santos	R$ 3.350,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	X
Monte Negro	Carina Paulo da Silva	R$ 3.097,70	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Monte Negro	Celso Rodrigues de Souza	R$ 4.571,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Monte Negro	Marcio Venancio	R$ 5.623,50	OK	OK	OK	falta a frente	OK	OK	OK
Monte Negro	Maria Aparecida Barboza da Silva	R$ 4.134,50	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Monte Negro	Rosinei de Fatima Machado Santos	R$ 4.865,50	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Monte Negro	Rogerio Miguel Barcelos da Silva	R$ 5.953,20	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Monte Negro	Veranice Santos da Costa Trindade	R$ 5.252,02	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Nova Brasilândia do Oeste	AleX Ahnert Grinivald	R$ 3.718,72	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova Brasilândia do Oeste	AleXsandro Rodrigues Pereira	R$ 3.720,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova Brasilândia do Oeste	Alice Ahnert Grinivald	R$ 3.718,98	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Nova Brasilândia do Oeste	Liliane da Rocha Santos	R$ 3.719,08	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova Brasilândia do Oeste	Maria Alves Gomes	R$ 3.707,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova Brasilândia do Oeste	Marli Ahnert Grinivald	R$ 3.721,65	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova Brasilândia do Oeste	Marta Cleide Martins Bezerra PeiXoto	R$ 3.718,30	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Nova Brasilândia do Oeste	Vanderly Carvalho PeiXoto	R$ 3.720,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova Brasilândia do Oeste	Zeneide Ferreira Saturnino	R$ 3.718,26	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova Mamoré	Vanderlei Santos de Almeida	R$ 4.118,40	OK	OK	ilegível	OK	vencida	OK	OK
Nova Mamoré	Rosaneide Gonçalves da Silva Cardoso	R$ 4.498,34	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova Mamoré	Quintino Francisco Santana	R$ 4.498,34	OK	OK	OK	X	OK	X	OK
Nova Mamoré	Nair Galdino de Araújo	R$ 4.309,40	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Nova Mamoré	Manoel Martins de Souza	R$ 3.563,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova Mamoré	Hermenegildo Burgues Morais	R$ 4.033,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova Mamoré	Daniel de Jesus Cruz	R$ 3.816,90	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	X
Nova Mamoré	Antenor Rocha Gomes	R$ 4.498,16	OK	OK	ilegível	OK	OK	X	OK
Nova Mamoré	Paulo TeiXeira dos Santos	R$ 3.629,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova Mamoré	Esterlita Monteiro Campos	R$ 4.135,20	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Nova Mamoré	Domingos Pereira dos Santos	R$ 3.966,50	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Nova União	Adriano de Sena Souza	R$ 2.212,60	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Nova União	Angela Maria Tomazeti	R$ 3.589,85	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Antonio dos Reis Lima	R$ 2.146,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Dulce Maria da Silva	R$ 2.199,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Edna Clarinda de Souza Evangelista	R$ 2.199,74	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Izaias Gonçalves de Lima	R$ 2.228,51	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	João Cassiano da Rocha	R$ 2.227,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Nova União	João Maria de Lima	R$ 2.199,29	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Joice Mara Alves Hoffman Calandrelli	R$ 1.561,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Nova União	Jose Milto de Souza	R$ 2.226,62	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Lelian Pinheiro Machado Sequeira	R$ 2.199,65	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
Nova União	Marcos Machado de Amorim	R$ 2.058,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Simone Rocilde Pereira	R$ 2.187,88	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Neuza Custódio de Jesus Silva	R$ 2.141,05	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Nova União	Vanildo Cardoso Santana	R$ 2.128,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Roseli Medeiros de Souza	R$ 2.923,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Regiane Martins de Medeiros	R$ 2.638,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Ravel Rodrigues Buraski de Oliveira	R$ 2.490,08	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Nair Vitoria da Silva	R$ 2.585,41	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Marcelo Canevari	R$ 4.587,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Silvia TeiXeira de Almeida	R$ 1.592,25	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Terezinha Ferreira Miranda	R$ 2.638,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Valeria Santiago	R$ 2.878,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Vandileia Kreitlow	R$ 2.582,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Jose Pedro Pereira	R$ 3.658,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Ivan Lucsinger Eggert	R$ 2.599,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Novo Horizonte do Oeste	Edinete Luscinger Eggert	R$ 2.559,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
OURO PRETO	Amancio Dias Neto	R$ 3.852,29	OK	OK	OK	OK	ILEGIVEL	OK	FALTA
OURO PRETO	Ana Adilce Santiago dos Santos	R$ 2.605,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Cristiane da Silva Lima	R$ 2.608,05	OK	OK	OK	invalido	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Dionisio Honorato de Souza	R$ 2.610,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Fernanda Pereira Souza	R$ 2.603,37	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Jose da Conceição Pereira Barbosa	R$ 3.385,49	OK	OK	OK	ILEGIVEL	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Luiz Eduardo Kucikoski	R$ 2.603,37	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Margareth Biernaschi de Lara	R$ 2.818,58	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

OURO PRETO	Marisa Coleta Ferreira	R$ 2.602,84	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Milton Augusto Souza	R$ 5.206,74	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA
OURO PRETO	Rosilda Caldeira Ferreira	R$ 2.602,84	OK	OK	OK	OK	OK	OK	FALTA
Parecis	Aureni Lacerda de Lima	R$ 2.995,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Parecis	Manoel Xavier Cotrim	R$ 2.997,02	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Parecis	Genir Vieira da Silva	R$ 2.998,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Parecis	José Siminhuk	R$ 6.114,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Parecis	Luzia Dias dos Santos Rafael	R$ 2.998,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Parecis	Marinalva Pereira de Oliveira	R$ 2.998,72	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Parecis	Sirlei Souza Silva Alers	R$ 2.999,28	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Pimenta Bueno	Aparecida Jesus Correa dos Santos	R$ 3.053,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Pimenta Bueno	Carlos Ferreira Nunes	R$ 3.027,28	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Cristina Martins Silva	R$ 3.056,39	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Eucineia Fidelis Correa de Brito	R$ 3.051,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Eudiceia Dias de Brito	R$ 3.051,35	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Ivanildo da Silva	R$ 3.057,45	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Lucineis Neves da Silva	R$ 3.037,85	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Nilvania Marquezini Cavalcante	R$ 3.051,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Roseclaudio Santos Bezerra	R$ 3.027,38	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Conceição Aparecida da Silva Fraga	R$ 3.035,29	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenta Bueno	Aparecida Bueno de Moura	R$ 3.051,68	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Pimenteiras	Aparecida Marim Gonçalves Filho Ribeiro	R$ 6.486,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Pimenteiras	Edna Pereira Santos	R$ 6.490,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Pimenteiras	Edinalva Lanes da Silva	R$ 6.500,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Pimenteiras	Esio Macedo da Mata	R$ 6.496,52	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Pimenteiras	Leonice Gonçalves da Silva Amaral	R$ 6.476,41	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pimenteiras	Romão Garcia da Rocha	R$ 1.047,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Terezinha Laves Duarte Pereira	R$ 6.499,06	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Porto Velho	Adenildo Soares do Nascimento	R$ 3.599,12	OK	OK	OK	inválida	X	OK	OK
Porto Velho	Adriela Galdino de Souza	R$ 3.599,42	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Ana Neri Moreira	R$ 3.598,72	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	André Luiz Prata de Souza	R$ 3.598,86	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Antonia Selma Pereira da Silva	R$ 3.599,45	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Antonio Aparecido de Oliveira	R$ 3.596,72	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Antonio de Oliveira Coelho	R$ 3.598,08	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Arleane Galdino de Souza	R$ 3.598,45	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Carla Almeida dos Santos	R$ 3.599,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Carliane Almeida dos Santos	R$ 3.599,50	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Porto Velho	Celly Santos Silva	R$ 3.596,31	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho	Dhairel Vieira Calazans	R$ 3.599,40	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Porto Velho	Edson Martins Mariano	R$ 3.595,76	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Adenildo Soares do Nascimento	R$ 3.100,18	OK	OK	OK	inválida	X	OK	OK
Porto Velho	Francinete da Silva Bacelar	R$ 3.599,23	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Francisco de Assis Silva Castro	R$ 3.595,03	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Glaucineia Souza do Nascimento	R$ 3.595,16	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	José do Nascimento	R$ 3.599,12	OK	OK	OK	inválida	OK	OK	OK
Porto Velho	Lucas Costa dos Santos	R$ 3.599,93	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Maria Anita Santos de Almeida	R$ 3.597,79	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Maria de Araújo Costa dos Santos	R$ 3.599,93	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Maria Helena José Almeida	R$ 3.599,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Marli Alves Almeida Nascimento	R$ 3.598,65	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Moises Rocha do Carmo	R$ 3.596,58	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho	Sabrina Bastos Coelho	R$ 3.592,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Terezinha Fausto da Silva	R$ 3.574,78	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Thiago Mateus Costa Faustino	R$ 3.597,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Vera Lucia da Cruz Bernardo	R$ 3.597,94	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho	Walnilda Fernandes Ferreira	R$ 3.595,30	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Porto Velho - EXtrema	Dulcilene Pereira dos Santos	R$ 4.399,97	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	José Rodrigues Gabriel	R$ 2.199,81	X	X	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Raimundo de Souza Nascimento	R$ 2.199,96	OK	X	OK	ilegível	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Cristian Nairon Sousa Maleski	R$ 2.196,72	OK	X	OK	X	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Helon Pedro Sousa Maleski	R$ 2.199,52	X	X	OK	X	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Idalina Silva da Rocha	R$ 2.199,97	OK	X	falta a frente	X	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Jossiele da Rocha Ferreira	R$ 2.199,94	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Loy Maleski	R$ 2.199,92	OK	X	OK	X	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Magna Martins de Souza	R$ 2.194,91	OK	X	OK	X	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Maria da Silva Moura	R$ 2.199,98	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Neli Maria da Costa	R$ 2.195,44	OK	X	OK	ilegível	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Rogerio da Silva Ozorio	R$ 2.199,95	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Santina Silva Ferreira	R$ 2.199,97	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Zilvaneide da Silva Ozorio	R$ 2.199,33	OK	X	OK	OK	OK	OK	X
Porto Velho - EXtrema	Ademar Rodrigues	R$ 2.199,89	X	X	ilegível	OK	OK	OK	X
Porto Velho - Jaci Paraná	Altamir Paula da Cunha	R$ 3.299,29	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Porto Velho - Jaci Paraná	Dosil Ferreira	R$ 3.299,63	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Porto Velho - Jaci Paraná	Francisco Odinei Barbosa Pereira	R$ 3.300,65	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Porto Velho - Jaci Paraná	Gislene Fernanda de Oliveira Ferreira	R$ 3.299,90	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
Porto Velho - Jaci Paraná	Gustavo de Oliveira Ferreira	R$ 3.299,55	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Porto Velho - Jaci Paraná	Isabel Pereira de Oliveira	R$ 3.299,43	OK	OK	falta cpf	X	OK	X	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho - Jaci Paraná	Laide Pereira de Melo	R$ 4.399,75	OK	OK	OK	X	OK	X	OK
Porto Velho - Jaci Paraná	Lucas de Oliveira Ferreira	R$ 4.399,98	OK	OK	OK	X	X	OK	OK
Porto Velho - Jaci Paraná	Leonardo Santana	R$ 4.400,54	OK	OK	OK	X	ilegível	OK	X
Porto Velho - Nova Califórnia	Alaide Marcelino de Souza	R$ 2.857,10	OK	OK	X	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Nova Califórnia	Claudete Santos Oliveira	R$ 2.857,12	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Nova Califórnia	Francisca Caetano da Silva	R$ 2.857,02	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Porto Velho - Nova Califórnia	Jose Luiz Macedo	R$ 2.856,99	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Nova Califórnia	Jusciclélia Souza de Lima	R$ 2.857,12	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Nova Califórnia	Leonete Bezerra de Lima	R$ 2.853,52	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Nova Califórnia	Wellington de Oliveira	R$ 2.857,12	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Porto Verde	Daniel Cabral dos Santos	R$ 6.499,91	OK	OK	X	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Porto Verde	Diolindo Cabral dos Santos	R$ 6.499,97	OK	OK	X	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Porto Verde	Fernando Inacio Barbosa	R$ 6.499,55	OK	X	OK	OK	OK	X	X
Porto Velho - Porto Verde	Francisca Maria Rodrigues	R$ 6.498,91	OK	X	OK	X	OK	X	OK
Porto Velho - Porto Verde	Geâmica Vasques de Lima Rodrigues	R$ 6.498,61	X	X	OK	OK	OK	X	OK
Porto Velho - Porto Verde	Gleice Lino dos Santos Lourenço	R$ 6.498,91	OK	X	OK	OK	OK	X	OK
Porto Velho - Porto Verde	Iolanda da Costa Silva	R$ 5.943,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Porto Verde	Maria José Nunes Pacheco	R$ 6.499,31	OK	X	OK	X	OK	X	OK
Porto Velho - Porto Verde	Mauricio da Costa Silva	R$ 6.496,80	OK	X	OK	OK	OK	X	OK
Porto Velho - Porto Verde	Queite Rodrigues da Silva	R$ 6.498,61	X	X	OK	OK	OK	X	OK
Porto Velho - Porto Verde	Rosimara Margareth Alves Welke	R$ 6.499,61	OK	X	OK	OK	OK	X	X
Porto Velho - Porto Verde	Terezinha Batista Ribeiro	R$ 4.556,10	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Rio Pardo	Ivaldo Severino de Barros	R$ 2.688,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Rio Pardo	Janilsa Maria Pires de Souza	R$ 6.499,23	OK	OK	OK	OK	vencida	OK	OK
Porto Velho - Rio Pardo	Jose Maria Barbosa	R$ 5.529,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - Rio Pardo	Salete Rodrigues de Magalhães	R$ 6.493,38	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho - União Bandeirantes	Caio de Souza Simões	R$ 5.499,66	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - União Bandeirantes	Edicarlos Batista de Jesus	R$ 5.497,80	OK	X	OK	OK	X	OK	OK
Porto Velho - União Bandeirantes	Nerly José de Jesus	R$ 5.499,90	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - União Bandeirantes	Celio Vaz Mourao	R$ 5.499,95	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Porto Velho - União Bandeirantes	Juvenal Cianqueta de Souza	R$ 5.492,37	OK	X	OK	falta a frente	OK	X	OK
Porto Velho - União Bandeirantes	Pedro Pellanda da Silva	R$ 5.509,25	OK	X	OK	OK	X	OK	OK
Presidente Médici	Ana Maria de Fatima Cardoso Silva	R$ 3.253,50	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Presidente Médici	Aparecida Rosa da Silva Alves	R$ 3.171,55	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Presidente Médici	Dione Martins de Souza Silva	R$ 3.769,65	OK	X	OK	OK	X	OK	OK
Presidente Médici	Janaina Souza Araujo	R$ 3.199,90	OK	X	OK	ilegível	OK	OK	OK
Presidente Médici	Margarete Gomes Pereira	R$ 3.354,50	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Presidente Médici	Marinalda Rozena do Nascimento	R$ 3.093,45	OK	X	X	OK	OK	OK	X
Presidente Médici	Neusa Aparecida de Souza	R$ 3.208,93	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Presidente Médici	Rosimar Ordete Sousa	R$ 3.082,95	OK	X	OK	falta a frente	OK	OK	X
Presidente Médici	Ruth Pinto de Souza Martins	R$ 3.294,70	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Presidente Médici	Sueli Martins Caetano	R$ 3.374,55	OK	X	OK	OK	X	OK	OK
Presidente Médici	Vanessa da Silva Cotrin	R$ 3.337,84	OK	X	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Claudineia Ferreira de Abreu Martins	R$ 2.008,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Djalma Salema de Souza	R$ 2.499,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Eva dos Reis	R$ 2.507,35	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Fabiana dos Santos	R$ 1.406,90	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Geni Alves Cardoso Batista	R$ 2.058,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Hellen Adriana Matiase	R$ 2.510,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Primavera de Rondonia	Maria Gorete Costa Lima Travesani	R$ 3.000,06	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Maria Rodrigues da Silva Arroio	R$ 1.402,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Rosinalva Alves Barreto Silva	R$ 1.791,25	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Rute Leia da Silva Ramos	R$ 2.003,36	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Samuel Xavier Dutra	R$ 1.515,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Silvia TeiXeira Fritz Soares	R$ 3.000,11	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Simone Fernandes de Lima	R$ 2.048,25	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Vera Lucia Dias de Oliveira Prates	R$ 1.881,29	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Vicente Oliveira dos Santos	R$ 1.921,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Primavera de Rondonia	Zilda Bezerra	R$ 1.995,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	Alessandro Bof Pereira	R$ 3.923,35	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	AleX Aparecido dos Santos	R$ 4.310,79	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	Ernandes Candido da Silva	R$ 4.169,33	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	Maria Geralda de Siqueira dos Santos	R$ 4.199,55	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	Maria Helena Pereira Rodrigues	R$ 4.383,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	Paulo Rosa do Nascimento	R$ 3.938,88	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	Valdomiro Rodrigues da Rocha	R$ 4.058,18	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rio Crespo	Vicente Gomes TeiXeira	R$ 4.516,44	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rolim de Moura	Ailton Eduardo	R$ 3.386,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rolim de Moura	Claudiomira Aparecida dos Santos Silva	R$ 3.128,05	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rolim de Moura	Ester Tomaz Rosa Venturini	R$ 3.081,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rolim de Moura	Graciele da Silva Alves	R$ 3.323,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Rolim de Moura	Luiz Ubiali	R$ 3.118,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rolim de Moura	Márcia Rocha de Carvalho Batista	R$ 3.857,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rolim de Moura	Maria do Carmo de Almeida CaliXto	R$ 4.206,03	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Rolim de Moura	Marilene Ferreira Palmeira Wilke	R$ 3.164,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Rolim de Moura	Mateus Carlos Santos Silva	R$ 2.456,50	X	X	OK	OK	OK	X	OK
Rolim de Moura	Rosangela Aparecida Gomes dos Santos	R$ 3.198,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Afonso Velmer	R$ 3.499,15	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	David Juvenal de Oliveira Lima	R$ 3.000,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Izael dos Santos Raach	R$ 3.000,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Jessimar Klabunde	R$ 3.000,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	José Ademir Pereira de Souza	R$ 3.003,71	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	José Nildo da Silva	R$ 3.000,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Leonaldo Alves Lopes	R$ 2.999,85	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Marcos José da Silva	R$ 2.999,99	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Tereza de Oliveira Lima	R$ 3.002,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Irene de Souza Almeida	R$ 3.000,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Santa Luzia D'Oeste	Naildes Gomes de Oliveira	R$ 3.000,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Domingos do Guaporé	Hellen Cristina Araújo de Abreu	R$ 6.497,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Domingos do Guaporé	Ivan Aldo Schio	X	X	X	OK	X	OK	X	X
São Domingos do Guaporé	Liliane Soares Thimoteo	R$ 6.499,67	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
São Domingos do Guaporé	Luciana Gonçalves Lourenço	R$ 6.497,49	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
São Domingos do Guaporé	Neubis Nazaré da Silva	R$ 6.498,48	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
São Domingos do Guaporé	Rosa Maria Vanini de almeida	R$ 6.499,44	OK	OK	OK	X	OK	OK	X
São Felipe	Anice Oliveira da Silva	R$ 3.054,02	OK	OK	OK	X	OK	X	OK
São Felipe	Ismael Marques do Amaral	R$ 2.001,97	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
São Felipe	Adilon Pereira de Sena	R$ 2.776,50	OK	OK	X	X	OK	OK	OK
São Felipe	AleX Pinto da Vitoria	R$ 3.311,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Felipe	Cidalia Franco Ressel	R$ 1.940,00	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
São Felipe	Crenilda Vill Proença	R$ 1.007,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Felipe	João Ferreira da Silva	R$ 2.005,14	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

São Felipe	Jose Willian de Oliveira Belazzi	R$ 3.983,53	OK	OK	X	X	OK	OK	X
São Felipe	Luiz dos Santos Ferreira	R$ 2.005,32	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Felipe	Marcos Belazzi	R$ 1.459,26	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
São Felipe	Nilza Maria da Silva	R$ 2.496,82	OK	OK	X	X	OK	OK	OK
São Felipe	Rosinalva Diniz dos Santos Oliveira	R$ 999,90	OK	X	OK	OK	X	X	X
São Felipe	Saara Antunes Baran	R$ 3.188,50	OK	OK	OK	X	X	X	X
São Felipe	Sandra de Fatima Marcos	R$ 2.751,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Francisco do Guaporé	Alessandra Serafim Carvalho	R$ 6.483,70	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
São Francisco do Guaporé	Anderson Gomes Marques	R$ 4.998,06	OK	OK	OK	OK	Ilegivel	X	X
São Francisco do Guaporé	Greicy Carvalho Santos Scalfoni	X	X	X	X	X	X	X	OK
São Francisco do Guaporé	Leane Rosa Looze	R$ 4.708,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
São Francisco do Guaporé	Maria Aparecida Costa de Souza	R$ 2.499,20	OK	OK	OK	Ilegivel	OK	OK	OK
São Francisco do Guaporé	Rosileia da Silva Inácio	R$ 5.323,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
São Francisco do Guaporé	Valdeci Dias	R$ 3.000,60	OK	OK	OK	OK	OK	X	X
São Miguel do Guaporé	Cicero da Silva	R$ 3.125,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Miguel do Guaporé	Edivino Gretschmann	R$ 3.468,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
São Miguel do Guaporé	Esmelinda Pereira de Souza dos Santos	R$ 3.070,05	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Miguel do Guaporé	Fabiano José do Vale	R$ 3.043,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Miguel do Guaporé	Maria Sandra Barbosa de Souza	R$ 3.156,30	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Miguel do Guaporé	Paulo Sérgio Lopes Pereira	R$ 3.081,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
São Miguel do Guaporé	Romildo José PeiXoto	R$ 3.933,70	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Miguel do Guaporé	Sebastião Pereira de Jesus	R$ 2.752,50	X	OK	OK	OK	OK	OK	OK
São Miguel do Guaporé	Serisvaldo Oliveira Macedo	R$ 3.960,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Seringueiras	Adilson Gonçalves da Costa	R$ 4.183,47	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Seringueiras	Andrelaine Ferreira dos Santos	R$ 4.192,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Seringueiras	Antônio Carolina Dias	R$ 4.185,40	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Seringueiras	Arielly Rodrigues da Rocha	R$ 4.185,66	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Seringueiras	Fabiano dos Santos Rocha	R$ 4.186,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Seringueiras	Josivaldo da Costa Assis	R$ 4.186,55	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Seringueiras	Penha Denoni Soares	R$ 4.187,65	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Seringueiras	Veroni de Fatima Wilhelme Carneiro	R$ 4.184,25	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Adriano Bosso	R$ 4.034,47	OK	OK	OK	falta a frente	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Anselmo Oliveira Duarte	R$ 3.273,24	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Ednelson Benedito	R$ 3.273,92	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Edson Antonio Martins	R$ 3.272,50	OK	OK	falta o RG	OK	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Graciana Pereira da Silva Assis	R$ 3.273,16	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Izabel Gomes de Oliveira	R$ 3.272,97	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Joel Magnhago	R$ 3.274,09	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Luciana Gabriela de Sousa	R$ 3.274,11	OK	OK	OK	OK	vencida	OK	OK
TeiXeirópolis	Relha Ferreira de Oliveira	R$ 3.270,85	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
TeiXeirópolis	Sebastião Ferreira Marinho	R$ 3.273,60	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Theobroma	Flávio TeiXeira da Silva	R$ 2.071,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Theobroma	Guiomar das Neves Rosa	R$ 5.218,00	OK	OK	OK	X	OK	X	OK
Theobroma	Jose Ribeiro Alves	R$ 3.268,38	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Theobroma	Sebastião Luiz de Souza	R$ 2.100,00	OK	OK	ilegível	OK	OK	X	OK
Theobroma	Eguinaldo Raasch	R$ 5.432,00	OK	OK	OK	falta a frente	OK	X	OK
Theobroma	Jonas Pereira de Carvalho	R$ 4.263,00	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Theobroma	Iraildo Pereira Assunção	R$ 5.684,91	OK	OK	OK	OK	OK	X	OK
Urupá	André Luiz dos Santos	R$ 6.489,23	OK	OK	ilegível	ilegível	X	OK	OK
Urupá	Claudinéia Barbosa Lobato Malonyai	R$ 6.497,09	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Urupá	Ailton de Fatima TeiXeira da Costa	R$ 6.496,29	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Urupá	Jose Maria Soares da Costa	R$ 6.289,00	X	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Urupá	Josiel Bento de Lima	R$ 6.459,25	OK	OK	ilegível	X	OK	OK	OK
Vale do Anari	Adriana Machado de Souza Nogueira	R$ 3.714,60	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Vale do Anari	Angélica Batista Nogueira Costa	R$ 6.494,56	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Anari	Edna Terezinha da Silva Andrade	R$ 6.493,95	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Anari	Marlete Balberat da Silva	R$ 5.982,75	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Vale do Anari	Sandra Pereira de Freitas Barbosa	R$ 6.498,20	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	X
Vale do Anari	Silvia Leticia Silva Cezar	R$ 4.200,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Adenildo Jose Batista	R$ 2.652,94	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
Vale do Paraíso	Anderson Rogerio Saiter	R$ 2.857,50	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Antonio Marcos Adisson	R$ 2.529,44	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
Vale do Paraíso	Aparecida Angela da Silva	R$ 2.545,44	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Damiao Geraldo de Oliveira	R$ 2.569,12	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Hermes Possmoser	R$ 2.569,10	OK	OK	OK	X	X	OK	OK
Vale do Paraíso	Jorge Firmino de Oliveira	R$ 2.575,36	OK	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Jose Carlos da Silva	R$ 2.505,50	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Jose Rodrigues Pereira	R$ 2.547,88	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Maria de Lourdes Ardisson Ferreira	R$ 2.596,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vale do Paraíso	Martiliano Pereira da Silva	R$ 2.580,17	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
Vale do Paraíso	Paulo Cesar Batista	R$ 2.848,60	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
Vale do Paraíso	Valdevino Januário Pereira	R$ 2.391,10	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Abilio Godencio	R$ 2.303,60	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	X	OK
Vilhena	Allan Souza de Sá	R$ 2.290,00	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Angelo Antonio Campagnolli	R$ 3.068,00	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Vilhena	Carlos Javier Valdez Dejo	R$ 6.472,00	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK
Vilhena	Evandro Barbosa da Silva	R$ 6.497,28	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Fabio Luiz Adams	R$ 2.128,70	OK	OK	ilegível	ilegível	OK	OK	OK

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Vilhena	Ivoni Claudete Wagner	R$ 6.486,48	OK	OK	OK	OK	OK	OK	X
Vilhena	Jose Porto Dias	R$ 4.863,30	OK	OK	OK	OK	X	OK	OK
Vilhena	Lucia de Freitas Rodrigues	R$ 5.344,20	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Manoel Justiniano da Silva	R$ 6.358,80	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Maria Aparecida Cantuária Barbosa	R$ 5.287,98	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Roseli Gonçalves de Abreu Pinheiro	R$ 2.103,00	OK	OK	ilegível	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Sidney Sanches Silva	R$ 6.468,00	OK	OK	ilegível	X	OK	OK	OK
Vilhena	Terezinha Bernal Basso	R$ 6.491,52	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Vilhena	Wesley Jose de Oliveira	R$ 6.496,13	OK	OK	OK	X	OK	OK	OK

4.Pontuação geral por município de propostas de venda de produtores individuais:

Município	Produtor	Valor da Proposta	GRUPOS ESPECIAIS 10 PONTOS	GRUPO B OU INSERIDOS NO CAD ÚNICO 9 PONTOS	AGRICULTORES QUE NUNCA PARTICIPARAM DO PAA 8 PONTOS	GÊNERO MULHERES 7 PONTOS	AGRICULTORES NÃO INSERIDOS EM NENHUM DOS CRITERIOS ACIMA 1 PONTO	PONTUAÇÃO TOTAL
Alta Floresta	Adelino Dorriguetti	R$ 1.242,40					1	1
Alta Floresta	Ademar Eggert	R$ 2.690,00					1	1
Alta Floresta	Ademiro Ninke	R$ 3.352,00					1	1
Alta Floresta	Benedito Aparecido TeiXeira	R$ 3.276,00					1	1
Alta Floresta	Claudemir Rodrigues da Silva	R$ 2.685,00					1	1
Alta Floresta	Closomir Ferreira da Silva	R$ 1.869,50					1	1
Alta Floresta	Edilza Ferreira Rocha	R$ 2.015,64				7		7
Alta Floresta	Geusa Alves de Souza Vieira	R$ 2.259,45				7		7
Alta Floresta	Joel Janoski	R$ 1.869,50					1	1
Alta Floresta	José Monteiro de Souza	R$ 3.348,00					1	1
Alta Floresta	Lucas Bastos Janoski	R$ 1.869,50					1	1

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Alta Floresta	Márcio Barros de Oliveira	R$ 4.758,95					1	1
Alta Floresta	Marcos Alves de Araújo	R$ 4.070,00					1	1
Alta Floresta	Wagner Vanildo Gelinsk	R$ 5.313,00					1	1
Alta Floresta	Tawa Ambukalim Oliveira Arua	R$ 1.507,50	10					10
Alta Floresta	Silvani Alves Ferreira	R$ 1.207,00				7		7
Alta Floresta	Rosalina Arua	R$ 2.319,50	10	9		7		26
Alta Floresta	Romildo Schoeder	R$ 1.204,46					1	1
Alta Floresta	Paulo Boni	R$ 4.161,00					1	1
Alto Alegre dos Parecis	Steffany Gonçalves de Oliveira	R$ 2.791,03	10	9		7		26
Alto Alegre dos Parecis	Neuza da Silva Faria	R$ 2.789,15	10	9		7		26
Alto Alegre dos Parecis	Marcia de Souza Silva	R$ 2.790,99	10			7		17
Alto Alegre dos Parecis	Manoel Mescias Filho	R$ 2.790,47	10	9				19
Alto Alegre dos Parecis	José Marinho da Silva	R$ 2.822,15					1	1
Alto Alegre dos Parecis	Eli Fernando Fragoso Soares	R$ 2.789,78	10					10
Alto Alegre dos Parecis	Cicera Mendes Rodrigues Felis	R$ 2.790,50	10	9		7		26
Alto Alegre dos Parecis	Andressa de Souza Silva	R$ 2.790,99	10			7		17
Alto Alegre dos Parecis	André TeiXeira dos Santos	R$ 2.756,30	10	9				19
Alto Alegre dos Parecis	Almiro Caldeira dos Santos	R$ 2.796,75					1	1
Alto Algre dos Parecis	Marly Alves Ribeiro	R$ 2.789,50	10	9		7		26
Alto Algre dos Parecis	Marli Rosa de Souza	R$ 2.790,50	10			7		17
Alto Paraíso	Edmilson Souza Motta	R$ 6.493,69		9	8			17
Alto Paraíso	Israel Caetano	R$ 6.496,49		9				9
Alto Paraíso	Marcio Moreira	R$ 6.495,90		9				9
Alto Paraíso	Matheus Maia de Carvalho	R$ 6.499,91		9				9
Alto Paraíso	Rober Cleiton Borges	R$ 6.497,00			8			8
Alvorada do Oeste	Edson Pereira da Silva	R$ 3.724,36		9				9

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Alvorada do Oeste	Gilton Rodrigues da Costa	R$ 3.723,72		9				9
Alvorada do Oeste	Gilvado de jesus Oliveira Sampaio	R$ 3.720,91		9				9
Alvorada do Oeste	Leticia de Souza Silverio	R$ 3.723,69				7		7
Alvorada do Oeste	Maria Aparecida de Oliveira	R$ 3.724,99		9		7		16
Alvorada do Oeste	Osilio Júnior Rocha Rigoni	R$ 3.718,90					1	1
Alvorada do Oeste	Roselaine Figueiredo Chaves	R$ 3.724,03		9		7		16
Alvorada do Oeste	Rubens Moreira	R$ 3.718,88					1	1
Alvorada do Oeste	Vinicius Marques de Lima	R$ 3.721,40					1	1
Ariquemes	Taís Fabiula Francolino	R$ 6.499,00		9		7		16
Ariquemes	João Maria Batista dos Santos	R$ 6.488,15					1	1
Ariquemes	Rosimara Santa Fé Borges	R$ 6.476,90				7		7
Ariquemes	Derivaldo Souza das Virgens	R$ 6.492,10					1	1
Ariquemes	Elidiane Cristina Oliveira	R$ 6.484,50		9		7		16
Ariquemes	Josiane Alves Moisés de Goes	R$ 6.494,00				7		7
Buritis	AleXandra Dias Vargas	R$ 4.002,56				7		7
Buritis	Cristina Linhares da Silva	R$ 3.993,75				7		7
Buritis	Ivenildes Lourenço dos Santos	R$ 3.255,09				7		7
Buritis	Joaquim do Amaral TeiXeira	R$ 5.485,18			8			8
Buritis	Marcielma da Silva Souza Zeferino	R$ 5.485,18			8	7		15
Buritis	Zenilda Maria da Rocha Firmiano	R$ 4.284,17			8	7		15
Buritis	Tatiane Linhares da Silva	R$ 3.993,75		9		7		16
Buritis	Jucilene Ferreira dos Santos	R$ 2.999,34		9	8	7		24
CabiXi	Maria Aparecida de Magalhaes dos Santos	R$ 3.357,75				7		7
CabiXi	Joldimar Teles Machado	R$ 3.380,72					1	1
CabiXi	Edineia Dias Ferreira	R$ 3.343,68				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CabiXi	Andreia Pereira Teodoro de Lima	R$ 3.356,54				7		7
CabiXi	Airton Antunes de Carvalho	R$ 3.335,70					1	1
CabiXi	Wanderley Lopes Teodoro	R$ 3.351,30					1	1
CabiXi	Adenilson Lopes da Silveira	R$ 3.349,83			8			8
CabiXi	Rosalvo Ferreira Meira	R$ 3.328,30					1	1
CabiXi	Geovagner Barbosa	R$ 3.343,07					1	1
CabiXi	Maribel Padila da Silva	R$ 3.351,09				7		7
Cacaulândia	Adriana dos Santos	R$ 1.792,00		9		7		16
Cacaulândia	Clovis Argolo	R$ 6.235,71			8			8
Cacaulândia	Delma Freitas de Arruda Santos	R$ 6.004,50		9		7		16
Cacaulândia	João Alves de Freitas	R$ 6.478,31		9				9
Cacaulândia	Laudineia Batista de Souza	R$ 6.499,97		9		7		16
Cacaulândia	Paulo Sérgio Miranda de Freitas	R$ 6.489,51		9				9
Cacoal	Agda Maria Broenstrup	R$ 6.495,21				7		7
Cacoal	Ana Paula Gomes Viana	R$ 6.499,91		9		7		16
Cacoal	Luiz Yablega Surui	R$ 6.496,70	10					10
Cacoal	Marlene da Silva Prado	R$ 6.488,54				7		7
Cacoal	Michelli Surui	R$ 5.511,60	10		8	7		25
Cacoal	Poliana Littig Barcelo	R$ 3.073,50		9		7		16
Cacoal	Solange Neris dos Santos Gois	R$ 3.988,92			8	7		15
Cacoal	Susana Blodoff da Silva	R$ 6.497,76			8	7		15
Campo Novo de Rondônia	Ari Martins	R$ 4.999,89					1	1
Campo Novo de Rondônia	Edivaldo Jose dos Santos	R$ 6.498,45					1	1
Campo Novo de Rondônia	Elias Silva Sardinha	R$ 4.999,30					1	1
Campo Novo de Rondônia	Iéric Martins	R$ 4.999,89		9				9
Campo Novo de Rondônia	Ivonete Martins	R$ 4.999,89				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Campo Novo de Rondônia	Waleria Maria de Amorim	R$ 5.972,50				7		7
Candeias do Jamari	Aleandro Yuko Costa	R$ 2.883,30			8			8
Candeias do Jamari	Fernando Pessoa da Silva	R$ 3.795,35	10					10
Candeias do Jamari	Francisco Leonardo de Souza	R$ 2.957,52		9				9
Candeias do Jamari	Wislen Santos Oliveira	R$ 2.907,30	10					10
Candeias do Jamari	William Santos Oliveira	R$ 3.037,90	10					10
Candeias do Jamari	Maria da Penha Rodrigues de Souza	R$ 2.723,75				7		7
Candeias do Jamari	Valter Batista de Oliveira	R$ 2.934,90					1	1
Candeias do Jamari - Triunfo	José FéliX da Silva	R$ 3.962,10					1	1
Candeias do Jamari - Triunfo	Valdenice Ramalho Nascimento	R$ 3.729,30		9		7		16
Candeias do Jamari - Triunfo	Orlando da Silva Lima	R$ 3.987,80		9				9
Castanheiras	Adilto Inácio Lima	R$ 3.160,60					1	1
Castanheiras	Ainara Helena Toneti Stragevitch de Andrade	R$ 3.148,30	10			7		17
Castanheiras	Egidio Baranoski	R$ 3.168,65					1	1
Castanheiras	Genessi Kester	R$ 3.137,10					1	1
Castanheiras	Maraísa Batista Albina	R$ 4.022,50				7		7
Castanheiras	Márcia da Silva Stragevitch	R$ 3.167,16		9		7		16
Castanheiras	Ronaldo da Silva Nogueira	R$ 2.751,90	10					10
Castanheiras	Sidiane Custódio Figueredo Bazoni	R$ 3.127,46				7		7
Castanheiras	Valdeni Kester	R$ 3.088,33					1	1
Castanheiras	Maria de Lurdes da Silva Rodrigues	R$ 4.728,00				7		7
Cerejeiras	Noemi dos Santos Severo	R$ 2.095,00				7		7
Cerejeiras	Osmar Pereira de Souza	R$ 2.124,00		9				9

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Cerejeiras	Rosalina de Quadros dos Reis	R$ 2.781,00				7		7
Cerejeiras	Selma Alves de Souza	R$ 2.754,80				7		7
Cerejeiras	Antonio Carlos Ferreira Lopes	R$ 1.003,73					1	1
Cerejeiras	Vanderlei Brand	R$ 2.067,40					1	1
Cerejeiras	Jose Carlos Pereira dos Anjos	R$ 2.113,00					1	1
Cerejeiras	Marcos Faria	R$ 950,40					1	1
Cerejeiras	Marcos Jose Firme	R$ 3.218,93					1	1
Cerejeiras	Arlindo Osmar Vitalis	R$ 3.142,00					1	1
Cerejeiras	Conceição Aparecida Mamede	R$ 1.084,77				7		7
Cerejeiras	Diego Peckson Soares Silva	R$ 2.832,50					1	1
Cerejeiras	Ederson Brandt	R$ 2.155,50					1	1
Cerejeiras	Elio Alves de Oliveira	R$ 1.248,05					1	1
Chupinguaia	Abiner Perez de Oliveira Alves	R$ 6.472,50					1	1
Chupinguaia	Amirante Ferreira Alves	X					1	1
Chupinguaia	Cristina Amorim de Sousa	R$ 1.890,40				7		7
Chupinguaia	Eidi Francieli Fidelis de Sá	R$ 3.375,10				7		7
Chupinguaia	Gislaine Cristina Norberto	R$ 4.718,00				7		7
Chupinguaia	Jose Antonio da Silva Faria	R$ 5.929,00			8			8
Chupinguaia	Lucimar da Silva Farias	R$ 6.468,10				7		7
Chupinguaia	Maria Gorete Mendes Soares Coelho	R$ 6.474,80				7		7
Chupinguaia	Nhangela Polliana Rodrigues de Castro	R$ 5.302,70				7		7
Chupinguaia	Osvaldo Ferreira dos Santos	R$ 6.498,96			8			8
Chupinguaia	Salete Lemos Brandt	R$ 6.497,40				7		7
Colorado do Oeste	Edivaldo Francisco de Jesus	R$ 671,60		9				9

Colorado do Oeste	Adriana Aparecida Rocha Carnevalli Gollo	R$ 6.500,00				7		7
Colorado do Oeste	Andréia Aparecida de Morais Oliveira Goés	R$ 6.494,90				7		7
Colorado do Oeste	Angelina Pedrina de Morais Oliveira	R$ 6.494,90				7		7
Colorado do Oeste	Artemio Dal Pra	R$ 6.466,40						0
Colorado do Oeste	Bruno Rafael Santos Borges	R$ 6.460,00	10					10
Colorado do Oeste	Cleide Araújo Mariano	R$ 6.499,00				7		7
Colorado do Oeste	Denilson Barros de Moura	R$ 6.499,98					1	1
Colorado do Oeste	Durcelina Arcanjo da Silva Magalhães	R$ 6.490,40				7		7
Colorado do Oeste	João Neres Lanes	R$ 4.595,50		9				9
Colorado do Oeste	Lourinado Gonçalves Santos	R$ 6.438,90	10		8			18
Colorado do Oeste	Luciana Macedo de Souza	R$ 6.494,48				7		7
Colorado do Oeste	Maria Ironi Nunes	R$ 6.499,98				7		7
Colorado do Oeste	Ronaldo Adriano dos Santos	R$ 6.497,74			8			8
Colorado do Oeste	Thiago Gabriel Santos Borges	R$ 6.460,00	10		8			18
Colorado do Oeste	Vitorino Gollo	R$ 6.486,48					1	1
Colorado do Oeste	Helio Gonçalves Barbosa	R$ 4.102,75	10					10
Colorado do Oeste	Lina Maria Bach Cruz	R$ 6.495,65				7		7
Colorado do Oeste	Joselio Costa de Freitas	R$ 6.427,40	10					10
Colorado do Oeste	Kenia Vitorino do Pilar	R$ 6.492,25				7		7
Colorado do Oeste	Maofrinho Nomerg	R$ 6.454,77					1	1
Corumbiara	Antonio Leopoldo da Fonseca	R$ 3.055,64					1	1
Corumbiara	Ataissa Pereira Farias	R$ 3.039,05				7		7
Corumbiara	Claudineia TeiXeira Nobre	R$ 3.047,10				7		7
Corumbiara	Divina de Freitas da Silva	R$ 3.056,30				7		7
Corumbiara	Ester Pereira Rosa	R$ 3.050,25				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Corumbiara	Geralda Aparecida Graças da Silva	R$ 3.066,60				7		7
Corumbiara	Ivaneide Gomes Athaides	R$ 3.049,10				7		7
Corumbiara	Ivanilda Ferreira Neves	R$ 3.044,40			8	7		15
Corumbiara	Maria Conceição Pereira Soares	R$ 3.023,41				7		7
Corumbiara	Marilane Silva Moreira	R$ 3.009,95			8	7		15
Corumbiara	Paulo Sergio Rosa	R$ 3.046,68					1	1
Costa Marques	Adriane de Oliveira da Silva Rafael	R$ 1.996,39				7		7
Costa Marques	Angela Pereira dos Santos	R$ 1.999,25			8	7		15
Costa Marques	Dalva da Silva de Almeida	R$ 1.997,10	10	9		7		26
Costa Marques	Elcio Cordeiro	R$ 1.999,55			8			8
Costa Marques	Fernanda da Silva Almeida	R$ 1.994,64		9		7		16
Costa Marques	Kariny Pacifico de Souza Oliveira	R$ 1.992,58		9		7		16
Costa Marques	Luziana Martins da Silva de Oliveira	R$ 1.990,03		9		7		16
Costa Marques	Tania Mara Avelino Silva do Nascimento	R$ 1.992,89			8	7		15
Cujubim	Anilton dos Santos Reis	R$ 3.084,00			8			8
Cujubim	Elaine Henrique Vieira	R$ 5.642,50				7		7
Cujubim	Geneci Teodoro de Souza	R$ 2.956,80					1	1
Cujubim	José Leite da Silva Filho	R$ 3.132,10					1	1
Cujubim	Leni Gonçalves da Silva Lima	R$ 4.278,40		9		7		16
Cujubim	Marçal Lino de Barros	R$ 5.583,50		9				9
Cujubim	Mesac Francisco Nunes	R$ 5.456,00					1	1
Cujubim	Roseli da Silva Alves	R$ 3.055,60				7		7
Espigão do Oeste	Gilberto Gasparin	R$ 7.309,35					1	1
Espigão do Oeste	Maria Kumm da Cunha	R$ 7.538,00				7		7
Espigão do Oeste	Soeli Eliar Leal Kumm	R$ 7.528,59				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Espigão do Oeste	Anderson Alves Nascimento	R$ 7.991,65					1	1
Espigão do Oeste	Francisca de Jesus Silva Sousa	R$ 7.400,00				7		7
Espigão do Oeste	Elvio Charlis Berger	R$ 5.822,00					1	1
Espigão do Oeste	Francina Machado dos Santos	R$ 6.492,85				7		7
Espigão do Oeste	José Geovano da Silva	R$ 6.493,70					1	1
Espigão do Oeste	Maria Dalva Silvano Marques Garcia	R$ 6.496,70				7		7
Espigão do Oeste	Marta Felberg Tesch	R$ 6.499,57				7		7
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Alessandro das Graças de Castro	R$ 6.140,00					1	1
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Americo Vieira de Oliveira	R$ 2.311,80			8			8
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Anderson Andrade Ferreira	R$ 5.716,10					1	1
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Cirlene Dias Batista da Silva	R$ 6.499,60			8	7		15
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Iris de Souza Leal da Silva	R$ 6.423,50				7		7
Gov. Jorge TeiXeira - Colina Verde	Joseane Melo Coutinho Lima	R$ 6.108,10		9	8	7		24
Guajará-Mirim	Ernesto Chambi Yana	R$ 3.293,33		9				9
Guajará-Mirim	Franciane Hurtado Simão	R$ 3.373,50		9		7		16
Guajará-Mirim	Ivaniel da Silva Moura	R$ 6.449,40			8			8
Guajará-Mirim	Vera Oliveira da Cruz	R$ 3.379,00	10	9		7		26
Itapuã do Oeste	Elias Santos Couto	R$ 3.000,00					1	1
Itapuã do Oeste	Ana Luiz Ferreira	R$ 3.000,08				7		7
Itapuã do Oeste	Francisca Vanda Araújo Feitosa Hirt	R$ 3.000,00				7		7
Itapuã do Oeste	Genis Franca Santos	R$ 3.000,03			8			8
Itapuã do Oeste	Jairo Pereira de Melo	R$ 2.999,90			8			8
Itapuã do Oeste	Lucia Ferreira de Souza Costa	R$ 3.000,32				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Itapuã do Oeste	Marcos Andrade TeiXeira	R$ 3.000,00				7	1	8
Itapuã do Oeste	Marluce Maria de Moura	R$ 3.000,00						0
Itapuã do Oeste	Rosevelte Santareno Israel	R$ 3.000,02					1	1
Itapuã do Oeste	Santina Salete Clamoroska Barbosa	R$ 3.000,00				7		7
Itapuã do Oeste	Solange Walsak Simão	R$ 3.000,00				7		7
Jaru	Claudeci Pereira da Silva	R$ 2.492,49					1	1
Jaru	Elizabeth Torres da Silva	R$ 2.171,80				7		7
Jaru	Geiziliane Oliveira Alecrim Ferreira	R$ 3.133,73				7		7
Jaru	Jovino Batista de Oliveira	R$ 3.300,50					1	1
Jaru	Keli Gonçalves Baltazar	R$ 4.196,77				7		7
Jaru	Luzete Menezes Brites	R$ 3.848,30				7		7
Jaru	Maria dos Anjos Rodrigues Soares	R$ 2.505,70		9		7		16
Jaru	Mônica Kely Torres da Silva Guimarães	R$ 2.011,00				7		7
Jaru	Osvaldo Presilius	R$ 6.497,84					1	1
Jaru	Valcedir Bernardes	R$ 2.355,00					1	1
Jaru	Weverson Almeida Moreira	R$ 4.256,60					1	1
JI PARANÁ	Agnaldo Santos Borges	R$ 1.553,45		9				9
JI PARANÁ	Alex Sandra Duarte de Jesus da Silva	R$ 1.999,81		9		7		16
JI PARANÁ	Cleide Aparecida Peres	R$ 2.000,57				7		7
JI PARANÁ	Cleuza Rodrigues dos Santos	R$ 2.000,00		9		7		16
JI PARANÁ	Divino de Oliveira Pinto	R$ 2.723,57			8			8
JI PARANÁ	Ivanilda Maria da Silva Pena	R$ 1.574,00				7		7
JI PARANÁ	Jesse da Silva	R$ 1.999,76						0
JI PARANÁ	Maria do Socorro Vilarim Santiago	R$ 1.998,08				7		7
JI PARANÁ	Monica Regina Bambolim	R$ 1.517,60				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

JI PARANÁ	Natalina Santos Borges	R$ 1.542,90				7		7
JI PARANÁ	Nilza Groner Correia	R$ 1.998,85				7		7
JI PARANÁ	Daniel Schissel	R$ 2.000,02			8			8
JI PARANÁ	Lucas Possmoser Castias	R$ 1.999,69		9				9
JI PARANÁ	Maria Jose de Souza	R$ 1.999,85				7		7
JI PARANÁ	Rogerio Rosemberg dos Santos	R$ 1.998,98					1	1
JI PARANÁ	Ronei Estacio Dutra	R$ 1.999,95			8			8
JI PARANÁ	Sueli Quintino Barbosa	R$ 2.580,20		9		7		16
Machadinho do Oeste	Adriana de Souza Caetano	R$ 2.293,10		9		7		16
Machadinho do Oeste	Alessandra Carlos da Silva TeiXeira	R$ 2.071,60				7		7
Machadinho do Oeste	Alessandra de Almeida Silva	R$ 2.587,70				7		7
Machadinho do Oeste	Allan Lemuel Soares de Souza	R$ 2.532,10			8			8
Machadinho do Oeste	Amantino Espanhol	R$ 2.217,70	10					10
Machadinho do Oeste	Boaventura Calda Filho	R$ 2.402,60					1	1
Machadinho do Oeste	Edimar Aparecida da Silva Brazil	R$ 2.837,50				7		7
Machadinho do Oeste	Edmilson Souza Caetano	R$ 2.097,70		9				9
Machadinho do Oeste	Francieli Marques Tertuliano	R$ 2.822,00				7		7
Machadinho do Oeste	Iranir Silva dos Santos	R$ 2.728,10		9		7		16
Machadinho do Oeste	Jaime Melone de Castro	R$ 2.223,40					1	1
Machadinho do Oeste	Lucemar da Silva	R$ 2.843,00				7		7
Machadinho do Oeste	Maria Aparecida dos Santos	R$ 2.629,40				7		7
Machadinho do Oeste	Paulo Sergio Rodrigues Tertuliano	R$ 2.597,90					1	1
Machadinho do Oeste	Rosângela Aparecida da Silva Brito	R$ 2.738,40		9		7		16
Machadinho do Oeste	Senival Gomes da Silva	R$ 2.678,80					1	1
Machadinho do Oeste	Vanessa Nogueira	R$ 2.771,00		9		7		16

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ministro Andreazza	Delzi Lima Inacio de Souza	R$ 2.831,65				7		7
Ministro Andreazza	Elizangela Maria da Conceição Kaiser	R$ 3.000,15				7		7
Ministro Andreazza	Izabel Oliveira de Souza	R$ 3.000,90				7		7
Ministro Andreazza	Juliana Dias Belmonde MaXimiano	R$ 3.070,42			8	7		15
Ministro Andreazza	Maria da Penha de Paula Milka	R$ 3.037,50				7		7
Ministro Andreazza	Marlene Castorina Taborda Ribas Franco	R$ 2.999,00				7		7
Ministro Andreazza	Marlete de Jesus	R$ 6.496,38				7		7
Ministro Andreazza	Naiara Karolaine de Paula Raasch	R$ 3.032,00				7		7
Ministro Andreazza	Simone Marli Quedinau Loureti	R$ 3.000,90				7		7
Ministro Andreazza	Tatiana Machado Oliva	R$ 3.012,50				7		7
Mirante da Serra	Arlus de Araujo	R$ 3.350,00		9	8			17
Mirante da Serra	Albertina Oliveira de Souza Rocha	R$ 3.350,00			8	7		15
Mirante da Serra	Enio Paulo Silverol	R$ 3.350,00					1	1
Mirante da Serra	Gleiciely Reis Ferreira	R$ 3.350,00						0
Mirante da Serra	Ilma do Carmo Martins	R$ 3.350,00	10		8	7		25
Mirante da Serra	Izabel Fernandes de Souza	R$ 3.350,00				7		7
Mirante da Serra	João Batista Alves	R$ 3.350,00					1	1
Mirante da Serra	Jonatas Martins de Souza	R$ 3.350,00					1	1
Mirante da Serra	Jose Barbosa Rodrigues	R$ 3.350,00					1	1
Mirante da Serra	Lair Batista da Cunha	R$ 3.350,00			8			8
Mirante da Serra	Lecio Antonio de Andrade	R$ 3.350,00	10					10
Mirante da Serra	Lideni Ferreira dos Santos	R$ 3.350,00				7		7
Mirante da Serra	Margarete Backes	R$ 3.350,00				7		7
Mirante da Serra	Maria da Conceição da Silva	R$ 3.350,00				7		7
Mirante da Serra	Marlene Silvestre da Silva Souza	R$ 3.350,00			8	7		15

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Mirante da Serra	Obede Oliveira de Souza	R$ 3.350,00			8	7		15
Mirante da Serra	Regiane Pereira Entringer	R$ 3.350,00			8	7		15
Mirante da Serra	Roseli Estevam dos Santos Martins	R$ 3.350,00			8	7		15
Mirante da Serra	Thaíza Martins de Souza	R$ 3.350,00			8	7		15
Mirante da Serra	Wilson Amaro da Silva	R$ 3.350,00		9	8			17
Mirante da Serra	João Batista de Souza	R$ 3.350,00					1	1
Mirante da Serra	Valdira Amaral dos Santos	R$ 3.350,00	10			7		17
Monte Negro	Carina Paulo da Silva	R$ 3.097,70			8	7		15
Monte Negro	Celso Rodrigues de Souza	R$ 4.571,50					1	1
Monte Negro	Marcio Venancio	R$ 5.623,50					1	1
Monte Negro	Maria Aparecida Barboza da Silva	R$ 4.134,50				7		7
Monte Negro	Rosinei de Fatima Machado Santos	R$ 4.865,50				7		7
Monte Negro	Rogerio Miguel Barcelos da Silva	R$ 5.953,20					1	1
Monte Negro	Veranice Santos da Costa Trindade	R$ 5.252,02				7		7
Nova Brasilândia do Oeste	AleX Ahnert Grinivald	R$ 3.718,72		9				9
Nova Brasilândia do Oeste	AleXsandro Rodrigues Pereira	R$ 3.720,30					1	1
Nova Brasilândia do Oeste	Alice Ahnert Grinivald	R$ 3.718,98				7		7
Nova Brasilândia do Oeste	Liliane da Rocha Santos	R$ 3.719,08				7		7
Nova Brasilândia do Oeste	Maria Alves Gomes	R$ 3.707,60				7		7
Nova Brasilândia do Oeste	Marli Ahnert Grinivald	R$ 3.721,65				7		7
Nova Brasilândia do Oeste	Marta Cleide Martins Bezerra PeiXoto	R$ 3.718,30				7		7
Nova Brasilândia do Oeste	Vanderly Carvalho PeiXoto	R$ 3.720,50					1	1

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Nova Brasilândia do Oeste	Zeneide Ferreira Saturnino	R$ 3.718,26				7		7
Nova Mamoré	Vanderlei Santos de Almeida	R$ 4.118,40					1	1
Nova Mamoré	Rosaneide Gonçalves da Silva Cardoso	R$ 4.498,34				7		7
Nova Mamoré	Quintino Francisco Santana	R$ 4.498,34					1	1
Nova Mamoré	Nair Galdino de Araújo	R$ 4.309,40		9		7		16
Nova Mamoré	Manoel Martins de Souza	R$ 3.563,90		9				9
Nova Mamoré	Hermenegildo Burgues Morais	R$ 4.033,30		9				9
Nova Mamoré	Daniel de Jesus Cruz	R$ 3.816,90					1	1
Nova Mamoré	Antenor Rocha Gomes	R$ 4.498,16	10					10
Nova Mamoré	Paulo TeiXeira dos Santos	R$ 3.629,00	10					10
Nova Mamoré	Esterlita Monteiro Campos	R$ 4.135,20		9		7		16
Nova Mamoré	Domingos Pereira dos Santos	R$ 3.966,50		9				9
Nova União	Adriano de Sena Souza	R$ 2.212,60		9	8			17
Nova União	Angela Maria Tomazeti	R$ 3.589,85				7		7
Nova União	Antonio dos Reis Lima	R$ 2.146,00	10		8			18
Nova União	Dulce Maria da Silva	R$ 2.199,90	10			7		17
Nova União	Edna Clarinda de Souza Evangelista	R$ 2.199,74	10			7		17
Nova União	Izaias Gonçalves de Lima	R$ 2.228,51					1	1
Nova União	João Cassiano da Rocha	R$ 2.227,60			8			8
Nova União	João Maria de Lima	R$ 2.199,29	10					10
Nova União	Joice Mara Alves Hoffman Calandrelli	R$ 1.561,60			8	7		15
Nova União	Jose Milto de Souza	R$ 2.226,62					1	1
Nova União	Lelian Pinheiro Machado Sequeira	R$ 2.199,65				7		7
Nova União	Marcos Machado de Amorim	R$ 2.058,50						0
Nova União	Simone Rocilde Pereira	R$ 2.187,88						0

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Nova União	Neuza Custódio de Jesus Silva	R$ 2.141,05	10			7		17
Nova União	Vanildo Cardoso Santana	R$ 2.128,40		9				9
Novo Horizonte do Oeste	Roseli Medeiros de Souza	R$ 2.923,40			8	7		15
Novo Horizonte do Oeste	Regiane Martins de Medeiros	R$ 2.638,90				7		7
Novo Horizonte do Oeste	Ravel Rodrigues Buraski de Oliveira	R$ 2.490,08			8	7		15
Novo Horizonte do Oeste	Nair Vitoria da Silva	R$ 2.585,41		9		7		16
Novo Horizonte do Oeste	Marcelo Canevari	R$ 4.587,20					1	1
Novo Horizonte do Oeste	Silvia TeiXeira de Almeida	R$ 1.592,25			8	7		15
Novo Horizonte do Oeste	Terezinha Ferreira Miranda	R$ 2.638,30				7		7
Novo Horizonte do Oeste	Valeria Santiago	R$ 2.878,50				7		7
Novo Horizonte do Oeste	Vandileia Kreitlow	R$ 2.582,30				7		7
Novo Horizonte do Oeste	Jose Pedro Pereira	R$ 3.658,00					1	1
Novo Horizonte do Oeste	Ivan Lucsinger Eggert	R$ 2.599,10					1	1
Novo Horizonte do Oeste	Edinete Luscinger Eggert	R$ 2.559,50				7		7
OURO PRETO	Amancio Dias Neto	R$ 3.852,29					1	1
OURO PRETO	Ana Adilce Santiago dos Santos	R$ 2.605,90				7		7
OURO PRETO	Cristiane da Silva Lima	R$ 2.608,05		9		7		16
OURO PRETO	Dionisio Honorato de Souza	R$ 2.610,50		9				9
OURO PRETO	Fernanda Pereira Souza	R$ 2.603,37				7		7
OURO PRETO	Jose da Conceição Pereira Barbosa	R$ 3.385,49		9				9

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

OURO PRETO	Luiz Eduardo Kucikoski	R$ 2.603,37					1	1
OURO PRETO	Margareth Biernaschi de Lara	R$ 2.818,58				7		7
OURO PRETO	Marisa Coleta Ferreira	R$ 2.602,84				7		7
OURO PRETO	Milton Augusto Souza	R$ 5.206,74		9				9
OURO PRETO	Rosilda Caldeira Ferreira	R$ 2.602,84				7		7
Parecis	Aureni Lacerda de Lima	R$ 2.995,60				7		7
Parecis	Manoel Xavier Cotrim	R$ 2.997,02					1	1
Parecis	Genir Vieira da Silva	R$ 2.998,80		9		7		16
Parecis	José Siminhuk	R$ 6.114,00					1	1
Parecis	Luzia Dias dos Santos Rafael	R$ 2.998,80				7		7
Parecis	Marinalva Pereira de Oliveira	R$ 2.998,72				7		7
Parecis	Sirlei Souza Silva Alers	R$ 2.999,28				7		7
Pimenta Bueno	Aparecida Jesus Correa dos Santos	R$ 3.053,30		9	8	7		24
Pimenta Bueno	Carlos Ferreira Nunes	R$ 3.027,28		9				9
Pimenta Bueno	Cristina Martins Silva	R$ 3.056,39				7		7
Pimenta Bueno	Eucineia Fidelis Correa de Brito	R$ 3.051,70		9		7		16
Pimenta Bueno	Eudiceia Dias de Brito	R$ 3.051,35		9		7		16
Pimenta Bueno	Ivanildo da Silva	R$ 3.057,45	10					10
Pimenta Bueno	Lucineis Neves da Silva	R$ 3.037,85				7		7
Pimenta Bueno	Nilvania Marquezini Cavalcante	R$ 3.051,40		9		7		16
Pimenta Bueno	Roseclaudio Santos Bezerra	R$ 3.027,38	10	9	8			27
Pimenta Bueno	Conceição Aparecida da Silva Fraga	R$ 3.035,29				7		7
Pimenta Bueno	Aparecida Bueno de Moura	R$ 3.051,68				7		7
Pimenteiras	Aparecida Marim Gonçalves Filho Ribeiro	R$ 6.486,60		9		7		16
Pimenteiras	Edna Pereira Santos	R$ 6.490,10		9		7		16

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Pimenteiras	Edinalva Lanes da Silva	R$ 6.500,00		9	8	7		24
Pimenteiras	Esio Macedo da Mata	R$ 6.496,52		9				9
Pimenteiras	Leonice Gonçalves da Silva Amaral	R$ 6.476,41		9		7		16
Pimenteiras	Romão Garcia da Rocha	R$ 1.047,20			8			8
Porto Velho	Terezinha Laves Duarte Pereira	R$ 6.499,06			8	7		15
Porto Velho	Adenildo Soares do Nascimento	R$ 3.599,12					1	1
Porto Velho	Adriela Galdino de Souza	R$ 3.599,42				7		7
Porto Velho	Ana Neri Moreira	R$ 3.598,72		9		7		16
Porto Velho	André Luiz Prata de Souza	R$ 3.598,86		9				9
Porto Velho	Antonia Selma Pereira da Silva	R$ 3.599,45				7		7
Porto Velho	Antonio Aparecido de Oliveira	R$ 3.596,72					1	1
Porto Velho	Antonio de Oliveira Coelho	R$ 3.598,08					1	1
Porto Velho	Arleane Galdino de Souza	R$ 3.598,45				7		7
Porto Velho	Carla Almeida dos Santos	R$ 3.599,50				7		7
Porto Velho	Carliane Almeida dos Santos	R$ 3.599,50				7		7
Porto Velho	Celly Santos Silva	R$ 3.596,31		9		7		16
Porto Velho	Dhairel Vieira Calazans	R$ 3.599,40			8			8
Porto Velho	Edson Martins Mariano	R$ 3.595,76			8			8
Porto Velho	Adenildo Soares do Nascimento	R$ 3.100,18					1	1
Porto Velho	Francinete da Silva Bacelar	R$ 3.599,23				7		7
Porto Velho	Francisco de Assis Silva Castro	R$ 3.595,03					1	1
Porto Velho	Glaucineia Souza do Nascimento	R$ 3.595,16				7		7
Porto Velho	José do Nascimento	R$ 3.599,12	10					10
Porto Velho	Lucas Costa dos Santos	R$ 3.599,93					1	1
Porto Velho	Maria Anita Santos de Almeida	R$ 3.597,79				7		7
Porto Velho	Maria de Araújo Costa dos Santos	R$ 3.599,93				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho	Maria Helena José Almeida	R$ 3.599,50				7		7
Porto Velho	Marli Alves Almeida Nascimento	R$ 3.598,65				7		7
Porto Velho	Moises Rocha do Carmo	R$ 3.596,58					1	1
Porto Velho	Sabrina Bastos Coelho	R$ 3.592,20		9	8	7		24
Porto Velho	Terezinha Fausto da Silva	R$ 3.574,78				7		7
Porto Velho	Thiago Mateus Costa Faustino	R$ 3.597,80					1	1
Porto Velho	Vera Lucia da Cruz Bernardo	R$ 3.597,94				7		7
Porto Velho	Walnilda Fernandes Ferreira	R$ 3.595,30				7		7
Porto Velho - EXtrema	Dulcilene Pereira dos Santos	R$ 4.399,97				7		7
Porto Velho - EXtrema	José Rodrigues Gabriel	R$ 2.199,81					1	1
Porto Velho - EXtrema	Raimundo de Souza Nascimento	R$ 2.199,96					1	1
Porto Velho - EXtrema	Cristian Nairon Sousa Maleski	R$ 2.196,72					1	1
Porto Velho - EXtrema	Helon Pedro Sousa Maleski	R$ 2.199,52					1	1
Porto Velho - EXtrema	Idalina Silva da Rocha	R$ 2.199,97				7		7
Porto Velho - EXtrema	Jossiele da Rocha Ferreira	R$ 2.199,94			8	7		15
Porto Velho - EXtrema	Loy Maleski	R$ 2.199,92					1	1
Porto Velho - EXtrema	Magna Martins de Souza	R$ 2.194,91			8	7		15
Porto Velho - EXtrema	Maria da Silva Moura	R$ 2.199,98				7		7
Porto Velho - EXtrema	Neli Maria da Costa	R$ 2.195,44				7		7
Porto Velho - EXtrema	Rogerio da Silva Ozorio	R$ 2.199,95				7		7
Porto Velho - EXtrema	Santina Silva Ferreira	R$ 2.199,97				7		7
Porto Velho - EXtrema	Zilvaneide da Silva Ozorio	R$ 2.199,33				7		7
Porto Velho - EXtrema	Ademar Rodrigues	R$ 2.199,89					1	1
Porto Velho - Jaci Paraná	Altamir Paula da Cunha	R$ 3.299,29			8			8
Porto Velho - Jaci Paraná	Dosil Ferreira	R$ 3.299,63			8			8

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho - Jaci Paraná	Francisco Odinei Barbosa Pereira	R$ 3.300,65			8			8
Porto Velho - Jaci Paraná	Gislene Fernanda de Oliveira Ferreira	R$ 3.299,90			8	7		15
Porto Velho - Jaci Paraná	Gustavo de Oliveira Ferreira	R$ 3.299,55			8			8
Porto Velho - Jaci Paraná	Isabel Pereira de Oliveira	R$ 3.299,43			8	7		15
Porto Velho - Jaci Paraná	Laide Pereira de Melo	R$ 4.399,75			8			8
Porto Velho - Jaci Paraná	Lucas de Oliveira Ferreira	R$ 4.399,98			8			8
Porto Velho - Jaci Paraná	Leonardo Santana	R$ 4.400,54			8			8
Porto Velho - Nova Califórnia	Alaide Marcelino de Souza	R$ 2.857,10				7		7
Porto Velho - Nova Califórnia	Claudete Santos Oliveira	R$ 2.857,12		9		7		16
Porto Velho - Nova Califórnia	Francisca Caetano da Silva	R$ 2.857,02				7		7
Porto Velho - Nova Califórnia	Jose Luiz Macedo	R$ 2.856,99					1	1
Porto Velho - Nova Califórnia	Juscicléia Souza de Lima	R$ 2.857,12				7		7
Porto Velho - Nova Califórnia	Leonete Bezerra de Lima	R$ 2.853,52				7		7
Porto Velho - Nova Califórnia	Wellington de Oliveira	R$ 2.857,12					1	1
Porto Velho - Porto Verde	Daniel Cabral dos Santos	R$ 6.499,91					1	1
Porto Velho - Porto Verde	Diolindo Cabral dos Santos	R$ 6.499,97					1	1
Porto Velho - Porto Verde	Fernando Inacio Barbosa	R$ 6.499,55		9				9
Porto Velho - Porto Verde	Francisca Maria Rodrigues	R$ 6.498,91			8	7		15
Porto Velho - Porto Verde	Geâmica Vasques de Lima Rodrigues	R$ 6.498,61		9		7		16
Porto Velho - Porto Verde	Gleice Lino dos Santos Lourenço	R$ 6.498,91				7		7
Porto Velho - Porto Verde	Iolanda da Costa Silva	R$ 5.943,10		9		7		16
Porto Velho - Porto Verde	Maria José Nunes Pacheco	R$ 6.499,31			8	7		15

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho - Porto Verde	Mauricio da Costa Silva	R$ 6.496,80		9				9
Porto Velho - Porto Verde	Queite Rodrigues da Silva	R$ 6.498,61		9		7		16
Porto Velho - Porto Verde	Rosimara Margareth Alves Welke	R$ 6.499,61		9	8	7		24
Porto Velho - Porto Verde	Terezinha Batista Ribeiro	R$ 4.556,10		9	8	7		24
Porto Velho - Rio Pardo	Ivaldo Severino de Barros	R$ 2.688,10			8			8
Porto Velho - Rio Pardo	Janilsa Maria Pires de Souza	R$ 6.499,23		9		7		16
Porto Velho - Rio Pardo	Jose Maria Barbosa	R$ 5.529,20			8			8
Porto Velho - Rio Pardo	Salete Rodrigues de Magalhães	R$ 6.493,38		9	8	7		24
Porto Velho - União Bandeirantes	Caio de Souza Simões	R$ 5.499,66					1	1
Porto Velho - União Bandeirantes	Edicarlos Batista de Jesus	R$ 5.497,80					1	1
Porto Velho - União Bandeirantes	Nerly José de Jesus	R$ 5.499,90					1	1
Porto Velho - União Bandeirantes	Celio Vaz Mourao	R$ 5.499,95			8			8
Porto Velho - União Bandeirantes	Juvenal Cianqueta de Souza	R$ 5.492,37					1	1
Porto Velho - União Bandeirantes	Pedro Pellanda da Silva	R$ 5.509,25					1	1
Presidente Médici	Ana Maria de Fatima Cardoso Silva	R$ 3.253,50	10			7		17
Presidente Médici	Aparecida Rosa da Silva Alves	R$ 3.171,55			8	7		15
Presidente Médici	Dione Martins de Souza Silva	R$ 3.769,65				7		7
Presidente Médici	Janaina Souza Araujo	R$ 3.199,90	10			7		17
Presidente Médici	Margarete Gomes Pereira	R$ 3.354,50				7		7
Presidente Médici	Marinalda Rozena do Nascimento	R$ 3.093,45			8	7		15
Presidente Médici	Neusa Aparecida de Souza	R$ 3.208,93				7		7
Presidente Médici	Rosimar Ordete Sousa	R$ 3.082,95				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente Médici	Ruth Pinto de Souza Martins	R$ 3.294,70	10			7		17
Presidente Médici	Sueli Martins Caetano	R$ 3.374,55				7		7
Presidente Médici	Vanessa da Silva Cotrin	R$ 3.337,84		9	8	7		24
Primavera de Rondonia	Claudineia Ferreira de Abreu Martins	R$ 2.008,70				7		7
Primavera de Rondonia	Djalma Salema de Souza	R$ 2.499,00		9				9
Primavera de Rondonia	Eva dos Reis	R$ 2.507,35		9		7		16
Primavera de Rondonia	Fabiana dos Santos	R$ 1.406,90				7		7
Primavera de Rondonia	Geni Alves Cardoso Batista	R$ 2.058,30				7		7
Primavera de Rondonia	Hellen Adriana Matiase	R$ 2.510,80		9		7		16
Primavera de Rondonia	Maria Gorete Costa Lima Travesani	R$ 3.000,06				7		7
Primavera de Rondonia	Maria Rodrigues da Silva Arroio	R$ 1.402,00		9		7		16
Primavera de Rondonia	Rosinalva Alves Barreto Silva	R$ 1.791,25				7		7
Primavera de Rondonia	Rute Leia da Silva Ramos	R$ 2.003,36				7		7
Primavera de Rondonia	Samuel Xavier Dutra	R$ 1.515,60			8			8
Primavera de Rondonia	Silvia TeiXeira Fritz Soares	R$ 3.000,11		9		7		16
Primavera de Rondonia	Simone Fernandes de Lima	R$ 2.048,25				7		7
Primavera de Rondonia	Vera Lucia Dias de Oliveira Prates	R$ 1.881,29				7		7
Primavera de Rondonia	Vicente Oliveira dos Santos	R$ 1.921,80			8			8
Primavera de Rondonia	Zilda Bezerra	R$ 1.995,20				7		7
Rio Crespo	Alessandro Bof Pereira	R$ 3.923,35		9				9
Rio Crespo	AleX Aparecido dos Santos	R$ 4.310,79		9				9
Rio Crespo	Ernandes Candido da Silva	R$ 4.169,33					1	1
Rio Crespo	Maria Geralda de Siqueira dos Santos	R$ 4.199,55		9		7		16
Rio Crespo	Maria Helena Pereira Rodrigues	R$ 4.383,40				7		7
Rio Crespo	Paulo Rosa do Nascimento	R$ 3.938,88		9				9

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Rio Crespo	Valdomiro Rodrigues da Rocha	R$ 4.058,18					1	1
Rio Crespo	Vicente Gomes TeiXeira	R$ 4.516,44					1	1
Rolim de Moura	Ailton Eduardo	R$ 3.386,10					1	1
Rolim de Moura	Claudiomira Aparecida dos Santos Silva	R$ 3.128,05		9		7		16
Rolim de Moura	Ester Tomaz Rosa Venturini	R$ 3.081,50				7		7
Rolim de Moura	Graciele da Silva Alves	R$ 3.323,10		9		7		16
Rolim de Moura	Luiz Ubiali	R$ 3.118,60					1	1
Rolim de Moura	Márcia Rocha de Carvalho Batista	R$ 3.857,30				7		7
Rolim de Moura	Maria do Carmo de Almeida CaliXto	R$ 4.206,03				7		7
Rolim de Moura	Marilene Ferreira Palmeira Wilke	R$ 3.164,30				7		7
Rolim de Moura	Mateus Carlos Santos Silva	R$ 2.456,50		9				9
Rolim de Moura	Rosangela Aparecida Gomes dos Santos	R$ 3.198,70				7		7
Santa Luzia D'Oeste	Afonso Velmer	R$ 3.499,15					1	1
Santa Luzia D'Oeste	David Juvenal de Oliveira Lima	R$ 3.000,00		9				9
Santa Luzia D'Oeste	Izael dos Santos Raach	R$ 3.000,00					1	1
Santa Luzia D'Oeste	Jessimar Klabunde	R$ 3.000,50					1	1
Santa Luzia D'Oeste	José Ademir Pereira de Souza	R$ 3.003,71					1	1
Santa Luzia D'Oeste	José Nildo da Silva	R$ 3.000,00		9				9
Santa Luzia D'Oeste	Leonaldo Alves Lopes	R$ 2.999,85					1	1
Santa Luzia D'Oeste	Marcos José da Silva	R$ 2.999,99		9				9
Santa Luzia D'Oeste	Tereza de Oliveira Lima	R$ 3.002,10		9		7		16
Santa Luzia D'Oeste	Irene de Souza Almeida	R$ 3.000,00				7		7
Santa Luzia D'Oeste	Naildes Gomes de Oliveira	R$ 3.000,00		9		7		16
São Domingos do Guaporé	Hellen Cristina Araújo de Abreu	R$ 6.497,40				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

São Domingos do Guaporé	Ivan Aldo Schio	X		9				9
São Domingos do Guaporé	Liliane Soares Thimoteo	R$ 6.499,67		9		7		16
São Domingos do Guaporé	Luciana Gonçalves Lourenço	R$ 6.497,49				7		7
São Domingos do Guaporé	Neubis Nazaré da Silva	R$ 6.498,48				7		7
São Domingos do Guaporé	Rosa Maria Vanini de almeida	R$ 6.499,44			8	7		15
São Felipe	Anice Oliveira da Silva	R$ 3.054,02				7		7
São Felipe	Ismael Marques do Amaral	R$ 2.001,97		9				9
São Felipe	Adilon Pereira de Sena	R$ 2.776,50					1	1
São Felipe	AleX Pinto da Vitoria	R$ 3.311,70					1	1
São Felipe	Cidalia Franco Ressel	R$ 1.940,00				7		7
São Felipe	Crenilda Vill Proença	R$ 1.007,30		9		7		16
São Felipe	João Ferreira da Silva	R$ 2.005,14					1	1
São Felipe	Jose Willian de Oliveira Belazzi	R$ 3.983,53					1	1
São Felipe	Luiz dos Santos Ferreira	R$ 2.005,32					1	1
São Felipe	Marcos Belazzi	R$ 1.459,26					1	1
São Felipe	Nilza Maria da Silva	R$ 2.496,82				7		7
São Felipe	Rosinalva Diniz dos Santos Oliveira	R$ 999,90				7		7
São Felipe	Saara Antunes Baran	R$ 3.188,50		9		7		16
São Felipe	Sandra de Fatima Marcos	R$ 2.751,40		9		7		16
São Francisco do Guaporé	Alessandra Serafim Carvalho	R$ 6.483,70			8	7		15
São Francisco do Guaporé	Anderson Gomes Marques	R$ 4.998,06					1	1
São Francisco do Guaporé	Greicy Carvalho Santos Scalfoni	X				7		7
São Francisco do Guaporé	Leane Rosa Looze	R$ 4.708,00			8	7		15

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

São Francisco do Guaporé	Maria Aparecida Costa de Souza	R$ 2.499,20			8	7		15
São Francisco do Guaporé	Rosileia da Silva Inácio	R$ 5.323,40				7		7
São Francisco do Guaporé	Valdeci Dias	R$ 3.000,60					1	1
São Miguel do Guaporé	Cicero da Silva	R$ 3.125,00		9				9
São Miguel do Guaporé	Edivino Gretschmann	R$ 3.468,00		9				9
São Miguel do Guaporé	Esmelinda Pereira de Souza dos Santos	R$ 3.070,05				7		7
São Miguel do Guaporé	Fabiano José do Vale	R$ 3.043,20					1	1
São Miguel do Guaporé	Maria Sandra Barbosa de Souza	R$ 3.156,30				7		7
São Miguel do Guaporé	Paulo Sérgio Lopes Pereira	R$ 3.081,40		9				9
São Miguel do Guaporé	Romildo José PeiXoto	R$ 3.933,70					1	1
São Miguel do Guaporé	Sebastião Pereira de Jesus	R$ 2.752,50					1	1
São Miguel do Guaporé	Serisvaldo Oliveira Macedo	R$ 3.960,40		9				9
Seringueiras	Adilson Gonçalves da Costa	R$ 4.183,47					1	1
Seringueiras	Andrelaine Ferreira dos Santos	R$ 4.192,50				7		7
Seringueiras	Antônio Carolina Dias	R$ 4.185,40					1	1
Seringueiras	Arielly Rodrigues da Rocha	R$ 4.185,66				7		7
Seringueiras	Fabiano dos Santos Rocha	R$ 4.186,20					1	1
Seringueiras	Josivaldo da Costa Assis	R$ 4.186,55					1	1
Seringueiras	Penha Denoni Soares	R$ 4.187,65				7		7
Seringueiras	Veroni de Fatima Wilhelme Carneiro	R$ 4.184,25				7		7
TeiXeirópolis	Adriano Bosso	R$ 4.034,47					1	1
TeiXeirópolis	Anselmo Oliveira Duarte	R$ 3.273,24					1	1
TeiXeirópolis	Ednelson Benedito	R$ 3.273,92					1	1
TeiXeirópolis	Edson Antonio Martins	R$ 3.272,50					1	1
TeiXeirópolis	Graciana Pereira da Silva Assis	R$ 3.273,16				7		7

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

TeiXeirópolis	Izabel Gomes de Oliveira	R$ 3.272,97				7		7
TeiXeirópolis	Joel Magnhago	R$ 3.274,09					1	1
TeiXeirópolis	Luciana Gabriela de Sousa	R$ 3.274,11				7		7
TeiXeirópolis	Relha Ferreira de Oliveira	R$ 3.270,85				7		7
TeiXeirópolis	Sebastião Ferreira Marinho	R$ 3.273,60		9				9
Theobroma	Flávio TeiXeira da Silva	R$ 2.071,00	10					10
Theobroma	Guiomar das Neves Rosa	R$ 5.218,00				7		7
Theobroma	Jose Ribeiro Alves	R$ 3.268,38					1	1
Theobroma	Sebastião Luiz de Souza	R$ 2.100,00					1	1
Theobroma	Eguinaldo Raasch	R$ 5.432,00					1	1
Theobroma	Jonas Pereira de Carvalho	R$ 4.263,00					1	1
Theobroma	Iraildo Pereira Assunção	R$ 5.684,91					1	1
Urupá	André Luiz dos Santos	R$ 6.489,23					1	1
Urupá	Claudinéia Barbosa Lobato Malonyai	R$ 6.497,09				7		7
Urupá	Ailton de Fatima TeiXeira da Costa	R$ 6.496,29		9	8			17
Urupá	Jose Maria Soares da Costa	R$ 6.289,00					1	1
Urupá	Josiel Bento de Lima	R$ 6.459,25					1	1
Vale do Anari	Adriana Machado de Souza Nogueira	R$ 3.714,60		9		7		16
Vale do Anari	Angélica Batista Nogueira Costa	R$ 6.494,56		9		7		16
Vale do Anari	Edna Terezinha da Silva Andrade	R$ 6.493,95				7		7
Vale do Anari	Marlete Balberat da Silva	R$ 5.982,75		9	8	7		24
Vale do Anari	Sandra Pereira de Freitas Barbosa	R$ 6.498,20				7		7
Vale do Anari	Silvia Leticia Silva Cezar	R$ 4.200,00		9		7		16
Vale do Paraíso	Adenildo Jose Batista	R$ 2.652,94					1	1
Vale do Paraíso	Anderson Rogerio Saiter	R$ 2.857,50					1	1

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Vale do Paraíso	Antonio Marcos Adisson	R$ 2.529,44						0
Vale do Paraíso	Aparecida Angela da Silva	R$ 2.545,44				7		7
Vale do Paraíso	Damiao Geraldo de Oliveira	R$ 2.569,12					1	1
Vale do Paraíso	Hermes Possmoser	R$ 2.569,10					1	1
Vale do Paraíso	Jorge Firmino de Oliveira	R$ 2.575,36					1	1
Vale do Paraíso	Jose Carlos da Silva	R$ 2.505,50					1	1
Vale do Paraíso	Jose Rodrigues Pereira	R$ 2.547,88					1	1
Vale do Paraíso	Maria de Lourdes Ardisson Ferreira	R$ 2.596,10		9		7		16
Vale do Paraíso	Martiliano Pereira da Silva	R$ 2.580,17					1	1
Vale do Paraíso	Paulo Cesar Batista	R$ 2.848,60					1	1
Vale do Paraíso	Valdevino Januário Pereira	R$ 2.391,10					1	1
Vilhena	Abilio Godencio	R$ 2.303,60		9				9
Vilhena	Allan Souza de Sá	R$ 2.290,00					1	1
Vilhena	Angelo Antonio Campagnolli	R$ 3.068,00					1	1
Vilhena	Carlos Javier Valdez Dejo	R$ 6.472,00		9				9
Vilhena	Evandro Barbosa da Silva	R$ 6.497,28			8			8
Vilhena	Fabio Luiz Adams	R$ 2.128,70					1	1
Vilhena	Ivoni Claudete Wagner	R$ 6.486,48				7		7
Vilhena	Jose Porto Dias	R$ 4.863,30			8			8
Vilhena	Lucia de Freitas Rodrigues	R$ 5.344,20		9		7		16
Vilhena	Manoel Justiniano da Silva	R$ 6.358,80			8			8
Vilhena	Maria Aparecida Cantuária Barbosa	R$ 5.287,98		9		7		16
Vilhena	Roseli Gonçalves de Abreu Pinheiro	R$ 2.103,00		9		7		16
Vilhena	Sidney Sanches Silva	R$ 6.468,00			8			8
Vilhena	Terezinha Bernal Basso	R$ 6.491,52			8	7		15
Vilhena	Wesley Jose de Oliveira	R$ 6.496,13		9	8			17

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Porto Velho, 31 de março de 2023.

Renata Esteves da Costa
Gerente de Segurança Alimentar e Apoio Agricultura Familiar

Érica Aparecida de Almeida Basques Ferrão
Diretora Executiva

Luiz Paulo da Silva Batista
Secretário de Estado da Agricultura

Protocolo 0037056154

AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON

Instrução Normativa nº 6/2023/IDARON-GIPOA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON, no uso das atribuições legais e regimentais na forma da lei,

Art. 1º Ficam instituídos os procedimentos para o trânsito em todo o território de Rondônia de matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, que se encontrem devidamente embalados, acondicionados, rotulados e inspecionados na forma desta Instrução Normativa e seu Anexo.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa são adotados os seguintes conceitos:

I – Certificação Sanitária: procedimento pelo qual o Fiscal Estadual Agropecuário, especialidade Medicina Veterinária ou o Médico Veterinário Oficial, pertencentes ao quadro funcional da IDARON, responsável pelo Serviço de Inspeção Estadual local assegura, através da emissão do Certificado Sanitário, por via impressa ou eletrônica, que as matérias-primas e os produtos de origem animal estão de acordo com os requisitos sanitários, técnicos e legais;

II – Unidade emitente: Serviço de Inspeção Estadual - SIE local, responsável por realizar a Certificação Sanitária;

III – Central de certificação: meio eletrônico pelo qual se emite o Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE;

IV – Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE: documento oficial impresso ou em formato eletrônico, emitido por Fiscal Estadual Agropecuário, especialidade Medicina Veterinária e/ou por Médico Veterinário Oficial pertencentes ao quadro funcional da IDARON, responsável pelo Serviço de Inspeção Estadual local, necessário para assegurar o trânsito estadual de matérias-primas e de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, em atendimento aos requisitos sanitários, técnicos e legais;

V – Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA: documento necessário para assegurar o trânsito estadual de matérias-primas e de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, emitido por representante do estabelecimento, impresso ou em formato eletrônico, para comprovação de que as matérias-primas e os produtos de origem animal comestíveis e não-comestíveis, a serem certificados, atendem aos requisitos sanitários, técnicos e legais do adquirente desde que os mesmos possuam Processo de Rotulagem específicos devidamente aprovados pelo SIE local e homologados pela Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA.

Art. 3º A certificação sanitária deve ser respaldada em todas as fases do processo produtivo e tem por objetivo garantir a conformidade sanitária, de identidade, qualidade e de rastreabilidade requeridas para as matérias-primas e os produtos de origem animal, para o fim a que se destinam.

Art. 4º A emissão do Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE é realizada por Fiscal Estadual Agropecuário - FEA, especialidade Medicina Veterinária e/ou Médico Veterinário Oficial - MVO, pertencentes ao quadro funcional da IDARON, responsável pelo Serviço de Inspeção Estadual local para o trânsito em todo o território do Estado de Rondônia, sendo obrigatório nas seguintes situações:

I – para matérias-primas, produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, embalados ou não, de maneira individual ou à granel, que não estejam devidamente rotulados e/ou com processo de rotulagem em andamento no SIE local/GIPOA, porém são provenientes de estabelecimentos sob Inspeção Oficial.

II – para trânsito de matérias-primas, produtos comestíveis e não comestíveis entre estabelecimentos registrados no serviço veterinário oficial ou relacionados na Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal GIPOA/IDARON;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

III – para trânsito de pescado fresco entre estabelecimentos registrados no serviço veterinário oficial ou relacionados na Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA/IDARON, acondicionados em embalagens ou contentores que impossibilitem a aposição de rótulos específicos e;

IV – para trânsito de produtos ou subprodutos que tenham sido condenados e/ou desviados pelo Serviço de Inspeção oficial e que sejam destinados a outros estabelecimentos registrados no serviço veterinário oficial ou relacionados na Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal GIPOA/IDARON para finalidades específicas e de controle sistemático decorrentes de exigências relativas à saúde animal e/ou saúde pública.

Art. 5º Para a certificação sanitária de produtos comestíveis de origem animal em trânsito interestadual provenientes de estabelecimentos aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI/POA/RO, é obrigatória a rotulagem específica devidamente aprovada, em processo de rotulagem, pelo SIE Local e homologada pela Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA.

Art. 6º A certificação sanitária de produtos não-comestíveis, para trânsito interestadual, seguirá as legislações específicas em vigência no país ou em outras que venham a substituí-las.

Art. 7º Os procedimentos para emissão (conferência documental e impressão) do Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE serão realizados por servidor competente designado para o SIE/RO.

§ 1º As assinaturas nos Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE devem ser identificadas com carimbo de identificação e padronizado conforme modelos constantes no Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 8º A emissão de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE deve ser realizada por meio de sistema informatizado disponibilizado no endereço eletrônico www.idaron.ro.gov.br ou outro meio informado pela IDARON.

§ 1º A emissão de que trata o caput deve atender aos modelos oficiais constantes nesse documento, não sendo permitida nenhuma alteração em seu conteúdo ou forma pelo emitente.

§ 2º Todos os campos do Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE devem estar devidamente preenchidos e os campos em branco devem ser inutilizados com traço “---”.

§ 3º No caso de indisponibilidade temporária do sistema ou impossibilidade de acesso à internet, a emissão de que trata o caput pode ser realizada por meio de preenchimento de formulários eletrônicos disponibilizados pela Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA/IDARON.

§ 4º Os Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE emitidos nos casos previstos no § 3º devem ser lançados no sistema informatizado imediatamente após a regularização do acesso ou disponibilidade de internet.

§ 5º É vedada a emissão de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE quando não forem apresentados pelos estabelecimentos os documentos necessários para respaldar a certificação.

§ 6º Poderão ser emitidos mais de um Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE para um único contentor, mas nunca um único Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE para mais de um contentor.

§ 7º A unidade emitente deve realizar controle da entrega, emissão, cancelamento e destinação do Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE ao estabelecimento.

Art. 9º A numeração do Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE será única e de forma sequencial crescente, iniciando pela letra A sendo sequencialmente alterada a cada 9999 certificados emitidos, que indicará sua série, seguida de quatro números, acrescido do número do registro do estabelecimento, seguido por dois dígitos correspondentes ao ano de emissão, separados por barra ("Letra - XXXX/XXX/XX").

Art. 10 Devem ser mantidos os controles da numeração dos Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE pela unidade emitente.

Art. 11 O Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE deve ser impresso, em folha de tamanho A4, em duas vias, com aposição de carimbo identificando a 1ª via como “ORIGINAL”, que acompanhará o produto até o SIE ou estabelecimento de destino e a 2ª via, identificada como “CÓPIA”, que deverá permanecer arquivada na unidade emitente do certificado.

§ 1º Os carimbos "ORIGINAL" e "CÓPIA", devem seguir os modelos conforme Anexo desta Instrução Normativa.

§ 2º Em caso de emissão de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE, exclusivamente por via eletrônica, ficam dispensados o atendimento do caput e dos § 1º e § 2º.

Art. 12 O Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE são considerados emitidos após conferência e concomitante aposição do carimbo datador e assinatura pela autoridade competente do SIE/RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 13 É permitida a substituição ou o cancelamento de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE, mediante solicitação do estabelecimento junto à unidade emitente, acompanhada dos certificados sanitários originais, de justificativa, bem como das medidas corretivas adotadas.

§ 1º A unidade emitente deve realizar a análise da solicitação de que trata o caput, podendo requerer informações e documentações complementares.

§ 2° É permitida a substituição de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE, mediante controle das alterações pelo estabelecimento emissor, desde que este procedimento não implique em contradição das informações de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE já emitido e embasado pelo mesmo.

§ 3º O Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE substituídos devem, obrigatoriamente, possuir a frase “ESTE CERTIFICADO CANCELA E SUBSTITUI O CERTIFICADO DE Nº XXXXX/Unidade Emitente/XX, EMITIDO EM XX/XX/XXXX”, além da aposição do carimbo "CANCELADO" no documento substituído.

§ 4º Na impossibilidade da apresentação imediata dos certificados sanitários originais, o estabelecimento deve informar o prazo para o seu atendimento, não podendo exceder a 10 (dez) dias corridos.

§ 5º Os Certificados Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE que tenham a via impressa cancelada, devem ser, obrigatoriamente, cancelados no sistema informatizado, mantendo a rastreabilidade documental.

Art. 14 Os Certificados Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE e Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA terão os prazos de validade de 05 (cinco) dias para trânsito:

§ 1º Os Certificados Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE e Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA substituídos terão o mesmo prazo de validade do CSTE e DTPOA que estão substituindo, de forma a garantir a rastreabilidade documental.

§ 2º É vedada a solicitação de substituição ou cancelamento de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE em unidade diversa daquela que emitiu o documento.

Art. 15 A disponibilização de acesso, ao sistema informatizado, pelo Fiscal Estadual Agropecuário será realizada pelo Gerente da GIPOA.

Parágrafo único. É de exclusiva responsabilidade do usuário a manutenção do sigilo sobre a senha que integra a sua identificação eletrônica, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação do seu uso indevido.

Art. 16 Os estabelecimentos devem apresentar toda documentação solicitada pelo Serviço de Inspeção Estadual - SIE/RO, seja de natureza fiscal ou analítica, e, ainda, registros de controle de recepção, estoque, produção, expedição ou quaisquer outros necessários às atividades de inspeção, reinspeção e fiscalização.

Art. 17 É obrigatória a emissão de Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA para toda matéria-prima e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, expedidos pelos estabelecimentos registrados no SIE/RO, para trânsito estadual, desde que possuam Processo de Rotulagem específico devidamente aprovados pelo SIE local e homologados pela GIPOA e estejam, portanto, adequadamente embalados e/ou acondicionados conforme normas específicas e complementares que se fizerem necessárias.

§ 1º Para emissão de Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA o estabelecimento deve possuir Planos de Autocontrole (PAC's) aprovados, implantados e devidamente verificados pelo SIE local.

§ 2º A verificação que trata o parágrafo anterior deve estar de acordo com o Plano de Inspeção do SIE local e outras exigências da Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA, quando for o caso.

§ 3º O Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA deve estar referenciado nos programas de autocontrole industriais, em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos na legislação, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade de seus produtos, desde a obtenção e recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos, até a expedição destes, com registros sistematizados e auditáveis.

§ 4º Ao emitir o Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA, o estabelecimento deve atestar que o produto a ser certificado atende aos requisitos sanitários exigidos pela legislação pertinente, bem como, esteja em completo acordo com as normas fiscais exigidas para a finalidade a que se destina.

§ 5º O Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA é considerado emitido após conferência de seu teor e concomitante aposição do carimbo datador e assinatura pelo responsável técnico ou responsável do controle de qualidade indicado pelo estabelecimento.

§ 6º O estabelecimento deve manter os documentos e registros que respaldaram a emissão do Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA pelo período de dois anos após expirado o prazo de validade das matérias-primas e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

dos produtos de origem animal;

§ 7ºFicam isentas da obrigatoriedade da emissão do Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA, as Agroindústrias Familiares registradas no SIE/RO, enquadradas no Programa de Verticalização da Agricultura Familiar - PROVE.

Art. 18 A emissão do Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA deve ser realizada por meio de sistema informatizado disponibilizado no endereço eletrônico www.idaron.ro.gov.br ou outro meio informado pela IDARON.

§ 1º A emissão de que trata o caput deve atender ao modelo oficial constante do sistema informatizado ou outra forma oferecida pela IDARON, não sendo permitida nenhuma alteração em seu conteúdo ou forma pelo emitente.

§ 2º Todos os campos do Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA devem estar devidamente preenchidos e os campos em branco inutilizados com traço “---”.

§ 3º Poderão ser emitidos mais de um Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA para um único contentor, mas nunca um único Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA para mais de um contentor.

§ 4º É vedado a emissão de Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA contendo produtos comestíveis e não comestíveis no mesmo documento, mesmo que ambos estejam devidamente acondicionados, rotulados, armazenados e inspecionados.

§ 5º No caso de indisponibilidade temporária do sistema ou impossibilidade de acesso à internet, a emissão de que trata o caput pode ser realizada por meio de preenchimento de formulários eletrônicos disponibilizados pela Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA/IDARON.

§ 6º Os Documentos de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA emitidos nos casos previstos no § 3º devem ser lançadas no sistema informatizado imediatamente após a regularização do acesso ou disponibilidade de internet.

Art. 19 O Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA será numerado pelo emitente de forma sequencial crescente, composta de cinco números, acrescido do número do registro do estabelecimento seguido por dois dígitos correspondente ao ano de emissão, separados por barra ("XXXXX/XXX/XX"), e a numeração referente aos 5 primeiros dígitos da numeração deverão ser reiniciadas a cada ano.

§ 1º Devem ser mantidos os controles da numeração do Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA pelo estabelecimento emitente.

§ 2º Sempre que solicitado pelo Serviço Inspeção Oficial, mas impreterivelmente até o 5° dia útil de cada mês, o Estabelecimento deve fornecer relação detalhada de todos os Documentos de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA emitidos, no mês subsequente, para fins de controle por parte do SIE Local.

§ 3º As informações obrigatórias neste relatório citado no § 2º, devem contemplar no mínimo a: "Numeração sequencial dos Documentos de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA emitidos"; "Nomenclatura dos Produtos integrantes"; "finalidade do produto - COMESTÍVEL ou NÃO-COMESTÍVEL" "N° de registro do Rótulo junto ao SIE local"; "Destino dos Produtos (município/UF)" e "Documento de Origem (ex: Nota Fiscal)", e outros que por ventura sejam exigidos pela Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA/IDARON.

Art. 20 O Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA deve ser impresso em folha de tamanho A4, em duas vias, com aposição de carimbo identificando a 1ª via como “ORIGINAL”, que acompanhará o produto até o destino e a 2ª via, identificada como “CÓPIA”, que deverá permanecer arquivada no estabelecimento emitente.

§ 1º Os carimbos a serem utilizados nos documentos citados no caput com as inscrições de "ORIGINAL", "CÓPIA" e "CANCELADO", devem seguir os modelos conforme Anexo desta Instrução Normativa.

§ 2º É permitida a substituição ou o cancelamento do Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA mediante controle das alterações pelo estabelecimento emissor, desde que este procedimento não implique em contradições das informações do documento de origem já emitido e embasado para a mesma.

§ 3º O Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA que substituir um outro, obrigatoriamente, deve possuir a frase “ESTE DTPOA CANCELA E SUBSTITUI O DTPOA DE Nº XXXXX/SIE/XX, EMITIDO EM XX/XX/XXXX”, além da aposição do carimbo "CANCELADO" no DTPOA substituído.

Art. 21 A solicitação de acesso ao sistema informatizado para fins de praticar as atividades relacionadas ao processo de certificação sanitária e Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA, pelo estabelecimento, deve ser realizada pelo seu representante legal, mediante cadastramento do(s) usuário(s), por meio de senha pessoal e intransferível.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

§ 1° Para fins de cadastramento, o representante legal do estabelecimento deve protocolar junto ao SIE local que encaminhará ao Gerente da GIPOA os seguintes documentos:

I - Ofício solicitando o cadastramento, conforme modelo constante nesta Instrução Normativa;

II - Cópia do instrumento social atualizado do estabelecimento;

III - Cópia do documento de identificação pessoal do representante legal do estabelecimento, com foto;

IV - Cópia da procuração pública vigente, em caso de nomeação de procurador, com competência para representação na IDARON; e

V - Cópia do documento de identificação pessoal do(s) usuário(s), com foto.

§ 2º Caso haja alteração do instrumento social, alteração do representante legal ou alteração dos procuradores, os novos dados cadastrais devem ser apresentados ao SIE local, que dará o encaminhamento necessário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após as alterações.

§ 3º É de exclusiva responsabilidade do usuário a manutenção do sigilo sobre a senha que integra a sua identificação eletrônica, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação do seu uso indevido.

§ 4º O representante legal do estabelecimento deve manter atualizada a lista dos seus respectivos usuários no sistema informatizado.

Art. 22 Fica vedado o preenchimento manual do Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE e Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA.

§ 1º O preenchimento dos documentos que tratam o caput deste artigo deverá ser obrigatoriamente eletrônico.

Art. 23 Os carimbos para emissão de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE serão fornecidos e custeados pelos estabelecimentos aos servidores da IDARON designados para os Serviços de Inspeção locais.

Art. 24 As cargas de matérias-primas e produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos registrado no SIE/IDARON e aderidos ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animalpara trânsito interestadual devem ser lacradas pelo estabelecimento de forma a garantir a sua inviolabilidade e rastreabilidade.

§ 1º O lacre deve ser identificado por numeração de forma sequencial, acrescida do número do registro do estabelecimento, separado por barra, seguindo o modelo definido no Art. 87 Inciso VII do Decreto Estadual nº 22.991 de 03/07/2018, ou outro que venha a substituí-lo.

§ 2º A empresa deve manter registros de controle de estoque dos lacres bem como da lacração dos contentores.

§ 3º O lacre poderá ser rompido para fins de fiscalização nos Postos de Fiscalização da IDARON.

§ 4º Na ocasião de que trata o parágrafo anterior, a carga será lacrada novamente para que seja garantido a inviolabilidade ao destino.

Art. 25 O estabelecimento registrado ou relacionado no Serviço de Inspeção Estadual é responsável pelas informações fornecidas para emissão do Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE e Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA, podendo ser aplicadas as sanções previstas em legislação quanto às inconsistências apresentadas.

Art. 26 As autenticidades dos Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE e Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA emitidos, poderão ser verificadas mediante acesso ao sítio eletrônico da IDARON no endereço www.idaron.ro.gov.br ou outro meio informado pela IDARON.

Art. 27 Os modelos de carimbos apresentados no Anexo desta Instrução Normativa não podem ser alterados em forma ou conteúdo, apenas dados específicos de cada estabelecimento.

Art. 28 Fica estabelecida a obrigatoriedade das matérias-primas, produtos e subprodutos de origem animal, COMESTÍVEIS e/ou NÃO COMESTÍVEIS, estarem acompanhados do Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA e/ou Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE correspondentes e originais, durante todo o trânsito no Estado de Rondônia, bem como, dos documentos de origem e referência que se fizerem necessários, independente da forma de acondicionamento, se individual ou à granel, sendo portanto, obrigatório registro de Processo de Rotulagem específicos para todos os tipos de matérias-primas, produtos e subprodutos de origem animal em circulação no Estado de Rondônia.

Art. 29 As orientações para utilização do sistema informatizado de que trata esta Instrução Normativa estarão disponíveis no sítio eletrônico da IDARON no endereço www.idaron.ro.gov.br ou outro meio informado pela IDARON.

Art. 30 A solicitação recorrente de substituição ou cancelamento de Certificado Sanitário de Trânsito Estadual - CSTE caracteriza a perda de controle no processo de certificação sanitária e trânsito das matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não-comestíveis, estando sujeita às sanções previstas na legislação vigente.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 31 A substituição recorrente de Documento de Trânsito de Produtos de Origem Animal - DTPOA caracteriza a perda de controle no processo de trânsito das matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e/ou não-comestíveis, estando sujeita às sanções previstas na legislação vigente.

Art. 32 Fica autorizado o uso dos Certificados Sanitários existentes nos estabelecimentos, devendo estes informarem oficialmente ao SIE local a quantidade e previsibilidade de finalização do estoque ainda existente, para que o estabelecimento seja enquadrado nestas novas recomendações. O ofício de informação deve conter obrigatoriamente:

I - tipo de certificado sanitário;

II - numeração existente;

III - quantidade de volumes; e

IV - previsibilidade da duração do estoque existente.

Art. 33 O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa implicará na suspensão da certificação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente.

Art. 34 Os casos omissos ou as dúvidas que suscitarem na execução desta Instrução Normativa serão resolvidos pela Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA/IDARON.

Art. 35 Fica revogada a Portaria nº 535/GAB/IDARON de 10/11/2011, que instituiu as Instruções Operacionais de Procedimentos de Emissão de Certificado Sanitários e de Guias de Trânsito.

Art. 36 Fica revogada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2022/IDARON-GIPOA.

Art. 37 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Segue links para para acesso aos anexos da Instrução Normativa nº 6/2023/IDARON-GIPOA:

Anexo I: ***MODELOS DE CARIMBOS UTILIZADOS NA CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DE TRÂNSITO E FORMULÁRIOS DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL***

Anexo II: ***CERTIFICADO SANITÁRIO DE TRÂNSITO ESTADUAL - CSTE PRODUTOS E SUBPRODUTOS***

Anexo III: ***DOCUMENTO DE TRÂNSITO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – DTPOA***

JULIO CESAR ROCHA PERES

Presidente

Protocolo 0037030324

Portaria nº 316 de 31 de março de 2023

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON, nomeado através do Decreto de 04/01/2019 e no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 215, de 19 de Julho de 1999, e o Decreto nº 8866, de 27 de Setembro de 1999, em seu artigo 15, inciso XIII e com fulcro no Decreto 002 de 04 Janeiro de 2019.

Considerando o Requerimento de Cancelamento de Registro, datado de28/02/2023 (0036389873);

Considerandoo Parecer 1 favorável ao Cancelamento do Registro do estabelecimento SIE 050 (0036390286);

R E S O L V E :

Art. 1º - **CANCELAR**, o registro no Serviço de Inspeção Estadual – SIE, do estabelecimento **ELDER DORNELLES DA MOTA (LATICÍNIO LACNORTE)**, CPF: 961.497.602-00, estabelecido no Linha 82, Km 3,5 norte, Lote 28, Gleba 12 Bairro: Zona Rural, município de São Miguel do Guaporé/RO.

Art. 2º - **REVOGAR** a Portaria nº 064/GAB/IDARON, de 28 de fevereiro de 2013, que instalou o Serviço de Inspeção Estadual no estabelecimento supracitado concedendo-lhe o nº de registro **SIE 050**.

Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publica-se, registre-se e cumpra-se.

JULIO CESAR ROCHA PERES

Presidente

Protocolo 0037055539

Portaria nº 319 de 31 de março de 2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O Presidente **da AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON**, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 215, de 19/07/99, combinado com o artigo 5º da Portaria nº 123/GAB/IDARON de 09/07/2004.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Incluir o nome abaixo**,** na relação de servidores que poderão realizar despesas em regime de adiantamento (Suprimento de Fundos):

- Vasnil Meireles Souza: ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Desta feita, a Portaria passará a ter a seguinte composição:

NOME	CPF	CARGO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA
Alessandra Nascimento de Souza	681.614.092-34	Fiscal Estadual Agropecuária	Sede Adm/ Gidsa	300092572
AILTON DA SILVA FERREIRA	494.038.263-04	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	Unidade Porto Velho	300042781
ADRIANO ALVES SCHAFER	917,811,322-91	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	ULSAV DE NOVA BRASILANDIA	300111793
Alessandro Campos Araújo	682.701.942-04	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Supervisor Regional	Regional -Porto Velho	300042776
Antônio Fortunato de Oliveira Neto	779.279.154-87	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Gerente de Patrimônio	Sede Adm/ Gepad	300042623
Alencar Pedralli da Silva	593.859.792-72	Fiscal Estadual Agropecuária/ Supervisor Regional	Regional -Jaru	300046708
Alan Gardel Batista Biazatti	511.306.372-04	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Supervisor Regional	Regional-Pimenta Bueno	300053995
Alexandre Montibeler Tiusse	093.384.557-00	Fiscal Estadual Agropecuária	Ulsav de Nova Colina	300100786
Antônio Márcio Souza Lima	609.897.002-59	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária	Regional - São Francisco	300092441
Anderson Silveira de Souza	969.633.442-72	Assist. de Gestão da Defesa Agropecuária	Sede Adm-Gepad	300115973
Cassio Jose do Prado Augusto	027.810.758-33	Piloto de Aeronave	Sede Adm- Gidsa	300012016
Edilson da Silva Garcez	720.613.912-49	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária	Ulsav -Ariquemes	300091846
Edmundo Geronimo de Oliveira	421.811.942-20	Técnico de Diligências e Transporte	Regional- Porto Velho	300097560
Enelzabeth Lima de Mesquita	267.910.562-15	Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária	Sede Adm/ Gecc	300114535
Erika Ramalho Alves	008.198.734-03	Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav-Ji-Paraná	300112852
Eron Bezerra Spinelli	026.381.564-18	Fiscal Estadual Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav-Jaru	300092565
Everton Lucio Beatto	599.654.282-04	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav Cerejeiras	300092316
Ezequias Azevedo da Rocha	729.163.622-15	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Ouro Preto	300042653
Francisca Alexandra R. de Sousa	422.223.382-04	Assessor I/ Gerente de Transporte	Sede Adm/ Giel	300148078
Francismar Texeira De Araujo	741.229.162-91	Chefe da Ulsav/ Assistente Est. de Fiscalização Agropecuária	Ulsav de Colorado D'Oeste	300059493
Fabio Adriano Ritzel	891.232.632-53	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária	Ulsav DE SÃO FRANCISCO	300109576
Gefferson Borges da Silva	941.021.712-15	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Buritis	300091933

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Geovana Manoel da Silva	420.418.992-04	Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Cujubim	300109581
Gevanilson Silva Barros	728.157.792-34	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Pimenteiras	300042748
Gelcimar dos Santos	260.599.818-52	Assistente Estadual de Fiscalização Agropecuária-Julgador Oficial	Julgadoria Oficial	300042747
Geferson Orlei S. Lugtemburg	553.860.759-34	Analista de Tecnologia da Informaçao	Sede Adm/ Cotic	300066245
Jessé de Oliveira Júnior	010.561.437-89	Fiscal Estadual Agropecuária/ Gerente de Defesa	Sede Adm/ Gidsv	300044718
Júnior Aparecido Rocha Lima	351.374.538-97	ENTIDADE AUTARQUICA DE ASS. TEC. E EXTENSAO RURAL	REGIONAL DE JARU	300152967
João Otavio Mattos Marena	575.472.202-82	Assistente Estadual de Fiscalização Agropecuária	Ulsav de Ariquemes	300092386
José Dionísio da Silva	521.260.212-20	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Supervisor Regional	Regional-Ariquemes	300042580
José Milton Martins	783.560.321-72	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Guajará-Mirim	300108841
José Wellington Drumond Gouvêa	672.811.682-68	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Supervisor Regional	Regional -Sao Francisco	300052512
Josimar dos Santos Mateus	667.967.502-25	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária	Ulsav de Alto Paraiso	300053280
Lays Fernanda Pinheiro	342.338.688-64	342.338.688-64	Sede Adm/ Gidsa	300094414
Leonardo Augusto de Brito Correia Ferro	888.615.112-87	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Porto Velho	300111686
Lidiane Carvalho Xavier	938.767.932-20	Gerente de Defesa Agrosilvopastoril I	Sede Adm/ Gidsa	300131427
Luciano Polegário Cunha	031.405.867-28	Assistente de Fiscalização Agropecuária	Ulsav de Jí-Paraná	300042693
Luiz Ângelo Luchetta	577.125.571-87	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Rolim de Moura	300042762
Luiz Pereira Barros	616.861.662-49	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária	Ulsav de Porto Velho	300042758
Manoel Julio de Andrade Júnior	723.025.502-34	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Ariquemes	300042763
Marcelo Angelo Abatti	713.284.242-00	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Extrema	300091869
Marcos Antônio Fontoura	207.734.632-91	Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária/ Gerente de Recursos Humanos	Sede Adm/ Recurso Humanos	300057896
Oseas Eller	672.307.092-53	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária	Regional -Jaru	300092332
Peterson Piovezan Barbosa	700.978.602-04	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária/ Supervisor Regional	Regional-Ji-Paraná	300086521
Rachel Barbosa da Silva	327.164.432-20	Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária	Sede Adm/ Gidsv	300045555
Regina Wendt Da cruz	758.506.132-34	Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária	Ulsav de Pimenta Bueno	300091102
Renato da Costa Mello	349.873.479-20	Engenheiro Agrônomo	Sede Adm/ Gidsv	300002477
Ricardo Alves Chui	048.359.159-92	Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária/ Supervisor Regional	Regional-Vilhena	300103978
Rodrigo da Silva Guedes	629.713.012-49	Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária	Sede Adm/ Gidsv	300092394

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Sérgio Minoru Koga	101.873.068-00	Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária	Ulsav de Ji-Paraná	300066167
Sirley Ávila Queiroz	045.515.264-01	Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária	Sede Adm/ Gidsv	300091837
Solange Medrado de Macedo	839.949.712-68	Assistente Estadual de Fisc. Agropecuária	Sede Adm/ Gidsa	300112535
SILVIO QUINUPE DE OLIVEIRA	717.189.232-87	SUPERVISÃO REGIONAL DE ROLIM DE MOURA	ULSAV DE ROLIM DE MOURA	300104255
Tiago Lopes Serra	005.261.822-61	Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária/ Chefe de Ulsav	Ulsav de Sao Domingos	300091067
Vasnil Meireles Souza	035.795.587-06	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	ULSAV DE PORTO VELHO	300042701
Wellington Carreta Alves	968.562.382-15	SUPERVISÃO REGIONAL DE ROLIM DE MOURA	Regional -Rolim de Moura	300091836

Artigo 2º - Os servidores designados deverão cumprir o disposto na referida Portaria, se responsabilizando por qualquer irregularidade na aplicação dos recursos.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições contrárias.

Publique-se, Registra-se e Cumpra-se.

JÚLIO CESAR ROCHA PERES

Presidente/IDARON

Matrícula **300044798**

Protocolo 0037063521

Portaria nº 315 de 30 de março de 2023

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON, no uso de suas atribuições legais e regimentais na forma da lei,

CONSIDERANDO que todos os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria são pertencem ao Grupo Ocupacional da Defesa Agropecuária da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, nos termos da Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012;

CONSIDERANDO a Portaria nº 259/2015-IDARON/GAB-PR, de 08 de junho de 2015, publicada no D.O.E. nº 2.735, de 09 de julho de 2015;

CONSIDERANDO a Portaria nº 516/2019/IDARON-GRH, de 19 de julho de 2019, publicada no D.O.E. nº 114, de 25 de julho de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria nº 56/2018/IDARON-GAB, de 14 de fevereiro de 2018 , publicada no D.O.E. nº 29, de 15 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria n° 348 de 19 de maio de 2021;

CONSIDERANDO ainda, os termos exarados nos autos de cada servidor, quanto aos procedimentos adotados, quanto ao cumprimento dos requisitos para fins de obtenção da Progressão Funcional dos servidores, com reajuste dos vencimentos, adicional de desempenho e vantagens incidentes sobre o vencimento.

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL aos servidores relacionados no Anexo Único pertencentes ao Grupo Ocupacional da Defesa Agropecuária da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros em conformidade com o Anexo único.

Dê-se ciência. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ANEXO DA PORTARIA Nº 315 DE 30 DE MARÇO DE 2023.

ORDEM	MATRÍCULA	SERVIDOR	CARGO	INÍCIO FINANCEIRO	GRAU DE MUDANÇA	PROCESSO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1	300042663	MOACIR DOS SANTOS RODRIGUES	FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIO - MEDICINA VETERINÁRIA	01/ 03/2023	B	0015.075394/ 2022-12
2	300091920	RONIVON FRANCISCO DE JESUS	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	07/ 03/2023	B	0015.003129/ 2023-13
3	300092251	ELIAS DA SILVA	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	22/ 03/2023	C	0015.004083/ 2023-41
4	300044798	JULIO CESAR ROCHA PERES	FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIO - MEDICINA VETERINÁRIA	23/ 02/2023	D	0015.001260/ 2023-38
5	300111685	ANGIEL RODRIGUES BARBOSA	ECONOMISTA	06/ 03/2023	D	0015.003122/ 2023-93
6	300112512	ELLAN SIDNEY DA SILVA	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	07/ 03/2023	D	0015.003130/ 2023-30
7	300114531	ALESSANDRO GOIS ORRUTEA	FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIO - AGRONOMIA	09/ 03/2023	D	0015.003276/ 2023-85
8	300107372	ANDERSON ORTIZ DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	09/ 03/2023	D	0015.003280/ 2023-43
9	300092251	ELIAS DA SILVA	ASSISTENTE ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	23/ 03/2023	D	0015.003407/ 2023-24

LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHAES

Diretor Executivo

Protocolo 0037044551

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

EXTRATO

TERMO DE COMPROMISSO Nº 0146/2023

OBJETO: Firmar Termo de Compromisso de adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, Art. 59, parágrafo 2º da Lei Federal nº 12.651/2012, do imóvel rural denominado Sítio Monte Leal, localizado no município de Nova Mamoré/RO, com área total de 99,0141 hectares.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Do Compromissário(a):

Adotar as medidas necessárias para manter e conservar as áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e/ou de Uso restrito aprovadas pelo COMPROMITENTE e descritas no Termo de Compromisso, sob pena de ser responsabilizado civil, penal e administrativamente.

Do Compromitente:

Promover o acompanhamento e monitoramento via sensoriamento remoto, do cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Compromisso;

Em caso de descumprimento do pactuado no Termo de Compromisso, irá promover a aplicação as multas e demais sanções previstas na Cláusula 6ª do referido Termo.

DAS PENALIDADES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO TC

Exclusão do PRA;

Retomada do Processo Administrativo do órgão ambiental autuante;

Paralização das atividades admitidas nas áreas consolidadas;

Obrigação de recomposição integral das áreas consolidadas (Lei Federal nº 12.651/2012);

Aplicação e execução de sanções e demais cominações previstas no Termo.

AS PARTES QUE ASSINAM:

Compromitente:

Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos - Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Compromissário(a):

Rivaldo da Silva Souza CPF/nº 763.323.652-34

Protocolo 0037031506

EXTRATO
TERMO DE COMPROMISSO Nº 0156/2023

OBJETO: Firmar Termo de Compromisso de adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, Art. 59, parágrafo 2º da Lei Federal nº 12.651/2012, do imóvel rural denominado Lote 68, do Setor 07, da Gleba Corumbiara, localizado no município de Vilhena/RO, com área total de **2.035,9240 hectares**.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Do Compromissário:

Promover a recuperação de **16,5799 hectares** em Área de Preservação Permanente - APP e 0,5843 hectares em Área de Reserva Legal - RL, mediante utilização de métodos para a recuperação em conformidade com o Projeto de Recuperação de Área Degradada e/ou Alterada, aprovado pela SEDAM/RO;

Apresentar perante a Coordenadoria de Desenvolvimento Florestal da SEDAM, no prazo de 3 (três) meses, proposta de reposição florestal no montante de 4.800 m³, a ser efetivada na forma da legislação de regência.

Apresentação do Relatório de Monitoramento a SEDAM/RO, a cada 02 (dois) anos;

Apresentação do Relatório final das atividades desenvolvidas demonstrando o integral cumprimento dos compromissos pactuados e os resultados obtidos;

Cumprir rigorosamente as orientações técnicas e jurídicas constantes do processo administrativo, que passam a integrar o presente Termo de Compromisso;

Do Compromitente:

Promover o acompanhamento e monitoramento, via sensoriamento remoto, do cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Compromisso;

Fornecer orientações e diretrizes para a elaboração do relatório final das atividades desenvolvidas;

Em caso de descumprimento do pactuado no Termo de Compromisso, irá promover a aplicação as multas e demais sanções previstas na Cláusula 9ª do referido Termo;

Realizar vistoria final e manifestação sobre o cumprimento ou descumprimento das ações de recomposição, regeneração pactuadas do Termo de Compromisso.

DAS PENALIDADES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO TC

Exclusão do PRA;

Retomada do Processo Administrativo do órgão ambiental autuante;

Paralisação das atividades admitidas nas áreas consolidadas;

Obrigação de recomposição integral das áreas consolidadas (Lei Federal nº 12.651/2012);

Aplicação e execução de sanções e demais cominações previstas no Termo.

AS PARTES QUE ASSINAM:

Compromitente:

Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos - Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental.

Compromissário(a):

Janete Clenir Sartori Vieira , CPF/Nº 204.070.172-91

Fábio Prado Vieira, CPF/Nº 152.757.449-00

Protocolo 0036912203

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC

AVISO
Aviso de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 348/2022 - SESDEC

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Ata de Registro de Preços nº: 348/2022

Órgão Gestor: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadnia - SESDEC

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 554/2021 (Processo Administrativo n° 0037.038373/2021-79)

Fornecedor: ADVANCE LICITAÇÕES, PRODUÇÕES, EVENTOS, TURISMO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 63.781.835/0001-46.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, consoante Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Estadual Nº. 18.340/2013, que regulamenta o sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e conforme as normas legais aplicáveis ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 554/2021, manifesta que aderiu conforme Processo Administrativo Nº. (0041.000733/2023-62), como órgão não participante (“carona”), à ata de registro de preços em epígrafe, nas quantidades e condições a seguir:

DESCRIÇÃO DO ITEM	UND.
Serviço de Coffee Break e Decoração contendo, no mínimo: Salada de frutas; Frutas: inteiras, fatiadas, cortadas em cubos (servidas e arrumadas com palitos ou garfinhos descartáveis) Mini sanduíches: Tipo1: queijo e presunto, alface e tomate. Tipo 2: lagarto desfiado, alface e tomate; 03 tipos de Salgados assados: pastéis, esfihas, empadinhas de palmito, etc. 03 tipos de Salgados fritos: pastéis, coxinhas de frango, kibes, risoles, bolinhas de queijo, etc. Canapés variados; Enroladinhos variados: presunto e queijo, catupiry, goiabada, etc. Bebidas: 03 sabores de sucos de frutas naturais. Refrigerantes (coca cola ou similar). Água mineral. Decoração: Arranjo de flores naturais no ambiente. Mínimo de utensílios necessários para execução dos serviços: copos descartáveis, copos de vidro, taças, jarras (vidro ou inox), suportes e bandejas de vidro ou inox, e todas as demais louças e materiais descartáveis (pratinhos, guardanapos, etc) em quantidade equivalentes ao número de pessoas.	170
Valor total: R$ 4.386,00 (quatro mil trezentos e oitenta e seis reais).	

A adoção à referida Ata é justificada mediante a necessidade de atendimento às demandas desta Secretaria.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Avenilson Gomes Da Trindade

Secretário Adjunto de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Protocolo 0036982926

AVISO

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

COM FULCRO NO §3º DO ART. 75 DA LEI N. 14.133/2021

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, com registro no CNPJ/MF sob o n. 23.059.866/0001-73, com sede à Avenida Farquar, nº. 2986, Palácio Rio Madeira, 1º Andar, Edifício Rio Pacaás Novos, Pedrinhas, Porto Velho/RO, CEP 76801-470, torna público que tem interesse na Contratação de empresa especializada para fornecimento em Consultoria Técnica para prestação de serviço à equipe da Coordenadoria de Atração de Investimentos do projeto INVEST Rondônia e Representantes dos 52 municípios do Estado, sendo que o Consultor contratado para o referido atendimento deverá ser o senhor Adriano Carvalho. Oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa.

Limite para apresentação da Proposta de Preços é de 03 (três) dias úteis a contar da data de publicação deste aviso.

Caso hajam interessados, estes deverão enviar *e-mail* para o endereço eletrônico: sedec.gov.compras@gmail.com, entrar em contato através do telefone (69) 3212-9901, ou, ainda, entregar sua proposta no endereço acima mencionado, das 07:30h às 13:30h.

Porto Velho/RO, 30 de Março de 2023.

Avenilson Gomes Da Trindade

Secretário Adjunto de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Protocolo 0037012983

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER

Portaria nº 811 de 30 de março de 2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022 - Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035482961) Despacho/Justificativa (ID 0035482944) Despacho DER-DG (ID 0036755530) que consta nos autos do Processo nº 0009.001213/2023-73.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor **ILDES ALVES MACIEL, Motorista,** Matrícula nº 300107477, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na **8ª/RR/DER-RO**, no período de 20.04.2016 A 28.11.2022 , referente ao 2º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0037016720

Portaria nº 810 de 30 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maiode 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante Requerimento (0036790568), Laudo (0036948059), e Parecer nº 22/2023/DER-NST (0036940137), nos autos do Processo eletrônico de nº 0009.003702/2023-60;

RESOLVE:

CONCEDER a contar de 1.12.2022, com fundamento na Lei nº 2.165, de 28 de outubro de 2009, alterada pela Lei nº 3.961, de 21 de dezembro de 2016, publicada no DOE n. 237 de 21.12.2016, Artigo 2º, § 3º, o **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, ao servidor **ADELINO BISPO SANTANA**, matricula 300186391, exerce suas atividades auxiliar de serviços gerais (atividades em campo), lotado na Usina de Asfalto em Vilhena DER-USVHA, no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes/DER.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037016257

Portaria nº 809 de 30 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maiode 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante Requerimento (0036782834), Laudo (0036884117), e Parecer nº 20/2023/DER-NST (0036884123), nos autos do Processo eletrônico de nº 0009.003691/2023-18;

RESOLVE:

CONCEDER a contar de 1.11.2022, com fundamento na Lei nº 2.165, de 28 de outubro de 2009, alterada pela Lei nº 3.961, de 21 de dezembro de 2016, publicada no DOE n. 237 de 21.12.2016, Artigo 2º, § 3º, o **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, ao servidor **JAIR BERDUSHI,** servidor público federal, matricula 300185583, exerce suas atividades como Motorista de veículos pesados, lotado na na Usina de asfalto em Vilhena DER-USVHA, no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes/DER.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037015013

Portaria nº 812 de 30 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maiode 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante Requerimento (0036655589), Laudo (0036880474), e Parecer nº 18/2023/DER-NST (0036878268), nos autos do Processo eletrônico de nº 0009.083380/2023-43;

RESOLVE:

CONCEDER a contar de 1.3.2022, com fundamento na Lei nº 2.165, de 28 de outubro de 2009, alterada pela Lei nº 3.961, de 21 de dezembro de 2016, publicada no DOE n. 237 de 21.12.2016, Artigo 2º, § 3º, o **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, a servidora RENATA GATTO DE MORAIS, mat.: 300172351, exerce suas atividades como auxiliar de serviços gerais (atividades em campo), lotado na Gerência de Topografia e LaboratórioDER-GTOP, no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes/DER.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS
Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037024399

Portaria nº 807 de 30 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maiode 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante Requerimento (0036560901), Laudo (0036932010), e Parecer nº 21/2023/DER-NST (0036932066), nos autos do Processo eletrônico de nº 0009.003237/2023-67;

RESOLVE:

CONCEDER a contar de 1.10.2020, com fundamento na Lei nº 2.165, de 28 de outubro de 2009, alterada pela Lei nº 3.961, de 21 de dezembro de 2016, publicada no DOE n. 237 de 21.12.2016, Artigo 2º, § 3º, o **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, ao servidor JOSÉ ROBERTO DE SANTANA, matrícula nº 300168147, exerce suas atividades como auxiliar de serviços gerais (atividades em campo), lotado na 7ª RR de Alvorada do Oeste, no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes/DER.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS
Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037014000

Portaria nº 813 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Memorando nº 94/2023/DER-CGP ID 0037004471, nos autos do Processo SEI nº 0009.000015/2023-92;

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 1º - **LOTAR,** a contar de 22 de março de 2023, na 12ª Residência Regional em Jaru DER-12ªRR, o servidor **RONAN BARROS DE ASSIS**, matrícula nº 300131565, Agente em Atividades Administrativas, cedido a este Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER-RO**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037030215

Portaria nº 790 de 28 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante no Requerimento DER-1ªRR ID 0035517793, Parecer nº 3/2022/PGE-DERJUD (ID-0031693904), Análise DER-SEPROD ID 0035972332, nos autos do Processo SEI Nº 0009.001289/2023-07.

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR** o **APROVEITAMENTO**, da servidora **KELY FAGUNDES SAVEGNAGO,** Matricula 300116370, Cozinheiro, para exercer a função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada na 1ª Residencia Regional no Município de Colorado do Oeste DER-1ªRR, nos moldes do art. 37 da LEI COMPLEMENTAR Nº 68, de 9 de Dezembro de 1992, em virtude da presente desnecessidade do cargo de Cozinheiro, devido a contratação de Empresa especializada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036962790

Portaria nº 796 de 29 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Decreto (0036067098), nos autos do Processo SEI nº 0009.002327/2023-31;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LOTAR,** a contar do dia 24 de fevereiro de 2023, na 14ª Residência Regional em Extrema DER-14ªRR, o servidor **JOÃO BOSCO RODRIGUES**, matrícula nº 300187695, Residente, ocupante de Cargo em Comissão**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036976979

Portaria nº 791 de 29 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando a Portaria nº 764 de 27 de março de 2023 ID 0036894347, constante no processo SEI nº. 0009.002588/2023-51;

Art. 1º - **RETIFICAR,** os termos da Portaria nº 764 de 27 de março de 2023, publicada no DOE nº 58 de 28/03/2023, Que CONCEDEU 01 (um) dia de Folga relativa à reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, a Servidora ROSINEIA MERCIAL FRANCISCO, matricula300176969, lotada na 4ª Residencia Regional em Cacoal DER-4ªRR, para usufruir nos dias 28, 29, 30 e 31 de março de 2023.

Onde se Lê: CONCEDER, 01 (um) dia de Folga relativa à reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

Leia-se: CONCEDER, 04 (quatro) dias de Folgas relativa à reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036971285

Portaria nº 793 de 29 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Decreto (0036237369), nos autos do Processo SEI nº 0009.002634/2023-11;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LOTAR,** a contar do dia 2 de março de 2023, na Coordenadoria de Logística DER-CLOG, a servidora **JIGLEANE CASTRO TORRES**, matrícula nº 300187997, Assessor Técnico I, ocupante de Cargo em Comissão**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036973812

Portaria nº 797 de 29 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Decreto (0036238072) e BAF - Boletim Mensal de Frequência (0036955676), nos autos do Processo SEI nº 0009.002635/2023-66;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LOTAR,** a contar do dia 23 de fevereiro de 2023, na 16ª Residência Regional em São Francisco do Guaporé DER-16ªRR, o servidor **ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, matrícula nº 300188000, Chefe de Equipe de Campo, ocupante de Cargo em Comissão**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036980947

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Portaria nº 817 de 30 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

CONSIDERANDO os termos da Lei 8.666/93, Art. 67, considerando ainda, os termos da IN 05 do capítulo V, Seção I, II e III, bem como os termos Instrução Normativa n.º 01-2020 CGE (0011323568), de 28 de janeiro de 2020, publicada no DOE nº 24, de 5 de fevereiro de 2020, a qual estabelece normas acerca das atribuições de gestores e fiscais de contratos de obras e serviços de engenharia no DER, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Nota de Empenho descrita na tabela abaixo;

RESOLVE:

Art. 1.º - DESIGNAR para atuarem, na observância da legislação vigente, como Gestor Titular, Fiscal Titular e Suplentes do contrato, conforme abaixo relacionados os servidores nominados e qualificados a seguir:

PROCESSO Nº	CONTRATO Nº	NOTA DE EMPENHO	OBJETO CONTRATADO	CONTRATADA	GESTOR TITULAR	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE
0009.002814/2023-01	Conforme o Parecer nº 261/2022/PGE-PA (0032258770), já apontou, no caso em tela, a possibilidade de substituição do instrumento contratual por outros instrumentos hábeis, como, “carta-contrato”, “nota de empenho da despesa” ou “ordem de execução de serviço", nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.	NE - Nota de Empenho (0036945990)	Aquisições de Pedra de mão ou rachão para execução de serviços em várias Rodovias Estaduais, conforme especificações deste Termo de Referência, sob o regime de fornecimento parcelado, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.	SAMARA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP.	Sávio Ricardo da Silva Bezerra Matricula: 100067747	Gustavo Lincoln da Silva Meneses Matrícula: 300172741	Everton Constante dos Santos Matrícula: 300123916

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação; Dê ciência, Publique-se e Cumpra-se.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS
Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 0037041682

Portaria nº 792 de 29 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Decreto (0036362951) e BAF - Boletim Mensal de Frequência (0036972673), nos autos do Processo SEI nº 0009.002869/2023-11;

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 1º - **LOTAR,** a contar do dia 16 de fevereiro de 2023, na 16ª Residência Regional em São Francisco do Guaporé DER-16ªRR, o servidor **NELSON HONORIO JUNIOR**, matrícula nº 300188254, Chefe de Equipe de Campo, ocupante de Cargo em Comissão**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036972410

Portaria nº 794 de 29 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Decreto (0036363656) e BAF - Boletim Mensal de Frequência (0036454907), nos autos do Processo SEI nº 0009.002873/2023-71;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LOTAR,** a contar do dia 23 de fevereiro de 2023, na 13ª Residência Regional em Porto Velho DER-13ªRR, o servidor **CLECIO SALES TABOSA**, matrícula nº 300187819, Chefe de Equipe I, ocupante de Cargo em Comissão**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036974517

Portaria nº 795 de 29 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Decreto (0036370563) e BAF - Boletim Mensal de Frequência (0036377260), nos autos do Processo SEI nº 0009.002891/2023-53;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LOTAR,** a contar do dia 17 de fevereiro de 2023, na 11ªRR Residência Regional em Pimenta Bueno DER-11ªRR, o servidor **SERGIO APARECIDO TOBIAS**, matrícula nº 300187442, Residente, ocupante de Cargo em Comissão**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036975131

Portaria nº 803 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Considerando o constante no Requerimento DER-4ªRR ID 0036438402, Parecer nº 268/2022/PGE-DER (ID-0028655124), Análise DER-SEPROD ID 0036974285, nos autos do Processo SEI Nº 0009.003012/2023-19.

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR** o **APROVEITAMENTO**, da servidora **VERA LUCIA PADILHA,** Matricula 300106174, **Agente de Portaria**, para exercer a função de **Auxiliar em atividade administrativa**, lotada na 4ª Residencia Regional no Município de Cacoal DER-4ªRR, nos moldes do art. 37 da LEI COMPLEMENTAR Nº 68, de 9 de Dezembro de 1992, em virtude da presente desnecessidade do cargo de **Agente de Portaria**, devido a contratação de Empresa especializada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037009629

Portaria nº 788 de 28 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 12.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

CONSIDERANDO o constante no Requerimento (0036660564), nos autos do Processo SEI nº 0009.003468/2023-71;

CONSIDERANDO o disposto no Despacho DER-CGP (0036926893), e;

CONSIDERANDO o teor do art. 1º do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, Fica instituído o Trabalho Remoto-Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo (0028308243).

RESOLVE:

Art. 1º - **INSTITUIR**, pelo período de **03.01.2023 a 03.04.2023**, o Regime de Escritório Remoto da servidora **EDILEIDE FREITAS DE LIMA**, no cargo de Geógrafa, matrícula nº 300115684, lotada na Gerencia Ambiental DER-GA, O Regime de Escritório Remoto - Home Office, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036959995

Portaria nº 776 de 28 de março de 2023

00366104990 **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o Requerimento DER-GA ID (0036672715) e Planos de Trabalho Home Office (0036675286), nos autos do Processo SEI nº 0009.003480/2023-85,

RESOLVE:

Art. 1º - **INSTITUIR** pelo prazo de 3 (três) meses, **a contar do dia 3 de janeiro de 2023,** o Regime de Escritório Remoto do servidor **EDMAR VALERIO GRIPP DA SILVEIRA,** Geólogo, Matrícula nº 300115244, lotado na Gerencia Ambiental DER-GA, o Regime de Escritório Remoto – Home Office, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme artigos 17 a 36 do Decreto Estadual nº 21.971, de 22 de maio de 2017 e Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, bem como na Portaria nº 580, de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

28 de junho de 2017, que regulamenta o escritório remoto – *home office* no âmbito do DER/RO, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036946806

Portaria nº 802 de 29 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 12.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

CONSIDERANDO o Ofício 037/2020/SINDER - RO que trata do pedido de **continuidade** para desempenho de Mandado Classista do Sindicato dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e transportes do Estado de Rondônia - SINDER-RO ID 0012371694, para o Triênio 2020/2023;

CONSIDERANDO o Ofício 036/2023/SINDER - RO que trata do pedido de **liberação** para desempenho de Mandado Classista do Sindicato dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e transportes do Estado de Rondônia - SINDER-RO ID 0036920878, para o Triênio 2020/2023;

CONSIDERANDO o Ata de Posse e Ata de Eleição do Sindicato dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e transportes do Estado de Rondônia - SINDER-RO ID 0012371694, para o Triênio 2020/2023;

CONSIDERANDO o Parecer 913/2020/DER-PROJUR ID 0012669537 e o Despacho DER-PROJUR ID 0012767428

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER, LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA,** ao servidor **MANOEL JOSÉ DE ALMEIDA**, Operador de Máquinas Pesadas, matrícula nº 300107120, empossado como **1º Secretário,** com direito à percepção de vencimentos de acordo com o § 4º, do artigo art. 20 da Constituição Estadual, a contar de 1º de abril de 2023 a 30 de junho de 2023.

Conforme Parecer 913/2020/DER-PROJUR ID 0012669537

Art. 2º - Excluir gratificações de produtividade e adicional de insalubridade, posto que se tratam de parcelas móveis, atreladas ao exercício das atividades funcionais no DER.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036985987

Portaria nº 770 de 28 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante no Requerimento DER-4ªRR ID 0036926927 e Declaração da Justiça Eleitoral ID 0036927207, nos autos do Processo SEI Nº 0009.003979/2023-92;

RESOLVE:

CONCEDER folga eleitoral por 6 (seis) dias úteis, para usufruir nos dias **24, 25, 26, 27, 28 e 31 de julho de 2023**, ao servidor **MARCELO MENDES DE MATOS**, Pintor Lanterneiro, matrícula 300127780, lotado na 4ª Residência Regional em Cacoal DER-4ªRR, referente a serviços prestados a 11ª Zona Eleitoral de Cacoal - RO - TRE/RO/11ªZE, nas Eleições

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Gerais de 2022, nos termos do art. 98 da Lei n. 9504/97 (Leis das Eleições), art. 1º, § 2º, da Resolução TSE n. 22.747/2008 e Resolução TSE n. 23.456/2015, totalizando 6 (seis) dias úteis.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0036935333

Portaria nº 799 de 29 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0032766403) Despacho/Justificativa (ID 0032766399) Despacho DER-DG (ID 0036754395) que consta nos autos do Processo nº 0009.080791/2022-87.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor VALMIRO DA SILVA COLODINO**,** Motorista**,** Matrícula nº 300106823, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na 12ª Residência Regional/DER/RO, no período de 08/04/2016 a 13/12/2022referente ao 2º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036983529

Portaria nº 804 de 30 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante no Requerimento DER-SEREV ID 0036969239 e Declaração da Justiça Eleitoral ID 0036969511, nos autos do Processo SEI Nº 0009.004066/2023-93;

RESOLVE:

CONCEDER folga eleitoral por 6 (seis) dias úteis, para usufruir nos dias **02, 03, 04, 05**, **08 e 09 de maio de 2023**, ao servidor **PAULO RICARDO DA SILVA CONCEIÇÃO,** matrícula 300124053, Motorista, lotado na Seção de Regularização de Veículos DER-SEREV, referente a serviços prestados a 6ª Zona Eleitoral de Porto Velho - RO - TRE/RO/6ªZE, nas Eleições Gerais de 2022, nos termos do art. 98 da Lei n. 9504/97 (Leis das Eleições), art. 1º, § 2º, da Resolução TSE n. 22.747/2008 e Resolução TSE n. 23.456/2015, totalizando 6 (seis) dias úteis.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037010721

Portaria nº 783 de 28 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035639912) Despacho/Justificativa (ID 0035571491) Despacho DER-DG (ID 0036753271) que consta nos autos do Processo nº 0009.001403/2023-91.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor WILSON ROSAS DA SANTA CRUZ FILHO, Motorista**,** Matrícula nº 300106759, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na SEMFOP (DER-PVH-CLOG)., no período de 04/04/2016 A 11/01/2023referente ao 2º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036952907

Portaria nº 782 de 28 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0028776281) Despacho/Justificativa (ID 0028776097) Despacho DER-DG (ID 0036754144) que consta nos autos do Processo nº 0009.072653/2022-24.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor RONILSON MOREIRA PIRES**,** Faxineiro**,** Matrícula nº 300130359, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na **8ª RR/DER/RO**, no período de 05/12/2014 A 04/12/2019referente ao 1º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036952338

Portaria nº 814 de 30 de março de 2023

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando o constante do Memorando nº 2/2023/DER-CIPA ID 0037008886, nos autos do Processo SEI Nº 0009.004149/2023-82;

Considerando a Portaria nº 1488/2019/DER-NUSEGTRAB, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33, de 18 de fevereiro de 2020 - Errata DER-NUSEGTRAB ID 10138529, nos autos do Processo SEI nº 0009.490553/2019-81, "*Art. 15. Aos membros da CIPA fica assegurado o direito da compensação de folga de 1 (um) dia a cada três meses de participação efetiva nas reuniões, somente para os participantes ativos da CIPA, com comprovação de assinatura em ata ou registro de presença nas reuniões ordinárias e extraordinárias do devido trimestre*".

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER,** 01 (um) dia de **Folga relativa à reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA,** a Servidora DANIELE DE SOUZA OLIVEIRA, matricula n. 300170052, lotada na 6ª Residencia Regional em Machadinho do Oeste DER-6ªRR, **para usufruir no dia 31 de março de 2023**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037032093

Portaria nº 816 de 30 de março de 2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

CONSIDERANDO o constante no Memorando nº 50/2023/DER-GTOP ID 0036465302 e Adendo DER-GTOP ID 0037026000, nos autos do Processo SEI n. 0009.003058/2023-20;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência, a servidora **MAYLA DA SILVA REIS**, matrícula nº 300168392, Laboratorista de Solos, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes**,** para além de exercer as atribuições de seu cargo, praticar os seguintes atos:

I - Homologar os Registros Individuais de Ponto dos servidores lotados na Gerência de Topografia e Laboratório/DER-GTOP que laboram suas atividades no município de Ji-Paraná;

II - Homologar os Mapas de Produtividade dos servidores lotados na Gerência de Topografia e Laboratório/DER-GTOP que laboram suas atividades no município de Ji-Paraná.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER/RO

Protocolo 0037040640

Portaria nº 778 de 28 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035312591) Despacho/Justificativa (ID 0035312591) Despacho DER-DG (ID 0036763313) que consta nos autos do Processo nº 0009.000938/2023-44.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor RODRIGO PESSOA DE OLIVEIRA**, Operador de** Maquinas Pesadas**,** Matrícula nº 300106144, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na **13ª RR/DER/PVH**, no período de 04/04/2016 A 05/11/2022referente ao 1º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036949527

Portaria nº 781 de 28 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035146188) Despacho/Justificativa (ID 0035090435) Despacho DER-DG (ID 0036761881) que consta nos autos do Processo nº 0009.000523/2023-71.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor ELIZANDRO LIMA GADELHA**, Soldador,** Matrícula nº 300131634, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na **Usina de Jarú - USJA/DER/RO**, no período de 14/04/2015 a 13/04/2020referente ao 1º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036951723

Portaria nº 780 de 28 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035329654) Despacho/Justificativa (ID 0035333529) Despacho DER-DG (ID 0036762593) que consta nos autos do Processo nº 0009.000970/2023-20.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor UBIRATAN BERNARDINO GOMES**, Engenheiro Civil,** Matrícula nº 300029621, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na Gerência de Orçamentos de Obras/ **DER-/RO**, no período de 01/01/2014 A31/12/2018referente ao 6º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036950760

Portaria nº 798 de 29 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035591076) Despacho/Justificativa (ID 0035562828) Despacho DER-DG (ID 0036753455) que consta nos autos do Processo nº 0009.001380/2023-14.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor EMERSON SIQUEIRA MORO**, Laboratorista** de Solos**,** Matrícula nº 300106989, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na Gerência de Topografia e Laboratório (DER - GTOP)., no período de 14/04/2011 A 13/04/2016referente ao 1º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036982827

Portaria nº 801 de 29 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035258689) Despacho/Justificativa (ID 0035258685) Despacho DER-DG (ID 0036756097) que consta nos autos do Processo nº 0009.000831/2023-04.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor LEILA ALVES DE MELO, Auxiliar de Serviços Gerais,**,** Matrícula nº 300014842, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotada na **13ª** Residência Regional/DER/RO, no período de 18/09/2009 A 17/09/2014referente ao 5º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036985117

Portaria nº 800 de 29 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 841, de 27.11.2015, Publicada no DOE nº 2831, de 27.11.2015 e alterada pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE Nº 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar nº 1118, de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE Nº 252, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOE de 31.12.2022-Edição 251.

Considerando Requerimento (ID 0035450924) Despacho/Justificativa (ID 0035450919) Despacho DER-DG (ID 0036756248) que consta nos autos do Processo nº 0009.000363/2023-60.

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9.12.1992, ao servidor NELSON GERONIMO VIEIRA, Motorista**,** Matrícula nº 300007463, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER do Governo do Estado de Rondônia, lotado na **8ª** Residência Regional/DER/RO, no período de 13/09/1998 A 12/09/2003referente ao 4º Quinquênio.

Eder André Fernandes Dias

Diretor Geral/DER

Protocolo 0036984333

Portaria nº 3461 de 21 de dezembro de 2022

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicado no DOE nº 238, de 20 de dezembro de 2017, pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, publicado no DOE nº 99, de 26 de maio de 2020, e Decreto de 19 de junho de 2020, publicado no DOE nº 120, de 23 de junho de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade deste Departamento de aplicar o serviço de micro revestimento nas rodovias estaduais visando a melhora no desempenho do pavimento;

CONSIDERANDO a necessidade de se analisar a viabilidade técnica da aplicação do micro, assim como o custo-benefício envolvido na execução do serviço;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, inciso I e III, da Lei Federal nº 10.520/02, que prevê a necessidade do ordenador de despesa justificar as contratações e que essa justificativa esteja documentada nos autos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, da Instrução Normativa SEGES Nº 58, DE 8 de agosto de 2022, que prevê a necessidade de se elaborar o ETP por servidores da área técnica, ou quando houver, da equipe de planejamento.

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR os servidores abaixo** relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal deste Departamento, para realizar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP, com o intuito de analisar, filtrar, compilar, validar as informações encaminhadas pelo corpo técnico citado no art. 1º.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CPF	FUNÇÃO
GLAUCO FERNANDO AGUIAR ROCHA ANDREOLI	300172944	820.486.652-68	PRESIDENTE DA COMISSÃO
MARTINHA APARECIDA PANCOTO MALFATTI	300158623	419.083.332-00	MEMBRO DA COMISSÃO
SABRINA CARVALHO PEREIRA	300186781	016.062.932-22	MEMBRO DA COMISSÃO

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

PHILIPE RODRIGUES MAIA LEITE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Diretor Geral Adjunto DER/RO

Protocolo 0034581627

Portaria nº 808 de 30 de março de 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER-RO,no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 841, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOE n. 2831, de 27 de novembro de, 2015, alterada pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n. 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE n. 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar n. 1.118, de 22 de dezembro de 2021 publicada no DOE edição suplementar 252.1, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 1º de abril de 2022,publicado no DOE edição suplementar 62.1, de 04 de abril de 2022 e Decreto de 30.12.2022, publicado no DOEde 31.12.2022 - Edição 251.

Considerando o Despacho (0035719896), Despacho (0035721590), Memorando 70 (0036733262), Memorando 114 (0037016663) e Despacho (0036654877) que solicita a inclusão de novos servidores para integrar a Comissão de recebimento e exames de materiais (Serviços de Usinagem, Emulsões Asfálticas, Agregados, Tintas e Outros), referente ao exercício de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar Portaria 314 (0035459270) de 31 de janeiro de 2023, e DESIGNAR, a contar de **27 de Março de 2023**, os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão para recebimento e exames de materiais (Serviços de Usinagem, Emulsões Asfálticas, Agregados, Tintas e Outros), referente ao exercício de 2023 das Usinas de Asfalto deste DER-RO.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF	LOTAÇÃO
100068399	Emerson Santos da Silva	594.872.672-04	Ariquemes
300174086	Flávio Cardoso Machado	001.664.652-59	Ariquemes
300173839	Jéssica Nelly Arnold	005.662.292-93	Ariquemes
300162113	Willian da Silva Amaral	818.898.602-49	Jaru
300172968	Allan Douglas Gomes de Lima	003.198.402-98	Jaru
300123443	Vanilto Bernardo	713.399.302-34	Jaru
300172741	Gustavo Lincoln da Silva Meneses	049.631.792-00	Rolim de Moura
300172542	Marcelo Eduardo Wunch	717.997.372-68	Rolim de Moura
300123916	Everton Constante dos Santos	681.088.002-00	Rolim de Moura
300156984	Roneilton Felix de Jesus	033.595.715-33	Rolim de Moura
300156890	Sebastião Cardoso Lemes	499.304.352-04	Cacoal
300184344	Murilo Henrique Almeida	013.299.172-19	Cacoal
300110366	Cristina de Oliveira Pinto	803.839.122-53	Cacoal
300178397	Eudes Ferreira da Costa Junior	014.591.151-98	Vilhena
300172966	Diego Delani Cirino dos Santos	531.132.332-91	Vilhena
300174985	Claudinei Torrente Silva	929.160.402-00	Vilhena
300037008	Odair Berger	114.986.762-00	Ji-Paraná
300107307	Allan Figueiredo de Araujo	930.222.042-72	Ji-Paraná
300161121	Milton Lopes de Matos	974.250.872-00	Ji-Paraná
300012800	Antônio Celestino da Silva	325.621.442.87	Ji-Paraná

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho-RO, 30 de Março de 2023.

EDER ANDRE FERNANDES DIAS
Diretor-Geral - DER-RO

Protocolo 0037014424

AVISO

O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, considerando os fundamentos apresentados no Despacho- SUGESP-DIREX (0036940445).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVE: Torna sem efeito o Aviso DER-GEL (0036758813) em favor da Empresa SQUADRA CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob n. 18.933.882/0001-03, referente à Contratação de Empresa especializada na realização da capacitação para servidores, no curso de Captação de Recursos e Elaboração de Projetos.

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Diretor-Geral

Protocolo 0037054434

ERRATA

O Diretor Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO torna público para conhecimento dos interessados que retifica o Termo de Apostilamento (Id. 0035236649), conforme Parecer nº 34/2023/DER-GAATEC (0035133226):

Onde se lê:

CLÁUSULA SEGUNDA – O prazo de **execução do objeto e a vigência do Termo de Convênio** será 120 (cento e vinte) dias, conforme o cronograma físico financeiro apresentado pela CONVENENTE, a contar da data de **24/12/2022.**

Leia-se:

CLÁUSULA SEGUNDA – O prazo de **execução do objeto e a vigência do Termo de Convênio** será 120 (cento e vinte) dias, conforme o cronograma físico financeiro apresentado pela CONVENENTE, a contar da data de **22/12/2022.**

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Diretor Geral do DER/RO

Porto Velho, 28 de março de 2023.

Protocolo 0036880838

Portaria nº 818 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES– DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 841, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOE n. 2831, de 27 de novembro de , 2015, alterada pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n. 1.060, de 21 de maio de 2020, publicada no DOE n. 99, de 26 de maio de 2020, alterada pela Lei Complementar n. 1.118, de 22 de dezembro de 2021 publicada no DOE edição suplementar252.1, de 23 de dezembro de 2021 e Decreto de 01 de abril de 2022, publicado no DOE edição suplementar 62.1, de 04 de abril de 2022,

Considerando o Memorando nº 24 (Id.0037011100), bem como o Memorando 47 (Id.0037013740) nos autos do Processo nº 0009.079714/2022-84;

Considerando o inciso V, artigo 18 do Decreto 23.273/2018; resolve:

Art. 1º Interromper a partir de 01/06/2023, por motivo de superior interesse público, o gozo de férias da servidora: POLLIANE QUEIROZ RAVANI, matrícula nº 300165879, ocupante do cargo de Gerente de Licitações, lotada na Gerência de Licitações, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, marcadas para usufruir em 01/06/2023 a 10/06/2023- 10 (dez) dias, referente ao exercício 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Diretor Geral-DER

Protocolo 0037045830

Portaria nº 806 de 30 de março de 2023

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER, nas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 965 de 20 de dezembro de 2017 publicada no DOE n° 238 de dezembro de 2017, e Decreto de 30.12.2022 publicado no DOE de 31.12.2022.

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Art. 1º - Fica concedido à ROSA MARIA NANI**,** ocupante do cargo de Chefe de Equipe Administrativa, matrícula nº 300110235, CPF nº 513.317.992-87, **Suprimento de Fundos** com função de Adiantamento na importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme o Plano de Aplicação, correndo a despesa por conta do orçamento do corrente exercício, de acordo com as Notas de Empenho nº 2023NE000333.

Programação	Projeto/ Atividade	**Elemento de despesa**	**Valor (R$)**
2612210152087	2087	33.90.39	2.000,00
Total			2.000,00

Artigo 2º - O prazo para aplicação do Suprimento de que trata esta Portaria, será de trinta dias para aplicação e cinco dias úteis para comprovação., obedecendo às disposições do Decreto n.º 10851, de 29 de dezembro de 2003.

Artigo 3º - Ao responsável pela aplicação do Suprimento caberá fazer pessoalmente, a sua comprovação na forma estabelecida no Decreto acima mencionado**.**

Artigo 4º - A Gerência de Controle Interno do **DER/RO** efetuará os registros competentes à caracterização da responsabilidade do agente e as conferências da documentação comprobatória da aplicação.

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS
Diretor Geral DER/RO

Protocolo 0037013831

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER

Portaria nº 48 de 31 de março de 2023

O Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13 inciso XIX do Regimento Interno, e Decreto de 28 de Maio de 2019.
RESOLVE:

Art. 1° - **Publicar a relação dos Tradutores Públicos** matriculados nesta Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER, conforme determina o disposto no Art. 43, IN DREI Nº 52, de 29 de julho de 2022.

1. Elenice da Silva Braga Tonaco; *Língua: Inglês; Endereço: Rua Dom Pedro II, 2.217 (DEKRA), São Cristóvão, Porto Velho – RO, CEP: 76.804-033; e-mail: elenicebtonaco@hotmail.com; Telefones: (69) 9207-7033 – (69) 3043-1007 – (69) 3043-5168*

2. José Maria Llamazares González; *Línguas: Inglês e Espanhol; Endereço: Rua Tangará, 1.739, Gurgel, Porto Velho – RO, CEP: 76.811-554; Caixa Postal: 1.536; Telefones: (69) 3227-5029 – (69) 9973-1163*

3. Haroldo Cristovam Teixeira Leite; *Línguas: Inglês e Espanhol; Endereço: Rua Alameda Mourão, 1.585, São João Bosco, Porto Velho – RO, CEP: 76.803-678; e-mail: haroldo@unir.br; Telefones: (69) 3221-1100 – (69) 9981-1144*

4. Erundina Barbosa de Oliveira; *Línguas: Inglês e Espanhol; Endereço: Av. Calama, 2.353, São João Bosco, Porto Velho – RO, CEP: 76.803-769; Telefones: (69) 3221-7063 – (69) 9229-0181*

5. Kalline Cristina P. de Souza; *Línguas: Inglês e Espanhol; Endereço: Av. Governador Jorge Teixeira, 363, Apartamento 01, Roque, Porto Velho – RO, CEP: 76.915-160; e-mail: kallineprata@hotmail.com; Telefones: (69) 3224-7753 – (69) 9202-2037*

6. Miguel Nenevé; *Línguas: Inglês, Espanhol e Alemão; Endereço: Rua Santo André, 4.152, Conceição, Porto Velho – RO, CEP: 76.808-274; e-mail: nenevemi@gmail.com – mneneve@hotmail.com; Telefones: (69) 9238-7115 – (69) 98500-5129 – (69) 8456-7851 – (69) 2182-2146*

Dê-se ciência, cumpra-se e registre-se para os devidos fins.

José Alberto Anísio
Presidente
Matrícula 300157805

Protocolo 0037066382

FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E À PESQUISA - FAPERO

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

EXTRATO DO TERMO DE OUTORGA: 030/2023

EXTRATO 19

PROCESSO: 0012.067709/2022-70

EDITAL/CHAMADA: Chamada FAPERO PBIC/PBIT Nº 009/2022

OUTORGANTE: Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia/FAPERO.

OUTORGADO(A)/BOLSISTA: **BRUNO FELIPE ELEUTÉRIO DA SILVA**, CPF: ***.***.***-**

COORDENADOR(A): MAYRA ARAGUAIA PEREIRA FIGUEIREDO

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR/RO

VALOR TOTAL: R$ 3.840,00 (TRÊS MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS)

NOTA DE EMPENHO: 2023NE000025

DO OBJETO: Apoiar a concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) e/ou Tecnológica (IT) a alunos de graduação, regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) ou Institutos de Pesquisa, públicos ou privados localizados no Estado de Rondônia, para o desenvolvimento de atividades vinculadas à iniciação científica e tecnológica, com vistas a despertar a vocação científica, tecnológica e incentivar talentos potenciais na pesquisa científica e/ou tecnológica. As bolsas de IC/IT serão concedidas para alunos que se enquadrarem nos pré-requisitos estabelecidos no regulamento e forem selecionados pelos proponentes Mestres e/ou doutores vinculados a IES ou ICTs sediadas no Estado de Rondônia que atenderem aos requisitos de habilitação constantes no Edital Chamada FAPERO PBIC/PBIT Nº. 009/2022.

DA VIGÊNCIA: 08 (OITO) meses

DA MODALIDADE: Bolsa PIBIC ou PIBIT

DATA DA ASSINATURA:

ASSINAM:

Paulo Renato Haddad - Presidente da FAPERO - Outorgante

Bruno Felipe Eleutério Silva **-** Outorgado(a)

Mayra Araguaia Pereira Figueiredo - Coordenador(a)

Marcele Regina Nogueira Pereira - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR/RO

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

Paulo Renato Haddad

Presidente/FAPERO

Protocolo 0036740129

ERRATA

CHAMADA PAP-COVID-19 FAPERO Nº 002/2021 – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA PARA TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO DO NOVO CORONAVÍRUS E VARIANTES (PAP-COVID-19) - EDITAL 03/2021/FAPERO-DC

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS, VEM RETIFICAR O 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO REFERENTE AO TERMO DE OUTORGA Nº 035/2021

1. NA CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Onde se Lê:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 035/2021 (Id. 0021835959), por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O, ou seja, 16/11/2022.

Leia-se:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 035/2021 (Id. 0021835959), por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O, ou seja, 16/11/2021.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2. PERMANECENDO AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PAULO RENATO HADDAD

PRESIDENTE/FAPERO

Protocolo 0037032034

ERRATA

CHAMADA PAP-COVID-19 FAPERO Nº 002/2021 – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA PARA TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO DO NOVO CORONAVÍRUS E VARIANTES (PAP-COVID-19) - EDITAL 03/2021/FAPERO-DC

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS, VEM RETIFICAR O 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO REFERENTE AO TERMO DE OUTORGA Nº 036/2021

1. NA CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Onde se Lê:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 036/2021, por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O (ID 0021836573), ou seja, 16/11/2022.

Leia-se:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 036/2021, por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O (ID 0021836573), ou seja, 16/11/2021.

2. PERMANECENDO AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PAULO RENATO HADDAD

PRESIDENTE/FAPERO

Protocolo 0037034251

ERRATA

CHAMADA PAP-COVID-19 FAPERO Nº 002/2021 – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA PARA TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO DO NOVO CORONAVÍRUS E VARIANTES (PAP-COVID-19) - EDITAL 03/2021/FAPERO-DC

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS, VEM RETIFICAR O 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO REFERENTE AO TERMO DE OUTORGA Nº 037/2021

1. NA CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Onde se Lê:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 037/2021, por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O (ID 0021837836), ou seja, 16/11/2022.

Leia-se:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 037/2021, por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O (ID 0021837836), ou seja, 16/11/2021.

2. PERMANECENDO AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PAULO RENATO HADDAD

PRESIDENTE/FAPERO

Protocolo 0037034740

ERRATA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CHAMADA PAP-COVID-19 FAPERO Nº 002/2021 – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA PARA TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO DO NOVO CORONAVÍRUS E VARIANTES (PAP-COVID-19) - EDITAL 03/2021/FAPERO-DC

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS, VEM RETIFICAR O 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO REFERENTE AO TERMO DE OUTORGA Nº 038/2021

1. NA CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Onde se Lê:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 038/2021 (Id. 0021841849), por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O, ou seja, 16/11/2022.

Leia-se:

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Outorga sob o nº 038/2021 (Id. 0021841849), por mais 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do referido T.O, ou seja, 16/11/2021.

2. PERMANECENDO AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PAULO RENATO HADDAD

PRESIDENTE/FAPERO

Protocolo 0037034409

Portaria nº 9 de 30 de março de 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, inciso II, do Decreto N° 17.360, de 5 de dezembro de 2012.

Considerando, o Despacho de 29 de março de 2023 nos autos do Processo nº 0012.000034/2023-60.

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para compor o Comitê Gestor, Gerente de Programas de Ações do Plano Plurianual – PPA, para execução, avaliação e monitoramento do PPA 2020/2023, exercício 2023, desta Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO.

I – COMITÊ GESTOR:

a) Paulo Renato Haddad, Matrícula nº 300155679;

Coordenador do Comitê;

b) Maria Dioneia Nogueira da Silva Oliveira, Matrícula nº 300145618;

Primeiro Membro do Comitê;

c) Liliane Macario Martins, Matrícula nº 300182049;

Segundo Membro do Comitê;

II – GERENTES DE PROGRAMAS:

Maria Dioneia Nogueira da Silva Oliveira, Matrícula nº 300145618;

Gerente do Programa – 1015 – Gestão Administrativa do Poder Executivo;

Liliane Macario Martins, Matrícula nº 300182049;

Gerente do Programa – 2086 – C&T e Cooperação para o Desenvolvimento;

III – USUÁRIOS DE APOIO:

Clelia Souza Maciel, Matrícula nº 300124673;

Sadraque Shockness de Souza, Matrícula nº 300168263;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Zulene Honorio da Silva, Matrícula nº 300139568;

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor, a partir da data de sua publicação, revogando-se automaticamente a Portaria nº 4 de 26 de janeiro de 2023, publicada no DOE, Edição 18, de 27 de janeiro de 2023.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

PAULO RENATO HADDAD

PRESIDENTE/FAPERO

Protocolo 0037039923

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

TERMO DE DOAÇÃO

DE BENS MÓVEIS Nº 03/2022-COMPID

DOADOR: O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - CNPJ nº 15.883.796/0001-45, com sede na Rua Dr. José Adelino, nº 4477 - Bairro: Costa e Silva, representado por seu Diretor-Geral, **Paulo Higo Ferreira de Almeida** - CPF nº 998.***.***-20 e pelos servidores nomeados por meio da Portaria nº 808 (0018486214), publicada em DOE nº 118 do dia 11.06.2021, para compor Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de Bens Móveis deste DETRAN/RO.

DONATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA, CNPJ: 04.287.520/0001-88, Rua Pio XII, nº 2986 - Bairro Pedrinhas, Porto Velho, RO, CEP 76.803-470 representada por Semayra Gomes, Secretária de Estado de Saúde, de acordo com a representação que lhe é outorgada.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS, que se regerá pelas disposições condas nas cláusulas e condições abaixo, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto 24.041 de 8 de julho de 2019 e alteração que trata da Regulamentação da gestão patrimonial, relativa aos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia, conforme Processo nº 0010.456686/2019-99.

DO VALOR

Para efeito contábil, o valor dos materiais doados totaliza o valor de R$ 40.319,40 (quarenta mil, trezentos e dezenove reais e quarenta centavos), valor extraído do SISTEMA PATRIMONIOWEB gerido pelo órgão doador.

Processo Administrativo/SEI nº 0036.489469/2021-10.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA

Diretor-Geral

Protocolo 0037036858

Portaria nº 43 de 18 de janeiro de 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 21 e seus incisos, e conforme o Processo n.º 0010.177816/2021-44;

Resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, SEM ÔNUS, os efeitos da Portaria nº 1797 de 26 de outubro de 2021 (0021651597) que tem por objetivo, análise, levantamento e triagem de processos de defesa de atuação dos anos de 2019 e 2020, os quais encontram-se em risco iminente de decadência considerando a recente alteração do Código de Trânsito Brasileiro que estabelece o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para notificação de penalidade em casos de indeferimento, devendo tal comissão atuar em apoio à Comissão Administrativa de Defesa Prévia - CADAIT deste DETRAN/RO, bem como propor alterações na Portaria 582/2021;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA

Diretor-Geral

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0035197194

Portaria nº 517 de 30 de março de 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 21 e seus incisos, e conforme o Processo n.º 0010.085934/2022-16;

Resolve:

Art. 1º **Conceder Licença Prêmio por Assiduidade,** com fundamento no Art. 116, V c/c os Art. 123 a 127 da Lei Complementar nº 68, de 09.12.92, à servidora **ADRIANA REINHEIMER,** matrícula nº 300077672, Auxiliar em Fiscalização de Trânsito, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO, nos períodos de **22/05/2023 a 19/08/2023**, referente ao 2º QUINQUÊNIO, envolvido no período de 08/07/2013 a 07/07/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA

Diretor-Geral

Protocolo 0037022146

Portaria nº 502 de 27 de março de 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 21 e seus incisos, e conforme o Processo nº 0010.131730/2022-56;

Resolve:

Art. 1º **Prorrogar por 30 (trinta) dias**, o efeitos da Portaria nº 501/2023/DETRAN-CTEC, de 27/03/2023, publicada no Diário Oficial do Estado - DIOF/RO, Ed. nº 58, em 28/03/2023, que tem o objetivo de elaborar Edital de Chamamento Público para o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, bem como análise da documentação e demais procedimentos inerentes ao Credenciamento de entidade pública ou privada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos à 05/02/2023**.**

PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA

Diretor-Geral

Protocolo 0036911146

ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

EXTRATO

1-Extrato de Homologação 2-Processo nº 0011.000829/2023-88 3-Objeto: Prestação de Contas de Diárias 4-Empregado(s) Público(s): Johnnescley Anes deMorais e Camila Daniel Alves 5-Valor: R$ 3.115,00 6-Data: 31/03/2023
Kairy Cristina Lima da Silva
Gerente Financeira

Protocolo 0037053546

EXTRATO

1-Extrato de Homologação 2-Processo nº 0011.001400/2023-16 3-Objeto: Prestação de Contas de Diárias 4-Empregado(s) Público(s): Luciano Brandão 5-Valor: R$ 3.542,80 6-Data: 31/03/2023
Kairy Cristina Lima da Silva
Gerente Financeira

Protocolo 0037054098

EXTRATO

Ata de Registro de Preço Nº 009/2023
Pregão Eletrônico Nº 006/2023
Data da Abertura: 23/**03/2023**
Data e Julgamento: 24/**03/2023**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Data Homologação: 30/**03/2023**
Objeto: Aquisição de material de consumo, sendo: Gêneros Alimentícios não perecíveis, visando atender as necessidades do Território Rio Machado/Escritório Regional de Pimenta Bueno e Escritórios Locais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificação no item 3 deste Termo de Referência**.** Ata Id.0037017547. Processo nº 0011.077423/2022-11. Porto Velho (RO), 30 de março de 2023. RENATA ROSA DE SOUZA Vice-Presidente

Protocolo 0037022169

EXTRATO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2021 (ID 0037025909)

CONTRATANTE: ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMATER/RO, CNPJ Nº 05.888.813/0001-83.

CONTRATADA: ROLIM NET TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 09.337.446/0001-80.

OBJETO: - O Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência do contrato originário, tratado na cláusula décima nona, por mais 12 (doze) meses; ou seja, de **09/06/2023** a **08/06/2024**.

VALOR: R$ 9.129,84 (nove mil, cento e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos).

DESPESA: Programa de Trabalho: 19.025.20.122.1015.2087; Fonte de Recursos: 1500000001 - Recursos não vinculados de impostos e Elemento de Despesa: 33.90.40.05.

PROCESSO Nº 0011.248326/2021-20

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DE ASSINATURA: 31/03/2023

ASSINAM:

- LUCIANO BRANDÃO - Diretor Presidente da ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMATER/RO

- ILDO LUCAS CALIANI - Representante Legal da EMPRESA ROLIM NET TECNOLOGIA LTDA.

Protocolo 0037066589

EXTRATO

1- EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ID 0036942682 AO CONTRATO Nº 0549/EMATER/PGE/2022 ID 0030891095. 2- CONTRATANTE: ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - EMATER/RO, CNPJ Nº. 05.888.813/0001-83. 3- CONTRATADA: AGRO DINÂMICA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ Nº 03.856.519/0001-64. 4- ALTERAÇÃO CONTRATUAL Alteração do contrato para constar o índice de reajuste e atualização monetária. 5- ÍNDICE DE REAJUSTE E PERIODICIDADE DO REAJUSTE: ÍNDICE IGP-M COM REAJUSTE ANUAL. 10- PROCESSO: ID 0011.374800/2021-78- DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 25.08.2022. DATA ASSINATURA TERMO ADITIVO: 28.03.2023. ASSINAM: LUCIANO BRANDÃO – DIRETOR PRESIDENTE EMATER-RO e JOÃO ROSSETO RIBEIRO JUNIOR - AGRO DINÂMICA.

Protocolo 0037057847

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPERON

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 221 DE 15/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n°207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.089659/2022-01

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **ESMERINALDA AMBROSIO DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300027769,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0035891358

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 184 DE 02/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.040940/2020-75.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor **IVONETE DE JESUS PEREIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula **nº 300023363,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar Estadual nº 432/2008.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0035540708

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 218 DE 15/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0052.321075/2019-34.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA TEODORA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Auxiliar em Enfermagem (Auxiliar de Saúde),** classe **C**, referência **11**, matrícula nº **300018589,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0035890510

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 126 DE 24/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.081375/2022-68

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **EDNALVA DOS SANTOS ROCHA CARVALHO,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300014264,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA
Presidente

Protocolo 0035291646

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 309 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.208494/2020-11.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **BERNADETE MARIA GROBÉRIO MEIRELES,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **2**, referência **16**, matrícula nº **300015451,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036391301

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 310 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.228247/2021-11.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade ao servidor (a) **DJANIRA MOREIRA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01,** referência **14,** matrícula nº **300020886,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036391680

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 311 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.115589/2022-45.
RESOLVEM:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **VALDELICE VEZ DA COSTA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **08**, matrícula nº **300063469,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, **nos moldes estabelecidos no art. 6º da Emenda Constitucional 41/03 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036392030

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 312 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.102436/2022-38.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **ELIEUSA ANDRADE ALVES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300027117,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c os arts. 24, 46 e 63, todos da Lei Complementar nº 432/08, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036394545

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 314 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.072609/2022-86.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade ao servidor (a) **MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DE AGUIAR,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **I,** referência **16,** matrícula nº **300019556,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional 41/03 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036395363

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 315 DE 08/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.207542/2020-45.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARLUCIA RAPOSO PERES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **11,** matrícula nº **300026618,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional 41/03 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036395695

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 316 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.232032/2021-97.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA DO SOCORRO AIRES,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300029545** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036395998

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 307 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.084896/2020-13.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA DE FÁTIMA COSTA BATISTA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **15**, matrícula nº **300016367** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Iperon

Protocolo 0036391023

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 305 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.084507/2022-11.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **MARIA DA CONSOLAÇÃO ANTONIA PEREIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **13,** matrícula **nº 300024840,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c /c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036390676

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 284 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.115771/2022-04.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **VICENTE CAMARGOS DA SILVA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300020290,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036359111

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 286 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.105008/2022-67.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **NELINHA DE PAIVA DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **I**, referência **16**, matrícula nº **300019330,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036359444

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 236 DE 28/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0031.410955/2020-66
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **TERESA MARIA MARTINS,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16,** matrícula nº **300044562,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036152546

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 235 DE 28/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.250621/2020-76
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **HELENA CASSIA DE MOURA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **15,** matrícula nº **300018167,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036138663

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 237 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.605342/2021-35.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **ALICE PRESTES MONTEIRO,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16,** matrícula nº **300015860,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de

Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036166056

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 238 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0002.479456/2019-05.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade ao servidor **LEONIR PEREIRA LOBO,** ocupante do cargo de **Médico Veterinário,** classe **A**, referência **18,** matrícula nº **300010958,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036183396

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 241 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.103901/2022-58.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **NEUSA SOARES FERREIRA SOUZA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300027368,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036187404

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 244 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.167413/2019-73

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **LUZENY DE SOUZA AMARAL,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **09,** matrícula nº **300015477,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036193965

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 245 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0049.070310/2022-59.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARIA SILVIA DA SILVA LIMA,** ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços de Saúde,** classe **A**, referência **17,** matrícula nº **300044610,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036194108

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 252 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes conferem a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0031.264040/2020-72.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais pelas médias a servidora **LENIR BENTO,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional**, nível **II,** referência **04**, matrícula nº **300121919,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, em consonância com o **inciso I, § 1° do artigo 40 da Constituição Federal (com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), artigo 20, *caput*, 45 e 62, § único, ambos da Lei Complementar nº 432/2008 e Lei nº 10.887/2004, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**

2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036207234

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 253 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.193392/2020-85.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **NEIDE MARIA FERREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **15**, matrícula nº **300015700,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional 41/03 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021;**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036210164

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 294 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.068579/2022-11.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ELIZABETH TEIXEIRA FERREIRA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300018474,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036372680

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 300 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.080341/2022-56.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **FRANCISCO MORAES DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300018760,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036387816

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 301 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.118053/2022-81.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **NEIDE DA SILVA LOPES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **10**, matrícula nº **300023515** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional 41/03, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036388377

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 302 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.106011/2022-06.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ROSANGELA SOUZA DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **13**, matrícula nº **300018534,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036388806

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 288 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.085755/2022-71.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade ao servidor (a) **IRENE MARIA DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01,** referência **15,** matrícula nº **300020860,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036360162

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 243 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante nos autos nº 0033.090465/2020-19.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais e com paridade ao servidor **ARGEU DE SOUZA FERRANDO,** ocupante do cargo de **policial penal,** classe **oficial**, grupo **ATIPEN**, matrícula nº **300018779,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036189985

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 242 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.307058/2019-81.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais à servidora **SELMA DIAS GÓES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **12,** matrícula **nº 300026828,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, todos da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036188465

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 246 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.430763/2019-81.
RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARIA BERNADETE FAÇANHA BARROS,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1,** referência **15**, matrícula nº **300014853,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036197660

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 247 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante nos autos nº 0033.141829/2020-36.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais e com paridade a servidora **ROSA LUCIA TOME SAMPAIO SILVA,** ocupante do cargo de **Policial Penal,** classe **Oficial,** grupo **ATIPEN**, matrícula nº **300018572,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado

TIAGO CORDEIRO RODRIGUES

Presidente do Iperon

Protocolo 0036198046

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 291 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.461425/2021-14.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **RONILDA REISS MALAGGI,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **16**, matrícula nº **300018888,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036368794

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 299 DE 08/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.087361/2022-58.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARLENE PEREIRA DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1,** referência **13,** matrícula nº **300018252,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036386765

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 239 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.096510/2022-70.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARIZETE MARIA PEREIRA DUARTE,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **09,** matrícula nº **300028683,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036187000

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 290 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.483131/2021-35.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais com paridade a servidor (a) **JOSE BARBOSA PEREIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **9,** matrícula **nº 300019811,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146, de 9 de setembro de 2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Iperon

Protocolo 0036367976

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 298 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.093662/2022-11.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **AUDENEIDE DE OLIVEIRA REGO,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1,** referência **16,** matrícula nº **300017951,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036386159

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 206 DE 15/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.084102/2020-11

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **PRISCILIA LIMA DE MENDONÇA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **16,** matrícula nº **300015268,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0035885156

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 319 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.436770/2020-21.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **SOLANGE DA COSTA SILVA FERREIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **13,** matrícula **nº 300027503,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, **com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c os arts. 24, 46 e 63, todos da Lei Complementar nº 432/08, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036402256

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 334 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.159920/2021-58.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ZAQUEU CORTY,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **12**, matrícula nº **300020178** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036411112

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 333 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.004575/2021-16.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **DULCINÉIA RIBEIRO,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **A**, referência **04**, matrícula nº **300013165** com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036410695

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 318 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.191781/2021-57.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **NEUSA PEREIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **10,** matrícula **nº 300025866,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **art. 6º da Emenda Constitucional nº**

41/03 c/c os arts. 24, 46 e 63, todos da Lei Complementar nº 432/08, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036402003

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 208 DE 15/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.103117/2022-40.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARLI GONÇALVES DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01,** referência **15,** matrícula nº **300021190,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0035886450

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 320 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.304505/2019-41.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA ARLINDA PEREIRA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **II**, referência **15**, matrícula nº **300015961,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036403030

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 317 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.096190/2022-58.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **MARLENE TERESINHA DRESCH,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **13,** matrícula **nº 300025855 ,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c os arts. 24, 46 e 63, todos da Lei Complementar nº 432/08, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036401916

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 321 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.587157/2021-51.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA APARECIDA DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300018906** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036403275

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 331 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.351268/2020-41

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA DO CARMO RODRIGUES DE JESUS,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300016288** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036409848

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 332 DE 09/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante nos autos nº 0019.290818/2019-23

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria Especial de Policial Civil com proventos integrais e com paridade ao servidor (a) **SOLANGE RIBAS DA SILVA,** ocupante do cargo de **Agente de Polícia,** classe **Especial**, matrícula nº **300012138,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento no **inciso II, §4° do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c alínea "a", do inciso II, do artigo 1º Lei Complementar nº 51/1985, com redação conferida pela Lei Complementar nº 144/2014, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036410245

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 322 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.311610/2019-36.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **DILAIR APARECIDA TIMOTIO DA SILVA,** ocupante do cargo de **Professor,** Classe **C**, referência **09**, matrícula nº **300022983** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036405087

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 328 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.310089/2019-10.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição na Regra Geral, com proventos integrais (integralidade das médias), ao servidor (a) **LEOMAR RAMOS DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **02**, referência **16**, matrícula nº **300015174**, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base na **alínea "a", inciso III, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98, c/c Emenda Constitucional n. 41/2003, c/c os incisos e parágrafos do art. 22; 45 e 62, da Lei Complementar n° 432/2008, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**

2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036408564

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 326 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.385597/2021-76.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ALMELINDO XAVIER DO REGO,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300044565**, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036407668

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 323 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.583368/2021-15.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **PAULO GERMANO FERNANDES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **14,** matrícula **nº 300022545,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c /c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036405826

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 203 DE 15/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.556360/2019-61

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **IVANIR BARBOSA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **11,** matrícula nº **300013134,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento, nos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0035875954

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 102 DE 19/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.568413/2021-10.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, a servidora **MARLETE MOREIRA SAMPAIO LIMA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09**, matrícula nº **300023199,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente

Protocolo 0035226680

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 313 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.089628/2022-41.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ROSANEIVA FERREIRA MORAIS MAIA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **14**, matrícula nº **300021947** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c O art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036394961

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 297 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.357934/2019-11.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade ao servidor **CLOVIS DIAS BARREIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula nº **300015851,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036384001

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 296 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.324869/2021-61.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **BENEDITO PERLI,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **14**, matrícula nº **300022190** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à **24/06/2021.**

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036376402

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 283 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.115577/2022-11.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **FAUSTA TEIXEIRA FELIX DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01,** referência **16,** matrícula nº **300036392,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Iperon

Protocolo 0036358631

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 99 DE 19/01/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.107781/2022-68.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **GIANE FERREIRA CASAGRANDE,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **A,** referência **16,** matrícula **nº 300005491,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente

Protocolo 0035224399

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 306 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.328734/2021-75.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **JOSÉLIA ALVES DOS SANTOS CORRÊA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300014111,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, **com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c os arts. 24, 46 e 63, todos da Lei Complementar nº 432/08, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036390739

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 248 DE 01/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.258668/2020-88.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARIA DAS GRAÇAS SOUZA DE MORAIS,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01,** referência **15**, matrícula nº **300017942,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Iperon

Protocolo 0036198993

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 249 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.114604/2022-38.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **FRANCISCA LOPES DE OLIVEIRA ALENCAR,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300027777,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036202061

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 250 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.095819/2022-42.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **HELENA DO NASCIMENTO CABRAL,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01,** referência **15**, matrícula nº **300020897,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036202879

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 254 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.280961/2019-98.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **DORLINDA JOSE LUIZ,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **15**, matrícula nº **300017328** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036212294

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 251 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.173705/2021-60.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **VILMA MARTINS DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **16**, matrícula nº **300018903 ,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036203649

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 257 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.085149/2021-75.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **VANIA MARIA DE ANDRADE CABRAL,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **16**, matrícula nº **300013668** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036213802

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 258 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.519658/2020-24.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, a servidora **NEUZA VALENTIM DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **15**, matrícula nº **300015617** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036214141

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 259 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.345755/2021-55.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, a servidora **CLEIDE SOUZA LINHARES,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **I**, referência **16**, matrícula nº **300019149,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036214610

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 260 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.115992/2022-74.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA DO CARMO GANDRA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **16**, matrícula nº **300018088** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036215009

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 261 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0036.075318/2022-51.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ANTONIA LUCIVANDA DE ARAUJO EVANGELISTA,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo Operacional da Saúde (Auxiliar Atividade Administrativo),** classe **A**, referência **18**, matrícula nº **300012029** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036215732

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 262 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.073617/2022-40.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **CLEONICE TOFFALI,** ocupante do cargo de **Professor**, classe **C**, referência **08**, matrícula nº **300018318,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021;**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036216177

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 264 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.491064/2021-22.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA APARECIDA PAIXAO LIMA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional**, nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300019558,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021;**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036216764

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 265 DE 02/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.105304/2022-68.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **JOSÉ JANUÁRIO FILHO,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional**, nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300009067,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036217146

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 152 DE 30/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante nos autos nº 0019.160586/2020-13

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria Especial de Policial Civil com proventos integrais e com paridade ao servidor **ANTONIO JOSENILTON OLIVEIRA DE JESUS,** ocupante do cargo de **Agente de Polícia,** classe **Especial**, matrícula nº **300016991 ,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento no **inciso II, §4° do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c alínea "a", do inciso II, do artigo 1º Lei Complementar nº 51/1985, com redação conferida pela Lei Complementar nº 144/2014, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

TIAGO CORDEIRO RODRIGUES
Presidente

Protocolo 0035431440

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 165 DE 30/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.112697/2022-66

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ZAINE MARIA DINIZ LIMA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **15,** matrícula nº **300020661,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, **nos moldes estabelecidos no art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente

Protocolo 0035435822

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 36 DE 17/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.094664/2022-27.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor **JOÃO GEOVANNI FERNANDES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **10,** matrícula **nº 300037676,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008, c /c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente

Protocolo 0035147757

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 180 DE 01/02/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0036.365304/2021-45.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA DA PENHA SILVA DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Auxiliar De Serviços Gerais (Auxiliar De Serviços Gerais Da Saúde),** classe **C,** referência **15,** matrícula nº **300016767,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0035501315

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 4 DE 10/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0049.060868/2020-64.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARIA DO CARMO GOMES DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Auxiliar de Enfermagem (Auxiliar de Saúde),** classe **A,** referência **17,** matrícula nº **300011702,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0034994105

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 136 DE 28/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0051.179381/2021-96.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição na regra geral com proventos integrais (integralidade das médias) a servidora **ANTONIA LUZIA MARTINS,** ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** classe **B**, referência **04**, matrícula nº **300121622,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento com base na **alínea "a", inciso III, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98, c/c Emenda Constitucional n. 41/2003, c/c os incisos e parágrafos do art. 22, 45 e 62, da Lei Complementar n° 432/2008 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**
2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0035418748

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 281 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.117037/2022-71.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **FLORINDA GREGUER DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **I**, referência **16**, matrícula nº **300018019,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036335538

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 280 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.027547/2020-96.
RESOLVEM:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **LEILA FERREIRA SAMPAIO HOTTI,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **07**, matrícula nº **300015939** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036335270

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 114 DE 20/01/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.554542/2019-06.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **SISETE MARQUES DE OLIVEIRA RAPÔSO,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **13**, matrícula nº **300025301,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, **nos moldes estabelecidos no art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0035256078

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 276 DE 06/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.010168/2020-67.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **MARIA RODRIGUES DE LIMA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula **nº 300025624,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036290555

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 278 DE 06/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.509216/2019-36.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **MARIA SOLANGE DA SILVA FERNANDES ANDREATA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **12,** matrícula **nº 300025835,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036291427

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 277 DE 06/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.116518/2022-60.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **ESTEFANIA VIEIRA FERREIRA DE ASSIS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **11,** matrícula **nº 300036655,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036291026

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 275 DE 06/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.546915/2019-67.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **MARIA LAYSE DE ANDRADE,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **10,** matrícula **nº 300038276,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036284197

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 327 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.385597/2021-76

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA MOURA DA FONSECA RODRIGUES,** ocupante do cargo de **Secretária,** grupo **03**, classe **Especial**, referência **D**, matrícula nº **300035507** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036408223

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 329 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0007.283911/2019-11.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição na Regra Geral, com proventos integrais pelas médias (integralidade das médias), ao servidor (a) **MARGARET DE SOUSA SANTOS MARTINS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **01**, matrícula nº **300046274** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base na **alínea "a", inciso III, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/1998, c/c os incisos e parágrafos do art. 22; 45 e 62, da Lei Complementar n. 432/2008, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**

2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036409259

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 266 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.421908/2020-97.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARIA SOARES MOTA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1,** referência **13**, matrícula nº **300022100,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036217552

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 267 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante nos autos nº 0019.187110/2021-19.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria Especial de Policial Civil com proventos integrais e com paridade ao servidor (a) **JOSÉ CARLOS MACIEL RIBEIRO,** ocupante do cargo de **Agente de Polícia,** classe **Especial**, matrícula nº **300022638,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento no **inciso II, §4° do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c alínea "a", do inciso II, do artigo 1º Lei Complementar nº 51/1985, com redação conferida pela Lei Complementar nº 144/2014, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036218543

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 268 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.432862/2020-31.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01,** referência **16**, matrícula nº **300018341,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036219034

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 269 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.121968/2021-93.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, a servidora **FRANCISCA VERAS DA SILVA,** ocupante do cargo de **Professor**, classe **C**, referência **14,** matrícula nº **300014661,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes

estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021;**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036219465

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 270 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.083706/2021-13.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **RAQUEL DA SILVA LIMA FILHA RODRIGUES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **10,** matrícula **nº 300025890,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036219883

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 271 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0049.471433/2020-41.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **NILSON CARDOSO PANIAGUA,** ocupante do cargo de **Médico,** classe **B**, referência **16**, matrícula nº **300009307** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036221163

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 272 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes conferem a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.359915/2020-62.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e paridade à servidora **LUCE HELENA BATISTA FERREIRA,** ocupante do cargo de **Professor**, classe **C,** referência **05**, matrícula nº **300113099,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, em consonância com o disposto no **caput do artigo 20 da Lei Complementar n. 432/2008, c/c o artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 (com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012), c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036221875

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 273 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0033.073634/2022-18.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor **ADALBERTO DE CASTRO BOTELHO SOBRINHO,** ocupante do cargo de **Policial Penal,** grupo **ATIPEN**, classe **Oficial**, matrícula nº **300017414** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036222392

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 324 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.285217/2020-13.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **JOSEFA RIBEIRO DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **A**, referência **04**, matrícula nº **300008767** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036406474

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 287 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0063.581791/2021-64.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade a servidora **FLORIZA BATISTA DE SOUZA ARAÚJO,** ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** classe **C,** referência **16,** matrícula nº **300020947,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036359574

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 303 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0036.228906/2021-12.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ODETE DE SOUZA CLARO BUENO,** ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** classe **A**, referência **15**, matrícula nº **300017263,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036389606

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 255 DE 02/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.478171/2021-65.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **CARLOS ROBERTO DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300008633,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036212711

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 279 DE 07/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.258031/2019-58.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **ROSANA SOCORRO ARAÚJO DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **10,** matrícula **nº 300026823,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar Estadual nº 432/2008.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036333676

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 292 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.059527/2022-46.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais com paridade a servidor (a) **NELSON PEREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **16,** matrícula **nº 300020335,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036368931

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 289 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.577258/2021-14.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **LUCIA TEIXEIRA DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300019581,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036366510

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 293 DE 08/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0028.070313/2022-31.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ANTONIO PONCIANO PEREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico em Agrimensura,** classe **03**, referência **D**, matrícula nº **300020031** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036372155

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 338 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.463217/2020-61.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, a servidora **MARIA IMACULADA DA SILVA BARRETO,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **15**, matrícula nº **300017362,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036713103

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 339 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.080625/2022-42
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **TERUMI SONIA SOSTENA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **13**, matrícula nº **300024961,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036713189

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 340 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.207386/2020-12.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor **MARTA INES PEREIRA DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300025617,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036713481

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 369 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.333439/2021-31.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA PINHEIRO DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300018047,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, c/c o art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036776732

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 341 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.112635/2022-54.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **ANA JOAQUIM DA COSTA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300026955,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036713606

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 342 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.104382/2022-45.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **ELIZETH PEZZIN MACHADO,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300027773,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036713796

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 343 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.488147/2021-34.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **OSMAR SÓLIS DA SILVA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **16**, matrícula nº **300017702,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036713862

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 366 DE 22/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.446148/2019-97.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **ANA MARIA DA NOBREGA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **15,** matrícula **nº 300019813,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036772038

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 370 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.317547/2021-66.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **NEUSA RIBEIRO DA SILVA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **16**, matrícula nº **300013972,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036779742

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 344 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.161211/2020-51.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **CLEIDE MÁRCIA DOMINGOS NERIS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **10**, matrícula nº **300026058,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Presidente do Iperon

Protocolo 0036714222

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 345 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.030785/2020-89.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **EMILIA CORRÊA DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **16**, matrícula nº **300014342,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036714299

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 346 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.166543/2020-22.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor **VALMOR MACHADO DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300037655,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036714429

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 371 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.370975/2021-17.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **OZENI DOS SANTOS SIQUEIRA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300018216,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036780803

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 372 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.488553/2021-05.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição ao servidor (a) **DURVANIR MATOS DA SILVA COVA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **10**, matrícula nº **300046549,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base na **alínea "b", inciso III, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/1998, c/c os artigos 23, 45 e 62, da Lei Complementar n. 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**
2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036782321

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 375 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.183934/2019-78.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **LUZINETE ALVES DE SOUZA E SOUZA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **01**, referência **16**, matrícula nº **300013311,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036783860

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 373 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.394137/2021-39.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **ROSEMARY VALENTIM DA SILVA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **11**, matrícula nº **300042617,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036783041

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 347 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.043952/2021-32.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA DE NAZARÉ PEREIRA DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **16**, matrícula nº **300017825,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036714511

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 348 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0002.386456/2019-54.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, a servidora **LOURDES REGINA MOREIRA DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Enfermeiro,** classe **A,** referência **08,** matrícula nº **300039108,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com fundamento, nos moldes estabelecidos no **art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003, c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036714678

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 349 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.107714/2021-62.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARILCE KECHNER,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **15**, matrícula nº **300015639,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036714791

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 350 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.187857/2021-40.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor **BELMIRO SOARES CARDOSO,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300026333,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036714924

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 351 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.075141/2022-81.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA RAIMUNDA JANUÁRIO,** ocupante do cargo de **Técnico Educacional,** nível **1**, referência **16**, matrícula nº **300018056,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 0036715050

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 352 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.114800/2022-11.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **LUZIA RODRIGUES BARBOSA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula **nº 300028551,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036715194

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 353 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.085311/2022-36.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **CLEIDE APARECIDA MOLINA DE SALES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300023696,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036715266

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 354 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.456034/2020-99.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **MARIA SUELY ROCHA TAVARES DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula **nº 300013894,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036715373

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 355 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.098189/2022-68.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **TÂNIA MARIA MOURA DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **13,** matrícula **nº 300013643,** com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036715466

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 356 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.110979/2022-29.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA PERPÉTUA RIBEIRO LACERDA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **09**, matrícula nº **300020242,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036715636

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 357 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.114568/2022-11.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **MARLI PEREIRA DE VASCONCELOS,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300026366,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036715790

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 358 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0049.202746/2021-32.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição na Regra Geral, com proventos integrais (integralidade das médias) a servidora **AMÉLIA GARCIA MACHADO,** ocupante do cargo de **Psicóloga,** classe **B**, referência **05**, matrícula nº **300099437,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes da **alínea "a", inciso III, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98, c/c Emenda Constitucional n. 41/2003, c/c os incisos e parágrafos do art. 22, 45 e 62, da Lei Complementar n° 432/2008 c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**
2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036715966

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 359 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0037.413462/2020-28.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **TANIA MARIA CAVALCANTE,** ocupante do cargo de **Perito Criminal,** classe **Especial**, matrícula nº **300016383,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036716048

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 364 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.040954/2020-38.
RESOLVEM:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e com paridade a servidora **VIRNA BARRONCAS BUSSONS,** ocupante do cargo de **Técnico em Previdência,** classe **Especial,** referência **D,** matrícula **300034337,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036771535

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 368 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.251136/2021-09.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade a servidora **VALDETE KISTER OTTO GONÇALVES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **09,** matrícula **nº 300022870,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036774170

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 367 DE 22/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.093994/2020-33.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais (integralidade das médias) a servidora **CELESTE AGUIAR GOMES COSTA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula **nº 300060916,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base na **alínea "a", inciso III, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal c/c os incisos e parágrafos do artigo 22; 45 e 62, da Lei Complementar Nº 432/2008.**
2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036773635

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 360 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes conferem a Lei Complementar nº 1.100,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0031.440566/2020-65.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria por Invalidez com proventos integrais e paridade ao servidor **ATEVALDO JOSE DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula nº **300028082,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, em consonância com o disposto no **§9º, art. 20 da LC nº 432/08, bem como no art. 6º-A da Emenda Constitucional n. 41/03 (com redação dada pela Emenda Constitucional n. 70/2012) c/c art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036716225

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 361 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0031.393999/2021-03.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARGARIDA FELICIANO DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **09**, matrícula nº **300016091,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036716359

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 362 DE 20/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.
CONSIDERANDO o constante no processo nº 0049.226192/2021-69.
RESOLVEM:
1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **RENATO HIDEAKI WATANABE,** ocupante do cargo de **Médico,** classe **B**, referência **16**, matrícula nº **300009519** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional Nº 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual Nº 146/2021.**
2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036716443

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 337 DE 15/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.214998/2019-28.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **MARIA IRENE DE SOUZA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C**, referência **16**, matrícula nº **300014791,** com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual n. 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036574702

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 363 DE 21/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.422512/2020-67.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais com paridade ao servidor (a) **MARINA RUELA DE OLIVEIRA ALVES,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula **nº 300023423,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base no **artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63, da Lei Complementar nº 432/2008, c/c o artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036753134

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 325 DE 09/03/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE n° 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0004.441217/2021-79.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade, ao servidor (a) **VIRGINIA MARIA TORRES GOUVEA MARCHESINI MULLER,** ocupante do cargo de **Engenheiro Civil,** classe **3**, referência **B**, matrícula nº **300031048** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos moldes estabelecidos no **art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, c/c art. 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021.**

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 0036407273

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE RONDÔNIA - AGERO

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000436/2023-93
REQUERENTE: JONAS MIRANDA
CPF: 312.256.672-91
MUNICÍPIO: JI-PARANÁ/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000436/2023-93, Interessado; JONAS MIRANDA, CPF: 312.256.672-91.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037024342

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000435/2023-49
REQUERENTE: DEOLINDO SEIDLER KISTER
CPF: 191.555.222-20
MUNICÍPIO: JI-PARANÁ/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000435/2023-49, Interessado; DEOLINDO SEIDLER KISTER, CPF: 191.555.222-20.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037024697

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PROCESSO: 0001.000427/2023-01
REQUERENTE: JAQUELINE COELHO FONSECA
CPF: 972.644.312-15
MUNICÍPIO: OURO PRETO DO OESTE -RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000427/2023-01, Interessado; JAQUELINE COELHO FONSECA, CPF: 972.644.312-15.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037025043

AVISO
PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000423/2023-14
REQUERENTE: ANTONIO LUIZ DE PAULO
CPF: 316.866.802-87
MUNICÍPIO: JI-PARANÁ/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000423/2023-14, Interessado; ANTONIO LUIZ DE PAULO, CPF: 316.866.802-87.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037025303

AVISO
PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000420/2023-81
REQUERENTE: JOEL SILVA FONSECA
CPF: 295.868.522-53
MUNICÍPIO: OURO PRETO DO OESTE-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000420/2023-81, Interessado; JOEL SILVA FONSECA, CPF: 295.868.522-53.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037025642

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000328/2023-11
REQUERENTE: PAULA ROBERTA CARREA DE OLIVEIRA
CPF: 934.198.132-87
MUNICÍPIO: VILHENA/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000328/2023-11, Interessado; PAULA ROBERTA CARREA DE OLIVEIRA, CPF: 934.198.132-87.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037026710

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000122/2023-91
REQUERENTE: JONAS PEREIRA DONATO
CPF: 658.495.742-04
MUNICÍPIO: NOVA MAMORÉ - RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000122/2023-91, Interessado; JONAS PEREIRA DONATO, CPF: 658.495.742-04.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037027225

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000322/2023-43
REQUERENTE: ALDINEIS INACIO DOS SANTOS
CPF: 831.228.189-49
MUNICÍPIO: ARIQUEMES-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000322/2023-43, Interessado; ALDINEIS INACIO DOS SANTOS, CPF: 831.228.189-49.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037027512

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000317/2023-31
REQUERENTE: JERONIMO PLACISO DE OLIVEIRA
CPF: 028.434.632-20
MUNICÍPIO: JI-PARANÁ/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000317/2023-31, Interessado; JERONIMO PLACISO DE OLIVEIRA, CPF: 028.434.632-20.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037027895

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000311/2023-63
REQUERENTE: MARCIO CLAUDIO VIANA
CPF: 596.700.702-44
MUNICÍPIO: NOVA UNIÃO-RO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000311/2023-63, Interessado; MARCIO CLAUDIO VIANA, CPF: 596.700.702-44.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037028547

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000310/2023-19
REQUERENTE: DIRCO DOS SANTOS
CPF: 297.665.839-00
MUNICÍPIO: NOVA BRASÍLIA, JI-PARANÁ-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000310/2023-19, Interessado; DIRCO DOS SANTOS, CPF: 297.665.839-00.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037028948

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000303/2023-17
REQUERENTE: CLARICE QUELES DA SILVA
CPF: 749.502.232-91
MUNICÍPIO: Ouro Preto do Oeste-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000303/2023-17, Interessado; CLARICE QUELES DA SILVA, CPF: 749.502.232-91.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037029389

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000301/2023-28
REQUERENTE: LICIA RODRIGUES RAMOS
CPF: 471.081.422-87
MUNICÍPIO: OURO PRETO - RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000301/2023-28, Interessado; LICIA RODRIGUES RAMOS, CPF: 471.081.422-87.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037030028

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000300/2023-83
REQUERENTE: LEOCIR GONÇALVEZ DE OLIVEIRA
CPF: 910.771.252-91
MUNICÍPIO: ROLIM DE MOURA-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000300/2023-83, Interessado; LEOCIR GONÇALVEZ DE OLIVEIRA, CPF: 910.771.252-91.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037030386

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PROCESSO: 0001.000289/2023-51
REQUERENTE: VALDIR BATISTA FIGUEIREDO
CPF: 823.188.082-87
MUNICÍPIO: JARU/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000289/2023-51, Interessado; VALDIR BATISTA FIGUEIREDO, CPF: 823.188.082-87.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037030909

AVISO
PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000286/2023-18
REQUERENTE: EDINEI PEREIRA DE OLIVEIRA
CPF: 698.451.822-91
MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000286/2023-18, Interessado; EDINEI PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF: 698.451.822-91.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037031439

AVISO
PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000282/2023-30
REQUERENTE: RAIMUNDO RIVELINO DE CASTRO
CPF: 315.448.862-68
MUNICÍPIO: ITAPUÃ DO OESTE -RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000282/2023-30, Interessado; RAIMUNDO RIVELINO DE CASTRO, CPF: 315.448.862-68.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037032159

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000279/2023-16
REQUERENTE: CARLOS GILBERTO PEREIRA ALMEIDA
CPF: 766.804.012-91
MUNICÍPIO: Nova Mamoré-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000279/2023-16, Interessado; CARLOS GILBERTO PEREIRA ALMEIDA, CPF: 766.804.012-91.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037032429

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.068842/2022-72
REQUERENTE: ELISELZA GORETE MARQUES DOS SANTOS
CPF: 703.537.942-87
MUNICÍPIO: ARIQUEMES - RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.068842/2022-72, Interessado; ELISELZA GORETE MARQUES DOS SANTOS, CPF: 703.537.942-87.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037032792

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000277/2023-27
REQUERENTE: WALMIR EUGENIO GOMES
CPF: 485.727.992-49
MUNICÍPIO: OURO PRETO DO OESTE - RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000277/2023-27, Interessado; WALMIR EUGENIO GOMES, CPF: 485.727.992-49.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037033510

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000275/2023-38
REQUERENTE: NILTON JOSE SILVA SANTOS
CPF: 712.965.062-15
MUNICÍPIO: PORTO VELHO-RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000275/2023-38, Interessado; NILTON JOSE SILVA SANTOS, CPF: 712.965.062-15.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037033941

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.243594/2020-93
REQUERENTE: MARLI TEREZINHA SCHULHAM DE SOUZA
CPF: 348.844.912-20
MUNICÍPIO: JI-PARANÁ/RO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.243594/2020-93, Interessado; MARLI TEREZINHA SCHULHAM DE SOUZA, CPF: 348.844.912-20.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037034204

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.236657/2021-36
REQUERENTE: NEMIAS CHAGAS RIBEIRO
CPF: 312.993.182-15
MUNICÍPIO: PORTO VELHO/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.236657/2021-36, Interessado; NEMIAS CHAGAS RIBEIRO, CPF: 312.993.182-15.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037034520

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000401/2023-54
REQUERENTE: CARLOS LUIZ DE PAULO
CPF:543.234.876-49
MUNICÍPIO: JI-PARANÁ - RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000401/2023-54, Interessado; CARLOS LUIZ DE PAULO, CPF: 543.234.876-49.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 29 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0036995732

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000287/2023-62
REQUERENTE: JOSE MARCOS DA SILVA ALMEIDA
CPF: 418.709.052-53
MUNICÍPIO: JARU - RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000287/2023-62, Interessado; JOSE MARCOS DA SILVA ALMEIDA, CPF: 418.709.052-53.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037025466

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000266/2023-47
REQUERENTE: PAULA ROBERTA CORREA DE OLIVEIRA
CPF: 934.198.132-87
MUNICÍPIO: VILHENA/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000266/2023-47, Interessado; PAULA ROBERTA CORREA DE OLIVEIRA, CPF: 934.198.132-87.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037033275

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PROCESSO: 0001.000298/2023-42
REQUERENTE: JONICLEI CASTRO DOS SANTOS
CPF:713.243.212-53
MUNICÍPIO: OURO PRETO DO OESTE/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000298/2023-42, Interessado; JONICLEI CASTRO DOS SANTOS, CPF: 713.243.212-53.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037026180

AVISO
PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000288/2023-15
REQUERENTE: RUBENS RODRIGUES DE SOUZA
CPF: 348.319.672-20
MUNICÍPIO: PORTO VELHO/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000288/2023-15, Interessado; RUBENS RODRIGUES DE SOUZA, CPF: 348.319.672-20.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037026739

AVISO
PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000293/2023-10
REQUERENTE: ADIB ALVES DA SILVA
CPF: 051.812.832-68
MUNICÍPIO: ARIQUEMES/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000293/2023-10, Interessado; ADIB ALVES DA SILVA, CPF: 051.812.832-68.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037028811

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000274/2023-93
REQUERENTE: CESAR SOUZA DA SILVA
CPF: 014.412.432-75
MUNICÍPIO: JARUS/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000274/2023-93, Interessado; CESAR SOUZA DA SILVA, CPF: 014.412.432-75.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037027381

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000294/2023-64
REQUERENTE: ROSANGELA OLIVEIRA
CPF: 350.412.932-87
MUNICÍPIO: JARU/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000294/2023-64, Interessado; ROSANGELA OLIVEIRA, CPF: 350.412.932-87.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo 0037029138

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.067959/2022-39
REQUERENTE: JAMES DOUGLAS MACEDO DE ARRUDA
CPF: 922.991.212-34
MUNICÍPIO: PORTO VELHO/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.067959/2022-39, Interessado; JAMES DOUGLAS MACEDO DE ARRUDA, CPF: 922.991.212-34.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037029754

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000142/2023-61
REQUERENTE: GABRIEL DE SOUSA CLARO OLIVEIRA
CPF: 981.559.622-53
MUNICÍPIO: ALTA FLORESTA DO OESTE/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000142/2023-61, Interessado; GABRIEL DE SOUSA CLARO OLIVEIRA, CPF: 981.559.622-53.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037030587

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.068265/2022-19
REQUERENTE:GERONCILIO MACHADO DE AZEVEDO
CPF: 319.931.171-72
MUNICÍPIO: PORTO VELHO/RO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.068265/2022-19, Interessado; GERONCILIO MACHADO DE AZEVEDO, CPF: 319.931.171-72.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037030895

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000278/2023-71
REQUERENTE: ROBSON MORAES DE ARAUJO
CPF: 016.821.962-08
MUNICÍPIO: PORTO VELHO/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000278/2023-71, Interessado; ROBSON MORAES DE ARAUJO, CPF: 016.821.962-08.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037032809

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000265/2023-01
REQUERENTE: JOSE FABIO ALMEIDA DOS SANTOS
CPF: 819.736.671-34
MUNICÍPIO: COLORADO DO OESTE/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000265/2023-01, Interessado; JOSE FABIO ALMEIDA DOS SANTOS , CPF: 819.736.671-34.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037033030

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.160470/2020-73
REQUERENTE: BENEDITO MASSAROLI
CPF: 308.331.409-49
MUNICÍPIO: OURO PRETO/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.160470/2020-73, Interessado; BENEDITO MASSAROLI, CPF: 308.331.409-49.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 30 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037034364

AVISO

PUBLICAÇÃO: TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS
PROCESSO: 0001.000418/2023-10
REQUERENTE: JOSE DO COUTO CORREIA
CPF: 204.731.092-04
MUNICÍPIO: URUPÁ/RO

O Diretor de Normatização e fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, no uso de suas atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015, em conjunto com Lei Complementar 366 de fevereiro de 2007.

A AGERO torna público e a quem mais possa interessar, que se protocolou junto a essa Agência, cadastro para Permissão anual, para execução do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros, realizado por táxis, conforme o disposto na Resolução AGERO n.º 068 de 23 de setembro de 2022. Processo nº 0001.000418/2023-10 Interessado; JOSE DO COUTO CORREIA, CPF: 204.731.092-04.

Quanto ao deferimento a AGERO, informa que após a sua publicação no DOE, não havendo manifestações contrárias a esta publicação, será dado prosseguimento até seu parecer final.

Dê Ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Porto Velho, 31 de março de 2023.

Magnum Jorge Oliveira da Silva

Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços DNFS/AGERO

Protocolo 0037069151

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Portaria nº 26 de 27 de março de 2023

O Diretor Presidente da **SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – SOPH**, no uso das atribuições legais, estatutárias;

R E S O L V E:

ART. 1º - **EXONERAR**, o Sr. **RAMON SILAS SHOCKNESS ALFONSIN**, Carteira de Identidade nº 895.592, SSP-RO e CPF nº 855.XXX.XXX-82, da função de Chefe de Setor de Informática, GAP 02, do Quadro de Pessoal da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia – SOPH.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2023.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Fernando Cesar Ramos Parente
Diretor-Presidente

Protocolo 0036912249

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Costa Marques, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, ADJUDICA, e considerando o parecer favorável, HOMOLOGA o procedimento licitatório constante do Processo Administrativo nº 683/2022, que originou a Tomada de Preços nº 04/CPLM/2023, conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em Obras de Engenharia Elétrica, para executar os Serviços de Melhoria na Iluminação Pública do Distrito de São Domingos do Guaporé, Município de Costa Marques-RO, conforme Convênio Nº 521/PGE/2022, atendendo ao solicitado da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, o referido objeto à empresa: MILENIUM ENGENHARIA - ME, inscrita no CNPJ: 17.096.550/0001- 59, que sagrou-se vencedora do certame, com o valor total de R$ 1.033.861,20 (um milhão, trinta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte centavos).

Costa Marques/RO, 29 de março de 2023.
Vagner Miranda da Silva
Prefeito Municipal

Protocolo DO20774

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 27/CPL/2023 ADMINISTRATIVO Nº 28/SEMAP/2023

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, através do seu Pregoeiro, Cleder de Camargo nomeado pelo Decreto 5.682/PMMA/2022, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico Processo Administrativo Nº 28/SEMAP/2023**,** do tipo menor preço por item, a ser realizado por meio da internet, no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. Início da sessão: 26 de abril de 2023, às 09h00min. (Brasília). OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTOS DE DADOS.** O valor estimado: R$:342.369,50 (Trezentos quarenta e dois mil trezentos sessenta e nove reais e cinquenta centavos). Informações pelo telefone/fax 069-3448-2361/ramal 25 CPL – ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br ; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 30 de março de 2023.
Cleder de Camargo
Pregoeiro Oficial
Decreto 5.682/PMMA/2022

Protocolo DO20745

AVISO DE TOMADA DE PREÇO N° 02/2023 PROCESSO GLOBAL N° 046/SEMOSP/2023

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza /RO, por intermédio de seu Presidente da Comissão de Licitação, designado pelo Decreto n° 5.681/PMMA/2022, torna público que se encontra instaurada a realização do certame na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o regime de empreitada por PREÇO GLOBAL do tipo menor preço e execução indireta. Data da abertura da sessão: 27 de abril de 2023 às 09h00min. Objeto**. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS EM CBUQ.** O valor estimado: R$ **1.639.108,17** (Um milhão seiscentos trinta e nove

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

mil centos e oito reais e dezessete centavos). Informações pelo telefone/fax 069-3448-2361/ramal 25 CPL ou pelo e-mail cpl@ministroandreazza.ro.gov.br , www.ministroandreazza.ro.gov.br, https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes)
Ministro Andreazza/RO, 30 de Março de 2023.

Cleder de Camargo
Presidente da CPL
Decreto 5.681/PMMA/2023

Protocolo DO20748

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/CPL/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 029/SEMAGRI/2023

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Pau Brasil nº 5577, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 63.762.074/0001-85, através da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna pública, para o conhecimento de interessados, que estará procedendo Chamada Pública, em sua forma presencial, tipo menor preço por item. Início da sessão: 20 de ABRIL de 2023. Objeto: "**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS PARA PARTICIPAREM DE PROJETO DE MELHORIA DO PADRÃO GENÉTICO DO REBANHO LEITEIRO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA, UTILIZANDO O SERVIÇO TECNOLÓGICO SEBRAETEC, COM APLICAÇÃO DE BIOTECNOLOGIA IATF**. O valor estimado: Etapa competitiva de avaliação e julgamento das propostas pela Comissão de Seleção. As informações complementares sobre esta chamada pública poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:00h às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira na Av. Av. Pau Brasil 5577 – Centro, telefone/fax 069-3448-2361 e-mailcpl@ministroandreazza.ro.gov.br , www.ministroandreazza.ro.gov.br, https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes)

Ministro Andreazza/RO, 31 de Março de 2023
Cleder de Camargo
Presidente da CPL
Decreto 5.681/PMMA/2022

Protocolo DO20778

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023/PMV
PROC. ADM. Nº 918/2023/GABINETE/SRP

O Município de Vilhena, por intermédio da Controladoria de Licitações – CL e de seu pregoeiro (Decreto n. 59.364/2023), torna público para conhecimento dos interessados que se encontra instaurada a licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico sob o nº 031/2023/PMV/SRP – MISTO E COM COTA RESERVADA**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM**, sob o regime de execução direta, de acordo com o edital. Legislação: Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei complementar n°123/06, Lei Complementar 147/14 com suas alterações e demais exigências contidas no Edital e seus anexos. Requisitante: Secretarias/setores da Prefeitura Municipal de Vilhena - **GABINETE/SRP**. Objeto: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS HORTIFRUTIGRANJEIROS, SENDO: FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIA/SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA, PRINCIPALMENTE NAS ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (FUMAS), EDUCAÇÃO (SEMED), OBRAS (SEMOSP), GABINETE/TIRO DE GUERRA e SEMES, POR 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DE EDITAL.** Valor total estimado **R$ 2.505.933,51 (dois milhões e quinhentos e cinco mil e novecentos e trinta e três reais e cinqüenta e um centavos).** Data de abertura da sala de disputa: dia **14/04/2023**, a partir das **09h30min (horário de Brasília - DF)**. Endereços eletrônicos; licitanet.com.br e no site oficial da Prefeitura devilhena.ro.gov.br(https://transparencia.vilhena.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Edital: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos acima mencionados. Esclarecimentos por e-mail: cl@vilhena.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3919-7082 (das 07h00min às 13h00min - horário local.

Vilhena-RO, 30 de março de 2023.
Cleimar Rodrigues de Lima
Pregoeiro Oficial

Protocolo DO20752

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SML, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 654/2017, publicada no Diário Oficial do Município nº 5.405, de 06.03.2017, em atendimento ao que preceitua o disposto no inciso VI do art. 43 da Lei nº 8.666/93; Considerando a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023/CPL-GERAL/SML/PVH. PROCESSO Nº 08.00527/2022. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANOEL AMORIM DE MATOS, LOCALIZADO NA RUA ANGICO, 5030, COHAB, PORTO VELHO – RO, PROPOSTA EMENDA PARLAMENTAR Nº 11155.7650001/19-008. Considerando o Parecer Jurídico n. 35/2023/COJUSA/PGM/SEMUSA, fls. 1.032-1.040, cujo entendimento foi que o procedimento licitatório acima descrito atendeu às disposições da Lei nº 8.666/93, em razão pela qual a Administração Municipal: RESOLVE ADJUDICAR E HOMOLOGAR, a licitação de que trata o presente Termo, em favor da empresa abaixo identificada, conforme segue: DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI, CNPJ Nº 07.608.975/0001-46, sagrou-se vencedora com o VALOR TOTAL DE R$ 2.611.499,89 (dois milhões, seiscentos e onze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos). Publique-se, para ciência dos interessados, junte-se cópia aos autos respectivos e dê-se os demais encaminhamentos na forma da Lei.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÕES (Assinado em 30/03/2023 às 10h00min)

Protocolo DO20754

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021/CEL/SML/PVH

O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, através da SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES/SML/PVH, constituída conforme dispõe a Lei Complementar nº 654, de 06.03.2017, publicada no DOM nº 5.405, de 06.03.2017, torna pública para conhecimento dos interessados a REPUBLICAÇÃO do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021/CPL-OBRAS/SML/PVH. PROCESSO Nº 10.00289-000/2021, em razão de ajustes realizados na minuta de Edital e em seus anexos. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Melhor Técnica e Menor Valor da Contraprestação Pública. OBJETO: SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA COM VISTAS À OUTORGA DOS SERVIÇOS DE COLETA, RECICLAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO de acordo com disposições constantes deste edital, independente de transcrição, visando atender à Secretaria Municipal Saneamento e Serviços Básicos – SEMUSB. DA SESSÃO DE ABERTURA: em razão da republicação do instrumento convocatório, a sessão pública ocorrerá a partir das 11h00min (horário local), do dia 22 de maio de 2023 no endereço Av. Sete de Setembro com Farquar, nº 237 (Prédio do Relógio),CEP 76801-045, Centro – Porto Velho/RO. INFORMAÇÕES: O edital e seus respectivos anexos estarão disponíveis para download dos interessados no endereço eletrônico http://www.portovelho.ro.gov.br, no link “licitações”, sendo, ainda, facultada sua solicitação e retirada por mídia digital na sede da Superintendência Municipal de Licitações, localizada na Av. Carlos Gomes, nº 2776, Bairro São Cristóvão, CEP: 76.804-022, Porto Velho – RO, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 14h00min, por meio do preenchimento de guia própria. Contatos: (69) 3069/3639 e e-mail: cel.cc003.smlpmpv@gmail.com. Valor Estimado: R$ 2.362.510.209,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e dez mil, duzentos e nove reais) que corresponde ao somatório estimado das Contraprestações mensais durante todo o prazo da Concessão (data base de março/2023).

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
PRESIDENTE DA CEL/SML/PVH (assinado em 30/03/2023 às 14h10min)

Protocolo DO20771

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/CPL/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 4650/2023, torna público que se encontra aberta a TOMADA DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR EMPREITADA, com regime de execução indireta, através do Processo Administrativo nº 831/2023, cujo objeto é: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADA na Rua João Paulo I, Rua O/Av. João Paulo II em uma área total de pavimentação 1.065,55m² e extensão pavimentação de 147,62m para atender na execução direta do CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL Nº 938770/2022 pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com valor total estimado em: R$ 300.349,96 (Trezentos mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos). A abertura será no dia 18 de abril de 2023, na sala da CPL da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PREFEITURA MUNICIPAL, nesta cidade de Alto Paraíso/RO. O Edital na íntegra e informações complementares estão disponíveis através do site: www.altoparaiso.ro.gov.br, ou junto à sala da CPL, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 13h30min ou pelo tel.: (0xx69) 3534 – 2981.

Alto Paraíso - RO, 30 de março de 2023.
LUCILENE CASTRO DE SOUSA
Presidente da CPL

Protocolo DO20762

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 025/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, constituída pelo Decreto nº 4650/2023, comunica aos interessados que a licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 025/2023, formalizada através do Processo Administrativo nº 253/2023, cujo Objeto: "AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO PICAPE PEQUENA CABINE DUPLA, ZERO KM: ANO FABRICAÇÃO 2022 OU 23, MODELO 2022 / 2023, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Alto Paraíso- RO", foi REVOGADA, por razões de interesse público. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - Fone (69) 3534-2981 ou através do e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br

Alto Paraíso/RO, 30 de março de 2023.
Thiago Santos de Souza
Pregoeiro

Protocolo DO20761

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 035/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 839/2023
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: "VISANDO A FUTURA E EVENTUAL **LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS (CABINES SANITÁRIAS), ASSIM COMO MANUTENÇÃO E LIMPEZA DOS MESMO,** A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS PREVISTOS PARA SEREM REALIZADOS PELA SEMTUR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES". Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 130.525,00 (cento e trinta mil, quinhentos e vinte e cinco reais). Início da sessão pública: dia 14/04/2023 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - Fone (69) 3534-2981 ou através do e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br

Alto Paraíso/RO, 30 de março de 2023.
Lucilene Castro de Sousa
Pregoeira

Protocolo DO20760

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 034/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 470/2023
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO – PENSO, visando atender as necessidades do Hospital Municipal de Pequeno Porte Oswaldo Cruz, por meio de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Adelino Follador". Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 143.294,49 (cento e quarenta e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos). Início da sessão pública: dia 26/04/2023 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - Fone (69) 3534-2981 ou através do e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br

Alto Paraíso/RO, 30 de março de 2023.
Thiago Santos de Souza
Pregoeiro

Protocolo DO20768

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°:036/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 220/2023
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: "SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL PERMANENTE". Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 667.474,18 (Seiscentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos). Início da sessão pública: dia 17/04/2023 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - Fone (69) 3534-2981 ou através do e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br

Alto Paraíso/RO, 30 de março de 2023.
Lucilene Castro de Sousa
Pregoeira

Protocolo DO20770

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 033/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2023
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: "AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO PICAPE PEQUENA CABINE DUPLA, ZERO KM: ANO FABRICAÇÃO 2022 OU 23, MODELO 2022 / 2023, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Alto Paraíso- RO". Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 160.616,67 (cento e sessenta mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos). Início da sessão pública: dia 24/04/2023 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - Fone (69) 3534-2981 ou através do e-mail: cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 30 de março de 2023.
Thiago Santos de Souza
Pregoeiro

Protocolo DO20775

AVISO DE LICITAÇÃO "DESERTA"
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023/SEMSAU

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 4650/2023, torna público que a TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR EMPREITADA, com regime de execução indireta, através do Processo Administrativo nº 2293/SEMSAU/2022, cujo objeto é: ""CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE HABILITADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO E GARAGEM, CONFORME DESCREVE TABELA ABAIXO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE OSVALDO CRUZ NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO-RO, com valor Total Estimado em: R$ 502.839,66 (quinhentos e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos), realizada no dia 31 de março de 2023, as 10h00min foi considerada "DESERTA" por não haver participantes para o certame.

Alto Paraíso - RO, 31 de março de 2023.
LUCILENE CASTRO DE SOUSA
Presidente da CPL

Protocolo DO20781

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1540/SEMED/2022

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados que fica **RETIFICADO** o **EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 006/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1540/SEMED/2022,** qual tem por objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRA DE CONCLUSÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA POLO MUNICIPAL CANDIDO PORTINARI.**

1). Retificação no item 9.10.4.6 do Edital:
Onde se lê: Para o fim previsto no item anterior, será considerado o valor total estimado para contratação objeto desta licitação, previsto no projeto básico, que é de R$ 82.791,42 (oitenta e dois mil e setecentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos).

Leia-se: Para o fim previsto no item anterior, será considerado o valor total estimado para contratação objeto desta licitação, previsto no projeto básico, que é de R$ 81.052,07 (oitenta e um mil e cinquenta e dois reais e sete centavos)**.**

2). Retificação no item 11.8.2.1.1 do Edital:
Onde se lê: R$ 82.791,42 (oitenta e dois mil e setecentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos).

Leia-se: R$ 81.052,07 (oitenta e um mil e cinquenta e dois reais e sete centavos).

Sendo as referidas retificações estão em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar n°. 123/06 e suas alterações e Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011.

Comunicamos que todas as demais informações serão mantidas e as datas permanecem as mesmas conforme segue: Data para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação e proposta e início da sessão pública será dia 17/04/2023, a partir das 09h00min, horário local, na sala de licitações na sede da Prefeitura Municipal.
A presente retificação será afixada no local de praxe no portal da transparência da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO e ainda será publicada em forma de aviso no diário oficial do município, jornal de grande circulação, diário oficial do estado e diário oficial da união.
Informações complementares pelo telefone (69)-3642-2350, ramal 209, ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, situado à Av. São Paulo n.º 1490, bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min ou pelo e-mail cplsaomiguel@gmail.com.

São Miguel do Guaporé – RO, 29 de março de 2023.

LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA
Presidente da CPL/PMSMG
Decreto n° 1676/2023

Protocolo DO20755

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE
TOMADA DE PREÇO Nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1540/SEMED/2022

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados que fica **RETIFICADO** o **AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE A TOMADA DE PREÇO ACIMA SUPRAMENCIONADA, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1540/SEMED/2022,** qual tem por objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRA DE CONCLUSÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA POLO MUNICIPAL CANDIDO PORTINARI.**
1). Retificação no valor estimado da contratação:
Onde se lê:
Valor estimado R$ 82.791,42 (oitenta e dois mil e setecentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos)**.**
Leia-se:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Valor estimado R$ 81.052,07 (oitenta e um mil e cinquenta e dois reais e sete centavos).

Comunicamos que todas as demais informações serão mantidas e as datas permanecem as mesmas conforme segue: Data para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação e proposta e início da sessão pública será dia 17/04/2023, a partir das 09h00min, horário local, na sala de licitações na sede da Prefeitura Municipal.
A presente retificação será afixada no local de praxe no portal da transparência da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO e ainda será publicada em forma de aviso no diário oficial do município, jornal de grande circulação, diário oficial do estado e diário oficial da união.
Informações complementares pelo telefone (69)-3642-2350, ramal 209, ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, situado à Av. São Paulo n.º 1490, bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min ou pelo e-mail cplsaomiguel@gmail.com.

São Miguel do Guaporé – RO, 29 de março de 2023.

LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA
Presidente da CPL/PMSMG
Decreto n° 1676/2023

Protocolo DO20756

AVISO RETIFICADO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1540/SEMED/2022

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que será realizada licitação sob a modalidade Tomada de Preço, do tipo menor preço global, de acordo com a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar n°. 123/06 e suas alterações e Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011, destinado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRA DE CONCLUSÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA POLO MUNICIPAL CANDIDO PORTINARI**. Data para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação e proposta e início da sessão pública será dia 17/04/2023, a partir das 09h00min, horário local, na sala de licitações na sede da Prefeitura Municipal. Valor estimado **R$ 81.052,07 (oitenta e um mil e cinquenta e dois reais e sete centavos)**. Informações complementares e o edital estão à disposição dos interessados no site www.saomiguel.ro.gov.br e na sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, situado à Av. São Paulo n.º 1490, bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo fone-fax (69)-3642-2350, ramal 209.

São Miguel do Guaporé – RO, 29 de março de 2023.

LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA
Presidente da CPL/PMSMG
Decreto n° 1676/2023

Protocolo DO20757

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o Inciso VI do Artigo 43 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 1198/2022
b) Licitação Nrº: 003/2023
c) Modalidade: Tomada de Preços
d) Data da Homologação: 23/03/2023

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

e) Objeto da Homologado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BLOCO DE SALAS DE AULA NA ESCOLA PRIMAVERA, NO DISTRITO DE SANTANA DO GUAPORÉ, CONFORME CONVÊNIO Nº 384/PGE-2022.

f) Fornecedor e Item declarado Vencedor (cfe. Proposta Técnica e Comercial):

Fornecedor: ALEXANDRE PAULINO SEABRA EIRELI
CNPJ/CPF: 25.277.396/0001-40
Valor Total Homologado - R$ 290.632,39

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SÃO MIGUEL DO GUAPORE-RO, 23 de março de 2023.

_____
Cornélio Duarte de Carvalho
Prefeito Municipal

Protocolo DO20758

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente o Inciso VI do Artigo 43 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 1198/2022
b) Licitação Nrº: 003/2023
c) Modalidade: Tomada de Preços
d) Data Adjudicação: 23/03/2023
e) Objeto adjudicado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BLOCO DE SALAS DE AULA NA ESCOLA PRIMAVERA, NO DISTRITO DE SANTANA DO GUAPORÉ, CONFORME CONVÊNIO Nº 384/PGE-2022.

f) Fornecedor e Item declarado Vencedor (cfe. Proposta Técnica e Comercial):

Fornecedor: ALEXANDRE PAULINO SEABRA EIRELI
CNPJ/CPF: 25.277.396/0001-40
Valor Total Adjudicado - R$ 290.632,39

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE-RO, 23 de março de 2023.

_____
Cornélio Duarte de Carvalho
Prefeito Municipal

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo DO20759

AVISO DE LICITAÇÃO
JULGAMENTO DE RECURSO E ABERTURA DA PROPOSTA
TOMADA DE PREÇO Nº 013/2022

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, **TORNA PÚBLICO** aos interessados o julgamento de recurso referente a licitação sob a modalidade Tomada de Preço, do tipo menor preço global, destinado a contratação de empresa especializada para executar implantação de iluminação pública na avenida Marechal Rondon, conforme convênio com o Programa Calha Norte nº 918094/2021, conforme segue: **Empresa Recorrida: E A DE JESUS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 21.832.538/0001-32 – MANTER HABILITADA. Empresa Recorrida: NEIANDER STORCH EIRELI ME, CNPJ Nº 21.432.974/0001-14 – INABILITADA. As demais decisões ficam mantidas (**julgamento de recurso e demais documentações encontram-se disponíveis na integra no seguinte endereço eletrônico: https://transparencia.saomiguel.ro.gov.br/portaltransparencia/)**. TORNA PÚBLICO** também aos interessados que será realizada a sessão pública de abertura dos envelopes contendo as propostas de preços dia 10/04/2023, às 08h00min, horário local, na sala de licitações na sede da Prefeitura Municipal, ficam todos os interessados convocados. Valor estimado R$ 514.960,86 (quinhentos e quatorze mil e novecentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos). Informações complementares e o edital estão à disposição dos interessados no site www.saomiguel.ro.gov.br e na sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo fone-fax (69)-3642-2350, ramal 209.

São Miguel do Guaporé – RO, 31 de março de 2023.

LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA
Presidente da CPL/PMSMG
Decreto n° 1676/2023

Protocolo DO20787

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023/PMMN/RO

A Prefeitura de Monte Negro – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pela Portaria Nº 186/GAB/PMMN/RO de 24 de Fevereiro de 2023, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Eletrônica, tipo menor preço por ITEM, modo ABERTO – EXCLUSIVO MPE's.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0000384.3.5-2023
DATA DA ABERTURA: 18 de Abril de 2023
VALOR ORÇADO: R$ 47.003,34 (Quarenta e Sete Mil Três Reais e Trinta e Quatro Centavos).
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 11h00min (horário de Brasília).
LOCAL: www.licitanet.com.br.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOTECA – INTEGRAÇÃO E INTERAÇÃO, PARA ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME CONVÊNIO Nº 160/PGE-2022 ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO, edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.licitanet.com.br. e www.montenegro.ro.gov.br. Mais informações pelo e-mail: cpl@montenegro.ro.gov.br, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min horas.

Monte Negro – RO, 30 de Março de 2023.

Fernandes Lucas da Costa
Pregoeiro
Portaria nº 186 de 24/02/2023

Protocolo DO20764

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023/PMMN/RO

A Prefeitura de Monte Negro – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pela Portaria Nº 186/GAB/PMMN/RO de 24 de Fevereiro de 2023, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Eletrônica, tipo menor preço por *ITEM*, modo *ABERTO – EXCLUSIVO MPE's*.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0000402.3.5-2023
DATA DA ABERTURA: 18 de Abril de 2023
VALOR ORÇADO: *R$ 15.018,17 (quinze mil dezoito reais e dezessete centavos).*

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 09h00min (horário de Brasília).
LOCAL: www.licitanet.com.br.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ORQUESTRA MUNICIPAL - CV 147/PGE-2021, ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO, edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.licitanet.com.br. e www.montenegro.ro.gov.br. Mais informações pelo e-mail: cpl@montenegro.ro.gov.br, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min horas.

Monte Negro – RO, 30 de Março de 2023.

Fernandes Lucas da Costa
Pregoeiro
Portaria nº 186 de 24/02/2023

Protocolo DO20763

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/PMJ/2023

A P.M.J/RO, torna pública a realização da Licitação em epígrafe – Tipo Menor Preço por Lote. Objeto: **Registro de Preços, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS**. Órgãos Requisitantes: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento - SEMAFO, Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito - SEGAP, Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico - SEMPLACIDE, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo - SEMECELT, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEMINSP. O valor estimado: ***R$ 1.899.926,06 (Um Milhão, Oitocentos e Noventa e Nove Mil, Novecentos e Vinte e Seis Reais e Seis Centavos)*; Processo Administrativo: 1030/PMJ/2023;** Cadastro: 31/03/2023, a partir das 09h00min, finalizando às 08h59min do dia 13/04/2023. Início da Sessão Pública: 13 de abril de 2023, às 09h10min (horário de Brasília). Edital disponível no site: www.jaru.ro.gov.br. Local da disputa virtual: www.licitanet.com.br. **(Licitanet).** Informações: (69) 3521-6993/ e-mail "cpl@jaru.ro.gov.br".

Jaru, quinta-feira, 30 de março de 2023

Ivanilda Lucas de Andrade
Portaria n° 067/GP/2023
Pregoeiro (a)

Protocolo DO20766

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 001/PMJ/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-11006/PMJ/2022
MELHOR TÉCNICA E PREÇO
O Mun. de Jaru/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito - SEGAP, através da Comissão Permanente de Licitação (Portaria nº 045/GP/2023), torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a legislação em vigor, que se encontra instaurada licitação em epígrafe, do tipo **MELHOR TÉCNICA E PREÇO,** regime de **EXECUÇÃO INDIRETA,** para a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Publicidade e Propaganda**. No valor estimado de **R$ 475.000,00 (Quatrocentos e Setenta e Cinco Mil Reais).** Início da Sessão Pública: **22 de maio de 2023, às 08h30min (horário local)**. Edital disponível no site: www.jaru.ro.gov.br. Local: **Sala de Sessões de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaru, Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 – Setor 02 – Jaru – Rondônia**. Informações: (69) 3521-6993/ e-mail "cpl@jaru.ro.gov.br".

Jaru, sexta-feira, 31 de março de 2023

Neriane Cordeiro de Souza
Portaria n° 045/GP/2023
Presidente da CPL

Protocolo DO20772

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

EXTRATO DO CONTRATO N°.0050/23

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E RK IND DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI - EPP

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para atender as necessidades da SEMAGRI, conforme convênio MAPA nº. 911602/2021 PLATAFORMA+BRASIL nº. 52044/2021.PROC. LICIT. Nº 0114/22, Proc. Adm. Nº 1751/2022 DA DOT: 02.09.03 – SECR. DE AGRICULTURA – R. V.20.606.0025.1208.0002 – AQUISIÇAO DE EQUIP. 4.4.90.52.00 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE N DE EMP Nº 817 e 818 DE 13 DE MARÇO DE 2023 VALOR: R$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais) DO PRAZO: 06 (seis) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de março de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N°.0051/23

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E P. D. V. PECAS EIRELI

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para atender as necessidades da SEMAGRI, conforme convênio MAPA nº. 911602/2021 PLATAFORMA+BRASIL nº. 52044/2021. PROC. LICIT.: Nº 0114/22, Proc. Adm. Nº 1751/2022 DA DOT: 02.09.03 – SECR. DE AGRICULTURA – R. V.20.606.0025.1208.0002 – AQUISIÇAO DE EQUIP. 4.4.90.52.00 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE N DE EMP Nº 819 e 820 DE 13 DE MARÇO DE 2023 VALOR: R$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais) DO PRAZO: 06 (seis) meses DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de março de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N°.0052/23

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E E L N COMERCIO E SERVICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, conforme convênio MAPA nº. 911602/2021 PLATAFORMA+BRASIL nº. 52044/2021.PROC. LICIT: Nº 0114/22, Proc. Adm. Nº 1751/2022 DA DOT: 02.09.03 – SECR. DE AGRICULTURA – R. V.20.606.0025.1208.0002 – AQUISIÇAO DE EQUIP. 4.4.90.52.00 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE N DE EMP Nº 821 e 822 DE 13 DE MARÇO DE 2023 VALOR: R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais) DO PRAZO: 06 (seis) meses DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de março de 2023

RAFAEL ENDRIGO DE FREITAS FERRI
Subprocurador

Protocolo DO20767

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1274/2023. **CONTRATO: 078/2023 de 28/03/2023** Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE-RO, CNPJ: 22.855.142/0001-73. Contratada; **HILGERT & CIA LTDA**, CNPJ 22.881.858/0001-45, Objeto: **Aquisição de tubos PEAD**, através de ARP nº 07/2023, derivada do PE nº 01/2023/SEMOSP. Vigência do contrato: 12 (doze) meses à partir da assinatura do contrato. Valor R$ 223.560,00 (duzentos e vinte e três mil e quinhentos e sessenta reais). Pagamento: será no prazo máximo 30 (trinta) dias após a entrega, mediante emissão da nota fiscal. Dotação orçamentária: Local: 020700. Classificação funcional: 26.782.0021.1038.0000; Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente;

Data de assinatura do contrato: 29/03/2023.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Protocolo DO20773

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N^{O} 18/SEMUSA/\2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, por meio de sua Pregoeira torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Pregão Eletrônico nº 18/SEMUSA/2023 na forma da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019 Decretos Municipal nº 3325/2019 e 3536/020, LC nº 123/2006 com suas alterações. Objeto: Aquisição de Equipamento e Material Permanente (tais como: caixa térmica, câmara de conservação, geladeira, ar condicionado, freezer, impressora) para estruturação da rede de frio da Farmácia Básica Municipal com recursos provenientes da Proposta n° 19047.937000/1210-25, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Critério de julgamento: Menor Preço por Item, Modo de Disputa: Aberto. Processo Administrativo n° 500/2023. O envio das propostas será das 09h00min do dia 03/04/2023 até as 08h30min do dia 14/04/2023. Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 14/04/2023 (Horários de Brasília). Valor Previsto R$ 63.676,49 (Sessenta e três mil seiscentos e setenta e seis mil e

quarenta e nove centavos). O Edital da sessão e anexos estão disponíveis no site: www.licitanet.com.br e no Portal da Transparência do Município, www.machadinho.ro.gov.br. Informações em dia úteis das 07h30min às 13h30min (horário local) na Av. Castelo Branco, nº 3150 – Centro – Machadinho D'Oeste - RO – Setor de Licitações – Fone (69) 3581-3278 ou e-mail: cpl@machadinho.ro.gov.br

Machadinho D'Oeste - RO, 31/03/2023

Samara Raquel Kuss de Souza
Pregoeira

Protocolo DO20779

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

AVISO LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 030/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1619/SEMUSA/2022
LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DO OBJETO: Formação Registro de preço para futura e eventual aquisição de Material Farmacológico do Componente Básico e Assistência Farmacêutica (Farmácia Básica). **VALOR ESTIMADO:** R$ 677.219,50 (seiscentos e setenta e sete mil e duzentos e dezenove reais e cinqüenta centavos). **ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO**. DO TIPO:** Menor Preço Unitário. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 13 de Abril de 2023, ás 09h10min (horário de Brasília). **LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/**

Presidente Médici, 31 de Março de 2023.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
PREGOEIRO

Protocolo DO20769

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023 - SRP
EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI
E EQUIPARADAS.

O Município de Cujubim por meio de seu Pregoeiro nomeado pelo Decreto nº 993 de 11 de Janeiro de 2022, através das atribuições legais que são conferidas, torna público, a licitação denominada Pregão na sua forma Eletrônica, para Formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Gêneros Formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Gêneros Alimentícios visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. Valor estimado de R$ 200.615,86 (Duzentos Mil Seiscentos e Quinze Reais Oitenta e Seis Centavos), tipo MENOR PREÇO POR ITEM, na forma da Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº 616/2020, conforme edital e seus anexos. Envio das propostas poderá ser feito até às 09h29min do dia 17/04/2023. Início da Sessão Pública virtual será às 09h30min do dia 17/04/2023. (Horário de Brasília). A retirada do edital e sessão está disponível no site www.licitanet.com.br e no Portal da Transparência do Município de Cujubim www.cujubim.ro.gov.br na aba "licitações". Informações poderão ser obtidas, através do telefone (69) 3582.2004 / 2062. Cujubim/RO, 31 de Março de 2023.

SERGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO
Pregoeiro

Protocolo DO20776

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO Tomada de Preços Nº 003/SUPEL/2023

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO, através de seu Presidente, comunica aos interessados que a Tomada de Preços Nº 003/SUPEL/2023, publicada no DIOF do dia 24 de Março de 2023, ed. 56 pag. 230, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a construção de Feira coberta, prevista a sessão Pública ás 9h00min do dia 13/04/2023. Fica suspensa por tempo indeterminado.

Governador Jorge Teixeira-RO 31/03/2023.

Marcio de Souza - Presidente

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

Protocolo DO20777

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 035/2023

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 035/2023. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Processo Administrativo nº 0764/2023. Objeto: Formação de registro de preços para futuras e eventuais aquisições de refeições prontas, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital). Valor estimado: R$ 988.904,00 (Novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e quatro reais). Data de abertura: 18/04/2023, às 9h (horário de Brasília/DF). O edital encontra-se à disposição nos sites: www.licitanet.com.br e www.ouropretodooeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br. Informações complementares: *Preferencialmente*, pelo endereço eletrônico: cpl@ouropretodooeste.ro.gov.br ou Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical. Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min. Telefones: (69) 3461-2416, 3461-4795 e 3461-5269.

Ouro Preto do Oeste/RO, 31 de março de 2023.

Fábio Lopes Galdêncio
Pregoeiro – Decreto nº 15.162/GP/2022

Protocolo DO20780

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELET. N.º 09/2023
PROC. N.º 491/2022/SEMPOG

A Prefeita do Município de Ariquemes/RO homologa a licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica n.º 09/2023, referente ao Processo Administrativo n.º 491/2022, cujo objeto é: Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de coffee break e refeições pelo sistema self service, objetivando atender a demanda de eventos a serem realizados pelas Secretarias do Município de Ariquemes/RO, por um período de 12 meses, em favor das empresas N C CHAVES LTDA - CNPJ: 05.365.450/0001-00, com valor total da empresa de R$68.400,00 (sessenta e oito mil, quatrocentos reais) e ADVANCE LICITACOES, PRODUCOES, EVENTOS, TURISMO E EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 33.174.770/0001-00, com valor total da empresa de R$423.342,30 (quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e trinta centavos). Ficando o processo homologado com o valor total das empresas de R$491.742,30 (quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta centavos).
Ariquemes/RO, 31 de março de 2023.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita de Ariquemes/RO

Protocolo DO20783

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 004/2023
PROCESSOS DE NRSº 355/648/2023/SEMED-AMPLO

A Prefeitura Municipal de Corumbiara/RO, através da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria n°. 458/2022 (ID 51432), torna público a licitação por Tomada de Preços sob o n.º 004/2023, sob o **Regime de Empreitada Por Preço no Lote, do Tipo Menor Preço por Lote**, conforme segue Processos nrs.º 355/648/2023/SEMED, Objeto: **Contratação de empresa especializada em construção civil, para construção de Quadra Poliesportiva coberta com sanitários e Ampliação de Escola, ambas são no Distrito de Vitória da União na Escola E.M.E.I.E.F Professor Domingos Pereira, no Município de Corumbiara-RO**, conforme detalhamento constante nos Projetos, ART's, Planilhas Orçamentárias, Composições Analíticas dos BDI's, Cronogramas Físicos Financeiros, Curvas ABC's, Composições de Custos, Memórias de Cálculos e demais Especificações Técnicas, com Recurso Estadual, Convênio n°. 595/2022/PGE/SEDUC, por intermédio da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, representada pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no valor de R$ 950.000,00 e Recurso Próprio do Município de Corumbiara/RO no valor de R$ 1.084.002,84, **valor total estimado para presente tomada de preços é de R$ 2.034.002,84** (dois milhões e trinta e quatro mil e dois reais e oitenta e quatro centavos), para atender às necessidades da **Secretaria Municipal de Educação e Desporto SEMED**, **às 09:00h, do dia 19/04/2023**, na sala da CPL, na Prefeitura Municipal de Corumbiara, sita a Av. Olavo Pires, Nº. 2129 Fone: (069)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

3343-2192/2249, mais informações no site www.corumbiara.ro.gov.br e nos links do edital e elementos técnicos a seguir (bit.ly/editaltomada004-2023 e bit.ly/anexostomada004-2023).

Corumbiara-RO, 31 de março de 2023.

Lindon Jonhns Barbosa Ribeiro
Presidente da CPL M
Portaria n.º 458/2022

Protocolo DO20785

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

AVISO DE ADENDO MODIFICADOR 01
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 052/2023/SUPECOL-RO

O Município de Ji-Paraná, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Decreto nº 4.238/2022, torna público para ciência dos interessados, em especial as empresas que retiraram o Instrumento Convocatório, que o Edital sofreu alterações, referente ao Processo Administrativo 1-14849/2022/SEMAD, conforme **ADENDO MODIFICADOR,** cujo inteiro teor foi publicado na integra, em face das modificações assim fica **REAGENDADA** a sessão pública para o dia: **18/04/2023. Horário: às 09h30min (horário de Brasília)**. O edital na íntegra, com alterações, está disponível no endereço eletrônico: www.gov.br/pt-br/ e no site http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/**.**

Ji-Paraná, 31 de março de 2023.

Lourival do N. Matos
Pregoeiro Oficial
Decreto nº 4.238/2022

Protocolo DO20784

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 24/2023
PREGÃO Nº 30/2023 - ELETRÔNICO

O Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, AVISO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 24/2023. Pregão 30/2023- Eletrônico. Da autorização: Processo Administrativo nº. 789/2023. O pregão teve sua abertura em 17.03.2022, as 09h00min (horário de Brasília), concernente a FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO DE FROTA COM UTILIZAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS OU COM CHIP PELA MENOR TAXA DE GERENCIAMENTO, VISANDO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DESPESA DURANTE 01 (UM) ANO, COM ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL COMUM, S10 E GASOLINA), DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS.
Para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Rolim de Moura. Os preços foram registrados de acordo com o resultado da classificação/homologação das propostas apresentadas, e a ATA tem validade até 03.04.2024. Os valores homologados foram: C. V. MOREIRA EIRELI, CNPJ 03.477.309/0001-65, valor de R$- 5.757.320,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte reais). Informamos que houve publicação desta Ata na integra nos sites: www.rolimdemoura.ro.gov.br, e Diário Oficial dos Municípios AROM. Das informações complementares: As informações complementares sobre este Registro de Preço poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (0xx69) 3442-3100, e via e-mail:semcol.rolimdemoura@gmail.com.

Rolim de Moura, 31 de março de 2023.

Marta Regina de Oliveira
Coordenadora de Registro de Preço

Protocolo DO20786

AVULSOS

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo de Licitação: 025/2018 – Modalidade: Pregão Eletrônico – Objeto: Locação de 03 veículos para atender as necessidades do Setor de Fiscalização e da Diretoria – Tipo (espécie) de Licitação: Menor Preço – Contrato: 4º Termo Aditivo do Contrato 003/2019 – Contratante: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia - CRF/RO – Contratada: Kaele Ltda - CNPJ: 04.819.323/0001-62 – Vigência: 11.03.2023 a 10.03.2024 – Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.005.033 – Locação de veículo - Valor Global: R$ 65.929,68 – Amparo Legal: Lei nº 8.666 de 21.06.93, Lei 10.520 de 17.07.02, e Decreto nº 9.287 de 15.02.18.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43

ROGELIO ROCHA BARROS
Diretor Presidente

'

Protocolo DO20782

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/15489
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 31/03/2023, às 14:43